

**Relatório Circunstanciado de Identificação e Delimitação da Terra  
Indígena Dourados-Amambaípegua I, do Tekoha Guasu das Comunidades  
de Laguna Joha, Km 20, Javorai Kue/Piratini e Pindo Roky no Estado de  
Mato Grosso do Sul**

Prof. Dr. Levi Marques Pereira

Antropólogo-Coordenador do Grupo Técnico Dourados-Amambaípegua (Colaborador)

Portaria Funai Nº 789/PRES, de 10/07/2008

Dourados-MS, agosto de 2015.







## Sumário

|                                                                                                                                                                             |     |
|-----------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|-----|
| APRESENTAÇÃO GERAL .....                                                                                                                                                    | 9   |
| INTRODUÇÃO .....                                                                                                                                                            | 13  |
| PRESSUPOSTOS TEÓRICOS E PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS ADOTADOS NO<br>ESTUDO DE IDENTIFICAÇÃO E DELIMITAÇÃO DA TERRA INDÍGENA DOURADOS-<br>AMAMBAIPEGUA .....                  | 19  |
| I – PRIMEIRA PARTE - Dados Gerais.....                                                                                                                                      | 37  |
| I. 1 - Os Kaiowá e Guarani: breve caracterização etnográfica .....                                                                                                          | 37  |
| I. 2 - Breve caracterização da história da ocupação da região onde se localiza a Terra Indígena<br>Dourados-Amambaieguá I .....                                             | 40  |
| I. 3 - Da situação de trabalhador volante ou compulsoriamente recolhido na reserva demarcada pelo<br>SPI à mobilização política em torno da demarcação .....                | 70  |
| I. 4 - Histórico da ocupação da Terra Indígena Dourados-Amambaieguá I de acordo com a<br>memória das comunidades que a reivindicam.....                                     | 83  |
| I. 5 - Violência física e violência simbólica no processo de remoção de comunidades kaiowá e<br>guarani .....                                                               | 89  |
| I. 6 – As práticas de secessão relacionadas às categorias de tempo e espaço.....                                                                                            | 93  |
| II - SEGUNDA PARTE: Habitação Permanente.....                                                                                                                               | 99  |
| II. 1 – Demografia, composição das comunidades - tekoha e lógica de distribuição territorial.....                                                                           | 99  |
| II. 2 - Distribuição dos tekoha - aldeias que compõem o tekoha guasu denominado Terra Indígena<br>Dourados-Amambaieguá I, com a respectiva distribuição e localização ..... | 104 |
| II. 3. Descrição das comunidades Laguna Joha, Km 20, Piratini/Javorai Kue e Pindo Roky .....                                                                                | 105 |
| II. 3. 1 - Comunidade de Laguna Joha .....                                                                                                                                  | 106 |
| II. 3. 2 – Comunidade de Km 20 .....                                                                                                                                        | 116 |
| II. 3. 3 – Comunidade de Javorai kue/Piratini.....                                                                                                                          | 173 |
| II. 3. 4 – Comunidade de Pindo Roky.....                                                                                                                                    | 183 |
| II. 5 - Critérios do grupo para localização, construção e permanência da aldeia e tempo de<br>ocupação: as noções de aldeia – tekoha e de território - tekoha guasu .....   | 204 |
| II. 6 – Recuperações de posse na Terra Indígena Dourados-Amambaieguá I.....                                                                                                 | 207 |
| III - TERCEIRA PARTE: Atividades Produtivas .....                                                                                                                           | 219 |
| III. 1 - Atividades produtivas desenvolvidas pelo grupo e identificação das áreas utilizadas para esse<br>fim.....                                                          | 223 |
| III. 2 - Economia tradicional e transformações ocorridas a partir do contato com a sociedade<br>envolvente .....                                                            | 232 |
| III. 3 - Relações entre Kaiowá e Guarani e destes com a sociedade envolvente .....                                                                                          | 239 |
| IV – QUARTA PARTE: Meio Ambiente .....                                                                                                                                      | 244 |
| IV.1 Caracterização Ambiental .....                                                                                                                                         | 249 |
| IV.1.1 Aspectos físicos .....                                                                                                                                               | 249 |

|                                                                                                                                                |     |
|------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|-----|
| IV.1.1.4 Solos .....                                                                                                                           | 253 |
| IV.1.1.5 Geologia .....                                                                                                                        | 254 |
| IV.1.1.6 Hidrogeologia .....                                                                                                                   | 256 |
| IV.1.2 Aspectos biológicos .....                                                                                                               | 258 |
| IV.2 Caracterização Ambiental da TI Dourados-Amambaípegua I.....                                                                               | 268 |
| IV.2.1 Comunidade Tekoha Javorai Kue/Piratini e Tekoha Pindo Roky .....                                                                        | 269 |
| IV.2.1.1 Localização e descrição geral .....                                                                                                   | 269 |
| IV.2.1.2 Caracterização dos aspectos físicos: clima, hidrologia e solos.....                                                                   | 270 |
| IV.2.1.3 Caracterização dos aspectos biológicos: vegetação, fauna e recursos pesqueiros .....                                                  | 272 |
| IV.2.1.4 Pressões externas e impactos ambientais existentes .....                                                                              | 278 |
| IV.2.2 Tekoha Laguna Joha e Km 20 .....                                                                                                        | 279 |
| IV.2.2.1 Localização e descrição geral .....                                                                                                   | 279 |
| IV.2.2.2 Caracterização dos aspectos físicos: clima, hidrologia e solos .....                                                                  | 280 |
| IV.2.2.3 Caracterização dos aspectos biológicos: vegetação, fauna e recursos pesqueiros .....                                                  | 282 |
| IV.2.2.4 Pressões externas e impactos ambientais existentes .....                                                                              | 288 |
| IV.3 Corredores Ecológicos apoiando a conservação dos recursos naturais.....                                                                   | 290 |
| IV.4 Práticas agrícolas .....                                                                                                                  | 291 |
| IV.4.1 Impactos e ameaças .....                                                                                                                | 292 |
| IV.4.2 Uso do fogo .....                                                                                                                       | 293 |
| IV.4.3 Estoque e conservação de sementes.....                                                                                                  | 293 |
| IV.4.4 Ciclos da Lua.....                                                                                                                      | 294 |
| IV.4.5 Espécies indicadoras de condições ambientais.....                                                                                       | 295 |
| IV.5 Considerações finais .....                                                                                                                | 298 |
| IV.5.1 Situação atual e possibilidades futuras de gestão ambiental e territorial .....                                                         | 298 |
| IV.5.2 Pressões, ameaças e instrumentos para solucioná-las.....                                                                                | 300 |
| V - QUINTA PARTE: Reprodução Física e Cultural.....                                                                                            | 303 |
| V. 1 - Dados demográficos do grupo.....                                                                                                        | 304 |
| V. 2 - Aspectos cosmológicos relativos às áreas de usos rituais, lugares sagrados .....                                                        | 306 |
| V. 3 - Áreas necessárias à reprodução física e cultural do grupo .....                                                                         | 308 |
| VI – SEXTA PARTE - LEVANTAMENTO FUNDIÁRIO .....                                                                                                | 313 |
| VI. 1 – Caracterização da Ocupação não Indígena .....                                                                                          | 313 |
| VI. 2 – A legislação sobre terras no Estado de Mato Grosso .....                                                                               | 316 |
| VI. 3 – Implicações históricas na ocupação não indígenas recente na Terra Indígena Dourados-Amambaípegua I .....                               | 316 |
| VI. 4 – Municípios que estão na área de abrangência da Terra Indígena Dourados-Amambaípegua I .....                                            | 318 |
| VI. 5 – Trabalho de campo dos técnicos responsáveis pelo levantamento fundiário de identificação – Terra Indígena Dourados-Amambaípegua I..... | 325 |
| VII – SÉTIMA PARTE – CONCLUSÃO E DELIMITAÇÃO.....                                                                                              | 335 |
| BIBLIOGRAFIA.....                                                                                                                              | 346 |
| ANEXOS .....                                                                                                                                   | 356 |

## LISTA DE ABREVIATURAS

CIMI – Conselho Indigenista Missionário

DOC - Documento

FUNAI – Fundação Nacional do Índio

FUNASA – Fundação Nacional de Saúde

MS - Mato Grosso do Sul

MT – Mato Grosso

ONGs - Organizações Não Governamentais

PKN – Projeto Kaiowá-Ñandeva

SESAI – Secretaria de Saúde Indígena

SPI – Serviço de Proteção ao Índio

UFGD – Universidade Federal da Grande Dourados

UCDB – Universidade Católica Dom Bosco

UFMS – Universidade Federal de Mato Grosso do Sul

## LISTA DE FIGURAS

- Figura 1 - Documento datado de 15/05/1964 que se encontra no Microfilme 002-0012 do SPI em que o Chefe do Posto Benjamim Constant relata a morte de crianças e solicita ajuda dos superiores para dispor de recursos para conter a epidemias que assolavam as aldeias. ....49
- Figura 2 - Documento datado de 01/12/1944 que se encontra no Microfilme 002-0012 do SPI, aparece o item “TERRAS ONDE A ÍNDIOS SUGEITOS A SEREM DESPEJADOS POR CIVILIZADOS” em que o Chefe do Posto Benjamim Constant relata a expropriação de terras ocupadas por aldeias por particulares que tentavam regularizar as terras. O documento ainda regista a exploração da mão de obra indígena pelos particulares e a orientação do Coronel Nicolau Bueno Horta Barbosa, um dos principais dirigentes do SPI, para que seus subordinados atuassem no sentido de manter os índios nos locais de suas ocupações. Entretanto, o SPI não conseguirá êxito em sua empreitada, pois as demarcações realizadas pelo SPI se encerram em 1928. Foram dezenas de comunidades que enfrentaram problemas semelhantes, sendo que as que lograram manter sua organização política reivindicam atualmente o retorno às terras de ocupação tradicional. ....51
- Figura 3 – Foto do Aty Guasu realizado em Campestre ou Ñande Ru Marangatu. Na ocasião, as lideranças fizeram um ritual em homenagem à militância de Marçal de Souza, líder guarani assassinado no local em 1983. A aty guasu, além das discussões políticas, são sempre acompanhadas de rezas, cujo propósito é o “fortalecimento da luta pela recuperação de posse do território”, como costumam falar as lideranças. ....76
- Figura 4 - Movimento Indígena .....78
- Figura 5 - Imagem de satélite identificando a área a ser delimitada como terra de ocupação tradicional das comunidades de Laguna Joha, Km 20, Piratini/Javorai Kue e Pindo Roky. Trata-se de divisão tácita entre as famílias que compõem cada uma das comunidades, uma vez que essa Terra Indígena constitui área de circulação de famílias aparentadas desde período anterior a penetração das frentes de expansão econômica na região..... 105
- Figura 6 - Documento fornecido por José Eduardo de Assis Capel, com dados sobre a propriedade de Henrique Grion, na qual ele trabalho a partir de meados de 1988 e de onde foram retiradas as últimas cinco famílias de indígenas da comunidade de Laguna Joha. Segundo informou as famílias moravam em cinco casas e perfaziam o total de cerca de 30 pessoas, entre crianças e adultos. .... 107
- Figura 7 - Foto de Martina Roa Lopes com os netos..... 109
- Figura 8 – Foto da casa de madeira que dona Martina ganhou para se retirar de Laguna Joha. A estratégia foi eficiente: com a saída de uma das principais líderes da comunidade, as famílias que ainda insistiam em permanecer no local acabaram por desistir. Hoje a casa é ocupada por uma das filhas. .... 110
- Figura 9 - Foto do Cemitério dos indígenas em Laguna Joha, fornecida por José Eduardo de Assis Capel. Ele afirmou ter recebido ordem de Henrique Grion para destruir o cemitério, mas não conseguiu cumpri-la por conta de suas convicções religiosas. .... 111
- Figura 10 - Foto tirada durante trabalhos de campo realizados pelo Grupo Técnico na reserva Limão Verde no ano de 2010. Da esquerda para a direita Lico Nelson, liderança kaiowá, Marcos Pereira, funcionário da FUNAI e Severino de Souza, 58 (de camisa amarela). Nessa reunião houve entendimento entre lideranças de várias comunidades que decidiram apoiar Severino de Souza e outras lideranças que nasceram em Laguna Joha e hoje vivem recolhidos em reservas. Essas lideranças assumiriam a liderança da comunidade e conduziriam internamente o processo de rearticulação da comunidade para retomar a área. Participei da reunião como observador e pude notar a preocupação das lideranças mais antigas, como Lico Nelson em repassar conhecimentos de como conduzir a comunidade no processo de recuperação da posse. Ao fundo vê-se os barracos do grupo liderado por Lico, que também aguarda a conclusão de estudos de identificação, conduzidos por outro grupo técnico..... 112
- Figura 11 - Foto de Severino de Souza, 58. Nasceu em Laguna Joha, peregrinou por diversas propriedades rurais na condição de trabalhador rural e agora pretende voltar com seu grupo familiar para Laguna Joha. .... 113
- Figura 12 - Foto de Lídia Fernandes, 60, com uma de suas netas. Expulsa de Laguna Joha no início da década de 1990, vive hoje na reserva Limão Verde. Seu primeiro marido, com o qual se casou quando tinha apenas 12 anos, vivia na comunidade do Km 20, para onde ela se mudou e viveu por alguns anos, sob a direção de Valério Ribeiro, antigo líder daquela comunidade, como descreveremos adiante. Os vínculos matrimoniais entre comunidades era uma forma de consolidar alianças, tornando viáveis as composições políticas, as práticas festivas e rituais. .... 114
- Figura 13 - Foto mostrando Lídia ao centro, com o novo marido à direita e a filha e a neta à esquerda. O atual marido é bem mais novo que Lídia. Isto se explica por Lídia ser líder religiosa de prestígio. Deitado na rede, descansa um dos netos de Lídia..... 114
- Figura 14 - Imagem de satélite - O limite extremo da área ocupada pela comunidade de Laguna Joha se confronta a esquerda com a MS que liga as cidades de Caarapó a Amambai, segue pela margem direita do rio Amambai até se encontrar com a área ocupada pela comunidade de Km 20, separadas pelo rio Amambai.

|                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                           |     |
|-----------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|-----|
| Os limites Leste e Sul estão delimitados pela linha branca. Na área delimitada existiam vários locais de moradia, roças, cemitérios e áreas de coleta, caça e pesca. ....                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                 | 115 |
| Figura 15 - Imagem de satélite identificando o local da residência de Valério Ribeiro, líder da comunidade de Km 20 em 1971. Nesse local ele foi visitado pelo antropólogo da FUNAI, Alceu Cotia Mariz, que atestou a existência da comunidade vivendo no local. Na época, a mata nativa cobria quase a totalidade da área, hoje ela se restringe a uma pequena parte da área, aqui circundada por linha branca.....                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                      | 118 |
| Figura 16 – Diagrama genealógico de José Alvarenga.....                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                   | 119 |
| Figura 17 - Foto de João Alvarenga, tirada em 2010, em sua casa na reserva de Amambai. Conheceu todas as comunidades tratadas no presente relatório. Trabalhou muitos anos com erva mate, iniciou como mineiro (cortador e transportador de erva), mas chegou a ser empreiteiro, chefiando turmas de acampamentos, o que lhe permitia grande mobilidade em todo o território que explorava erva mate, sempre contando com a mão de obra dos homens pertencentes a diversas comunidades kaiová e guarani. Passou por vários casamentos, tem muitos filhos e dezenas de netos e bisnetos. ....                                                                                                                                                                                                              | 120 |
| Figura 18 – documento trabalhista de Valério Ribeiro, líder de Km 20.....                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                 | 123 |
| Figura 19 – Carta da Companhia Agrícola e Pastoril Campanário.....                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                        | 124 |
| Figura 20 – Documentos da FUNAI sobre a comunidade de Km 20.....                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                          | 128 |
| Figura 21 – despachos administrativos das FUNAI.....                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                      | 129 |
| Figura 22 – Autorização da administração da FUNAI para viagem de Alceu Cotia.....                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                         | 130 |
| Figura 23 – Relatório de campo do antropólogo Alceu Cotia. ....                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                           | 134 |
| Figura 24 – Fotos da viagem de Alceu Cotia ao Km 20 em novembro de 1972.....                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                              | 139 |
| Figura 25 – Documentos do processo administrativo de reconhecimento da terra indígena Km 20, datados de 1973 .....                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                        | 144 |
| Figura 26 – Documento da FUNAI (1973) autorizando a criação da Terra Indígena Km 20.....                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                  | 147 |
| Figura 27 – Documento de tentativa de reconhecimento de Km 20 .....                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                       | 149 |
| Figura 28 – Documento da FUNAI (1975) com nova tentativa de ativar o processo de Km 20 .....                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                              | 151 |
| Figura 29 – Documento da FUNAI (2000) com se comprometendo a identificar Km 20 (Urucuty).....                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                             | 155 |
| Figura 30– Documento dos índios de 1997 solicitando providências da FUNAI. ....                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                           | 156 |
| Figura 31 – Documento dos índios (1999) solicitando providências da FUNAI. ....                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                           | 157 |
| Figura 32 – Documento dos índios de 2000 solicitando providências da FUNAI .....                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                          | 158 |
| Figura 33 – Diagrama de Valério Ribeiro.....                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                              | 164 |
| Figura 34 – Diagramas de famílias de Km 20 .....                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                          | 166 |
| Figura 35 – Documento dos índios (2010) solicitando providências da FUNAI. ....                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                           | 168 |
| Figura 36 – Foto grupo de reza de Km 20. A foto foi registrada durante o período da pesquisa de campo em 2010. À direita, Leonarda, a sogra de Alcindo Flores, com seus netos. Memória viva da comunidade, ela faz questão de contar as histórias vividas em Km 20. Como líder religiosa, se preocupa em iniciar as crianças nas práticas rituais. Na foto, as crianças portam objetos rituais. Ao centro aparece funcionário da FUNAI, que acompanhava os trabalhos de pesquisa. ....                                                                                                                                                                                                                                                                                                                    | 169 |
| Figura 37. Foto com vista panorâmica do acampamento das famílias de Km 20, que vivem na reserva Guaimbé, sob a liderança de Alcindo Flores. Vê-se que se trata de uma área de campo, sem lenha. O grupo não dispõe de roças e vive do trabalho volante nas fazendas. Por questões de política interna e falta de acompanhamento da FUNAI, as famílias pouco acessam os programas de assistência que atendem a comunidade. As casas encontram-se aglomeradas em torno da casa de Alcindo Flores, numa espécie de acampamento dentro da reserva.....                                                                                                                                                                                                                                                        | 169 |
| Figura 38 - Documento dos índios solicitando agilidade nos trabalhos do Grupo Técnico. Alcindo e demais lideranças de comunidades mobilizadas para a recuperação da posse de terras costumam escrever documentos que pedem para outras lideranças que frequentam a Aty Guasu assinarem, como dizem, “para reforçar”. No bilhete, ele faz menção à notícia de previsão de retorno do grupo técnico para realizar o trabalho de levantamento em campo. Registra “também que o cacique João de aldeia não aceita mais ficar aqui na aldeia Guaimbé”, explicitando a dificuldade de permanência por motivos de convivência política com as famílias da reserva de Guaimbé. Arremata que de “qualquer maneira tem que sair, na aldeia não tem mais como” e pede apoio para entrar na “aldeia 20 yrukuty” ..... | 170 |
| Figura 39 – Foto de grupo de reza de Alcindo Flores, preparado para recepcionar o Grupo Técnico durante a realização dos trabalhos de campo em 2010. Nota-se o grande envolvimento das crianças, fenômeno que distingue os grupos mobilizados para a reconquista da terra, pois elas se envolvem diretamente nas atividades políticas e religiosas.....                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                   | 171 |
| Figura 40 - Foto de Leonarda, sogra de Alcindo Flores, soca milho para fabricar <i>kaçuim</i> , bebida fermentada de milho, consumida durante as rezas noturnas.....                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                      | 171 |
| Figura 41 - Foto de João Vilharva, que dizem ter mais de noventa anos, nasceu no Km 20 e vive com filhos e netos na reserva Rancho Jacaré. Diz ter sofrido muito em Km 20, mas espera que os filhos e netos voltem a viver lá. Diz que no Km 20 faziam <i>kunumi pepy</i> , ritual de perfuração do lábio inferior do menino pré-                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                         |     |

- púbere, mas o ritual foi interrompido com a chegada dos ervateiros. Foi amigo e aliado de Valério Ribeiro e de seu irmão, João Ribeiro. .... 172
- Figura 42 - Foto Alcindo Flores e sua sogra Leonarda, enquanto relatavam histórias da comunidade. Na ocasião, Leonarda disse: “eu quero juntar toda minha reza e levar para minha área, o Urukuty (Km 20)”. A reza é uma espécie de patrimônio imaterial, do qual cada comunidade tem o seu repertório. Alcindo relatou que: “quando eu tava no Caarapó, eu rezei por 4 anos com meu grupo, quando vim para Guaimbé rezei dois meses, depois o capitão fez reunião no Posto e disse que essa reza não serve mais na aldeia, não era mais pra rezar, daí eu parei. Agora rezo só um pouquinho, quando tem alguma coisa, meu filho ou minha filha fica doente, quando tem vento, mas só um pouquinho, para o pessoal ficar manso, mas pra melhorar mesmo, todo mundo tem que rezar bastante”. Na década de 1980, Alcindo Flores fez sua iniciação xamânica no Paraguai e diz que a lavoura não produz bem quando “a semente não escuta mais a reza, por isso que a planta não cresce bem”. As lideranças religiosas acreditam que necessitam retomar suas terras para, novamente, praticarem suas rezas, única garantia de um futuro melhor para suas comunidades. .... 172
- Figura 43- Foto de Emiliano Ilário, herdeiro do patrimônio de rezas de Javorai. Atualmente ele é também um dos responsáveis por cuidar da casa de reza – *oga pysy*, da reserva Caarapó, uma espécie de museu de artes sacras, que funciona ao lado da principal escola e onde os alunos se reúnem para aprender aspectos da tradição religiosa apropriados à sua faixa etária. .... 175
- Figura 44 – Documento das lideranças de Javorai Kue solicitando providências da FUNAI. .... 176
- Figura 45 – foto de encontro dos antigos moradores das comunidades de Laguna Joha, Km 20 e Javorai Kue/Pirati, realizado durante os trabalhos de campo. As conversas se alternavam entre momentos de introspecção e, até mesmo, tristeza e choro, quando se lembravam de parentes mortos ou das violências sofridas, e momentos muito festivos, quando rememoravam os encontros festivos que realizavam, visualizando a possibilidade de, novamente, disporem de seus territórios, neles se reorganizarem e reconstruírem formas de sociabilidade intercomunitárias. .... 176
- Figura 46 - Desenho feito por Emiliano Ilário, no qual ele representa o que foi o antigo território de ocupação tradicional da comunidade Piratini/Javorai Kue. Segundo explicou, antes da chegada dos novos ocupantes, essas duas comunidades ocupavam o espaço delimitado pelos córregos Taquara, que deságua no rio Dourados e passa próximo à atual cidade de Laguna Carapã. Outros limites seriam os córregos Piratini e Mbo'i Kará, que deságuam no rio Amambai. O principal espaço de convivência coletiva era a casa de reza de Javorai. Quando Javorai faleceu, o espaço ocupado pela comunidade passou a ser designado de Javorai Kue, cuja tradução seria “o lugar que pertenceu ao Javorai” ou “lugar onde viveu Javorai”. .... 177
- Figura 47 - Desenho feito por Emiliano Ilário Mapa em que ele se esforça por representar os locais que considera de maior relevância para atestar a ocupação tradicional, tais como locais de nascimento das antigas lideranças, antigos cemitérios, casa de reza, etc. Aparecem também os símbolos de ocupação dos colonizadores da região, como sede de fazendas, represas e estradas. .... 178
- Figura 48 - Desenho feito por Emiliano Ilário, com informações sobre a ocupação da terra, registra que o ñanderu ou cacique - termo que utilizam em Português para líder religioso ou xamã - teria sido assassinado pelo fazendeiro que invadiu a terra. .... 179
- Figura 49 - Documento feito por Emiliano Ilário. O documento menciona o fazendeiro Tutu Rolin, que teria se instalado na área por volta de 1925 e para o qual teriam trabalhado na abertura da fazenda. Posteriormente, entre 1974-75, outra parcela da comunidade teria sido expulsa por Ananias Rolin, então proprietário da terra. É comum que cada uma das comunidades passasse por várias expulsões, tendo em vista que eles sempre procuram alguma forma de novamente se estabelecer no local do qual foram expulsos. .... 180
- Figura 50 - Documento feito por Emiliano Ilário. No documento Emiliano Ilário solicita apoio logístico para reocupar a área. Reclama que, na reserva indígena de Caarapó, já morreram muitos dos antepassados originários de Javorai. Emiliano reclama também da ocorrência de muitos suicídios na reserva, motivos que os levam a querer retornar imediatamente para a terra de ocupação de seus antepassados. O documento é datado de 2005, e foi a insistência de Emiliano que resultou na inclusão dessa comunidade nos trabalhos dos Grupos Técnicos, iniciados em 2008. .... 181
- Figura 51 – Imagem de satélite da área ocupada pela comunidade de Javorai Kue, inserida na área contígua, ocupada pelas comunidades de Pindo Roky, Km 20 e Laguna Joha. .... 182
- Figura 52 - Pindo Roky ocupa as nascentes do córrego Bopeí, afluente do rio Dourados. Na parte de baixo a imagem, se estende até as nascentes do córrego Boi Cará, que corre em direção ao córrego Piratini, tributário do rio Amambai, onde se conecta com as terras tradicionais de ocupação das comunidades de Javorai Kue/Piratini e com a comunidade de Km 20. Essa porção da terra está situada em meio ao divisor de águas dos rios Amambai e Dourados. Essas comunidades-*tekoha* ocupam áreas contínuas e desenvolvem vínculos históricos de relações de parentesco e práticas festivas e rituais próximos. .... 183
- Figura 53 – foto do corpo de Denilson Barbosa, morto em Pindo Roky e abandonado em Estrada vicinal. <http://ppaberlin.files.wordpress.com/2013/02/corpo-do-adolescente-morto.jpg>. .... 186

|                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                           |     |
|-----------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|-----|
| Figura 54 – Foto de Osvaldo Barbosa, 40 e Rosilena Cardoso, 32, pais de Denilson Barbosa, assassinado na noite de 16/02/2013. A foto foi tirada na casa da sede fazenda, ocupada pelos indígenas. ....                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                    | 186 |
| Figura 55 - Foto do túmulo de Denilson Barbosa. Ao fundo aparecem um grupo de rezadores e os barracos de lona do acampamento construído pelos indígenas. ....                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                             | 187 |
| Figura 56 - Foto de Florêncio Barbosa (Kunumi Vera Ndeju), atual líder da comunidade e dos pais do jovem assassinado. Florêncio é tio do Denilson Barbosa.....                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                            | 187 |
| Figura 57 - Foto postada no facebook criados pelos indígenas do momento do sepultamento de Denilson Barbosa na área recuperada pelos Kaiowá de Pindo Roky .....                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                           | 190 |
| Figura 58 – Folder de evento organizado pelos indígenas mobilizados para a demarcação da Terra Indígena Dourados-Amambaipagua I.....                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                      | 191 |
| Figura 59 - Dados demográficos das reservas onde se recolheu a maior parte da população da terra Dourados-Amambaipagua I.....                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                             | 198 |
| Figura 60 - Figura com imagem de satélite identificando a localização e nominando os três assentamentos de recuperação de posse.....                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                      | 208 |
| Figura 61 - Figura com imagem de satélite identificando os dois aglomerados de casas do assentamento de recuperação de posse de Pindo Roky, bem como o túmulo do kaiowá Denilson Barbosa, assassinado no local, fato que desencadeou a iniciativa de recuperação de posse, conforme discutido no tópico anterior..                                                                                                                                                                                                                                        | 209 |
| Figura 62 - Figura com imagem desenhada por Grazielle Fernandes, escolhida pelas famílias para desenhar a disposição das casas na reocupação de posse de Pindo Roky. A estrada que antes servia ao trânsito de máquinas, veículos e produtos voltados as atividades agropecuárias desenvolvidas pelos proprietários, agora serve de acesso aos dois aglomerados de famílias residentes no local, que cultivam pequenas roças de mandioca, milho, batata, banana, etc., característica da agricultura desenvolvida pelos indígenas. ....                   | 210 |
| Figura 63 - Figura com imagem de satélite com localização atual dos dois aglomerados do assentamento de recuperação de posse de Itagua. Nota-se a preferência por local próximo da área de remanescente de vegetação nativa e curso d'água.....                                                                                                                                                                                                                                                                                                           | 211 |
| Figura 64 - Figura com o desenho de kunhã Tejy, incorporando contribuições do coletivo das famílias que vivem na área de recuperação de posse denominada de Itagua. Na figura mesclam o registro tanto da ocupação atual, quanto dos parentes que viveram no local no passado, antes das famílias indígenas serem desalojadas do local por proprietários que requereram e titularam a terra. Aparece, inclusive, a oy pysy (casa comunal), que teria sido ocupada na primeira metade do século XX por um importante rezador, denominado de Karaguata..... | 212 |
| Figura 65 - Mapa das memórias das mortes que ocorreram em Itagua. Essas agressões teriam ocorrido como estratégia de expulsar as famílias do local, forçando-as a se recolherem na reserva de Caarapó.....                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                | 213 |
| Figura 66 - Foto que apresenta uma visão geral do acampamento de Itagua.....                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                              | 214 |
| Figura 67 - Foto de coleta de dados durante trabalho de campo em Itagua.....                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                              | 214 |
| Figura 68 - Figura com imagem de satélite identificando a localização dos dois aglomerados de barracos que formam o assentamento de reocupação de posse das famílias de Te'yi Jusu. As casas estão localizadas próximas a nascentes que correm em direção a margem esquerda do córrego Pirantini, que nessa parte, se constitui como o limite da terra indígena proposta no presente relatório de identificação. ....                                                                                                                                     | 215 |
| Figura 69 - Figura com desenho elaborado por Elso Cantero Gomes, com os registros dos pontos de ocupação atual. O desenho foi realizado incorporando as sugestões de várias pessoas que vivem na recuperação de posse de Te'yi Jusu. ....                                                                                                                                                                                                                                                                                                                 | 216 |
| Figura 70 - Figura com a foto de Marcelina Almeida Marques, 78 anos, filha de líder assassinado. É a lembrança das histórias narradas pelo pai que impulsionou a líder a animar os parentes para recuperarem o espaço que considera de ocupação tradicional.....                                                                                                                                                                                                                                                                                          | 216 |
| Figura 71 - Figura com relato produzido pelos indígenas com registro do assassinato de Bento Almeida Romero, pai de Marcelina Almeida Marques, que teria acontecido em 13.11.1973. Esse fato é o propulsor da retomada de Te'yi Jusu. ....                                                                                                                                                                                                                                                                                                                | 218 |
| Figura 72 – Mapa de localização das bacias de drenagem (Mato Grosso do Sul/SEPLAN, 1989 – Formato Atlas Digital de Mato Grosso do Sul, Uniderp 1998). ....                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                | 250 |
| Figura 73 – Área de estudo entre o lado direito do Rio Dourados e esquerdo do Rio Amambaí, incluindo o Rio Pirantini e o Laranjai, até sua foz no Rio Paraná, em Porto Caiuá.....                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                         | 250 |
| Figura 74 – Mapa de variação mesoclimática do Estado de Mato Grosso do Sul (Mato Grosso do Sul/SEPLAN, 1989 – Formato Atlas Digital do Mato Grosso do Sul, Uniderp 1998). Elipse indica área. ....                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                        | 252 |
| Figura 75 – Mapa de solos da bacia hidrográfica do rio Ivinhema (EMBRAPA/CPAO. 2000).....                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                 | 254 |
| Figura 76 – Mapa de Localização da Bacia do Paraná na América do Sul. GABAGLIA & MILANI (1990). ...                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                       | 255 |
| Figura 77 – Mapa Geológico do Estado de Mato Grosso do Sul (Mato Grosso do Sul/SEPLAN, 1989 – Formato Atlas Digital do Mato Grosso do Sul, Uniderp 1998). ....                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                            | 256 |
| Figura 78 – Mapa das Províncias Hidrogeológicas do Brasil (ANA, apud ABAS 2002). ....                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                     | 257 |

|                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                |     |
|----------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|-----|
| Figura 79 - Remanescentes florestais, vegetação Mata Atlântica, na área de estudo. As manchas verde-cana representam os remanescentes florestais, os limites municipais estão em preto, as linhas vermelhas representam as principais rodovias, as faixas azuis em baixo à direita representam o Rio Paraná, os centros urbanos são em rosa. ....                                                                                                                                                              | 265 |
| Figura 80 - Imagem visão panorâmica olhando para norte e para o córrego Cole Cuê. ....                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                         | 273 |
| Figura 81 - Vista panorâmica olhando para norte e para as nascentes do córrego Cole Cuê. ....                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                  | 273 |
| Figura 82 - Ponte no Córrego Taquara a 1km da cidade de Laguna Caraapã. ....                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                   | 274 |
| Figura 83 – Estamos na região do médio Amambaí, muito rica em várzeas e com denso canal de drenagem que favorece a biodiversidade vegetal e animal. Uma área altamente requisitada pelos indígenas. ....                                                                                                                                                                                                                                                                                                       | 281 |
| Figura 84 – Sobreposição da vegetação existente pelo levantamento do Atlas Multirreferencial do MS sobre parte da terra indígena. A Laguna Joha, contorno azul escuro, no lado esquerdo, seguindo o curso do Rio Amambaí numa direção oeste/leste (o Norte nesta figura é para cima) está inserida em área de Floresta Aluvial – Fa -, por estar amparando os Rios Guaembeperi, Amambaí e o Córrego Tatuí, com a maioria de sua área de Ap.F – agropecuária/pastagem em Floresta Estacional Semidecidual. .... | 282 |
| Figura 99 – Mapa de uso e ocupação da TI Dourados-Amambaipegua I. ....                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                         | 287 |
| Figura 85- Identificação de uma espécie de uso religioso e medicinal. ....                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                     | 289 |
| Figura 86- Identificação de uma espécie de uso religioso e medicinal. ....                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                     | 289 |
| Figura 87- Mata nativa bastante perturbada. ....                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                               | 289 |
| Figura 88- Capim braquiária competindo por espaço junto à pequena reserva florestal da aldeia. ....                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                            | 289 |
| Figura 89-Vista parcial de nascente. ....                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                      | 290 |
| Figura 90- Mata nativa bastante descaracterizada. ....                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                         | 290 |
| Figura 91 -Vista parcial da área de produção: ausência de arbóreas e arbustivas nativas. ....                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                  | 291 |
| Figura 92 - Canavial nos limites da Terra Indígena Dourados-Amambaipegua I. ....                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                               | 292 |
| Figura 93- Júlio Lopez, agricultor indígena, armazena sementes de milho crioulo. ....                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                          | 294 |
| Figura 94 - Sementes de <i>milho crioulo Cateto</i> armazenadas para o próximo ano agrícola. ....                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                              | 294 |
| Figura 95 - Vista parcial do terreiro de uma casa kaiowá. ....                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                 | 295 |
| Figura 96 - Vista parcial do terreiro de uma casa kaiowá. ....                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                 | 295 |
| Figura 97 - Vista parcial do picão branco. ....                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                | 296 |
| Figura 98 - Vista parcial do caruru em primeiro plano e ao fundo, a guanxuma. ....                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                             | 296 |
| Figura 100 - Mapa da divisão política do estado de Mato Grosso do Sul. Fonte: <a href="https://www.google.com.br/search?q=mapa+de+mato+grosso+do+sul+e+seus+municipios&amp;sa">https://www.google.com.br/search?q=mapa+de+mato+grosso+do+sul+e+seus+municipios&amp;sa</a> capturado em 12/09/2014. ....                                                                                                                                                                                                        | 314 |
| Figura 101 - Áreas sob concessão da Cia Mate Larangeira (1882-1895). Fonte: Jesus (2004). ....                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                 | 315 |

## APRESENTAÇÃO GERAL

Pesquisas históricas e documentais demonstram que os subgrupos Kaiowa e Guaraní (Ñandeva) ocupavam toda a região chamada hoje de Cone Sul do estado de Mato Grosso do Sul desde a chegada dos primeiros colonizadores europeus, no século XVI. Pesquisas arqueológicas indicam uma ocupação proto-Guarani muito mais antiga, remontando a 1.200 anos a. c. Apesar das ações de missionários jesuítas, bandeirantes e *encomenderos* espanhóis no período colonial, a posse plena indígena sobre a totalidade dessa extensão começou a ser efetivamente cerceada apenas nas últimas décadas do século XIX, por ocasião da “Guerra do Paraguai” (1864-1870) e da instalação da Cia. Matte Larangeira, que obteve a primeira concessão para exploração de ervais em 1882 (Decreto M 8799).

O modo de ocupação do território pelos Kaiowa e Guaraní (Ñandeva) configura-se historicamente sob a forma de grandes redes de aliança geograficamente referidas, com contornos sociológicos dinâmicos e fluidos, geralmente dispostas no interior de uma bacia hidrográfica definida. Uma ou mais *te'yi* ou *ñemoñare* (famílias extensas) articuladas formam um *tendápe* (microrregião ou cantão) (1); vários *tendápe* articulados, por sua vez, formam um *tekoha* (“aldeia” ou “comunidade”, grosso modo) (2); a articulação de vários *tekoha* resulta em um *tekoha guasu/pavê* (grande território) (3). Cada *te'yi* ou *ñemoñare* estrutura-se territorialmente em torno de um ancião ou anciã (*tamõi* ou *jari*), que também pode desempenhar o papel de capitão ou líder, assumindo a preponderância na interação com outros índios e com não-índios. Tendo em vista que os Kaiowa e Guaraní organizam suas relações de parentesco em termos de bilateralidade, uma pessoa pode considerar-se pertencente tanto ao local de origem de seu pai como ao local de origem de sua mãe. O status do casal de líderes é proporcional ao número de famílias nucleares que compõem a parentela; neste sentido, a morte ou a substituição do casal articulador gera rearranjos territoriais e políticos, podendo ocorrer a formação de um novo *tekoha*. Já os líderes religiosos ou rezadores (*ñanderu* ou *ñandecy*) fazem jus a uma jurisdição territorial mais ampla, que pode se estender por todo o *tekoha guasu*. Líderes políticos em geral associam-se a líderes religiosos.

Esse modo de ocupação territorial sofreu alterações no contexto de exploração dos ervais pela Cia. Matte Larangeira, no final do século XIX. As famílias extensas Kaiowa e Ñandeva que se engajavam no trabalho nos ervais eram forçadas a se deslocar do *tendápe* (1) e/ou *tekoha* (2) de origem, em direção a acampamentos de coleta; outras famílias procuraram

pontos recônditos na mata para se fixar, porém toda essa movimentação espacial se dava sempre no interior do *tekoha guasu* (3) de referência, cujas condições ambientais mantiveram-se em bom estado de preservação até meados do século XX. Neste período inicia-se o que é chamado pelos indígenas de *sarambi* (“divisão”, “confusão”, “esparramo”), uma referência à chegada do colonizador branco e ao consequente processo de esbulho territorial.

A partir da última década do século XIX, migrantes gaúchos, paranaenses e paulistas começaram a se fixar em meio aos ervais, dando início à atividade agropecuária, disputando terras com a Cia. Matte Larangeira e colocando novos obstáculos à ocupação indígena.

Nas décadas de 1910 e 1920, o Serviço de Proteção aos Índios propôs a demarcação de 8 lotes com superfície de 3.600 ha (légua em quadra) cada, para serem reservados aos Kaiowa e Nandeva, no Cone Sul do Mato Grosso do Sul. Sob a perspectiva assimilacionista, nesses lotes, situados próximo a centros urbanos, deveriam ser instalados postos administrativos, com vistas a atrair indígenas de diferentes *tekoha* (2) e integrá-los ao modo de vida classificado como “civilizado”, liberando assim vastas extensões territoriais para a colonização. Todavia, as áreas foram efetivamente demarcadas com extensão inferior aos 3.600 ha; são as Reservas: Benjamim Constant/Amambai (2.429 ha), Limão Verde/Amambai (660 ha), Caarapó/Caarapó (3.594 ha), Takuary/Coronel Sapucaia (1.886 ha), Dourados/Dourados (3.475 ha), Porto Lindo/Japorã (1.649 ha), Pirajuy/Paranhos (2.118 ha), Sassoró/Tacuru (1.923 ha). Além disso, as Reservas abrangeram somente fragmentos de *tendápe* (1) e/ou *tekoha* (2), sem levar em conta a especificidade da territorialidade Kaiowa e Nandeva.

Brand (1993) utiliza o termo **reserva** para as áreas de terras escolhidas pelos funcionários do SPI, entre 1915 e 1928. As áreas de reservas tinham como propósito atender os indígenas que, eventualmente, nelas existissem. Mas enfatiza que o principal objetivo era recolher, no espaço da reserva, os índios que viviam em aldeias, em suas imediações. O autor restringe o termo **aldeia** para designar as áreas conquistadas pelos índios a partir de 1977, que constituíam terras de ocupação tradicional, que foram asseguradas, pelo menos em sua parcialidade. No presente relatório, reservo o termo **aldeia** e **terra indígena** apenas para as terras que foram demarcadas a partir do Decreto 1775, pois algumas áreas demarcadas anteriormente, a exemplo das reservas, não expressam a área de ocupação tradicional.

Entre os anos 1930 e 1960, ocorreu o processo de medição de terras para titulação por não-índios, conduzido pelo estado de Mato Grosso, com destaque para a criação da CAND

(1943). Levas de migrantes provocaram epidemias que geraram baixas demográficas importantes entre os Kaiowa e Nandeva, além de desarticulação social e novos deslocamentos territoriais.

Contudo, verifica-se que, a despeito da ocupação não-indígena intensiva, na primeira metade do século XX os Kaiowa e Nandeva continuaram acessando pontos do *teho ha guasu* (3) de origem para realizar suas práticas tradicionais, de acordo com documentos oficiais e com a memória oral dos índios. Assim, ainda que não tenham logrado manter a posse plena sobre a totalidade das áreas tradicionalmente ocupadas, os indígenas continuaram ocupando essas áreas das maneiras que lhes foram facultadas, ou seja, na condição de “peões” de fazenda, meeiros ou retirados para as matas longínquas. Além disso, a colonização não foi capaz de destruir a relação simbólica e afetiva com os *tekoha* de origem, que continua a estruturar a visão de mundo e a organização sociopolítica kaiowa e ñandeva.

A partir de 1960, a exploração da atividade agropecuária, atrelada à fixação maciça de não-índios no Cone Sul, provocou a desterritorialização das famílias kaiowa e ñandeva que haviam se refugiado nos fundos das fazendas.

No final dos anos 1970 (“tempo do direito”), os Kaiowa e Nandeva passaram a se unir em torno da luta pela demarcação das terras tradicionalmente ocupadas, com o objetivo de recuperar a posse plena sobre áreas dispostas no interior dos *tekoha guasu* onde pudessem realizar, em segurança, suas práticas tradicionais. Essa luta obteve reconhecimento do Estado, que passou a adotar novos critérios para a delimitação de terras indígenas, considerando que o reconhecimento das terras destinadas à sua posse deveriam garantir condições de sobrevivência não apenas física mas também sociocultural. Esse reconhecimento se consagra com a Constituição Federal de 1988. A partir de então, começam a ser exigidos estudos de identificação e delimitação de terras indígenas tradicionalmente ocupadas por povos indígenas e imprescindíveis à sobrevivência física e cultural dos grupos de acordo com seus usos, costumes e tradições.

O reconhecimento formal de direitos, no contexto da proteção e do respeito à diversidade cultural, oferece segurança jurídica aos povos indígenas. Nesse mesmo período, consolida-se o quadro de recuperação populacional indígena. No entanto, a expectativa de garantir direitos territoriais indígenas também acirrou conflitos de interesses, particularmente nessa região, que contou com investimento governamental em atividades monocultoras (cana e soja). Esses investimentos geraram a intensificação da exploração ambiental das áreas e uma

crescente especulação sobre as terras Guarani. Esses conflitos de interesses também têm impacto direto sobre as ações do órgão indigenista, que enfrentou e enfrenta inúmeros obstáculos ao cumprimento da determinação constitucional de regularização de terras indígenas - e não aldeamentos temporários – em favor dos Kaiowá e Guarani no Mato Grosso do Sul.

Como consequência, os indígenas passaram a enfrentar situações cada vez mais graves de discriminação por parte da sociedade não-indígena e significativas limitações à sua ocupação tradicional. Com efeito, o reconhecimento de direitos evidencia a presença indígena na região, antes maquiada por uma falsa invisibilidade, e impõe aos Kaiowá e Guarani restrições crescentes de acesso a suas terras tradicionais e aos recursos necessários à sua sobrevivência. A formação de acampamentos (às margens de rodovias, em imóveis titulados em favor de não-índios ou no interior das próprias Reservas) passou a ser uma estratégia empregada no sentido de impedir o rompimento forçado dos grupos com suas áreas tradicionais. Além disso, famílias kaiowá e guarani atualmente residindo em periferias de cidades no Cone Sul e em terras indígenas já demarcadas aguardam a delimitação da TI Dourados-Amambaípegua I para regressarem em segurança à área tradicionalmente ocupada.

Como se depreende dos registros dos trabalhos do Grupo Técnico, a situação conflituosa marca a região e se agrava com a presença do Estado, por meio do próprio órgão indigenista. Em áreas mais afastadas dos grandes centros urbanos, e particularmente em faixa de fronteira, a ausência de força policial para garantir a ordem e a segurança dos indígenas, servidores da Funai, membros dos Grupos Técnicos e mesmo ocupantes não-indígenas que participavam das atividades de identificação e delimitação da terra indígena, e especialmente das atividades de levantamento e cadastro fundiário e de benfeitorias, impediram a condução tranquila dos trabalhos de campo. Relatos de ameaças e perseguições por parte de funcionários das fazendas, bem como negativas de prestação de informações e de permissões para a entrada dos membros dos Grupos Técnicos requereram a construção de uma estratégia diferenciada para a conclusão da delimitação dessas TIs.

Desse modo, o presente relatório circunstanciado, documento de caráter técnico-científico formatado de acordo com a **Portaria 14/MJ**, fornece comprovações objetivas do direito originário dos Kaiowá ou Nandeva sobre a área ora proposta, localizada no interior do *tekoha guasu* aqui denominado Terra Indígena Dourados-Amambaípegua I, nos municípios de

Caarapó, Amambai e Laguna Carapã, abrangendo os *tekoha* **Laguna Joha, Km 20<sup>1</sup>, Javorai Kue e Pindo Roky**, com os quais essas comunidades, denominadas pelos mesmos nomes, mantêm vínculos históricos e atuais indissolúveis. A área proposta resulta do procedimento administrativo conduzido com base no **Decreto 1775/96**. Trata-se, conforme explicitado ao longo do relatório, de uma terra tradicionalmente ocupada, de acordo com o disposto no **artigo 231 da Constituição Federal**, uma vez que concentra elementos consistentes no que concerne a habitação permanente, atividades produtivas, recursos ambientais necessários ao bem-estar do povo e condições adequadas de reprodução física e cultural, segundo seus usos, costumes e tradições.

## INTRODUÇÃO

O estudo de identificação e delimitação da Terra Indígena Dourados-Amambaipagua I foi conduzido pelo Grupo Técnico constituído pela Portaria nº 789, de 10/07/2008/PRES/FUNAI, de 10 de julho de 2008, publicada no Diário Oficial da União - 133 - 14/7/2008 - Seção 2 (p.36). A coordenação do Grupo Técnico esteve a cargo do antropólogo Levi Marques Pereira, que realizou os estudos antropológicos e históricos em colaboração com os professores Dr. Jorge Eremites de Oliveira e Dra. Cândida Graciela A. Chamorro. A Portaria inclui ainda técnicos ambientais e fundiários, dado o caráter interdisciplinar deste tipo de trabalho.

O trabalho de campo do Grupo Técnico sofreu diversas interrupções devido a percalços judiciais e dificuldades operacionais. Isto resultou na dilatação dos prazos e na reedição da portaria nº 1429 de 28/09/2008/PRES/FUNAI, também publicada no Diário Oficial, instituindo a retomada do trabalho de campo por parte do Grupo Técnico para a realização de estudos complementares, necessários à finalização dos trabalhos de campo.

O presente relatório atende às exigências da legislação indigenista brasileira, sendo que os resultados dos estudos aqui descritos observam as diretrizes estabelecidas no Art. nº 231 da Constituição Federal, no Decreto nº 1.175/96 de 08 de janeiro de 1996 e na Portaria MJ nº 14 de 09 de janeiro de 1996. Deve-se considerar ainda que o processo de regularização

---

<sup>1</sup> Km 20 também recebe as denominações Urukuty (plantação ou concentração de plantas de urucum) e Barreiro Guasu (porque nas proximidades existiu no passado um grande barreiro ou bebedor de animais silvestres, sendo que a localidade era referência para prática de caça). Para facilitar a compreensão do presente Relatório, optei por utilizar apenas Km 20, forma como o local passou a ser conhecido a partir da ocupação não indígena da região, devido ao fato de estar situada a 20 quilômetros da sede da Companhia Matte Laranjeira.

fundiária das terras indígenas, como atributo do Estado Brasileiro, já está previsto na Lei 6.001/73.

O presente relatório incorpora dados do relatório ambiental realizado sob a responsabilidade do técnico ambiental Mário Vito Comar. Incorpora ainda, o relatório topográfico, realizado por Marcelo Antonio Elihimas - Engenheiro Agrônomo, Coordenador do levantamento fundiário, CR Nordeste 1/FUNAI/AL; Lude Simioli Junior - Engenheiro Agrônomo, CR Campo Grande/FUNAI/MS; José Augusto da Silva - Técnico Agrícola, CTL Porto Real do Colégio/FUNAI/AL; Francisco de Assis Pinheiro da Silva- Técnico em Agricultura e Pecuária, CR Fortaleza/ FUNAI/CE e José Maria da Silva Sales, Engenheiro Agrônomo, CTL Porto Velho/ FUNAI/RO. Os referidos relatórios seguem na íntegra em anexo.

A elaboração do relatório se beneficia de pesquisas anteriores realizadas pelo antropólogo coordenador, por ocasião do desenvolvimento da elaboração da dissertação de mestrado (UNICAMP -1999), da tese de doutorado (USP -2004a), do relatório de pós-doutorado (UNICAMP -2009) e, ainda, de outros relatórios técnicos de identificação de terras indígenas e laudos periciais realizados para a Justiça Federal de Mato Grosso do Sul. O trabalho de campo, voltado especificamente para a elaboração desse relatório, foi desenvolvido em períodos intermitentes entre setembro de 2009 e agosto de 2013.

Embora o procedimento seja de natureza estritamente administrativa, o que determina que ele esteja focado no atendimento às exigências estabelecidas na legislação indigenista brasileira, o trabalho requer investigação histórica e antropológica, o que leva à realização de pesquisas bibliográficas de natureza acadêmica e à aplicação de procedimentos metodológicos consolidados nas disciplinas de História e Antropologia. Assim, são incorporadas contribuições de várias pesquisas de historiadores e antropólogos que se dedicaram ao estudo das comunidades kaioiwá e guarani de Mato Grosso do Sul. Tais contribuições estão sempre identificadas e destacadas de acordo com as normas científicas.

No segundo semestre de 2008 iniciaram-se os trabalhos de levantamento etnográfico junto às famílias kaioiwá e guarani que compõem as comunidades que reivindicam a demarcação de terras indígenas, na área de abrangência dos estudos do presente Grupo Técnico, a partir da publicação da Portaria do Presidente da FUNAI, datada de 09 de julho de 2008. De julho até setembro houve dificuldades operacionais que implicaram em retardamento do início dos trabalhos. Ocorreu uma série de entraves e indefinições

administrativas que restringiram a fase inicial dos trabalhos aos estudos bibliográficos ou junto às famílias oriundas das comunidades mobilizadas em função da reivindicação de demarcação das terras, mas que residem em terras indígenas já regularizadas ou em acampamentos situados no perímetro urbano ou em margens de rodovias.

Cabe esclarecer que as comunidades incluídas no presente relatório estão fora das terras reivindicadas há mais de duas décadas, pois o processo de expropriação ocorreu até o início da década de 1980. As famílias das quatro comunidades aqui tratadas, Km 20, Javorai Kue/Piratini, Pindo Roky e Laguna Joha, encontram-se precariamente instaladas em terras indígenas já regularizadas, em forma de acampamento, de onde aguardam a conclusão dos trabalhos de demarcação. Em janeiro de 2013 parte da comunidade de Pindo Roky ocupou parte da terra reivindicada, onde permanece até hoje, enquanto aguarda a finalização do processo de demarcação.

Na maior parte da pesquisa de campo, o Grupo Técnico esteve acompanhado da Polícia Federal, dado o clima de ameaças constantes que resultam dos conflitos pela posse da terra, envolvendo comunidades kaiojá e guarani e proprietários rurais em todos os municípios incluídos no estudo do Grupo Técnico. Todas as comunidades incluídas no presente relatório, vivem em situação de territorialização precária, em espaço insuficiente para a produção e reprodução da vida social, segundo os usos e costumes das etnias kaiojá e guarani. Apresentam graus de mobilização diversos em relação ao processo de reivindicação territorial, conforme será detalhadamente discutido no espaço reservado no relatório para a descrição de cada comunidade.

Em cada uma das comunidades mobilizadas para o processo de reivindicação territorial, existem lideranças e grupos de famílias que estão mais diretamente envolvidos nos embates políticos e em tentativas de recuperação da posse das terras, com todos os riscos aí envolvidos. Outras famílias pertencentes a tais comunidades não estão cotidianamente envolvidas no processo, mas a maior parte delas aguarda a regularização oficial de suas terras para se somarem ao grupo. O grau de envolvimento tem relação direta com os processos políticos internos às próprias comunidades e às pressões do entorno regional, contrárias ao processo de demarcação. A opção de algumas famílias em não se envolver diretamente no conflituoso processo de reivindicação territorial remete, em vários casos, a compromissos e obrigações morais entre proprietários e famílias indígenas de comunidades mobilizadas no processo de reivindicação territorial, já que muitas famílias indígenas convivem, há várias décadas, com os atuais proprietários das terras por eles reivindicadas, muitas vezes na

condição de empregados das fazendas ou peões, como se diz na linguagem regional e até mesmo numa relação de compadrio com os proprietários das terras.

A chegada do Grupo Técnico aos acampamentos dos Kaiowá e Guarani sempre era bem recepcionada pelas lideranças políticas e religiosas, ansiosas pela regularização das terras de ocupação tradicional de suas famílias e comunidades. Em muitos casos convidavam os membros do Grupo Técnico para participarem de rituais religiosos, conduzidos por xamãs, procedimento por eles considerado como necessário para que tudo corra bem com os trabalhos. Após o evento religioso, iniciava a reunião com as lideranças e demais membros dos grupos familiares. Sempre foi expressiva a participação de líderes políticos e religiosos, como evidenciam os diversos relatos e fotos que aparecem ao longo do relatório.

Nos acampamentos e ocupações, os membros do Grupo Técnico permaneceram por tempo suficiente para adquirirem a necessária familiaridade com seu cotidiano. Tal familiaridade é pré-requisito para a aplicação de uma série de técnicas de coleta de material etnográfico que constituem o escopo metodológico da antropologia. Também foi possível presenciar uma série de rituais de diversas naturezas, inclusive de curas praticadas pelos xamãs.

O termo ‘guarani’ é convencionalmente empregado na bibliografia histórica e etnográfica para designar conjuntamente os subgrupos classificados linguisticamente como guarani que, no Brasil, seriam os grupos étnicos kaiowá, ñandeva e mbyá. Isto porque ambos fazem parte da família linguística classificada como guarani que, além do parentesco linguístico, expressam proximidade histórica e cultural. Em Mato Grosso do Sul, a etnia linguisticamente classificada como “Ñandéva” se autodenomina e é denominada pelos Kaiowá como Guarani. Por esse motivo, no presente relatório reservo o termo guarani para me referir à etnia que os linguistas classificam como Ñandeva. Isto se justifica porque a etnologia atual segue a orientação de adotar, nos escritos sobre determinada etnia, sua autodenominação. Assim, a região objeto de estudo do presente Grupo Técnico é reivindicada por comunidades pertencentes aos grupos étnicos kaiowá e guarani, com predominância numérica dos Kaiowá.

Quanto ao modo de pensar as distinções entre esses dois grupos, levamos em conta que as abordagens antropológicas mais recentes priorizam o sentimento de pertencimento e identificação étnica como critério fundamental de classificação dos grupos étnicos e das relações que entre eles se desenvolvem. Vale lembrar que os Kaiowá costumam não se

reconhecer como Guarani, sendo este último termo utilizado por eles para designar o grupo classificado pelos linguistas como Ñandéva. No presente relatório, seguindo o modo de classificação dos dois grupos étnicos, cujas comunidades são o objeto do estudo de identificação, reservamos o termo “guarani”, para denominar o grupo classificado linguisticamente como Ñandéva e o termo “kaiowá” para o segundo grupo, nesse caso, coincidindo com a classificação linguística. As relações interétnicas entre esses os Kaiowá e os Guarani serão detalhadas ao longo do relatório, contemplando as especificidades de cada comunidade.

As comunidades objetos do presente estudo, Javorai Kue, Pindo Roky Km 20 e Laguna Joha, se identificam como Kaiowá. A predominância e proeminência política kaiowá se reflete também na antiguidade das parentelas que habitavam o local desde o período anterior à penetração colonial.

Os dados históricos fornecidos pelo estudo genealógico indicam que, a partir do final do século XIX, intensificou-se a expansão dos Guarani da região do rio Iguatemi, por eles ocupada desde tempos pré-coloniais, em direção aos rios Dourados e Amambai. Tal expansão foi favorecida pela atividade extrativista da erva-mate no Sul de Mato Grosso do Sul, que se estendeu desde a penúltima década do século XIX até a metade do século XX, impondo grande mobilidade às famílias indígenas da etnia guarani. No mesmo período, famílias guarani também migraram do estado de São Paulo e Paraná para o sul de Mato Grosso do Sul, intensificando a presença guarani na região. Mas o principal fator de intensificação da mobilidade dos Guarani foi a atividade ervateira. Os direitos de arrendamento de terras para a exploração de erva-mate no território de ocupação tradicional kaiowá e guarani se iniciaram com o decreto nº 8799, de 09 de dezembro de 1882. Através desse decreto, Thomaz Laranjeira<sup>2</sup> recebeu, como objeto de concessão, do então Governo Imperial, uma extensa área para exploração dos ervais nativos existentes na região.

Desde esse período, muitas famílias guarani acabaram se juntando às comunidades kaiowá, com as quais estabeleceram frequentes trocas matrimoniais. Os estudos genealógicos revelam que a frequência de casamentos entre as duas etnias intensificou-se na situação de reserva, quando parentelas kaiowá e guarani passaram a dividir o mesmo espaço. Desse

---

<sup>2</sup> Nos documentos e trabalhos acadêmicos sobre Thomaz Laranjeira e a empresa por ele fundada, Companhia Mate Laranjeira, o nome “Laranjeira” encontra-se grafado indistintamente com “j” e com “g”. Nesse sentido, se manteve a grafia original desses escritos.

modo, o número de casamentos entre os dois subgrupos aumentou nas gerações mais novas, mas é menos frequente nas gerações mais velhas (c. ref. PEREIRA, 2004a, cap. 2).

A participação das comunidades, principalmente de suas lideranças, durante todo o trabalho de campo realizado pelo Grupo Técnico, foi fundamental para levantar as informações que compõem o conjunto de dados etnográficos ora apresentado. Isto porque as famílias que integram as comunidades vivem, atualmente, dispersas por diversas localidades, desde que ocorreu sua remoção compulsória dos locais de ocupação tradicional. Sem o apoio das lideranças, não teria sido possível localizar as famílias inseridas na história e na configuração social de cada comunidade. As lideranças estão retomando as relações entre as famílias e, constantemente, se deslocam entre as diversas localidades por onde se dispersaram. Nesse movimento, se esforçam por reagrupar as famílias em comunidade política, para assim, reivindicar seus direitos territoriais.

As comunidades, de que trata o presente relatório, obviamente, são históricas. Sua configuração se transforma pela própria dinâmica interna de constituição e reconstituição das parentelas<sup>3</sup>, inseridas em arranjos que, a cada momento, instituem uma comunidade política, denominada pelos Kaiowá e Guaraní como *tekoha*<sup>4</sup>. Cabe destacar que, ao longo das últimas décadas, as comunidades se transformaram também por fatores externos, devido à interferência direta da sociedade nacional e, em especial, ao processo de expropriação da maior parte das terras de ocupação tradicional e recolhimento compulsório em reservas.

A perda do território subtraiu a base de sustentabilidade e a disposição espacial das comunidades, que antes se territorializavam de acordo com a moldura de sua organização sócio-política específica. O tempo decorrido desde a expropriação das terras de ocupação tradicional, a dispersão das famílias por fazendas, reservas indígenas e periferias de cidades, impôs profundas transformações no perfil da população de cada uma das comunidades.

Os acampamentos e as tentativas de reocupações, descritas e analisadas no presente relatório, são iniciativas que emergem das ações de lideranças de comunidades que passaram por violento processo de expropriação territorial. Tais iniciativas se constituem como estratégias para reverter o processo de fragmentação a que tais comunidades ficaram expostas. Uma vez reagrupados, tentam reconstruir a história de suas comunidades, recuperando passo a

---

3 O formato próprio da organização social kaiowá e as características morfológicas de constituição e reconstituição das parentelas estão descritos na dissertação de mestrado e tese de doutorado de Pereira (1999 e 2004a).

4 Denominação que agrega o sentido de comunidade, enquanto coletivo humano e do espaço por ela ocupado para efetivação de suas práticas sociais.

passo a memória das práticas sociais construídas no território de ocupação tradicional do qual foram expulsos. Aos poucos, a constituição das trajetórias das parentelas e da história de seus líderes antigos e atuais vai reavivando os contornos sócio-culturais das comunidades. Também vão emergindo, com clareza, os limites do território onde desenvolviam sua existência social e para onde querem retornar. Consideram que reaver a posse de tais territórios é condição imprescindível para atualizar práticas e relações interrompidas por processos alheios à vontade das comunidades. A relação com o território está intimamente ligada à percepção da continuidade histórica e cultural da comunidade expulsa em décadas passadas e daquela composta pelas atuais famílias que reivindicam a demarcação da terra. São esses os dados fundamentais que o presente relatório pretende demonstrar através de diversos recursos metodológicos.

## **PRESSUPOSTOS TEÓRICOS E PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS ADOTADOS NO ESTUDO DE IDENTIFICAÇÃO E DELIMITAÇÃO DA TERRA INDÍGENA DOURADOS- AMAMBAIPEGUA**

O relatório circunstanciado de identificação e delimitação da Terra Indígena Dourados-Amambaípegua segue o formato estabelecido pela Portaria MJ nº 14 de 09 de janeiro de 1996 e procura atender, da forma mais objetiva possível, às exigências e quesitos ali formulados. Atende também à exigência de adequação aos demais dispositivos da legislação indigenista, elencados em páginas anteriores, que tratam da regulamentação dos estudos de identificação e delimitação de terras indígenas no Brasil. Para atender a essas exigências recorro à aplicação de uma série de procedimentos de pesquisa consolidados no arcabouço teórico e metodológico da disciplina antropológica. Os procedimentos aqui adotados são de aceitação geral entre os especialistas dessa área do conhecimento, experimentados, ao longo de várias décadas de exercício, por seus principais expoentes.

A metodologia visa assegurar a análise e a descrição dos dados oriundos de fontes orais e escritas considerando os contextos histórico, social e cultural nos quais emergem. A prática antropológica estabelece a exigência desse rigor metodológico, para que o pesquisador possa identificar e discernir os significados mais amplos dos dados etnográficos com os quais se depara em sua pesquisa de campo. O ofício do antropólogo, aplicado à confecção de relatórios técnicos de alta complexidade, exige a conjugação de uma série de procedimentos

de pesquisa. O manejo desses procedimentos requer anos de treinamento sistemático, o que normalmente ocorre em cursos de pós-graduação. Entre os procedimentos adotados cabe destacar: a) pesquisa de campo junto aos índios; b) pesquisa documental junto aos arquivos, imprensa, processos administrativos e judiciais e; c) pesquisa bibliográfica em livros, artigos, jornais e em trabalhos de cunho científico, como dissertações de mestrado e teses de doutorado. As informações descritas e analisadas no presente relatório compõem um quadro analítico e interpretativo, orientado pela preocupação de reunir o máximo de elementos históricos e etnográficos que permitam atestar em que medida a localidade denominada de Dourados-Amambaípegua I constitui-se como Terra de Ocupação Tradicional de comunidades kaioiwá e guarani.

A reconstituição escrita da história coletiva da ocupação dessa terra, por parte das comunidades que atualmente reivindicam sua demarcação, foi realizada mediante o registro da história oral, das narrativas de seus principais líderes e das histórias de vida de diversas pessoas da comunidade. A memória da ocupação kaioiwá e guarani na terra indígena Dourados-Amambaípegua I é composta com as informações coletadas junto às famílias indígenas que vivem nos acampamentos ou nas ocupações e com outras famílias originárias do local, mas que vivem em reservas demarcadas ou em periferias de cidades da região. Recorreu-se também à pesquisa junto a não-indígenas, antigos moradores da região, que conviveram com as algumas das comunidades descritas no relatório, e que conheceram ou, no caso de uma das comunidades, se envolveram diretamente no processo de esbulho das terras indígenas. Tais casos são descritos em detalhes mais adiante.

Como registrado em páginas anteriores, os trabalhos de campo foram divididos em vários períodos, distribuídos entre as várias comunidades, cujo território de ocupação tradicional se insere na área de trabalho do Grupo Técnico Dourados-Amambaípegua I. O período de estadia junto aos acampamentos e ocupações foi dedicado à realização de entrevistas individuais e coletivas, registro de genealogias, identificação dos locais apontados pelos Kaioiwá e Guarani como sendo de ocupação tradicional de suas comunidades, e elaborações de croquis e mapas demonstrativos.

É fato amplamente documentado nas ciências humanas que os ajuntamentos coletivos produzem fenômenos *sui generis*, de natureza diferente dos fenômenos individuais. Tal proposição foi importante para compreender a efervescência que surgiu nas reuniões de

antigos moradores das diversas comunidades – *tekoha*<sup>5</sup>, que compunham a rede de alianças entre as comunidades – *tekoha guasu*<sup>6</sup>, que ocupavam espaços localizados no interior do território aqui identificado sob a nomenclatura técnica de Dourados-Amambaípegua I. Nessas reuniões, os membros das comunidades-*tekoha*, que viveram no interior da *tekoha guasu* Dourados-Amambaípegua I antes do período da expulsão, rememoravam suas experiências coletivas, os encontros políticos, as festas e os rituais que promoviam nos locais onde estavam estabelecidas as diversas comunidades aliadas. Tais lembranças eram sempre abordadas como fenômenos importantes da vida social, os quais desejam reativar.

Nas reuniões de líderes de diversas comunidades era recorrente que identificassem, com pesar, os efeitos nocivos provocados pela interrupção das festas e rituais. Os líderes reunidos para discutir a história de suas comunidades reconheciam os efeitos desarticuladores da vida social provocados pelo processo de expropriação territorial e dispersão das famílias. Expressavam muita clareza a respeito dos prejuízos, tanto para a existência individual, como para suas famílias nucleares, suas parentelas e para a dinâmica de suas comunidades. Ao mesmo tempo, a lembrança das formas de sociabilidade interrompidas reacendia neles o desejo de recompor suas comunidades nos territórios reconquistados, ou como diziam: “lutar para ter de volta nossa terra, para nossos parentes viverem juntos novamente”.

O ajuntamento dos antigos líderes em torno desse objetivo específico gerou uma situação, em certa medida, autônoma em relação às vontades individuais. Funcionou também como suporte da memória coletiva, combinando os fragmentos das lembranças individuais e reconstituindo o processo da história vivida. Vários detalhes das histórias não eram lembrados integralmente pelos participantes, seja pelo processo seletivo da memória que sofre interferências das idiossincrasias individuais, seja pelos traumas resultados das pressões e mortes no momento em que foram expulsos da terra. Assim, as entrevistas coletivas acabaram se tornando uma espécie de acerto de contas com o passado, um momento de elaboração das

---

<sup>5</sup> A composição do *tekoha* envolve território, religião, economia, parentesco, política, etc., pois: “Pelos padrões de organização social *kaiowá*, a convivência entre distintas parentelas é tradicionalmente marcada pela polarização entre aliança e rivalidade. Historicamente, os grupos aliados residiam próximos uns dos outros, praticando intenso intercâmbio matrimonial e religioso. Várias parentelas residindo próximas umas das outras e relacionadas entre si por forte coesão social e solidariedade política, formavam o que a literatura sobre os *Kaiowá* costuma denominar de *tekoha* (PEREIRA 2007:13)

<sup>6</sup> A comunidade -*tekoha*, não desenvolvia uma existência fechada em si mesma, pois “Era comum que os *Tekoha* também estivessem inseridos em redes de alianças mais amplas, de caráter político e, principalmente, religioso” (PEREIRA 2007:3). São essas “redes de alianças mais amplas”, que transcendem a comunidade local, que a literatura etnográfica sobre os *Kaiowá* e os *Guarani* define como *tekoha guasu*.

experiências passadas, compreensão do presente e projeção do futuro<sup>7</sup>. Em situações desse tipo, o antropólogo atua como provocador, propondo temas e deixando que as pessoas se expressem livremente. Em determinados momentos pode fazer uma síntese das exposições e propor novas questões para o aprofundamento de alguns aspectos.

Ainda como recurso metodológico, sempre que a oportunidade se enunciava, os membros do Grupo Técnico buscavam problematizar os conteúdos das narrativas com informações oriundas das genealogias de parentesco, dos registros das trajetórias individuais e das fontes documentais. É claro que isso era sempre realizado com o cuidado necessário para não interromper o fluxo próprio das narrativas individuais e coletivas, ordinariamente marcadas pelo clima de emoção e/ou comoção, muitas vezes responsável por trazer à tona informações imprescindíveis à compreensão da história da comunidade. Tal problematização era sempre orientada com o propósito de precisar as informações através do entrecruzamento de dados, recurso que permite periodizações mais consistentes e encadeamento dos elementos que compõem as diversas narrativas.

É notório o trauma dos líderes dessas comunidades, por conta de violências sofridas no processo de expropriação de suas terras de ocupação tradicional, processo perpetrado até o início da década de 1980. Reclamam também de violências e ameaças sofridas por setores da sociedade regional, a partir do momento em que começaram a reaglutinar suas comunidades.

Os acampamentos de comunidades mobilizadas para a demarcação das terras que consideram de ocupação tradicional, mesmo quando estão localizados no interior de terras indígenas demarcadas, geram mal-estar nas relações com outros índios que vivem na reserva, especialmente com suas lideranças oficiais, que não vêem com bons olhos a presença de grupos organizados no interior de seu espaço de jurisdição política. No entorno regional, muitos políticos ou mesmo cidadãos comuns, que vivem da contratação de mão de obra ou outros serviços desenvolvidos junto às famílias indígenas, como donos de mercados, taxistas, etc., são contrários à demarcação das terras indígenas e se aproveitam dessas dificuldades políticas entre os líderes de terras demarcadas e os líderes de comunidades mobilizadas em torno da demanda fundiária. Essas pessoas potencializam os conflitos, estimulando a hostilidade de determinadas lideranças aos grupos mobilizados em torno da demanda fundiária. Já os acampamentos situados em margens de rodovia são constantemente

---

7 Thomson (1992) discute em profundidade as características e implicações metodológicas da entrevista coletiva.

monitorados e assediados - em tom de ameaça -, seja por empregados de empresas de segurança contratadas pelos proprietários rurais, seja por funcionários das fazendas.

Cabe esclarecer que os líderes de comunidades que requerem a demarcação de terras, muitas vezes aglutinam as famílias no interior de uma reserva, na forma de um acampamento precário, com casas cobertas de lona plástica. A iniciativa cumpre funções variadas, tais como: dar visibilidade da comunidade junto aos órgãos de governo, reativar práticas comunitárias entre as famílias, cobrar providências quanto à regularização terra, etc.

Um aspecto muito comentado pelos líderes das comunidades mobilizadas para a reivindicação territorial é a morte ou prisão de lideranças. Com frequência lembram-se de líderes “assassinados na luta”, como Marçal de Souza, Marco Veron, Rolindo Vera, etc. O caso de Marcos Veron é emblemático para pensar a relação dos Kaiowá e Guaraní com a sociedade regional. Conheci esse líder em 1984/85, quando atuei como técnico agrícola na reserva de Dourados. Naquela época, Marco Veron residia na reserva de Dourados, juntamente com boa parte de sua família extensa. Mas foi apenas a partir da década de 1985, com as tentativas de recuperação da posse da terra indígena Pirakuá, que ele começou a atuar mais efetivamente como liderança dedicada a forçar a FUNAI a realizar o reconhecimento de terras indígenas na região sul de Mato Grosso do Sul. Na sequência teve atuação determinante na mobilização das lideranças para retomar a reserva de Jarará, na qual participou na linha de frente da recuperação da posse.

No final da década de 1980, Marco Veron começou a interagir mais efetivamente com os parentes de sua mulher, oriundos da terra indígena Taquara, sendo que, nos anos seguintes, colocou sua experiência de funcionário de carreira do Serviço de Proteção ao Índio - SPI e depois da FUNAI, na época já aposentado, a serviço da demanda fundiária dessa comunidade. Foi Marco quem articulou com outros líderes de famílias oriundas de Taquara, no sentido de mobilizar a comunidade para o retorno àquela área, acabando por assumir a liderança nas tentativas de recuperação da posse dessa terra, a partir de abril de 1999. Considerando o importante papel político por ele desempenhado, não causa maior surpresa a profunda marca deixada por sua morte na história recente da comunidade de Taquara e de várias outras comunidades. Por outro lado, as lideranças sempre se referem a Marco Veron e outros líderes assassinados como pessoas que “deixaram um exemplo para ser seguido”, inspirando uma nova geração de líderes “a continuar a luta que eles começaram”, pois segundo dizem, “não podemos esquecer o sangue que eles derramaram”.

As *aty guasu* são reuniões gerais, realizadas em periodicidade variável, geralmente entre quatro e seis por ano, nas quais se juntam, por dois ou três dias, as principais lideranças de acampamentos, ocupações e terras demarcadas. Os membros do Grupo Técnico estiveram em várias dessas reuniões, desde o período em que foi emitida a primeira Portaria instruindo o seu trabalho e puderam constatar o clima de mal-estar, embaraço e comoção gerado entre os indígenas pelos relatos das ameaças e mortes de lideranças. Essas reuniões gerais reúnem, muitas vezes, centenas de pessoas pertencentes a dezenas de comunidades, de modo que as discussões aí realizadas tendem a se reproduzir nas comunidades, ampliando sua expressão política.

Os Kaiowá e Guaraní das comunidades mobilizadas em torno da demanda de demarcação das terras que consideram de ocupação tradicional apresentam forte sentimento de revolta pela exposição à violência a que seus líderes estão sujeitos. Consideram que as autoridades são omissas na apuração dos crimes e condenação dos culpados. Maria Hilda B. Paraíso, em *Reflexões Sobre Fontes Orais e Escritas na Elaboração de Laudos Periciais*, afirma que “a desesperança numa solução é uma das causas principais do desestímulo em relembrar as antigas aldeias e sua localização, assim como a história do contato e suas mazelas” (PARAÍSO, 1994: 50). Assim, um dos desafios enfrentados no início do estudo foi superar o clima de revolta e descrença, buscando formas de lidar com situações fortemente emotivas e as insistentes lamentações que sempre surgiam quando as discussões remetiam a eventos envolvidos nos processos de expropriação do território de ocupação tradicional das comunidades ou a violências perpetradas contra os líderes indígenas. Aos poucos, essas dificuldades foram sendo superadas e a história, tanto recente como do período anterior à expulsão das comunidades de suas terras no *tekoha guasu* Dourados-Amambaípegua I, foi emergindo, ganhando corpo e sentido.

No início dos trabalhos do Grupo Técnico, algumas lideranças manifestavam esperanças e expectativas por uma ação rápida e decisiva do Estado no reconhecimento de suas terras. A expectativa vinculava-se à demanda de regularização das terras guarani e kaiowá, reprimida por décadas, mas logo ela se esvaiu e as lideranças se deram conta da dimensão das dificuldades a serem enfrentadas no processo de demarcação. Desde o lançamento oficial dos seis s, em julho de 2008, Mato Grosso do Sul viveu um clima de intensa mobilização política e o tema da demarcação das terras indígenas foi muito exposto na mídia. A quase totalidade dos políticos do Estado manifestou-se abertamente contrária ao desenvolvimento dos trabalhos previstos nas Portarias dos Grupos Técnicos, sendo que os

meios de comunicação também deram enormes destaques às manifestações de posicionamentos contrários à demarcação. As lideranças indígenas ficaram perplexas pela grande mobilização da sociedade regional, esmagadoramente contrária ao reconhecimento das terras de ocupação tradicional, sendo que, muitas vezes, procuravam os membros do Grupo Técnico, buscando explicação para o fato da demarcação de suas terras estarem causando tanta mobilização contrária. Aos poucos, as lideranças foram percebendo que o reconhecimento de suas terras não aconteceria com a urgência por eles requerida e que seria um processo longo e incerto, marcado por vários percalços políticos e jurídicos. Em muitos casos, isso gerou profundo desânimo e até desespero em alguns líderes.

A euforia inicial e a subsequente desesperança implicaram em enormes dificuldades para os trabalhos de identificação, conduzidos junto a lideranças e comunidades com ânimos exaltados. Os membros do Grupo Técnico se empenharam em administrar tais situações, sempre procurando demover intenções mais afoitas de determinadas lideranças que incitavam seus companheiros a tomarem iniciativas precipitadas, como, por exemplo, ocupações de propriedades fortemente vigiadas por seguranças particulares, o que poderia ter desfechos catastróficos. A intenção era sempre lembrá-los da conveniência de manter o processo dentro da legalidade e recorrer sempre à segurança jurídica que o Estado tem obrigação de garantir a todos os cidadãos.

Superadas as dificuldades, dúvidas, impaciências e desconfianças iniciais, passou a predominar, nas comunidades, a compreensão de que a emissão das Portarias dos Grupos Técnicos, com a atribuição de realizar os estudos de identificação e delimitação, representava um passo decisivo para a resolução do histórico problema da expropriação das terras indígenas em Mato Grosso do Sul. As famílias das comunidades kaioiwá e guarani, junto às quais o Grupo Técnico realizou os levantamentos de campo, manifestavam a clara convicção de que a ausência de espaço físico é o principal empecilho para seguirem se reproduzindo enquanto comunidade étnica específica. A possibilidade de disporem novamente de seus territórios tradicionais, para novamente rearticular suas comunidades, reacendeu, nas lideranças, a esperança de assegurar definitivamente a posse da terra, pondo fim à situação de completa insegurança em que vivem em acampamentos, sob a constante ameaça de despejo, em periferias de cidade ou amontoados em pequenas áreas de reservas.

Muitas vezes, essas lembranças eram dolorosas para a maioria das pessoas, principalmente para os familiares das pessoas que sofreram violências quando da retirada à força de suas terras de ocupação tradicional. Os líderes políticos e religiosos mais velhos, que

nasceram e viveram nas terras de ocupação tradicional de que trata o presente relatório, muitas vezes demonstravam dificuldades de superar a profundidade temporal que separa o tempo atual do tempo em que viviam nas comunidades de origem, bem como de enfrentar traumas sentimentais associados às violências sofridas. No que se refere ao tempo, em alguns casos são cerca de cinco décadas separando o momento atual dos fatos então vividos. No que diz respeito aos traumas sentimentais, se viam confrontados com a necessidade de justificarem para si mesmos e para a comunidade de seus descendentes porque foram impotentes para fazer frente às ações dos fazendeiros e de funcionários do SPI e FUNAI, que expulsaram a comunidade de suas terras, impingindo-lhe uma série de violências físicas e morais.

Para os técnicos do Grupo Técnico, registrar as narrativas que compõem as histórias de comunidades que viveram tantos reveses e violências exigiu grande esforço para eleger, em cada momento, os métodos mais adequados. O campo da produção historiográfica vive um processo de constante renovação teórica e metodológica. O estudo de povos que não fazem uso do código escrito recebeu contribuições significativas da etno-história que, mobilizando métodos especializados, permite maior percepção, registro e análise das categorias de tempo presentes em sociedades indígenas. Cada vez mais se impõe a necessidade de que a pesquisa leve em consideração as formulações metodológicas de outras disciplinas, o que resulta em trabalhos que procuram aplicar a multidisciplinaridade e a interdisciplinaridade. Na redação de um relatório de identificação de terra indígena, essa abordagem torna-se um imperativo, pois é o único método adequado para dar conta do objetivo proposto. Esses postulados são de fundamental importância no imbricamento de informações oriundas de fontes orais e escritas, apresentadas ao longo do texto.

A história não é algo estabelecido e imóvel, mesmo quando ela está imortalizada através da escrita. A história sempre comporta uma multiplicidade de processos que faz com ela exista enquanto problema, periodicamente sujeita a novas indagações, impondo a necessidade de novas respostas. O registro documental deve ser pensado como um vestígio que deve ser indagado, pois não fala por si só, já que a revelação de seu conteúdo depende das indagações propostas pelo pesquisador e do domínio de outros elementos que compõem o ambiente social e político no qual tal registro foi produzido. Dessa forma, a documentação escrita deve ser entendida como construções sociopolíticas que estão intimamente relacionadas com os interesses e as necessidades dos agentes históricos que as produzem e com o ambiente político e cultural da época em que viveram tais sujeitos sociais.

O analista de fontes documentais escritas tem a obrigação de realizar a crítica metodológica das fontes para identificar a existência de possíveis inconsistências e lacunas, para extrair delas as motivações e interesses que mobilizaram os atores sociais a produzirem registros de fatos determinados. No caso do presente relatório, documentos produzidos pelo SPI e pela FUNAI relatam o processo de espólio da terra tradicionalmente ocupada por comunidades kaiowá e guarani. Tais documentos revelam o enfoque ideológico desses registros, deixando transparecer a visão dos agentes do órgão indigenista oficial sobre a presença indígena nas terras que até então ocupavam; mas pode revelar também os compromissos assumidos por esses agentes com as frentes de ocupação agropecuárias em expansão no sul do então Estado de Mato Grosso. Estes fatores fazem com que o processo de perda da terra de várias comunidades kaiowá e guarani, em Mato Grosso do Sul, assumam um caráter dramático, como foi suficientemente demonstrado nos trabalhos de Antonio Brand (1993 e 1997) e Rosely Pacheco (2004), entre outros. Ao longo do relatório, esse tema será retomado quando os registros documentais sobre presença de comunidades indígenas forem analisados.

Como apontamos anteriormente, a pesquisa de campo não constitui procedimento metodológico exclusivo, aplicado no levantamento dos dados que compõem o presente relatório; isso é devido ao formato de sua estruturação, tendo em vista o atendimento às exigências estabelecidas na legislação indigenista brasileira. Entretanto, uma pesquisa de campo bem orientada é fundamental para a caracterização da natureza antropológica do relatório, daí o necessário rigor na explicitação da metodologia aplicada. O conjunto de procedimentos metodológicos norteadores da pesquisa permitem demonstrar como a forma de ocupação reflete o modelo de organização social típico das comunidades étnicas kaiowá e guarani. A organização social dessas etnias é suficientemente conhecida a partir de vasta bibliografia etnológica que remonta aos primeiros séculos da conquista européia na América (por exemplo: MONTROYA, 1876 e 1985; SCHADEN, 1974; MELIÁ, GRÜNBER & GRÜNBERG, 1976; PEREIRA, 1999 e 2004a).

A quase totalidade da documentação escrita sobre as comunidades kaiowá e guarani foi produzida por elementos não pertencentes à sua etnia. Só recentemente eles formaram acadêmicos em nível de pós-graduação *stricto sensu*, que se dedicam ao registro de sua história, expressões e práticas culturais, como é o caso do antropólogo kaiowá Tonico Benites, que defendeu sua dissertação de mestrado em antropologia no Museu Nacional da Universidade Federal do Rio de Janeiro (BENITES, 2009), e segue cursando o doutorado em

antropologia na mesma instituição. Isso porque a sociedade kaiowá é tradicionalmente ágrafa, não dispondo de registros escritos sobre si mesma. Via de regra, os registros foram produzidos por missionários, viajantes, administradores e acadêmicos. Só a partir de meados do século passado (séc. XX), foram confrontados mais diretamente com a escrita; em geral, seu domínio é elementar e restrito à minoria de seus integrantes, geralmente pessoas mais jovens, com exceção de professores e alguns funcionários administrativos que chegaram a cursar a universidade. A ausência de narrativas escritas implica que a reconstituição histórica deva ser buscada através da aplicação de procedimentos retirados do instrumental teórico/metodológico da antropologia e da etnohistória, como recursos que permitem um tratamento científico das narrativas orais, para reconstituir a trajetória histórica das comunidades de que trata o presente relatório.

Nos últimos anos, os Kaiowá e Guarani passaram a se apropriar da escrita, inclusive para dar visibilidade às suas demandas territoriais junto à FUNAI, MPF e imprensa. Assim, para o período recente, dispõe-se de alguns registros escritos confeccionados por professores indígenas e líderes de comunidade, bem como mapas e croquis das terras por eles consideradas como de ocupação tradicional. Alguns desses registros escritos serão incluídos no presente relatório, sempre a partir da aplicação do mesmo tratamento crítico dispensado às demais fontes escritas produzidas por pessoas não pertencentes às etnias kaiowá e guarani. No trabalho antropológico, os dados que embasam as explicações sobre os fenômenos da vida social sempre emergem a partir da apreciação crítica das informações coletadas ao longo da pesquisa. A exigência da submissão à crítica se estende também às informações oriundas de fontes orais, que também devem passar pelo mesmo crivo metodológico, ordinariamente aplicado às informações coletadas nos registros escritos, muito úteis como fonte documental.

Por sua vez, os relatos orais devem ser cotejados e confrontados entre si. É requerido o registro da expressão de pessoas situadas em distintas posições sociais, para comparar com o posicionamento assumido em vários outros relatos, sendo tal procedimento um importante instrumento metodológico de controle dos dados produzidos na pesquisa e que subsidiam as conclusões do trabalho. Da mesma forma que as informações escritas, a significação profunda dos relatos orais só pode ser apreendida quando esses são discutidos em relação ao contexto sócio-político e cultural no qual estão inseridos. Aplicando procedimentos metodológicos apropriados, as narrativas orais expressam fenômenos recorrentes da história vivida e pensada em determinada comunidade. Afirmamos a importância da história pensada, porque esta é constantemente revisitada, atualizada, redescoberta e ressignificada, a partir dos

interesses do presente. Nesse sentido, a história, seja transmitida de forma escrita ou oral, é um processo de significação sempre revigorado.

A coleta, registro, comparação e ordenação das informações, que aparecem nas histórias de vida das pessoas mais velhas das comunidades descritas no presente relatório, fazem emergir as histórias coletivas dessas comunidades, que estavam vinculadas umas às outras a partir da participação conjunta em eventos políticos e em práticas culturais realizadas no passado. Tais memórias remetem ao período anterior à chegada das frentes extrativistas de erva-mate, primeiro empreendimento econômico de caráter permanente na região e, portanto, anterior à chegada dos primeiros proprietários particulares de terra na região que, gradativamente, foram adquirindo títulos, junto ao antigo estado de Mato Grosso, sobre as terras de ocupação tradicional dos Kaiowá e Guaraní.

As memórias evidenciam que a perda do território impôs a desarticulação de vastas redes de alianças políticas e rituais, resultando em grande fragmentação das comunidades hoje recolhidas nas reservas. Alguns eventos vividos no passado e no presente marcam profundamente a memória histórica dessas comunidades, tais como festejos, rituais e conflitos pela terra. Estes evidenciam conexões e confluências entre as trajetórias individuais e configuram a percepção de um destino comum, compartilhado por famílias extensas, comunidades e pelo conjunto de comunidades que, historicamente, estavam assentadas em localidades próximas. Assim, a partir da análise das sagas individuais, é possível dizer algo a respeito de tempo biográfico, de onde surgem as relações sócio-estruturais que caracterizam o tempo histórico dos grupos familiares que compõem as comunidades de que trata o presente relatório.

No tempo presente, a memória dos eventos passados, percebidos como situados em um tempo glorioso, de fartura e harmonia nas relações entre as pessoas e as comunidades, ativa o desejo de novamente recompor as comunidades nos espaços dos quais elas foram desalojadas. Para os líderes políticos das comunidades kaiowá e guarani, a reconquista do território é a condição *sine qua non* para recomponem suas comunidades e refazerem as alianças entre elas. Tal desejo é o que os move na luta pela reconquista dos territórios dos quais foram expropriados.

Os significados atribuídos aos eventos coletivamente compartilhados estão ancorados na experiência cultural comum, o que permite ordená-los em uma mesma cadeia semântica.

Concatenados no tempo, os eventos mostram a estrutura social em operação, na qual as alternativas são construídas a partir de alguns eixos principais, com destaque para:

- a) a insistência na prática do *ethos* kaiowá e guarani, expresso na organização social e em práticas rituais;
- b) a busca da manutenção da autonomia política das comunidades que, uma vez impedidas de se efetivar na condição de reserva, leva os líderes de comunidades recolhidas em reservas a decidirem por enfrentar a difícil condição dos acampamentos em margens de rodovia ou a se aventurarem em tentativas de recuperação da posse de terras que reconhecem como de ocupação tradicional, mas que estão registradas em nome de particulares, expondo a si e suas famílias a sérios riscos de conflitos com os proprietários;
- c) o desejo iminente de recomposição de redes de alianças matrimoniais, políticas e religiosas com outras comunidades kaiowá vizinhas;
- d) a relação com os agentes dos diversos segmentos da sociedade nacional, sempre polarizada por vetores de conflito e aliança.

A análise e comparação das genealogias e das histórias de vida dos Kaiowá e Guarani com mais de 60 anos, que ainda nasceram e viveram algum tempo no território apresentado como proposta para demarcação no presente relatório, permitem identificar ligações de parentesco típicas de comunidades étnicas kaiowá e guarani<sup>8</sup>. O cruzamento desses dados etnográficos permite ainda, em alguma medida, reconstituir o ambiente social da época em que essas comunidades ocupavam plenamente o território reivindicado. Naquele tempo, gozavam de autonomia para aí desenvolver a vida comunitária, de acordo com seus usos, costumes e tradições.

É certo que, desde a penúltima década do século XIX, já ocorria a presença de ervateiros em várias partes do território de ocupação tradicional das comunidades kaiowá e guarani, sendo iniciado o recrutamento da mão-de-obra indígena dos Kaiowá e Guarani de algumas comunidades para o trabalho nos ervais. Entretanto, segundo os relatos indígenas, havia o reconhecimento, por parte dos ervateiros, de que os Kaiowá e Guarani formavam comunidades com autonomia política e suas lideranças normalmente eram consultadas quando, por exemplo, ocorria o recrutamento de turmas para o trabalho nos ervais. Deve-se

---

8 A descrição das relações de parentesco características de comunidades kaiowá e guarani já foi realizada em diversos estudos de natureza acadêmica, listados na bibliografia final. Isto porque esse tem sido um dos temas centrais das pesquisas acadêmicas de vários estudiosos, como por exemplo Pereira (1999; 2004a; 2004b e 2009).

registrar que esse reconhecimento das comunidades indígenas, enquanto politicamente organizadas, não eliminava a assimetria nas relações entre os indígenas e os novos ocupantes do território. Pelo contrário, as narrativas são repletas de lembranças de arbitrariedades e violências cometidas contra os indígenas, fatos amplamente documentados por funcionários do SPI, como no célebre relatório de Pimentel Barbosa, reproduzido como anexo ao presente relatório (BARBOSA, 1927).

As lideranças são enfáticas em afirmar que em muitos casos havia uma espécie de consenso entre os primeiros ocupantes não-indígenas da região de que as terras ocupadas pelos Kaiowá e Guaraní para as atividades de caça, pesca, coleta e plantio de lavouras lhes pertenciam, e por isso, muitas vezes elas eram respeitadas. Até a década de 1940, o respeito às terras ocupadas pelos índios, em muitos casos, era facilitado pela grande extensão de terras que ainda não se constituíam em propriedades particulares, ou que, mesmo já havendo procedimentos de requerimento e registro, permaneciam apenas como objeto de especulação imobiliária, sem ocupação não indígena efetiva, já que se destinavam à comercialização, tão logo ocorresse sua valorização.

Esse consenso, ao qual muitas narrativas dos Kaiowá e Guaraní mais velhos se referem, pode ser atestado na carta do delegado da Polícia Civil de Juti, quando, em 1951, encaminhou lideranças da comunidade kaiowá de Taquara para tratarem da questão da terra com a chefia do SPI em Dourados. Embora não houvesse nenhum procedimento formal de reconhecimento de Taquara como terra indígena, ele denominou o local como “aldeia Tacuara” e o líder como “capitão<sup>9</sup>”, de acordo com as designações utilizadas naquele momento pelo SPI, explicitando a extensão do reconhecimento do local como de ocupação de uma comunidade indígena, tal como acontecia com as áreas demarcadas dos postos e suas chefias indígenas. O reconhecimento e respeito pelo espaço ocupado pelos índios eram mais recorrentes entre os primeiros ocupantes não-indígenas na região. A chegada de novas levas de ocupantes, interessados em se estabelecer como proprietários, seja para ocupação das terras com atividades produtivas, seja para lucrar com sua comercialização futura, rompeu definitivamente as possibilidades de manutenção desse consenso tácito.

---

<sup>9</sup> “Capitão” é a denominação atribuída pelo SPI ao indígena escolhido pelo Chefe de Posto (funcionário não indígena) para ser seu auxiliar no trato com a comunidade. O SPI costumava emitir portaria de nomeação ao capitão indígena e delegava a ele autoridade sobre toda a população indígena que vivia na reserva. Por seu turno, o capitão ficava preso ao compromisso de cumprir e fazer cumprir as ordens do Chefe de Posto, contando com apoio da Polícia Indígena, também escolhida pelo Chefe de Posto. A ação policial era necessária, e muitas vezes os indígenas deveriam ser constrangidos à força a realizar tarefas contrárias às suas vontades.

Dessa forma, o consenso ou acordo tácito que permitia que os Kaiowá e Guaraní seguissem ocupando com relativa autonomia parte de suas terras tradicionais só foi efetivamente rompido com a erupção da especulação imobiliária na região, coincidindo com o fim do monopólio de arrendamento de terras para a exploração de erva-mate pela Companhia Mate Laranjeiras<sup>10</sup>, decretado pelo governo do Estado de Mato Grosso, em 1924, como será descrito mais adiante.

Em várias partes do relatório aparecem evidências, nos dados analisados, de que os eventos mais marcantes e também os mais traumáticos da história das comunidades aqui descritas estão relacionados à expulsão das terras de ocupação tradicional que, em alguns casos, ocorreu de forma abrupta e extremamente violenta, como no caso da comunidade de *Javorai Kue*. Em outros, de forma gradual, envolveram diversas estratégias para retirar a comunidade do local, como no caso da comunidade de *Laguna Joha*, ocorrido no período compreendido entre o final da década de 1980 e início da década de 1990.

As comunidades foram atingidas de forma gradativa, dependendo de sua localização. Algumas já nas primeiras décadas do século XX estavam na rota de interesse da exploração da erva-mate e foram diretamente impactadas pela frente extrativista. Um segundo grupo de comunidades foi expulso por conta da especulação imobiliária, pois os requerentes das terras promoveram a retirada das comunidades indígenas para poderem comercializar a terra já sem a presença de índios. Existe ainda uma terceira situação, representada por comunidades que lograram permanecer em suas terras de ocupação tradicional, mesmo depois de estas já terem sido regularizadas em nome de particulares. Nesse caso, era comum que elas negociassem a permanência no local, incorporando-se como trabalhadores da fazenda, realizando as atividades de desmatamento, plantio de pasto, construção de cercas, etc., auxiliando na formação da fazenda que se implantava na terra onde a comunidade já estava radicada.

Em vários casos descritos no relatório, as famílias eram retiradas assim que as atividades de implantação da fazenda iam sendo concluídas. Como muitas vezes se constituíam vínculos afetivos, como apadrinhamento e compadrio, entre o proprietário e os indígenas, normalmente os índios eram retirados quando ocorria a venda da propriedade. Também era comum o proprietário utilizar o artifício de substituir o administrador da fazenda, com o qual os índios já tinham intimidade, por um novato, já contratado com a atribuição de retirar os índios.

---

<sup>10</sup> Nos documentos da própria Companhia a grafia varia muito: Mate com um ou dois [t] e laranjeira com [j] e com [g].

Os três períodos aqui esboçados tomam como referência a expansão econômica no sul do antigo estado de Mato Grosso, hoje Mato Grosso do Sul. O primeiro momento é caracterizado pela atividade extrativista da erva-mate, o segundo pelo requerimento de propriedades particulares na região, a maior parte delas para a especulação imobiliária, e o terceiro momento é marcado pela derrubada de matas e implantação das fazendas. O avanço da expansão econômica representou dificuldades crescentes para as comunidades kaiowá e guarani que viviam fora das oito reservas demarcadas pelo SPI entre 1915 e 1928. Foi no período de implantação das fazendas que o contato dos índios com a sociedade nacional envolvente mudou radicalmente, atingindo todas as comunidades, mesmo aquelas que estavam situadas em locais mais distantes dos núcleos de povoamento.

Para efetivar a ocupação econômica da região impunha-se a retirada da cobertura vegetal e o gradativo deslocamento dos Kaiowá e Guarani para as reservas demarcadas pelo SPI. Na perspectiva dos mais idosos, foi nesse momento que passaram a considerar a sociedade nacional, presente através de sua frente de ocupação agropecuária pioneira, como realmente invasora de seu território. Em linhas gerais, o período de implantação das fazendas iniciou-se, em larga escala, a partir da década de 1940, atingindo sucessivas comunidades, e estendeu-se até a década de 1980, quando praticamente concluiu-se o processo de retirada de famílias das matas dos fundos de fazendas.

Em síntese, o esforço analítico é identificar os fenômenos recorrentes e gerais que configuram o processo de expropriação das terras de ocupação tradicional das famílias oriundas das comunidades estudadas pelo Grupo Técnico Dourados-Amambaípegua I. As histórias de vida, as trajetórias individuais e os percursos de deslocamentos dos grupos familiares fornecem os elementos que ajudam a compor as histórias das comunidades. Vale lembrar que as narrativas não se referem exclusivamente à idiossincrasia individual, pois o objetivo aqui proposto é apreender a história vivida coletivamente pelos Kaiowá e Guarani. A reconstituição da história vivida em cada uma das comunidades representa instrumento metodológico fundamental e, com certeza, imprescindível para identificar a vinculação com a terra reivindicada. A compreensão dos vínculos da comunidade com a terra reivindicada fornece subsídios para o entendimento dos motivos que movem essas comunidades a se empenharem politicamente para novamente reaverem a posse plena de seus territórios.

Outro recurso metodológico aplicado na confecção do relatório é a realização do levantamento e análise das genealogias de parentesco das famílias centrais nas comunidades. Tais famílias se constituem como articuladoras e é delas que, normalmente, saem seus líderes,

já que mais facilmente conseguem legitimar-se para exercer a chefia. O registro genealógico é realizado de acordo com os parâmetros consagrados pela prática antropológica clássica e contemporânea. Incorporo na discussão das genealogias as formulações desenvolvidas em Pereira (1999 e 2004a), trabalhos que demonstram como o estudo genealógico é um instrumento de importância fundamental na compreensão das relações sociais entre comunidades kaiojá e guarani.

Conforme já mencionado anteriormente, neste trabalho, as técnicas aplicadas no campo dos estudos do parentesco são imprescindíveis para identificar o formato das instituições políticas, da organização social, dos modelos de assentamento e da ocupação territorial. Como recurso metodológico, a análise das genealogias de parentesco permitiu construir uma rede de interlocutores indígenas qualificados para esclarecer os fatos necessários à reconstrução da história local. O estudo do parentesco facilitou a identificação das posições das pessoas habilitadas a ocupar cargos de prestígio como liderança política, religiosa ou cabeças de parentela nas diversas comunidades incluídas no presente relatório. Permitiu ainda identificar e esclarecer a dinâmica temporal das relações de alianças e eventuais disputas políticas e religiosas entre as lideranças das comunidades radicadas no território que constitui o objeto deste relatório.

Outra contribuição importante do estudo genealógico foi evidenciar a continuidade histórica entre os antigos moradores de cada uma das comunidades e seus atuais descendentes. Foi possível identificar com precisão os laços de consanguinidade, afinidade e demais vínculos de sociabilidade entre os indivíduos jovens e os mais velhos, muitos dos quais ainda chegaram a nascer nas terras agora reivindicadas. Por sua vez, as trajetórias individuais e o histórico de seus deslocamentos atestam que as pessoas foram dispersas por diversas localidades após a expulsão perpetrada nas terras de ocupação tradicional indígena.

O reagrupamento atual de parte das famílias oriundas das antigas comunidades permitiu que elas passassem a, novamente, viver juntas em acampamentos e ocupações. Uma vez reagrupadas, as famílias atualizaram a memória dos laços de convivência que configuram as famílias em comunidades políticas, rememorando o tempo em que ainda estavam assentadas em suas terras de ocupação tradicional. Os dados apresentados no relatório irão demonstrar que, mesmo na situação de reserva, muitas famílias, oriundas das comunidades expropriadas de suas terras mantiveram relações próximas de convivência, recolhidas em algum canto da reserva, onde construíram residências próximas.

Na reserva, os Kaiowá e Guaraní deram continuidade às alianças matrimoniais, políticas e rituais das comunidades expropriadas de suas terras e recolhidas nos pequenos espaços reconhecidos como terra indígena. Mesmo sem a efervescência anterior, ali mantiveram as formas de sociabilidade anteriores. Esse dado é fundamental para a compreensão da decisão política atual dessas comunidades, expulsas há décadas de suas terras, de novamente tentar reavê-las. Décadas se passaram, mas o lastro de relações sociais, replicadas no tempo, permitiu a rearticulação das comunidades, a partir dos representantes ainda vivos e de seus descendentes atuais.

Os estudos de parentesco evidenciaram os vínculos comunitários. Favoreceu também a identificação de redes de interlocutores indígenas, capazes de esclarecer a história da ocupação de cada uma das comunidades tratadas no relatório. O estabelecimento dessas redes se baseou em critérios como faixa etária, grau de parentesco, relações de vizinhança, alianças políticas e religiosas.

Os dados indicam que a reaglutinação das comunidades se dá sempre a partir da decisão de um líder político. A partir de seu círculo mais próximo de parentes, o líder toma a decisão de estimular outras famílias a, novamente, se recomponem em comunidade. Segue-se a mobilização de uma série de estratégias, com o objetivo de dar viabilidade à decisão de reocupar a terra. Como parte dessas estratégias, as famílias passam a novamente interagir no cotidiano, tendo como inspiração para a articulação a memória das relações mantidas no período anterior à expulsão. No entanto, como veremos mais adiante, esse processo está em andamento e algumas famílias ainda permanecem relativamente isoladas nas reservas demarcadas ou na periferia de cidades, aguardando aí a definição da demarcação para, então, retornarem às terras de ocupação tradicional de suas comunidades.

A descrição da toponímia tornou possível identificar o conhecimento e a familiaridade dos Kaiowá mais idosos com a terra reivindicada. Nomes na língua guarani são utilizados pelos habitantes das comunidades para designar acidentes geográficos e demais características do ambiente físico. Tais expressões são culturalmente relevantes por revelarem a profunda identidade das comunidades com as terras requeridas. A toponímia forneceu ainda elementos para a identificação da maneira como os nomes na língua indígena estavam relacionados a eventos que dizem respeito à história de ocupação do local. Em outros casos, a toponímia remete a princípios da organização social e da cosmologia kaiowá e guarani, explicitando os vínculos culturais com a terra. Vários espaços de ocupação tradicional são atualmente identificados pelos nomes dos antigos líderes, com a adição do sufixo “*kue*”, que

na língua guarani expressa a idéia que tal lugar foi no passado a morada de determinada pessoa.

O recurso metodológico de apreensão da memória coletiva constitui um imperativo quando se trata do estudo de sociedades que não utilizam o recurso da escrita. A memória ocupa aí um lugar de destaque, devendo ser percebida como fundamental na compreensão da história local. Isto porque a transmissão do conhecimento pela via exclusiva da comunicação oral aciona espaços cognitivos ausentes nas sociedades que pensam sua existência no tempo prioritariamente a partir do registro escrito. Tal característica exige do estudioso (e do leitor) o esforço de superação da condição de estar situado dentro da vertente de pensamento ocidental, pois dessa ótica, há dificuldade de conceber historicidades cuja produção e reprodução não recorram ao código escrito.

A própria noção de sociedades ágrafas, como signo de uma ausência (*a = não*), que gozou de grande aceitação na produção historiográfica durante muitas décadas, é colocada em questão por estudos de historiadores e etno-historiadores que incorporam contribuições mais recentes da linguística, da filosofia da linguagem e da antropologia. A tentativa de definir as sociedades indígenas pelo que nelas estaria ausente é tão antiga quanto o exercício de elaborar uma compreensão sobre elas. Já os primeiros cronistas, que aportaram em nossas praias, afirmaram que as sociedades aqui encontradas (de origem Tupi), seriam desconhecedoras dos fonemas [f], [l] e [r], e, como consequência, estavam condenadas a viver como sociedades “sem fê, sem lei e sem rei”. A produção historiográfica atual considera tais formulações arbitrárias e equivocadas, pois não expressam a natureza diferencial das sociedades indígenas, cuja compreensão requer que se leve em conta suas próprias formulações.

A memória coletiva dos Kaiowá e Guarani, a respeito da história de suas comunidades e das relações que estabelecem com o território de ocupação tradicional, foi sendo composta paulatinamente, ao longo da pesquisa de campo, a partir da combinação de diversos procedimentos metodológicos de pesquisa. Aos poucos os fragmentos dos eventos presentes nas memórias individuais encontravam ressonância em outros relatos, nas genealogias, em documentos escritos, em trajetórias de grupos políticos e em narrativas míticas. O cruzamento dessas fontes permitiu que elas se esclarecessem mutuamente, fazendo emergir uma história comum, envolvendo parentelas e comunidades. Esse procedimento demonstrou ser fundamental na compreensão dos vínculos existentes entre cada comunidade estudada e a terra por ela reivindicada. A abordagem da história dos Kaiowá e Guarani das

comunidades de que trata o presente relatório está ancorada e referenciada em resultados de trabalhos acadêmicos, fruto de intenso e profundo debate entre historiadores e antropólogos.

A longa introdução aqui inserida tem como propósito apresentar um panorama geral dos recursos metodológicos utilizados no estudo e apresentar algumas informações da situação histórica dos Kaiowá e Guarani. Os próximos capítulos seguem o formato estabelecido pela Portaria MJ nº 14 de 09 de janeiro de 1996, que instrui a confecção dos relatórios circunstanciados de identificação e delimitação de terra indígena.

## **I – PRIMEIRA PARTE - Dados Gerais**

- a) informações gerais sobre o(s) grupos(s) indígena(s) envolvido(s), tais como filiação cultural e linguística, eventuais migrações, censo demográfico, distribuição espacial da população e identificação dos critérios determinantes desta distribuição;
- b) pesquisa sobre o histórico de ocupação de terra indígena de acordo com a memória do grupo étnico envolvido;
- c) identificação das práticas de secessão eventualmente praticadas pelo grupo e dos respectivos critérios causais, temporais e espaciais;

A primeira parte do relatório é dedicada à apresentação e discussão de informações gerais sobre os Kaiowá de Mato Grosso do Sul, sua filiação cultural e linguística, os movimentos migratórios e a mobilidade espacial, a demografia, a distribuição espacial e os critérios desta distribuição, conforme está estabelecido na Portaria MJ nº 14 de 09 de janeiro de 1996. Essa parte será subdividida em vários tópicos, para tornar mais fácil a exposição. A ideia é agrupar os dados de acordo com recortes temáticos.

### **I. 1 - Os Kaiowá e Guarani: breve caracterização etnográfica**

Os grupos étnicos conhecidos em Mato Grosso do Sul como Kaiowá e Guarani ocupam, atualmente, pequenas áreas situadas em uma faixa de terra de cerca de 150 quilômetros de cada lado da região de fronteira do Brasil com o Paraguai, onde os Kaiowá são denominados *Pãi Tavyterã* e os Guarani são denominados de *Ava Chiripá*. Os linguistas classificam essas populações como pertencentes ao tronco Tupi, sub-alocada na família linguística tupi-guarani que, no Brasil, engloba grupos étnicos falantes dos dialetos denominados kaiowá, ñandéva e mbya. Esses três subgrupos estão distribuídos por diversos estados do centro-sul brasileiro e pelos países vizinhos Paraguai e Argentina.

A literatura produzida por antropólogos, historiadores, linguistas, etc, costuma designar estes três grupos étnicos pelos nomes atribuídos aos seus dialetos linguísticos, ou designá-los pelo rótulo genérico de “Guarani”. Entretanto, em Mato Grosso do Sul, somente o grupo étnico falante do dialeto ñandéva se autodenomina e é denominado pelos Kaiowá como Guarani. Já o grupo étnico falante do dialeto kaiowá recusa o rótulo de “Guarani”. Considero, como a maioria dos antropólogos atuais, que não cabe ao analista externo atribuir nomes ao grupo que estuda, sendo recomendado acatar o nome que os próprios membros do grupo se atribuem, ou seja, sua autodenominação. Dessa forma, no presente relatório, sigo a designação “Kaiowá”, para os falantes do dialeto kaiowá, e “Guarani”, para os falantes do dialeto ñandéva.

Os Kaiowá e os Guarani, tradicionalmente, são agricultores de floresta tropical. Praticam a caça, como principal fonte de proteína animal, e a pesca e a coleta, como atividades subsidiárias. A proeminência da agricultura tradicionalmente assegura o suprimento constante de alimentos durante todo o ano, enquanto as outras atividades produtivas podem assumir caráter sazonal, variando também com as características dos ambientes em que estão radicadas suas aldeias. Embora sempre procurem dispor de terras com fertilidade suficiente para assegurar o cultivo de milho, encontradas preferencialmente nas áreas de mata, também detêm grande conhecimento sobre os recursos presentes nos ambientes de mata ciliar, cerrado alto, cerrado baixo, campo cerrado e campo limpo, dispondo deles com grande eficiência técnica. A região sul de Mato Grosso do Sul, onde se situa o território tradicional ou os *tekoha guasu* kaiowá e guarani, apresenta formações florestais em mosaico, mesclando diversos tipos de vegetação. Muitas comunidades fixam tradicionalmente suas aldeias nessas áreas de transição, estratégia que permite a exploração dos recursos presentes nas diversas formações florestais (PEREIRA, 2004a – Cap.3).

O historiador Antonio Jaco Brand reuniu dados sobre a história das comunidades guarani e kaiowá de Mato Grosso do Sul, através do registro da história oral e registro documental. O resultado de seus trabalhos foi apresentado em sua dissertação de mestrado e tese de doutorado (BRAND, 1993 e 1997). O autor afirma que, no final da década de 1990, a população guarani (modo como designa as populações dos grupos étnicos kaiowá e guarani) em Mato Grosso do Sul “está distribuída em 22 áreas indígenas e é estimada em 25 mil pessoas” (BRAND1997: 01). Desde aquela época, o número de áreas ou terras indígenas vem se ampliando, a partir da reorganização de comunidades, cujas famílias se encontravam diluídas nas reservas demarcadas, mas que passaram a reivindicar e exigir a demarcação de

terras de ocupação tradicional, expropriadas pela ocupação agropecuária, principalmente a partir da década de 1940.

A partir de 1990, algumas comunidades conseguiram do governo a demarcação das terras reivindicadas, resultado final de um processo que exigiu muito empenho de suas lideranças e a exposição a conflitos agrários prolongados. Tais conflitos envolveram despejos e mortes de indígenas, fatos amplamente divulgados na mídia regional, nacional e internacional, além do constar em vários relatórios de governo e comissões legislativas. Em Mato Grosso do Sul, a população guarani e kaiowá, que vive nas reservas, vem aumentando em ritmo acelerado nas últimas décadas. A explicação para o crescimento populacional pode ser atribuída a diversos fatores, como: a) a diminuição da taxa de mortalidade (principalmente infantil); b) o recolhimento, nas reservas, de levas de famílias antes localizadas em fundos de fazendas; c) o retorno de famílias kaiowá e guarani que, nas décadas de 1970 e 1980, refugiaram-se no país vizinho, o Paraguai, fato que será mais bem detalhado a seguir.

Cabe esclarecer que parentelas inteiras de comunidades guarani e kaiowá se recolheram no Paraguai, como refugiados ambientais e de conflitos agrários, devido ao avanço do desmatamento sobre as terras de fundos de fazenda que até então ocupavam. Esta situação, recorrente na história de diversas comunidades guarani e kaiowá, foi discutida no relatório de identificação da terra indígena Arroio Korá (PEREIRA, 2002). A opção pela emigração para comunidades de parentes situados no outro lado da fronteira não assegurou tranquilidade definitiva aos Kaiowá e Guarani. Essas famílias também foram atingidas pelo processo de desmatamento dos últimos refúgios de matas ocupadas por comunidades kaiowá e guarani no Paraguai. Como resultado, muitas famílias que haviam migrado para o país vizinho acabaram retornando ao Brasil, e se engajando no processo de reivindicação das terras das quais foram expulsas. No Brasil, o predomínio da derrubada das matas das áreas refúgios nos fundos de fazenda ocorreu no Brasil entre 1960 e 1970, cerca de duas décadas antes de ocorrer no Paraguai (1970 a 1990), o que permitiu que refugiados no Brasil lá encontrassem abrigo por alguns anos. Por conta destes deslocamentos, demonstrei no relatório de identificação da terra indígena Arroio Korá que numa mesma parentela, os mais velhos haviam nascido no Brasil, a geração intermediária no Paraguai e a geração mais jovem novamente no Brasil, para onde haviam retornado determinados a retomar a terra da qual foram expulsos.

Retomando a perspectiva histórica, constata-se que na última metade do século XX ocorreu a ocupação efetiva das terras tradicionais dos Kaiowá e Guarani pelas frentes

agropecuárias. A implantação das fazendas exigiu a derrubada das matas e introduziu novas formas de produção econômica que, gradativamente, excluía a presença indígena. Como resultado ocorreu: a) a perda do território de ocupação tradicional indígena; b) alterações nos padrões demográficos e de residência; c) modificações na relação entre os sexos e nos modelos de casamento. Estes problemas resultam da interação necessária e compulsória com outras populações que passaram a ocupar a região e com instituições do Estado e da sociedade nacional que passaram a atuar na regulação da vida dos indígenas. As transformações causaram profundas alterações no sistema social kaiohá e guarani, mas não demoveram o sentimento de pertencimento a um grupo étnico diferenciado, nem dissolveu a organização social em parentelas e comunidades autônomas, por eles denominadas de *tekoha*.

A bibliografia guarani é vasta, cobrindo longo período, estendendo-se desde os primeiros momentos da colonização – chegada dos europeus – até a atualidade. Pesquisas arqueológicas, como, por exemplo, os estudos de Brochado (1982) e de Noeli (1993), trazem informações detalhadas sobre a maneira como os ancestrais dos atuais Kaiowá e Guarani, ainda no período pré-colonial, imprimiam uma fisionomia cultural aos espaços por eles ocupados. Tomando como referência esses estudos, é possível afirmar que as etnias, de que trata o presente relatório, permanecem nos locais onde atualmente reivindicam a demarcação de suas terras, desde o período anterior à conquista colonial. Sobre o período histórico recente, chegando até o quadro atual, destacam-se os estudos de Melià, Cadogan, Nimuendaju, Susnik, Schaden, e as dissertações e teses de Tomás de Almeida (1991), Brand (1993 e 1997), Pereira (1999 e 2004a), Lourenço (2009), Cavalcante (2013), Spensy (2012), entre outros. Cotejando essa bibliografia histórica e atual constata-se a continuidade histórica e cultural entre os Kaiowá e Guarani tratados no presente Relatório e os Guarani históricos, dos quais descendem.

## **I. 2 - Breve caracterização da história da ocupação da região onde se localiza a Terra Indígena Dourados-Amambaíeguá I**

Existe ampla bibliografia arqueológica, histórica e antropológica atestando a ocupação da região sul do atual estado de Mato Grosso do Sul por comunidades das etnias guarani e kaiohá. Esta região constituía seu território de ocupação tradicional, no qual estavam radicadas centenas de comunidades, conforme atestam, entre outros, os trabalhos de Brand (1997) e Pereira (2007). A ocupação se dava a partir das bacias dos rios Brilhante,

Dourados, Ivinhema, Amambai, Iguatemi<sup>11</sup>. Algumas comunidades estavam radicadas em cabeceiras de rios que correm para a bacia do Pantanal, como no caso dos rios Apa, Miranda e Aquidauana. Nestas últimas comunidades existiriam, inclusive, relações interétnicas com outras etnias, como os Terena.

É nessa ampla região, onde estavam localizadas aldeias em pontos esparsos, que se situa o território de ocupação tradicional dos Kaiowá e Guaraní, ocupado de forma ininterrupta desde períodos anteriores à chegada dos colonizadores à região. As aldeias se localizavam preferencialmente próximo ao curso de algum rio ou córrego, em locais onde é comum ocorrer pequenas cabeceiras ou nascentes, favorecendo o aparecimento de minas de água, tradicionalmente exploradas para uso doméstico. A localização das casas dá também preferência à proximidade de terras férteis, próprias ao cultivo agrícola e áreas próprias para caça, pesca e coleta.

Antes da ocupação da região pelas frentes de expansão agropecuária, os Kaiowá e Guaraní viviam em casas comunais, nas quais residia toda a parentela vinculada a um casal de líderes, podendo chegar a mais de uma centena de pessoas. O espaço interno da casa grande era dividido em locais para o estabelecimento de casais e seus filhos, sendo que cada família nuclear dispunha de um fogo culinário e um espaço exclusivo para armar as redes. O tamanho da casa era proporcional ao número de fogos que reunia. Essa característica foi observada por missionários jesuítas e administradores do período colonial, os quais adotaram o costume de recensearem a população indígena pelo número de fogos em cada casa comunal, que recebe denominações como *oga pisy* e *ogajekutu*.

O antropólogo Bartomeu Melià, no livro *El Guaraní conquistado y reducido* (MELIÀ, 1988), fornece contribuições fundamentais para a compreensão do modo como viviam as etnias de língua guaraní no período anterior à redução nas missões e à conquista por outros empreendimentos coloniais, militares e econômicos. Fornece, ainda, informações importantes sobre o modo como a conquista e a redução impactaram o sistema cultural por eles até então praticado. Em seu trabalho, o autor retoma muitas contribuições presentes na obra do jesuíta Montoya, em *Conquista Espiritual feita pelos Religiosos da Companhia de Jesus nas Províncias do Paraguai, Paraná e Tape* (MONTROYA, A. R. [1939] 1985), sendo que este foi um dos protagonistas da experiência histórica de tentativa de cristianização de etnias de língua guaraní. Nessas duas obras é possível encontrar muitas referências sobre o

---

<sup>11</sup> Ver por exemplo, Melià, Grünberg & Grünberg 1976, Schaden 1974; Tomás de Almeida 1991; Brand 1993 e 1997; Pereira 1999 e 2004a, Pacheco 2004, entre outros.

modo de distribuição espacial das casas comunais, que seguia a lógica do estabelecimento de redes de alianças políticas e rituais entre os líderes de cada uma das casas.

Compreender como essas relações se davam no período anterior à colonização é fundamental para verificar em que medida existe a continuidade histórica e cultural entre os Kaiowá e Guarani atuais e seus ancestrais, que ocuparam os mesmos territórios que eles agora reivindicam. Do mesmo modo, é importante compreender em que medida existe continuidade no modelo de ocupação do espaço e até que ponto a disposição espacial segue operando as mesmas regras de alianças entre grupos familiares.

A etno-história informa que os líderes de expressão local articulavam um grupo de casas comunais, formando a aldeia ou *tekoha*. Segundo Susnik (1979-1980), esse grupo girava em torno de três a cinco casas comunais que, associadas formavam a comunidade local, ou o que denominam, em língua guarani, de *tekoha*. Por conta da opção de formarem uma comunidade, as casas comunais estavam localizadas a distâncias relativamente curtas, umas em relação às outras. As distâncias entre as casas podiam ser percorridas em um ou dois dias de jornada, o que facilitava as visitas frequentes. Entre as famílias das casas comunais que formavam a comunidade existia frequente intercâmbio matrimonial, festivo e ritual. O território de um *tekoha* era recortado por uma trama de caminhos, intensamente utilizados como suporte para o estabelecimento das relações sociais cotidianas entre as famílias das casas comunais.

Já o etnoarqueólogo Francisco Silva Noelli também enfatiza que os *tekoha* não viviam de forma isolada, mas estavam integrados a unidades etnoterritoriais maiores, denominadas, na literatura jesuítica, de *guara* (NOELLI, 1993) (leia-se /guára/). Entre as comunidades que compunham um *guara* existia expressiva identidade política e religiosa. O *guara* corresponde ao que os Kaiowá e Guarani atuais denominam de *tekoha guasu*. As configurações sociopolíticas maiores permitiam que, ocasionalmente, se reunissem para a prática dos principais rituais religiosos ou para conflitos bélicos contra inimigos que ameaçavam o território comum ou as comunidades nele radicadas. O mesmo sentido para o termo *guara* já havia sido identificado por Sunik (1979-1980).

Nas etnografias contemporâneas também aparece o sentido de um território amplo, ocupado por várias comunidades–*tekoha* relacionadas. Tal percepção é registrada nos estudos de Melià (1976), Brand (1997), Pereira (2004a) Mura (2006), Vietta (2007). Na língua guarani atual, o termo mais utilizado para expressar o território ocupado por várias

comunidades é *tekoha guasu*. Os técnicos do GRUPO TÉCNICO – Dourados-Amambaípegua identificaram, na atualidade, a mesma forma de ocupação espacial apontada pelos estudos etno-históricos. As comunidades kaiowá e guarani, de que trata o presente relatório, se inserem em redes que incluem outras comunidades, radicadas em localidades próximas. A noção de *tekoha guasu* está muito presente, a despeito de terem sido obrigados a viverem por longo tempo fora do território de ocupação tradicional. As lideranças das comunidades entendem que só conseguirão retomar plenamente seu modo de ser, caso seja assegurado o espaço territorial de seus vizinhos.

Os registros mais antigos sobre a presença kaiowá e guarani em Mato Grosso do Sul coincidem com as viagens dos primeiros exploradores e com a chegada dos primeiros estabelecimentos coloniais. Ana Maria do Perpétuo Socorro dos Santos (2002), em sua dissertação de mestrado em história social, apresentada na UNICAMP, sob o título *O Forte do Iguatemi: entre a história e a memória*, observa que, já em meados do século XVIII, quando do estabelecimento do Forte do Iguatemi pelos portugueses<sup>12</sup>, os militares registram a presença dos “caiuans” que ocupavam a região sul do Mato Grosso. Segundo os relatos dos militares, esses Kaiowá rondavam constantemente o forte, impedindo que os soldados dele se distanciassem, sob o risco de serem surpreendidos e sofrerem emboscadas em ataques guerreiros.

Abordagens como a de Santos, 2002, fazem parte de uma perspectiva historiográfica que aplica métodos consolidados na disciplina. O rigor metodológico aí estabelecido permite contemplar a presença indígena no sul de Mato Grosso do Sul de forma continuada, desde o período anterior à chegada das frentes colonizadoras agropastoris. Essa característica nem sempre está presente nos trabalhos de história da região, cuja ênfase memorialista, tende a tratar a chegada das frentes colonizadoras do final do século XIX e início do XX como um divisor histórico, que sepulta completamente a presença dos indígenas enquanto agentes históricos na região. O mais comum é que a preocupação dos historiadores não esteja focada na descrição da presença indígena, que aparece apenas como detalhe breve na paisagem histórica e logo desaparece. Entretanto, mesmo que, nas entrelinhas, eles estão sempre presentes, muitas vezes de forma incômoda.

---

<sup>12</sup> Esse destacamento militar era considerado estratégico para a manutenção do território pertencente ao império português, e para a contenção de intuítos expansionistas do império espanhol. Vários fatores como a distância da capital da Província de São Paulo, o enorme custo de manutenção da tropa e o fato de não se encontrar minérios na região, acabaram levando o governo a se desinteressar pelo forte. Este ficou de posse dos espanhóis, que também desistiram do lugar, e voltou a ser ocupado por indígenas, sendo atualmente demarcado como terra indígena Paraguasu.

Correa (1999) avalia a produção historiográfica sobre o sul de Mato Grosso entre as décadas de 1870-1920, acentuando que, na historiografia tradicional, era frequente o uso de conceitos como o de ‘vazio territorial e populacional’, bem como o enaltecimento da figura dos ‘desbravadores’. O resultado não explícito desse tipo de abordagem é justificar a ocupação do sertão, considerado virgem e inculto. Nesse sentido, a autora critica a postura de renomados historiadores por enaltecerem, em seus textos, a presença desses “desbravadores” mais recentes, que chegaram à região, no período do confronto bélico da Tríplice Aliança (1864-1970), ao custo do encobrimento da presença indígena e do menosprezo aos empreendimentos coloniais que existiram no território antes disso:

...a ideia de um deserto de homens difundido por Corrêa Filho, menospreza o papel desempenhado pelas comunidades indígenas e pelas tentativas anteriores de fixação de espanhóis, sertanistas do século XVI e XVII e jesuítas, das quais restaram apenas vestígios após investidas de bandeirantes paulistas (CORREA 1999: 92).

Embora muitas vezes tenha faltado à historiografia sensibilidade para perceber a presença das comunidades kaioiwá e guarani no sul do então Mato Grosso, considerado como território virgem e inculto, elas sempre estiveram na região. Com a chegada dos novos ocupantes do território, as comunidades kaioiwá e guarani foram gradativamente adaptando suas práticas culturais às limitações impostas pelas transformações no ambiente, resultadas do desmatamento em larga escala. Estas limitações implicaram em grandes prejuízos ao sistema cultural. Mas a principal dificuldade foi imposta pelo processo de perda dos territórios de ocupação tradicional para as frentes de ocupação agropastoril. Expulsas de suas terras, as comunidades foram forçadas a viver aglomeradas nas reservas, conforme retratam os diversos estudos realizados por historiadores e antropólogos que se dedicam a realizar pesquisas junto aos Kaiowá e Guarani de Mato Grosso do Sul. A consolidação da ocupação agropastoril, a partir de meados do século XX, coincide com o período de expulsão da maior parte das comunidades que viviam na área de estudo do GRUPO TÉCNICO Dourados-Amambaípegua I, conforme descreveremos adiante.

Em 1870, após a Guerra da Tríplice Aliança, o governo brasileiro instituiu uma comissão para realizar a demarcação física da linha de fronteira entre Brasil e Paraguai. Em 1872 iniciaram-se os trabalhos demarcatórios. O empresário Thomaz Laranjeira participou da Comissão de Limites, como fornecedor de alimentos. A Comissão tinha como líder o Coronel Enéas Galvão que, nos anos seguintes, se transformou no Barão de Maracaju. Essa

proximidade com o poder foi fundamental para tornar viável a constituição da empresa ervateira Companhia Mate Laranjeira, liderada por Tomaz Laranjeira, e para a consolidação do poder dessa empresa na região sul do antigo estado de Mato Grosso.

Brand (1993 e 1997) registra que essa comissão cruzou o território onde estavam dispostas algumas das aldeias guarani e kaiowá, entre o rio Apa e o salto de Sete Quedas, em Guairá, deixando importantes relatos sobre a presença desses índios. Embora a Lei de Terras de 1850, vigente à época, garantisse aos índios o direito ao uso e usufruto das terras ocupadas por suas comunidades, nada foi feito no sentido de assegurar esse direito. Pelo contrário, o Estado brasileiro ignorou, sistematicamente, a presença indígena em Mato Grosso do Sul. Isso fica evidente nas medidas administrativas subsequentes, quando a ocupação econômica da região é estimulada e nenhuma medida é tomada para assegurar que os índios permanecem nos territórios que já ocupavam.

Após a demarcação física da linha de fronteira entre Brasil e Paraguai, o Estado brasileiro cedeu as terras que incorporavam o território de ocupação tradicional kaiowá e guarani em concessão de arrendamento à Companhia Matte Laranjeira. Bianchini, que estudou a história da região, objeto de estudo do presente relatório, no período que cobre a virada do século XIX para o século XX, destaca o importante papel desempenhado pelo empreendimento ervateiro, pois:

Paralelamente ao movimento bastante lento de ocupação da terra, em dezembro de 1882, o Governo Imperial, baixava o Decreto M. 8799, concedendo ao cidadão Thomaz Laranjeira o direito de explorar os ervais situados no **cone sul** de Mato Grosso. A terra sulina passou por vários processos de ocupação, sendo que o oriundo do Decreto Imperial, seria através do regime de arrendamento de terras devolutas (Bianchini, 2000: 83).

As comunidades indígenas não foram consultadas sobre essa concessão de arrendamento das terras que ocupavam e, de um dia para outro, viram-se alijadas do controle dos territórios e de seus recursos. Na verdade, a maior parte da população dos Kaiowá e Guarani adultos foi forçada a se engajar no trabalho de extração da erva-mate, muitas vezes no próprio território antes ocupado com exclusividade por comunidades indígenas. Em 1895, a Cia Matte Laranjeira conseguiu ampliar ao máximo sua área de arrendamento, atingindo 5.400.000 hectares. O contrato de arrendamento se estendeu até 1916, “tornando-se um dos maiores arrendamentos de terras devolutas do regime republicano em todo o Brasil para um grupo particular” (ARRUDA, 1986, p.218).

A historiadora Marina Wenceslau evidencia em seus estudos que, para compreender a história das comunidades guarani e kaiowá, é fundamental entender como se deu a exploração da erva-mate. Isto porque o trabalho na erva representou uma frente de atração, “[...] em que o rendimento do trabalho permitia aos índios a aquisição de produtos como sal, açúcar, e outros”, induzindo segmentos de comunidades a se deslocarem para junto dos acampamentos de coleta da erva. Entretanto, outras comunidades adotaram uma estratégia contrária, optando pelo distanciamento do empreendimento ervateiro, com “[...] o deslocamento dos índios para paragens distantes, em matas ainda disponíveis” (WENCESLAU 1990, p. 74). Nos dois casos, fica evidente que o empreendimento ervateiro promoveu o deslocamento do local de assentamento de várias comunidades. É importante notar que tais deslocamentos aconteceram sempre no interior do território de ocupação tradicional do grupo étnico, dividido em regiões, denominadas como *tekoha guasu*, conforme já mencionado, que expressa a idéia do território amplo, ocupado por um conjunto de comunidades (*tekoha*), aliadas entre si por fortes vínculos de parentesco, aliança política e ritual.

Compreensão semelhante é expressa por Brand, quando afirma, em sua tese de doutorado, que:

“Embora a Cia Matte Larangeira inicialmente não estivesse interessada na propriedade da terra, a exploração da erva-mate e o amplo engajamento dos Kaiowá e Guarani nesta tarefa, impôs já o deslocamento de algumas aldeias, bem como a criação de novos ajuntamentos de índios em seus acampamentos. Algumas Reservas foram criadas em função desta interferência da Cia Matte Larangeira na ocupação espacial tradicional” (Brand, 1997, p. 132).

A gradativa substituição do modelo extrativista por atividades agropecuárias representou uma transformação radical na vida das comunidades kaiowá e guarani. A partir de 1915, o monopólio da Companhia Matte Laranjeira é quebrado por uma lei estadual que permitiu a legalização de terras em nome de particulares no interior da ampla área sob concessão de arrendamento. O historiador Virgílio Correia Filho (1969) afirma que por meio da lei 725 de 1915, o governo de Mato Grosso permitia a legalização da posse de terras na área sob concessão da Companhia Matte Laranjeira. Essa lei inaugura uma corrida entre fazendeiros interessados em adquirir propriedades na região, sendo que, entre 1919 e 1924,

foram registrados 356 títulos de terra, no então município de Ponta Porã, referentes a 620.700 hectares.

Mesmo com a lei de 1915, a Companhia seguiu, por muitas décadas ainda, como detentora de enorme poder na região. Em determinados períodos, essa área de concessão chegou a ser superior a cinco milhões de hectares. O contrato de arrendamento celebrado em 1926, entre o estado de Mato Grosso e a Companhia Matte Laranjeira, já mencionava as reservas indígenas demarcadas pelo SPI desde 1915 (Pacheco 2004: 32). Mesmo com a quebra do monopólio, a Companhia seguiu como a maior potência econômica e política na região, até o final da década de 1940, quando seus herdeiros de transformaram em grandes proprietários de terras.

A transformação da área de concessão de arrendamento em terras privadas, regularizadas em nome de particulares, novamente desconsiderou as terras que, sabidamente, continuavam sendo ocupadas por comunidades kaiowá e guarani. Isto porque a atividade itinerante de extração de erva-mate permitiu que, na maioria dos casos, as comunidades permanecessem nos locais onde suas comunidades já estavam radicadas, ou seja, em seus *tekoha*. Na emissão dos títulos, o estado de Mato Grosso não fez diferenciação se a terra, sob a qual era emitido o título, era ou não ocupada por comunidade indígena. As terras ocupadas pelos *tekoha* guarani e kaiowá foram tituladas em nome de particulares que, gradativamente, se empenharam em promover o deslocamento das famílias indígenas para as reservas demarcadas.

Todo esse processo é descrito e analisado por Brand (1993 e 1997), que toma como base de seus estudos os documentos produzidos pelo departamento de terras do antigo estado de Mato Grosso, pelo Serviço de Proteção ao Índio – SPI e pelos próprios índios, além de suas narrativas e histórias orais. Os trabalhos de Brand inauguraram uma nova compreensão do lugar das populações kaiowá e guarani em Mato Grosso do Sul. Nos anos seguintes à divulgação de seus trabalhos, uma leva de pesquisadores se dedicou a seguir explorando outros aspectos da história da presença indígena em Mato Grosso do Sul, tanto nos programas de pós-graduação das instituições radicadas em Mato Grosso do Sul, quanto em programas de outras universidades. O resultado pode ser encontrado na produção acadêmica de R. Pacheco (2004), Ferreira (2007), C. Pacheco (2009), Lourenço (2009) e Lutti (2009). Todos esses estudos referendam e aprofundam a compreensão de que as comunidades kaiowá e guarani foram expropriadas de suas terras durante o processo de avanço das frentes de expansão agropastoril em Mato Grosso do Sul.

Em síntese, pesquisas históricas e etnográficas realizadas nos últimos anos constataam que, a partir da penúltima década do século XIX, as comunidades kaiowa e guarani foram sendo gradativamente expropriadas das terras que até então ocupavam com exclusividade, de acordo com seus usos costumes e tradições. Brand (1993 e 1997) foi o primeiro historiador a descrever em profundidade este processo, sustentando sua análise em sólidas pesquisas documentais e em narrativas históricas dos próprios líderes indígenas. A partir dos estudos pioneiros desse autor, uma leva de acadêmicos que realizaram dissertações e teses sobre a história regional de Mato Grosso do Sul passou a se dedicar a aprofundar temas específicos.

Estudos de natureza antropológica, como as teses de doutorado de Pereira (2004a), Mura (2006) e Vietta (2007) e de Pimentel (2006 e 2012), também atestam o violento processo de expropriação territorial a que foram submetidas tais comunidades. De igual modo, essa compreensão aparece em relatórios e perícias técnicas, como o relatório circunstanciado de identificação e delimitação da Terra Indígena Takuara, situada no município de Juti (PEREIRA, 2005), e no livro que apresenta os resultados de trabalhos periciais da Terra Indígena Nñande Ru Marangatu (EREMITES DE OLIVEIRA e PEREIRA, 2009).

É importante registrar ainda que, a partir da penúltima década do século XIX, uma nova frente de ocupação adentra o território de ocupação tradicional kaiowá e guarani. Ela é representada pela chegada de levas de gaúchos que fugiam das constantes revoluções políticas que assolavam o Rio Grande do Sul. Estes novos ocupantes encontraram, no sul de Mato Grosso, condições para a criação de seus rebanhos de gado. Gressler apresenta fontes documentais que atestam que a chegada dos gaúchos causou grandes impactos às comunidades indígenas, pois:

Ocupando os campos situados a permeio dos ervais, ela foi se expandindo, alheia às dificuldades que lhe impunham os numerosos grupos indígenas, ainda existentes na região, e aos problemas causados pela Companhia Matte Larangeira que não via com bons olhos essa atividade econômica em terras de seu domínio, impedindo inclusive, por muito tempo, a legalização das terras ocupadas pela pecuária (FIGUEIREDO *apud* GRESSLER, 1988, p. 28).

A análise de toda essa produção permite notar ainda que a expropriação das terras indígenas ocorreu de modo mais intenso em alguns períodos:

a) O primeiro período pode ser identificado entre as décadas de 1880 até 1930, quando se destaca a atividade ervateira e a chegada dos gaúchos;

b) o segundo período, grosso modo, pode ser delimitado entre as décadas de 1930 e 1960, coincidindo com o requerimento e titulação da maior parte das terras por particulares. A medição das terras, a notícia de que elas agora seriam propriedades particulares, e as primeiras expulsões geraram muita inquietação nas comunidades indígenas. Tal fato foi agravado pela ocorrência de freqüentes epidemias de doenças como sarampo, catapora, varíola, gripe, febre amarela e tuberculose, que dizimaram populações inteiras de determinadas comunidades. Os documentos do SPI, anexados abaixo, dão uma idéia de como ocorreu em todo o território de ocupação tradicional kaiowá e guarani em Mato Grosso do Sul.

*Atendido  
Em 11/5/64  
J. M. L.*

  
MINISTÉRIO DA AGRICULTURA

M/M . *J. B. Benjamin Constant, 15 de maio de 1964*  
*Env. chefe da Y.B. 5*

*Bom é do meu dever comunicar a V.B. que um surto de epidemia está afetando os índios desta Y.B. já morreram três crianças. A doença é uma febre muito alta que ataca logo as vias respiratórias e algumas vezes os olhos e ouvidos. Se é possível, solicite aos superiores alguns medicamentos, como: Bisocikina Anti-bate mal, sulfas e soluções para ouvidos e olhos. O B.m. Dought está afetado, mas é necessário que tenhamos medicamentos para acudir a todos. Sem mais cordiais saudações*

*anexado  
Em 11/5/64  
M. L. C. - O Tenente Coronel Oliveira*

Figura 1 - Documento datado de 15/05/1964 que se encontra no Microfilme 002-0012 do SPI em que o Chefe do Posto Benjamin Constant relata a morte de crianças e solicita ajuda dos superiores para dispor de recursos para conter a epidemias que assolavam as aldeias.

SERVICO DE PROTECCAO AOS INDIOS

P. I. A.

POSTO INDIGENA "BENJAMIN CONSTANT", 19 de DEZEMBRO de 1944

Aviso de movimento e demais ocorrências verificadas no Posto durante o mês de Novembro de 1944.

VISITAS :- Chegaram no dia 18 ao Posto os srs. Antonio Alves Rocha, inspetor XII de S.P. Indios, Alfredo Capilló, auxiliar do cortejo e Rafael Fleury Avada, agente do Posto "José Benifacio", também o chauffer indio André e seu ajudante, e sr. inspetor Rocha veio proceder ao inventario do Posto. Dia 19 esteve em visita ao Posto e ao agente, o sr. 2º tenente Moray de Paula e Silva, comandante do destacamento de exército sediada na Vila de União. Dia 21, passou ligeiramente no Posto o sr. Major Espírio de Espírito Santo, D.D. Diretor de Serviço de Segurança do Território.

POPULACAO INDIGENA :-

|                                       |                                       |
|---------------------------------------|---------------------------------------|
| Vindos do mês de Outubro p.p.         | 442 indios de todas as idades e sexos |
| Entrados por nascimento Novembro IIII |                                       |
| Total para o mês de Dezembro          | 443 " " " " "                         |

NASCIMENTOS :- Nasceu no dia 8 de mês uma criança de sexo masculino, filho de indio Molasse e de sua mulher a india Xista.

FALLECIMIENTOS :- Não houve falecimentos durante o mês.

INVENTARIO :- Estive no Posto afim de proceder ao arrolamento de todo o material existente o sr. Antonio Alves Rocha, inspetor XII da I.A.S, dito inspetor chegou ao Posto no dia 18 e regressou a cidade de Ponta Porã no dia seguinte.

VIAGEM DO AGENTE DO POSTO :- Atendendo ao chamado do Sr. Cél. Nicolau B. Horta Barbéza, chefe da I.A.S e agente do Posto seguiu para a cidade de P. Porã no dia 11 e lá aguardou a chegada mesmo, e regressou a este Posto no dia 18 e acompanhado do sr. inspetor Rocha afim de proceder ao inventario de mesmo. Na sua estadia em P. Porã o agente do Posto aproveitou a ocasião para tratar de assuntos de interesse dos indios e do Posto.

TERRAS CIDE A INDIOS SUGITAS A SALEM DASALEJADOS POR CIVILIZADOS :-

Aproveitando sua estadia em P. Porã o agente do Posto fez entrega ao Sr. cél. chefe da I.A.S de uma lista contendo o numero de 215 indios que residem no lugar chamado pelos mesmos "POVINHO" e imediações. Estes indios vivem no dito lugar a mais de 17 annos, lá tendo suas roças, casas de moradia, parte de herva-matte cultivada, e que atestam com as condições em que se encontram certa perçõe desta herva-matte. No anno de 1940, o sr. Antonio Lopes da Silva requereu ao governo do Estado, em Guibá, 500 hectares mais ou menos. Concedido o titulo provisório, foi feita a medição, sendo então medido uma área de mais de 2000 hectares. Muído deste recibo do governo do Estado veio então o dito sr. exigir do então encarregado, hege agente deste Posto a imedita retirada dos indios das terras que tinha como suas. Residiam nesta época no dito local mais de 250 indios de todas idades e de ambos os sexos. O encarregado respondeu-lhe que não poderia fazer a retirada dos indios, e que mesmo não tinha atribuições para esse fim, que iria comunicar ao seu superior, de quem aguardaria as ordens e instruções necessárias ao caso. Logo telegrafado ao sr. cél. Nicolau Horta Barbéza, então residindo na cidade de São Paulo a rua da Safira, recebeu deste uma carta em que lhe dizia que quanto ao telegrama e havia passado a diretoria do S.P.I. e que esta já tinha tomado as providências necessárias antecendo-se com as autoridades de Guibá, que mantivesse os indios firmes nos seus lugares de habitação. Recebeu o encarregado do Posto um telegrama do Dr. Vinícius Estigarribia chefe então da 2ª seção do S.P.I, dizendo ter sido tomadas as medidas necessárias, o que a constituição da Republica no Art. 154 garantia aos indigenas a posse das terras por elles habitadas, que se atermelhasse no sentido de se manterem dentro das ditas terras. Diante de estas ordens o agente deste Posto vem procurando manter os indios nas suas habitações, apesar da pressão que sobre os mesmos vem exercendo o sr. Philomeno M. Nogueira de adquiriu do sr. Antonio Lopes da Silva os direitos de titulo provisório.

Continua

Aviso mensal de Novembro de 1944

É pena que já uma grande parte destes índios, se encontram de favor em propriedades de fazendeiros vizinhos ao local, os quais se compadeceram e-lhes deram lugar para moradia e os abrigaram, com interesse no braço para os seus trabalhos de lavoura e extração do herba-matto. Sendo tudo levado ao conhecimento do sr. cō. Nicolau Bueno Horta Barbosa, chefe da I.R.S., e mesmo se entrou em entendimento com o governador do Território, sr. cōl. Raimundo Noronha, estando sendo tomadas as medidas e providências, para serem acomodados os menos favorecidos da vida e verdadeiros trabalhadores.

Figura 2 - Documento datado de 01/12/1944 que se encontra no Microfilme 002-0012 do SPI, aparece o item "TERRAS ONDE A ÍNDIOS SUGERIDOS A SEREM DESPEJADOS POR CIVILIZADOS" em que o Chefe do Posto Benjamim Constant relata a expropriação de terras ocupadas por aldeias por particulares que tentavam regularizar as terras. O documento ainda registra a exploração da mão de obra indígena pelos particulares e a orientação do Coronel Nicolau Bueno Horta Barbosa, um dos principais dirigentes do SPI, para que seus subordinados atuassem no sentido de manter os índios nos locais de suas ocupações. Entretanto, o SPI não conseguirá êxito em sua empreitada, pois as demarcações realizadas pelo SPI se encerram em 1928. Foram dezenas de comunidades que enfrentaram problemas semelhantes, sendo que as que lograram manter sua organização política reivindicam atualmente o retorno às terras de ocupação tradicional.

c) O terceiro período pode ser situado entre as décadas de 1960-1980, quando ocorreu a ocupação efetiva da maior parte das terras com atividades agropecuárias e mesmo aquelas famílias que haviam se refugiado em fundos de fazendas foram atingidas e deslocadas para as reservas. Em alguns territórios ocupados por comunidades kaioiwá e guarani, o processo de retirada das comunidades das terras tradicionais de ocupação indígena se estendeu até a década de 1990 e, em vários casos, contou com a conivência, ou mesmo, com a participação de funcionário do próprio órgão indigenista oficial. Tais casos serão descritos em detalhes mais adiante.

Para acrescentar mais dados sobre o momento inicial desse processo de expropriação, vale relembrar que a primeira frente econômica de ocupação da região foi a atividade extrativista da indústria ervateira. Thomás Laranjeira, empresário que atuou como fornecedor de víveres para a comissão de demarcação da fronteira teve a oportunidade de transitar pela região e identificar o potencial econômico representado pelos ervais nativos, conforme observam Corrêa Filho (1939) e Brand (1997). Os trabalhos da comissão de demarcação de fronteira encerraram-se em 14 de novembro de 1874 e, logo na sequência, Thomás Laranjeira iniciou, timidamente, a exploração da erva-mate. Roseli Pacheco (2004:31) registra, em sua dissertação de mestrado na linha de história indígena, que "somente em 12 de dezembro de 1882, através do Decreto Imperial n. 8.779, que Thomás Laranjeira adquiriu o direito de explorar a erva-mate, instalando-se em 1892 a Cia Matte

Larangeiras”. Nos anos subsequentes, a empresa passou por crescimento vertiginoso, incorporando novos territórios a cada renovação dos contratos de arrendamento. Assim, por mais de meio século, exerceu hegemonia econômica e política em ampla área da região sul do antigo estado de Mato Grosso, que incorporava a quase totalidade do território de ocupação tradicional kaioiwá e guarani.

As terras da região sul do estado de Mato Grosso eram, na época, consideradas devolutas, embora nelas vivessem várias comunidades kaioiwá e guarani, como atestam, inclusive, os relatórios da comissão de fronteiras. Com o início das atividades extrativas da erva-mate, os Kaiowá e Guaraní passaram a ser incorporados como “ervateiros ocasionais, ou mesmo como fornecedores de excedentes alimentares de suas roças” (R. Pacheco 2004: 32). A dissertação de mestrado de Eva Ferreira acrescenta informações importantes sobre o trabalho indígena nos ervais. Para a autora, o indígena foi incorporado no corte de lenha, abertura e limpeza dos caminhos e, principalmente, como mineiros, como eram denominados os trabalhadores que realizavam o corte da erva, realizado fora dos acampamentos e dos *barbaquás*<sup>13</sup>, locais de processamento da erva (Ferreira, 2007).

O tipo de trabalho realizado pelos indígenas favorecia que eles fossem invisibilizados dentro da empresa ervateira. Por esse motivo, a maior parte dos registros enfatiza a presença do trabalhador paraguaio, mas fala pouco da presença de índios trabalhando nos ervais. Entretanto, funcionários do SPI, que passaram pela região, são enfáticos em afirmar a presença indígena que, em determinados locais, chegava a representar mais de setenta por cento dos trabalhadores, como afirma o relatório de Genésio Pimentel, datado de 1927 e transcrito na parte final do presente relatório. Brand (1997) propõe que interessaria à Companhia Matte Laranjeira não dar destaque à presença indígena na área sob sua concessão de arrendamento, pois a legislação da época já assegurava os direitos territoriais dos índios sobre as terras por eles habitadas.

A exploração ervateira marcou um ciclo econômico duradouro, estendendo-se por mais de meio século e representando a primeira forma de incorporação econômica permanente da região sul do antigo Estado de Mato Grosso. A importância econômica da atividade ervateira é bem descrita em diversos trabalhos de história regional, especialmente em dissertações de mestrado e doutorado em história defendidas na Universidade Federal da Grande Dourados–UFGD. Entretanto, até recentemente faltava identificar com precisão o

---

<sup>13</sup> O barbaquá é um suporte de madeira onde a erva era secada ao fogo para depois ser processada.

grau de importância da participação da mão de obra indígena, o que só veio a público com a dissertação de Eva Ferreira (2007). Com base na dissertação dessa autora, é possível afirmar que houve o envolvimento de grande número de indígenas, principalmente como: a) fornecedores de lenha para fornos e embarcações; b) fornecedores de gêneros alimentícios, principalmente no início da exploração, quando a economia indígena era bem articulada e os ervateiros recém chegados não dispunham de roças, e, principalmente; c) como *mineiros*, designativo para a modalidade de trabalho considerada mais rude e pesada, dentro das diversas distinções de trabalho na erva, pois envolvia o corte e o transporte da erva - *haído*<sup>14</sup> até o acampamento onde era processada no *barbaquá*.

Entretanto, como mencionado anteriormente, as condições para a inserção dos indígenas no trabalho da erva mate tiveram sua origem em transformações históricas ocorridas a partir da guerra com o Paraguai e a definição de fronteiras. Em 1889, a pressão sobre os Kaiowá e Guaraní se agravou quando o governo republicano do Brasil transferiu para o domínio dos governos estaduais as terras descritas como devolutas pela lei imperial n. 601, de 18 de setembro de 1850. Incluídas nessa condição estavam as terras situadas na atual região sul de Mato Grosso do Sul, onde se localizavam as comunidades kaiowá e guarani, objeto de estudo do presente relatório. Administrativamente, essas terras estavam, à época, submetidas ao departamento de terras do governo de Mato Grosso, sediado na cidade de Cuiabá. O Estado de Mato Grosso ficou, então, legalmente autorizado a vender as terras, consideradas devolutas, a particulares interessados em explorar economicamente a região.

Embora a intenção do governo fosse colonizar as terras, a maior parte dos primeiros requerentes buscava regularizar terras para a especulação imobiliária. Esperavam que elas se valorizassem para revendê-las a terceiros. O governo de Mato Grosso inaugurou o processo de titulação de terras e atraiu para a região a atenção de grande número de pessoas, que viam na compra de terras baratas a possibilidade de se transformarem em proprietários rurais ou de adquirirem novas áreas. Grande parte dos primeiros requerentes já eram proprietários de terras em outras regiões e tinham prática na realização do comércio de terras.

Em quase todo o sul do atual estado de Mato Grosso do Sul, o processo de venda das terras devolutas para particulares foi retardado nas primeiras décadas do século XIX pela ação da Companhia Matte Laranjeira. Essa empresa era arrendatária, por concessão do Governo, de enorme quantidade dessas terras, que cobriam todo o território no qual estavam dispostas as

---

<sup>14</sup> Fardo de erva que os trabalhadores transportavam nas costas, cujo peso podia chegar a trezentos quilos.

comunidades kaioiwá e guarani. Como a companhia dispunha de grande poder político e até mesmo de força policial própria, impedia, na prática, a entrada de concorrentes. Resulta daí que a maior parte das terras permaneceu sob controle da Companhia Matte Laranjeira, que se empenhava em afastar da região pessoas interessadas em entrar na atividade de extração de erva-mate, em regularizar terras, ou em se estabelecer como agricultores e pecuaristas. Só a partir da década de 1930, a oposição da Companhia foi finalmente vencida. Na década de 1950, as terras do sul do atual estado de Mato Grosso do Sul já estavam praticamente todas em posse de particulares.

Como já foi dito, no início do século XX, a Companhia Matte Laranjeira exercia hegemonia total na área sob concessão. Com prestígio e influência junto ao governo, a empresa conseguiu a renovação sucessiva de seus contratos de arrendamentos. Só a partir da década de 1920 é que começaram a fazer concessões para a legalização de algumas fazendas nas terras arrendadas. A pressão do setor de especulação imobiliária, interessado em comercializar terras na região se tornava cada dia mais forte. O setor de venda de terras passou a ter crescente poder, por envolver políticos de expressão e funcionários de alto escalão do, então, estado de Mato Grosso, devido ao montante de recursos que passou a movimentar.

Mesmo sendo rica e poderosa, a Companhia Matte Laranjeira já não dispunha de meios para impedir que as terras fossem comercializadas. Para frear de vez os intentos da Companhia, em 1924 o governo do Estado de Mato Grosso decreta o fim do monopólio do arrendamento de terras por essa empresa. A partir dessa data, gradativamente vão se regularizando propriedades na região, num movimento crescente que acabará por minar, paulatinamente o poder absoluto exercido pela exploração ervateira a cargo de uma única empresa. De qualquer forma, exercendo tal monopólio durante décadas, pesquisadores como Roseli Pacheco reconhecem que “A companhia contribuíra para manter o território Guarani no Mato Grosso sem a presença significativa de não-indígenas, bloqueando de uma forma mais intensiva a colonização deste território até a década de 1920” (R. Pacheco 2004: 32).

Mesmo perdendo o monopólio em 1924, a Matte Laranjeira ainda exerceu forte hegemonia até a década de 1940, mantendo o controle efetivo de uma extensa região, na qual foi requerendo terras e se estabelecendo como proprietária. Em 1934, portanto dez anos depois da quebra do monopólio, o Estado de Mato Grosso ainda oferecia um milhão de hectares em arrendamento para extração de erva que, naquele momento, ainda era a principal atividade econômica na região, mantendo-se assim até a década de 1950 (Brand 1993 e 1997).

O bloqueio exercido pela Companhia Mate permitiu a manutenção da maior parte da cobertura vegetal original na região. Até a metade do século XX, as condições ambientais, necessárias para a reprodução física e cultural de inúmeras comunidades guarani no sul do Mato Grosso do Sul, estavam preservadas. Muitas comunidades permaneceram vivendo nas matas até aquela data, reproduzindo aí seu sistema social, sem o assédio mais direto das frentes agropastoris. Entretanto, em alguns casos, a atividade extrativista da erva incidia diretamente sobre a terra ocupada por uma comunidade, impondo a incorporação da mão-de-obra indígena no trabalho dos ervais durante a maior parte do ano. Como mencionamos anteriormente, parcela significativa das comunidades kaiojá e guarani foi envolvida nessa atividade. O engajamento no trabalho da erva interferia nas atividades comunitárias, como plantio de roças de subsistência, caça, coleta, pesca e a realização de ciclos rituais. Em outros casos, a população kaiojá e guarani de algumas comunidades foi deslocada para junto dos ervais, para aí exercer o trabalho de coleta. Isso provocou a desarticulação de algumas comunidades que, posteriormente, acabaram se dispersando ou se agrupando nas antigas reservas demarcadas pelo SPI entre os anos de 1915 a 1928.

Em 1943 foi criado o Território Federal de Ponta Porã, pelo então Presidente da República, Getúlio Vargas, que anulou os direitos aos arrendamentos da Companhia Matte Laranjeira nessa área. Tal ato governamental teve impacto direto na ocupação da região, porque liberou as terras para a colonização. Nesse período, uma nova dinâmica de ocupação territorial foi operacionalizada, tendo em vista os ideais nacionalistas do Governo Vargas. Para o governo federal era premente uma maior integração do oeste brasileiro, através da implantação efetiva de atividades agropecuárias e da ocupação humana por brasileiros de outras regiões, desconsiderando que já haviam grupos humanos ali instalados, como as comunidades indígenas.

Na década de 1940 e início da década de 1950, a ação política do governo, contrária aos interesses da Companhia Matte Laranjeira, coaduna-se com mudanças no cenário econômico. O comércio da erva estava em franca decadência, deixando de ser uma atividade lucrativa. Com a desaceleração da atividade ervateira, a própria Companhia se transformou em proprietária de áreas rurais, requerendo ao estado de Mato Grosso a compra de extensas fazendas (Pacheco 2004). Nesse período ocorreu uma mudança importante nas atividades econômicas, a atividade ervateira foi sendo substituída pela pecuária extensiva, que passa a dominar a economia na região até a década de 1970. Vale registrar que a partir da década de 1970 a região sul de Mato Grosso do Sul passa a ser ocupada por plantações mecanizadas de

soja, milho e trigo e cana de açúcar. Nos últimos anos, a cana vem ocupando crescentes áreas de terra, dada a expansão do setor sucro-alcooleiro na região.

Em 28 de outubro de 1943, pelo Decreto n. 5.941 o Governo Vargas criou a Colônia Agrícola Nacional de Dourados. A Colônia foi instalada em janeiro de 1944, destinando inicialmente 300 mil hectares, divididos em lotes de 30 hectares, que foram distribuídos para famílias de agricultores sem terra. Em 20 de julho de 1948, foi implantada e demarcada com uma área de 409.000 hectares. A maioria dos beneficiados com lotes veio de outros estados da Federação, já que a densidade populacional da região era muito pequena. Muitos paraguaios viviam na região, ocupados no trabalho da erva, mas poucos deles receberam lotes. Os paraguaios eram vítimas de muito preconceito na região, e o governo Vargas não via com bons olhos a presença desses estrangeiros. Por esse motivo, preferiu-se distribuir os lotes a famílias de brasileiros vindos de outras regiões. Muitos nordestinos, que já viviam no interior de São Paulo, receberam lotes na Colônia, impondo uma marca “nordestina” na população da região, que se mantém até os dias atuais. Essa região fica fora da área de estudo do GRUPO TÉCNICO Dourados-Amambaipaguá I, mas cabe mencionar que a chegada dessa leva expressiva de população trouxe reflexos e impactos indiretos em todo o sul do Mato Grosso do Sul. Muitas famílias que chegaram à Colônia acabaram não conseguindo nela se estabelecer e se deslocaram para outras regiões do estado.

Fora do espaço reservado à Colônia, na maior parte das terras antes arrendadas para Companhia Mate Laranjeiras, prevaleceu o interesse dos grandes proprietários de terras, sendo comum serem designados de coronéis. Segundo Roseli Pacheco, a ação do governo estadual de Mato Grosso, que detinha a atribuição de venda das terras devolutas, era “muito mais voltada à mediação dos conflitos entre coronéis do que a promoção do desenvolvimento” e isto “expressa a estrutura social e econômica de Mato Grosso” (Pacheco 2004: 35). Vale lembrar que os coronéis também se faziam presentes na política, o que reforçava o poder local e permitia a apropriação de aparelhos administrativos e jurídicos do Estado para o atendimento de interesses particulares. Com exceção da Colônia Agrícola Nacional de Dourados, prevaleceu a grande propriedade, a maior parte com fins especulativos, tendo em vista a valorização crescente das terras na região.

Para os objetivos do presente relatório, importa destacar que as comunidades kaiowá e guarani ficaram fora da partilha das terras consideradas devolutas. As comunidades que tradicionalmente viviam fora das reservas demarcadas pelo SPI, mesmo as que estavam aí radicadas desde várias décadas ou séculos, foram sumariamente expropriadas de suas terras

pelos novos requerentes. A partir da chegada dos novos ocupantes, as comunidades passaram a sofrer forte pressão para se deslocarem para o interior das reservas, tal como ocorreu com as comunidades cuja história é relatada no presente relatório.

A retirada das comunidades de suas terras era justificada pela sistemática adotada pelo estado de Mato Grosso para regularizar terras em nome de particulares. Predominou a compreensão de que o requerimento, a medição, o recolhimento das taxas e o cumprimento dos demais procedimentos formais de titulação da terra, se constituíam em atos suficientes para assegurar o direito de propriedade aos particulares que requereram terras na região. Tal compreensão desconsiderou totalmente a ocupação tradicional exercida pelas comunidades indígenas como ato legítimo, suficiente para assegurar o direito à permanência na terra.

O historiador Antonio Brand analisa as ações do SPI e chama a atenção para o fato que essa instituição dispunha de mecanismos legais para requerer a demarcação das terras ocupadas pelas comunidades kaiojá e guarani. Entretanto, observa que o órgão indigenista oficial não conseguiu cumprir suas obrigações legais devido às pressões políticas dos interessados em requerer terras na região. O historiador aponta alguns funcionários do SPI que atuaram junto às comunidades kaiojá e guarani, e que enfatizaram em seus relatórios a necessidade de demarcar mais terras para abrigar os indígenas. Entretanto, seus intentos não tiveram êxitos, pois não foram suficientes para fazer frente aos fortes interesses corporativos dos particulares que procuravam se estabelecer como proprietários de terras na região (Brand, 1993 e 1997).

A partir de 1928, o SPI não conseguiu demarcar mais nenhuma reserva para os Kaiowá e Guarani, embora os relatórios dos funcionários apontem diversas comunidades sendo expropriadas de suas terras. A questão da terra foi dada como “resolvida”, e os funcionários do órgão passaram a se dedicar às atividades administrativas das reservas já demarcadas. A administração das reservas passou a requerer crescente trabalho dos funcionários do SPI, devido à dificuldade de controlar uma população tão diversa, já que oriunda de diversas comunidades políticas autônomas. Por conta do recolhimento, nas reservas, da população das comunidades que não tiveram suas terras reconhecidas, processo que Brand denomina de “confinamento” (Brand, 1993), os espaços reservados passaram a reunir uma população totalmente fora dos padrões demográficos da etnia. Esse adensamento populacional resultou em muitos problemas de convivência entre os grupos aí recolhidos.

Nos últimos anos, esses problemas se tornaram cada vez mais complexos, levando a população reservada a um estado de estresse crescente. Isto se expressa em problemas sociais de várias ordens, como altos índices de violência, suicídios, consumo abusivo de bebidas alcoólicas e drogas, desarticulação da organização social das parentelas, etc. A maioria dos pesquisadores dedicados ao estudo das etnias kaioiwá e guarani que vivem em Mato Grosso do Sul, concordam que a maior parte dos problemas enfrentados nas reservas tem origem na perda dos territórios e no recolhimento da população de muitas comunidades nos espaços diminutos das reservas. O território de ocupação tradicional de uma comunidade ou de um conjunto de comunidades, remete ao conceito de territorialidade, tal como definido por Paul Little: “[...] o esforço coletivo de um grupo social para ocupar, usar, controlar e se identificar com uma parcela específica de seu ambiente biofísico, convertendo-a assim, em seu ‘território’ [...]” (LITTLE, 2002:3-4). O conceito se aproxima da idéia de *tekoha*, tal como definido pelos Kaiowá e Guarani, tratados no presente relatório.

É necessário refletir como o violento processo de expropriação das terras kaioiwá e guarani se tornou algo historicamente viável e justificável em termos éticos e políticos para a sociedade regional. Brand fornece algumas pistas importantes para a compreensão do movimento de legitimação dessa expropriação. O autor destaca que, na época, instituiu-se uma espécie de consenso tácito de que ‘lugar de índio é na reserva’. Tal formulação passou a ser compartilhada por diversas modalidades de agentes, representantes de segmentos da sociedade regional, tais como: proprietários de terras, políticos, funcionários do governo, missionários, etc. Essa percepção da presença indígena também foi discutida em Pereira (2005 e 2007). Trata-se do pressuposto que, de modo implícito, articula os discursos dos diferentes sujeitos sociais que vivem na região e que se defrontam com indivíduos ou famílias kaioiwá e guarani vivendo fora da reserva: se “lugar de índio é na reserva”, quem é indígena e está fora da reserva encontra-se em situação irregular. A regularização da situação requer o deslocamento do indígena para o seu “espaço natural”, que seria a reserva, onde ele deveria ser recolhido para receber a devida assistência do SPI e missionários, encarregados de “civilizá-los” para, enfim, serem, quem sabe, assimilados à comunhão nacional.

A atuação do Estado entre os Kaiowá e Guarani desconsiderou por completo os vínculos estabelecidos entre suas comunidades e as terras de ocupação tradicional. Roseli

Pacheco<sup>15</sup> (2004) apresenta dados esclarecedores sobre o modo como o Estado percebeu (ou não percebeu) os direitos dos indígenas sobre as terras de ocupação tradicional. A autora analisa alguns processos administrativos e judiciais envolvendo as terras indígenas situadas na área de estudo do presente GRUPO TÉCINCO Dourados-Amambaipaguá, no município de Juti–Mato Grosso do Sul. Logo no resumo de sua dissertação de mestrado, afirma que a análise “ênfatiza a sistematização jurídica e administrativa na concessão destas terras indígenas, consideradas públicas”. A autora identifica que a origem dos conflitos fundiários entre índios e fazendeiros está no processo de regularização das terras, que desconsiderou a presença indígena anterior à chegada dos particulares que requereram e titularam as terras. Assim, para a autora:

O Estado de Mato Grosso do Sul já há algum tempo, vem sendo palco de graves conflitos fundiários envolvendo a sociedade indígena e a não indígena. Na realidade, o direito do índio a terra em que vive, embora amparado por farta legislação que vem desde os tempos coloniais, jamais foi aplicado de fato. Neste Estado, no desenvolvimento do processo de ocupação e colonização, as sociedades indígenas foram desconsideradas. Os Guarani foram desalojados de suas terras primeiramente aos olhos do SPI (Serviço de Proteção ao Índio) e, posteriormente, da FUNAI (Fundação Nacional do Índio) e, estabelecidos em reservas, aleatoriamente, causando vários problemas que até hoje se encontram refletidos no seu cotidiano” (Pacheco 2004: 16).

A criação das reservas para recolher os Kaiowá e Guarani pode ser entendida como uma ação colonialista, perpetrada pelo Estado brasileiro contra essas etnias indígenas, que já ocupavam amplas áreas de terra na região. Colonialismo, um termo com fortes implicações políticas, é aqui entendido como a dominação política, econômica e territorial de uma população sobre outra. Portanto, não se refere a uma periodização histórica, como no caso do uso frequente que os historiadores fazem, para designar o período em que o Brasil foi colônia de Portugal. O foco está na natureza das relações políticas. Do ponto de vista aqui adotado, é possível dizer que o Estado brasileiro exerceu – e exerce - uma espécie de colonialismo interno em relação aos Kaiowá e Guarani.

O indigenismo oficial praticado pelo SPI implantou o modelo de recolhimento compulsório dos Guarani e Kaiowá em pequenas reservas. Como enfatiza os diversos estudos históricos e antropológicos aqui citados, tal iniciativa desconsiderou as terras ocupadas por inúmeras comunidades, cuja população foi sumariamente desalojada de suas terras, de acordo

---

<sup>15</sup> A autora concilia a formação em direito e história, o que faz de seu trabalho uma importante referência para a compreensão dos aspectos históricos e jurídicos dos conflitos envolvendo terras indígenas em Mato Grosso do Sul.

com o ritmo imposto pelo avanço dos interesses especulativos sobre as terras ou a partir da necessidade de implantar as atividades agropecuárias.

Para viabilizar o empreendimento colonialista, o SPI demarcou oito pequenas áreas reservadas ao recolhimento dos Guarani e Kaiowá da região sul do Mato Grosso do Sul (Dourados com 3600 ha, Amambai com 3600 ha, Limão Verde com 900 ha, Caarapó com 3600 ha, Porto Lindo ou Jacareí com 2000 ha, Ramada ou Sassoró com 2000 ha, Pirajuí com 2000 ha, Taquapery com 2000 ha). A maioria dessas áreas sofreu redução já na finalização do processo de demarcação, sempre justificada pela necessidade dos funcionários do SPI contemplarem interesses de particulares sobre essas terras. O processo de diminuição das reservas demarcadas continuou nas ações de reaviventações de limites, realizadas pelo departamento de terras de Mato Grosso e, depois, de Mato Grosso do Sul. As reaviventações deveriam servir para identificar possíveis intrusões e recolocar os limites nos devidos locais. Entretanto, serviram como pretextos para legalizar intrusões de particulares lindeiros das reservas, o que implicou significativas perdas para as terras reservadas para os indígenas (Brand, 1993 e 1997).

As reservas kaiowá e guarani, demarcadas até a década de 1930, cumpriram, nas décadas seguintes, o propósito de dispor de espaço para receber populações de muitas comunidades. Naquele momento (entre 1915-28), a quase totalidade das comunidades kaiowá e guarani ainda vivia em suas terras de ocupação tradicional, mas o propósito predominante no SPI não era assegurar esses espaços, já que a condição de indígena era vista como transitória. Os índios estavam fadados à integração, conforme o ideário político daquela época, não fazia sentido assegurar terras que lhes permitissem seguir reproduzindo sua organização sócio-cultural e política. Em certo sentido, isto só retardaria o inexorável processo de integração.

O pressuposto da integração fundamentava o modo como o SPI imaginava o futuro dos indígenas na sociedade nacional. Considerar esse pressuposto é fundamental para compreender o modo como o SPI atuou na questão fundiária em Mato Grosso do Sul. As áreas requeridas pelo órgão para serem destinadas à implantação das futuras reservas estavam localizadas, preferencialmente, próximas a núcleos de povoamento emergentes, mesmo sendo estas terras as mais demandadas por particulares, que pretendiam se estabelecer como proprietários. Essa localização não era aleatória. O propósito do SPI era implantar postos administrativos nas reservas. Os postos atuariam na promoção da assistência e no controle da população indígena ali recolhida. Optando por reservar terras próximas aos núcleos de

povoamento emergentes, os funcionários do SPI esperavam atingir dois propósitos: a) facilitar a assistência aos índios; b) promover a integração entre os Kaiowá e os Guarani e os novos ocupantes do território, que chegavam em levadas crescentes, demandando cada vez mais os espaços ocupados pelas comunidades indígenas.

A reserva foi concebida como espaço ideal para promover a integração dos Kaiowá e Guarani na sociedade envolvente. Vários projetos econômicos e de educação foram incrementados, sempre orientados pelo propósito da integração. Mesmo sendo concebido enquanto indigenismo laico, inspirado nos ideais positivistas de seus fundadores, em sua atuação junto aos Kaiowá e Guarani de Mato Grosso do Sul, o SPI sempre teve as missões religiosas protestantes como fortes aliadas, pois os objetivos dessas instituições confluíam no intento integracionista.

Na questão fundiária, o SPI atuou de acordo com os interesses dos proprietários de terras já estabelecidos ou que tinham a intenção de se estabelecerem na região. A ação de recolhimento da população das comunidades kaiowá e guarani em pequenas reservas facilitou a liberação das terras para a ocupação agropastoril. Conforme Roseli Pacheco:

os postos indígenas foram implantados em uma perspectiva de conduzir as relações sociais e o processo de valorização das terras. Intentava-se instalar povoações indígenas não só para liberar terras para a expansão da fronteira, fixando os vários grupos indígenas em uma área delimitada, como também se buscava interferir, articulando a ação junto aos índios e trabalhadores nacionais (pequenos produtores rurais que passaram a se estabelecer nas terras pertencentes aos indígenas) (Pacheco 2004: 38).

A atuação do SPI partia do pressuposto integracionista – expresso em seu estatuto – que levava à crença de que a identidade étnica dos Kaiowá e Guarani, uma vez recolhidos nas reservas, seria transitória. Aos poucos eles iriam conhecendo as vantagens da cultura nacional, considerada como superior, e deixariam de se apresentar enquanto população etnicamente diferenciada. A orientação era proporcionar a acomodação dos Kaiowá e Guarani à economia regional, para que eles, passo a passo, incorporassem as práticas culturais predominantes na sociedade nacional. Com o tempo, esses índios abandonariam totalmente os símbolos de distintividade próprios da sua cultura, assimilando-se por completo à população não-indígena.

Resulta daí a destacada importância que os funcionários do SPI dedicavam aos projetos de incremento econômico, em especial àqueles dedicados à agricultura e criação de gado. A intenção era que os Kaiowá e Guarani aprendessem e desenvolvessem as habilidades

requeridas para o trabalho agrícola em plantações voltadas para o comércio, já que sempre foram exímios agricultores, mas sempre voltados para as necessidades internas de suas comunidades. Acreditava-se que uma vez transformados em trabalhadores rurais, eles facilmente poderiam se incorporar a comunhão nacional e praticar um tipo de cultura considerado mais evoluído. A opção do SPI por demarcar reservas e não assegurar que os Kaiowá e Guaraní permanecessem nas terras onde viviam tem, assim, um conteúdo fortemente pedagógico. Na perspectiva assimilacionista então adotada pelo SPI, não fazia sentido demarcar áreas maiores ou respeitar a organização social e formas de distribuição espacial das aldeias kaiowá e guarani. O objetivo explícito, de acordo com a mentalidade da época, era integrar os índios e seria mais fácil atingir tal objetivo em pequenas áreas demarcadas nas proximidades dos núcleos de povoamento.

Caso o SPI pretendesse, naquele momento, assegurar a permanência das comunidades kaiowá e guarani nas terras por elas ocupadas, o órgão indigenista oficial teria encontrado amparo legal, pois a resolução n. 725 de 24/09/1915, sancionada pelo Governo Estadual de Mato Grosso, garantia, no artigo 3º, até mesmo para os posseiros, o direito de reservarem até dois lotes de 3.600 ha, dentro da área sob concessão de arrendamento à Companhia Matte Laranjeira. A aplicação dessa lei teria garantido que as dezenas de comunidades existentes naquele período se mantivessem nos locais de ocupação tradicional.

As ações do SPI foram orientadas para a retirada das comunidades das terras por elas ocupadas. Em alguns casos essas ações foram perpetradas com recurso do uso da força, já que as comunidades se recusavam a deixar suas terras. O caso da comunidade de Taquara exemplifica muito bem o processo que ocorreu em diversas comunidades e foi amplamente documentado pelos próprios funcionários do SPI, como atesta o Relatório Circunstanciado de Identificação e Delimitação da Terra Indígena Taquara (Pereira, 2005). A retirada da comunidade de Taquara aconteceu em diversas operações ocorridas na primeira metade da década de 1950, o que atesta que, até esse período, muitas comunidades permaneciam em suas terras de ocupação tradicional. A análise da documentação indica que não fazia sentido para o órgão indigenista oficial se empenhar em assegurar a permanência de comunidades kaiowá e guarani em terras tradicionalmente ocupadas. O destino irrefutável dessas comunidades era a integração, e tal objetivo seria mais facilmente alcançado na reserva. Na compreensão dos funcionários do SPI, a população das diversas comunidades encontraria na reserva um ambiente apropriado para comporem um aglomerado administrado pela chefia de posto. Em

local preferencialmente próximo de um povoamento urbano, o contato e a assimilação da população kaiowá e guarani pela população regional seria facilitado.

No relatório administrativo em que analisa a atuação do SPI em Mato Grosso do Sul, a antropóloga Themis Quezado de Magalhães registra que o SPI:

“tinha ao seu encargo a formação de ‘povoações indígenas’ e de ‘centros agrícolas’. A formação das ‘povoações indígenas’ era estratégica para a indução dos índios ao processo civilizatório. As povoações eram criadas a imagem e semelhança dos centros agrícolas. Nelas deveria ser instalada toda a infra-estrutura necessária para induzir os índios à vida sedentária fundada no trabalho agrícola. Representavam a fase inicial pela qual deveriam ser submetidos os índios para evoluírem a fase posterior, dos centros agrícolas. Eram lugar de formação e de atração dos índios, tendo em conta que os havia em estado nômade<sup>16</sup>, concebido como fase inferior à vida sedentária. As ‘povoações indígenas’, seriam entendidas como estratégia civilizatória, deveriam alcançar tanto os indígenas em fase sedentária, como aqueles em fase nômade; para aqueles, seriam formadas nas terras onde habitavam, e, para estes, seriam formadas em terras propositadamente adquiridas para atraí-los. ...[mais adiante a autora acrescenta:] ...o que se constata no caso do antigo Estado de Matto-Grosso é que houve um erro de aplicação estratégica de assistência aos Guarani de um modo geral pela via da formação de ‘povoações indígenas’ (Magalhães 2004: 37 e 38).

Assim, as reservas foram pensadas para cumprir o papel civilizatório de povoações indígenas, estrategicamente localizadas nas proximidades de núcleos regionais de povoação emergentes, como Dourados, Caarapó, Amambaí, Iguatemi, Paranhos, etc. e não privilegiando os locais onde se localizavam as inúmeras comunidades. Esta perspectiva de atuação do órgão indigenista oficial explica, como registra Magalhães (2004: 38), porque, mesmo quando o SPI “enviou seus inspetores para verificar a situação dos índios do sul daquele Estado, primeiramente, pouco se fez para um levantamento estatístico geral dos índios, sequer seu efetivo numérico populacional”. Mesmo assim, esses inspetores registraram que eram muitos

---

<sup>16</sup> A idéia do nomadismo dos índios brasileiros é bastante difundida no senso comum e permeava a legislação indigenista do SPI, entretanto ela não se sustenta etnograficamente para o caso dos Kaiowá, como acontece com a maior parte das sociedades indígenas. Magalhães (2004: 39) observa que “tomou-se equivocadamente os Guarani como etnia nômade em vista da forma extensa e esparsa com que ocupavam toda a região sul do Estado de Matto Grosso”.

e suas comunidades estavam distribuídas em todo o cone sul do atual Estado de Mato Grosso do Sul.

A maneira como o SPI atuou na questão fundiária em Mato Grosso do Sul resultou que as poucas terras asseguradas às comunidades indígenas foram definidas na forma de reservas, com intuito explicitamente integracionista. A criação das reservas cumpriu importante papel na implantação do modelo econômico que passou a vigorar no sul de Mato Grosso do Sul, promovendo a liberação das terras ocupadas por comunidades indígenas para implantação das atividades agropecuárias. Magalhães observa que o SPI:

ao remeter seus inspetores para a demarcação de terras aos índios, não foram observadas sua posse original, o que certamente exigiria que fossem verificadas com maior aproximação a existência das aldeias e movimentos a que eram obrigadas em vista da usurpação de suas terras. Ao contrário, aplicou-se diretamente a política de formação de povoações indígenas a partir de terrenos adquiridos em comum acordo entre a Empresa Matte, na medida dos seus interesses pelos terrenos de ervais, e o governo estadual (Magalhães 2004: 40).

Os encarregados dos postos do SPI instalados nas reservas tinham como obrigação: a) assistir aos índios que aí residiam; b) impedi-los de abandonar as terras do posto, e; c) atrair para o local as famílias das comunidades das redondezas. Até o início da década de 1950, a maior parte das comunidades ainda permanecia radicada em áreas de ocupação tradicional indígena. Entretanto, desde a década de 1930, um número crescente de comunidades sofreu o assédio por particulares interessados em requerer terras na região. A corrida imobiliária chegou a tal ponto que, em muitos casos, o próprio SPI encontrou dificuldades em assegurar a posse indígena nas terras que requereu. Muitas sofreram reduções drásticas em relação à proposta original de demarcação.

Outra dificuldade enfrentada pelo SPI foi manter a população kaiowá e guarani dentro dos limites da terra demarcada como reserva. Recolhidas à força nas terras do Posto do SPI, muitas famílias frequentemente fugiam e tentavam voltar aos locais de habitação tradicional. As iniciativas de fuga dos índios e as estratégias de novamente recolhê-los nas reservas, ficam evidentes na análise dos documentos do SPI sobre a terra indígena Taquara (Pereira, 2005).

Para conter os índios fujões, o recurso utilizado pelo SPI foi instituir um rígido sistema de controle político, de feições militares, investindo alguns índios de autoridade

policial diretamente subordinada à figura do Chefe do Posto e seus encarregados, como cumpridores de ordens. Surgem assim as figuras do capitão, sargento, cabo e polícia. O caso do posto indígena de Caarapó exemplifica bem o formato organizacional imposto pelo órgão indigenista de Estado. Ali, no início da década de 1950, o SPI selecionou dois índios kaiowá, contratados como auxiliares do Chefe de Posto: um deles era Zacarias Marques, que além de funcionário do SPI, também foi nomeado capitão. O segundo foi o indígena Marcos Veron. Esses dois auxiliares tinham como principal atribuição cumprir e fazer cumprir as ordens do Chefe, autoridade máxima para todos os assuntos da vida da comunidade, tais como: atividades econômicas, escolha de líderes, distribuição de lotes de terras para as famílias e recolhimento de famílias que viviam em fazendas regularizadas em nome de particulares. Na condição de subordinados ao Chefe de Posto, os Kaiowá contratados pelo SPI pouco podiam fazer para defender os direitos de seus patrícios, tendo que seguir rigorosamente as ordens recebidas.

Aos auxiliares cabia seguir rigorosamente as ordens do Chefe do Posto, no que diz respeito: a) a arregimentação de trabalhadores indígenas para as atividades produtivas desenvolvidas pelo SPI no interior dos postos e cuja produção, designada de renda indígena, era destinada a subsidiar os custos administrativos dos postos; b) manter a segurança e a ordem interna de acordo com o rígido código de conduta imposto pelo chefe do SPI, que via de regra desconsideravam os costumes e a forma de organização da sociedade indígena; c) promover o deslocamento de comunidades que viviam fora das terras reservadas pelo SPI, muitas vezes utilizando força e violência; d) cumprir e fazer cumprir as demais ordens do Chefe, que nem sempre contavam com a simpatia das comunidades indígenas.

Muitos Kaiowá, transferidos à força de suas terras para as reservas, não se adaptavam ao rígido controle político aí imposto pelo SPI. Esse controle podia ser maior ou menor dependendo das disposições autoritárias do Chefe e do capitão por ele escolhido. Foi por conta das dificuldades de viver na reserva que muitas famílias preferiram assumir a condição de trabalhadoras temporárias em fazendas, regionalmente denominados de peões. Essa opção implicou em aparente transfiguração da população indígena em trabalhadores rurais, como condição para melhor negociarem sua aceitação como moradores de fazendas. Não raro se apresentavam como paraguaios, o que fazem até hoje, já que as dificuldades linguísticas com o uso da língua portuguesa eram evidentes e explicitavam a língua materna guarani entre eles. Tal transfiguração se deu muito mais nas formas exteriores de apresentação da cultura (vestuário, linguagem, domínio de técnicas de trabalho etc.), o que não implicou na

renúncia da identidade étnica kaiowá ou guarani. Internamente, a identidade étnica era e é sempre alimentada, orientando a conduta dos membros das famílias indígenas.

Ao longo do século XX e até os dias atuais, os Kaiowá e Guarani continuaram praticando suas formas culturais específicas. Isto aconteceu mesmo depois do período de contato mais intenso com a sociedade nacional e da expropriação dos territórios de ocupação tradicional de um grande número de comunidades. Independente de viverem recolhidos em reservas, em comunidades de fundo de fazenda ou em periferias de centros urbanos, os Kaiowá e Guarani continuaram produzindo sua existência social de um modo distinto daquele produzido pelos não indígenas. É óbvio que toda cultura é histórica: confrontados com novos problemas, inclusive ambientais, com os quais passaram a conviver, reelaboraram muitos de seus procedimentos culturais para dar conta de produzir a existência de suas comunidades em meio a esse novo cenário histórico. A continuidade histórica e cultural dos Kaiowá e Guarani é atestada por produções acadêmicas relevantes, desenvolvidas a partir de intensivas pesquisas de campo, teórica e metodologicamente bem fundamentadas. Exemplos dessas produções são as teses de doutorado de Brand (1997), Pereira (2004a), Mura (2006), Barbosa da Silva (2007), Vietta (2007), Pimentel (2012) e Cavalcante (2013).

Retomando o relato sobre o SPI, este impunha um rígido sistema de regras às famílias que viviam na reserva. Em muitos casos, várias famílias kaiowá e guarani foram compulsoriamente convocadas para trabalharem nas atividades econômicas promovidas para a sustentação do próprio posto do SPI. O produto desse trabalho era visto como necessário para gerar a renda indígena<sup>17</sup>. Quem vivia na reserva era também obrigado a pedir autorização para realizar festejos e rituais, ou mesmo para sair da aldeia, em temporadas de trabalho nas fazendas ou em visitas a parentes que residiam em outras localidades. Houve chefes de postos do SPI (e depois da FUNAI) que chegaram ao extremo de se aliar aos missionários para impedir a realização de rituais religiosos, e os rezadores que insistiam eram presos e tinham seus objetos religiosos queimados<sup>18</sup>. Em outros casos, os índios que questionavam as ordens do Chefe eram presos, espancados ou expulsos para outras reservas. Tudo isto fazia com que muitas famílias fugissem dos postos e fossem viver em comunidades onde ainda eram

---

<sup>17</sup> A renda indígena era obtida a partir de atividades como agricultura, pecuária, coleta de erva, etc. Além de gerar renda para o SPI, as atividades tinham por objetivo educar a população para o desenvolvimento desses trabalhos. A renda gerada era destinada ao suprimento dos serviços do Posto.

<sup>18</sup> Tais casos ocorreram em reservas como Sassoró e Pirajuí durante as décadas de 1970-80, conforme relato dos indígenas.

toleradas, em suas terras de origem, mesmo estas não sendo demarcadas como reserva<sup>19</sup>. Famílias descontentes com o sistema implantado na reserva e que não conseguiam colocação nas “aldeias refúgio”, passaram a levar uma vida errante, como peões volantes, de fazenda em fazenda, ou passaram a viver nas periferias de cidades.

Os Postos do SPI/FUNAI e a ação missionária (Missão Evangélica Caiuá, sediada em Dourados desde 1928, com filiais em outros postos, com exceção de Pirajuí e Panambi, onde atua outro grupo missionário conhecido como Missão Alemã) criaram nas reservas uma infraestrutura de serviços administrativos e programas de apoio. A atuação conjunta do órgão indigenista oficial e dos missionários se deu nas áreas de educação, saúde e agricultura. A partir da concentração desses serviços, a reserva passou a ser caracterizada como polo atrativo para as populações kaiowá e guarani que perderam suas terras para as frentes de expansão agropastoris. Como constata Pacheco:

“Dentro dessas reservas criadas no sul do Estado de Mato Grosso, operou-se sistematicamente a prática dos incentivos para atrair os índios que ocupavam extensas áreas que interessavam às frentes de expansão. Quando o atrativo não funcionava, ocorria o deslocamento forçado das aldeias tradicionais para as reservas. Segundo antigos moradores das áreas Jarará e Takuára, esta prática foi largamente utilizada” (Pacheco 2004: 39).

É interessante notar que as terras indígenas Taquara e, principalmente, Jarará, reúnem expressivas parcelas de antigas comunidades kaiowá e guarani, como Kurupi, Kurupa’y Mboka, Lechucha/Matula, Santiago Kue, Bonito. Essas comunidades estavam radicadas nos municípios de Juti e Navirai, e parcela dessa população se recolheu em Taquara e Jarará depois de serem expulsas de suas terras, por serem os únicos espaços onde, nos últimos anos, foi permitida a presença indígena. Outras parcelas dessas comunidades vivem em acampamentos, ocupações e periferias das cidades sedes dos municípios de Juti, Navirai e Caarapó. A estratégia adotada é sempre permanecer nas proximidades do território de ocupação tradicional. Mais adiante apresentaremos dados mais detalhados sobre estas diversas formas de assentamento.

Após a demarcação das oito antigas reservas (1915-1928) e a implantação dos postos do SPI e dos centros de atuação missionária, consolidou-se na região “a idéia de que as únicas terras indígenas eram essas” (Pacheco 2004: 40). Dessa forma, passou a predominar a

---

<sup>19</sup> Até a década de 1970 ainda existiam vários desses locais, mas a ocupação efetiva de todas as terras, com lavouras de soja e milho ou pastagens, extinguiu esses “refúgios”, a partir daquela data.

compreensão de que as terras a que os indígenas teriam direito se restringiria aos espaços demarcados como reserva. Os relatórios circunstanciados de identificação e delimitação das terras indígenas Guyraroká e Arroio-Korá (Pereira, 2002), descrevem em detalhes as maneiras como, a partir da implantação das reservas em Mato Grosso do Sul, os índios que viviam fora das reservas passaram a ser considerados em situação irregular. Essa percepção dá origem às categorias de ‘índio aldeado’, composta por aqueles Kaiowá e Guaraní que se recolheram no interior das reservas, e ‘índio desaldeado’, os que viviam fora das reservas. Os funcionários do órgão indigenista e os missionários entendiam que os “desaldeados” não tinham direito à assistência do Estado, pois estavam em situação considerada irregular. Segundo Pacheco:

“Esse processo gerou um pensamento generalizado no Mato Grosso do Sul de que as fazendas ocupadas atualmente pelos fazendeiros e reivindicadas pelos índios nunca pertenceram a eles, porque a ideia dominante é que terras de índios são as reservas” (Pacheco 2004: 40).

Até a década de 1960, a população kaiowá e guarani recolhida nas reservas era bem menor do que a que vivia fora das reservas. Muitas comunidades permaneciam em locais de ocupação tradicional, em terras já legalizadas em nome de particulares. Expressivo número de famílias também vivia como trabalhadoras na coleta de erva, ou em fazendas, auxiliando na derrubada das matas e formação de pastagem.

Como registramos anteriormente, até a primeira metade do século XX, as terras públicas no sul do antigo Mato Grosso, sobre as quais não existiam procedimentos legais de requerimento e titulação, eram regionalmente denominadas de “terras devolutas”. Terra devoluta era considerada uma terra passível de apropriação por particulares com poder para assumir seu controle e meios para requerê-la junto ao Estado. Tal ação poderia incidir mesmo sobre área que já fosse ocupada por comunidade indígena, quilombola ou por posseiros pobres. Naquele contexto, a posse efetiva da terra, mesmo que antiga ou tradicional, ou nem mesmo o fato de ter nela benfeitorias, constituíam instrumentos pouco eficientes para assegurar o direito de nela permanecer. O entendimento das autoridades era de que só o requerimento formal, o recolhimento das taxas e demais procedimentos de emissão da titulação, seriam suficientes para assegurar o direito à propriedade. Terra devoluta era regionalmente entendida como uma terra a ser conquistada e, se necessário, expropriada de alguém que não tivesse recursos para protegê-la e requerê-la (Eremites de Oliveira e Pereira, 2009).

Em 1910, o SPI criou a 5ª Inspetoria, sediada em Campo Grande, unidade administrativa que incorporava em sua jurisdição as terras ocupadas por comunidades kaiowá e guarani no sul do, então, Estado de Mato Grosso. A proximidade dessa inspetoria com as terras ocupadas pelos Kaiowá e Guarani atesta que, desde o início de sua criação, o SPI já tinha conhecimento da situação dessas comunidades. Tanto é assim que, já entre os anos de 1915 e 1928, foram demarcadas as áreas das oito antigas reservas do SPI, acima mencionadas. Fica então a questão de como entender a omissão do SPI frente à necessidade premente de assegurar os direitos territoriais das comunidades kaiowá e guarani em Mato Grosso do Sul.

A omissão do SPI em assegurar a demarcação das terras guarani em Mato Grosso do Sul no início do século XX não pode ser creditada ao desconhecimento da existência dessas comunidades. Muitas delas foram identificadas pelos funcionários do órgão indigenista oficial, tiveram processos administrativos de reconhecimento territorial iniciados, mas a demarcação acabou não acontecendo. A omissão do SPI também não pode ser creditada à falta de uma legislação que amparasse essas demarcações. Para compreender por que o SPI não demarcou a contento as terras kaiowá e guarani em Mato Grosso do Sul, é necessário atentar para elementos políticos que interferiram direta e explicitamente no trabalho do SPI. Brand (1993 e 1997) demonstra, de forma cabal, que a análise desse processo evidencia a impotência do órgão indigenista oficial, pois, diante da incapacidade de cumprir suas atribuições legais, acabou cedendo às pressões dos setores interessados em requerer e regularizar a propriedade de terras na região, mesmo nos locais onde viviam comunidades indígenas.

O SPI recuou frente aos interesses de particulares interessados em regularizar terras na região. Os funcionários do órgão se resignaram a esperar que, nas reservas disponíveis, os índios logo se assimilassem à população regional. Após cerca de um século de atuação indigenista oficial, a história demonstrou que a assimilação não ocorreu como se imaginava, as populações kaiowá e guarani, como outras etnias que vivem em diversas regiões do país, não se diluíram na população regional. Pelo contrário, continuam demonstrando grande disposição e vigor em suas culturas. Tanto é assim, que a Constituição de 1988 reconheceu a falência do pressuposto assimilacionista e alterou profundamente a perspectiva do indigenismo oficial. A legislação indigenista do Estado Brasileiro abandonou o paradigma da assimilação cultural e adotou o paradigma do respeito e proteção oficial à diversidade cultural. A mudança reflete o reconhecimento de que as coisas não se passaram como haviam

sido planejadas: os índios continuavam produzindo sua cultura de modo diferenciado e exigindo do Estado o reconhecimento do direito a essa diferença.

O processo de expropriação dos territórios tradicionais fragmentou inúmeras comunidades. Entretanto, o reagrupamento das famílias, que compunham várias dessas antigas comunidades—*tekoha* e sua apresentação atual enquanto comunidades políticas organizadas em torno da demanda da regularização fundiária, evidenciam que os líderes indígenas expressam profunda compreensão do processo histórico recente. Dessa compreensão esperam realizar ações que proporcionem a composição de uma nova perspectiva para suas comunidades. O objetivo de retomar as condições necessárias para assegurar a reprodução física e cultural das comunidades requer, dos líderes, o empenho em dispor novamente de sua terra. Em toda essa movimentação, eles demonstram consciência dos direitos indígenas previstos na Constituição e em direitos que emanam de sua cosmologia religiosa. Segundo acreditam, a divindade *Ñande Ru Vusu* criou a terra e dispôs suas comunidades no lugar determinado, para aí viverem de acordo com os ensinamentos que herdaram.

### **I. 3 - Da situação de trabalhador volante ou compulsoriamente recolhido na reserva demarcada pelo SPI à mobilização política em torno da demarcação**

O processo histórico, sumariamente esboçado no item anterior, causou grandes impactos nas comunidades kaiowá e guarani de Mato Grosso do Sul. As terras onde viviam muitas dessas comunidades, como é o caso das comunidades tratadas no presente relatório, sofreram esbulho para as frentes de ocupação econômicas pioneiras na região. A população masculina de muitas comunidades situadas nos locais de maior concentração de erva-mate nativa foi maciçamente incorporada como mão de obra no empreendimento ervateiro. O trabalho na erva exigia o frequente deslocamento forçado de contingentes populacionais masculinos envolvidos nos acampamentos da Companhia Matte Laranjeira, situados em locais a certa distância das aldeias-*tekoha*. Posteriormente, quando começa a implantação das fazendas de gado e agricultura, a mão de obra kaiowá e guarani passou a ser empregada para abertura dessas fazendas, atividade que se prolongou até a década de 1980, quando a região ficou praticamente toda desmatada e explorada por atividades agropastoris.

A população das comunidades kaiowá e guarani, estabelecida na região sul do Mato Grosso do Sul, sempre foi considerada dócil e servil pela população regional (não-índia), embora repugnasse suas práticas culturais, identificadas como primitivas e selvagens. Entretanto, Brand (1993 e 1997) chama a atenção para registros que atestam a ocorrência de

embates armados entre índios e colonizadores, nos casos em que os Kaiowá insistiram em defender seus territórios, como na região de Maracaju; mas, via de regra, os Kaiowá e Guarani são retratados como “índios mansos”, mas arredios e pouco confiáveis.

A partir do início da década de 1980, a aludida postura de docilidade dá lugar a ações determinadas e até agressivas. Tais ações visavam à recuperação de terras tradicionalmente ocupadas por comunidades kaiowá e guarani. A atitude dos líderes indígenas causou surpresa e inquietação entre os proprietários rurais acostumados a tratá-los como pessoas tímidas e submissas.

O fato é que, a partir da década de 1980, grupos de famílias remanescentes de comunidades que perderam suas terras começaram novamente a se rearticular. Nesse processo, atualizaram formas de sociabilidade e assumiram a configuração social de comunidades com autonomia política. Tal atitude das comunidades representou uma ruptura em relação à estrutura administrativa imposta pelo SPI/FUNAI nas reservas demarcadas. Surge a categoria denominada “áreas de conflito”, utilizada pelos Guarani e Kaiowá e mesmo pela administração da FUNAI, para designar as demandas geradas pela população de comunidades que passam a reivindicar, junto ao órgão oficial, a demarcação de terras das quais foram expulsas pelas frentes de ocupação no período histórico recente.

Boa parte das famílias que compõem cada uma das comunidades das “áreas de conflito” passa a viver em espaço comum, por mais desconfortável que possa ser as condições de vida enfrentadas em seus acampamentos de lona. A rearticulação dessas comunidades se dá em distintas condições:

a) aglomeradas em porções de terras no interior das antigas reservas, como uma espécie de **acampamento de refugiados**, ocupando barracos de lona, uns próximos aos outros. O acampamento expressa a territorialização precária e dá visibilidade à existência de uma comunidade política que se distingue dos demais moradores da reserva, acomodados aquela situação. A convivência dos grupos acampados com os outros grupos políticos da reserva normalmente é tensa. Por conta das tensões, é comum o acampamento ser obrigado a se deslocar de uma reserva para outra ou a se dividir em vários acampamentos distribuídos por mais de uma reserva, como é o caso de várias comunidades tratadas no presente relatório. O acampamento na reserva pode ser a primeira fase de um processo que culmina em tentativa de recuperação da posse da terra reivindicada, ou pode ser recomposto após um despejo judicial.

b) em pequenos espaços reocupados dentro das terras que reivindicam e que estão tituladas em nome de particulares. Essas **recuperações de posse** convivem com o constante risco de despejo por conta de ações judiciais e, não raro, são objeto de violência cotidiana por parte de seguranças armados, contratados por proprietários. Vários líderes kaiowá e guarani morreram nos últimos anos, por conta dessas tentativas de recuperação da posse, mas algumas comunidades insistem em realizá-las, em muitos casos por exigência das mulheres que cobram dos homens providências urgentes para voltarem aos seus territórios (Pereira 1999 e 2003);

c) em **acampamentos às margens de estradas vicinais e rodovias**. Nesse caso, o mais comum é que as famílias acampem em frente à terra que reivindicam ou em suas proximidades e esperem o momento mais propício para tomar a iniciativa da recuperação da posse. Esse tipo de acampamento gera muita inquietação no proprietário da terra que é o foco da reivindicação, o qual passa a agir de diversas formas para tentar demover o grupo de seu intento, muitas vezes recorrendo ao artifício de ameaças. Muitos líderes afirmam que recebem tentativas de suborno ou recados de intimidação.

Em todas essas situações, contam com liderança própria, que assume o encaminhamento da demanda da demarcação da terra reivindicada junto às instâncias governamentais responsáveis. As comunidades entendem que é parte das obrigações das lideranças buscarem apoio da FUNAI, do MPF e de organizações da sociedade civil para resolver o problema da demarcação da terra. As ações políticas das lideranças e, em alguns casos, de coletividades mobilizadas, faz com que as comunidades adquiram novamente visibilidade. Dessa forma, as comunidades mobilizadas pela demanda da terra confrontam o senso comum consolidado em Mato Grosso do Sul de que “lugar de índio é na reserva”. As comunidades “novas” e suas demandas territoriais causam grande desconforto político na região. Trazem à tona um ‘problema’ que se considerava resolvido com a demarcação das oito reservas entre 1915 e 1928.

A difícil situação dos Kaiowá e Guarani que vivem nas reservas é amplamente conhecida, não só regionalmente, mas nacionalmente. Problemas como desnutrição e mortalidade infantil, suicídio, violência interna, dependência crescente dos programas de assistência social, etc. A compreensão das lideranças kaiowá e guarani é que só poderão superar os problemas sociais enfrentados nas reservas quando tiverem de volta parte de seus antigos territórios tradicionais, para nele reconstituírem suas comunidades.

Para recuperarem a posse dos territórios tradicionais, as lideranças das áreas de conflito constroem redes de apoio entre si e realizam reuniões periódicas para discutir problemas comuns e pensar formas de encaminhamentos e pressões políticas junto aos órgãos incumbidos da defesa de seus direitos. Outro apoio sempre almejado é o das lideranças das reservas demarcadas, que costumam gozar de prestígio e influência junto às instituições que atuam nas reservas.

É muito comum que índios assalariados, como funcionários públicos ou em ocupações temporárias, apoiem parentes que estão envolvidos em processos de reivindicação territorial. Isto acontece de acordo com as regras de obrigação, próprias da economia de reciprocidade praticada internamente em suas comunidades. Quando os líderes das comunidades em processo de reivindicação territorial conseguem demonstrar boa habilidade na articulação política, aos poucos a demanda ganha visibilidade e força. Nesse sentido, na perspectiva dos líderes kaiowá e guarani, a recuperação da posse das terras de ocupação tradicional se constitui em ações extremas, motivadas pela desesperança gerada pela morosidade dos processos administrativos e judiciais.

O recurso discursivo da ameaça de recuperação de posse é sempre acionado pelos líderes das “áreas de conflito” como forma de pressionar a FUNAI e o MPF para que atuem a favor do reconhecimento da terra. A recorrência da ameaça torna praticamente impossível saber quando, de fato, ela vai ocorrer. Os líderes sabem, perfeitamente, que a recuperação da posse implica em muitos riscos para si e para os integrantes de suas comunidades, pois vários de seus companheiros já foram mortos. Por conta da reação que a recuperação da posse provoca, o recurso só é efetivado quando o processo político interno atinge certo grau de maturidade, o que implica em meses ou anos de, como dizem os líderes, “preparação da comunidade”. Tal processo envolve uma série de preparativos práticos e procedimentos rituais conduzidos pelos xamãs.

O Kaiowá e Guarani pacífico e subserviente, consideração produzida no processo de dominação colonial perpetrado pela consolidação da ocupação agropastoril e com o qual os proprietários rurais se habituaram a tratar, deu lugar ao “guerreiro”, que é como denominam as pessoas diretamente envolvidas no processo de recuperação da posse dos territórios tradicionais. Para entender essa mudança de comportamento nas comunidades kaiowá e guarani, em relação à demanda pela terra observada a partir da década de 1980, é importante considerar alguns fatores da conjuntura política daquele período, aqui esquematicamente enunciados:

- 1) A Assembléia Nacional Constituinte trouxe para o centro do debate político a questão do direito indígena e a Constituição Federal, promulgada em 1988, contempla, em seu Art. 231, o direito das comunidades indígenas às terras tradicionalmente ocupadas.
- 2) As comunidades indígenas, politicamente organizadas, passam a contar com o apoio do Ministério Público Federal, de fundamental importância para fazer cumprir as garantias constitucionais, fiscalizando as ações administrativas do órgão indigenista oficial – FUNAI, e acompanhando as demandas judiciais na defesa dos interesses das comunidades indígenas.
- 3) O processo de redemocratização da sociedade permitiu que instituições da sociedade civil, simpáticas ao atendimento das demandas indígenas, atuassem com maior liberdade. Tais organizações passaram a apoiar as comunidades kaiohá e guarani inclusive com assistência jurídica, como foi o caso do Conselho Indigenista Missionário - CIMI - e do Projeto Kaiowá-Ñandeva - PKN. Assim, a partir da década de 1980, o cenário indigenista na região sul de Mato Grosso do Sul é marcado, além da presença da FUNAI e das missões, pela ação de instituições como o CIMI, ligado à Conferência dos Bispos da Igreja Católica, e o PKN, composto por antropólogos com formação na Universidade de São Paulo e no Museu Nacional, da Universidade Federal de Rio de Janeiro. Essas instituições atuavam em nível local, mas estavam articuladas a redes de instituições de âmbito mais geral na defesa dos direitos indígenas. A inserção nessas redes potencializava a capacidade de intervenção no âmbito local.

O movimento das lideranças kaiohá e guarani, iniciado no final da década de 1970, rompe a tentativa de confinamento compulsório nas reservas demarcadas pelo SPI. A mobilização política em torno das demarcações caracteriza um conjunto de ações que a perspectiva teórica da antropologia histórica, desenvolvida por João Pacheco de Oliveira Filho e Antônio Carlos de Souza Lima, ambos do Museu Nacional no Rio de Janeiro, costuma caracterizar como “processo de reterritorialização”. Oliveira Filho desenvolve essa reflexão principalmente a partir do cenário etnográfico composto pelas sociedades indígenas do nordeste brasileiro, mas seus discípulos, os antropólogos Fábio Mura (2005) e Rubem Tomás de Almeida (1991), desenvolveram reflexão semelhante para o quadro etnográfico dos Kaiowá e Guarani de Mato Grosso do Sul. Esta abordagem tem contribuído para a ampliação das perspectivas teóricas de análise e entendimento do cenário das mobilizações em torno da demanda pela demarcação de terras na região.

O conceito de reterritorialização, aplicado para definir a situação atual das comunidades kaiowá e guarani, parte do pressuposto de que essas comunidades foram inicialmente “desterritorializadas”, quando foram deslocadas de seus territórios de ocupação tradicional por ações alheias às suas vontades. Antes de serem desterritorializadas, as comunidades kaiowá e guarani estavam territorializadas de acordo com o formato de sua organização social. O Estado, através do SPI, impôs a desterritorialização dessas comunidades de suas terras de ocupação tradicional para territorializá-las (ou alojá-las) nos espaços demarcados como reserva. A reterritorialização acontece quando as comunidades logram reaver os espaços de ocupação tradicional, de onde foram desterritorializadas.

É nesse movimento que se engajaram muitas comunidades no período recente, a partir da década de 1980, quando as demandas territoriais passaram a ganhar visibilidade crescente. Como isso as comunidades kaiowá e guarani buscam reaver territórios e neles novamente se estabelecer. Dispor desses territórios passa a ser condição primordial para se reconstituírem enquanto grupos políticos. Essa reconstituição implica em reunir as condições objetivas para atualizar formas de existência comunitárias. A luta política para reaver territórios perdidos corre paralela ao processo interno de recomposição de formas comunitárias e de solidariedades políticas entre famílias de comunidades que se encontravam, sob vários aspectos, fragmentadas.

A inclusão do presente tópico no relatório tem como objetivo reunir dados que auxiliem na compreensão do surgimento das comunidades denominadas “áreas de conflito”. É fundamental situar a condição de emergência desses sujeitos coletivos e sua caracterização enquanto agentes políticos. Os dados etnográficos específicos sobre cada uma das comunidades incluídas no presente relatório serão adicionados adiante. Tais dados evidenciam, a partir de situações históricas concretas, a base etnográfica do ‘ressurgimento’ das comunidades e a lógica da reivindicação das terras, denominadas pelos Kaiowá e Guarani como “área de conflito”.

O processo de reivindicação da demarcação da terra se inicia com a decisão de um casal de líderes de família extensa de retornar ao seu *tekoha*. Para isto, passam a organizar politicamente as famílias, para que voltem a se recompor enquanto comunidade. Tal decisão é sempre provocada pelo reconhecimento de que a permanência nas reservas se tornou inviável, devido à total impossibilidade de desenvolverem uma existência comunitária, segundo seus usos, costumes e tradições. Uma frase muito comum, expressa pelos líderes, sintetiza muito

bem esse sentimento: “nós não temos futuro na reserva, se continuarmos aqui vamos acabar com nossa tradição, vamos ser totalmente destruídos”.

O mal-estar social, cotidianamente vivido na reserva, se contrapõe à memória de relações percebidas como mais harmônicas, que teriam sido vivenciadas nos antigos *tekoha*, antes de serem expropriados da terra. Essa memória desencadeia o desejo de novamente dispor de suas terras, mesmo sabendo o quão difícil é conseguir êxito nessa empreitada. A partir dessa decisão, o casal de líderes passa a participar da *aty guasu* - reunião geral das lideranças das diversas comunidades - e coloca sua demanda para o coletivo das lideranças. Quando o coletivo julga a demanda procedente, a nova comunidade é incluída em um segmento da *aty guasu* denominado de ‘áreas de conflito’ ou *tekoharã*<sup>20</sup>, e passa a receber apoio político e logístico dos outros líderes, inclusive de líderes de reservas. O novo líder passa a ter o direito de falar na *aty guasu* e de, eventualmente, participar de comissões escolhidas para representar as comunidades junto às autoridades.



**Figura 3 – Foto do Aty Guasu realizado em Campestre ou Ñande Ru Marangatu. Na ocasião, as lideranças fizeram um ritual em homenagem à militância de Marçal de Souza, líder guarani assassinado no local em 1983. A aty guasu, além das discussões políticas, são sempre acompanhadas de rezas, cujo propósito é o “fortalecimento da luta pela recuperação de posse do território”, como costumam falar as lideranças.**

A comunidade que ingressa no círculo das “áreas de conflito” ou *tekoharã* adquire visibilidade enquanto comunidade política. A partir daí passa a cobrar da FUNAI e do MPF: a) a demarcação de sua terra; b) o reconhecimento de suas lideranças, algumas inclusive denominadas de “capitão”, como costuma acontecer com as lideranças das reservas

<sup>20</sup> *Tekoharã* que dizer futuro *tekoha*, conceito nativo que será retomado mais adiante.

demarcadas pelo SPI; c) o reconhecimento e a inclusão da comunidade nos programas de seguridade social e assistência à saúde e a educação, mantidos pelas diversas agências do governo. Enfim, se consideram como comunidades políticas e assim exigem serem tratadas pelas diversas agências com as quais se relacionam.

As lideranças indígenas das comunidades mobilizadas para a demarcação de suas terras têm pleno conhecimento de que a proteção dos direitos territoriais de suas comunidades é obrigação da FUNAI, que deve ser fiscalizada pelo MPF. O conjunto dessas comunidades constrói várias alternativas de aproximação com essas agências de governo, mas também com ONGs indigenistas que consideram aliadas.

Na Romaria que ocorreu em Ribeirão Cascalheira MT, em julho de 2011, divulgada pelo Conselho Indigenista Missionário com o título **Pedro e os Mártires Indígenas**, aparece, com destaque, a participação de Elizeu Lopes, que fala em nome de todas as comunidades kaiowá e guarani de Mato Grosso do Sul, mobilizadas em torno da reivindicação da terra. Transcrevo a seguir a matéria, destacando a foto de Elizeu, no centro, de camisa verde, sentado ao lado de um líder religioso católico.

#### **“O clamor e solidariedade indígena**

Eizeu Lopes falou, em seu depoimento “Sou Kaiowá Guarani do Mato Grosso do Sul. Eu vim aqui em nome da comunidade Kaiowá Guarani. Quero fazer um pedido e agradecer a oportunidade de vir aqui somar juntos na Romaria e buscar o Reino, assim como nós estamos buscando nossas terras sem males. Para nós a terra é uma mãe. Buscamos essa terra para nossos filhos, para o sustento e futuro de nossas crianças.

Quero dizer que o nosso povo está sendo massacrado, violentado. Eu vi ontem a foto de uma liderança que derramou seu sangue por essa terra sem males. Marçal Tupã’i foi assassinado covardemente, na luta pelos direitos, pela terra. Não foi só Marçal, mas já foram mais de 40 lideranças, professores que já perdemos pelos nossos direitos. Até agora o nosso país, o Brasil ainda não entendeu, não achou o caminho para resolver nosso problema, demarcar as terras, principalmente no Mato Grosso do Sul.

Agora quero deixar meu pedido a todos que estão aqui, que somam junto com nós, para que podemos denunciar aqui no nosso país e fora do país para que o Brasil demarque as terras para nós Guarani Kaiowá que está cada vez mais morrendo pelos seus direitos, derramando o sangue pelos seus direitos. Por isso eu vim aqui em nome dos Kaiowá Guarani para dizer que nós vamos continuar lutando e nós vamos continuar buscando nossos direitos. Quero deixar para os padres que estão aqui presentes, o meu pedido. Que ajudem, que clamem a Deus, clamem o nosso sofrimento, aqui dentro do país e fora do país, para que seja resolvida na nossa luta. Que as autoridades façam a demarcação das terras aqui no Mato Grosso do Sul”.



**Figura 4 - Movimento Indígena**

A reportagem é importante por demonstrar como os Kaiowá e Guaraní se organizam, para estabelecer e ampliar alianças com instituições e pessoas sensíveis à causa da demarcação da terra. Cada vez mais as lideranças ocupam espaços, tanto no âmbito nacional, como internacional. Outras instituições são vistas como aliadas eventuais, para ações mais específicas, como universidades, defensoria pública, e outras organizações da sociedade civil. Muitas vezes também se aproximam de políticos, pesquisadores e outras pessoas que possam fornecer informações sobre o funcionamento da máquina estatal ou apoio para demandas pontuais.

Quando o processo administrativo não é iniciado por conta da inoperância ou falta de aparelhamento administrativo da FUNAI, os membros da comunidade, principalmente as mulheres, costumam fazer forte pressão sobre a liderança. Se a liderança não conseguir que a FUNAI inicie o processo administrativo, podem tomar a iniciativa de partir para a recuperação da posse. A decisão pode envolver apenas os membros da comunidade mobilizada para a recuperação da posse da terra ou também ser consensuada com lideranças de outras comunidades. Há casos de lideranças reocuparem uma área contando apenas com apoio de um pequeno número de familiares, decisão arriscada e que deixa as pessoas expostas a sérios riscos, devido às ameaças e violências inerentes aos processos de disputas territoriais.

O argumento central neste tópico do relatório é que o aparecimento das “áreas de conflito” ou *tekoharã* representa o ressurgimento de novos sujeitos históricos coletivos, silenciados pelo processo de colonização. Digo **ressurgimento** porque as comunidades, objeto de estudo do presente relatório, e que nos últimos anos se apresentaram e passaram a reivindicar seu reconhecimento enquanto comunidades políticas, já existiam no passado, quando viviam em suas terras tradicionalmente ocupadas. Ao longo das últimas décadas, a

expropriação territorial impôs a fragmentação e a dispersão das parentelas que compunham tais comunidades. No momento atual, as lideranças se empenham em reconstituir essas comunidades, superando e reatando as solidariedades danificadas, para criar novos modos de interação comunitária. As ações das lideranças estão sempre focadas na demanda da regularização da terra e na possibilidade de reestabelecerem as formas de sociabilidade comunitária, de modo a repor a solidez e a fluência das dinâmicas sociais desses coletivos humanos.

A presença de novos sujeitos históricos coletivos ganhou evidência com o processo de redemocratização política do Estado brasileiro. Tal presença tem sido objeto de análise de diversos estudiosos das ciências sociais. Entre as principais referências figuram os trabalhos de Eder Simão Sader. Em trabalho publicado em 1988, intitulado *Quando Novos Personagens Entraram em Cena*, o autor se dedica à compreensão da gênese e desenvolvimento desses novos sujeitos. O prefácio do livro é escrito pela renomada filósofa Marilena Chauí que, de modo brilhante, capta a maneira como o autor enfoca o aparecimento desses novos sujeitos coletivos. Retomando formulações do livro por ela prefaciado, explica que:

‘Quando uso a noção de sujeito coletivo’, escreve Sader, a expressão indica ‘uma coletividade onde se elabora uma identidade e se organizam práticas através das quais seus membros pretendem defender interesses e expressar suas vontades, constituindo-se nessas lutas’, de sorte que a novidade é tríplice: um novo sujeito (coletivo), lugares políticos novos (a experiência do cotidiano) numa prática nova (a criação de direitos a partir da consciência de interesses e vontades próprias)”. (Chauí, 1988: pp. 11-12).

E, ainda, no prefácio do mesmo livro de Sader, a autora destaca a importância das experiências advindas das lutas cotidianas para a constituição desses sujeitos, explicitando que: “São as experiências que os excluídos adquirem de sua presença no campo social e político, de interesses e vontades, de direitos e práticas que vão formando uma história, pois seu conjunto lhes dá a *dignidade de um acontecimento histórico*” (idem:12, gr. meus).

As características mais gerais, identificadas por Chauí nos processos de constituição dos novos sujeitos coletivos não indígenas, movimento concomitante ao processo de redemocratização da sociedade brasileira, são úteis para a compreensão dos processos de reemergência das comunidades kaioiwá e guarani. Teríamos que acrescentar o fator étnico, ou seja, as referências culturais mobilizadas pelos coletivos indígenas para se recomporem enquanto comunidades políticas, com grande destaque para a participação dos rezadores ou xamãs, discutidas em outras partes do presente relatório.

Os sujeitos coletivos formados pelas comunidades articuladas em torno da demanda da demarcação da Terra Indígena Dourados-Amambaípegua I, tal como acontece com outras comunidades guarani e kaiová em Mato Grosso do Sul, é constituído, prioritariamente, por fatores de natureza étnica, que cumprem papel de grande relevância nos processos reivindicatórios<sup>21</sup>. Isto porque as pessoas mobilizadas em torno da demanda pela demarcação da terra têm como expectativa a possibilidade de reconstrução de formas de sociabilidade mais harmônicas, em consonância com pautas culturais específicas. Expressam, ainda, a expectativa de recompor relações com as divindades e com os diversos tipos de seres sobrenaturais dos quais dependem para reproduzir o modo de vida considerado tradicional.

Desde seu início, o processo de recomposição da comunidade, de escolha e legitimação de sua liderança política e de formulação da demanda territorial, é conduzido por lideranças religiosas, que nem sempre ganham evidência na relação com a FUNAI e demais agências da sociedade nacional com as quais o coletivo se relaciona. As ações dos xamãs, que encontram inspiração nas rezas para reativar os vínculos comunitários entre as pessoas, se desenvolvem preferencialmente à noite, e se caracterizam por serem realizadas para consumo interno da comunidade.

Os dados históricos e etnográficos apresentados e analisados no presente relatório evidenciam que as comunidades da Terra Indígena Dourados-Amambaípegua I emergiram enquanto sujeitos coletivos organizados em torno da demanda pela demarcação da terra. Surgem também de necessidades políticas internas a cada uma das comunidades, pois as lideranças encontram dificuldade de se expressarem enquanto líderes desses coletivos dentro do formato organizacional das reservas já demarcadas. Em grande medida isso acontece por conta das reservas serem espaços tradicionais de outras comunidades, cuja territorialidade já estava consolidada nesses espaços.

A organização social e política das comunidades reemergentes se caracterizam por intenso dinamismo. Os líderes buscam construir mecanismos para exigir seus direitos territoriais de forma autônoma e desvinculada da estrutura organizativa da FUNAI e de outras agências indigenistas. Isto não impede que essas agências sejam acionadas enquanto aliados potenciais e pontuais, sempre que as lideranças identifiquem a possibilidade de viabilizar

---

<sup>21</sup> Pereira (2003) discute como os processos de reivindicação territorial apresentam todas as características de movimento social, daí o uso da denominação “movimento étnico-social”, forjado com a preocupação de integrar na análise, tanto a caracterização de movimento social, como os componentes relacionados à etnicidade. Trata-se do artigo “O movimento étnico-social pela demarcação das terras guarani em MS” In: Revista **Tellus**. Ano 3 n.4 abril de 2003. UCDB. Campo Grande, Mato Grosso do Sul.

interesses da comunidade. Lidar com o universo jurídico e com a estrutura administrativa governamental é, para a maior parte das lideranças, um aprendizado necessário e difícil. Para isto, contam principalmente com o conhecimento das lideranças que já passaram pela experiência de conquista do território.

A troca de experiência entre líderes mais antigos e novos é realizada principalmente nos momentos em que se juntam para discutir questões comuns, como nas assembleias gerais da Aty Guasu. Mas esse intercâmbio acontece menos no espaço formal e mais nas conversas mantidas à noite, ao lado das fogueiras, quando pequenos grupos de líderes podem expressar suas dúvidas e discutir, detalhadamente, as estratégias de reconquista territorial. Nesses momentos, é comum combinarem visitas recíprocas, quando aproveitam para fazer pequenas reuniões com os membros de cada comunidade para recepcionar um visitante mais experiente e ouvir dele a trajetória política de sua comunidade. Tais visitas são sempre acompanhadas de rezas noturnas, de fundamental importância para mobilizar a comunidade e despertar a disposição de envolvimento no processo político de reivindicação da terra.

A reemergência da comunidade e a explicitação de sua demanda territorial são precedidas de complexos processos internos, endógenos a cada comunidade e dificilmente notados pelos agentes indigenistas. Tais processos podem demorar anos, com visitas frequentes entre membros da comunidade, dispersos por distintas reservas, fazendas e periferias de cidades, até que se consensue uma coalisão para assumir a condução política do processo reivindicatório. O processo de reemergência não progride de forma linear, está sujeito a hesitações e retrocessos. Entretanto, a partir do momento em que a comunidade se apresenta e tem o reconhecimento da Aty Guasu, dificilmente será demovida de seu intento de dispor do *tekoha* para nele, efetivamente, se recompor. É por isso que mais recentemente essas comunidades passaram a denominar de *tekoharã*, futuro *tekoha*.

Enquanto sujeitos coletivos, o surgimento do *tekoharã* produz uma cultura política de onde emanam exigências fundadas nos direitos sociais e étnicos. É novamente possível traçar um paralelo com o que observa Sader, na análise dos movimentos sociais, pois: "de onde ninguém esperava, pareciam emergir novos sujeitos coletivos, que criavam seu próprio espaço e requeriam novas categorias para sua inteligibilidade" (Sader, 1998:36). Os *tekoharã* chamam a atenção dos agentes governamentais e dos operadores do Direito para o conflito de direitos entre as comunidades indígenas e os proprietários particulares, estabelecidos em suas terras de ocupação tradicional. Expropriação do território indígena, até então entendida como fato consumado, é novamente tematizada. Apresentando-se como "áreas de conflito" ou

*tekoharã*, essas comunidades requerem do Estado a revisão de procedimentos que as alijaram de seus territórios e se esforçam para inserir a questão do conflito de direitos na pauta do Estado.

As áreas de conflito emergem a partir da rearticulação de comunidades não reconhecidas pelo órgão indigenista oficial ou tidas como extintas. Na verdade, embora essas comunidades não tivessem visibilidade ou aparecessem para agentes indigenistas - mesmo para certos pesquisadores, menos afeitos ao convívio cotidiano com as comunidades -, como subsumidas ou diluídas na população das reservas demarcadas, periferias de cidades e fundos de fazendas, elas sempre mantiveram, em alguma medida, formas de sociabilidade exclusivas. Tais comunidades nunca deixaram de existir, a frequência da interação foi diminuída pela dispersão, mas a memória das alianças e o sentimento de pertencimento a uma comunidade específica sempre permaneceu.

Foi justamente o sentimento de pertencimento a uma comunidade específica, que permitiu a rearticulação desses coletivos. Atualizando formas de sociabilidade que escapavam à sensibilidade etnográfica dos agentes externos, surgiram comunidades políticas de onde menos se esperava. Assim, constata-se que, só a partir da década de 1980, com o aparecimento do novo movimento indígena, o processo de abertura política e a reorganização da sociedade civil brasileira, foi que as comunidades encontraram ambiente propício para reemergirem. A partir daí, passam a se comportar como agentes políticos, complexificando o cenário indigenista em Mato Grosso do Sul. Esses novos atores entram em cena dispostos a reaver as terras das quais sofreram esbulho. A expropriação das terras indígenas se deu pela inoperância do SPI/FUNAI, como no caso das comunidades de Javorai Kue e Km20, ou devido à ação propositalmente contrária aos interesses indígenas, quando o próprio órgão indigenista participou diretamente do esbulho, como no caso de retirada da comunidade de Laguna Joha.

A forma de apresentação das comunidades kaioiwá e guarani em Mato Grosso do Sul muda radicalmente nas últimas três décadas. Comunidades invisibilizadas e imperceptíveis, enquanto coletivos humanos, passam a apresentar demandas coletivas efetivadas em ações reivindicatórias de demarcação da terra. O papel da liderança política passa a ser fundamental em toda essa transformação. Cabe a ela traduzir a demanda de suas comunidades em palavras e ações que levem as autoridades a agirem no cumprimento do direito indígena, assegurando a demarcação da terra.

Os dados aqui apresentados ajudam a compreender a importância que as comunidades reemergentes atribuem ao papel desempenhado pelas lideranças. Mais uma vez, é possível observar elementos de convergência entre a situação das comunidades tratadas no presente relatório e as observações de Sader, no estudo que realiza sobre os novos movimentos sociais no Brasil. O autor observa que é “através dos discursos que tais demandas são nomeadas e objetivadas de forma específica” (Sader, 1998: 58). No caso das comunidades da Terra Indígena Dourados-Amambaipegua I, fica evidente que o discurso vai além da materialização das carências ou mesmo da condição de penúria em que se encontra a maior parte dessas comunidades. A ênfase discursiva recai sobre o reconhecimento de cada um desses coletivos enquanto comunidades com referência histórica de ocupação do território que agora reivindicam, ou seja, seu *tekoha*. As lideranças são reconhecidas por suas comunidades, na medida em que formulam discursos capazes de nomear e objetivar as demandas do sujeito coletivo formado por suas comunidades. Assim, o foco central desses discursos gira em torno do reconhecimento da comunidade e do vínculo histórico e cultural por ela estabelecido com a terra reivindicada.

#### **I. 4 - Histórico da ocupação da Terra Indígena Dourados-Amambaipegua I de acordo com a memória das comunidades que a reivindicam**

Os Kaiowá e Guarani da Terra Indígena Dourados-Amambaipegua I dividem sua ocupação da terra em três fases, denominadas de *ymaguare*, *sarambipa* e “tempo do direito”. A seguir descreverei, resumidamente, a significação atribuída a cada uma dessas categorias de temporalidade.

O primeiro tempo, denominado de *ymaguare*, literalmente pode ser traduzido como tempo dos antepassados, identificado com o período em que as comunidades, ou *tekoha*, ocupavam com exclusividade toda a região das bacias dos rios Amambai e Dourados. Nesse tempo, não havia a presença ou interferência direta dos colonizadores na região, o que remete ao período histórico anterior à Guerra da Tríplice Aliança (1864-1970). Esse tempo é descrito como idílico: tempo de fartura, de convivência social harmônica entre as diversas comunidades aliadas, de grande efervescência ritual e de proximidade com as divindades.

A memória espacial no tempo do *ymaguare* se remete a existência de extensas redes de caminhos – *tape po’i*, interligando as comunidades. Esses caminhos eram percorridos com frequência por famílias que se visitavam por serem parentes, para pactuarem casamentos ou estabelecerem alianças políticas e religiosas. Era comum ainda que segmentos de comunidade

ou mesmo comunidades inteiras se deslocassem, atendendo a convites para participar de atividades festivas e rituais. A memória desse tempo mescla antepassados históricos, cuja existência é identificada por referências diretas a características e competências de determinados líderes, com antepassados míticos, que instauraram as regras da conduta próprias à humanidade kaiowá e guarani.

A segunda categoria de tempo é denominada de **sarambipa**. O termo pode ser traduzido por dispersão, sendo que, em Português, os Kaiowá e Guaraní costumam traduzir por *esparramo*, como referência direta ao efeito de desarticulação provocado em suas comunidades pela penetração das frentes de ocupação econômica na região. Os termos *sarambipa* e *esparramo* foram, exaustivamente, discutidos na tese de doutorado de Antonio Brand (Brand, 1997), a partir da análise dos discursos de seus interlocutores indígenas.

Na memória dos líderes mais antigos das comunidades tratadas no presente relatório, a primeira frente de expansão da sociedade nacional na região foi motivada pela exploração da erva-mate, inaugurando o tempo do *sarambipa*. Esse período pode ser identificado com maior precisão no tempo cronológico, pois muitos velhos se lembram das histórias contadas pelos pais e avôs, que relatavam os primeiros contatos com os ervateiros que penetraram na região. A entrada mais expressiva de não indígenas na região se deu a partir da penúltima década do século XIX, quando a Companhia Matte Laranjeira inicia seus trabalhos na região.

Na perspectiva indígena, posteriormente, o *sarambipa* ganha novo impulso com o início das atividades agropastoris. A incorporação econômica da região resulta na remoção das comunidades da Terra Indígena Dourados-Amambaipegua I, no período que vai da década de 1940 até a década de 1990, impondo a dispersão (*sarambi*) das famílias, obrigadas a abandonarem suas terras tradicionais e a se recolherem nas terras reservadas pelo SPI. Muitas famílias também foram dispersas por fazendas da região, onde se empregaram como peões, ou mesmo em periferias de cidades. Esse tempo é marcado na memória das comunidades como um período de grandes dificuldades, pois sofreram epidemias, fome e violência, o que resultou em drástica redução demográfica.

O terceiro tempo se refere ao momento de rearticulação das comunidades, num movimento de tentativa de reversão dos efeitos do *sarambipa*. Esse tempo é denominado **tempo do direito** e corresponde às iniciativas de recuperação da posse de territórios de ocupação tradicional, expropriados durante a regularização das terras em nome de proprietários particulares. Quando as lideranças falam do tempo do direito, expressam o

desejo de superarem os efeitos desarticuladores na vida comunitária, que teriam sido provocados pela imposição do sistema regional (*karai reko*), sobre o sistema indígena (*ava reko*). Consideram que o momento histórico atual é mais tolerante com a diversidade étnica e que a legislação indigenista lhes faculta o direito de novamente reaver as terras de que foram alijados. Com euforia, as lideranças expressam esperança no futuro e consideram que, com o retorno da posse das terras de ocupação tradicional, novamente terão a possibilidade de recompor formas de sociabilidade que lhes permitam retomar a existência em comunidades autônomas. Reaver os territórios seria a condição para viverem de acordo com seus usos, costumes e tradições.

A esperança de reconquistar os territórios perdidos é alimentada por forte sentimento religioso e pela convicção de que o Estado brasileiro, finalmente, vai se “lembrar dos índios” e vai garantir seus direitos. O otimismo faz com que, mesmo as comunidades que vivem em acampamentos em margens de rodovias, estradas e periferias de cidades, ou que enfrentam cotidianamente a insegurança nas ocupações, mantenham um grau de otimismo dificilmente encontrado nas reservas. Sofrem violências e, em termos materiais, vivem em piores condições do que os patrícios que vivem nas reservas. Entretanto, diferenciam-se positivamente, pela solidariedade entre os membros da comunidade, pela intensificação das práticas religiosas e pela convicção de que estão engajados num projeto coletivo de futuro.

Nas comunidades mobilizadas para a reconquista de territórios, é comum ouvir frases do tipo “estamos aqui porque não nos entregamos pro branco, não abandonamos nosso sistema”; “nossas divindades não se esquecerão de nós”; “não lutamos por nós, lutamos por nossas crianças”. A efervescência dos valores religiosos leva certas lideranças a subdimensionarem os riscos a que se expõem. Ao relativizarem o valor da preservação da vida, por se moverem por fortes convicções religiosas, podem, repentinamente, tomar a decisão de adentrarem em fazendas constantemente vigiadas por seguranças armados. Tais ações já resultaram em desfechos trágicos, com mortes de várias lideranças e membros de comunidades.

A partir do momento da reemergência da comunidade, inicia também o debate interno a respeito de como recompor as formas de sociabilidade. Tal debate é pensado como condição para vivenciar a autonomia comunitária nas condições atuais de existência, marcada por profundas transformações no ambiente natural, nas formas organizacionais e nas práticas culturais. A população kaiowá e guarani é objeto de inúmeros projetos de cunho

integracionista, que desconsideram e confrontam suas práticas culturais, no campo da produção, educação, saúde, religião, etc., muitas vezes contrariando disposições legais.

A população indígena tende a se diferenciar em função do grau de proximidade e compromisso com as agências da sociedade nacional. Isso pode gerar dificuldades no processo de recomposição das comunidades e desencadear disputas políticas intensas. Normalmente, esse debate toma forma na polarização entre os que expressam maior apego às práticas religiosas consideradas por eles como tradicionais e aqueles convertidos ao cristianismo. O ponto de maior confronto é entre os líderes religiosos tradicionais e os pastores indígenas, filiados a igrejas evangélicas neopentecostais<sup>22</sup>. Em grande número de comunidades, o cotidiano é marcado pela tensão entre esses dois grupos, o que produz uma práxis social complexa e marcada por intenso dinamismo. Por conta dessas divergências, a maior parte dos coletivos mobilizados para a recuperação da posse da terra exclui os parentes convertidos ao pentecostalismo, acontecendo também que muitos deles passam pelo processo de desconversão, reassumindo as práticas religiosas consideradas tradicionais.

Simionatto, 1998, analisando o conceito de práxis, tal como é aplicado em Gramsci, afirma que:

Mesmo considerando que a história das classes subalternas é fragmentada, desagregada, episódica, atravessada facilmente pelas ideologias conservadoras, Gramsci compreende que é com base na *praxis* política que se pode passar dessa fragmentação à unicidade, do modo de pensar desagregado a uma forma de pensar crítica e coerente. São expressões de ‘conformismo e resistência’, de determinismo e voluntarismo, de senso comum e de bom senso que se inscrevem na prática cotidiana e que podem ser resgatadas não apenas como simulacro, como ações desencarnadas da história, mas como possibilidades concretas na construção de uma nova racionalidade (Simionatto, 1998:51).

Assim, a polarização entre a perspectiva dos crentes e dos que preferem seguir as rezas tradicionais impõe aos líderes das comunidades reemergentes uma série de desafios, que eles buscam com empenho, paciência, dedicação e inteligência superar. A agregação de todas as famílias que compõem a comunidade, localmente denominados de ‘crentes’ e ‘tradicionais’, em torno da demanda da terra, apóia-se na idéia de que, uma vez assegurada a demarcação, a comunidade encontrará formas para superar as dificuldades que ainda persistem em sua própria agregação.

---

<sup>22</sup> O tema dos aspectos históricos e sociocosmológicos do pentecostalismo entre os Kaiowá foi desenvolvido em capítulo do Livro “Transformando os Deuses II”, organizado pelo Prof. Dr. Robin Wright e publicado pela Editora da UNICAMP (Pereira 2004b).

As lideranças entendem que o longo período em que ficaram fora do território de ocupação tradicional implicou em grandes prejuízos para suas comunidades, com sérias consequências para todos os campos da vida social. Nesse período, as famílias que compunham as antigas comunidades ficaram expostas às mais diversas formas de desagregação das práticas de sociabilidade que antes constituíam a existência comunitária, cujas características culturais consideram que eram plenamente efetivadas antes da expulsão. As lideranças têm, ainda, plena consciência das dificuldades encontradas, na atualidade, para articular a vida social em suas comunidades, o que sempre esperam fazer a partir dos princípios de harmonia, por eles considerados como característicos do modo de ser guarani – *ava reko*<sup>23</sup>, mas expressam a convicção de que, uma vez assegurado o espaço e os recursos necessários à sobrevivência da comunidade, a vida social retomará seu fluxo normal.

As comunidades kaiowá e guarani são históricas, como acontece em qualquer sociedade humana. Portanto, dispõem de instrumentos cognitivos e práticos para lidar com a passagem do tempo e com as transformações que resultam na vida social. A reprodução através das sucessivas gerações, em qualquer formação social, nunca é um movimento de simples replicação exata das mesmas formas organizacionais e práticas culturais. A transmissão da cultura implica sempre em criação cultural, muito embora as sucessivas figurações tendam sempre a conviver com características de longa duração. Isso fornece um perfil *sui generis*, característico de cada formação social, que se transmite entre as sucessivas figurações sociais que se sucedem no tempo. Além disso, deve-se considerar que nenhuma sociedade é internamente homogênea, lado a lado sempre convivem e concorrem visões alternativas sobre o modo coletivo de proceder, o que implica em contínuos processos de escolhas, negociações e disputas. Isto acontece mesmo quando não há o confronto direto entre dois sistemas culturais radicalmente distintos, como acontece atualmente com o sistema kaiowá e guarani – *ava reko* - e o sistema regional ou nacional – *karaí reko*. Na visão das lideranças, o principal problema na relação com os brancos é a assimetria, a distribuição do poder favorece demasiadamente os brancos, promovendo a subjugação de suas comunidades. Dispor novamente de porções do território suficientes para a reprodução física e cultural seria o primeiro passo para produzir relações mais equilibradas e justas.

As comunidades kaiowá e guarani Terra Indígena Dourados-Amambaipegua I devem ser apreendidas a partir de sua conformação sociológica atual, o que implica em reconhecer

---

<sup>23</sup> Esses princípios são descritos em diversos trabalhos etnográficos, como por exemplo, Meliá, Grünber & Grünber (1976) e em (Pereira, 2004a).

que a história de cada uma dessas comunidades foi profundamente marcada pelo processo de dispersão –*sarambipa* a que ficaram sujeitas, a partir da expropriação de seus *tekoha* pelo avanço das frentes de ocupação econômica. Para se recompor enquanto comunidades, atualizam a memória da ocupação do território e das relações comunitárias que aí estabeleciam antes de serem deslocadas pelas frentes de expansão econômica. Atualizam, ainda, a memória das relações intercomunitárias, identificadas nas alianças matrimoniais, nos círculos festivos das danças *kotihu* e *guahu*, na prática de rituais como o batismo do milho – *avati kyry*, ou o batismo de crianças – *mitã mongara'i*, sempre regadas com grandes quantidades de *kaġui* (lê-se /cauim/), a bebida fermentada feita à base de milho, batata ou mandioca. A despeito da compulsória dispersão territorial, as comunidades nunca deixaram de circular pelo território que reivindicam e, a despeito da fragmentação, nunca abandonaram por completo a vivência comunitária e intercomunitária. É justamente a existência desses vínculos que torna viável a recomposição das comunidades e a formulação da demanda territorial.

Brand enfatiza que os Kaiowá e Guaraní sempre se empenharam na busca da continuidade do modo de ser indígena –*ava reko*, a despeito das concessões que foram obrigados a fazer em função a imposição da dominação colonial. Para o autor, o empenho em seguir produzindo o *ava reko* foi responsável direto por sua “grande capacidade de resistir em situações precárias, de recompor e reconstruir seu espaço, por vezes profundamente alterado” (Brand, 1993: 244).

No tópico II do relatório constam dados sobre o histórico das comunidades situadas na Terra Indígena Dourados-Amambaípegua I, incluindo a localização de cada comunidade no território, o histórico de expropriação e de rearticulação das famílias em comunidades. Também são apresentados dados demográficos sobre as comunidades e os diversos acampamentos. Lá apresentaremos como esse esforço de recomposição e reconstrução do espaço tem sido realizado por cada uma das comunidades.

## **I. 5 - Violência física e violência simbólica no processo de remoção de comunidades kaiowá e guarani**

O presente tópico discute a violência física e a violência simbólica sofrida por comunidades kaiowá e guarani, tomando o caso da comunidade de Taquara, já identificada como Terra indígena pela FUNAI. O caso é exemplar porque o que aconteceu em Taquara aconteceu de modo semelhante na maior parte das comunidades kaiowá e guarani de Mato Grosso do Sul que não tiveram suas terras reconhecidas pelo SPI, nas demarcações ocorridas entre as décadas de 1915-28.

A violência física imposta aos índios de Taquara, nas constantes tentativas de expulsão das terras tradicionalmente ocupadas na península formada pelos rios Taquara e São Domingos, foi acompanhada por formas de violência simbólica. A sociedade nacional impôs um completo ocultamento dessa comunidade indígena em sua alteridade, para, assim, negar-lhe o estatuto de comunidade organizada a partir de suas formas próprias de sociabilidade e com vínculos históricos com determinados territórios. A partir do momento em que a Companhia Matte Laranjeira intentou ocupar as terras de Taquara, as famílias que compunham essa comunidade foram tratadas apenas como “um bando de índios” que estão no lugar inadequado e que, por isso, devem ser deslocados para o interior de alguma das reservas, idealizadas justamente para receber essa população dispersa pelo território que deveria dar lugar às pastagens e agricultura. Construiu-se, assim, um “ideário”, compartilhado por fazendeiros, funcionários do governo e por funcionários do próprio SPI, onde se entendia que “lugar de índio é na reserva”, e todos os que não residiam em reservas estavam ilegais e deveriam a elas se recolher.

A existência dessa espécie de consenso tácito<sup>24</sup>, entre os principais agentes históricos que compunham os segmentos da sociedade nacional que então se estabelecia na região, é o fato que explica a quase inexistência de documentos que versam sobre as expulsões e violência sofridas pelos índios nesse período. Nada de extraordinário acontecia quando ocorria a expulsão de índios de uma localidade na qual sempre viveram e era feito seu recolhimento forçado em uma das reservas demarcadas pelo SPI. Era acontecimento comum, que não merecia o desprendimento da atenção e esforço de Delegados de Polícia, ou até mesmo de funcionários do SPI, para redigir relatório descrevendo o acontecido. Relatos

---

<sup>24</sup> Consenso raramente explicitado, mas que se caracteriza como um princípio norteador das ações que os representantes da sociedade nacional, como funcionários públicos, peões, comerciantes, fazendeiros, etc. estabelecem com a sociedade indígena.

informais de regionais, que não quiseram se identificar, disseram que era comum haver "acertos" entre as partes envolvidas (no caso os funcionários do órgão indigenista e os fazendeiros), excluindo, é claro, a comunidade indígena. Nessas ocasiões eram combinados os detalhes e as condições para a transferência da comunidade indígena para a reserva. Nada ficava registrado desses acertos, até para evitar possíveis complicações para os funcionários que tinham por atribuição legal defender os interesses dos indígenas.

Na maioria das vezes, quando alguém adquiria uma terra e descobria que ela já era habitada por índios, simplesmente reunia alguns homens armados e os expulsava, ou, quando era mais correto para o padrão moral da época, comunicava ao Chefe do Posto do SPI da reserva mais próxima, que ele mesmo trataria da transferência dos índios para a reserva. Nesse sentido, o caso de Taquara é paradigmático: ali o Chefe de Posto da reserva Caarapó fez um acordo com o fazendeiro, segundo o qual indenizaria os índios pelo prejuízo do abandono das roças com o deslocamento para a reserva. Tal procedimento deveria parecer correto e justo para o padrão ético característico da época. Mas o que causa estranheza é que o Chefe de Posto elaborou um documento com o nome dos moradores que seriam transferidos mediante indenização, procedimento pouco comum, porque possivelmente comprometedor. Parece que o zelo administrativo (ou ingenuidade) do funcionário acabou prevalecendo e ele produzir um documento de grande importância histórica para a compreensão da relação entre os proprietários que adquiriram terras na região e a comunidade indígena que aí vivia. Tal documento encontra-se reproduzido no relatório de identificação de Taquara (Pereira, 2005)

Esta forma de relação entre os agentes da sociedade nacional e a sociedade indígena, caracteriza uma situação onde se constrói a invisibilidade das comunidades indígenas que estavam fora das reservas. Estes "índios de fazendas", como comumente passaram a ser denominados na região, eram vistos com certa ambiguidade: por um lado constituíam a principal força de trabalho para realizar a derrubada da mata e o plantio de pastagens ou a formação de agricultura, por outro, poderiam se tornar um problema caso eles insistissem em continuar na propriedade, assim que sua mão de obra se tornasse dispensável.

O cenário de convivência entre comunidades indígenas e representantes do sistema de colonização regional, condicionado pela necessidade histórica de imposição da dominação e confinamento das populações que até então detinham o controle do território, acaba gerando um acordo tácito entre os diversos agentes históricos que protagonizaram a colonização de Mato Grosso do Sul. Tal acordo versava sobre a conveniência da construção da invisibilidade

das comunidades kaioiwá e guarani que viviam fora das reservas<sup>25</sup>. A intenção não-explicita era de ocultar a presença indígena no território, restringindo-a às reservas demarcadas pelo SPI. Prefiro chamar de “intenção não-explicita”, porque tudo indica que estamos lidando com fatos situados no campo da produção ideológica<sup>26</sup> da sociedade regional que procurava consolidar e legitimar sua presença hegemônica na região e, para isto, precisava redefinir o lugar do índio<sup>27</sup>.

A idéia de tratar esse esforço de ocultamento como um fato ideológico veio da leitura do trabalho de Brand (1993). Nele o autor procura demonstrar que as diferenças entre o modelo de ocupação indígena do território e aquele imposto pelas frentes colonizadoras se baseava na oposição entre dois modos distintos de ser: o *ava reko* (modo de ser kaioiwá) e o *karai reko* (modo de ser do branco). Isto pressupõe o confronto entre dois sistemas culturais: o guarani e o regional. Se, de fato, tratamos de diferenças entre culturas, então estamos no campo onde os processos de legitimação atuam, em grande medida, de forma inconsciente. Disso resultou o profundo enraizamento e eficiência do processo de ocultamento das comunidades indígenas, fazendo com que a percepção de sua existência fosse ofuscada, contra toda evidência. Assim, a intenção de negar a presença indígena, enquanto comunidades com vínculos históricos com as terras que ocupavam, não era ordinariamente racionalizada e consciente, pelos menos para a maioria dos agentes que se envolviam diretamente com as comunidades guarani naquele período. Esta forma de abordagem ajuda a compreender a eficácia dessa sistemática de ocultamento das comunidades indígenas, que se prolonga até os dias atuais, bem como a surpresa e indignação dos diversos segmentos da sociedade regional, geradas pelas mobilizações dos índios para reocuparem parte de suas terras.

É nessa relação de oposição entre sistemas culturais, que emergiram as categorias linguísticas regionais opondo “índio de reserva” ao “índio de fazenda”, o primeiro gozando de um estatuto legal, enquanto o segundo representando uma situação marginal e pretensamente

---

<sup>25</sup> Brand (1993 e 1997) analisa documentos da época e traz importante contribuição para a compreensão dos interstícios do processo de elaboração do campo semântico de significação regional dos conceitos que opõem o “índio aldeado” ao “índio desaldeado” ou “de fazenda”.

<sup>26</sup> A ideologia é composta ainda por fatores de natureza inconsciente, como revelam os estudos clássicos sobre o tema desde Marx, Engels, Gramsci, Althusser e Chauí. Disto resulta o forte conteúdo emocional das categorias veiculadas em seus postulados de verdade.

<sup>27</sup> Essa redefinição é expressa no rótulo de “bugre” como designativo de um segmento social que ocupa o estrato inferior do sistema interétnico estabelecido na região. A produção dessa subalternidade moral ou cultural tem relação direta com a negação de direitos. Ao mesmo tempo, atua como justificativa ética para a expropriação do território, como qualquer cidadão comum costuma dizer em Mato Grosso do Sul, “para que índio quer terra se ele não produz?”

transitória. O argumento, a partir dos dados expostos até aqui e daqueles que serão acrescentados ao longo do relatório, é de que a inexistência de documentos escritos que enfoquem diretamente a presença indígena em determinado território, não é suficiente, no caso dos Kaiowá e Guarani de Mato Grosso do Sul, para assegurar que o local não seja de ocupação indígena tradicional. As lideranças kaiowá e guarani são enfáticas nesse sentido, quando afirmam: “para tirar nossas comunidades das nossas terras não teve burocracia nenhuma, não tinha estudo, não tinha de produzir relatório, não tinha perícia, nada..., apenas chegava a chagunçada e expulsava todo mundo. Agora para a gente retomar um pedacinho é uma discussão que não tem fim, tem de produzir um monte de papel” (fala de Jorge Gomes, liderança kaiowá).

A quase ausência dos Kaiowá e Guarani na documentação não significa que eles estivessem ausentes do território e do cenário político. Trata-se, antes, de uma característica do modelo regional de colonização que a pesquisa histórica deve revelar. Disto resulta a necessidade dos estudos de identificação aplicarem outros procedimentos metodológicos que permitam aferir a presença indígena nas terras reivindicadas. A despeito desse esforço geral de ocultamento da presença indígena em Mato Grosso do Sul, existe um volume extraordinário de documentos atestando a presença indígena em Taquara, o que caracteriza o caso em tela não como regra, mas como exceção. Isso pode ser creditado à combinação de uma série de fatores que vão, desde a determinação do índio Horácio Fernandes, “capitão” de Taquara na época em que foi perpetrada a expulsão, até a sorte de contar com funcionários como o delegado de polícia de Juti ou o chefe de posto da reserva de Dourados, que registraram suas solicitações em documentos formais, desencadeando despachos na esfera administrativa do órgão indigenista.

A insistência de Horácio Fernandes em cobrar dos Chefes do SPI uma solução para o problema da terra de Taquara, deslocando-se repetidas vezes até a cidade de Juti, ao posto indígena do SPI em Dourados e mesmo à sede da 5ª Inspetoria do SPI, em Campo Grande, revela que ele tinha grande conhecimento do funcionamento das instâncias administrativas do governo. Conhecimentos desta natureza deveriam ser privilégio de poucos indígenas naquele período, restringindo-se, na maioria dos casos, aos líderes das comunidades. Fundamental foi o apoio que recebeu de seu primo, João Fernandes, que, naquela época, ocupava o cargo de capitão na reserva de Dourados e que, inclusive, o acompanhou na viagem à Campo Grande, servindo-lhe como guia porque, segundo registrou o encarregado do Posto do SPI em

Dourados, Horácio desconhecia a cidade de Campo Grande. Estes fatos são retomados adiante, quando analisamos a documentação.

A localização dessa vasta documentação sobre o caso de Taquara só foi possível graças à exaustiva pesquisa documental realizada pela antropóloga Themis, e pela colaboração de instituições e pesquisadores que atuam na região.

## **I. 6 – As práticas de secessão relacionadas às categorias de tempo e espaço**

No presente tópico são abordados aspectos das práticas de secessão, relacionadas às categorias de tempo e espaço, a partir da consideração das características etnográficas que orientam a dinâmica política nas sociedades kaiowá e guarani. Também são apresentadas as trajetórias de vida de alguns dos principais líderes políticos das comunidades descritas na Terra Indígena Dourados-Amambaípegua I. Essas trajetórias ajudam a evidenciar tanto os elementos da organização social kaiowá e guarani enquanto grupos étnicos, como os processos históricos vividos desde a década de 1930 e os significados a eles atribuídos pelas lideranças das próprias comunidades.

A organização social kaiowá e guarani se baseia na família extensa que assume a feição de parentela bilateral egocentrada, reunindo um número variável de famílias nucleares. O prestígio do casal de articuladores da parentela é diretamente proporcional ao número de famílias nela reunidas, de modo que a substituição ou morte dos articuladores implica em rearranjos na disposição das famílias nucleares entre as parentelas. Tal característica é fundamental para pensar a história política das comunidades, uma vez que o modo de composição das parentelas passou por profundas alterações ao longo do tempo. O tema já foi objeto de várias análises anteriores, como por exemplo, (Pereira, 1999, 2004a, 2009). Entretanto, a discussão do modelo de organização social kaiowá e guarani é bem antiga na etnografia kaiowá e guarani. Começando pelo clássico trabalho de Schaden ([1962] 1974), que dedica um capítulo à discussão da organização social, o tema foi retomado na última década, sob diversos enfoques, em teses de doutorado de autores como Mura (2006), Barbosa (2007), Vietta (2007) e Pimentel (2012).

Para os objetivos do presente relatório retomo apenas alguns princípios gerais do formato das instituições sociais kaiowá e guarani. As unidades sociológicas, normalmente designadas como família nuclear e família extensa ou parentela, poderiam ser descritas com mais propriedade se pensadas como módulos organizacionais, tratamento que tenho dispensado em trabalhos mais recentes sobre o tema (Pereira, 2007 e 2010). A idéia é captar

melhor a dinâmica interna ao sistema social. Entretanto, é necessário registrar que todos os estudiosos, que se dedicam a descrever a organização social de comunidades kaiowá e guarani, concordam com a presença constante e determinante das famílias extensas ou parentelas, como sendo a base da organização de todas as comunidades dessas etnias, como bem destaca Schaden (1962).

A parentela, enquanto módulo organizacional fundamental para a existência de qualquer comunidade guarani ou kaiowá, está sempre articulada em torno de um casal de velhos, cuja habilidade e sabedoria é reconhecida como suficiente para reunir em torno de si seus filhos, genros, noras, netos, e alguns outros parentes mais distantes. O casal de articuladores pode ainda incorporar um pequeno número de pessoas não parentes, cuja inclusão na parentela é possível pela demonstração de interesse e disposição em seguir as orientações dos organizadores.

A morte do organizador da parentela requer sua sucessão, operação realizada através da escolha de um novo líder, geralmente recaindo em um casal composto por um filho ou genro do líder falecido. Tal procedimento permite que algumas parentelas permaneçam radicadas num mesmo espaço por várias décadas, tendo em vista que os descendentes tendem a reproduzir o mesmo leque de relações de alianças já mantido por seus ascendentes. Nem sempre a escolha do novo líder é consenso na parentela. Quando isto acontece, a sucessão muitas vezes impõe a divisão da parentela em duas, ou acontece a incorporação das famílias nucleares descontentes com o novo líder por parentelas relacionadas. A mobilidade das parentelas se dá sempre no território de uso comum de um conjunto de parentelas aliadas, que forma o *tekoha guasu*.

As fontes históricas discutidas por Susnik (1979-80) e Melià, Grünberg & Grünberg (1976), indicam que a comunidade-*tekoha* é formada por um número variável de parentelas-*te'yi*, normalmente entre três a cinco, situadas entre uma a três léguas entre si. É comum as parentelas ocuparem afluentes próximos de uma mesma bacia hidrográfica. As parentelas-*te'yi*, que formam uma comunidade -*tekoha*, mantêm entre si intensas trocas matrimoniais, festivas e rituais. Esta espacialidade constitui o padrão de territorialidade tradicional dos Kaiowá e Guarani. Tal padrão se alterou radicalmente com a presença das frentes de ocupação econômica. Como dito anteriormente, foi imposta a gradativa perda do território, o deslocamento forçado das parentelas e o recolhimento nas reservas demarcadas pelo SPI. As reservas se transformaram em áreas de acomodação de grande número de parentelas e comunidades. Como as comunidades recolhidas nas reservas nem sempre tinham um histórico

de aliança, a convivência se tornou difícil, fato agravado pela concentração demográfica e perda de autonomia políticas. Essas questões estão na origem da maior parte de problemas sociais das atuais reservas, como é o caso do alto índice de violência.

Recordando, o conjunto de parentelas-*te'yi* associadas formam a comunidade-*tekoha*. Entretanto, a comunidade não vive de modo isolado. Cada comunidade se insere em redes de alianças, envolvendo outras comunidades que ocupam espaços contíguos, formando um único território. As alianças entre comunidades são predominantemente de caráter festivo, político e religioso. O conjunto de parentelas associadas forma o *tekoha guasu*, significando, literalmente, grande comunidade ou território amplo. Assim, a noção de território corresponde ao *tekoha guasu*.

A Terra Indígena Dourados-Amambaípegua I é um *tekoha guasu*, território de ocupação tradicional das seguintes comunidades: Laguna Joha, Km 20 (ou Urukuty), Javorai Kue e Pindo Roky. É nesse território, que será apresentado mais adiante, que tais comunidades esperam reconstituir as formas de sociabilidade kaiowá e guarani, a partir da recuperação da posse da terra.

Inevitavelmente, as parentelas estão sempre passando por transformações devido aos nascimentos e mortes. Interferem também os processos políticos de ascensão e declínio de líderes que, como vimos, pode levar à cisão da parentela, obrigando ao estabelecimento de uma nova ocupação, sempre nas proximidades da antiga ocupação. A insistência das parentelas em permanecer no espaço ocupado por sua comunidade -*tekoha*, ou ocupado por comunidades aliadas - *tekoha guasu*, deve-se ao forte sentimento de identidade que os kaiowá e guarani constroem com o espaço tradicionalmente ocupado. Tal identidade é, inclusive, religiosa, conforme descrevemos mais adiante. Por sua vez, as transformações ocorridas na configuração de cada uma das parentelas alteram também as relações entre as parentelas que compõem uma comunidade - *tekoha*. Disso resulta que a configuração demográfica e política de um *tekoha* é eminentemente histórica, conforme descrito em Pereira (2004a) e em trabalhos posteriores (Eremites de Oliveira e Pereira, 2009).

No caso da comunidade - *tekoha*, instituição composta por um conjunto de parentelas associadas, o líder, via de regra, pertence à parentela politicamente mais importante. Quando o tamanho e importância política de uma das parentelas não são suficientes para ela se impor na escolha da liderança, é comum a formação de uma coalizão, envolvendo duas ou três parentelas, para conseguir construir a hegemonia política no conjunto

das parentelas do *tekoha*. Antes da penetração das frentes de ocupação, a liderança de um *tekoha* era de cunho eminentemente religioso. Naquele período, a coesão de um *tekoha* era efetivamente assegurada por atividades religiosas. A partir da criação das reservas, o que ocorreu entre 1915 e 1928, o SPI impôs o capitão como responsável pelo controle político das comunidades. Nas reservas, a liderança passa a assumir cada vez a mais a feição de liderança política, mas até hoje, muitos líderes combinam funções políticas e religiosas, ou contam com apoio de determinados líderes religiosos, numa espécie de distribuição de tais funções (Pereira 2004a).

As informações levantadas durante o trabalho de campo, junto aos líderes das comunidades tratadas no presente relatório, dão conta do aparecimento da figura do capitão só a partir do início da vida em reserva. Antes não existia capitão ou, quando existia, era meramente figurativo, sem autoridade efetiva sobre a comunidade. Nas comunidades que viviam fora das reservas a existência do líder não estava associada à presença do Chefe de Posto.

A partir da criação das reservas, acontecia dos chefes de postos visitarem comunidades que estavam fora das reservas e “nomearem” algum líder como “capitão”, o que não implicava que ele passasse a dispor de poder semelhante aos “capitães” das reservas. Em alguns casos, os próprios líderes de comunidades que viviam fora de reservas se auto-intitulavam “capitão”, como estratégia de se fazerem respeitados pelos regionais. Na perícia de Ñande Ru Marangatu é relatado o caso do “capitão” Alziro Vilhalva, que utilizava fardas velhas doadas pelo exército, com adereços improvisados (Eremites de Oliveira e Pereira, 2009).

Com relação a organização política, importa registrar que até o início da década de 1930, as parentelas das comunidades que viviam no *tekoha guasu*, identificado como Terra Indígena Dourados-Amambaiegua I, eram lideradas por chefes religiosos. Eles eram os responsáveis pela condução dos grandes rituais e pela manutenção das redes de alianças entre as comunidades - *tekoha*. Nesses rituais, as parentelas e comunidades residentes no *tekoha guasu* se revezavam como promotoras dos eventos festivos e rituais. Um líder previamente escolhido fazia o papel de anfitrião, e diversas parentelas de localidades próximas, pertencentes a outros *tekoha*, eram convidadas para os festejos.

Javorai Kue (da comunidade que hoje leva o seu nome) e Valério (da comunidade de Km 20) foram líderes que, no passado, viveram no *tekoha guasu*, agora administrativamente

denominado de Terra Indígena Dourados-Amambaípegua I. Como foram muito importantes na época em que viveram, costumavam oferecer grandes festas e rituais. Quando faleceram, seus nomes passaram a ser utilizados por seus descendentes para designar os locais ocupados pelas comunidades em que habitaram. Na língua guarani a posposição “*kue*” expressa o local que foi habitado por fulano. Mas adiante, esses locais são identificados na imagem de satélite e descritos como locais de realização de grandes festejos e rituais. Por serem de grande importância para a memória das comunidades desse *tekoha guasu*, estão incluídos na proposta de delimitação da terra.

Os Kaiowá e Guarani são unânimes em afirmar que, em tempos anteriores à presença das frentes colonizadoras e do órgão indigenista do Estado – SPI, não existia em suas comunidades a figura do “capitão”. Cada parentela e cada comunidade tinham sua própria liderança, embora reconhecessem a proeminência ou ascensão moral de alguma liderança, geralmente de caráter religioso, sobre um conjunto de comunidades relacionadas. A figura do capitão aparece a partir do contato mais intenso com a sociedade regional, quando começou a se fazer necessário o papel de um intermediário indígena na relação com os diversos agentes da sociedade nacional. Nesse sentido, algumas comunidades da Terra Indígena Dourados-Amambaípegua I, como Javorai Kue e Km 20, chegaram a apresentar alguns de seus líderes denominados como “capitães”, mesmo sem nomeação ou interferência do SPI. Como registrado anteriormente, isto fazia parte de estratégias para se fazerem respeitados por representantes das frentes de expansão colonial, imaginando que assim poderiam ter seus territórios preservados da cobiça dos novos ocupantes da região, o que efetivamente não surtiu o resultado esperado.

Assim, a instituição da capitania, em algumas comunidades, pode ter surgido sem a ação direta de um chefe de posto do SPI. Entretanto, nesses casos, as pessoas denominadas “capitães” não dispunham de autoridade policial sobre as famílias das comunidades, atuando no modelo kaiowá e guarani de exercício da chefia. Fora do campo de atuação do SPI, o “capitão” cumpria a função de representar a comunidade, principalmente na relação com os ervateiros estabelecidos na região e com os primeiros povoadores das atuais cidades de Juti, Caarapó, Dourados e Amambai. A memória desses “capitães” pacíficos, cuja autoridade emanava da capacidade de aconselhamento, aparece até nas narrativas dos membros mais velhos das comunidades. Contrapondo a essas lembranças, aparecem as figuras fortes, centralizadoras e autoritárias dos “capitães” nomeados diretamente pelos chefes de postos do

SPI, muitas vezes os responsáveis por expulsar à força as comunidades de seus territórios, obrigando-as ao recolhimento na reserva.

A emergência da figura do “capitão”, mesmo nas comunidades que permaneceram por muito tempo vivendo fora das reservas, indica a tendência da inserção cada vez maior dessas comunidades no contexto regional, independente de estarem ou recolhidas em reservas. Aponta também para a perda gradativa da autonomia política, a perda do controle do território e a submissão ao sistema de dominação colonial<sup>28</sup>. A comunidade era levada a escolher um líder político com a atribuição de representá-la junto aos integrantes da sociedade nacional, que aparecem cada vez em maior número e com maior frequência.

A instituição da capitania, em muitas comunidades da Terra Indígena Dourados-Amambaipegua I coincide, assim, com a intensificação das atividades de extração de erva-mate, a construção de estradas para o transporte de erva em carretas de boi e a implantação das primeiras fazendas de criação de gado. A mão de obra kaiowá e guarani foi utilizada em larga escala na atividade ervateira e em atividades de desmatamento, interferindo no calendário anual de atividades produtivas e rituais. Consequentemente, isto contribuiu para desarticular formas de sociabilidade próprias dessas comunidades, diminuindo sua capacidade de fazer oposição à expropriação do território.

Enfatizou-se, em partes anteriores do presente relatório, que a inserção dos Kaiowá e Guarani como trabalhadores nos empreendimentos agropastoris, organizados pelas frentes de expansão econômica, impôs transformações significativas no sistema de organização política praticado em suas comunidades. A consolidação dos primeiros empreendimentos de extração de erva mate e de criação de gado foi responsável pelo surto de relativo crescimento nos núcleos de povoamento que surgiram na região, na primeira metade do século XX. Em 1915, uma lei estadual, do antigo Mato Grosso, assegurou a regularização de áreas de terras em nome de particulares na região de concessão de arrendamento da Companhia Mate Laranjeiras. Com base nessa lei, iniciou-se, gradativamente, a instalação de proprietários na região e as terras passaram a ter valorização crescente, atraindo a atenção de interessados na especulação imobiliária. Inclusive terras ocupadas por comunidades kaiowá e guarani, e sabidamente reconhecidas na região como de ocupação de comunidades indígenas, passaram

---

<sup>28</sup> Lembrando que o uso do termo colonial não é aplicado aqui para indicar um período histórico, mas um tipo de relação fundada na subjugação à vontade e aos interesses do outro. Indica, portanto, uma relação profundamente assimétrica entre sociedades.

a ser objeto da cobiça dos novos requerentes de áreas para serem regularizadas como terras particulares.

Em tais circunstâncias, as comunidades kaiowá e guarani se viram cada vez mais assediadas pelos novos ocupantes do território, mas encontraram grandes barreiras para se oporem à trágica desarticulação de suas comunidades. Os líderes tradicionais, de perfil mais religioso que político, dispunham de poucas referências para lidar com os novos ocupantes. Ademais, na primeira metade do século XX, os limites das fronteiras de avanço para o oeste eram caracterizados por práticas extremamente violentas. Isto explica porque, até as últimas décadas do século passado, era comum se referir ao Mato Grosso como o estado onde imperava a “lei do 44” que, na verdade, não representava nenhum dispositivo legal, mas o calibre da arma, cujo porte era considerado o único meio de se fazer respeitar. Os Kaiowá e Guarani mais idosos relatam histórias de violências sofridas por suas comunidades, com flagrante desrespeito às mulheres e às lideranças tradicionais. Em praticamente todas as comunidades que se opuseram à expropriação de suas terras houve violências e mortes, como relatamos em outro trabalho (Eremites de Oliveira e Pereira, 2009).

O SPI pouco pôde fazer para barrar a violência, a expropriação da terra e a exploração da mão de obra indígena. Alguns funcionários demonstraram sensibilidade a essa situação, mas quase nada puderam fazer, em termos de ações concretas, para a defesa dos direitos indígenas. Resulta daí que a regularização fundiária das terras kaiowá e guarani atravessou décadas sem solução e ainda espera uma resposta das autoridades do Estado brasileiro.

## **II - SEGUNDA PARTE: Habitação Permanente**

- a) descrição da distribuição da(s) aldeia(s), com respectiva população e localização;
- b) explicitação dos critérios do grupo para localização, construção e permanência da(s) aldeia(s), a área por ela(s) ocupada(s) e o tempo em que se encontra(m) as atual(ais) localização(ões);

### **II. 1 – Demografia, composição das comunidades - *tekoha* e lógica de distribuição territorial**

O *tekoka guasu* de que trata o relatório Dourados-Amambaipegua I reúne comunidades que vivem ao longo do curso médio do rio Amambai e de seu afluente Piratini e uma pequena porção do córrego Bopeí, que fica na bacia do rio Dourados. É composto por quatro comunidades –*tekoha*, denominadas de Javorai Kue, Pindo Roky, Km 20 e Laguna

Joha, com população aproximada de cinco mil e oitocentas pessoas, atualmente dispersas pelas terras indígenas de Caarapó, Amambai, Limão Verde e Jaguarý. As comunidades reconhecem um território comum, denominado de *tekoha guasu* e estão dispostas da seguinte forma:

a) a família extensa que lidera a reivindicação da demarcação de **Km 20** está atualmente acampada na reserva Guaimbé, sendo composta por um grupo de 12 famílias nucleares, cuja população oscila entre 50 e 60 pessoas. Em Guaimbé vive a principal liderança política, de nome Alcindo Flores. Outras famílias de Km 20 vivem nas terras indígenas de Caarapó, Amambai e Rancho Jacaré, mas estão mobilizadas para o retorno ao Km 20 assim que a terra for demarcada. A população gera em torno de 2000 pessoas;

b) as famílias de **Javorai Kue** estão em sua maioria radicadas na reserva Caarapó, onde vive sua principal liderança religiosa, Emiliano Ilário, com um grupo de mais de cem famílias nucleares, compondo uma população de aproximadamente 1300 pessoas, diretamente mobilizadas para o retorno ao Javorai Kue. Outras famílias de Javorai Kue vivem na reserva de Amambai e estão dispostas a voltar para Javorai Kue tão logo a terra seja demarcada;

c) a principal família extensa **Pindo Roky** é liderada por Florêncio Barbosa (Kunumi Vera Ndeju), atual líder religioso da comunidade. Os pais de Denilson Barbosa também exercem liderança política na recuperação da posse, Denilson foi jovem assassinado no local onde atualmente radicam a recuperação da posse. As famílias de Pondo Roky permanecem em sua maioria na reserva de Caarapó, onde aguardam a regularização da terra. São cerca de 1200 pessoas.

d) a comunidade de **Laguna Joha** é liderada pela parentela de Severino de Souza, que atualmente vive com um grupo de cinco famílias nucleares na reserva Jaguarý, mas a maior parte das famílias vive nas terras indígenas de Amambai e Limão Verde. Estas famílias somam cerca de 1300 pessoas e aguardam a demarcação da terra para retornarem ao seu antigo *tekoha*.

Km 20, Javorai Kue, Pindo Roky e Laguna Joha configurando um *tekoha guasu* Dourados-Amambaiegua I, caracterização que se dá pelo compartilhamento de território contíguo. Tal compartilhamento se baseia em intensas trocas matrimoniais, alianças políticas e práticas rituais comuns, que se remetem ao tempo anterior a expropriação do território pelas frentes de expansão agropecuárias. No espaço do *tekoha guasu* constituem comunidades

integradas por redes históricas e atuais de parentesco, aliança política e religiosa, que detalhadas ao longo do presente Relatório.

Apresento a seguir informações sobre a lógica de distribuição das comunidades no território para, em seguida, localizá-las na imagem de satélite. Utilizo esse recurso para inserir a localização de casas, cemitérios, áreas de caça, pesca e coleta no relato histórico sobre cada comunidade. Discurso também sobre os locais tradicionalmente ocupados, o histórico da expropriação e as estratégias para o retorno ao território, bem como os locais de residência temporária, como os acampamentos em terras indígenas já regularizadas. Também faço uso de fotografias, inseridas na narrativa escrita.

É necessário observar que a composição demográfica de qualquer coletivo humano acompanha a dinâmica da oscilação numérica marcada pela frequência dos nascimentos e mortes. Seguindo o ciclo biológico, as pessoas nascem, crescem, procriam, envelhecem e morrem, deixando um número variável de descendentes. Processos políticos, econômicos e religiosos também influenciam na composição e distribuição espacial de uma população ao longo de um período de tempo, promovendo a aglutinação ou a maior dispersão da população. No caso dos Kaiowá e Guarani, em períodos de longa duração, essa mobilidade ocorre sempre dentro do território exclusivo de um conjunto de comunidades que entre si mantêm fortes vínculos históricos e sociológicos.

A ocupação tradicional das comunidades kaiowá e guarani na Terra Indígena Dourados-Amambaipegua I, no período anterior à expulsão, seguia a dinâmica demográfica tradicional. Isso implica que a distribuição da população era diretamente influenciada pelas relações de alianças políticas e religiosas entre as parentelas das comunidades que aí estavam radicadas, ao longo dos córregos tributários do rio Amambaí e cabeceiras que correm para o rio Dourados. O padrão demográfico próprio das populações aqui tratadas é descrito em detalhes em Pereira (2004a). Como registramos em páginas anteriores, os vínculos entre as diversas comunidades expulsas de seus territórios sofreram forte abalo com a vida errante e existência precária que passaram a levar, como peões de fazenda, recolhidos em reservas, em periferias de cidades, etc. Entretanto, seguiram se visitando, estabelecendo novas alianças matrimoniais, até que se decidiram pela reorganização em comunidades políticas e passaram a demandar o retorno à terra do antigo *tekoha*.

Ao longo de suas trajetórias históricas essas comunidades constituíram um corpus identitário, cuja conformação incorpora elementos territoriais, políticos e religiosos. As

comunidades aqui descritas mantêm, até hoje, intensos intercâmbios matrimoniais e entendimentos políticos frequentes. Existe um fluxo constante de pessoas solteiras e mesmo de famílias nucleares, deslocando-se entre acampamentos e reservas, onde vive a população de comunidades da Terra Indígena Dourados-Amambaipegua I. Isso explica porque, muitas vezes, em uma mesma genealogia aparecem pessoas nascidas em localidades distintas, via de regra relacionadas dentro do formato acima descrito. Nos dados genealógicos que são apresentados adiante, é comum encontrar algumas pessoas mais velhas que viveram, por algum tempo, em comunidades vizinhas e relacionadas. Do mesmo modo, é comum que qualquer pessoa kaiowá ou guarani tenha parentes por afinidade ou consanguinidade em várias comunidades relacionadas, fato derivado das trocas matrimoniais e eventuais mudanças para viver junto de comunidade aliada. A mobilidade, a que me refiro, não implica em perambulação ou nomadismo a esmo; o deslocamento se dá a partir de uma intencionalidade culturalmente definida e é realizada dentro do território de ocupação tradicional. Os vínculos parentais, rememorados a cada instante, possuem grande rendimento sociológico, formando o lastro por onde pessoas, objetos, serviços, sentimentos, etc. circulam entre as distintas localidades.

É necessário evidenciar que a circulação dos Kaiowá e Guarani em Mato Grosso do Sul ocorre sempre entre um conjunto de comunidades relacionadas, denominado *tekoha guasu* ou *tekoha pavê* (PEREIRA 2004a), categoria nativa que melhor corresponde à noção de território. Como já explicitado no presente relatório, *tekoha* é o espaço ocupado por uma comunidade ou aldeia, onde as parentelas desenvolvem interação frequente, e *tekoha guasu* corresponde ao conjunto de comunidades ou aldeias que se reconhecem como potenciais parceiros políticos e religiosos, cooperando entre si, principalmente na realização dos grandes rituais. Para compreender a constituição populacional das comunidades kaiowá e guarani em Mato Grosso do Sul é importante levar em conta essa característica do padrão de circulação de pessoas e famílias nucleares, pois a população de uma aldeia não se vê enquanto um conjunto populacional isolado e estanque. Na verdade, cada comunidade - *tekoha* é formada por diversas parentelas, relacionadas entre si por vetores sociológicos de aproximação e repulsa, imprimindo o dinamismo político característico de uma comunidade kaiowá (PEREIRA, 2004a cap. 2). Por sua vez, as parentelas se ramificam por diversas comunidades, excluindo qualquer possibilidade de classificar a população de uma aldeia como um isolado demográfico. Dessa forma, a demarcação do *tekoha guasu* é a melhor forma de assegurar a

reprodução física e cultural de suas comunidades, já que assegura a dinâmica intercomunitária.

Cada parentela desenvolve um lastro de relações parentais e de alianças que se estendem por um conjunto determinado de outras parentelas radicadas na mesma comunidade e em outras comunidades próximas. Resulta daí que as parentelas que compõem uma comunidade - *tekoha* dispõem de lastros diferenciados de relações parentais, de maneira que cada parentela se abre à exterioridade (outras comunidades) a partir de uma perspectiva exclusiva, baseada em vínculos genealógicos estabelecidos nas gerações precedentes e no leque de alianças políticas e religiosas, composto ao longo da trajetória de seus líderes.

A compreensão da conectividade entre parentelas exige a identificação da unidade populacional do território - *tekoha guasu*, na qual as parentelas se inserem. Só assim é possível entender a perspectiva de cada parentela, pois cada uma delas tem seu próprio lastro de relações, resultado das histórias de alianças e disputas políticas que acompanham sua trajetória particular e, em especial, a trajetória política de seus líderes. Entretanto, embora a parentela se ramifique por várias localidades, ela sempre tem seu centro político focado na figura de seu articulador e no local de residência do casal que promove a convivência comunitária parental.

A existência desse centro da parentela, representado pelo local de residência do casal articulador, é uma das principais referências de identificação de uma parentela com determinado território. Embora sempre exista significativo número de parentes vivendo em outras localidades, relativamente integrados em outras parentelas, as pessoas sempre sabem onde fica o núcleo da parentela com a qual mais se identificam. O núcleo é formado pelos suportes das famílias -*jekoha*, que as sustentam e nutrem.

Na concepção kaiohá e guarani, a expropriação da terra indígena só se consuma quando ocorre a expulsão do casal de articuladores da parentela. Enquanto o casal permanecer no local, mesmo em condições de territorialização precária, como nos casos em que se transforma em “peão” do proprietário que expropriou a terra da comunidade, o local continuará sendo considerado como de ocupação indígena pelos membros da parentela, que circulam mas sempre voltam para visitar o líder e rever sua querência. A expulsão do casal desloca o centro de referência social do grupo, mas não apaga a memória de pertencimento a um território exclusivo. Outra forma de manutenção do pertencimento é a lembrança do sepultamento de antigos líderes, pois trazem de volta a memória das relações estabelecidas

com os parentes. Por conta dessas formas de pertencimento, é comum ouvir frases do tipo “essa terra nos pertence porque nela viveram e foram enterrados nossos troncos”.

Adiante identifico na análise da imagem de satélite os principais locais que servem como centros de referência para a articulação de formas de sociabilidade entre as diversas parentelas que compunham as comunidades da Terra Indígena Dourados-Amambaípegua I. A intenção dos líderes mobilizados no processo de reconquista territorial é reaver esse território para nele novamente organizarem as relações políticas, econômicas e religiosas próprias ao seu *tekoha guasu*.

Os dados históricos apresentados na parte inicial desse relatório evidenciaram que o estabelecimento das frentes pioneiras de ocupação econômica, na região onde se localiza a Terra Indígena Dourados-Amambaípegua I, influenciou diretamente o perfil da população kaiowá e guarani. Ocorreu a expansão da sociedade nacional sobre o território indígena, promovendo a perda gradual da autonomia política das comunidades. Os Kaiowá e Guarani mais velhos afirmam que a população das comunidades vizinhas e relacionadas era muito grande no início do século XX. Com a chegada dos novos ocupantes, vieram também as epidemias de febre amarela, sarampo, catapora, varíola, gripe e tuberculose, que se expandiram principalmente nas décadas de 1930 e 1940, causando drástica redução demográfica e fome. Assim, quando ocorreram os despejos, a partir da década de 1950, a população já estava bastante reduzida e fragilizada.

A mortandade provocada pelas epidemias provocou a perda de prestígio dos principais líderes religiosos. Muitas vezes eles eram acusados de prática de feitiçaria, o que provocou a rivalidade entre comunidades até então aliadas. O aumento dos conflitos entre comunidades impediu que estas se associassem na contraposição aos invasores do território. Divididos e fragilizados, os Kaiowá e Guarani pouco puderam fazer para defender seu território. As lideranças políticas atuais tem plena consciência da necessidade o histórico de conflito entre parentelas e comunidades, condição para juntos poderem lutar por seus direitos no presente.

## **II. 2 - Distribuição dos *tekoha* - aldeias que compõem o *tekoha guasu* denominado Terra Indígena Dourados-Amambaípegua I, com a respectiva distribuição e localização**

No presente tópico descrevo a composição e o histórico de cada uma das comunidades que compõem o *tekoha guasu* ou Terra Indígena Dourados-Amambaípegua I.

Incorporei dados da memória do grupo e dados oriundos de documentos históricos. A Terra é composta das seguintes comunidades: Laguna Joha, Km 20, Piratini e Javorai Kue e Pindo Roky.

## II. 3. Descrição das comunidades Laguna Joha, Km 20, Piratini/Javorai Kue e Pindo Roky

Apresento a seguir a área contínua proposta para essas quatro comunidades. Existe uma divisão tácita entre elas, acordada entre as lideranças de cada uma das comunidades. Assim: 1) Laguna Joha ocupa toda a parte que fica na margem direita do rio Amambai; 2) Km 20 ocupa a margem esquerda do rio Amambai, até a MS 156, rodovia asfaltada que liga as cidades de Caarapó a Amambai; 3) Piratini/Javorai Kue ocupa a extensão da margem esquerda desse córrego, na faixa delimitada ao sul pela MS 156 e a sudeste pelo afluente Boi Cará, até o limite norte da área, nas proximidades da cidade de Laguna Caarapã; 4) Pindo Roky ocupa a porção da terra que fica na sudeste da reserva de Caarapó. Trata-se na verdade de uma área contínua, que compõe território ampliado *-tekoha guasu*, ocupado por comunidades *-tekoha*, com forte alianças matrimoniais, políticas e rituais entre si.

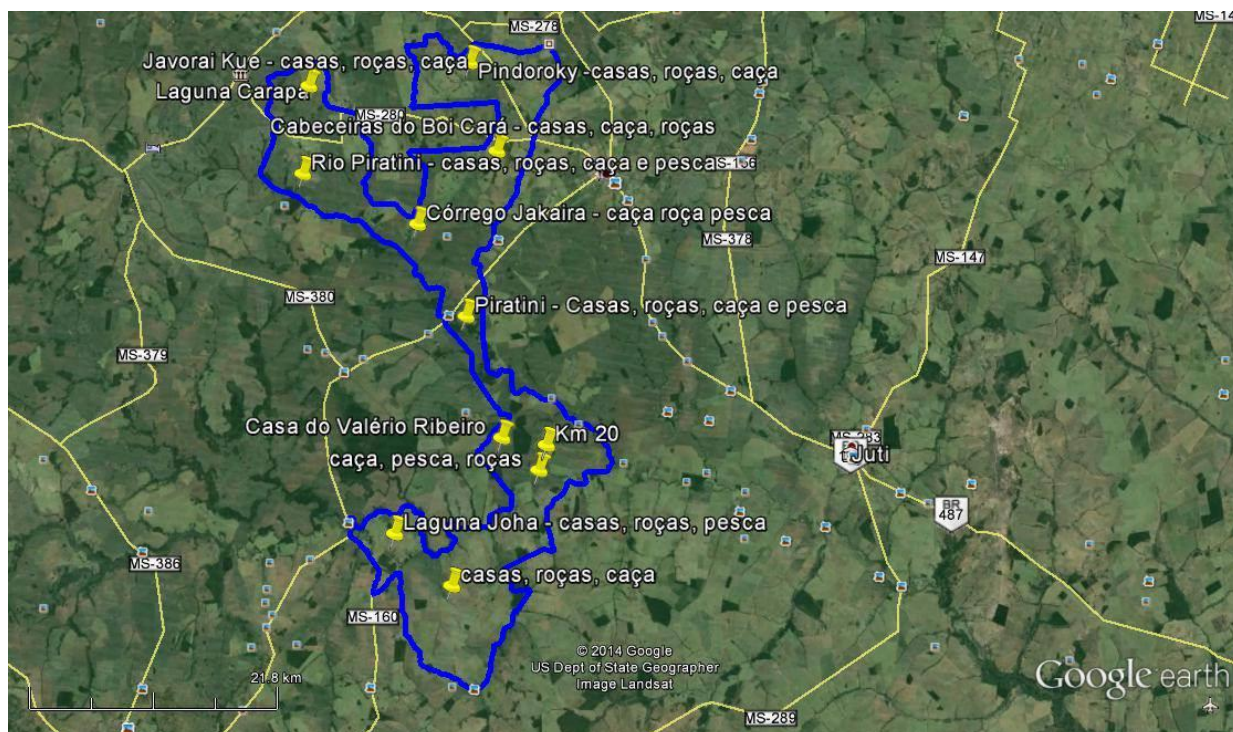


Figura 5 - Imagem de satélite identificando a área a ser delimitada como terra de ocupação tradicional das comunidades de Laguna Joha, Km 20, Piratini/Javorai Kue e Pindo Roky. Trata-se de divisão tácita entre as famílias que compõem cada uma das comunidades, uma vez que essa Terra Indígena constitui área de circulação de famílias aparentadas desde período anterior a penetração das frentes de expansão econômica na região.

### **II. 3. 1 - Comunidade de Laguna Joha**

Laguna Joha localiza-se na margem direita do rio Amambai, no lado esquerdo da MS 156, no sentido Caarapó-Amambai, conforme localização na imagem de satélite. Como fica próxima à antiga sede da Companhia Matte Laranjeira, os membros da comunidade, que se estabeleceram no local, trabalharam intensamente nos acampamentos de extração de erva mate, durante toda a primeira metade do século XX. Com a gradativa substituição do empreendimento ervateiro por atividades voltadas para a agricultura e pecuária, que ocorreram a partir da década de 1950, a mão de obra indígena foi muito utilizada no desmatamento, coleta de raízes, eliminação de brotação da vegetação nativa e plantio de pastagem. Concluídas as atividades de formação das fazendas, os índios passaram a ser pressionados para deixar o local, o que foi consumado só na década de 1990.

Conversei com indígenas originários de Laguna Joha, mas que atualmente vivem na cidade de Amambai e nas Terras Indígenas Jaguarý, Limão Verde e Amambai. Eles confirmaram que viveram na localidade, até serem gradativamente expulsos pelos particulares que requereram e titularam a terra. Também entrevistei um ex-funcionário da fazenda que fica no local das últimas habitações da comunidade, onde também existe um cemitério. O nome do funcionário é José Eduardo de Assis Capel. Segundo informou, ele teria vindo do interior de São Paulo, quando foi contratado por Henrique Grion, então identificado como proprietário da fazenda onde residiam as últimas cinco famílias de índios da comunidade de Laguna Joha. Ainda segundo, o relato de José Eduardo, ele teria sido contratado para desmatar e cultivar a área, mas também devia atuar no sentido de convencer os índios a saírem do local. Disse que a proposta de Henrique Grion era de que seriam transferidos para a cidade de Amambai ou para alguma das reservas demarcadas.

José Eduardo, popularmente conhecido como Nenê ou Capel, também informou que, com a morte de Henrique Grion, o espólio da propriedade teria ficado com Pietra Andréia Grion, que seria sua filha. José Eduardo informou que teria recebido a promessa de que, quando retirasse todas as famílias indígenas, receberia como retribuição a doação de 60 hectares da terra. O trabalho foi realizado, as famílias foram retiradas, aparentemente mais por convencimento do que pelo uso de violência física. Algumas dessas famílias originárias de Laguna Joha ganharam casas de madeira para residirem na periferia da cidade de Amambai. Quando visitadas por membros do Grupo Técnico Dourados-Amambaipegua I, algumas

dessas famílias indígenas, que vivem na periferia da cidade de Amambai e na reserva de Limão Verde, mostraram-se surpresas e temerosas.

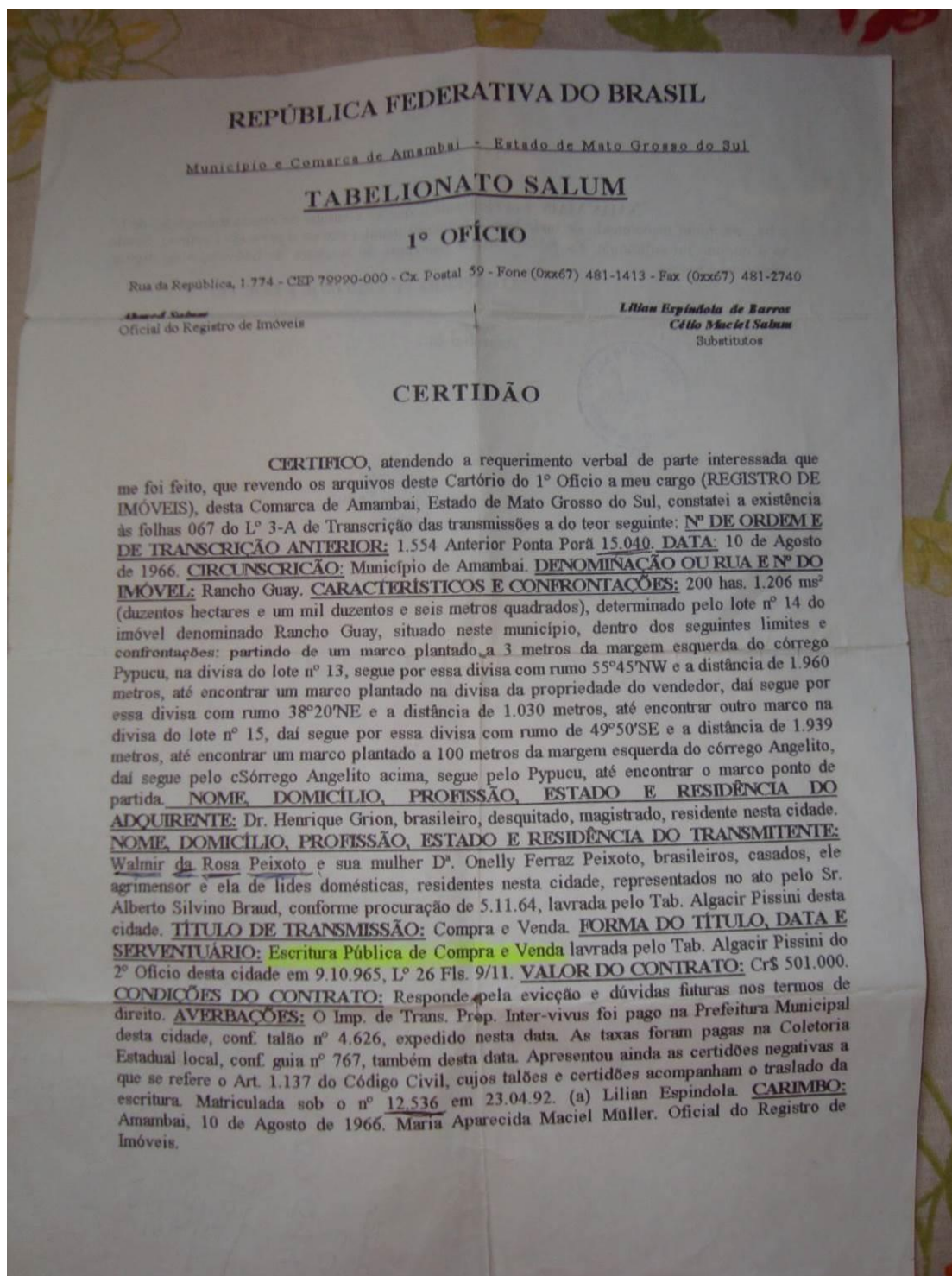


Figura 6 - Documento fornecido por José Eduardo de Assis Capel, com dados sobre a propriedade de Henrique Grion, na qual ele trabalhou a partir de meados de 1988 e de onde foram retiradas as últimas cinco famílias de indígenas da comunidade de Laguna Joha. Segundo informou as famílias moravam em cinco casas e perfaziam o total de cerca de 30 pessoas, entre crianças e adultos.

A decisão de José Eduardo em procurar os integrantes do Grupo Técnico e repassar informações tão comprometedoras, se deu por ele se sentir traído pelo antigo patrão. Segundo

informou, ele considera que cumpriu o combinado, ajudou a convencer as famílias a deixarem a propriedade, mas ao término da tarefa, também foi expulso da terra, sem receber o pagamento nem quaisquer direitos trabalhistas. Afirmou que então entrou com processo judicial contra o proprietário e como vingança resolveu denunciar o patrão ao Grupo Técnico da FUNAI, por ter sido o mandante na expulsão das famílias indígenas.

Por conta da decisão de se posicionar ao lado dos Kaiowá e Guaraní na reivindicação da demarcação de Laguna Joha, José Eduardo mantém com eles uma relação amistosa. Como conhece as famílias com as quais conviveu antes de retirá-las da propriedade, forneceu nomes das pessoas e auxiliou a localizar várias famílias da comunidade de Laguna Joha, que atualmente vivem nas TIs de Amambai, Limão Verde e Jaguari.

José Eduardo informou também que no ano de 1991, as famílias ainda viviam no local, quando ocorreu a morte de um indígena chamado Jurado. Na época funcionários da FUNAI de Amambai estiveram no local e recolheram o corpo para ser enterrado na reserva de Amambai. Afirmou que existe cemitério indígena no local, mas os funcionários da FUNAI acharam conveniente sepultar o defunto fora da área, já que a intenção era retirar as famílias indígenas do local. Na década de 1990 algumas famílias foram convencidas a sair da área e acamparam na margem de um córrego, na estrada vicinal que dá acesso a propriedade. Paulatinamente as famílias foram se dispersando, a partir do momento em que a família da principal liderança ganhou do proprietário uma casa na periferia da cidade de Amambai e foi morar na cidade.



**Figura 7 - Foto de Martina Roa Lopes com os netos.**

Martina Roa Lopes, 74, que aparece na foto acima, ganhou uma casa de madeira na Vila Limeira, na cidade de Amambai, para desistir da permanência em Laguna Joha. Vive hoje numa casa de alvenaria, do programa de moradia popular “Minha Casa, Minha Vida”. Deixou a casa de madeira para uma das filhas. A maior parte dos seus descendentes vive nas reservas de Limão Verde e Amambai, outros vivem na cidade. O sustento da família vem dos programas sociais do governo e de trabalhos temporários. A memória que dona Martina guarda de Laguna Joha se divide entre as boas lembranças do tempo da juventude, quando frequentava as danças de *kotyhu* e *guahu* e os rituais, e o tempo da expulsão, marcado por muitas dificuldades. Disse que por muito tempo participou das festas nas aldeias vizinhas, especialmente em Km 20, organizadas por Valério Ribeiro, o antigo líder religioso daquela comunidade. Entretanto, lembra com amargura os últimos anos em que viveu em Laguna Joha que, segundo ela, foram de muito sofrimento.



**Figura 8 – Foto da casa de madeira que dona Martina ganhou para se retirar de Laguna Joha. A estratégia foi eficiente: com a saída de uma das principais líderes da comunidade, as famílias que ainda insistiam em permanecer no local acabaram por desistir. Hoje a casa é ocupada por uma das filhas.**

No momento da realização do trabalho de campo, José Eduardo residia em Amambai e sua casa era frequentemente visitada por algumas lideranças kaiowá e Guaraní de Laguna Joha. Posteriormente, ele informou, por contato telefônico, que teria deixado a cidade de Amambai, mudando-se para outro município. Segundo entende, a terra da qual ajudou a retirar as últimas famílias indígenas da comunidade de Laguna Joha tem origem ilegal. A "legalização" da terra envolveria Henrique Grion, que teria "comprado" a área de Valmir da Rosa Peixoto, e ambos seriam de grande poder econômico e prestígio social na cidade de Amambai. O local das moradias dos índios seria de propriedade atual da advogada Pietra Andréia Grion, que a recebeu por herança do pai. Membros do Grupo Técnico mantiveram contato telefônico com a advogada, que reside na cidade de Ponta Porã. Também estiveram em frente à propriedade, acompanhado de José Eduardo e de indígenas que residiram na comunidade. Eles relataram as histórias do tempo em que moraram no local, apontaram a direção do cemitério, a localização das roças e de outros espaços, que remetem ao tipo de ocupação que desenvolviam no local.



**Figura 9 - Foto do Cemitério dos indígenas em Laguna Joha, fornecida por José Eduardo de Assis Capel. Ele afirmou ter recebido ordem de Henrique Grion para destruir o cemitério, mas não conseguiu cumpri-la por conta de suas convicções religiosas.**

Na época em que o Grupo Técnico realizou os trabalhos de campo, as famílias de Laguna Joha estavam se rearticulando, a partir da condução de Severino de Souza. Ele visitava frequentemente as famílias originárias daquela comunidade, hoje residentes nas Terras Indígenas Limão Verde, Amambai e Jaguary. Também buscava orientação e apoio de outras lideranças mais experientes no processo de reconquista territorial.



**Figura 10 - Foto tirada durante trabalhos de campo realizados pelo Grupo Técnico na reserva Limão Verde no ano de 2010. Da esquerda para a direita Lico Nelson, liderança kaiowá, Marcos Pereira, funcionário da FUNAI e Severino de Souza, 58 (de camisa amarela). Nessa reunião houve entendimento entre lideranças de várias comunidades que decidiram apoiar Severino de Souza e outras lideranças que nasceram em Laguna Joha e hoje vivem recolhidos em reservas. Essas lideranças assumiriam a liderança da comunidade e conduziriam internamente o processo de rearticulação da comunidade para retomar a área. Participei da reunião como observador e pude notar a preocupação das lideranças mais antigas, como Lico Nelson em repassar conhecimentos de como conduzir a comunidade no processo de recuperação da posse. Ao fundo vê-se os barracos do grupo liderado por Lico, que também aguarda a conclusão de estudos de identificação, conduzidos por outro grupo técnico.**



**Figura 11 - Foto de Severino de Souza, 58. Nasceu em Laguna Joha, peregrinou por diversas propriedades rurais na condição de trabalhador rural e agora pretende voltar com seu grupo familiar para Laguna Joha.**

Nas Terras Indígenas Limão Verde e Amambai vivem os descendentes do casal José Almeida e Antônia Fernandes, já falecidos. Nasceram, viveram e morreram em Laguna Joha, onde estão enterrados. Uma das filhas do casal, Lídia Fernandes, 60, também nasceu e viveu a maior parte de sua vida em Laguna Joha, onde casou e teve vários filhos. Hoje ela vive na reserva Limão Verde, com quatro filhos e cinco filhas, todos casados. Lídia tem mais de quarenta netos. A outra filha do casal é Júlia Almeida, com cerca de 70 anos, que vive na reserva Amambai, também com vários filhos e netos. Essas famílias estão entre as que foram expulsas no início da década de 1990 e a maior parte de seus membros está disposta a lutar pelo retorno à terra da qual foram expropriados. Vários membros da comunidade de Laguna Joha vivem nas Terras Indígenas de Amambai e Limão Verde somando centenas de pessoas. Vivem como moradores dessas Terras Indígenas mas não dispõem de espaço para plantar o suficiente para sustento de suas famílias e também vivem alijados da política local, já que não são considerados membros natos dessas Terras Indígenas. Encontram-se assim em situação de vulnerabilidade social e esperam ansiosamente a demarcação da terra para poderem retornar ao seu *tekoha*.



**Figura 12 - Foto de Lídia Fernandes, 60, com uma de suas netas. Expulsa de Laguna Joha no início da década de 1990, vive hoje na reserva Limão Verde. Seu primeiro marido, com o qual se casou quando tinha apenas 12 anos, vivia na comunidade do Km 20, para onde ela se mudou e viveu por alguns anos, sob a direção de Valério Ribeiro, antigo líder daquela comunidade, como descreveremos adiante. Os vínculos matrimoniais entre comunidades era uma forma de consolidar alianças, tornando viáveis as composições políticas, as práticas festivas e rituais.**



**Figura 13 - Foto mostrando Lídia ao centro, com o novo marido à direita e a filha e a neta à esquerda. O atual marido é bem mais novo que Lídia. Isto se explica por Lídia ser líder religiosa de prestígio. Deitado na rede, descansa um dos netos de Lídia.**

A seguir apresento a imagem de satélite mostrando a localização da terra de ocupação tradicional da comunidade de Laguna Joha.



**Figura 14 - Imagem de satélite - O limite extremo da área ocupada pela comunidade de Laguna Joha se confronta a esquerda com a MS que liga as cidades de Caarapó a Amambai, segue pela margem direita do rio Amambai até se encontrar com a área ocupada pela comunidade de Km 20, separadas pelo rio Amambai. Os limites Leste e Sul estão delimitados pela linha branca. Na área delimitada existiam vários locais de moradia, roças, cemitérios e áreas de coleta, caça e pesca.**

Embora as comunidades de Laguna Joha e Km 20 se organizaram politicamente de modo autônomo, sempre foram comunidades com fortes vínculos matrimoniais, festivos e rituais. Isso fica evidente no primeiro casamento de Lídia, da comunidade de Laguna Joha, com o integrante do grupo de Valério Ribeiro, da comunidade de K 20. A seguir apresentamos os dados da comunidade de Km 20.

### II. 3. 2 – Comunidade de Km 20

A comunidade Km 20 recebia no passado outras duas denominações: Barreiro Guasu e Urukuty. Cabe explicar que a denominação Km 20 é mais recente e decorre da ocupação da região pela Companhia Matte Laranjeira. Para transportar a erva com carretas de boi ou pequenos caminhões, a Companhia construiu uma estrada ligando a sede administrativa da empresa até um porto no rio Amambai, abaixo de uma cachoeira, quando, então, podia ser transportada por barcos. Como o centro político da comunidade ficava ao lado da estrada, a vinte quilômetros da sede, os ervateiros passaram a denominar o local como aldeia do Km 20. Essa distância servia também para estabelecer o percurso de uma jornada de transporte de gado. Desse modo, o gado transportado em direção à sede costumava pernoitar no local. Com a intensificação da presença de não indígenas na região, predominou a denominação Km 20, sendo que as duas outras expressões, Urukuty e Barreiro Guasu, passaram a se restringir ao uso indígena. Por conta da localização, Valério Ribeiro, o líder da comunidade no início dos anos 1970, chegou a ser contratado para trabalhar como peão da fazenda Campanário, como consta nos registros da empresa.

O nome Urukuty se refere ao nome de batismo religioso do local, realizado por antigos xamãs. Na língua guarani, “*uruku*” é o nome da planta urucum (*Bixa orellana* L. Família: *Bixaceae*) que, para eles, tem caráter sagrado. E a posposição “*ty*” expressa a idéia de reunião, ajuntamento ou adensamento e, enquanto categoria gramatical, forma um “coletivo”. Assim, *urukuty* seria o local onde existe grande concentração da planta urucum, evidenciando que, no local, praticavam-se muitas rezas, já que a tinta da semente da planta é utilizada para adornar os corpos durante os rituais. O nome Barreiro Guasu, segundo os indígenas, deriva de existir nas proximidades do local de moradia do casal de líderes do grupo um grande barreiro ou lamaçal, onde certas espécies de animais costumavam se juntar e eram mais facilmente caçados. Passarei a utilizar o termo Km 20, que é como as lideranças do local preferem chamá-lo na atualidade.

A comunidade de Km 20 mantinha intensa relação com a comunidade de Laguna Joha, situada na outra margem do rio Amambai, e com as comunidades de Piratini, Te’yi Kue e Pindo Roky que ocupavam áreas contíguas. Isto porque, como explicamos anteriormente, a aldeias vizinhas que ocupavam uma determinada região, como por exemplo, aquelas localizadas nos córregos que deságuam em um rio, costumam desenvolver intenso intercâmbio festivo, ritual e matrimonial. Através desse intercâmbio, compunham o *tekoha*

*guasu*, reunindo aldeias com formas relativamente estáveis e permanentes de solidariedade política e religiosa, denominado de *tekoha guasu* (Pereira 1999 e 2004).

A FUNAI tomou conhecimento da existência e localização da comunidade de Km 20 em 1971. O local de moradia do líder da comunidade na época ficava ao lado da antiga estrada utilizada para o escoamento da erva-mate para a Argentina. A estrada iniciava na sede da Fazenda Campanário e terminava na localidade de Porto Felicidade, no Rio Amambai. A vinte quilômetros da sede, a estrada passava pela cabeceira do córrego hoje denominado 5º Arroio. Nas décadas de 1950/60, existiu no local um acampamento de tropeiros, já que 20 quilômetros correspondem, em média, a um dia de jornada na condução de boiada.

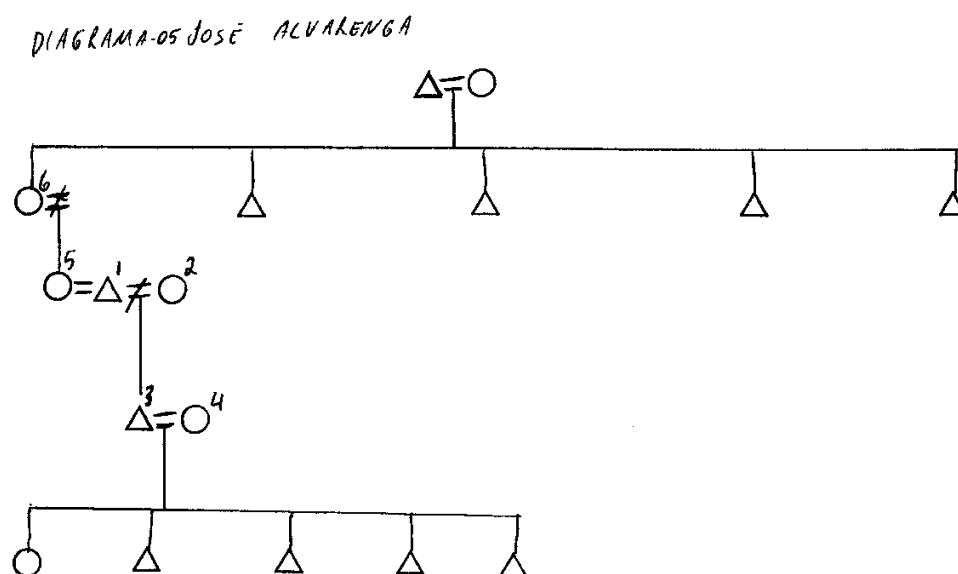
Uma perícia foi realizada no local, a pedido da Justiça Federal de Dourados, em 2001. Na época, o perito entrevistou o Sr. Miguel Subtil, que foi gerente da Fazenda Campanário nas décadas 1950/60, quando era propriedade da Sociedade Civil Agrícola Rogers Ltda. Segundo informou, a circulação frequente de tropeiros no local, que pernoitavam nas proximidades dos limites da fazenda, levou a gerência da fazenda a estabelecer um posto de guarda, onde residia um empregado da fazenda, responsável por monitorar a movimentação dos transeuntes. Segundo informou, a estrada que saía da sede da Fazenda Campanário e ia até Porto Feliz era muito movimentada naquele período. Com o surgimento de outras estradas na região e a decadência da exploração de erva o trânsito diminuiu, mas a fazenda resolveu manter o posto de guarda no local. Foi nesse período que o indígena Valério Ribeiro, líder da comunidade que já vivia nas proximidades do local, foi contratado como funcionário da fazenda Campanário. Os dados da contratação estão anotados nos livros de registros administrativos da fazenda. As lideranças atuais da comunidade dizem que foi nessa época que a denominação Km 20 passou a predominar sobre a denominação Urukuty.



**Figura 15 - Imagem de satélite identificando o local da residência de Valério Ribeiro, líder da comunidade de Km 20 em 1971. Nesse local ele foi visitado pelo antropólogo da FUNAI, Alceu Cotia Mariz, que atestou a existência da comunidade vivendo no local. Na época, a mata nativa cobria quase a totalidade da área, hoje ela se restringe a uma pequena parte da área, aqui circundada por linha branca.**

A comunidade de Km 20 mantinha vínculos com diversas comunidades, e isto se expressa nos diagramas de parentesco das pessoas mais idosas. É o caso do kaiowá João Paulo Alvarenga, 86, que reside atualmente na reserva de Amambai, cujo diagrama será anexado a seguir: ele nasceu na aldeia Taquara, mas, quando jovem, viveu por um tempo na aldeia Km 20, onde se casou com uma mulher indígena do grupo de Valério Ribeiro. Teve vários filhos com essa primeira esposa, entre os quais José Alvarenga, 67, que nasceu em Km 20 e vive em Amambai (ver diagrama de José Alvarenga).

Todas as pessoas identificadas vivem hoje na reserva de Amambaí, com um grande número de descendentes.



**Figura 16 – Diagrama genealógico de José Alvarenga**

- 1- João Paulo Alvarenga, 86, nasceu na aldeia Taquara, mas viveu por vários anos no Km 20, onde se casou e teve filhos;
- 2- Angela Rio, 85, nasceu na Aldeia São Lucas, mas mudou para o Km 20 ainda criança, pois tinha parentes que lá viviam; quando adolescente casou-se com João Paulo Alvarenga;
- 3- José Alvarenga, 67, nasceu no Km 20 e, juntamente com Alcindo, acompanhou o reconhecimento do local, durante a realização do trabalho pericial em 2001. É bom conhecedor da história das antigas famílias que aí viviam;
- 4- Ceprina Gamarra nasceu no Km 20;
- 5- Inocência Sousa, nasceu na reserva de Amambai, atual esposa de João Paulo Alvarenga;
- 6- Andressa Sousa, 84, nasceu no Km 20. Todos os seus irmãos, não identificados por números, teriam morrido quando ainda residiam no Km 20.



**Figura 17 - Foto de João Alvarenga, tirada em 2010, em sua casa na reserva de Amambai. Conheceu todas as comunidades tratadas no presente relatório. Trabalhou muitos anos com erva mate, iniciou como mineiro (cortador e transportador de erva), mas chegou a ser empreiteiro, chefiando turmas de acampamentos, o que lhe permitia grande mobilidade em todo o território que explorava erva mate, sempre contando com a mão de obra dos homens pertencentes a diversas comunidades kaiowá e guarani. Passou por vários casamentos, tem muitos filhos e dezenas de netos e bisnetos.**

Posteriormente João Paulo Alvarenga separou-se da mulher e se dirigiu à aldeia São Lucas, no atual município de Naviraí, onde contraiu novo matrimônio. Quando João se separou, um de seus filhos do primeiro casamento, José Alvarenga, já era casado em Km 20, motivo pelo qual permaneceu junto ao grupo de Valério por vários anos. Desde essa época ele se recolheu na reserva de Amambai, indo morar junto ao grupo de seu pai, recolhido na reserva de Amambai quando da expulsão da comunidade de Taquara. Casos como esse demonstram o dinamismo da circulação entre as pessoas de diversas comunidades (aldeias ou *tekoha*) aliadas. Quando ocorriam expulsões em uma localidade, as relações intercomunitárias permitiam que as pessoas rapidamente procurassem refúgios entre as comunidades aliadas, que ainda logravam permanecer em suas terras de ocupação tradicional. A reserva era sempre a última opção e, para muitos, o destino final de fuga. A resistência em passar a viver na

reserva se dava, em grande medida, devido ao sistema de capitania, considerado autoritário e opressor.

As pesquisas realizadas por historiadores e antropólogos sobre o processo de expropriação de terras indígenas, em Mato Grosso do Sul, evidenciam a preocupação dos agentes particulares ou governamentais de não produzir relatos escritos sobre as ações de esbulho por eles perpetradas. Dificilmente alguém produziria provas sobre seus próprios ilícitos. Nesse sentido, a comunidade de Km 20 constitui-se em exceção. Existem documentos que permitem reconstituir o modo como esse esbulho se deu.

Os documentos sobre o processo de expropriação das terras tradicionalmente ocupadas pela comunidade de Km 20 só trazem informações sobre o momento final, quando, em 1972, a comunidade já se encontrava encurralada por fazendeiros que se instalaram nas vizinhanças da fazenda Campanário. Pressionados, os Kaiowá de Km 20 se retiraram das margens do córrego Piratini e das margens do rio Amambai, pois os particulares que aí se instalaram não toleravam mais a presença indígena no local. Como alternativa, fixaram moradias nos fundos da fazenda Campanário, se refugiando na cabeceira de um pequeno córrego que nasce na Fazenda Campanário e corre em direção ao córrego Piratini. É justamente esse o local onde está identificada a residência de Valério Ribeiro, na imagem de satélite, incluída a algumas páginas atrás. Ele foi o último líder da comunidade no local.

A fixação e a permanência da comunidade no local denominado de Km 20 só foram possíveis porque, na década de 1950, Valério Ribeiro se tornou funcionário da Fazenda Campanário. A estratégia permitiu que ele virasse empreiteiro. Nessa condição, passou a contratar seus próprios parentes, membros de sua comunidade, como trabalhadores temporários para realizar as empreitadas que assumia, principalmente na retirada e preparação de postes de aroeira, utilizados na construção de cercas. A localidade Km 20 virou referência para a comunidade, porque aí vivia seu articulador. Aos poucos, as famílias que ainda viviam mais para o lado das margens do córrego Piratini e do rio Amambai, foram se afastando do local. Junto à Valério, podiam realizar trabalhos e angariar algum recurso, além de dispor de algum espaço para fazer roças e criar pequenos animais.

Uma faixa do fundo da fazenda Campanário faz parte do território de ocupação tradicional da comunidade de Km 20, que vai da cabeceira do córrego onde se instalou Valério na década de 1950, até as margens do Piratini e Amambai. Toda a terra de ocupação tradicional da comunidade de Km 20 está incluída na presente proposta de identificação e

delimitação, para futura demarcação, conforme indicado na imagem de satélite. Entretanto, na década de 1960, esse local no fundo da fazenda Campanário passou a ser o único, dentro do território de ocupação tradicional dessa comunidade, em que a presença indígena era tolerada – mesmo que na condição de peões - pelos novos ocupantes dessa região. O ajuntamento dos índios no local, fez com que passasse a ser conhecido como Aldeia do Km 20, nome que passou a predominar sobre as denominações mais antigas (Urukuty e Barreiro Guasu).

Até o início da década de 1980, muitas famílias de índios moravam em fazendas. Foi com a demarcação das terras indígenas Rancho Jacaré e Guaimbé, em 1977, e Pirakuá, em 1985, que os proprietários rurais começaram a se preocupar mais com a existência de índios residindo em suas terras, mesmo quando eram poucos. Entre 1928 e 1977 não houve nenhum reconhecimento de terras indígenas guarani e kaiowá em todo o sul do Estado de Mato Grosso, embora, nesse período, dezenas de comunidades perderam suas terras. Tal situação dava aos proprietários a completa sensação de segurança de que seus direitos de propriedade jamais seriam afrontados por comunidades indígenas, cujo destino final seria o recolhimento nas reservas ou a assimilação à sociedade nacional.

A maior parte das famílias residentes em fazendas encontrava-se submetida à condição de peão, mesmo que permanecessem em terras de ocupação tradicional de suas comunidades. Além de buscarem trabalho em diversas localidades, muitos indígenas permaneciam como trabalhadores, nos espaços de ocupação tradicional de suas comunidades, já transformados em áreas de fazendas, mesmo que, para isso, tivessem de assumir a condição de peão. Foi o que aconteceu com Valério Ribeiro, como atesta o documento aqui anexado, datado de 1958.

**Sociedade Civil Agrícola Rogers Ltda.**  
**FAZENDA CAMPANARIO**  
 DEP. PRODUÇÃO DE ERVA

**Ordem de Pagamento N° 74**

Mes de Junho de 1958

NOME Valério Ribeiro Ficha Pessoal N° .....

| CRÉDITO             |        |       |  |  | DÉBITO             |  |       |  |  |
|---------------------|--------|-------|--|--|--------------------|--|-------|--|--|
| FOLHAS CRUAS        |        | CR.\$ |  |  | SALDO ANTERIOR     |  |       |  |  |
| Cr.\$               | p/arr. |       |  |  | CR.\$              |  |       |  |  |
| SAPECAGEM           |        |       |  |  | Despesa no Rancho  |  |       |  |  |
| Cr.\$               | p/arr. |       |  |  | CR.\$              |  |       |  |  |
| SECAGEM             |        |       |  |  | PENSÃO             |  |       |  |  |
| Cr.\$               | p/arr. |       |  |  | Cr.\$              |  |       |  |  |
| MOAGEM              |        |       |  |  | Armazem            |  | Cr.\$ |  |  |
| Cr.\$               | p/ton. |       |  |  | Ambulatorio        |  | Cr.\$ |  |  |
| ATAQUEIO            |        |       |  |  | Adiantamentos      |  | Cr.\$ |  |  |
| Cr.\$               | p/saco |       |  |  | Diversos           |  | Cr.\$ |  |  |
| LENHA               |        |       |  |  | TOTAL              |  |       |  |  |
| Cr.\$               | p/m3   |       |  |  | Descontos          |  | CR.\$ |  |  |
| SALARIO             |        |       |  |  | Saldo Atual        |  | CR.\$ |  |  |
| Cr.\$               | p/dia  |       |  |  | Liquido para pagar |  | CR.\$ |  |  |
| Ordenado Mensal     |        |       |  |  |                    |  |       |  |  |
| <u>Maio e Junho</u> |        |       |  |  |                    |  |       |  |  |
| Cr.\$               | p/     |       |  |  |                    |  |       |  |  |
| TOTAL               |        |       |  |  |                    |  |       |  |  |
| Vencimento Bruto    |        |       |  |  |                    |  |       |  |  |
|                     |        |       |  |  |                    |  |       |  |  |

Assinatura

**AUTENTICAÇÃO**

Autentico a presente fotocópia a mim apresentada e que está de acordo com o original, dou fé.

Caarapó MS, 19.02.2003

*[Assinatura]*

VÁLIDO SOMENTE COM O SELO DE AUTENTICIDADE

Caratório do 1º Oficial

VISTO:

CORREGEDORIA-CEJA DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL

SELO DE AUTENTICIDADE

Nº ADL 27045

*[Assinatura]*

*[Assinatura]*

Figura 18 – documento trabalhista de Valério Ribeiro, líder de Km 20.

Entretanto, em 1972, o aumento do número de índios nas imediações do local de residência do líder Valério Ribeiro passou a chamar a atenção dos proprietários, que tomaram a decisão de retirar os índios da fazenda Campanário. Essas famílias indígenas eram originárias das margens do córrego Piratini, na confluência com o Amambai, de onde foram expulsos pelas fazendas lindeiras à fazenda Campanário. Para isso, o diretor/proprietário resolveu comunicar o fato à FUNAI e solicitar que a instituição indigenista oficial fizesse a remoção. A seguir, reproduzo a carta que o proprietário Roberto de Rezende Barbosa encaminhou para a FUNAI, em 04 de outubro de 1972:

COMPANHIA AGRÍCOLA E PASTORIL CAMPANÁRIO  
Rua Boa Vista n. 200 - 14.º Andar  
Fone 33-75-40 - São Paulo  
Fazenda Campanário - PONTA FORA - MT  
Rua 11 de Junho, n. 208 - Fone 8887 - ASSIS - S.P.

Fazenda Campanário, 4 de outubro de 1972.

A  
FUNDAÇÃO NACIONAL DOS INDIOS  
Rua 15 de novembro, 310  
CAMPO GRANDE - Mato Grosso

Proc. FUNAI 4334/72  
Fls. 146  
Rubrica

Prezados senhores:

Valemo-nos da presente para expôr a  
Vs. Ss. o que se segue:

Existe na área desta fazenda um núcleo de índios, com 76 pessoas, entre adultos e crianças, aos quais vimos prestando esporádica assistência, ao menos nos casos mais prementes e na medida do possível.

Contudo, considerando-se a longa distância que a aldeia fica da sede da fazenda (20 kms.), o fato vem dificultar atendimento no âmbito de saúde e educação para as crianças.

Em conversa que mantivemos sobre o assunto com o sr. Dilermando Silva, do Posto Indígena de Caarapó, fomos por ele recomendados a nos dirigir a essa Fundação.

Consoante o acima exposto, vimos pois solicitar a gentileza de sua atenção, no sentido de verem a possibilidade de remoção dos citados índios para uma "Reserva", e eventualmente a de Amambai ou Caarapó, as mais próximas da localidade.

Nossa presente solicitação baseia-se, exclusivamente, na certeza de que lá irão receber uma assistência mais ampla e humana, assim como usufruir das vantagens e garantias que essa Digna Fundação vem oferecendo aos indígenas do Brasil.

Certos da consideração com que Vs. Ss. tratarão do conteúdo desta, antecipamos os nossos sinceros agradecimentos, e aproveitamos o ensejo para reiterar a Vs. Ss. os protestos de nossa elevada estima e consideração, subscrevendo-nos mui

ATENCIOSAMENTE.

COMPANHIA AGRÍCOLA E PASTORIL CAMPANÁRIO

ROBERTO DE REZENDES BARBOSA  
Diretor

5 BL. 50x1 - 6/72

Figura 19 – Carta da Companhia Agrícola e Pastoril Campanário

A administração central da FUNAI em Brasília tomou conhecimento da existência da comunidade através da comunicação do próprio proprietário. Naquele momento, a comunidade já havia se retirado das margens do córrego Piratini e das margens do rio Amambai, nas proximidades da confluência com o Piratini. A carta registra que “Existe na área desta fazenda um núcleo de índios, com 76 pessoas, entre adultos e crianças”. Registra o termo “aldeia”, o que passa a idéia que essas viviam em casas próximas, assentadas em torno da residência de Valério. O diretor/proprietário da fazenda já havia mantido conversa com Dilermando Silva, funcionário da FUNAI, no “Pôsto Indígena de Caarapó”, sendo por “ele recomendados a nos dirigir a Fundação”. Seguindo a orientação do funcionário do Posto, o diretor/proprietário escreveu a carta à direção da FUNAI, o que gerou o início de processo administrativo na FUNAI, com o propósito de encontrar uma solução para o caso.

O Processo FUNAI/BSB/2647/72 iniciou-se quando o diretor da Companhia Agrícola e Pastoril Campanário solicitou, através de carta datada de 04 de outubro de 1972, que a FUNAI tomasse providências para transferir 76 índios que viviam na propriedade da fazenda para o interior de alguma reserva indígena. O motivo não explicitado deveria ser a dispensa da mão de obra indígena, tendo em vista o início do processo de modernização agrícola da fazenda. Hoje o teor da carta parece estranho, mas era um expediente comum na época, pois as reservas demarcadas pelo o SPI entre 1915 e 1928 tinham o propósito explícito de acolher as comunidades indígenas que viviam fora das reservas, liberando as terras para a implantação das atividades agropecuárias. Essas transferências aconteciam com grande frequência e, muitas vezes, as comunidades eram simplesmente expulsas, sem a notificação do órgão indigenista. As famílias de aldeias expulsas de suas terras, muitas vezes, se recusavam a ir para as reservas, preferindo perambular pelas fazendas vizinhas em busca de trabalho, o que também era uma estratégia para permanecer nas proximidades do local de ocupação tradicional. Essas transferências são, em grande medida, responsáveis pela alta densidade demográfica das atuais reservas. Entendia-se que, na reserva, esses índios receberiam assistência e orientação direcionada para assimilação de padrões de conduta característicos da sociedade nacional, integrando-se enquanto agricultores regionais ou mais provavelmente, como trabalhadores rurais sem terra.

A carta registra que os proprietários procuravam atender os índios em suas necessidades básicas, “vimos prestando esporádica assistência, ao menos nos casos mais prementes e na medida do possível”. Registra ainda que a assistência era dificultada devido “a

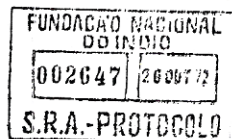
longa distância que a aldeia fica da sede da fazenda (20 kms. ), o fato vem dificultar atendimento no âmbito da saúde e educação para as crianças”.

Também transparece na carta a convicção de que os índios receberiam melhor atendimento em uma das reservas e, portanto, deveriam ser deslocados para um desses espaços. Daí a solicitação: “vimos pois solicitar a gentileza de sua atenção, no sentido de verem a possibilidade de remoção dos citados índios para uma ‘Reserva’, e eventualmente a de Amambai ou Caarapó, as mais próximas da localidade”. Por fim, o documento registra que a solicitação se baseia em sentimentos humanitários: “Nossa presente solicitação baseia-se, exclusivamente, na certeza de que lá irão receber uma assistência mais ampla e humana, assim como usufruir das vantagens e garantias que essa Digna Fundação vem oferecendo aos indígenas do Brasil”.

A carta gerou procedimentos administrativos que se arrastaram por vários anos. O primeiro passo do processo administrativo foi o Ofício n. 632/72, datado de 16.10.1972, no qual o Delegado da 9ª. Delegacia Regional da FUNAI, sediada em Campo Grande, encaminha a carta ao Diretor do DGPC/FUNAI - Brasília, com informações sobre o caso tratado na carta do diretor da fazenda Campanário. A seguir reproduzo o ofício para, em seguida, discutir informações ali presentes, que são importantes para o presente relatório.



MINISTÉRIO DO INTERIOR  
FUNDAÇÃO NACIONAL DO ÍndIO  
— 9ª DR. —



Of. nº 632/72

Campo Grande, MS, 14/3/72

Do: Delegado Regional da 9ª DR/FUNAI

Em 16.10.72

Ào: Ilm. Sr. Dir. D.G.P.C./FUNAI - Brasília, D.F.

Assunto: Esclarecimentos sobre índios (Presta)

Senhor Diretor

Tendo recebido um expediente da Companhia Agrícola e Pastoral Campanário, assinado pelo seu diretor, que segue anexo, cabe-me esclarecer o seguinte:

a) Estes índios são da família Kaiwá, que se deslocaram dos demais, de seus P.I's há muitos anos. Atribui-se ser parentes dos demais que vivem em Caarapó, porém não temos confirmação.

b) Há longos anos vivem na área declarada no expediente de referência, sem nunca terem tido auxílio da FUNAI, nem antigo S.P.I.

c) Que as declarações ideológicas do ilustre diretor, bem demonstra não ter a mínima noção de que são índios, principalmente deste tipo, que não aceitam interferência do civilizado.

d) Que os demais índios, embora de mesma raça, Kaiwá, não os aceitam em suas Aldeias, em virtude da falta de entendimentos mútuos.

e) Que a única solução seria que o fazendeiro, já que vem prestando esporádica assistência, procura-se aumentá-la, pois como bom brasileiro que é, poderia através de uma política sadia e convincente, dar-lhes ocupação na fazenda, aumentando a sua produção e ao mesmo tempo dando toda a cobertura a esses patricios que estão isolados dentro de sua área.

f) É de admirar porque a proposta do ilustre diretor é retirar o índio da área e não solicitar a proteção da FUNAI



MINISTÉRIO DO INTERIOR  
FUNDAÇÃO NACIONAL DO ÍndIO  
— 9.ª DR —

Proc. 20. FNI/ 2454  
Fls. 245  
Rubrica  
Proc. FUNAI 4354/77  
Fls. 245  
Rubrica

nesta terra de seu único e próprio dono, "o índio"

g) Será que não seria tão difícil a Fazenda Campanária fazer a doação de uma escola, tendo somente três aulas por semana, através de um professor por ela designado?

h) Será que seria tão difícil o corpo docente da fazenda, fazer um passeio ao núcleo indígena e escolher uns dois índios para aculturá-lo e com o decorrer do tempo, instruí-los demais?

Enfim, salvo melhor juízo de V. Sa., acredito que o Sr. Diretor da Fazenda Campanária, preocupou-se unicamente na retirada dos índios de suas terras, procurando esquecer os demais problemas que poderão ocorrer. Contudo, irei dentro da área, a fim de procurar verificar em loco a solução mais viável para o caso.

Atenciosamente

*Clodomiro Bloise*  
CLDOMIRO BLOISE  
Delegado 9.ª DR/ FUNAI

**Figura 20 – Documentos da FUNAI sobre a comunidade de Km 20**

A correspondência de Roberto de Rezende Barbosa, diretor da Companhia Agrícola e Pastoril Campanário, e o Ofício de Clodomiro Bloise, delegado da 9ª Inspetoria Regional da FUNAI, seguem os trâmites burocráticos até ser encaminhada para o antropólogo Alceu Cotia Mariz, para emissão de parecer técnico. Em seu despacho, ele esclarece que: "A DEP, por não

possuir dados concretos e atualizados sobre o assunto de que trata este processo, sugere seja procedida uma observação in-loco, que possibilite um levantamento geral da situação, com finalidade de fundamentar sugestões para a resolução do problema". A solicitação de Alceu Cotia Mariz recebe parecer favorável de sua chefia, conforme despachos escaneados a seguir.

  
MINISTÉRIO DO INTERIOR  
FUNDAÇÃO NACIONAL DO Índio  
FUNAI

Proc. FUNAI 4394/72  
Fls. 147  
264/78  
Proc. n.º 447  
Fls. 147  
Rubrica

Ref.: Proc. FUNAI/BSB/2647/72

À Divisão de Estudos e Pesquisas para opinar e, posteriormente às Divisões de Saúde e de Educação, através do DGO para parecer e possíveis providências.

Brasília, 26 de outubro de 1972.

*Rubens Auto da Cruz Oliveira*  
RUBENS AUTO DA CRUZ OLIVEIRA  
Diretor Substituto

Senhor Diretor do DGPC,

A DEP, por não possuir dados concretos e atualizados sobre o assunto de que trata este processo, sugere se já procedida uma observação in-loco, que possibilite um levantamento geral da situação, com finalidade de fundamentar sugestões para a resolução do problema.

Brasília, 06 de novembro de 1972.

*Alceu Cotia Mariz*  
ALCEU COTIA MARIZ  
Antropólogo

ACM/fcb

De acordo.  
Ao Assessor Rubens Auto para providenciar ordem de serviço designando o prof. Alceu Cotia Mariz a se deslocar para a área da 9ª DR a fim de levantar os dados necessários à elucidação do problema.  
Em 07.11.72  
*Felipe Raul*

Figura 21 – despachos administrativos das FUNAI

A autorização para a viagem foi assinada em 07 de novembro de 1972 e explicita que o objetivo da viagem é “verificar a situação dos índios Kaiwá que vivem em locais onde não existem postos indígenas da FUNAI”.

MINISTÉRIO DO INTERIOR  
FUNDAÇÃO NACIONAL DO ÍNDIO - FUNAI

Proc. FUNAI 4354/72  
Fls. 148  
Rubrica  
Proc. n.º 2647/72  
Fls. 148  
Rubrica

COMUNICAÇÃO DE SERVIÇO Nº 05

O Diretor do Departamento Geral de Planejamento Comunitário no uso de suas atribuições, resolve:

Designar o Antropólogo Alceu Cotia Mariz para viajar ao PT Gaarapó (9ª DR), a fim de apurar todos os dados necessários a instrução dos processos FUNAI/DSB/2647/72 e FUNAI/9/417/72, bem como verificar a situação dos índios Kaiwá que vivem em locais onde não existem postos indígenas da FUNAI, estimando o prazo de oito dias para conclusão do trabalho.

Brasília, 07 de novembro de 1972.

FUNAI  
DEPARTAMENTO GERAL DE PLANEJAMENTO COMUNITÁRIO  
*Alceu Cotia Mariz*  
Diretor

RA/fob

Figura 22 – Autorização da administração da FUNAI para viagem de Alceu Cotia.

Em relatório, datado de 01.12.1972, reproduzido a seguir, Alceu Cotia Mariz descreve a situação por ele encontrada. Chama a atenção a agilidade demonstrada pela FUNAI nos procedimentos e busca de uma solução

  
MINISTÉRIO DO INTERIOR  
**FUNDAÇÃO NACIONAL DO Índio**  
FUNAI

Proc. FUNAI 4354/72  
Fls. 1852  
804/72  
Proc. 2.5-FUNAI  
Xls 9

Ref. Proc. nº FUNAI/BSB/2647/72

Senhor Diretor do DGPC,

1. A Fazenda Campanário dista da cidade de Caarapó 36 kms em estrada de terra batida e está localizada já no município de Anambai.
2. A topografia é pouco acidentada, constituindo-se na região intermediária entre o planalto central e a planície pantaneira matogrossense. O clima é temperado, com grandes oscilações térmicas, atingindo quase 40º no verão e podendo cair a 0º no inverno, geando eventualmente, como por duas vezes, no ano passado.
3. A Fazenda Agrícola Campanário pertence atualmente ao Sr. Rezende Barbosa, proprietário de indústria açucareira em São Paulo, inclusive da Cia. Nova América, e sócio da fazenda juntamente com outros cinco elementos aparentados seus.
4. O primeiro gerente, Los Santos Gonzalez, estava ausente, em São Paulo, tal como os proprietários da fazenda.
5. A sede da fazenda foi construída em 1927, quando se tornou proprietária a Cia. Mate Laranjeira. Os índios se encontravam naquele lugar, dentro da área abrangida pela fazenda e foram utilizados como mão de obra nos ervais, por aquela companhia.
6. Foi mais tarde adquirida por um certo Sr. Sang Hust, cidadão polonês que se dizia príncipe. Devido à ausência dos proprietários, não foi possível a obtenção de maiores dados sobre esta pessoa. Da mesma forma, nenhum documento nos pôde ser facultado à consulta.
7. Finalmente, em dezembro de 1971, foi comprada pelos atuais proprietários que já sabiam da existência dos índios na área e de sua antiguidade na mesma.
8. Presentemente a fazenda produz apenas para consumo interno, cultivando arroz, milho, soja, amendoim e criando algum gado. O leite produzido também é para consumo da fazenda.

*Amf*



MINISTÉRIO DO INTERIOR  
FUNDAÇÃO NACIONAL DO INDÍGENA  
FUNAI

244722  
18/11/72  
Fio. FUNAI  
4394/72  
Fls. 150  
Rubrica

9. Apurei um caso de morte entre os índios sob alegação de feitiçaria. Foi contado pelo Sr. Vitor que o dono da fazenda possuía uma carta redigida pelos próprios índios narrando a ocorrência. Essa mensagem não foi revelada a qualquer elemento da FUNAI. Estivemos à procura do feiticeiro, temido por todos os indígenas, inclusive pelos capitães, mas não o encontramos. Havia se ausentado para trabalhar numa outra fazenda, muito distante, segundo os indígenas, e cujo nome não souberam - ou não quiseram - revelar.
10. Os índios agrupam-se em duas aldeias: a primeira delas, a maior, engloba oito casas típicas Kaiwá, sendo liderada pelo Capitão Valério, de 60 anos que, em rude português, declarou já ter nascido lá, "no ano de 1905". É verdade que suas palavras podem merecer dúvidas, mas o testemunho de pessoas locais ou um exame das casas e do terreno utilizado, por especialista, poderão comprovar que os índios lá se encontram há mais de vinte anos (Usucapião) enquanto que o último proprietário de fazenda a adquiriu, somente, no final de 1971.
11. Vivem da caça e de pequenas roças de milho e mandioca; usam sandálias de couro bruto ou sapatos modelos antigos, cedidos pelos fazendeiros, ou mesmo, andam descalços.
12. A segunda aldeia, distante cerca de 12 km em direção oposta, é liderada pelo capitão Hilário, mas estava deserta. Seus elementos teriam ido visitar parentes ou, mais remotamente, ido caçar. Um porco que por lá perambulava demonstra que a ausência dos habitantes não seria longa, pois não tiveram grandes preocupações em proteger seus pertences.

As casassão também de estilo Kaiwá, mas também são usadas chapas de zinco e escoras de ferro velho para as paredes de duas casas.

Uma velha roda de caninhão pendurado por uma corda numa travessão de madeira serve de sino para convocar o pessoal a reunírese.

*Carvalho*



MINISTÉRIO DO INTERIOR  
FUNDAÇÃO NACIONAL DO Índio  
FUNAI

Proc. nº 185/72  
Fls. 185  
Rubrica  
Fls. FUNAI 4394/72  
Fls. 154

Encontramos no terreno e no interior das casas, cascos de tatu, crâneos de macacos e peles de jaguatirica.

Latas de banha, de óleo de cozinha e margarina e caixas de creme dental também encontradas, demonstram evidentemente a condição de marginalização, mas não de isolamento daquelas duas comunidades.

13. Localizamos na estrada dois boliches (bares) com bebidas, sendo o mais próximo situado nas imediações da Fazenda D. Bosco, a cerca de 7 kms da primeira aldeia, e que pode ser alcançado por uma velha estrada hoje em desuso.
14. Está em abertura a nova estrada Caarapó-Amambai, que deverá passar a poucos quilômetros das aldeias o que poderá trazer influências negativas a seus hábitos, caso continuem entregues à própria sorte.
15. Calculo, pelo número de casas e pelo tamanho médio das famílias (de 3 a 5 filhos vivos) que a primeira das aldeias deve englobar cerca de 50 pessoas e a segunda 30, sendo razoável uma estimativa entre oitenta e cem índios em toda a área.

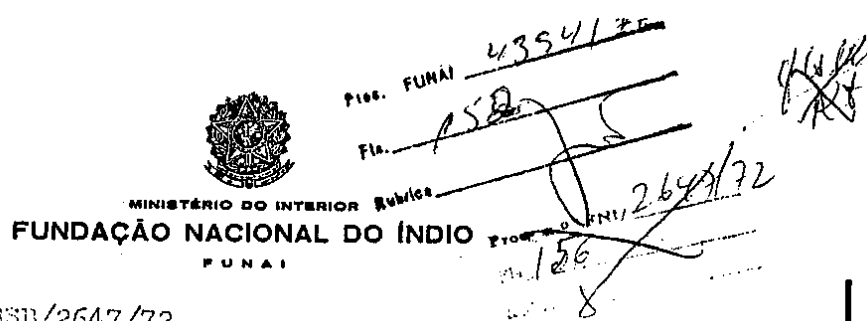
Diante do apresentado e adicionado ainda que o proprietário deseja a simples retirada dos índios contra a vontade unânime dos mesmos, são recomendáveis duas medidas preliminares:

1. Entendimento com os proprietários da Fazenda Agrícola Capanário para a cessão de terras dentro do padrão mínimo legal de 50 HA por família.
2. Criação imediata de um posto indígena em uma das aldeias para prestar assistência médica e educacional aos referidos agrupamentos.///

Brasília-DF, 01.12.72

*Alceu Cortia Mariz*  
ALCEU CORTIA MARIZ  
Antropólogo

ACHM/Lzb



Ref. Proc. FUNAI/BSB/2647/72

PS. O segundo gerente da Fazenda Campanário, Sr. Vitor Fernandes, e sua esposa, Da. Glinda Aparecida Fernandes foram nossos recepcionistas e nos conduziram aos aldeamentos.///

Brasília-DF, 01.12.72.

*Alceu Cotia Mariz*  
ALCEU COTIA MARIZ  
Antropólogo

*Am. h. Ribeiro*  
*Para uma apreciação*

9/4/73  
FUNDAÇÃO NACIONAL DO ÍNDIO  
DEPARTAMENTO GERAL DE PLANEJAMENTO COMUNITÁRIO  
*Demétrio Soares de Oliveira*  
DEMÉTRIO SOARES DE OLIVEIRA  
Diretor

**Figura 23 – Relatório de campo do antropólogo Alceu Cotia.**

O relatório de Alceu Cotia Mariz atesta a presença dos índios, e localiza uma segunda aldeia. Em encontro com Alceu Cotia em 2001, questionei sobre a localização da segunda aldeia, ele me disse ser hoje a reserva Rancho Jacaré, regularizada em 1977, processo no qual Alceu teve participação ativa. Ainda segundo Alceu Cotia, foi por esse motivo que ele registrou no seu relatório que a segunda aldeia ficava “distante cerca de 12 Kms, em direção oposta”. Oposta em relação à sede da fazenda Campanário, já que Rancho Jacaré fica posicionado a norte da sede da fazenda e Km 20 a sudeste. Seu grande desejo, expresso em entrevista concedida a membros do Ministério Público Federal era ver o Km 20 demarcado como terra indígena. Tal entrevista foi dada na forma de depoimento, sendo que na ocasião estavam presentes membros do MPF e da FUNAI, em sessão realizada em 26 de novembro de

2002. Na entrevista, Alceu Cotia Mariz fala de sua primeira viagem oficial pela FUNAI, que foi justamente para verificar a situação dos índios aqui descritos.

**Alceu** — A primeira viagem oficial foi determinada pelo mesmo professor Hélio Rocha. Ele assinou minha primeira portaria de viagem em 7 de novembro de 1972, para que eu visitasse os índios da Fazenda Campanário, um grupo Kaiowá, lá em Mato Grosso do Sul, que era, então, o sul de Mato Grosso. Chegou aqui uma denúncia da então 9a DR (Delegacia Regional), em Campo Grande, cujo delegado era o Coronel Clodomiro Bloise, de que a Fazenda Campanário estava solicitando à Funai que removesse os índios de lá. E ele mesmo já se manifestava: ‘Se serviram dos índios durante tanto tempo e, agora que não serviam mais, queriam colocá-los para fora’. Eu mostrei ao diretor e disse: ‘Olha, esse é um caso complicado. Então você se propõe a ir lá para verificar a situação’. E assim foi minha primeira viagem. Esses índios que estavam na Fazenda Campanário correspondem à comunidade que hoje vai ser identificada com a Terra Indígena Barreiro Guassú. Eu espero que os documentos e as fotos que tirei das aldeias que estavam instaladas na Fazenda Campanário sirvam como reforço de argumento para o Grupo Técnico que for identificar Barreiro Guassú. E não só as fotos que tirei! Eu ainda estou vivo para atestar que havia famílias Kaiowá dentro da Fazenda Campanário desde aquele tempo.”  
[http://www.funai.gov.br/ultimas/e\\_revista/depoimento/depoimento\\_alceu.pdf](http://www.funai.gov.br/ultimas/e_revista/depoimento/depoimento_alceu.pdf) acessado em 08.01.2014

Infelizmente Alceu já é falecido, mas aqui seguem as fotos que tirou em 1972, quanto esteve na comunidade de Km 20.

Legenda com a numeração e uma pequena descrição das fotos:

### **Fotos retiradas pelo antropólogo Alceu Cotia Mariz em 1972**

**Foto 01** - O jipe em que o antropólogo Alceu Cotia Mariz e o Coronel Clodomiro Bloise, então delegado da 9ª DR/FUNAI sediada em Campo Grande, se dirigiram até a área em questão. Segundo Alceu Cotia, Valério Ribeiro seria a pessoa que aparece em pé, com camisa branca, ao lado do jipe, conversando com o motorista.

**Foto 02** - A equipe da FUNAI conversa com empregados da Fazenda, sendo observados por crianças indígenas.

**Foto 03** - Mostra as condições de tráfego na estrada que levava até as habitações indígenas. No horizonte, nota-se que a área ainda dispõe de mata.

**Foto 04** - Mostra habitações indígenas e o pátio da casa, de onde as mulheres e crianças observam os visitantes.

**Foto 05** - Crianças indígenas, chamam a atenção pelo aspecto saudável, residências e ao fundo a floresta.

**Foto 06** - Novamente o índio Valério Ribeiro, cercado de crianças. O indígena adulto que aparece na foto seria cunhado de Valério, segundo os indígenas mais velhos aos quais mostrei a foto.

Foto - 01 (EM 16/11/1972)



Foto - 02 (EM 16/11/1972)



Foto-03 (EM 16/11/1972)



Foto-04 (EM 16/11/1972)



Foto - 05 (EM 16/11/1972)



Foto - 06 (EM 16/11/1972)



Figura 24 – Fotos da viagem de Alceu Cotia ao Km 20 em novembro de 1972.

Os desencontros nos encaminhamentos do Processo revelam a falta de clareza no cumprimento da política indigenista oficial, aparecendo propostas de soluções variadas e contraditórias. Alguns encaminhamentos realizados no âmbito local contrariam orientações da direção central do órgão indigenista em Brasília. Em 11 de abril de 1973, o Assistente do Diretor do Departamento Geral de Planejamento Comunitário da FUNAI, Rubens Auto da Cruz Oliveira, decide que “deve-se afastar qualquer cogitação de se retirar os índios da área”, mas em 10 de agosto de 1973, o Chefe de Posto de Posto Indígena Caarapó, Dilermando Silva, constata, em duas viagens que realizou ao local, que a Fazenda Campanário desmatou a área, e que “brevemente nesse local será uma grande invernada e tudo o que eles (os índios) fizerem será destruído pelos animais”.

  
MINISTÉRIO DO INTERIOR  
**FUNDAÇÃO NACIONAL DO ÍndIO**  
FUNAI

Ref.: Proc. FUNAI/BSB/2647/72

Proc. FUNAI 4354/72  
Fls. 153  
2647/72  
Proc. B. 1487  
Fls. 1487  
Rubrica

Senhor Diretor do DGPC,

No presente processo, o Senhor Roberto de Rezen de Barbosa, diretor da Companhia Agrícola e Pastoril Campanário, solicita (à fl. 3) a retirada de um grupo de índios, que vivem em terras da Fazenda Campanário, de sua propriedade.

O Documento foi encaminhado à apreciação deste Departamento, pelo Delegado da 9ª DR, com as seguintes apreciações:

- a) os índios são da família Kaiwá;
- b) há muito estão fixados naquela área, sem jamais terem recebido assistência dos órgãos oficiais de proteção ao índio;
- c) que as declarações do diretor da fazenda, demonstram não ter ele a mínima noção do que sejam os índios;
- d) que os demais índios Kaiwá dos outros postos e aldeias do sul de Mato Grosso, "não os aceitam em suas aldeias, por falta de entendimento mútuo";
- e) que uma das soluções para o problema, seria o aproveitamento dos índios por aquele fazendeiro, como mão-de-obra assalariada;
- f) que é estranha a proposta do fazendeiro para a retirada dos índios, sem antes solicitar que a FUNAI os ajudasse, no próprio local (terras de que são únicos e legítimos donos).

Procurando melhor se capacitar sobre o problema, o DGPC enviou à área o antropólogo Alceu Cotia Mariz, que apresentou

*RM*



MINISTÉRIO DO INTERIOR  
FUNDAÇÃO NACIONAL DO ÍNDIO  
FUNAI

Proc. 157/264/72  
Piso: FUNAI 43948  
-2- Fls. 158  
Rubrica

o resultado de seu trabalho à fls. 9 a 12, do presente processo. Por este trabalho se conclui:

1. os índios vivem naquela área desde, pelo menos, o ano de 1905, data em que o Capitão Valério diz ter nascido naquele local, isto é, há 68 anos;
2. já se encontravam há muito tempo no local, quando lá se estabeleceu a Companhia Mate Laranjeira, em 1927, há 46 anos, portanto;
3. as terras passaram, sucessivamente, das mãos da Mate Laranjeira, para as do suposto príncipe polonês Sang Hust, vindo por fim a ser adquiridas pelos seus atuais proprietários, em 1971;
4. em nenhuma destas transações foi levada em conta a situação dos índios (tradicionais ocupantes daquelas glebas), nem qualquer dos órgãos oficiais de proteção aos índios interferiu de qualquer modo a favor deles;
5. os Kaiwá vivem em duas aldeias, distantes da sede da Fazenda Campanário respectivamente 36 e 12 km, tendo a primeira (Capitão Valério) cerca de 80 habitantes e a segunda (Capitão Hilário) 30, dando um total de cerca de 110 índios, que não recebem qualquer assistência da FUNAI;
6. é esta população que os proprietários da Fazenda Campanário desejam seja deslocada para outra área;
7. note-se que o Antropólogo do DGPC apurou que a produção da fazenda (arroz, milho, soja, amendoim, gado e leite) é bastante limitada, destinando-se apenas para o consumo interno, o que sugere a possibilidade da fazenda se destinar tão somente ao creio.

Proc. 169 / 2647/72  
Pl. 169 / 4354/72  
Pisc. 3 / 158  
Fls. 158

Em vista do exposto, apresentam-se as seguintes questões, pendentes de solução:

1. TERRAS

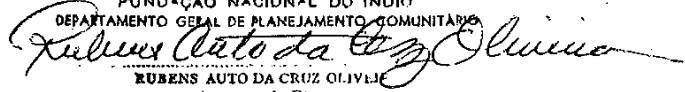
- a) seria conveniente fosse o problema estudado pelo DGPI e pela Procuradoria Jurídica, pois parece pacífico o direito dos índios sobre as mesmas;
- b) deve-se afastar qualquer cogitação de se retirar os índios da área, pelo menos no momento, mesmo porque as outras aldeias Kaiwá não os aceitariam, nem tampouco eles concordariam com este deslocamento;

2. ASSISTENCIA

- a) dependendo da solução que se encontrar para a questão das terras, deverá ser estudada a conveniência da criação de um posto indígena na área, pois o número de índios que ali vive (130), assim o justifica;
- b) enquanto essa medida não for tomada, as aldeias dos Capitães Valério e Hilário, devem ser incluídas no roteiro da EVS da 9ª DR;
- c) interferência da Delegacia Regional, por intermédio do posto indígena mais próximo (parece ser o PI Caarapó) nas relações de trabalho dos índios com os fazendeiros (inclusive da Fazenda Campanário) a fim de que não sejam por eles explorados ou ludibriados.

Ao que parece, Senhor Diretor, são estas, salvo melhor juízo, as medidas imediatas mais adequadas e urgentes a serem adotadas.

RA/fcb

Brasília, 11 de abril de 1973.  
FUNDAÇÃO NACIONAL DO INDÍGENA  
DEPARTAMENTO GERAL DE PLANEJAMENTO COMUNITÁRIO  
  
RUBENS AUTO DA CRUZ OLIVEIRA  
Assistente do Diretor



MINISTÉRIO DO INTERIOR  
FUNDAÇÃO NACIONAL DO ÍNDIO

— 9ª. DR — Posto Indígena Caarapó

Em 10 de Agosto de 1973

N/E nº 31/73

Sr. Cel. Clodomiro Bloise  
Delegado Regional da 9ª. D.R.  
Campo Grande-Mt.

9847/72  
4354/73  
Proc. FUNAI  
Fls. 157  
Rubrica

A fim de poder prestar informação no processo Funai/BSB/2647/72, com referencia sobre os Índios agrupados na Fazenda Campanário, visitei aquela Fazenda duas vezes sendo que a primeira somente encontrei o Administrador que nada pode me informar porque o Gerente não estava. Na segunda visita, encontrei os dois, Administrador e Gerente abordei o assunto solicitado no referido Processo, prontificaram de remeter para este Posto hoje sem falta, até a meia tarde ainda não recebi nada. Ficaram de remeter um croquis da área comprada por eles da Firma Mate Jaraíjeira em cuja área se acham os Índios agrupados. Visitei os arupamentos e verifiquei que toda a área já foram roçadas e derrubadas pela Fazenda numa extensão de mil alqueire ou seja duas mil e quinhentas hectares de mata ficando portanto os Índios sem caçadas seus meio de sobrevivência porque lavoura eles não tem. O Capitão Cassiano deste Posto, convidou a todos para virem morar neste Posto a fim de receber assistência, saúde, educação e lavoura, ficaram propenso em aceitar uma vez a Fazendo lhe dando uma pequena indenização para início de construção de suas nova casa. Falei com o Gerente, este se prontificou a dar a ajuda pedida em roupa, coberta alimentação e transporte para aqueles que desejarem ir para este Posto com a finalidade de não mais voltar aquela Fazenda para moradia sim como trabalhador com empreiteiros. Em vista disso encareço me informar se devemos aceitar tal solução. Embora que eu acho viável, porque já mais esses Índios terão liberdade aonde se acham. Porque brevemente nesse local será uma grande internada e tudo que eles fizerem será destruído pelos animais. - Informo ainda que a escritura da compra dessa área se acha registrada em Ponta Pora -Mt.-

Atenciosamente

AGUARDAR O PROCTIVO.

13/08/73

*[Assinatura]*

*[Assinatura]*  
Chefe do P.I. Caarapó

Figura 25 – Documentos do processo administrativo de reconhecimento da terra indígena Km 20, datados de 1973

Finalmente, em 24 de setembro de 1973, pouco menos de um ano desde o momento em que foi escrita a carta do diretor/proprietário da fazenda (04/10/1972), o Chefe do Departamento Geral de Planejamento Comunitário da FUNAI, Demócrito Soares de Oliveira, decide pela demarcação da terra, propondo como limite o quarto arroio, delimitado por uma linha reta até o rio Amambai, já que o outro extremo seria delimitado pelo córrego Piratini. O processo é, então, encaminhado à Cartografia da FUNAI para as providências cabíveis. Reproduzo os documentos a seguir:

  
MINISTÉRIO DO INTERIOR  
FUNDAÇÃO NACIONAL DO ÍNDIO  
FUNAI

Proc. FUNAI 4384/72  
164  
2647/72  
Rubrica

*Assnt. Rubens*  
*Para enterar a apuração de*  
*Superfície o respectivo*

17/9/73  
FUNDAÇÃO NACIONAL DO ÍNDIO  
DEPARTAMENTO GERAL DE PLANEJAMENTO COMUNITÁRIO  
*[Assinatura]*  
DELMONTE SOARES DE OLIVEIRA  
Diretor

Ref. Proc. nº FUNAI/BSB/2647/73

Senhor Diretor do DGPC;

Trata o presente processo de pedido do Senhor Roberto Rezende Barbosa, Diretor da Companhia Agrícola e Pastoril Campanário, para que a FUNAI retire da área de sua fazenda, cerca de 76 (setenta e seis) índios Kaiwá, que ali vivem.

Para apurar os fatos, o DGPC enviou àquela área, em 1972, um Antropólogo da DEP, que registrou entre outras coisas, o seguinte:

1. um dos índios mais idosos da aldeia, o Capitão Valério, nasceu em 1905, já naquele local;
2. em 1927, quando a antiga proprietária a fazenda (a Companhia Mate Laranjeira), construiu a sede da Fazenda Campanário, os índios Kaiwá já ali viviam;
3. quando a atual proprietária adquiriu a Fazenda, em 1971, sabia da existência nela de aldeias indígenas.

Uma vez que aqueles índios jamais pagaram aos sucessivos proprietários da fazenda, arrendamento, foro, aluguel ou qualquer outra forma de contribuição financeira, conclui-se que, mesmo que não estivessem amparados pelo Art. 198 da Constituição Federal, teriam seus direitos assegurados pelo usucapião, pois ali vivem há, pelo menos 46 (quarenta e seis) anos (se considerarmos, apenas a data da construção da sede da Fazenda Campanário - 1927).

  
MINISTÉRIO DO INTERIOR  
**FUNDAÇÃO NACIONAL DO ÍNDIO**  
FUNAI

Piso FUNAI 4354/77  
Fls. 168  
Subs. 23  
R. S.

Desta forma, seria conveniente a adoção das seguintes medidas:

1. encaminhamento do processo ao DGPI, para que estude o desmembramento de uma área da Fazenda Campanário, que poderia ser limitada pelo 4º Arroio e por uma linha reta (norte-sul), partindo da cabeceira deste Arroio, até encontrar o rio Amambai;
2. encaminhamento posterior à Procuradoria Jurídica, para que estude as medidas legais para a solução do problema;
3. finalmente, encaminhamento à Superintendência Administrativa para decidir sobre uma das seguintes opções:
  - a) subordinação da aldeia Campanário ao PI Caara pó, do qual dista cerca de 36 kms;
  - b) criação do PI Campanário, subordinado à 9ª DR.

Brasília, 24 de setembro de 1973

RA/mz

FUNDÇÃO NACIONAL DO ÍNDIO  
DEPARTAMENTO GERAL DE PLANEJAMENTO COMUNITÁRIO  
*Rubens Auto da Cruz Oliveira*  
RUBENS AUTO DA CRUZ OLIVEIRA  
Assistente do Diretor

*De acordo*  
*Encaminhado ao DGPI*

25/9/73  
FUNDÇÃO NACIONAL DO ÍNDIO  
DEPARTAMENTO GERAL DE PLANEJAMENTO COMUNITÁRIO  
*Demócio Soares de Oliveira*  
DEMÓCIO SOARES DE OLIVEIRA  
Diretor

*A Cartografia*  
*Para análise.*  
*Em 26/9/73.*

*Ady. Paulo de Souza Lima*  
Diretor Substituto

Figura 26 – Documento da FUNAI (1973) autorizando a criação da Terra Indígena Km 20

O caso aqui tratado demonstra, de forma cabal, a tarefa praticamente impossível que foi o reconhecimento de terras kaioiwá e guarani, a partir do momento em que o SPI demarcou as oito áreas antigas e constitui-se o acordo tácito que deu por resolvida a questão da regularização de terras. O processo gerou uma série de encaminhamentos alguns contraditórios, outros complementares entre. Destacamos: 1) "o aproveitamento dos índios por aquele fazendeiro, como mão-de-obra assalariada"; 2) a transferência dos índios para a reserva de Caarapó, mediante indenização para a construção de novas casas; 3) a proposta do capitão indígena da reserva de Carapó (Cassiano) de receber os indígenas naquela reserva; 4) solicitação do "desmembramento de uma área da Fazenda Campanário", ou seja, criação de nova reserva indígena; 5) "criação do P.I. Campanário", que nunca veio a se efetivar. A terceira solução foi a acatada pelo Diretor do Departamento Geral de Planejamento Comunitário, Sr. Demócrito Soares de Oliveira em 25/09/1973, que encaminhou o Processo para a Procuradoria Jurídica e o Setor de Cartografia implementarem as decisões.

Cabe observa que mesmo com os desencontros nos encaminhamentos e dificuldades de comunicação e locomoção na época, o processo tramitou rápido e um ano depois da carta inicial do diretor da fazenda, já estava tomada a decisão de criação de uma terra indígena no local, ao que tudo indica, graças ao empenho pessoal de antropólogo Alceu Cotia Mariz. Seu relatório foi enfático quanto à necessidade de buscar uma solução que não implicasse na retirada dos índios do local. Em comunicação pessoal ele informou ao coordenador do Grupo Técnico que se empenhou muito para a conclusão dos trâmites administrativos da demarcação do Km 20, justificando as dificuldades de negociar a tramitação, num período de forte militarização da FUNAI.

Entretanto, nada foi feito e o processo continuou sem nenhuma providência. Em 04 de setembro de 1975 apareceu, no processo, o despacho de Laioa Mattar e Rodrigues, Chefe da Divisão de Registro Patrimonial – D.G.P.I., encaminhando o processo ao Departamento Geral de Atendimento Comunitário, com os seguintes dizeres: “Sr. Diretor, Este processo foi encontrado num arquivo da Cartografia desta Divisão sem nenhuma medida tomada. Hoje ele é do interesse do DEP na pessoa do antropólogo Alceu Mariz. Solicitamos o encaminhamento ao DOPE”.

Proc. FUNAI 4394/73 fls. 24  
 Rubrica: *[assinatura]*

Dr. Diretor,

Este processo foi encaminhado para  
 arquivo da Cartografia desta divisão sem  
 nenhuma medida tomada. Hoje ele é de  
 interesse de DEP na pessoa do antropólogo  
 Alceu Mariz.

Solicitamos o encaminhamento ao  
 DEPE.

04.9.75

*Ala Mattar e Rodrigues*  
 Chefe da Divisão de Registro Patrimonial - D.G.P.L.

A DEP tendo em vista  
 a informação supra.

DEPE 05/08/75  
 MINTER - Fundação Nacional do Índio  
 Departamento Geral de Planejamento Comunitário  
*[assinatura]*  
 JOSÉ LUIZ L. MELLO  
 Diretor Substituto  
 Portaria n.º 652/P

Figura 27 – Documento de tentativa de reconhecimento de Km 20

Novamente o processo chegou até as mãos de Alceu Cotia Mariz que, em 06 de novembro de 1975, tenta retomar seu andamento, como se vê no documento aqui anexado. Ele inclusive fez um arrazoado dos encaminhamentos anteriores. Mesmo assim, o processo permaneceu sem nenhuma providência.



MINISTÉRIO DO INTERIOR  
FUNDAÇÃO NACIONAL DO ÍNDIO  
FUNAI

4394/72  
P. 100  
Fls. 141  
Rótulo 32

INFORMAÇÃO Nº 34975 - DGPC

Ref.: Proc. FUNAI/BSB/2647/72

Senhor Chefe da DEP,

Solicitei novamente o presente processo por que fiquei sabendo que nenhuma providência havia sido tomada em benefício dos índios abandonados na Fazenda Campanário e já estava preocupado com a falta de notícias sobre os mesmos e do processo a seu respeito.

Como esclarecem o meu relatório às fls. 09 a 12 (foi a 1ª viagem que realizei a campo pela FUNAI) e o relatório do então Delegado da 9ª DR, Cel. Clodomiro Bloise com as fotografias anexas, fizemos uma viagem difícil e dispendiosa em pleno período de chuvas, procurando obter os dados que nos possibilitassem resolver a sacrificante situação de miséria, dependência e marginalização que atravessa aquela comunidade Kaiwá.

A este trabalho, foi posteriormente anexada uma importante informação do Chefe do PI Caarapó, Sr. Dilerma no Silva, datada de 10 de agosto de 1973, à fl. nº 18, denunciando a ação da Fazenda em derrubar matas onde os índios cavavam para construir grandes invernadas, notoriamente prejudiciais à vida dos índios. Acompanhou a denúncia um croquis da área da Fazenda Campanário (fl. nº 20).

Desde então, nenhuma outra medida foi tomada e, diante de tal quadro descrito e pelo tempo até hoje decorrido, penso que a situação dos indígenas deve estar muito séria, a não ser que os mesmos se tenham transferido por conta própria, para o PI Caarapó, conforme na época, foram convidados. De qualquer forma, não temos qualquer notícia e precisamos esclarecer o caso dentro da maior urgência antes que novos problemas surjam na área.



MINISTÉRIO DO INTERIOR  
FUNDAÇÃO NACIONAL DO ÍNDIO  
FUNAI

Pio. FUNAI 43374  
Fls. 273 172  
Rubrica. [assinatura]

- 02 -

Assim sendo, e tendo em vista as dificuldades orçamentárias próprias de final de exercício, sugiro que seja consultada a 9ª DR para, através de contato com a chefia do PI Caarapó, informe, COM A BREVIDADE QUE SE FAZ NECESSÁRIA, sobre as atuais condições em que sobrevive aquele esquecido grupo indígena.

Brasília, 06 de novembro de 1975.

*Alceu Cotia Mariz*  
ALCEU COTIA MAREZ  
Antropólogo

ACM/hg.

*De acordo. A consideração do Senhor Diretor, solicitando o encaminhamento à 9ª DR.*

*DEP, 6/11/75*

*Rubens Auto*  
(Resp. p/DEP)

*De acordo, A 9ª DR.*

*Solicitando urgente pronunciamento sobre a situação dos índios em 10/11/75*

FUNDAÇÃO NACIONAL DO ÍNDIO  
DEPARTAMENTO GERAL DE PLANEJAMENTO CC MUNITÁRIO  
*[assinatura]*  
G. OR. I. C. R. C. T. J. A. L. I. T. E. ZARUR  
Diretor do DGPC

Figura 28 – Documento da FUNAI (1975) com nova tentativa de ativar o processo de Km 20

A peça mais elucidativa do processo é o relatório de viagem do antropólogo Alceu Cotia Mariz, datado de 01/12/72. Não resta dúvida de que, no local, existia uma aldeia, pois uma população desse porte, com residência permanente, como evidencia o relatório, caracteriza uma comunidade ou *tekoha* kaiowá e guarani, de acordo com os padrões

demográficos tradicionais. O relatório do antropólogo faz menção a acusações de feitiçaria entre os índios, fenômeno típico da expressão de rivalidades entre distintas famílias indígenas ocupando áreas próximas. Este fenômeno é frequente nos *tekoha* que desenvolvem entre si relações de reciprocidade e hostilidade, responsáveis pelo dinamismo da vida social. Isto acontece porque, pelos padrões de organização social kaiowá e guarani, é necessário que uma comunidade-*tekoha* reúna parentelas, entre as quais são buscados os parceiros matrimoniais. Acontece de estes conflitos assumirem proporções incontroláveis, sendo a mais grave a acusação de feitiçaria, que implica na imposição da pena capital ao acusado ou, no mínimo, sua expulsão da comunidade, juntamente com seus parentes mais próximos.

Dessa forma, além das dificuldades de permanência das famílias indígenas no local, a partir da implantação das atividades agropastoris, a saída de parte das famílias poderia estar relacionada às dificuldades de convivência, como atesta a acusação de feitiçaria que consta no relatório do antropólogo da FUNAI. Como esclarecemos na Pare I do presente relatório, o aumento da incidência de doenças e mortes, provocadas pela presença de epidemias que se seguiram a maior proximidade das frentes de expansão agropastoris, foi forte fator de desagregação das comunidades.

Menciona ainda a existência de dois grupos ou parentelas de índios vivendo em comunidades próximas, a primeira chefiada pelo capitão Hilário e a segunda pelo capitão Valério. O antropólogo Alceu Cotia Mariz, que, em 2001, era chefe do departamento de antropologia da FUNAI em Brasília, o mesmo que esteve na área em questão em 1972, informou ao coordenador do presente Grupo Técnico, que um grupo de famílias lideradas pelo capitão Hilário teve sua terra reconhecida e demarcada em 1977. Isto ocorreu através de acordo com os proprietários da fazenda, que doaram para a União as terras ocupadas pelos índios. Desde então, esta área é denominada de reserva Rancho Jakaré. Em 2002, Alceu informou, ainda, que o segundo grupo de famílias indígenas, liderado pelo capitão Valério, não teve suas terras demarcadas por falta de conclusão nos encaminhamentos administrativos da FUNAI. Como se pode ver, nos despachos e relatórios aqui reproduzidos, o processo administrativo foi interrompido pouco mais de um ano após ter sido iniciado. Naquele momento a comunidade já estava muito fragilizada, condição acentuada pela a morte de seu líder Valério, o que deve ter facilitado a provável dispersão das famílias indígenas.

Em 1972 não existiam os procedimentos e diretrizes estabelecidos no Art. nº 231 da Constituição Federal de 1988, no Decreto nº175 de 08 de janeiro de 1996 e na Portaria MJ n.º 14 de 09 de janeiro de 1996, embora, já naquela época, a FUNAI tivesse a obrigação legal de

defesa dos direitos indígenas sobre as terras que ocupavam, como destacam os procedimentos administrativos do próprio processo envolvendo a comunidade do Km 20.

Na atualidade, famílias originárias da comunidade de Km 20, vivem nas Terras Indígenas Caarapó, Amambai, Rancho Jakaré e Guaimbé. As relações genealógicas e as histórias de vida revelaram vínculos dos atuais índios com o capitão Valério, descrito no relatório do antropólogo Alceu Cotia Mariz. Entre os atuais remanescentes, índios com mais de 40 anos afirmam ter nascido na terra de ocupação tradicional, de onde as famílias começaram a sair por volta de 1970, sendo que, em 1973, teria ocorrido a saída forçada das últimas famílias, projeção feita a partir da idade das pessoas que afirmam ter nascido no local.

Foi reunindo esses índios remanescentes do grupo do capitão Valério que Alcindo Flores, atual líder da comunidade, tentou, por duas vezes, reocupar a área do Km 20. Estive com Alcindo Flores por várias vezes na reserva Guaimbé, onde atualmente reside com um grupo de cinco famílias nucleares, composto pelos parentes próximos de sua esposa. Alcindo, hoje com 51 anos, afirma ter nascido em Km 20 e abandonado o local com cerca de cinco anos, quando seus pais passaram a viver do trabalho volante em outras fazendas da região, antes de se recolherem na reserva indígena de Dourados, onde viveram por vários anos. Suas lembranças do local são compostas principalmente a partir dos relatos dos mais velhos, especialmente dos parentes de sua esposa com os quais desenvolve uma relação mais próxima. Deduz-se que, quando o antropólogo Alceu Cotia Mariz esteve em Km 20, o processo de expropriação da terra já estava em curso e muitas famílias já teriam se retirado do local.

Estive nas reservas de Caarapó, Amambai, Rancho Jakaré e Guaimbé, visitando os remanescentes do grupo de famílias lideradas, no passado, pelo capitão Valério, sempre acompanhado de Alcindo Flores. É notório o reconhecimento atual de sua liderança entre estas famílias, encarregado de viabilizar o retorno ao Km 20. Consideram-se originários desse local e, portanto, legítimos proprietários, já que foi o *tekoha* de seus antepassados. O apoio maior que Alcindo recebe é dos parentes de sua esposa que com ele vivem na reserva de Guaimbé, todos descendentes do capitão Valério. As famílias que vivem nas Terras Indígenas de Rancho Jakaré, Caarapó e Amambai têm com Alcindo uma relação menos frequente, devido à distância e por serem descendentes de outras parentelas, que dispõem de lideranças próprias.

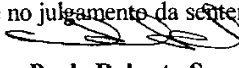
Faz mais de uma década que Alcindo Flores lidera as famílias que reivindicam a demarcação de Km 20. Ele me forneceu cópia de um documento datado de 10 de novembro

de 2000, assinado por representantes legais da FUNAI em Brasília, que assumiram o compromisso de criar um Grupo Técnico para realizar os estudos de identificação daquela área. O documento estabelece que a "Terra Indígena URUCUTY, localizada no município de Laguna", ou seja, a área em questão, seria a segunda na lista de prioridade da FUNAI. A comunidade teve que esperar quase uma década até que tais estudos se iniciassem. O documento prometia criar o Grupo Técnico até maio de 2001, o que efetivamente não aconteceu. O documento reproduzido a seguir, e os documentos discutidos nas páginas anteriores, demonstram o quanto a comunidade foi prejudicada durante décadas pela impossibilidade de atuação da FUNAI, no cumprimento de suas obrigações legais.

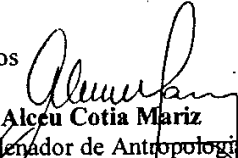


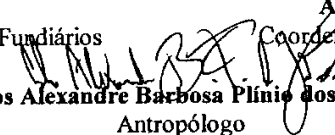
MINISTÉRIO DA JUSTIÇA  
Fundação Nacional do Índio

Aos dez dias do mês de novembro de dois mil, na sala da Diretoria de Assuntos Fundiários, reuniram-se as lideranças indígenas Guarani Kayowá do Estado do Mato Grosso do Sul, enumerados a seguir : Guiraroká, Urucuty, Maracaí, Gua-y-viri, Samakuã, Kokue-i, Sombreiro, Ka'ajari, na presença do Diretor de Assuntos Fundiários, Paulo Roberto Soares; Diretor Substituto, Reinaldo Florindo; Coordenador de Antropologia, Alceu Cotia Mariz e Antropólogo, Carlos Alexandre Barbosa Plínio dos Santos, para tratarem dos assuntos relacionados a questões fundiárias de suas respectivas terras. Após discussão da matéria, ficou acordado entre as lideranças e a Diretoria de Assuntos Fundiários o seguinte cronograma para encaminhamento dos estudos antropológicos de acordo com as prioridades estabelecidas pelas lideranças para as terras a serem identificadas : 1ª Prioridade – Terra Indígena GUIRAROKÁ, localizada no município de Caarapó, com estudos preliminares já realizados. Durante o mês de fevereiro/ 2001, será constituído um Grupo Técnico (GT) para delimitação de seu perímetro; 2ª Prioridade – Terra Indígena URUCUTY, localizada no município de Laguna. Constituir Grupo Técnico (GT) para identificação desta terra até o mês de março/2001; 3ª Prioridade – Terra Indígena MARACAÍ, localizada no município de Iguatemi. Constituir Grupo Técnico (GT) para maio/2001; 4ª Prioridade – Terra Indígena GUA-Y-VIRI, localizada no município de Ponta Porã. Constituir Grupo Técnico (GT) para junho/2001; 5ª Prioridade – Terra Indígena SAMAKUÃ, localizada no município de Amambai. Constituir Grupo Técnico (GT) para agosto/2001; 6ª Prioridade – Terra Indígena KOKUE-I, localizada no município de Ponta Porã. Constituir Grupo Técnico (GT) para agosto/2001; 7ª Prioridade – Terra Indígena SOMBRERITO, localizada no município de Sete Quedas. Trabalho preliminar em andamento pelo antropólogo Celso Aoki, que deverá fazer a entrega do Relatório à FUNAI até o final de novembro/2000. Constituir Grupo Técnico (GT) para identificação e delimitação até agosto/2001; 8ª Prioridade – Terra Indígena KA'AJARI, localizada no município de Amambai. Trabalho preliminar em andamento pelo antropólogo Celso Aoki, que deverá fazer a entrega do Relatório à FUNAI até o final de novembro/2000. Constituir Grupo Técnico (GT) para identificação até setembro/2001. 8.2) Terra Indígena ARROIO CORÁ, localizada no município de Paranhos. Trabalhos preliminares em andamento pelo antropólogo Celso Aoki. Constituir Grupo Técnico (GT) até o mês de setembro/2001. Com relação a Terra Indígena TAQUARA, os trabalhos já foram concluídos. Após a entrega do Relatório pela antropóloga Themis Quezado Magalhães, a FUNAI providenciará a sua publicação em cumprimento ao Decreto nº 1775/96, para, decorridos os prazos de contestação e resposta, encaminhá-la para edição da Portaria Declaratória pelo Senhor Ministro da Justiça. Referente a Terra Indígena PANAMBIZINHO, que aguarda decisão judicial, uma vez ter sido concluída a perícia antropológica há cerca de um ano, a FUNAI solicitará ao MM. Juiz responsável a devida prioridade no julgamento da sentença.

  
**Paulo Roberto Soares**  
Diretor de Assuntos Fundiários

  
**Reinaldo Florindo**  
Diretor Substituto de Assuntos Fundiários

  
**Alceu Cotia Mariz**  
Coordenador de Antropologia

  
**Carlos Alexandre Barbosa Plínio dos Santos**  
Antropólogo

**Figura 29 – Documento da FUNAI (2000) com se comprometendo a identificar Km 20 (Urucuty)**

Mas a militância de Alcindo Flores começou ainda na década de 1990. Em documento protocolado na administração da FUNAI em Amambai, em 20.11.97, ele se apresenta como líder, esboça um mapa da área e apresenta dados sobre antigos moradores.

[illegible]

mi charma - so Flainda  
flore.

ase gai hai kiko

essa documento pra saber  
Bem

Eu que segui essa aldeia  
k/m 20

Prinzeiro Dharma - se ch...

Dopo troccan Nome del

[illegible]

2174 REC. EM 20-11-97

GLVO 1 F 21

pão vilhoso saíu inteiro  
e quando fôrta capitão  
bra capiteo não se quis  
calor de vento  
assegure manneis inteiros  
pa del tudo chamando  
esse que papel do mundo  
Tudo João Vilhoso  
Judeu madio ca plantado  
Didou na roça Dilecto  
a casa nisto plantado  
tambem porque ja que  
ja mantem mais  
pessoa e João Vilhoso  
sem filhos  
que historia na aldeia  
vinte e cinco ta

156

Em 26.11.1999 ele protocolou novo documento endereçado ao administrador Pedro Franco, pedindo providências e apoio para reocupar a terra reivindicada. Nesse mesmo ano fizeram uma tentativa de recuperação da posse, mas foram, imediatamente, expulsos.

Esse qui pamea padeo pamea esse documento  
 ... Pedimo aqui admistração pame mi acompa  
 ali no yutuque - p' pedimo pro voce tambem  
 chamado - Joxig calique alduia atarepo  
 pame acompa pame Kuzo KASique de amonboi  
 ai a ma muniade do Aldeafinho  
 Sim voce nao tem o seu. Vici ai Vamo xamina  
 Politi pame mameo campas e tambem Kacique  
 o Jaquapiry o tambem bon pro chama pame  
 mai p' turo. Agoro Vamo avisa a dimes  
 p' mika pame turo sul Eu pedimo pro ela  
 pro avisa s'otobasica e tambem ela  
 tem que p'mando go alio Diz pame avitura  
 pame levar pame ali no p'imento go  
 pame agoro Vae temas p'vincencia  
 Si Vae lo pame tem que comer ne p'edro  
 Sim Vim s'otobasica tem que levo pame  
 grande pro cozimha pame p'ocad  
 at pame devoto dimes Nosso visitante  
 e tambem avitura Vamo recolher quem  
 que mame levo no p'edro Eu que pedimo aqui  
 nome go grosso do sul Parahim acompa

|                                    |                 |
|------------------------------------|-----------------|
| Protocolo FUNAI / AER Amambai - MS |                 |
| Nº 1775                            | REC EM 26.11.99 |
| REG. LIVRO 02                      | FLS 07          |
| 12                                 |                 |

Flaindo Flore.

Figura 31 – Documento dos índios (1999) solicitando providências da FUNAI.

Em 08.11.2000, após serem expulsos, Alcindo Flores encaminhou novo pedido ao presidente da FUNAI, solicitando a demarcação e ameaçando realizar nova tentativa de recuperação da posse.

08-11-00  
Excelentíssimo senhor presidente da Funai Le  
Brasília D.F. Através deste documento nós  
comunidade do aldeia yukuty viemos solicitar  
a sua estadia porque nós índio vamos ocupar  
o nos aldeia yukuty novamente porque nós comunidade  
nós sabemos que nós temos a nossa aldeia yukuty  
por que os índio e por isso nós presidente do Funai  
estamos pedindo o seu apoio. nós queremos que  
o senhor realize o nosso aldeia yukuty  
Eu pedindo pro voce o senhor para identifica  
Nossa comunidade estamos pedindo para  
o senhor mandar identificar o nosso aldeia yukuty  
por que nosso vai para ocupar o nosso aldeia novamente  
por que nós sabemos o nosso aldeia yukuty nós índio que  
estamos o, ficando no beiro do cidade e sabendo  
Nós estamos e que sabemos o nosso aldeia por isso  
e presidente do Funai D.F. Nós queremos saber  
e demarcar o nosso aldeia yukuty se o senhor  
se não mandar demarcar o nosso aldeia nós índio  
e guarani e kaiova vamos reunir 1 mil índio  
índio vamos fazer alto demarcação Nós sabemos que  
tem justiça para resolver e não está resolvendo para  
para que os índio Mato Grosso do Sul. e por isso  
pedimos seu apoio presidente do Funai de Brasília  
D.F. e o senhor nós apoiar nos agradecemos de  
dessejar.

Assino liderança

Figura 32 – Documento dos índios de 2000 solicitando providências da FUNAI

Exponho a seguir informações sobre as relações genealógicas e outros vínculos societários relacionados ao campo do parentesco. Na análise destes dados recorro, várias vezes, a informações oriundas das histórias de vida das pessoas envolvidas, a informações etnográficas registradas na bibliografia sobre o povo e a dados documentais. Em conjunto, esses procedimentos metodológicos permitem elucidar vários aspectos da questão.

Início com a análise da genealogia dos líderes. As pessoas mais velhas das comunidades de Km 20, recordam-se do nome de dois líderes que exerceram o papel de articuladores da comunidade, antes do capitão Valério Ribeiro. O mais antigo foi o capitão Luciano Ferreira, sucedido no cargo por seu filho Aquino Ferreira, ambos já mortos. Valério teria sucedido o capitão Aquino Ferreira. A memória retrocede, assim, por duas gerações de líderes antes de Valério Ribeiro, o líder que foi encontrado pelo antropólogo Alceu Cotia em 1972.

A profundidade genealógica nas sociedades indígenas das terras baixas da América do Sul dificilmente ultrapassa três gerações, ao contrário, por exemplo, do que acontece nas sociedades africanas, em que a lembranças das linhagens se estende por muitas gerações. No caso específico dos Kaiowá e Guarani, existe um esforço deliberado da sociedade para o esquecimento dos mortos, cuja lembrança pode ser perigosa para os vivos. Em poucos anos, os mortos se fundem à categoria genérica de antepassados, que engloba também os heróis míticos e divindades, habitantes do tempo antigo - *ymaguare*. Entre os Kaiowá e Guarani a exceção é feita, em certa medida, apenas para as principais lideranças, já que são importantes para a construção da memória social do grupo. A lembrança dos nomes dos líderes e dos estilos que utilizaram para organizar a comunidade tende a se preservar por mais tempo.

Alcindo Flores começou a aparecer como liderança em 1997, quando passa a encaminhar documentos e abaixo-assinados para que a FUNAI tome providências para o reconhecimento da terra que reivindicam. O grupo, por ele liderado, é composto por centenas de pessoas, espalhadas pelas Terras Indígenas de Dourados, Amambai, Rancho Jakaré, Caarapó e Guaimbé. Existem, ainda, outras famílias originárias do local, residentes nestas mesmas terras, com liderança própria e que também estão dispostas a retornar para Km 20, tão logo o acesso seja liberado. O retorno dessas últimas famílias será viabilizado por entendimentos entre as lideranças, dispostas a recomporem alianças políticas que replicam as alianças que seus antigos parentes estabeleceram no passado.

As famílias oriundas de Km 20, acampadas nas reservas de Guaimbé, Caarapó, Amambai, Rancho Jacaré e Dourados reclamaram da superlotação dessas reservas e do fato de serem tratados sempre como intrusos pelos moradores locais. Reclamaram também do abandono por parte das agências de governo, sem acesso até mesmo aos benefícios dos programas sociais. “Ninguém enxerga a gente, só sabem da gente quando fazemos reocupação” ou “somos discriminados dentro da própria reserva”, costumam reclamar as lideranças das comunidades mobilizadas para demarcação das terras indígenas. Nos casos de famílias acampadas dentro de reservas, elas se organizam enquanto comunidades políticas, o que sempre gera atritos com as lideranças do próprio local. Muitas lideranças de reservas apóiam as comunidades aí acampadas, mas esse apoio tem um alto custo político, pois as famílias mais antigas na reserva, e que detêm o poder político, sentem-se incomodadas com esses acampados, que passam a disputar os poucos recursos que adentram a reserva.

Os parentes de Alcindo, de sua geração, morreram quase todos, e ele diz possuir apenas alguns primos vivendo na reserva de Dourados. A sustentação maior para o cargo de chefia que ocupa vem dos parentes de sua esposa. De personalidade marcante, calmo, mas firme em suas decisões, exerce forte liderança entre seus parentes, descendentes diretos do capitão Valério e, hoje, a família mais numerosa da comunidade de Km 20. A sogra de Alcindo, Leonarda Aguero, 75, nasceu na casa grande comunal - *ogajekutu* do falecido capitão Aquino Ferreira, no tempo em que toda a parentela convivia nesse tipo de habitação. Os Kaiowá e Guaraní abandonaram esse tipo de construção a partir do contato mais próximo com a Companhia Matte Laranjeira, pois os paraguaios e demais regionais estranhavam esse tipo de convivência, discriminado como promiscuidade. Leonarda relata, com desenvoltura, as formas de sociabilidade característica desse tipo de habitação, despertando grande curiosidade nos jovens, que só conhecem essa realidade a partir de relatos dos mais velhos.

Durante a pesquisa de campo, realizei o levantamento de parentesco de algumas famílias originárias do Km 20. A coleta destes dados iniciou-se pela reserva de Guaimbé, entre as famílias que residem com Alcindo Flores. O líder indicou famílias residentes em outras localidades, mas que também seriam originárias de Km 20. Posteriormente, as entrevistas com os índios que residem nessas localidades se revelaram importante oportunidade de checar dados sobre a história do grupo de famílias envolvidas na reivindicação, além de trazer à tona novos acontecimento e nexos entre fatos acontecidos no passado. As genealogias e as histórias de vida evidenciaram as relações da comunidade de Km 20 com comunidades vizinhas, dispostas no mesmo território ou *tekoha guasu*. Os

diagramas foram organizados da seguinte forma: nome da pessoa, idade aproximada, local de nascimento, local de moradia atual. O foco está nas pessoas com mais de 25 anos, não aparecendo registros sobre a população mais jovem, pois a partir de 1972-3 as famílias deixaram o local e, dessa data em diante, nasceram em outras localidades.

Os diagramas, além de apresentarem uma espécie de radiografia parcial da população, permitem também discutir algumas características da organização social do grupo, tais como os modelos de casamento, os mecanismos institucionais de constituição das parentelas, dos grupos políticos e das ordens religiosas. Dessa forma, os diagramas são seguidos de comentários que remetem às características culturais. Em termos antropológicos, esses dados se revestem de significativa importância, na medida em que revelam os processos de construção da identidade da comunidade e do modo como ela se insere no sistema multiétnico regional.

Os Kaiowá e Guarani não contam a idade das pessoas de maneira cronológica, tal como realizamos em nossa sociedade. Na verdade, as pessoas são agrupadas em categorias geracionais ou grupos de idade, definidos de acordo com o tipo de inserção social e papéis desenvolvidos na convivência comunitária. Só recentemente passaram a lidar com o sistema cronológico de datação, manejado com dificuldade pelos membros mais velhos. Normalmente, as pessoas não lembram certas informações que dizem respeito a parentes mais distantes, principalmente os afins que não sejam corresidentes, ou seja, quando não interagem no dia a dia como um grupo de parentes, caracterizado por forte vínculo de solidariedade política. Informações sobre parentes que não compõem o mesmo grupo político são pouco relevantes do ponto de vista de seu sistema social, daí a necessidade de sempre considerar as relações de parentesco, em função da composição dos grupos políticos e de residência (Pereira, 1999 e 2004).

A situação de dispersão por várias reservas, onde vivem, atualmente, as famílias originárias das comunidades tratadas no presente relatório, dificulta que elas interajam no cotidiano, diminuindo a frequência e intensidade dos laços societários. Cada família procura se arranjar como pode, buscando construir alianças com famílias dos locais em que vivem, mesmo com aquelas que não tenham vínculos de parentesco. Buscam assim, tornar possível sua permanência dentro de reservas superpovoadas, cujos moradores locais estão propensos a tratar com hostilidade qualquer intruso que venha competir pelos poucos recursos disponíveis, em termos de acesso à terra e à assistência. Nas reservas mais densamente povoadas, nem sempre tais mecanismos sociais são suficientes para administrar tensões e conflitos

permanentes entre grupos políticos, resultando em altos índices de violência, como enfocados em partes anteriores do presente relatório.

Alcindo Flores, assim como outros líderes mobilizados em torno da reivindicação da demarcação das terras de ocupação tradicional de suas comunidades, entende que o retorno ao Km 20 seria uma maneira de reconstituir a vida comunitária e recompor formas de solidariedades danificadas. Isto implicaria em reunir novamente os parentes e retomar as rezas e rituais tradicionais. Afirmou com orgulho que "o que estraga mais a reserva é o crente, no meu grupo não tem crente, sempre nos juntamos para cantar nossas rezas". A seguir apresento alguns diagramas de parentesco:

#### Diagrama 01 - família de Valério Ribeiro

Valério Ribeiro é o índio kaiowá apontado como “capitão” do grupo de famílias encontradas pelo antropólogo Alceu Cotia, em seu relatório da vistoria ao Km20 no ano de 1972. Ele teve cinco filhos e teria falecido depois que as famílias deixaram o local, segundo os indígenas “de desgosto”. O grupo de apoio direto a Alcindo, no exercício do posto de liderança, é composto pelos descendentes de Florinda Duarte, irmã de Valério, também já falecida. Juntamente com outras famílias nucleares de parentes agregados ao grupo, formam uma pequena parentela de corresidentes, atualmente radicada na reserva de Guaimbé. Todos os indivíduos identificados por números e nomes (vivos e mortos) teriam nascido no Km 20 ou Urukuty, com exceção de alguns parentes por afinidade.

- 1- Cácio Ribeiro, 59, nasceu no Km 20 ou Urukuty e vive atualmente em uma fazenda como trabalhador temporário;
- 2- Hermo Ribeiro, falecido, nasceu no Km 20 ou Urukuty;
- 3- Lário Ribeiro, 51, nasceu no Km 20 ou Urukuty e vive atualmente em uma fazenda como trabalhador temporário;
- 4- Leoni Ribeiro, 61, nasceu no Km 20 ou Urukuty e vive atualmente na reserva de Amambai, é casada e tem filhos;
- 5- Agripina Ribeiro, falecida, nasceu no Km 20 ou Urukuty;
- 6- Sebastiana, data e local de nascimento ignorado pelos informantes;
- 7- Julia, data e local de nascimento ignorado pelos informantes;
- 8- Valério Ribeiro, falecido, teria nascido no Km20 ou Urukuty em 1905, segundo consta no relatório do antropólogo Aleceu Cotia Mariz; informação corroborada por seus atuais descendentes;
- 9- Petrona, esposa de Valério, teria nascido no Km 20 ou Urukuty, falecida;

- 10- Manuel Agüero nasceu no Km 20 ou Urukuty, falecido, cunhado e corresidente de Valério;
- 11- Florinda Duarte nasceu no Km 20 ou Urukuty, falecida, irmã de Valério;
- 12- Félix Cavaleiro nasceu no Km 20 ou Urukuty, falecido;
- 13- Leonarda Agüero, 81, nasceu no Km 20 ou Urukuty, é a mulher mais velha do grupo de corresidentes de Alcindo e profunda conhecedora da história do Km 20, sogra de Alcindo;
- 14- Gerônimo Cavaleiro, 55, nasceu no Km 20 ou Urukuty, vive em Caarapó, é cunhado de Alcindo;
- 15- Lurde Cavaleiro, 50, nasceu no Km 20 ou Urukuty, mulher de Alcindo;
- 16- Joaquim Cavaleiro, 58, nasceu no Km 20 ou Urukuty, vive na reserva de Amambai, é cunhado de Alcindo;
- 17- Alcindo Flores, 52, nasceu no Km 20 ou Urukuty, saiu aos cinco anos do Km 20, atual líder do grupo;
- 18- Vilso Flores nasceu no Km 20 ou Urukuty, falecido;
- 19- Catalina Loveira nasceu no Km 20 ou Urukuty, falecida;
- 20- Celcia Flores, 42 , nasceu depois que saíram do Km 20 ou Urukuty, vive na aldeia de Cerro Marangatu, onde é casada;
- 21- Carlos Castilho Ribeiro nasceu no Km 20 ou Urukuty, já falecido, é a pessoa mencionada no relato do ex-gerente da fazenda, Sr. Miguel Subtil, como o filho de Valério que o ajudava no trabalho como empreiteiro.

DIAGRAMA 01 - FAMÍLIA DO UNCEKIO

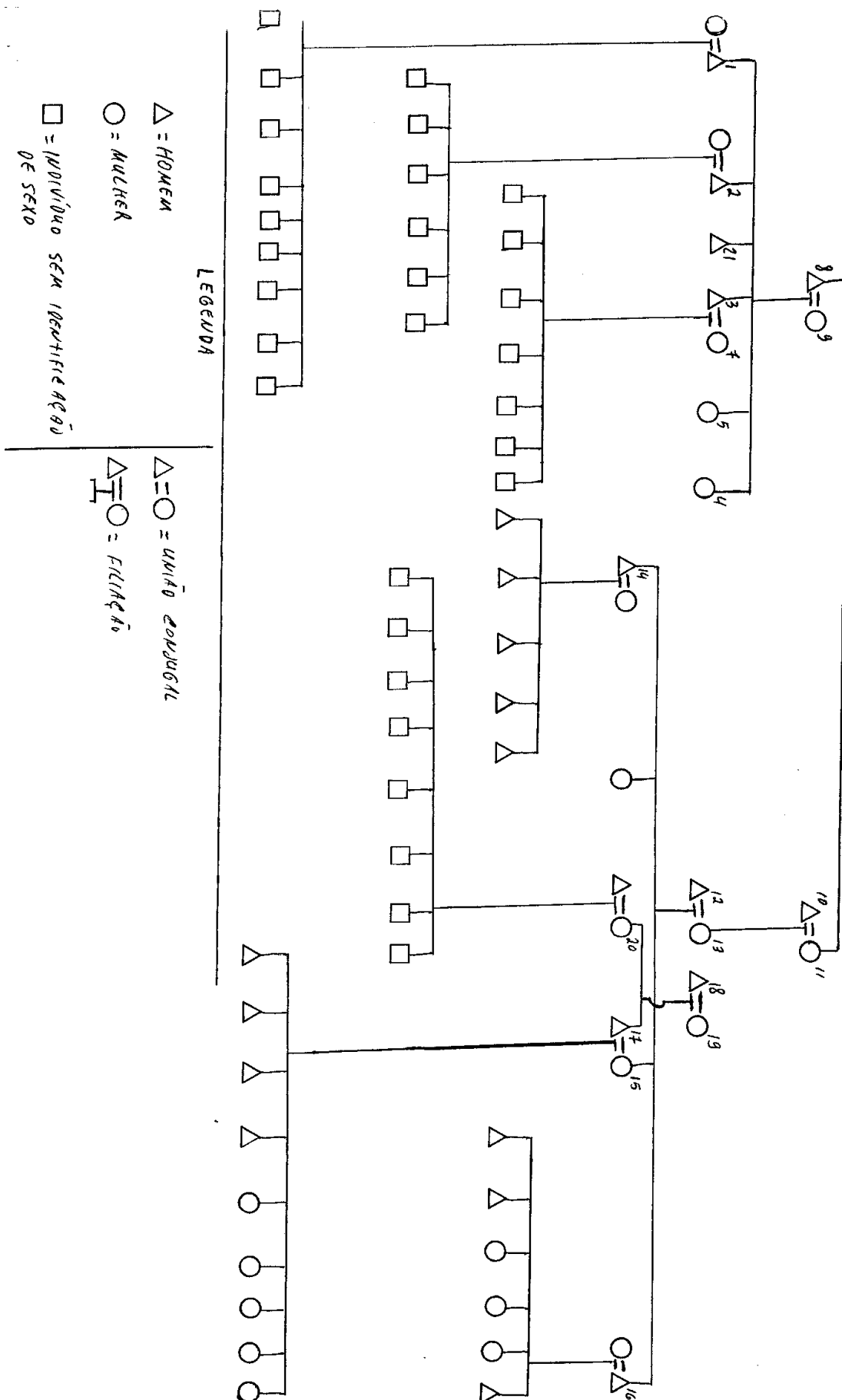


Figura 33 – Diagrama de Valério Ribeiro

### Diagramas 02,03 e 04 – Dispersão das famílias

Os diagramas 02, 03 e 04 evidenciam o processo de dispersão das famílias após a saída de Km 20. A maioria fez a opção de tentar se fundir temporariamente à parentela do cônjuge, num processo de assimilação dos membros da antiga comunidade por parentelas que se mantinham estruturadas nas reservas indígenas. Com a possibilidade de retorno da comunidade às terras de ocupação tradicional, a partir do surgimento da liderança de Alcindo Flores, ocorre uma inversão dessas relações, são os parentes por afinidade que agora buscam se inserir na comunidade de Km 20. A tendência é da comunidade de Km 20 incorporar novas famílias, ampliando a comunidade e aliviando o superpovoamento das reservas indígenas demarcadas pelo SPI entre 1915 e 1928.

#### Diagrama 02 - Família de José Luís Montana

- 1- Valêncio Montana, 79, nasceu em Km 20 ou Urukuty, vive em Caarapó como corresidente de Alcindo;
- 2- José Luís Montana nasceu e faleceu em Km 20 ou Urukuty;
- 3- Arcira Montana nasceu em Km 20 ou Urukuty e vive atualmente na reserva de Amambai;
- 4- Célia Montana nasceu em Km 20 ou Urukuty e vive atualmente na reserva de Sassoró;
- 5- Nego Montana nasceu em Km 20 ou Urukuty e vive atualmente na reserva de Dourados;
- 6- Delfina Escobar, 70, nasceu na reserva de Caarapó;
- 7- Marcelina Catelão nasceu na reserva de Amambai, onde vive atualmente, após o falecimento do esposo.

#### Diagrama 03 - Família de João Vilharva

A família de João Vilharva, 81, nasceu em Km 20 e vive hoje na reserva de Rancho Jakaré, é guacho<sup>29</sup> (filho adotivo), motivo pelo qual não aponta parentes sanguíneos de sua própria geração. Em seus relatos aparecem muitas informações sobre comunidades da região que, nas décadas de 1920 a 1940, sofreram grande depopulação por conta de epidemias de sarampo, gripe, varíola, catapora e tuberculose. Segundo relatou, “perdi os parentes porque morreram de doenças”.

- 1- Remio nasceu e morreu em Km 20;
- 2- João Villharva, 81, nasceu em Km 20 e vive atualmente na reserva de Rancho Jakaré;

---

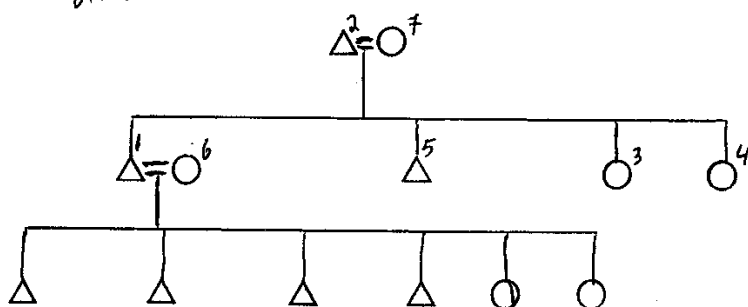
<sup>29</sup> Analiso a instituição da adoção entre os Kaiowá em texto publicado pela editora Global (PEREIRA 2002).

- 3- Antônio Vilharva, 65, nasceram Km 20 e mora na reserva de Rancho Jakaré;
- 4- Felipa nasceu em Km 20 ou Urukuty falecida, era sobrinha do "capitão" Valério, antigo líder das famílias que viviam em Km 20.

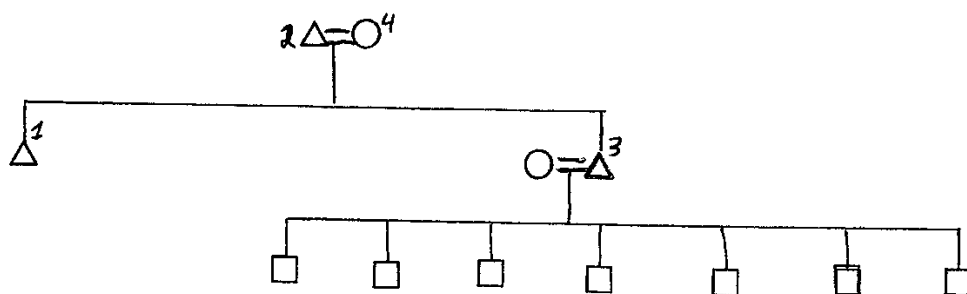
#### Diagrama 04 - Caraíxo Nunes

- 1- Caraíxo Nunes, 76, nasceu em Km 20 ou Urukuty, mas vive hoje na reserva de Guaimbé;
- 2- Bonifácia Quevedo nasceu em Guaimbé;
- 3- Garete nasceu e morreu em Km 20.

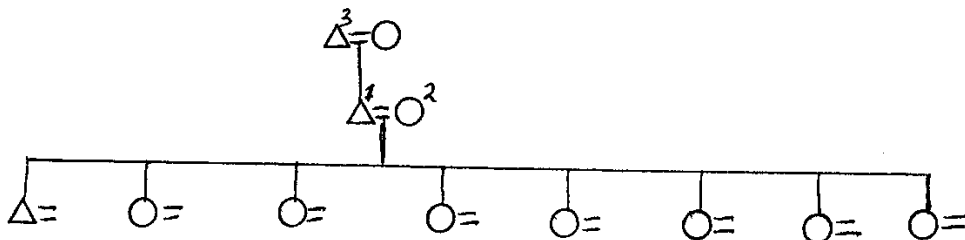
#### DIAGRAMA - 02 - FAMÍLIA DE JOSÉ LUIS MONTANA



#### DIAGRAMA - 03 FAMÍLIA DE JOÃO VILHARVA



#### DIAGRAMA - 04 CARAIXO NUNES



**Figura 34 – Diagramas de famílias de Km 20**

Obs: Em cada um dos diagramas se inserem muitos casamentos, filhos e netos. A população de Km 20 facilmente ultrapassa mil pessoas. A definição da população que efetivamente vai viver no local, após a efetivação da demarcação, vai depender de arranjo político entre parentelas e liderança. Dependerá

também da capacidade das agências indigenistas em assegurar as condições de produção da existência material e de recomposição do ambiente.

A comunidade de Km 20 demonstra grande convicção do retorno para a terra que reivindicam. A lembrança dos mais velhos identifica um tempo idílico, quando o território dispunha de muitos recursos naturais. Na memória indígena, tal tempo foi interrompido abruptamente pela chegada dos novos ocupantes, que expulsaram as famílias da comunidade e expropriaram a terra – *oguahêvo karaikuéra, omosarambipa*, dizem os Kaiowá e Guarani.

O relatório do antropólogo Alceu Cotia Mariz (1972) faz referência a carcaças e peles de animais encontradas nas casas dos índios, numa clara demonstração da importância econômica destas atividades naquele período. Hoje a presença de caça se restringe às áreas de matas ciliares ou reservas florestais e não suportariam a exploração continuada. Entretanto, a presença desses animais é muito valorizada porque é imprescindível para o desenvolvimento de determinadas atividades rituais e o contato com seres espirituais, guardiões das diversas espécies de animais silvestres – *mymba jára*. Entretanto, o retorno da comunidade à sua terra de ocupação tradicional exigirá que se desenvolvam novas formas de manejo de recursos e de produção econômica. Para isso, terão de contar com apoio de projetos apropriados. Mesmo com a depredação dos recursos naturais, a comunidade entende que a terra é necessária para as famílias recomponem aí suas formas de sociabilidade e existência comunitária.

A seguir apresento alguns documentos mais recentes, que evidenciam o intuito da comunidade em seguir na reivindicação da terra. Também comento algumas fotos que dão idéia do grau de mobilização em torno da demanda da demarcação.

31/01/10

foi 1972 despejo aldia 20 Barreiro quasi  
VRUKUTY as pessoas de 60 pessoa foi primeiro  
segundo mês mesmo a família foi  
despejo de novo despejo 60 pessoa de  
ano de 1996.

Desde 15 anos esta esperando retorno na  
aldia foi um tempo vivendo agora  
já tem 90 anos Leonardo agora

Agora esperamos a família junto pra retorno  
esperamos a volta

esperamos a casa a família 9 pessoa  
a casa moradores tem 3 pessoa  
a casa de pessoa responsável 2 pessoa  
a casa de família tem 7 pessoa  
a casa de pessoa tem 4 pessoa  
a casa que tem 1 pessoa  
tem mais a família a mesmo  
a casa tem família 3 pessoa  
tem a pessoa a casa 1 moradores  
tem a casa moradores 1 pessoa  
tem a casa moradores 7 pessoa  
a casa tem 7 pessoa  
a casa tem 2 pessoa  
a casa tem 6 pessoa  
a casa tem 3 pessoa  
a casa tem 3 pessoa  
a casa as pessoa 5 família tem mais  
a casa 3 pessoa

Figura 35 – Documento dos índios (2010) solicitando providências da FUNAI.

Alcindo Flores insiste em produzir pequenos relatos nos quais demonstra a existência da comunidade e seu firme propósito de retornar às terras de Km 20.



**Figura 36 – Foto grupo de reza de Km 20. A foto foi registrada durante o período da pesquisa de campo em 2010. À direita, Leonarda, a sogra de Alcindo Flores, com seus netos. Memória viva da comunidade, ela faz questão de contar as histórias vividas em Km 20. Como líder religiosa, se preocupa em iniciar as crianças nas práticas rituais. Na foto, as crianças portam objetos rituais. Ao centro aparece funcionário da FUNAI, que acompanhava os trabalhos de pesquisa.**



**Figura 37. Foto com vista panorâmica do acampamento das famílias de Km 20, que vivem na reserva Guaimbé, sob a liderança de Alcindo Flores. Vê-se que se trata de uma área de campo, sem lenha. O grupo não dispõe de roças e vive do trabalho volante nas fazendas. Por questões de política interna e falta de acompanhamento da FUNAI, as famílias pouco acessam os programas de assistência que atendem a comunidade. As casas encontram-se aglomeradas em torno da casa de Alcindo Flores, numa espécie de acampamento dentro da reserva.**

31 de fev  
Leri ficou até dia 10 de fevereiro  
para espera na aldeia Guaimbé  
e também o cacique João de Guaimbé  
não aceita mais fica aqui na aldeia  
Guaimbé, qualquer maneira tem que sair  
da aldeia não tem mais como.  
nos pedimos apoio a liderança pra  
entrada na aldeia 20 yrukuty.  
tem apoio pra usina pramim a cada  
a liderança pra reforço.

**Figura 38 - Documento dos índios solicitando agilidade nos trabalhos do Grupo Técnico. Alcindo e demais lideranças de comunidades mobilizadas para a recuperação da posse de terras costumam escrever documentos que pedem para outras lideranças que frequentam a Aty Guasu assinarem, como dizem, “para reforçar”. No bilhete, ele faz menção à notícia de previsão de retorno do grupo técnico para realizar o trabalho de levantamento em campo. Registra “também que o cacique João de aldeia não aceita mais fica aqui na aldeia Guaimbé”, explicitando a dificuldade de permanência por motivos de convivência política com as famílias da reserva de Guaimbé. Arremata que de “qualquer maneira tem que sair, na aldeia não tem mais como” e pede apoio para entrar na “aldeia 20 yrukuty”.**



**Figura 39 – Foto de grupo de reza de Alcindo Flores, preparado para recepcionar o Grupo Técnico durante a realização dos trabalhos de campo em 2010. Nota-se o grande envolvimento das crianças, fenômeno que distingue os grupos mobilizados para a reconquista da terra, pois elas se envolvem diretamente nas atividades políticas e religiosas.**



**Figura 40 - Foto de Leonarda, sogra de Alcindo Flores, soca milho para fabricar *kaçuim*, bebida fermentada de milho, consumida durante as rezas noturnas.**



**Figura 41 - Foto de João Vilharva, que dizem ter mais de noventa anos, nasceu no Km 20 e vive com filhos e netos na reserva Rancho Jacaré. Diz ter sofrido muito em Km 20, mas espera que os filhos e netos voltem a viver lá. Diz que no Km 20 faziam *kunumi pepy*, ritual de perfuração do lábio inferior do menino pré-púbere, mas o ritual foi interrompido com a chegada dos ervateiros. Foi amigo e aliado de Valério Ribeiro e de seu irmão, João Ribeiro.**



**Figura 42 - Foto Alcindo Flores e sua sogra Leonarda, enquanto relatavam histórias da comunidade. Na ocasião, Leonarda disse: “eu quero juntar toda minha reza e levar para minha área, o Urukuty (Km 20)”. A reza é uma espécie de patrimônio imaterial, do qual cada comunidade tem o seu repertório. Alcindo relatou que: “quando eu tava no Caarapó, eu rezei por 4 anos com meu grupo, quando vim para Guaimbé rezei dois meses, depois o capitão fez reunião no Posto e disse que essa reza não serve mais na aldeia, não era mais pra rezar, daí eu parei. Agora rezo só um pouquinho, quando tem alguma coisa, meu filho ou minha filha fica doente, quando tem vento, mas só um pouquinho, para o pessoal ficar manso, mas pra melhorar mesmo, todo mundo tem que rezar bastante”. Na década de 1980, Alcindo Flores fez sua iniciação xamânica no Paraguai e diz que a lavoura não produz bem quando “a semente não**

escuta mais a reza, por isso que a planta não cresce bem”. As lideranças religiosas acreditam que necessitam retomar suas terras para, novamente, praticarem suas rezas, única garantia de um futuro melhor para suas comunidades.

### **II. 3. 3 – Comunidade de Javorai kue/Piratini**

A comunidade de Javorai Kue/Piratini ocupava uma área contígua a de Km 20. Na verdade eram comunidades aliadas, com fortes vínculos de parentesco, alianças políticas e religiosas. Piratini é o nome do córrego que serve como referência de ocupação tradicional na região, ocupado intensamente em sua margem esquerda, desde suas cabeceiras situadas próximo a atual cidade de Laguna Carapã, até sua desembocadura situada à margem esquerda do rio Amambai. Até as primeiras décadas do século XX, toda essa área era ocupada por casas, roças, caça, pesca e coleta. A partir da segunda década do século XX, com a demarcação da reserva de Caarapo, as famílias que residiam em Javorai Kue/Piratini foram sendo gradativamente deslocadas de suas terras de ocupação tradicional, forçadas a se recolher na gleba de 3600 hectares que o SPI reservou. Por conta desse processo, a quase totalidade da população da comunidade Javorai Kue vive hoje na reserva de Caarapó, de onde se organiza para reaver seu território de ocupação tradicional.

A área de ocupação tradicional da comunidade Javorai Kue/Piratini é regada por alguns córregos, sendo os principais Mboi Kará e Jakaira, cujas nascentes ficam no interior da reserva Caarapó. Esses dois córregos deságuam no córrego Piratini. Também fazem parte dessa área algumas cabeceiras que correm em direção à bacia do rio Dourados, principalmente de seu afluente denominado de Taquara, que passa ao lado da cidade de Laguna Carapã. É nessa região, cujos córregos correm em direção ao rio Dourados, onde viveu Javorai Kue, um importante líder que ali liderou sua comunidade na virada do século XIX para o século XX, e que presenciou o início da perda da autonomia da comunidade. Javorai Kue era também conhecido como Ka’aguy Rague. Ele nasceu, viveu e morreu no local de sua antiga aldeia, onde foi enterrado. Esse local é a referência de ocupação para seus descendentes, liderados por Emiliano Ilário, que insistem em retornar ao local.

Emiliano vive na reserva Caarapó, onde exerce a liderança religiosa de um grupo de famílias que se organizam para retomar a área onde viveu Javorai Kue/Piratini. Emiliano é xamã e se considera como o guardião das rezas de seu bisavô Javorai Kue. Muito calmo, como é característico dos rezadores, Emiliano aponta as casas de todos os moradores da reserva Caarapó que irão recompor com ele a nova comunidade de Javorai Kue, dizendo: “Ali

mora meu parente, vai comigo, vamos nos juntar na nossa comunidade, vamos viver como antes. Lá nós vamos fazer uma casa de reza bem grande”.

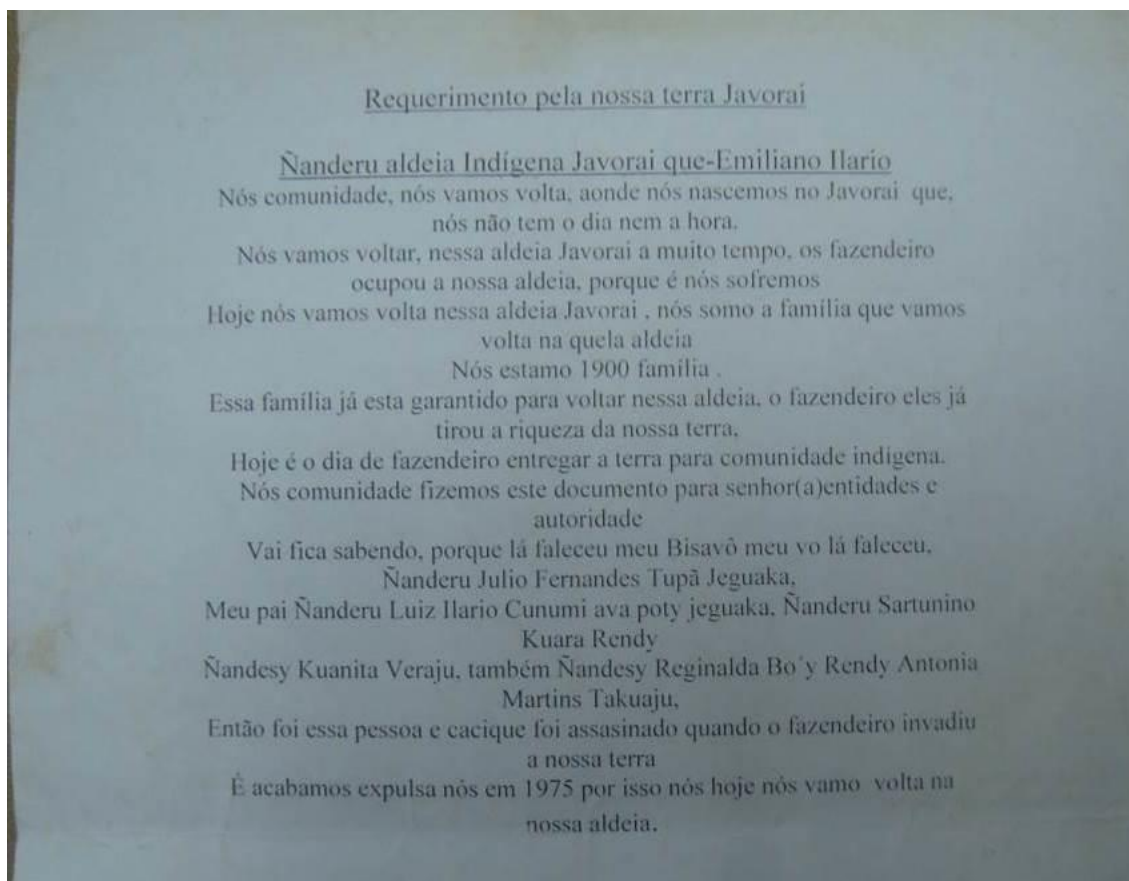
A quase totalidade das famílias que descendem da comunidade que, no passado, foi comandada por Javorai vivem na reserva de Caarapó, onde anseiam pelo retorno. O principal líder é Emiliano Ilário, mas também existem outros grupos de famílias que são liderados por Silvio Paulo. Os diversos líderes se unem e se apóiam mutuamente no processo de reivindicação da terra, e recebem apoio de vários outros antigos líderes religiosos que conheceram a comunidade de Javorai Kue/Piratini e aí frequentaram festas e rituais. Papito Vilhalva, xamã da comunidade de Guyra Roka, que conheceu o local, lembra que “naquele tempo quem mandava era o rezador (*oporahéiva*), não tinha bêbado, enforcado, era tudo mais tranquilo” e enfatiza que “não queremos tomar nada dos outros, não queremos casa alheia, as benfeitorias do fazendeiro, o que queremos é o espaço que usávamos, para reorganizarmos nossas vidas”.

Papito lembra que a residência de Javorai Kue era “lugar sagrado”. Para ir até o local, tinham de levar o *mimby*, uma espécie de flauta ritual. Então era necessário parar na entrada do pátio, tocar a flauta e aguardar que o Javorai respondesse, tocando também sua própria flauta; só depois é que podiam entrar. Comparou o gesto de tocar a flauta ao sinal da cruz que o católico faz antes de entrar na igreja; também o comparou com o gesto de continência entre militares. Definiu o ato como respeito e “apresentação”, enfatizando que, primeiro, era necessário se apresentar, para depois entrar. Isto, segundo explicou, era necessário, porque Javorai era um rezador muito poderoso, explicando que não é conveniente, e pode até ser perigoso, abordar diretamente um grande xamã sem antes anunciar a chegada e pedir permissão para se aproximar.



**Figura 43- Foto de Emiliano Ilário, herdeiro do patrimônio de rezas de Javorai. Atualmente ele é também um dos responsáveis por cuidar da casa de reza – *oga pysy*, da reserva Caarapó, uma espécie de museu de artes sacras, que funciona ao lado da principal escola e onde os alunos se reúnem para aprender aspectos da tradição religiosa apropriados à sua faixa etária.**

Aproveitando a proximidade com a escola, Emiliano sempre pede aos professores indígenas que registrem em documentos as solicitações de sua terra. Abaixo segue o documento intitulado “Requerimento pela nossa terra Javorai”. O documento enfatiza a intenção de retornar a terra de ocupação tradicional da comunidade, registra o nome e vários antigos líderes que faleceram no local, as violências sofridas, a destruição da mata e a expulsão das últimas famílias, que teriam saído em 1975, quando não mais foi permitida a presença indígena no local.



**Figura 44 – Documento das lideranças de Javorai Kue solicitando providências da FUNAI.**

Algumas famílias que viviam mais próximas das margens do Piratini acabaram se recolhendo na reserva de Amambai, como é o caso das famílias que aparecem na foto abaixo. Elas viviam mais na parte que faz a conexão com a comunidade de Km 20.



**Figura 45 – foto de encontro dos antigos moradores das comunidades de Laguna Joha, Km 20 e Javorai Kue/Pirati, realizado durante os trabalhos de campo. As conversas se alternavam entre momentos de introspecção e, até mesmo, tristeza e choro, quando se lembravam de parentes mortos ou das violências sofridas, e momentos muito festivos, quando rememoravam os**

encontros festivos que realizavam, visualizando a possibilidade de, novamente, disporem de seus territórios, neles se reorganizarem e reconstruírem formas de sociabilidade intercomunitárias.

Emiliano, juntamente com os membros de sua parentela, também se preocupa em elaborar mapas e croquis, nos quais identifica locais de antigas moradias, casas de reza, roças, cemitérios, nomes de antigos moradores, etc. Tais documentos foram entregues aos membros do Grupo Técnico e incorporados ao presente relatório.



Figura 46 - Desenho feito por Emiliano Ilário, no qual ele representa o que foi o antigo território de ocupação tradicional da comunidade Piratini/Javorai Kue. Segundo explicou, antes da

chegada dos novos ocupantes, essas duas comunidades ocupavam o espaço delimitado pelos córregos Taquara, que deságua no rio Dourados e passa próximo à atual cidade de Laguna Carapã. Outros limites seriam os córregos Piratini e Mbo'i Kará, que deságuam no rio Amambai. O principal espaço de convivência coletiva era a casa de reza de Javorai. Quando Javorai faleceu, o espaço ocupado pela comunidade passou a ser designado de Javorai Kue, cuja tradução seria “o lugar que pertenceu ao Javorai” ou “lugar onde viveu Javorai”.

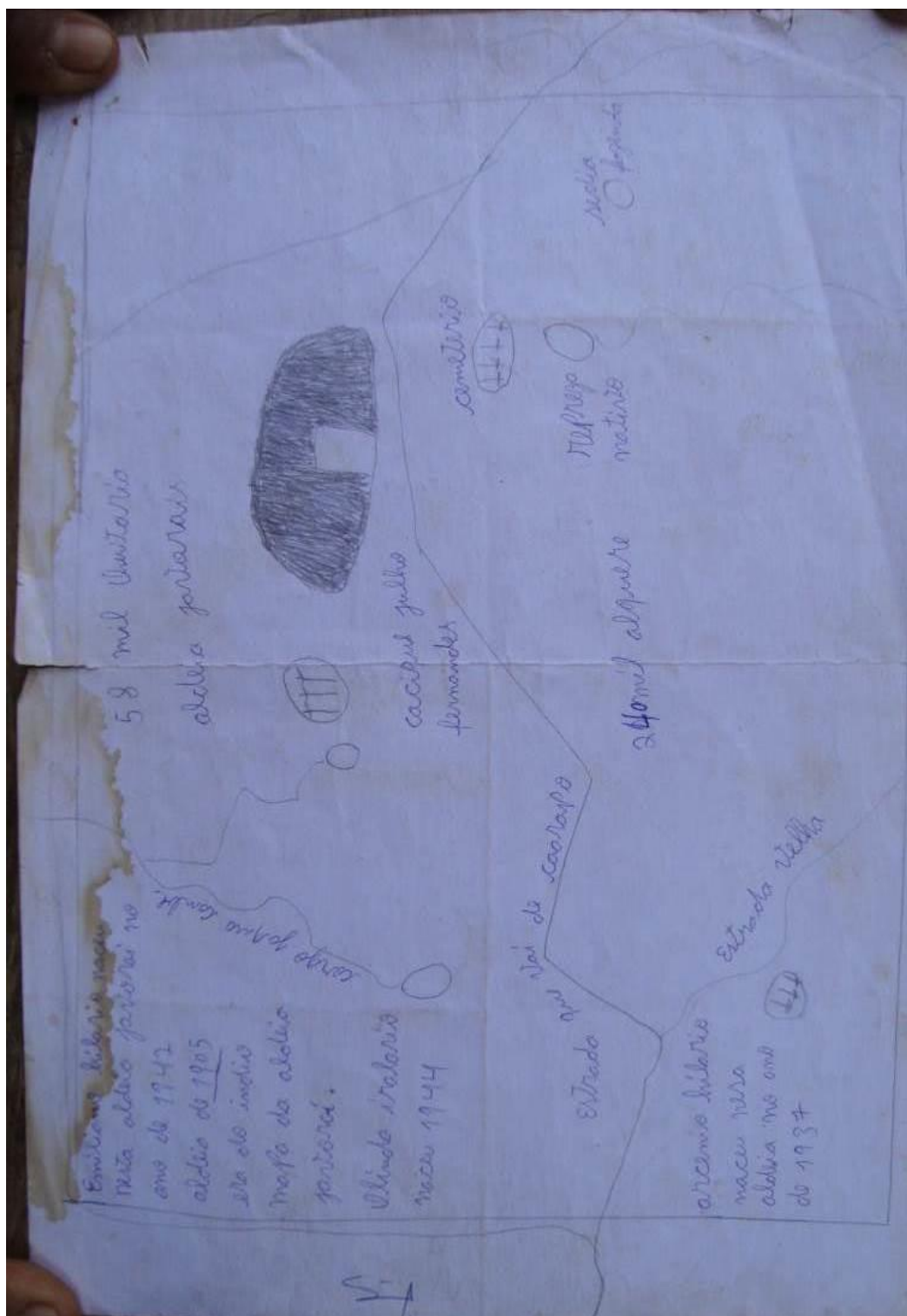


Figura 47 - Desenho feito por Emiliano Ilário Mapa em que ele se esforça por representar os locais que considera de maior relevância para atestar a ocupação tradicional, tais como locais de

nascimento das antigas lideranças, antigos cemitérios, casa de reza, etc. Aparecem também os símbolos de ocupação dos colonizadores da região, como sede de fazendas, represas e estradas.

Requerimento Pela Nossa Terra Gavorai

ñanderu aldeia indígena gavorai que imiliano ilário  
 Nós comunidade nós vamos voltar sendo nós queremos o Gavorai que  
 Nós não tem a dia nem a hora  
 Nós vamos voltar. Nessa aldeia Gavorai a muito tempo o fazendeiro  
 ocupou a nossa aldeia. Porque é nós sofremos.  
 Hoje nós vamos voltar nessa aldeia Gavorai nós somos a família  
 que temos  
 volta na que aldeia  
 nós estamos 1.900 família.

Essa família já está garantida para voltar nessa aldeia e fazenda  
 ele já  
 { tirou a riqueza da nossa terra }.

Hoje é dia de fazendeiro entregar terra para comunidade  
 indígena  
 Nós comunidade fizemos este documento para senhor (o) senhor  
 autoridade  
 vai ficar sabendo porque lá faleceu meu bisavo  
 meu avô lá faleceu  
 ñanderu Julio fernandes Tupã Jequata ñanderu  
 meu ipai ñanderu Luis ilário cunhamã pai  
 martinho KUYA RENDY Jequatã

Ñanderu Kuanita Veraçu também ñanderu Reginaldo  
 Bo V. RENDY Antônio  
 martins Tã Kuaçu

Então foi essa pessoa o cacique foi assassinado  
 fazendeiro invadiu  
 a nossa terra.  
 E acabamos expulsos

Figura 48 - Desenho feito por Emiliano Ilário, com informações sobre a ocupação da terra, registra que o ñanderu ou cacique - termo que utilizam em Português para líder religioso ou xamã - teria sido assassinado pelo fazendeiro que invadiu a terra.

31.03.2006

Tekolra Jarorai Estamo Revestitando e Sndetifikagão  
O morado Tekolra, na qual lugar Biza, vô que pa' de-  
putado, e morado Rezodon, também esse tldic se  
chama Jarorai que fica município Laguma  
Raarapa M.S morado aldeia tinha 58 anos quitaria  
em 1905 tal aldeia Jarorai mais fomo  
disperdo pelo fazendeiro Tutu Rolin e  
1925 acabou de perder em 1974 até 1976 pelo  
Anania Rolin, em 1905 tinha 280 moradores  
agora mais como Requerer a morada terra  
dia 27 de dezembro de 2005

que nasceu na aldeia Jarorai  
nasceu em 1937 Anemio Ilario  
Também nasceu 1942 Herminio Ilario  
Também nasceu 1949 Volinda Ilario

Total 640 famílias

Sergio mende  
Cristina de Souza  
Emilio no ilario

Valdo Mendes

Figura 49 - Documento feito por Emiliano Ilário. O documento menciona o fazendeiro Tutu Rolin, que teria se instalado na área por volta de 1925 e para o qual teriam trabalhado na abertura da fazenda. Posteriormente, entre 1974-75, outra parcela da comunidade teria sido expulsa por Ananias Rolin, então proprietário da terra. É comum que cada uma das comunidades passasse por várias expulsões, tendo em vista que eles sempre procuram alguma forma de novamente se estabelecer no local do qual foram expulsos.

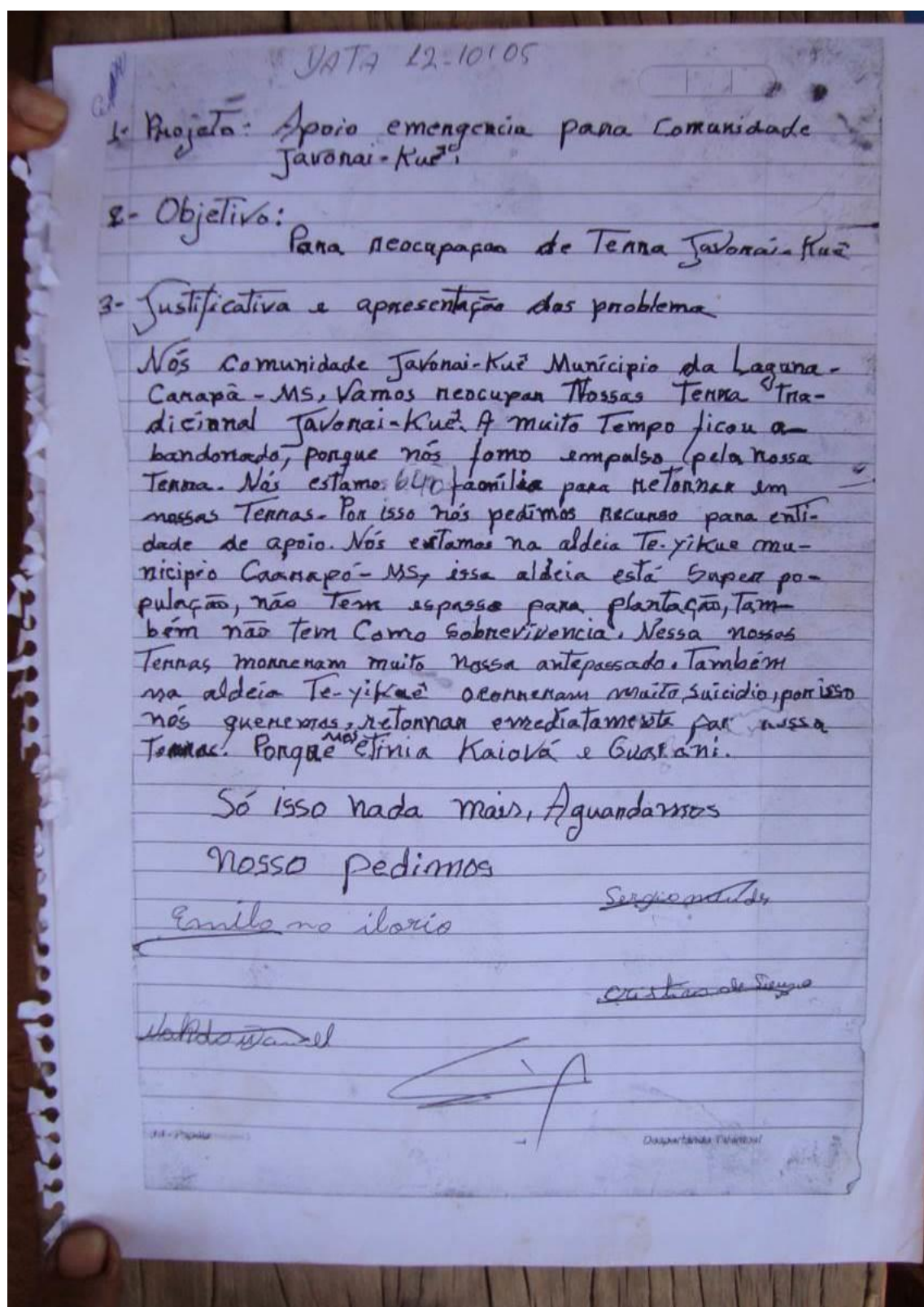
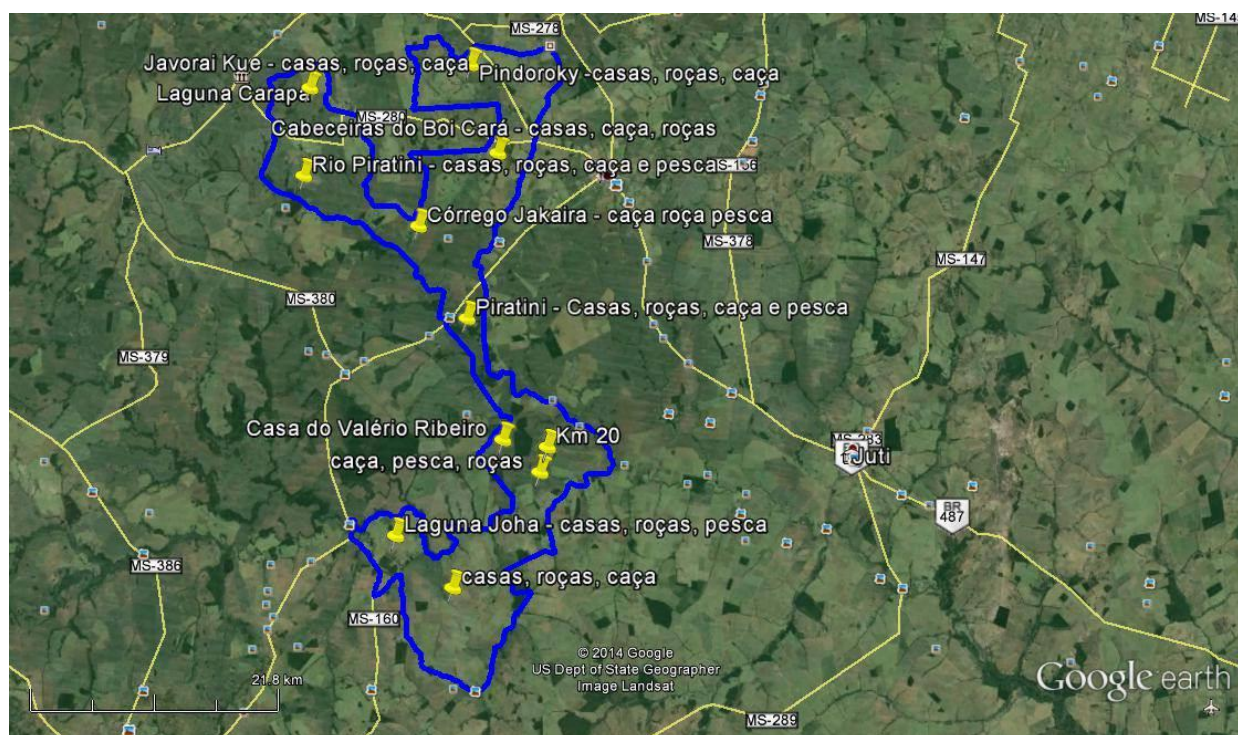


Figura 50 - Documento feito por Emiliano Ilário. No documento Emiliano Ilário solicita apoio logístico para reocupar a área. Reclama que, na reserva indígena de Caarapó, já morreram muitos dos antepassados originários de Javorai. Emiliano reclama também da ocorrência de muitos suicídios na reserva, motivos que os levam a querer retornar imediatamente para a terra de ocupação de seus antepassados. O documento é datado de 2005, e foi a insistência de Emiliano

que resultou na inclusão dessa comunidade nos trabalhos dos Grupos Técnicos, iniciados em 2008.

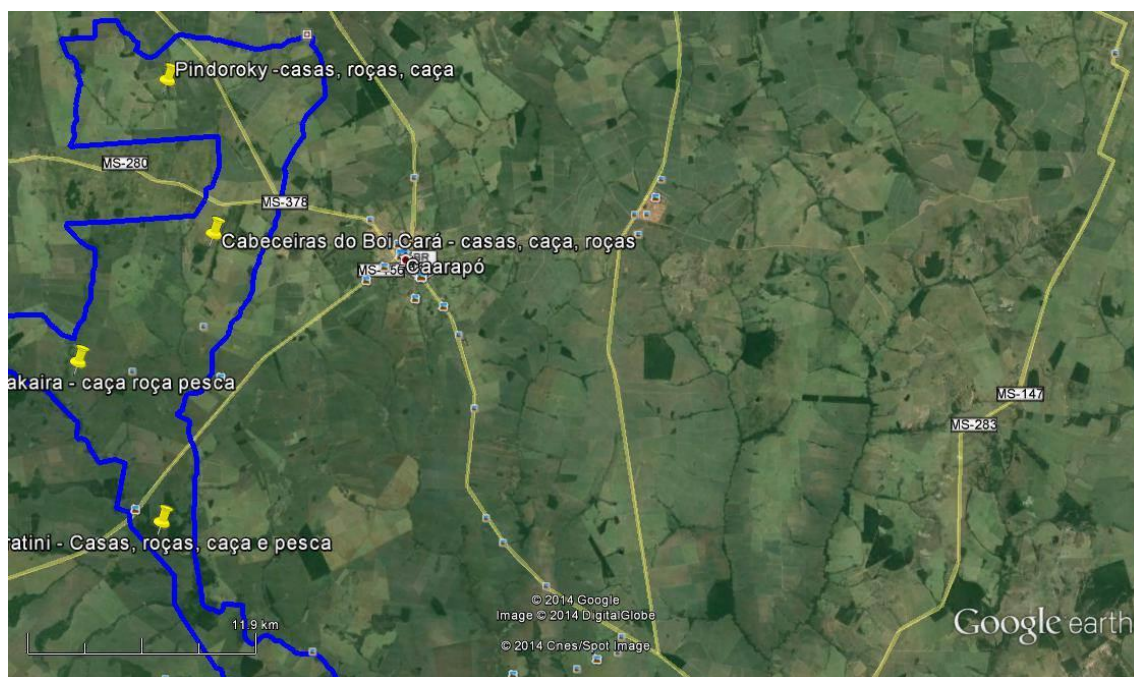
A imagem de satélite apresentada a seguir apresenta o perímetro do *tekoha guasu* Terra Indígena Dourados Amambaipegua I. Trata-se de território de ocupação tradicional compartilhado por quatro comunidades: Javorai Kue, Pindo Roky, Km 20 e Laguna Joha. O eixo central é o rio Amambai, a micro bacia do córrego Piratini e outros córregos e nascentes que correm em direção ao rio Amambai. Na parte norte da imagem, algumas cabeceiras correm em direção a bacia do rio Dourados.



**Figura 51 – Imagem de satélite da área ocupada pela comunidade de Javorai Kue, inserida na área contígua, ocupada pelas comunidades de Pindo Roky, Km 20 e Laguna Joha.**

### II. 3. 4 – Comunidade de Pindo Roky

Nas primeiras décadas do século XX a comunidade de Pindo Roky ocupava a área delimitada na imagem abaixo. A partir de 1924, com a demarcação da reserva de Caarapó, também denominada de Te'yi Kue ou Posto Indígena José Bonifácio, teve início o processo de recolhimento dos indígenas que viviam em várias comunidades da região. Esse foi o caso das famílias que viviam em Pindo Roky, paulatinamente constrangidas a abandonarem seu sítio original e a se recolherem na reserva de Caarapó. Como aconteceu com outras comunidades descritas no presente relatório, tal recolhimento não foi suficiente para anular a identificação com o local, nem apagou o sentimento de pertencimento a uma comunidade kaioiwá específica. Sempre que possível, regressavam ao local ocupado por fazendas, seja na condição de trabalhadores volantes ou em expedições consentidas ou clandestinas de caça, coleta e pesca. Tal procedimento se estende até os dias de hoje.



**Figura 52 - Pindo Roky ocupa as nascentes do córrego Bopeí, afluente do rio Dourados. Na parte de baixo a imagem, se estende até as nascentes do córrego Boi Cará, que corre em direção ao córrego Piratini, tributário do rio Amambai, onde se conecta com as terras tradicionais de ocupação das comunidades de Javorai Kue/Piratini e com a comunidade de Km 20. Essa porção da terra está situada em meio ao divisor de águas dos rios Amambai e Dourados. Essas comunidades-*tekoha* ocupam áreas contínuas e desenvolvem vínculos históricos de relações de parentesco e práticas festivas e rituais próximos.**

As frentes de ocupação econômica na região de Pindo Roky começaram a se estabelecer na virada do século XIX para o século XX, mas o impacto sobre a comunidade indígena só ocorreu de forma mais intensa a partir da década de 1940. Como aconteceu nas áreas das outras comunidades anteriormente descritas, até essa época, a presença não-indígena

era rarefeita, as derrubadas para plantio de lavouras ou formação de pastagens incidiam sobre pequenas porções de mata e os novos ocupantes não exerciam pressão sobre todo o território indígena. Sempre era possível encontrar espaços de refúgio para aquelas famílias indígenas que não se conformavam em se recolher nas reservas. Homens kaiowá chegaram a se engajar na atividade extrativa da erva-mate e depois madeira, mas sempre lograram manter a existência de suas comunidades em relativa autonomia.

As narrativas indígenas e os documentos produzidos pelo SPI, intensamente discutidos na tese de doutorado do historiador Antonio Brand (BRAND, 1977), atestam que na região de Caarapó os grupos familiares kaiowá mantiveram o controle de boa parte de seus territórios até a década de 1940. Esse foi o caso das comunidades de Pindo Roky, Javorai Kue, Km 20, Taquara, Guyra Roka e outras comunidades –*tekoha* da região, que configuravam amplas de redes de intercâmbio matrimonial, cooperação econômica, ciclos de encontros festivos e religiosos, que conformavam o *tekoha guasu*. Tais redes configuravam a territorialidade e a mobilidade das famílias e comunidades dentro do território mais amplo – *tekoha guasu*, onde desenvolviam sua existência histórica e social, conforme descrito na primeira parte do relatório.

A situação se alterou radicalmente quando particulares requereram e titularam terras que incidiam sobre os territórios dessas comunidades. A partir desse momento, a ocupação itinerante pelas frentes de extração da erva-mate dá lugar à ocupação efetiva e, em caráter permanente, por atividades agropastoris. Em pouco tempo, esse novo tipo de ocupação confrontará com o uso que, até então, os Kaiowá faziam do espaço.

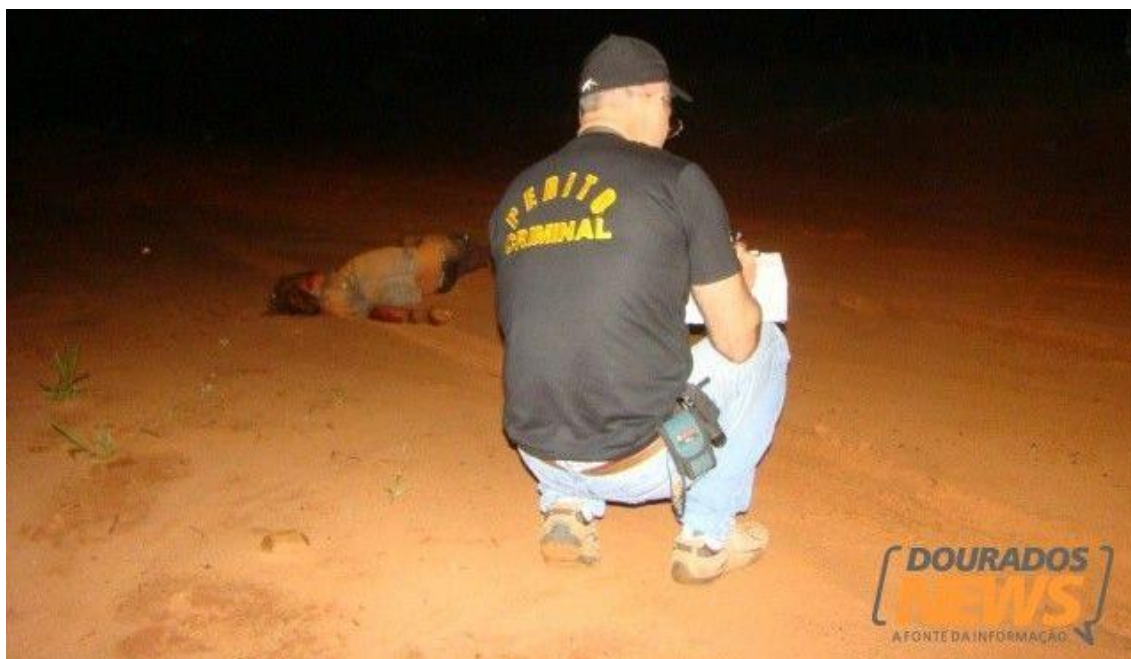
A partir da década de 1950 o recolhimento na reserva de Caarapó se colocou cada vez mais como um imperativo para as famílias de Pindo Roky. Isto por que à medida que as fazendas eram estaladas, a mata derrubada e a formação de lavouras e pastagens consolidadas, a mão de obra indígena se tornava dispensável e a presença indígena nas propriedades indesejável. De acordo com a memória dos indígenas mais idosos, o primeiro fazendeiro que chegou ao local era conhecido como “Zenosso”, mas teria sido o filho dele, Orlando Carneiro Gonçalves, atual proprietário, que de fato perpetrou a retirada das últimas famílias indígenas. A expulsão da comunidade teria se iniciado por volta de 1945, quando estranhos começaram a pressionar para que saíssem do local. Mas também, em alguns momentos, os fazendeiros permitiram que os índios permanecessem no local, ou mesmo que retornassem, para trabalharem na derrubada de mato ou na implantação de lavouras ou pastagens para o proprietário. O avanço do processo de formação da fazenda correu paralelo às pressões para

que as famílias indígenas deixassem o local. Na memória da comunidade duas datas são importantes, o ano de 1945 e o ano de 1961, quando teria havido deslocamento forçada das famílias.

Mas o recolhimento na reserva não foi suficiente para demover as lideranças das famílias de Pindo Roky do intento de retornarem ao território de ocupação tradicional. Sempre reivindicaram da FUNAI o reconhecimento de seus direitos territoriais. A criação do Grupo Técnico, incumbido de realizar a identificação, permitiu que eles formalizassem sua demanda.

Elementos antropológicos e históricos que configuram a ocupação tradicional indígena da de Pindo Roky já eram objeto de levantamento do Grupo Técnico quando, em 18/02/2013, indígenas tomaram a decisão de reocupar um dos imóveis instalados nessa área. Trata-se da propriedade de Orlandino Carneiro Gonçalves. Tal decisão se apoiou na convicção de que a área ocupada por tal imóvel constitui terra de ocupação tradicional indígena ou seu *tekoha*.

O assassinato de um indígena, no dia 17/02/2013, desencadeou a ocupação da fazenda por cerca de 200 indígenas. Segundo disseram, já encontraram a sede da fazenda desocupada e sem a maior parte da mobília, pois os proprietários teriam se retirado às pressas do local ainda na madrugada, com medo das represarias dos Kaiowá, por conta do assassinato. Os indígenas relataram que a ocupação se deu em protesto ao assassinato e para cobrar da FUNAI a publicação do relatório de demarcação das terras.



**Figura 53 – foto do corpo de Denilson Barbosa, morto em Pindo Roky e abandonado em Estrada vicinal. <http://ppaberlin.files.wordpress.com/2013/02/corpo-do-adolescente-morto.jpg>**



**Figura 54 – Foto de Osvaldo Barbosa, 40 e Rosilena Cardoso, 32, pais de Denilson Barbosa, assassinado na noite de 16/02/2013. A foto foi tirada na casa da sede fazenda, ocupada pelos indígenas.**



**Figura 55 - Foto do túmulo de Denilson Barbosa. Ao fundo aparecem um grupo de rezadores e os barracos de lona do acampamento construído pelos indígenas.**



**Figura 56 - Foto de Florêncio Barbosa (Kunumi Vera Ndeju), atual líder da comunidade e dos pais do jovem assassinado. Florêncio é tio do Denilson Barbosa.**

Os dados históricos e antropológicos indicam que a área reocupada pelos indígenas faz parte do território de ocupação tradicional da comunidade de Pindo Roky, cuja tradução seria “broto do coqueiro pindó”, palmeira considerada sagrada na mitologia dos Kaiowá. Pindo Roky seria assim o nome de batismo ou nome sagrado da comunidade. Os Kaiowá costumam batizar seus *tekoha*, procedimento que atua como uma espécie de consagração do espaço, com o objetivo de favorecer o desenvolvimento de convivência mais harmônica entre as pessoas e dar proteção espiritual ao local (Pereira, 2004).

Após a recuperação da posse da Fazenda Santa Helena os indígenas procuraram o coordenador do Grupo Técnico e relataram que a decisão da recuperação da posse se deu por iniciativa dos próprios indígenas. Afirmaram que a decisão radical foi devido ao fato de um dos membros da comunidade ter sido atingido com disparo letal de arma de fogo, o que teria ocorrido no interior do referido imóvel. Relataram, ainda, que na noite do ocorrido, um grupo de três indígenas realizava pescaria noturna no referido imóvel, quando um deles foi alvejado. Os outros dois teriam conseguido fugir e retornar a reserva de Caarapó. Na madrugada a notícia teria se espalhado pela comunidade que se mobilizou para sair em busca do indígena baleado.

O indígena baleado foi encontrado morto e isto teria motivado a decisão de retornarem ao imóvel onde teria ocorrido o assassinato. A intenção era enterrar o indígena morto no local, sendo que tais fatos são objeto de investigação policial. Os indígenas relataram ao Coordenador do Grupo Técnico que a decisão do sepultamento obedece às orientações de suas crenças religiosas, pois a família do falecido é de Pindo Roky e estava mobilizada para retornar ao local, de modo que a alma do morto só terá descanso se for enterrada no lugar em que viveram seus antepassados. Com relação ao destino pós-morte, os Kaiowá consideram que qualquer violação ao túmulo pode proporcionar a saída do *anguery*, um tipo de alma identificada à sombra ou ao espectro do morto, que pode trazer muitos malefícios aos vivos, especialmente aos parentes mais próximos do morto. Tais características são amplamente documentadas na bibliografia etnográfica dos grupos étnicos falantes de língua guarani, tanto nos documentos históricos, como nos estudos atuais, realizados dentro dos cânones científicos da antropologia acadêmica (por. Ex. Schaden, 1974).

As pesquisas de campo, documental e bibliográfica, identificaram elementos comprobatórios de ocupação tradicional indígena kaiowá, na área ocupada pelo imóvel denominado Fazenda Santa Helena e seu entorno, território denominado pelos Kaiowá como

*tekoha* Pindo Roky. Os dados antropológicos e históricos permitem afirmar que a área reocupada pelos indígenas se constitui como terra de ocupação tradicional indígena.

Lideranças reunidas em Pindo Roky produziram diversos vídeos que circulam pela internet, principalmente no site <http://www.facebook.com/tekoha.pindoroky> (capturado em 03 de maio de 2013). Nessa ocasião Ernesto Veron relatou que baseado no conhecimento herdado dos antepassados, o Kaiowá sabe qual árvore pode fornecer remédio, também sabe as rezas para conversar com o dono da árvore e pedir para ele cuidar da pessoa que está doente (ou “cuidar bem do meu parente”) e que receberá o tratamento com o remédio feito com partes da árvore. Ernesto explicou que “quando um fazendeiro ou colono entrou e começou derrubar o mato, é como derrubar um dos nossos caciques, um dos nossos vovôs, uma de nossas mães”. Na fala da liderança fica patente o forte vínculo que os indígenas desenvolvem com o local. Já a liderança Hipólito Martins, no mesmo vídeo, menciona que:

“sou uma pessoa de idade, eu tenho família pra mim tratar, não é de hoje que eu luto, desde 1980 já venho lutando, eu sempre sinto na minha comunidade,..... nós não temo invadindo a fazenda de ninguém nós estamos em cima do nosso *tekoha*, pra trazer a nossa cultura e a tradição e agora nós tamos aqui para buscar o nosso direito”.

Silvio Paulo, outra liderança a comunidade, relata que:

“já acompanhei também a retirada do meu parente, do idoso ..que tá lá (nas áreas de onde foram expulsos), é muito dolorido.....quando eu acompanhei isso a gente não podia fazer nada, ele vem com bomba, vem cachorro, metralhadora, choque e é muito complicado ....a preocupação da gente aqui, a gente não quer que acontecesse, a gente tá aqui três mil homens e três mil mulheres, seis mil pessoas nós tamo, então ou vida ou morte, então a gente não quer que aconteça isto....nós não vamos afastar, eles vão ter que matar a gente... mesmo que a gente não tem arma a gente não vai recuar....o Kaiowá e Guarani nunca teve medo de morrer ...a terra é nossa, é justa”

Eliel Benites, professor kaiowá, mestre em educação, em vídeo postado no endereço <https://www.youtube.com/watch?v=OsltGTgeho0&list=UUTr5iZ7dCJVpG-gNLTgfBhg> (capturado em 03 de maio de 2013) disse:

“não tem palavras para expressar a dor que estamos sentido aqui....o aluno que está enterrado ali, eu como professor ...trabalhamos juntos com esse aluno o direito, a importância da terra, a importância de ser guarani e kaiowá, a dignidade, o futuro ..., de repente a gente vê o direito violado, de repente a gente vê o nosso aluno...o nosso filho...está enterrado ... a gente não tem palavras para expressar a dor e eu tava colocando (em guarani) que essa dor deve se transformar em esperança e em espírito de luta, porque a gente sonha com uma aldeia melhor, a gente sonha com um futuro melhor, mas não é esse futuro que muitas vezes a política coloca para a gente,.... mas um futuro construído pelos próprios Guarani e Kaiowá, pelos próprios indígenas, de espaço conquistado né, pra poder demonstrar que a verdadeira aula é a vida de cada um, é a gente estar aqui, não só a gente ensinando, mas o próprio aluno ensinando a nós como é a luta, derramando o sangue, isso não tem um preço, não tem como cobrar, não tem como você medir isso aí, não tem como avaliar isso com professor né, mas uma lição de vida, pra todos nós daqui da aldeia Te'yi Kue, para se mobilizar cada vez mais, pra realmente a gente colocar na prática o nosso direito,

que sempre é violado historicamente a nossa etnia guarani e kaiowá como pessoas menos valorizadas, menos humano, diminuído. Então, me sentindo como professor indígena estou aqui nessa retomada, não tenho dinheiro mas tô dando o meu coração aqui nesse momento pra poder ajudar o que puder pra, naquilo que fui formado, naquilo que tenho de arma para ajudar essa comunidade, a nossa comunidade, dizer para a sociedade que nós temos valor, dignidade como povo, nós temos uma relação maior com a natureza, com a terra, com o ar, com o vento, que é esse espaço tradicional. A terra não é apenas a terra, mas todo o universo, toda a cosmologia que envolve a terra tradicional ....não é fácil, porque a tristeza...a gente convive com as pessoas, dia a dia, nosso companheiro, nossos alunos que dessa maneira encerra a vida, nós queremos justiça”



**Figura 57 - Foto postada no facebook criados pelos indígenas do momento do sepultamento de Denilson Barbosa na área recuperada pelos Kaiowá de Pindo Roky**

O evento da morte do indígena e da recuperação da posse do *tekoha* Pindo Roky também esteve na pauta da semana dos povos indígenas 2013 na reserva de Caarapó, onde vive a maior parte das famílias dessa comunidade. O texto do folder anexado abaixo foi produzido por um dos professores indígena da escola da reserva e discute os impasses e a importância do território e dos recursos para continuarem reproduzindo seu sistema social – *ava reko*.

## Tekoha Te'yikue, Caarapó, Mato Grosso do Sul. A importância da terra para nos Guarani Kaiowá

O vento que traz os sussurros das vozes dos nossos antepassados, o rio que dá a vida e as lembranças das grandes pescarias, a terra que dá o alimento aos seus filhos e que faz germinar toda a vida, a floresta com o seu encanto e mistério nos ensinam a conviver de forma harmônica com a natureza, o céu que insiste a nos mostrar através das estrelas, do sol e da lua a nossa cosmologia e a nossa grande história de existência, são alguns elementos que faz parte da nossa grande terra tradicional o *Tekoha Guasu* – território tradicional Guarani Kaiowá, onde brotam os *porahéi* – cantos e o *jeroky* – danças, assim mantendo sempre a nossa espiritualidade tradicional, como forma de alegrar a terra com a nossa existência, este é o sinônimo da “terra” para nós Guarani Kaiowá.

Neste ano de 2013, no 17º Fórum sobre a questão indígena na aldeia Te'yikue queremos refletir esta importância com os nossos alunos, pais, professores, lideranças e todos os seguimentos da comunidade, sobre o nosso Território tradicional, retomando efetivamente o espírito dos nossos antepassados como força na luta por nossos direitos, que significa direito de viver com dignidade, com a nossa maneira de ser como povo diferenciado e com a cultura própria. Vivemos como estrangeiro na nossa própria terra, sem direito e sem valor.

A violência histórica e sistemática contra o nosso povo Guarani Kaiowá iniciou com a chegada dos colonizadores sofrendo a prática de genocídios e a perda de nossa terra, depois regularizaram esta violência através de burocracia, fincou as estruturas de poder para nos manter naquilo que somos hoje. Assim, criaram uma cultura de que a culpa pelos problemas indígenas é do próprio índio, a hostilidade como a única forma de relação com a gente através de meio de comunicação, escola, política e toda uma sociedade que sempre pensou sobre nós e nunca tivemos oportunidade de expor o nosso pensamento, a nossa visão e a nossa cosmologia como um grande povo Guarani.

Queremos discutir com a participação de todos os parceiros indígena, não indígena, companheiros de outros Tekoha e autoridades que apoiam a nossa causa para uma grande celebração, reflexão, momento de luto e luta por muitas lideranças que já foram assassinadas. E recentemente o nosso aluno Denilson Barbosa de 15 anos por causa de uma pescaria na busca do seu sustento.

Queremos viver livre e feliz como sempre fomos e o nosso futuro está no retorno ao nosso antigo *Tekoha Guasu* e ainda reconstituir a riqueza natural que nela foi esgotada quando tiraram de nós. Com as nossas terras garantidas queremos sonhar com sorrisos permanentes dos nossos filhos, com os cantos e encantos das mulheres, com o espírito guerreiro dos homens, a sabedoria dos mais velhos e a reconstituição e construção da terra sem mal - *yvy marane'ỹ*, onde a natureza é como irmã, e esta sempre garantindo a existência física e espiritual do grande povo Guarani Kaiowá.

Professor Indígena Kaiowá Eliel Benites.

## SEMANA DOS POVOS INDÍGENAS – 2013 PROGRAMAÇÃO ESPORTIVA

### 15/04/2013 Segunda – Feira

- 7:30 hs Largada da corrida rústica (5 KM)
- 8:30 hs Corrida das estrelas
- 8:30 hs Início do torneio de voleibol misto de quadra
- 9:00 hs Início de torneio de futebol suíço das escolinhas masculino categoria: mirim, infantil e juvenil
- Vespertino: Continuação do torneio de voleibol (final) e do torneio da escolinha

### 16/04/2013 Terça – Feira

- 7:30 hs Corrida de cavalo e jegue (classificação)
- 8:00 hs Torneio de futsal fem: mirim, infantil e adulto
- 9:00 hs Provas típicas
- Lança, Estilingue, Cabo da Paz, Arco e flecha, Arco Py'aka, 13:30 hs pescaria

### 17/04/2013 Quarta – feira

- 7:30 hs Início do torneio de Maia/Malha (mata/mata e final)
- 8:00 hs Torneio de futsal fem: mirim, infantil e adulto
- 13:00 hs continuação do torneio de maia/malha e do futsal feminino
- 13:00 hs final do torneio de futebol suíço masc. da escolinha; (mirim, infantil e juvenil)

### 18/04/2013 Quinta – feira

- 7:00 hs Corrida de bicicleta
- 8:30 hs Final da corrida de cavalo e jegue
- Cerimônia de entrega das premiações

### 19/04/2013 Sexta – Feira

- Organização da Comunidade

### 20/04/2013 Sábado

- 8:00 hs XVII Fórum sobre a questão Indígena de Caarapó – MS

## INSCRIÇÕES NA ESCOLA ÑANDEJARA REUNIÃO POR ESCOLAS

ESCOLA LOIDE - DATA 15/04/2013/Segunda-feira - 8 HS DA MANHÃ  
ESCOLA MBOKAJA - DATA 15/04/2013/ Segunda-feira - 13 HS DA TARDE  
PINDO ROKY - DATA 15/04/2013/ Segunda-feira - 13 HS DA TARDE  
ESCOLA ÑANDEJARA - DATA 16/04/2013/Terça-feira - 13 HS DA TARDE  
ESCOLA SAVERA - DATA 16/04/2013/Terça-feira - 13 HS DA TARDE

**Figura 58 – Folder de evento organizado pelos indígenas mobilizados para a demarcação da Terra Indígena Dourados-Amambaipagua I**

Os dados aqui incluídos sobre a comunidade de Pindo Roky evidenciam que a iniciativa de reaver territórios de ocupação tradicional é um problema amplamente discutido na comunidade e que envolve o coletivo. Existe a plena consciência que a vida em reservas diminutas cerceia as possibilidades de expressão do modo de vida indígena. A mobilização pela reconquista das terras tradicionais envolve amplos setores da comunidade de Caarapó: os líderes dos grupos de parentela –*mburuvicha* e as lideranças religiosas –*pa'i* ou *ñanderu*; os novos líderes, como professores e agente de saúde e as pessoas comuns da comunidade.

Na década de 1960, a maior parte dos Kaiowá e Guarani já havia abandonado a casa comunal, onde residia toda a parentela, tendo adotado a casa cabocla, residência da família nuclear, com poucos agregados. A adoção desse novo modelo de residência chamava menos a

atenção para a existência de comunidade. As pequenas casas agora podiam estar dispostas a centenas de metros umas das outras, mas sempre estavam interligadas por estreitos caminhos – *tape po’i*, por onde as pessoas circulavam, mantendo basicamente as mesmas relações interpessoais que caracterizavam a sociabilidade da parentela na casa comunal. Esse tipo de residência favoreceu que as comunidades passassem despercebidas enquanto comunidades, facilmente sendo confundidas com regionais, mais especificamente com famílias paraguaias, que também viviam na região em grande número, como moradores e trabalhadores de fazenda.

De todo modo, as famílias foram obrigadas a assumir a condição de peões de fazenda, como condição para permanecerem nas fazendas estabelecidas em suas terras tradicionais. Na década de 1970, as famílias de Javorai encontram-se como das demais comunidades vizinhas (Laguna Joha, Km 20 e Pindo Roky), roçando mato, fazendo cercas, plantando e limpando pastagens para fazendeiros. Isso explica porque algumas pessoas, na faixa de idade de 50 a 20 anos, nasceram nos locais das antigas comunidades, mesmo depois da expropriação das terras de ocupação tradicional.

Antes da expropriação das terras, a vida nas comunidades que viviam na região, aqui denominada Terra Indígena Dourados-Amambiapegua I, era marcada por constantes festas de chichas e participação ritual intercomunitária. Cada comunidade promovia festas, para as quais convidava todas as suas aliadas que, em outros momentos, desempenhavam o papel de anfitriãs. As lembranças são povoadas de recordações das festas e rituais religiosos que ocorriam em cada uma das comunidades, e para os quais acorria grande número de pessoas de comunidades vizinhas.

A expropriação das terras criou sérias dificuldades para a manutenção do círculo de festas e rituais que consolidava a redes de alianças. Por outro lado, impõe deslocamentos frequentes, favorecendo a dispersão das famílias que compunham as diversas comunidades da Terra Indígena Douados-Amambaipegua I. Esse processo, que os antropólogos costumam denominar de desterritorialização, apresenta duas dimensões: uma territorial - a perda da terra, e outra sociológica - a fragmentação das comunidades. Para esse processo, os Kaiowá e Guaraní utilizam o termo *sarambipa*, ao qual se referem, em Português, como “esparramo”. Quando falam do processo de desterritorialização é comum ouvir a frase: “*oguahêvo karai, ore sarambipa*”, que significa “quando os brancos chegaram, promoveram a nossa dispersão”.

Muitos despejos aconteceram por iniciativa direta dos proprietários e sem o conhecimento e a presença do SPI/FUNAI ou outros agentes do Estado. Em vários desses despejos, principalmente em localidades mais distantes de centros urbanos, os Kaiowá e Guaraní sofreram humilhações e violências físicas. Mesmo assim, não recuaram das tentativas de reocupação e se fixaram em acampamentos provisórios, esperando o momento oportuno para retornarem para suas terras, mesmo que na condição de peões.

A cobertura vegetal original, predominante até da década de 1960 na maior parte das terras ocupadas pelas comunidades da Terra Indígena Dourados-Amambiapegua I, combina áreas de mata alta e densa, cerrado alto, cerrado baixo e campo cerrado. O tipo de vegetação varia em pequenas distâncias, de acordo com alterações nos índices de acidez e fertilidade do solo, resultante da oscilação de suas características físico/químicas. Da variação nos tipos de solos resultava que a cobertura vegetal original era em forma de mosaico. Para os Kaiowá e Guaraní isto se constituía em grande vantagem, pois permitia acessar recursos característicos de distintos ecossistemas percorrendo pequenas distâncias. Nessas circunstâncias, as comunidades kaiowá e guarani, que aí viviam, distribuíam-se de acordo com o formato de sua organização social e com suas maneiras próprias de distribuição espacial, segundo seus usos e costumes. A escolha dos locais de moradia levava em conta a concentração de determinados recursos, como proximidade de minas d'água, áreas próprias para cultivo, pesca, caça e coleta. A presença de seres espirituais, identificados pela ocorrência de determinados acidentes geográficos ou tipos de formações florestais, também influenciavam diretamente a escolha dos locais de estabelecimento de moradias.

Cada comunidade fazia a opção pelos locais que reuniam condições ideais para a reprodução de seu modo de vida, sempre levando em conta, também, a proximidade de comunidades aliadas, entre as quais se dava intercâmbio matrimonial, festivo e ritual. É essa forma de territorialidade que contribuía para a formação de aglomerados de aldeias em determinadas regiões. Tal forma de territorialidade começou a ser rompida com a chegada da frente de exploração de erva-mate, na penúltima década do século XIX, mas a inviabilidade do modo de ocupação indígena na região aconteceu de modo decisivo a partir década de 1960. A partir dessa época os refúgios indígenas foram ficando cada vez mais escassos, as fazendas cada vez mais desmatadas e formadas em pastagens dispensavam a mão de obra indígena, cada vez mais pressionada a se recolher nas antigas reservas demarcadas pelos SPI. É nesse contexto, que no final da década de 1970, as comunidades começaram a se articular para a recuperação da posse de suas terras, inspiradas na iniciativa exitosa das comunidades de

Rancho Jacaré e Guaimbé, que resistiram à expulsão de suas terras, logrando sua demarcação em 1977. No início essas iniciativas eram localizadas e reuniam apenas um número pequeno de famílias, mas, aos poucos, foram se ampliando e a demanda se expandindo para outras comunidades, adquirindo contornos de movimento.

Esse processo de *sarambi* ou “esparramo”, das comunidades do *tekoha guasu* Dourados-Amambaípegua I é gradual. No início, a presença de não indígenas era rarefeita e pouco impacto podiam causar nas formas de sociabilidade kaiowá e guarani. As narrativas históricas dos indígenas mais velhos evidenciam que, desde o início do século XX, a região por eles habitada já estava parcialmente incorporada às atividades extrativistas da erva-mate, ocorrendo o gradativo engajamento da população masculina de suas aldeias como mão de obra nos ervais.

As narrativas indígenas evidenciam, ainda, que antes da chegada da Companhia Matte Laranjeira, os Kaiowá e Guarani dispunham, com exclusividade, do território ou *tekoha guasu* Dourados-Amambaípegua I, utilizando-o de acordo com seus usos e costumes tradicionais. Na disposição espacial anterior à colonização da região, alguns locais atingiam maior importância política ou religiosa, principalmente devido à presença, em certas comunidades, de líderes religiosos de maior prestígio. Esse foi o caso da comunidade de Javorai Kue, cujo nome passou, com o tempo, a denominar toda a região da cabeceira do córrego Piratini. Esse prestígio era auferido principalmente pela demonstração da capacidade da liderança e resolução de conflitos e divergências entre pessoas, famílias e grupos que, inevitavelmente, surgem na vida social das comunidades kaiowá e guarani, podendo levar à divisão da aldeia. Os grandes líderes também detinham conhecimento e legitimidade social para a realização dos grandes rituais, como a perfuração dos lábios dos meninos – *kunumi pepy* - e o batismo do milho – *jerosy puku*, eventos para os quais concorria elevado número de pessoas pertencentes a diversas aldeias da região.

A fama de bons líderes percorria a região, o que fazia com que seus convites para participação em festas e rituais fossem prontamente aceitos por outros líderes. Resulta daí que suas comunidades se transformaram em centros de efervescência social e ritual, cuja memória é relembrada até os dias de hoje. O desejo de recompor as comunidades e reconstruir as formas de sociabilidade entre elas faz com que os locais onde viveram os principais líderes sejam especialmente valorizados. Os líderes atuais acreditam que dispor novamente desses espaços representa maior segurança na recomposição das comunidades e na atualização das alianças entre as parentelas das diversas comunidades.

Vale registrar que até as primeiras décadas do século XX a maioria dos Kaiowá e Guarani não dispunham de documento civil, nem de nomes em português. Adotavam nomes quando tinham necessidade de interagir com não indígenas, já que entre eles usavam seu próprio **sistema de nominação**, composto por três categorias de nomes: a) os de **uso cotidiano**, geralmente apelidos inspirados em características individuais, eventos envolvendo a pessoa, nome de animais ou plantas; b) o **nome sagrado**, revelado no ritual de batismo religioso –*mongara'i*, sendo tal nome hoje denominado de *Ka'aguy rera* (nome do mato), só conhecido por pessoas muito próximas e não utilizado como vocativo; c) **nome de família**, que indica o pertencimento a determinada parentela, sendo comum as pessoas incorporarem o nome do líder como uma espécie de sobrenome, como indicativo de pertencimento a determinado grupo social, como pertencente ao grupo de fulano, que inclusive pode ser um líder já falecido, como no caso de Javorai.

Os vínculos de parentesco envolvem todos os grupos locais que compõem o *tekoha guasu*, os laços de sangue se mesclam em todas as comunidades, sempre respeitando as interdições matrimoniais colocadas pelo sistema de parentesco kaiowá e guarani. As comunidades de Javorai Kue, Pindo Roky, Km 20 e Laguna Joha reivindicam locais específicos no interior do que denomino aqui de Terra Indígena Dourados-Amambaipagua I. Entretanto, nenhuma dessas aldeias/*tekoha* se percebe isolada das outras, como explicou um xamã numa das reuniões do aty guasu, tentando traduzir essa dimensão em português: “no *tekoha guasu* nós somos sócios um do outro”. Os vínculos parentais entre os *tekoha* são evidentes, explicitamente reconhecidos e valorizados. Esses vínculos cumprem funções de sociabilidade parental, festiva e ritual, constitutivos do território ou *tekoha guasu*.

A seguir apresento dados demográficos fornecidos pela SESAI a respeito do Pólo Básico de Caarapó, que atende boa parte reservas de onde sairão a maior parte dos moradores indígenas que retornarão a Terra Indígena Dourados-Amambaipagua I.



Ministério da Saúde  
Fundação Nacional de Saúde

GRUPO ETÁRIO  
PÓLO BASE : AMAMBAÍ,  
ALDEIA : LIMÃO VERDE  
PERÍODO : 2011 A 2011

| Período | Aldeia      | Etnia  | Grupo etário             | Sexo | Quantidade |
|---------|-------------|--------|--------------------------|------|------------|
| 2011    | LIMÃO VERDE | KAIOWA | < 1 ANO(S)               | F    | 16         |
|         | LIMÃO VERDE | KAIOWA | < 1 ANO(S)               | M    | 25         |
|         | LIMÃO VERDE | KAIOWA | 1 ANO(S) - 4 ANO(S)      | F    | 95         |
|         | LIMÃO VERDE | KAIOWA | 1 ANO(S) - 4 ANO(S)      | M    | 90         |
|         | LIMÃO VERDE | KAIOWA | 5 ANO(S) - 9 ANO(S)      | F    | 107        |
|         | LIMÃO VERDE | KAIOWA | 5 ANO(S) - 9 ANO(S)      | M    | 95         |
|         | LIMÃO VERDE | KAIOWA | 10 ANO(S) - 14 ANO(S)    | F    | 110        |
|         | LIMÃO VERDE | KAIOWA | 10 ANO(S) - 14 ANO(S)    | M    | 80         |
|         | LIMÃO VERDE | KAIOWA | 15 ANO(S) - 19 ANO(S)    | F    | 88         |
|         | LIMÃO VERDE | KAIOWA | 15 ANO(S) - 19 ANO(S)    | M    | 81         |
|         | LIMÃO VERDE | KAIOWA | 20 ANO(S) - 49 ANO(S)    | F    | 218        |
|         | LIMÃO VERDE | KAIOWA | 20 ANO(S) - 49 ANO(S)    | M    | 171        |
|         | LIMÃO VERDE | KAIOWA | 50 ANO(S) - 60 ANO(S)    | F    | 24         |
|         | LIMÃO VERDE | KAIOWA | 50 ANO(S) - 60 ANO(S)    | M    | 15         |
|         | LIMÃO VERDE | KAIOWA | >= 60 ANO(S)             | F    | 37         |
|         | LIMÃO VERDE | KAIOWA | >= 60 ANO(S)             | M    | 40         |
|         | LIMÃO VERDE | KAIOWA | POPULAÇÃO TOTAL          | F    | 695        |
|         | LIMÃO VERDE | KAIOWA | POPULAÇÃO TOTAL          | M    | 597        |
|         | LIMÃO VERDE | KAIOWA | POPULAÇÃO GERAL TOTAL >> |      | 1292       |

Alc Dr. Zelik



Ministério da Saúde  
Fundação Nacional de Saúde

COMUNS (QUANTITATIVOS)  
PÓLO BASE CAARAPO.

| Aldeia        | Etnia   | Total de Pessoas | TOTAL |
|---------------|---------|------------------|-------|
| CAARAPO       | GUARANI | 214              |       |
| CAARAPO       | KAIOWA  | 4453             | 4667  |
| GUAIMBÉ       | GUARANI | 13               |       |
| GUAIMBÉ       | KAIOWA  | 441              | 454   |
| GUIRA-ROKA    | KAIOWA  | 88               | 88    |
| JARARA        | GUARANI | 16               |       |
| JARARA        | KAIOWA  | 266              | 282   |
| RANCHO JACARÉ | GUARANI | 13               |       |
| RANCHO JACARÉ | KAIOWA  | 413              | 426   |
| TAQUARA       | GUARANI | 21               |       |
| TAQUARA       | KAIOWA  | 246              | 267   |

GRUPO ETÁRIO : < 1 ANO(S)

| Aldeia        | Etnia  | Total de Pessoas | Total Sexo Masculino | Total Sexo Feminino |
|---------------|--------|------------------|----------------------|---------------------|
| CAARAPO       | KAIOWA | 163              | 86                   | 77                  |
| GUAIMBÉ       | KAIOWA | 18               | 7                    | 11                  |
| GUIRA-ROKA    | KAIOWA | 1                | 0                    | 1                   |
| JARARA        | KAIOWA | 12               | 6                    | 6                   |
| RANCHO JACARÉ | KAIOWA | 12               | 7                    | 5                   |
| TAQUARA       | KAIOWA | 9                | 5                    | 4                   |

GRUPO ETÁRIO : 1 ANO(S) - 4 ANO(S)

| Aldeia        | Etnia   | Total de Pessoas | Total Sexo Masculino | Total Sexo Feminino |
|---------------|---------|------------------|----------------------|---------------------|
| CAARAPO       | GUARANI | 3                | 1                    | 2                   |
| CAARAPO       | KAIOWA  | 599              | 341                  | 358                 |
| GUAIMBÉ       | KAIOWA  | 57               | 29                   | 28                  |
| GUIRA-ROKA    | KAIOWA  | 12               | 6                    | 6                   |
| JARARA        | GUARANI | 3                | 1                    | 2                   |
| JARARA        | KAIOWA  | 33               | 16                   | 17                  |
| RANCHO JACARÉ | KAIOWA  | 67               | 22                   | 45                  |
| TAQUARA       | GUARANI | 3                | 3                    | 0                   |
| TAQUARA       | KAIOWA  | 48               | 24                   | 24                  |

GRUPO ETÁRIO : 5 ANO(S) - 19 ANO(S)

| Aldeia        | Etnia   | Total de Pessoas | Total Sexo Masculino | Total Sexo Feminino |
|---------------|---------|------------------|----------------------|---------------------|
| CAARAPO       | GUARANI | 104              | 53                   | 51                  |
| CAARAPO       | KAIOWA  | 1897             | 918                  | 979                 |
| GUAIMBÉ       | GUARANI | 7                | 5                    | 2                   |
| GUAIMBÉ       | KAIOWA  | 204              | 104                  | 100                 |
| GUIRA-ROKA    | KAIOWA  | 36               | 18                   | 18                  |
| JARARA        | GUARANI | 6                | 3                    | 3                   |
| JARARA        | KAIOWA  | 111              | 61                   | 50                  |
| RANCHO JACARÉ | GUARANI | 8                | 4                    | 5                   |
| RANCHO JACARÉ | KAIOWA  | 183              | 95                   | 88                  |
| TAQUARA       | GUARANI | 9                | 6                    | 3                   |
| TAQUARA       | KAIOWA  | 103              | 49                   | 54                  |

**GRUPO ETÁRIO : 20 ANO(S) - 49 ANO(S)**

| Aldeia        | Etnia   | Total de Pessoas | Total Sexo Masculino | Total Sexo Feminino |
|---------------|---------|------------------|----------------------|---------------------|
| CAARAPO       | GUARANI | 89               | 42                   | 47                  |
| CAARAPO       | KAIOWA  | 1358             | 682                  | 666                 |
| GUAIMBÉ       | GUARANI | 5                | 3                    | 2                   |
| GUAIMBÉ       | KAIOWA  | 120              | 56                   | 64                  |
| GUIRA-ROKA    | KAIOWA  | 24               | 11                   | 13                  |
| JARARÁ        | GUARANI | 5                | 4                    | 1                   |
| JARARÁ        | KAIOWA  | 79               | 41                   | 38                  |
| RANCHO JACARÉ | GUARANI | 4                | 3                    | 1                   |
| RANCHO JACARÉ | KAIOWA  | 107              | 53                   | 54                  |
| TAQUARA       | GUARANI | 8                | 3                    | 3                   |
| TAQUARA       | KAIOWA  | 62               | 32                   | 30                  |

**GRUPO ETÁRIO : 50 ANO(S) - 60 ANO(S)**

| Aldeia        | Etnia   | Total de Pessoas | Total Sexo Masculino | Total Sexo Feminino |
|---------------|---------|------------------|----------------------|---------------------|
| CAARAPO       | GUARANI | 10               | 5                    | 5                   |
| CAARAPO       | KAIOWA  | 107              | 58                   | 49                  |
| GUAIMBÉ       | KAIOWA  | 21               | 14                   | 7                   |
| GUIRA-ROKA    | KAIOWA  | 3                | 2                    | 1                   |
| JARARÁ        | KAIOWA  | 10               | 5                    | 5                   |
| RANCHO JACARÉ | KAIOWA  | 9                | 3                    | 6                   |
| TAQUARA       | GUARANI | 3                | 0                    | 3                   |
| TAQUARA       | KAIOWA  | 9                | 4                    | 5                   |

**GRUPO ETÁRIO : >= 61 ANO(S)**

| Aldeia        | Etnia   | Total de Pessoas | Total Sexo Masculino | Total Sexo Feminino |
|---------------|---------|------------------|----------------------|---------------------|
| CAARAPO       | GUARANI | 8                | 4                    | 4                   |
| CAARAPO       | KAIOWA  | 229              | 103                  | 126                 |
| GUAIMBÉ       | GUARANI | 1                | 1                    | 0                   |
| GUAIMBÉ       | KAIOWA  | 21               | 8                    | 13                  |
| GUIRA-ROKA    | KAIOWA  | 12               | 6                    | 6                   |
| JARARÁ        | GUARANI | 2                | 1                    | 1                   |
| JARARÁ        | KAIOWA  | 21               | 8                    | 13                  |
| RANCHO JACARÉ | KAIOWA  | 36               | 17                   | 18                  |
| TAQUARA       | KAIOWA  | 15               | 7                    | 8                   |

**Figura 59 - Dados demográficos das reservas onde se recolheu a maior parte da população da terra Dourados-Amambaipégua I**

Trata-se de uma população predominantemente jovem e com grande crescimento vegetativo. As reservas Indígenas demarcadas se encontram superpovoadas e com intensas disputas políticas internas. Esses fatores motivarão os descendentes das comunidades cujas terras forem reconhecidas e demarcadas, a nela se recolherem, aliviando uma série de tensões.

Os vínculos de cada comunidade com os espaços por ela ocupados são, ao mesmo tempo, cultural e temporalmente profundos. Profundas são também as memórias dos vínculos intercomunitários, já que as comunidades não viviam de forma isolada. É isso que explica a relutância dos Kaiowá e Guarani em deixarem suas terras, permanecendo nelas, mesmo que transfigurados em peões de fazendas, conforme foi discutido na Parte I do presente relatório. São tais vínculos que explicam a determinação em retornar para suas terras de ocupação tradicional e o apoio que expressam aos líderes de comunidades vizinhas. Cada comunidade quer a terra que ocupava de volta, mas também apóiam os

vizinhos para que igualmente consigam a terra. A luta conjunta é percebida como a condição para recompor as relações intercomunitárias.

O perímetro da terra proposta na delimitação e identificação é definido por cursos de rios e córregos e por algumas linhas secas. Toda essa área era intensamente ocupada por diversas parentelas kaiohá e guarani, desde o período anterior à penetração das frentes econômicas da sociedade nacional no território do atual estado de Mato Grosso do Sul. A preocupação com o traçado foi incluir todo o território tradicionalmente ocupado pelas parentelas atualmente articuladas e mobilizadas para o retorno aos seus antigos territórios.

Os Kaiowá e Guaraní nomeiam, em sua própria língua, uma série de acidentes geográficos e demais vestígios físicos existentes no território ou *tekoha guasu* Dourados-Amambaipegua I. Isso permite às famílias indígenas se situarem em relação ao espaço humanizado, que não é qualquer espaço, mas é o “seu” espaço. A memória de ocupação é constantemente atualizada nas narrativas sobre o tempo anterior à penetração das frentes de expansão agropastoril, quando as comunidades ocupavam, com exclusividade, o território. As antigas narrativas se juntam às do tempo presente, quando trabalham como peões nas fazendas implantadas no território de ocupação tradicional das comunidades, ou mesmo quando caçam, coletam ou simplesmente passeiam - *oguata* de modo clandestino.

Todo o território apresentado na proposta de delimitação e identificação é carregado de significado. Os etnônimos derivam de formulações originárias da própria cultura do grupo, relacionada a temas míticos, categorias de classificação ou a personagens de expressão que ocuparam o local em algum momento pretérito. Pouco restou dos taquarais, das concentrações de peroba, aroeira ou ipês, jabuticabas e campos de guavira que, muitas vezes, eram a referência de proximidade da casa de moradores no período anterior a expulsão. Restam apenas vestígios da cobertura florestal original, mas as lideranças religiosas acreditam que, com o retorno da comunidade, a floresta voltará a crescer e os animais voltarão a habitá-la.

Existem muitos locais investidos de significado ritual e cerimonial. Isso acontece com determinadas cachoeiras, morros, alagados e locais na mata, identificados pelos xamãs como locais de moradia de determinados seres espirituais. Certas cachoeiras são habitadas pelo *Kaja'a*, espécie de espírito guardião, responsável pela reprodução dos animais que vivem no ambiente aquático ou próximo a ele. Já os fragmentos de matas, ainda existentes no território, comportam locais de moradia de outras modalidades de espíritos, como os

*So'o Jara*, protetores dos animais que vivem na mata, distantes dos cursos d'água. Existe ainda a categoria de espírito denominado de *Ka'aguy Pore*, considerados os protetores das plantas da mata, que, de seu próprio ponto de vista, constitui sua lavoura. Enfim, existem dezenas categorias de seres xamânicos ou espirituais, associados a espaços específicos do território aqui proposto. Uma descrição mais completas dessas categorias seres se encontra em Pereira ( 2004a, cap. 3 e cap. 4).

Dessa forma, o que na cultura ocidental denominamos de recursos naturais, para os Kaiowá e Guaraní tem sentidos muito mais abrangentes. Estes recursos, mesmo que escassos, são de fundamental importância para a reprodução cultural dessas etnias. Além de funções práticas, como o provimento do sustento, cumprem funções rituais, essenciais para a transmissão de conhecimentos e para o desenvolvimento psicossocial e espiritual das pessoas. Manejar tais recursos é condição imprescindível para se colocar em relação com seres espirituais, de fundamental importância para reprodução física e cultural dos Kaiowá e Guaraní.

As imagens de satélite, mostradas em diversas partes do presente relatório, evidenciam claramente o resultado do impacto do desmatamento de mais de noventa por cento da área do *tekoha guasu* Dourados-Amambaípegua I. Nos últimos anos, a situação ambiental piorou ainda mais. Com a notícia da identificação de terras indígenas na região, muitos proprietários retiraram o que restava da cobertura florestal original, com o propósito de descaracterizar a presença indígena ou destruir recursos utilizados e valorizados pelos índios. Por outro lado, a valorização das atividades do agronegócio intensificou a utilização econômica das terras, promovendo a destruição de matas ciliares e de fragmentos de mata em regeneração, em várias pastagens denominadas de degradadas. Tais pastagens foram mecanizadas ou convertidas em áreas de cultivo de soja ou cana de açúcar.

A retirada da maior parte das famílias foi realizada com a convivência ou participação funcionários do órgão indigenista, SPI e depois FUNAI. Os proprietários exerceram forte pressão para que as famílias abandonassem as terras adquiridas diretamente do órgão de terras do antigo estado de Mato Grosso ou de proprietários que os antecederam, no caso de terras com cadeia dominial já constituída. A pressão foi ainda maior quando as terras já haviam sido desmatadas e as atividades de pastagem ou agricultura já se encontravam implantadas, situação regionalmente denominada de conclusão da “formação” da fazenda. Isto porque, com a conclusão da formação da fazenda, a mão de obra indígena se tornou dispensável. A

dispensa desses trabalhadores ganhou impulso com a mecanização e modernização das atividades no campo, o que na região aconteceu de modo determinante a partir da década de 1970, conforme evidenciado no caso da comunidade do Km 20 que se recolheu nos fundos da fazenda Campanário.

Missionários que atuaram na região muitas vezes se utilizaram dos veículos motorizados que dispunham para promover deslocamentos de famílias kaioiwá e guarani das “fazendas” para as “reservas”. Conforme registrado em partes anteriores do presente relatório, na época, tais atitudes nem sempre eram consideradas nocivas aos índios, já que existia um consenso tácito de que “lugar de índio era na reserva”. Os funcionários do órgão indigenista oficial e os missionários que atuavam na região acreditavam que, na reserva, os índios receberiam tratamento mais digno e humano.

A reserva concentrava programas e recursos na área de saúde, educação e agricultura comercial. Embora esses recursos fossem bastante limitados, eram considerados suficientes para a sobrevivência dos indígenas e para conduzi-los rumo à integração social e econômica. A atividade missionária e a escolarização oferecida aos índios recolhidos na reserva eram consideradas como práticas que assegurariam o melhor caminho para eles se apropriarem de recursos culturais necessários à integração pacífica e harmoniosa à sociedade nacional. O projeto integracionista implantado pelo Estado e por agências da sociedade nacional acabou fracassando. A demonstração mais evidente desse fracasso é a reorganização das comunidades e reivindicação de seus territórios tradicionais para neles recomporem suas formas de organização social e práticas culturais, como no caso das comunidades de Km 20, Laguna Joha, Javorai Kue e Pindo Roky.

Nas reservas viveram por longo período, até que, a partir da década de 1980, iniciaram o processo de, novamente, recompor-se em comunidades. De fundamental importância para a rearticulação dessas comunidades foi a ação determinada dos novos líderes. Constituídas enquanto comunidades políticas passaram a reivindicar a demarcação de parte do território tradicionalmente ocupado. As lideranças das comunidades se apóiam na memória das pessoas mais velhas, que aí viveram durante o período inicial de suas vidas e na memória das famílias que, por uma série de estratégias, lograram permanecer por mais tempo na terra, incorporando-se às atividades das fazendas aí instaladas. É assim que, a partir da década de 1980, as comunidades de Km 20, Laguna Joha, Javorai Kue e Pindo Roky passam a travar um embate com os proprietários pela posse da terra e a cobrar a solução para o problema fundiário de suas terras.

Reproduzo a seguir alguns documentos do SPI que atestam a presença indígena no sul do atual estado de Mato Grosso do Sul, já amplamente comprovada em documentos anteriormente citados. O primeiro documento trata de um telegrama de serviço, enviado por Humberto de Oliveira, Inspetor do Serviço de Proteção Índios, ao Diretor Proteção Índios no Rio de Janeiro, Senhor Horta Barbosa. Os grifos são meus, pois pretendo discuti-los a seguir:

*Microfilme – 001 – A  
Fotograma 000037  
Ministerio da Agricultura Industria e Comercio  
Serviço de Proteção aos Indios  
Telegrama de Serviço  
Corumbá 19 de Setembro de 1919  
Sr. Horta Barbosa  
Diretor Proteção Indios  
Rio  
Nº176 – Em consequência missão auxiliar Dantas aqui estiveram dei[ilegível]  
indios um cayuá outro Guarani pt este de nome Ubiratã letrado trazia uma  
estatística de grande numero de aldeãs de indios campos sul Estado zona margem  
direita linha estrada de ferro pt segundo elle entre guaranis, terenas e cayuás foram  
recenceados dois mil e quatrocentos e dezesseis indigena pt Antonio Pedro Vicente  
chefe cayoas que se acha inspetoria vindo de Campo Grande informa que estas  
aldeãs são somente metade dos existentes sem levar em conta os indios que ainda  
não pacificados – cordeaes saudações  
Humberto de Oliveira  
Inspetor Serviço de Proteção Indios*

Chama a atenção o registro do Inspetor de que o levantamento realizado pelo SPI em 1919 “trazia uma estatística de grande numero de aldeãs de indios campos sul Estado”, e que “Antonio Pedro Vicente chefe cayoas que se acha inspetoria vindo de Campo Grande informa que estas aldeãs são somente metade dos existentes sem levar em conta os índios que ainda não pacificados”. O documento aponta duas questões importantes para pensar a presença kaioiwá e guarani no sul do atual estado de Mato Grosso do Sul: a) em primeiro lugar, as aldeias eram, de fato, em grande número, superando em muito as oito pequenas reservas que o SPI conseguiu demarcar entre 1915 e 1928; b) a presença, em 1919, de comunidades ainda não pacificadas, ou seja, fora da submissão às frentes de expansão da sociedade nacional na região.

O segundo documento é o ofício escrito por Dayem Pereira, encarregado do Posto Indígena União (hoje Amambai), ao Cél. Nicolau Bueno Horta Barbosa M.D. Chefe da Inspetoria do S.P.I., inspetoria de São Paulo e Sul de Mato Grosso.

Posto Indígena “União” 17 de setembro de 1942  
( P.I.F.)

OF.n.50

Snr. Cél. Nicolau Bueno Horta Barbosa  
M.D. Chefe da Inspetoria do S.P.I., inspetoria de São Paulo e Sul de Mato Grosso.  
Campo Grande

Venha passar as mãos de V.S. para as devidas providências, as cartas juntas a este. Trata-se de uma questão de terras, que já a tempos comuniquei a esta inspetoria, em telegrama e que resultou uma resposta de V.S. dono instruções para que o adquirente do lote em questão não movesse nem um ocção de despejo contra os índios lá residentes. Era possuidor do título provisório do lote o Senhor Antonio Lodes da Silva, que o transferiu por venda ao Senhor Philomeno Rodrigues, este senhor vem exigindo deste posto a retirada de todos os índios do dito terreno, e até proibindo que os mesmos façam suas roças e plantações como aguardava ou vinda de V.S. até este Posto para dar uma solução ao caso, e como isto não se deu, e recebendo queixas por partes dos índios de imposições por ordem do adquirente do lote, que mandou para lá empregados que vivem molestando-os, não os deixando trabalhar tranquilamente, venho pedir instrução e providências para a solução do caso presente.  
Saude e Fraternidade  
Ass. Dayem Pereira  
Encd. Do posto Indígena  
“União”

A partir do documento, datado de 1942, é possível entender que:

a) mesmo depois (14 anos depois) de consumada a demarcação das oito reservas destinadas a abrigar a população das comunidades kaiowá e guarani, concluída em 1928, alguns funcionários do SPI tentaram impedir que os requerentes de terras movessem ações de despejos contra as comunidades indígenas que se encontravam nas terras em fase de regularização enquanto particulares;

b) foi utilizado o artifício do primeiro requerente, de posse de título provisório, transferir, por venda, a propriedade a um terceiro. Por um lado, isso pode evidenciar especulação imobiliária, praticada em larga escala na época, mas pode expressar também má fé, uma vez que a terra, mesmo nos casos em que era reconhecidamente ocupada por comunidades indígenas, era negociada. Com a venda do título provisório transferia-se o problema para o comprador;

c) o “adquirente” passou a criar dificuldades para os índios realizarem as atividades de uso da terra, proibindo que “façam suas roças e plantações”, além de “molestá-los” com empregados contratados para esse fim;

d) por fim, o “adquirente” passa a “exigir” que o encarregado do Posto do SPI realize a retirada dos índios, procedimento corrente na época, mas ao qual se opunham alguns

funcionários do SPI. Conforme indicado em partes anteriores do presente relatório, alguns funcionários do SPI eram muito fiéis ao espírito protecionista de Rondon e acreditavam ser possível (e obrigação do órgão indigenista oficial) assegurar aos índios as terras que eles ocupavam. Ocorreram vários procedimentos administrativos buscando demarcar áreas para comunidades kaiojá e guarani em Mato Grosso do Sul. Entretanto, interesses hegemônicos de políticos e grandes proprietários de terras acabaram prevalecendo contra as intenções do SPI, motivo pelo qual, de 1928 até 1977, nenhuma área de terra foi assegurada para essas comunidades. Ao contrário, predominou o esbulho das terras kaiojá e guarani em Mato Grosso do Sul.

Creio que esta análise evidencia várias características do processo histórico de titulação das terras no sul do atual estado de Mato Grosso do Sul, que teve seu ápice entre as décadas de 1930 e 1940.

## **II. 5 - Critérios do grupo para localização, construção e permanência da aldeia e tempo de ocupação: as noções de aldeia – *tekoha* e de território – *tekoha guasu***

A noção de *tekoha* é fundamental na compreensão da organização social e disposição territorial das comunidades kaiojá e guarani, conforme já foi destacado em passagens anteriores do presente relatório. Por esse motivo, ela assume papel de destaque na elaboração de relatórios de identificação de terras. Os pesquisadores são unânimes em reconhecer que só a partir da noção de *tekoha* é que podemos inferir a forma de organização espacial das comunidades kaiojá e guarani. Trata-se de uma categoria nativa polissêmica, cuja ênfase, em alguns de seus diversos significados, varia consideravelmente de acordo com as motivações dos narradores e com os cenários de interação (Pereira 2004a). A história das comunidades, nas últimas décadas, tem levado a maior parte dos atuais líderes políticos a enfatizarem sua dimensão territorial. Isso porque estão convencidos, a partir da leitura crítica dos processos históricos recentes, de que a ausência de uma base territorial constitui, hoje, o principal entrave para a reprodução física e cultural de suas comunidades. Assim, dimensões semânticas dessa categoria, que enfatizam aspectos relacionais, são atualizadas mais no âmbito interno de composição da comunidade, regendo sua estruturação e dinâmica de relações entre as parentelas e no campo do discurso religioso.

Na relação com a sociedade nacional e suas instituições, *tekoha* adquire o significado, quase exclusivo, de terra tradicionalmente ocupada por uma comunidade. Numa tradução direta, poderíamos traduzir pelo termo “aldeia”, entendida como comunidade

especializada numa área ocupada, com exclusividade, por um conjunto de parentelas relacionadas. Entretanto, é importante não negligenciar as implicações semânticas multifacetadas originais na língua guarani. Para Meliá (1990), a semântica do termo está diretamente relacionada ao modo de produção da cultura, em todas as suas formas de expressão (econômica, social, política, religiosa, etc. e, é claro, territorial.). No período jesuítico, a palavra foi registrada como sendo composta por *teko*, que o dicionário de Montoya (1639: 363 e ss) descreve como "modo de ser, modo de estar, sistema, lei, cultura, norma, comportamento, hábito, condição, costume...", e *ha*, como sufixo nominador, que indica local ou ação que se realiza. No sistema de comunicação linguístico das comunidades kaiowá e guarani atuais, *tekoha* seria mais bem descrito como um lugar, espaço geográfico, que reúne as condições socioambientais para realizar o sistema cultural que define o modo de ser guarani. Assim, Melià, Grünber & Grünberg (1976) esclarecem que *tekoha* tem um amplo leque de significações, devendo ser entendido como a condição imprescindível para a realização das relações econômicas, sociais, políticas e religiosas.

Compreendendo o sentido da palavra, que é correntemente utilizada pelos Kaiowá e Guarani atuais, fica mais fácil entender o esforço de cada comunidade em conseguir reocupar determinada área de terra para aí novamente radicar sua aldeia. Cada comunidade acredita que determinado local reúne as condições ideais para a continuidade histórica da aldeia, o que envolve a reprodução de suas práticas econômicas, políticas e culturais. Essas condições se referem a fatores ambientais e imateriais, a memória da trajetória da comunidade e da ocupação aí realizada, agregando, portanto, elementos de seu universo religioso.

A área ocupada por uma comunidade, o seu *tekoha*, constitui espaço de referência para a memória histórica e social da comunidade. Tal espaço está relacionado à experiência social, enquanto comunidade organizada, em consonância com os valores que conformam sua cultura e, fundamentalmente, ao local onde viveram e foram enterrados os antepassados. O *tekoha* é, assim, suporte para a memória social. Várias tentativas já foram realizadas no sentido de oferecimento de terras em outros locais, com a condição de a comunidade desistir das terras que reivindicam. Entretanto, as lideranças kaiowá e guarani nunca aceitaram tais propostas, sob a alegação de que não poderiam abandonar os locais de suas antigas moradas.

O vínculo de uma comunidade com seu território foi descrito por Melià, da seguinte forma: "Ainda que pareça um paralogismo, temos que admitir, juntamente com os próprios dirigentes guarani, que sem *tekoha* não há *teko*" (1986:105). Dessa forma, a comunidade não pode manter sua organização social e seu sistema cultural sem a terra na qual está inscrita sua

memória social. No espaço do *tekoha* está inscrito também a memória das relações com os seres espirituais/xamânicos, com os quais os Kaiowá e Guaraní negociam recursos, conhecimentos e serviços, imprescindíveis para a reprodução física e cultural de suas comunidades.

A ocupação Guaraní acontece por meio de uma distribuição populacional ampla e difusa no território denominado *tekoha*, que se constitui em microrregiões, onde se consolida a ocupação por parentelas relacionadas entre si por meio alianças políticas, econômicas, religiosas e de parentesco. A conectividade existente entre as parentelas conforma unidades populacionais no território, abrangendo diversas aldeias e parentelas que, agrupadas, constituem os *tekoha guasu*. Em cada microrregião os moradores permanecem por gerações, o que resulta na criação de vínculos indissolúveis com o local, passando o mesmo a ser designado por topônimos que revelam a historicidade da ocupação indígena. Tal relação com a terra sustenta a lógica indígena de pertencimento a um território exclusivo, impelindo os índios a adotar estratégias para permanecer nessas áreas, mesmo que em situações de territorialização precária, como trabalhadores braçais nas fazendas ou em acampamentos às margens de rodovias.

Os critérios para eleição de locais para moradia apresentam características que delineiam o modo de habitação dos Guaraní e Kaiowá em seu território: a) estão próximos a minas d'água potável, sempre limpa e fresca; b) o local da casa, embora próximo à água, situa-se sempre numa elevação do terreno, alguns metros acima do curso d'água e com topografia com inclinação suficiente para garantir um bom escoamento da água das chuvas; c) ficam a pouca distância de terras férteis, próprias para o cultivo de milho que, juntamente com a mandioca, constituem a base da alimentação de origem vegetal; d) em boa parte dos casos, a casa fica a pouca distância da região de transição entre formações florestais distintas: mata ciliar, mata e cerrado, o que permite explorar recursos vegetais e animais próprios a cada um desses tipos de vegetação. Tal configuração está em consonância com as características observadas quanto à localização de sítios arqueológicos ocupados pela população Kaiowá e Guaraní antes do período colonial. Destaca-se que serão necessárias ações conjugadas de recuperação ambiental e de manejo de recursos, já que o processo de colonização da região praticamente destruiu as áreas de vegetação nativa, prejudicando gravemente a continuidade das práticas produtivas tradicionais indígenas.

Cada uma das comunidades incluídas no presente relatório não reivindica qualquer terra. Em certos casos, as lideranças de uma comunidade poderiam, inclusive, encontrar locais

que atualmente reunissem condições ambientais mais favoráveis do que o local específico por elas reivindicado. O desejo pelo retorno à posse de uma terra específica está diretamente vinculado ao fato de ser nela que, desde o tempo de seus antepassados, se realiza a experiência social dos membros da comunidade, à qual se consideram pertencentes. Seus rios, lagoas, montes, remanescentes de vegetação nativa de mata e de cerrado, estão povoados de lembranças dos antigos moradores e servem como suporte para a construção da identidade das parentelas, distinguindo-as de outras comunidades kaiowá e guarani da região, com as quais se relacionam.

A noção de *tekoha guasu*, já descrita em partes anteriores do presente relatório, se refere ao território amplo, parcelado em áreas ocupadas mais intensamente por distintas comunidades. A experiência social de uma aldeia – *tekoha* não se desenvolve de modo inteiramente exclusivo. A aldeia não é autossuficiente no plano da realização dos casamentos, da política, das festas e dos rituais. Resulta daí que as comunidades se associam na ocupação do território, distribuindo-se de modo a manterem certo grau de autonomia política na condução dos assuntos de caráter mais restrito às parentelas que a compõem, mas, ao mesmo tempo, mantendo relações intensas com as comunidades aliadas. Enfim, para casar, festejar e praticar certos rituais, é necessário dispor de comunidades vizinhas e aliadas, que possam ser convidadas.

Resulta daí que os vínculos constituídos entre as comunidades/aldeias-*tekoha*, que vivem em um mesmo território - *tekoha guasu*, acabam contraindo uma série de laços de solidariedade. Isso permite ao *tekoha guasu* atuar de forma coesa nos assuntos para os quais convergem os interesses de todas as comunidades reunidas no território. Os relatos históricos do início da colonização dão conta da existência de grandes caciques que reuniam guerreiros de várias comunidades para fazerem frente às ameaças ao território. Do mesmo modo, na atualidade, as comunidades se juntam para conseguirem a demarcação de seus territórios de ocupação tradicionais do *tekoha guasu*, administrativamente identificado como Terra Indígena Dourados Amambaipegua I.

## **II. 6 – Recuperações de posse na Terra Indígena Dourados-Amambaipegua I**

Os últimos anos foram marcados por várias iniciativas de recuperação de posse de parcelas da Terra Indígena Dourados-Amambaipegua I. Tais iniciativas tiveram como protagonistas lideranças de famílias extensas daí originárias e que, após as expulsões, haviam, em sua maior parte, se recolhido na reserva de Caarapó. O presente tópico procura situar essas

tentativas como forma de registrar a insistência de diversas parentelas em recompor a vida comunitária no interior da referida terra indígena. As falas dessas lideranças enfatizam a morosidade na conclusão do processo administrativo e a impossibilidade de seguirem vivendo na reserva, devido a tensões de várias naturezas, originadas na convivência compulsória de várias parentelas em um único espaço. Consideram essas porções do território por eles ocupadas como tradicionalmente indígena, não se considerando invasores, como normalmente são designados na imprensa local.

Procura-se, ainda, no presente tópico, acrescentar mais alguns elementos da história dessas parentelas e dos vínculos com os espaços específicos que insistem em recuperar a posse. Atualmente são três assentamentos de recuperação de posse em áreas legalmente tituladas em nome de particulares. Os proprietários usam de vários recursos jurídicos e da contratação de seguranças privados para desalojarem os índios de suas propriedades e forçá-los a recuarem para as reservas, intuitos aos quais os indígenas se opõem, insistindo em manter a posse dos espaços que lograram recuperar a posse. Abaixo imagem de satélite identificando as áreas dos três assentamentos, cada um deles formado por aglomerados de barracos.

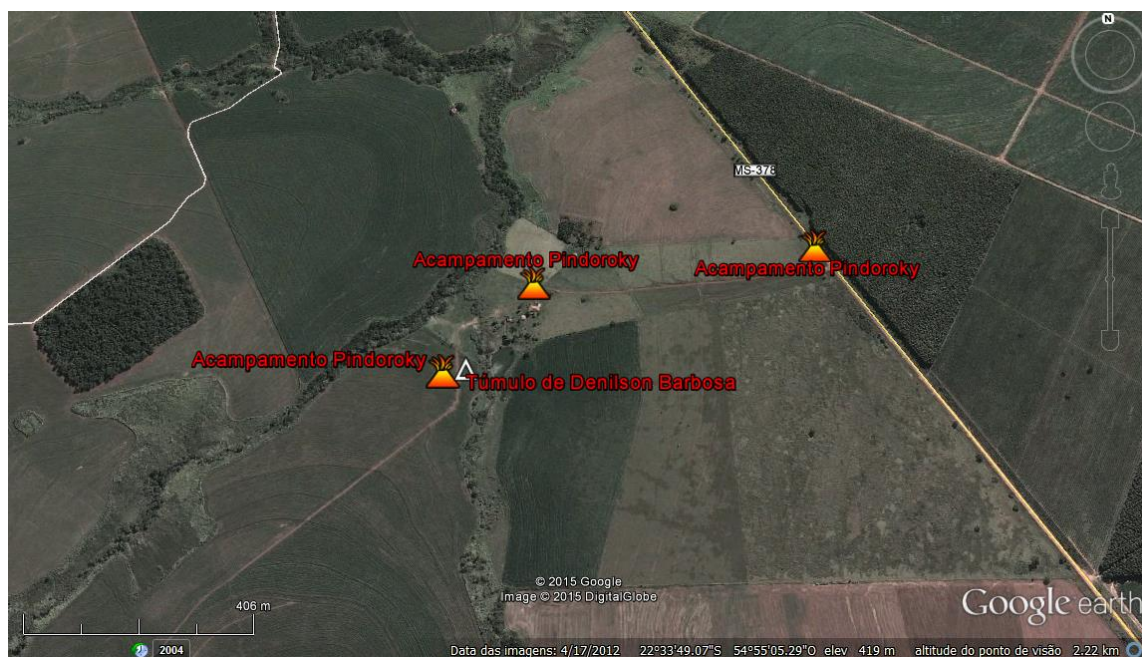


**Figura 60 - Figura com imagem de satélite identificando a localização e nominando os três assentamentos de recuperação de posse**

As famílias que vivem nesses acampamentos desenvolvem existência precária, praticamente inexistem serviços básicos como água potável, energia elétrica, educação escolar, assistência à saúde, segurança. A ação dos agentes públicos que prestam tais serviços é dificultada pelo ambiente de tensão e conflito persistente entre índios e proprietários rurais.

Além do risco aos servidores públicos, vários órgãos de governo também consideram ilegal atuarem em áreas de recuperação de posse, nas quais não há o reconhecimento oficial da legitimidade da presença indígena. Além da dificuldade de acesso aos serviços básicos e alimentação, as famílias ficam expostas a constantes ameaças de despejos ou violências por proprietários rurais ou por seguranças armados, por eles contratados.

O assentamento denominado de Pindo Roky possui dois aglomerados de casas, que ficam cerca de quinhentos metros um do outro, como se pode ver na identificação apresentada na figura da imagem de satélite abaixo. O histórico desse caso já foi descrito em páginas anteriores, mas é aqui retomado para compor a caracterização das áreas de recuperação de posse, juntamente com os outros dois assentamentos. Demonstra-se também as transformações e expansão que ocorreram na ocupação desse espaço desde que a recuperação de posse foi precipitada pelo assassinato do indígena Denilson Barbosa, descrito anteriormente.



**Figura 61 - Figura com imagem de satélite identificando os dois aglomerados de casas do assentamento de recuperação de posse de Pindo Roky, bem como o túmulo do kaiowá Denilson Barbosa, assassinado no local, fato que desencadeou a iniciativa de recuperação de posse, conforme discutido no tópico anterior.**

A forma de distribuição das casas em aglomerados se orienta por características da organização social kaiowá, sendo que cada um desses assentamentos reúne segmentos de uma mesma parentela, mas que julgaram conveniente ocuparem espaços distintos. Tal características da organização social e formas de assentamento estão bem descritas na etnografia sobre o grupo, como nos trabalhos de Pereira (1999 e 2004), dentre outros.

Abaixo apresentamos mais uma figura desenhada pelos próprios indígenas, identifica os dois agrupamentos de casas. A figura dispõe de legenda e identifica, inclusive, o local onde está enterrado o corpo de Denilson Barbosa, evento descrito em detalhes em partes anteriores do presente relatório.



**Figura 62 - Figura com imagem desenhada por Grazielle Fernandes, escolhida pelas famílias para desenhar a disposição das casas na reocupação de posse de Pindo Roky. A estrada que antes servia ao trânsito de máquinas, veículos e produtos voltados as atividades agropecuárias desenvolvidas pelos proprietários, agora serve de acesso aos dois aglomerados de famílias residentes no local, que cultivam pequenas roças de mandioca, milho, batata, banana, etc., característica da agricultura desenvolvida pelos indígenas.**

O segundo assentamento de recuperação de posse, denominado de Itagua, foi também formado por um grupo de famílias originárias dessa parte da terra indígena Dourados Amambaipegua I. Inicialmente parte das famílias viviam no assentamento de Pindo Roky, descrito anteriormente. Em 2013 decidiram se organizar para recuperar o espaço ocupado por seus próprios parentes no passado, para aí reagregarem os parentes e recompoem as formas de sociabilidade próprias a esse ramo de sua família extensa. Após a reocupação outras famílias residentes em reservas começaram a se deslocar para esse local, consolidando mais um espaço de recuperação de posse.

Abaixo apresentamos figura com imagem de satélite com identificação do local da recuperação de posse. Também nesse caso, as famílias estão dispostas em dois aglomerados de famílias, distantes cerca de oitocentos metros distantes entre si. Os dois núcleos expressam

solidariedade política e desenvolvem interação constante, orientada pela economia de reciprocidade, característica da sociedade kaiowá. A característica diferencial desse assentamento é a presença de mulheres na organização das famílias, chamando para si a responsabilidade por manter a recuperação de posse.



**Figura 63 - Figura com imagem de satélite com localização atual dos dois aglomerados do assentamento de recuperação de posse de Itagua. Nota-se a preferência por local próximo da área de remanescente de vegetação nativa e curso d'água.**

Abaixo apresentamos figura com desenho realizado por indígenas de Itagua onde registram a ocupação que desenvolveram nessa parte da terra indígena antes de serem expropriados do território e recolhidos na reserva de Caarapó.



**Figura 64 - Figura com o desenho de kunhã Tejy, incorporando contribuições do coletivo das famílias que vivem na área de recuperação de posse denominada de Itagua. Na figura mesclam o registro tanto da ocupação atual, quanto dos parentes que viveram no local no passado, antes das famílias indígenas serem desalojadas do local por proprietários que requereram e titularam a terra. Aparece, inclusive, a oy pysy (casa comunal), que teria sido ocupada na primeira metade do século XX por um importante rezador, denominado de Karaguata.**

A próxima figura mostra o mesmo espaço, mas a preocupação dos indígenas foi com os registros das mortes que teriam ocorrido por conta das violências perpetradas durante o processo de remoção forçada das famílias para as reservas. Assim, a figura identifica locais onde ocorreram assassinatos de indígenas durante o processo de expropriação da terra que se estendeu da década de 1940 até a década de 1960. É uma espécie de **mapa das violências e mortes** sofridas pelas famílias no período em que foram expulsos da terra.





**Figura 66 - Foto que apresenta uma visão geral do acampamento de Itagua.**

A figura abaixo apresenta foto dos trabalhos de campo, onde a anciã Aureliana Quevedo, 60 anos, relata como era a ocupação das famílias no local antes de serem obrigadas a abandonarem a terra, no recolhimento forçado para a reserva de Caarapó.



**Figura 67 - Foto de coleta de dados durante trabalho de campo em Itagua.**

O terceiro assentamento de recuperação de posse da terra é denominado de Te'y Jusu. A figura da imagem de satélite abaixo identifica o local das casas das famílias aí reunidas, como estratégia de recomposição da parentela e reposição das formas de sociabilidade específica.



**Figura 68 - Figura com imagem de satélite identificando a localização dos dois aglomerados de barracos que formam o assentamento de recuperação de posse das famílias de Te'yi Jusu. As casas estão localizadas próximas a nascentes que correm em direção a margem esquerda do córrego Pirantini, que nessa parte, se constitui como o limite da terra indígena proposta no presente relatório de identificação.**

Abaixo figura com o desenho da área de recuperação de posse elaborado pelo kaiowá Elson Canteiro Gomes, acadêmico da licenciatura indígena Teko Arandu da Universidade Federal da Grande Dourados, que reside com o grupo e atua como uma espécie de líder letrado, apoiando os líderes da reocupação de posse considerados como tradicionais. Tais líderes são os chefes de famílias extensas, que reúnem várias famílias nucleares. A maior parte dessas famílias nucleares permanecem residindo em reservas, mas se preparam para se juntar aos parentes na área de recuperação de posse.



**Figura 69 - Figura com desenho elaborado por Elso Cantero Gomes, com os registros dos pontos de ocupação atual. O desenho foi realizado incorporando as sugestões de várias pessoas que vivem na recuperação de posse de Té'yi Jusu.**

A principal referência de articulação do grupo de famílias do assentamento de recuperação de terra no Te'yi Jusu é a anciã Marcelina Almeida Marques, 78 anos. Foto abaixo.



**Figura 70 - Figura com a foto de Marcelina Almeida Marques, 78 anos, filha de líder assassinado. É a lembrança das histórias narradas pelo pai que impulsionou a líder a animar os parentes para recuperarem o espaço que considera de ocupação tradicional.**

A senhora Marcelina relata que seu pai foi assassinado nas margens do rio Piratini, tendo sido enterrado no mesmo local. A opção por enterá-lo no local do assassinato foi devido ao tempo percorrido entre seu desaparecimento e a localização do cadáver. O crime teria sido perpetrado por funcionários da fazenda, empenhados em impedir que os índigenas residissem no local ou mesmo por lá transitassem, em expedições de caça, pesca ou coleta. Quando o corpo foi encontrado já haviam passado três dias e o estado de decomposição do corpo dificultava sua remoção. Abaixo relato produzido por ela em que atesta a forma violenta em que perdeu seu pai.

### Assassinato da etnia kaíowa Bento Almeida Romero.

A ida e sem volta do Bento Almeida Romero (Kunumi Papo'i) foi para caçar e pescar no rio Lima Ambá, nunca mais voltou.

Bento é índio da etnia kaíowa, morador da aldeia Te'yikue, ele gosta de caçar e pescar tanto quanto os outros índios, trabalhador, honesto, se alistou no quartel de Ponta Porã. Ele sempre ia aquela região e voltava para família, com carne e peixe para assar no dia seguinte. No sábado 7:00 horas da manhã 13.11.1973 saiu com Dalva, Agutina para pescar e caçar no rio Lima Ambá, atualmente é conhecido como o Rio Piratini. No caminho ele matou um macaco e um tatu. Chegou no rio por volta das horas 11:00 da manhã. Ele se preparava para fregar peixe para almoço, quando apareceu oito homens armados da fazenda, um deles atirou e acertou o Bento, ele caiu dizendo me acertou (chengo me'opi no'e), o tiro acertou na peito. Dalva e Agutina presenciou a morte, caindo de braços abertos na água, segurando do arco e da flecha com sangue no peito. As duas ficaram sem escolha, morria junto ou abandonava o corpo, as duas pegaram macaco, tatu e saiu correndo por onde caminhava pela mata, rápido e agi. Os homens seguíam elas pelas matas, mas não alcançou e deu vários tiros atrás delas. O cachorro chama Lompa ficou com o corpo. As duas chegou na aldeia Te'yikue por volta de horas 5:00 da tarde de sábado, avisou parente, Cassiano Aquino liderança da aldeia, Didi chefe da Funai, polícia foi acionado pela Funai, no dia seguinte Dalva estava muito cansada, por isso ela não acompanhou o grupo. No domingo de manhã as autoridades, parente, acompanhada pela Agutina foi para buscar o corpo e não foi encontrada pelo grupo, na segunda-feira de manhã sem autoridade presente, familiares e amigos voltaram procurar, acompanhada com Dalva. Corpo foi encontrado e já estava estragado, tiraram da água e não podia trazer, por isso familiares resolveram enterrar lá. Por medo de ser atacado de novo pelo fazendeiro com pistoleiro, familiares não levou a cruz tão cedo no local. Depois de um ano os parentes, amigos, caciques, se juntaram com aproximadamente de 40 pessoas e levou a cruz onde foi enterrada. Dor de impunidade para etnia indígena não é novidade, autoridade apenas empilhou mais um caso, assassino não foi preso, tem vários netos. Ao contrário, Bento saiu de casa e nunca mais voltou para família. Parecido com acontecimento, no ano 2013 na fazenda vizinha um aluno adolescente foi matado pelo fazendeiro, depois levado e jogado no canal. Tem vários outros assassinatos, matanças que não foram tomados providências pela autoridade. Sobre índio nem dá a mínima. Fim de tudo, chamam índio de invasores de propriedades. Os políticos se preocupa mais com fazendeiro, empresário e em outros investidores de alto nível e roubando dinheiro público.

Índio são mortos sem piedades, ocupado de tudo isso é o governo, vendendo terra para fazendeiro, para mais poderoso de alta patente, sem pensar em diversa etnia indígena atuante na região, eisera que esse hábito da impunidade muda na região local, nos estados e nos país onde vivemos.

**Figura 71 - Figura com relato produzido pelos indígenas com registro do assassinato de Bento Almeida Romero, pai de Marcelina Almeida Marques, que teria acontecido em 13.11.1973. Esse fato é o propulsor da retomada de Te'yi Jusu.**

O relato acima foi produzido por professores e acadêmicos indígenas que são parentes ou apoiam as famílias dos acampamentos. Cópia desse relato está presente nas pastas de documentos das lideranças de Te'yi Jusu, que fazem questão de apresentá-las as autoridades do governo com as quais tem oportunidade de se encontrarem. Elas fizeram questão de que eu tirasse uma foto e incluísse esse relato no relatório. A nova geração de letrados demonstra grande preocupação em conhecer e registrar o que teria acontecido com as

famílias, no processo de violência contra as comunidades expulsas de seus territórios e forçada a se recolherem nas reservas, deixando para tras os espaços de seus tekoha para serem ocupados por atividades agropastoris.

No momento em que incluo esses últimos dados ao presente relatório (julho de 2015), existe um intenso movimento de famílias que manifestam o desejo de se somarem aos parentes que vivem nas áreas de recuperação de posse aqui descrita ou de constituírem novos assentamentos nessa condição. Parece impossível demovê-los desse intento, mesmo quando se aponta a precariedade dos assentamentos de recuperação de posse e a situação de risco a que ficam exposto. É urgente a conclusão do procedimento administrativo para que essas famílias possam recuperar a condição de viverem com dignidade nos espaços que lhes pertencem por direito, uma vez que se atesta a tradicionalidade da ocupação.

### **III - TERCEIRA PARTE: Atividades Produtivas**

- a) descrição das atividades produtivas desenvolvidas pelo grupo com a identificação, localização e dimensão das áreas utilizadas para esse fim;
- b) descrição das características da economia desenvolvida pelo(s) grupo(s), das alterações eventualmente ocorridas na economia tradicional a partir do contato com a sociedade envolvente e do modo como se processaram tais alterações;
- c) descrição das relações sócio-econômico-culturais com outros grupos indígenas e com a sociedade envolvente;

Durante muito tempo as sociedades indígenas foram concebidas como internamente homogêneas e indiferenciadas. Hoje estamos em condição de afirmar que essa visão expressava mais o contraste entre as formas políticas hierarquizadas e a institucionalização das desigualdades econômicas nas sociedades ocidentais, quando comparada com os modos organizacionais das sociedades indígenas, do que características intrínsecas aos sistemas sociais indígenas. Resulta daí a visão distorcida que atribuiu um coletivismo ou comunismo generalizado à forma de organização econômica das sociedades indígenas. Entretanto, a etnografia vem realizando estudos sistemáticos sobre a vida econômica de diversos povos, sendo que tais estudos revelam sistemas econômicos extremamente complexos, tanto do ponto de técnico como organizacional.

Clastres (1978) demonstra a impropriedade de caracterizar genericamente as sociedades indígenas, sendo o equívoco responsável pela sedimentação de vários estereótipos através dos quais nos acostumamos a apreender o formato de suas instituições. O autor observa a tendência de caracterizar essas sociedades pela ausência de determinadas

instituições como: Estado, escrita, história, religião, economia, etc. Essa maneira equivocada resulta, ainda segundo nosso autor, da dificuldade de reconhecermos instituições organizadas a partir de parâmetros bastante distintos daqueles familiares à nossa própria sociedade, exigindo de nós um esforço para compreendermos sua organização e funcionamento.

Dito isto, cabe observar que os estudos etnográficos sobre os Kaiowá e os Guarani, desde os trabalhos pioneiros de Schaden ([1952]1974) e Melià, Grünberg & Grünberg (1976), demonstram como a conduta econômica entre os membros dessas etnias não se pauta por uma reciprocidade generalizada, muitas vezes imaginada pelo senso comum. Na verdade, as práticas econômicas aí desenvolvidas combinam a existência de pequenos círculos de pessoas que se consideram próximos e entre as quais existe um alto grau de coesão e partilha econômicas frequentes, com unidades sociológicas maiores e mais abrangentes, onde a solidariedade é mais rarefeita, só se expressando nos momentos de realização de rituais religiosos ou ajuntamentos políticos esporádicos. Estas características foram extensamente desenvolvidas em Pereira (2004a cap.2).

Entre os Kaiowá e Guarani, a realização das atividades produtivas está diretamente conectada com a existência de módulos organizacionais, como o fogo doméstico, a parentela e o *tekoha*, a partir das quais se organiza a sociedade. Cada parentela – *te'yi* - é estruturada em torno de um líder de expressão política/religiosa que recebe distintas denominações como *hi'u-ha'i/tamõ-i-jaryi/jekoha*. A composição de tais módulos organizacionais tem como base de articulação as relações de parentesco cognático. É com base na agregação de seus parentes bilaterais que o articulador de parentela logra articular um grupo de cooperação política e econômica, no qual pode incluir ainda alguns aliados que se incorporam ao grupo dos parentes. Quanto maior a densidade dos vínculos parentais entre as pessoas que compõem uma parentela, mais intensa tende a ser a cooperação econômica e a solidariedade entre seus membros. A coesão da parentela depende também da capacidade do casal de articuladores em resolver os problemas de convivência do grupo e de proporcionar o acesso aos recursos indispensáveis à sobrevivência.

As atividades produtivas se dividem entre aquelas voltadas para o atendimento das necessidades cotidianas dos membros do fogo doméstico (família nuclear) e as voltadas para o campo da convivência ampliada da parentela e do *tekoha*, que serão tratadas adiante. A economia do fogo doméstico requer a participação do casal, dentro das disposições e atribuições alocadas aos dois sexos (esposa e esposo). Recebe ainda a inflexão geracional, pois as crianças participam de modo determinado na economia do fogo doméstico. Cada fogo

doméstico goza de considerável liberdade para decidir sobre sua vida econômica, ou seja, quanto de roça plantar, o que plantar, tempo dedicado à caça, pesca e coleta, opção por trabalhos fora da comunidade, como gastar o dinheiro ganho em atividades remuneradas, etc. É óbvio que cada fogo doméstico conduz sua vida econômica dentro dos limites impostos pela situação histórica atual, que estabelece radicais restrições para a maioria das famílias kaiowá e guarani. A liberdade do fogo doméstico para decidir sobre sua vida econômica não deve se contrapor à necessidade de compromisso e solidariedade com a parentela e o *tekoha* no qual está inserido. Se isto ocorrer, o fogo pode sofrer sanções sociais como o ostracismo, ser objeto de fofocas e acusações de diversas ordens. Em casos extremos, isso pode levar até a expulsão da comunidade.

Como explicamos em partes anteriores do presente relatório, a parentela ocupa uma porção de terra vizinha a outras parentelas, com as quais estabelece intercâmbios matrimoniais, políticos e rituais, compondo unidades mais abrangentes denominadas *tekoha* e *tekoha guasu*. Parte significativa das atividades econômicas é voltada para o atendimento das necessidades oriundas desses intercâmbios, de modo que a motivação para a preparação de roças maiores, de pescarias ou caçadas coletivas, de ordinário se origina em necessidades de sociabilidade ampliada, não estando diretamente submetidas à provisão de subsistência do fogo doméstico ou mesmo de um aglomerado de fogos no interior da parentela. Atualmente as caçadas e pescarias são pouco realizadas, pela dificuldade de acesso a espaços apropriados para esse fim, ou quando são realizadas resultam em rendimento pouco expressivo. Dessa forma, quando necessitam realizar eventos de sociabilidade política ou rituais ampliados, os Kaiowá e Guaraní recorrem à contribuição de profissionais indígenas assalariados, recursos de associações indígenas ou agências indigenistas.

Os Kaiowá e os Guaraní assalariados como servidores públicos ou em trabalhos em empresas particulares seguem envolvidos nessas redes de compromissos de reciprocidade. Isto representa um ônus, em termos de limitar as possibilidades de utilizar o salário na aquisição de bens em benefício próprio ou de sua família nuclear. Entretanto, o ônus pode se transformar numa interessante oportunidade de distribuir bens e angariar apoio político. Esse é um dos motivos pelos quais boa parte dos indígenas com acesso regular a bens acaba assumindo a condição de liderança. Nessas sociedades é considerado líder quem tem algo para dividir e que sabe promover essa distribuição de acordo com as normas que regem a economia de reciprocidade aí instituída - *teko joja*.

Como enfatizado em partes anteriores do presente relatório, a organização do *tekoha* está articulada com esferas ainda mais abrangentes, denominadas de *tekoha pavẽ* ou *tekoha guasu*, em redes de articulações históricas sobrepostas, cuja configuração, a partir de elementos políticos e principalmente religiosos, é extremamente complexa. Essas atividades políticas e religiosas demandam a produção de bens, como alimentos, bebidas, adornos, etc. e, estão intimamente conectadas com as atividades econômicas. Para o entendimento das atividades produtivas, é importante chamar a atenção para a necessidade de considerar que, do ponto de vista kaiowá e guarani, a razão e o sentido de qualquer atividade econômica é concebida sempre sob a lógica de sua organização social e vida religiosa. Acrescente-se, ainda, que no pensamento kaiowá e guarani, atividades que caracterizamos como de produção, como cultivo agrícola, caça, pesca e coleta são sempre acompanhadas por processos de negociação com os seres xamânicos ou divinizados, guardiões de cada um desses domínios.

A base da produção de alimentos entre os Kaiowá e os Guarani foi, tradicionalmente, a agricultura, principalmente o milho e a mandioca. Também, em menor escala de produção, aparece o cultivo do amendoim, feijões, cana-de-açúcar, carás, batatas, *mbakuku* (uma espécie de tubérculo) e de algumas frutíferas como o mamão, a melancia e plantas introduzidas como a manga, a laranja e a banana. Dessa forma, são etnograficamente definidos como competentes agricultores de floresta tropical.

A escolha dos locais de moradia, quando dispunham de liberdade de escolha, levava sempre em conta a proximidade de solos que pudessem assegurar a produtividade agrícola satisfatória. Isso explica porque as áreas propostas no presente Grupo Técnico sempre incluem espaços com solos férteis, onde, antes da derrubada das matas, praticavam sua agricultura tradicional, denominada de agricultura de *koivára*. Os cultivos tradicionais também incluem espécies não comestíveis como o urucum, o fumo e o algodão.

No presente, cada família nuclear procura plantar sua própria roça, onde são cultivadas as espécies acima descritas e também sementes introduzidas pelos programas agrícolas indigenistas ou por iniciativas dos próprios índios. Eventualmente, fogos domésticos ou famílias nucleares, que residem próximas umas das outras e que entre si existe fortes vínculos de parentesco ou aliança, podem se associar na realização de trabalhos de preparação do terreno, plantio, capina ou colheita; mas a roça, via de regra, pertence a um único proprietário. Entretanto, o fogo doméstico será sempre convocado pelo cabeça de parentela a apoiar, com alguma retribuição, a realização de algum evento coletivo. Tem também a

obrigação moral de apoiar parentes com necessidade e de recepcionar e alimentar as visitas. Sempre se encontra parentes visitando as casas de pessoas que dispõem de mais recursos, sendo comum formar-se uma constelação de casas no entorno de sua residência.

### **III. 1 - Atividades produtivas desenvolvidas pelo grupo e identificação das áreas utilizadas para esse fim**

A Terra Indígena Dourados-Amambaípegua I reúne ambientes com características diversificadas em termos de solo, fauna e flora, conforme será mais bem descrito no relatório ambiental. As imagens de satélite evidenciam o quanto a condição ambiental original foi alterada pela ação antrópica em décadas de ocupação agropastoril. Originalmente a vegetação predominante era a floresta e o cerrado alto, que cobriam a maior parte desse território. Também existiam algumas manchas de campo cerrado, locais de concentração de uma fruta muito apreciada, a guavira, colhida entre os meses de novembro e dezembro. Essa era a condição ambiental original na qual as comunidades viviam, na região aqui denominada de *tekoha guasu*, identificada como Terra Indígena Dourados-Amambaípegua I.

A Terra Indígena Dourados-Amambaípegua I está situada no curso médio das bacias dos rios Dourados e Amambai. Ao longo desses rios e dos córregos que lhes servem como afluentes, viviam muitas comunidades até a década de 1940, quando se intensificou a expansão das frentes de ocupação agropastoris. Nesse espaço os Kaiowá e Guaraní desenvolveram seu modo próprio de ser, por eles denominado *teko*. O relatório ambiental identifica com precisão e cientificidade a constituição pedológica, apresentando as áreas de solo mais férteis, com cobertura original composta por densa floresta, e que reúnem condições químicas e físicas ideais para o plantio de culturas agrícolas anuais como o milho. Eram nessas áreas que os Kaiowá e Guaraní cultivavam roças no sistema de *koivara*. Mesmo nos locais em que predominavam áreas de cerrado, os Kaiowá e Guaraní encontravam algumas áreas apropriadas para o cultivo, principalmente ao longo dos cursos de rios e córregos, onde as matas ciliares sempre possibilitavam esse tipo de atividade.

As áreas de cerrado alto também tinham cobertura florestal bastante densa, com ocorrência faixas de solos com maior fertilidade, comportando madeiras de lei como peroba, cedro, angelim, aroeira, jatobá, angico e ipê. Esses locais permitiam o plantio de roças de milho, mandioca, arroz, feijão e amendoim, capazes de manter o fornecimento regular de alimentos, embora a rotatividade das áreas cultivadas fosse maior que nas áreas de solos de

mata alta, com solos argilosos e ricos em nutrientes. As áreas de campo cerrado eram especialmente utilizadas como áreas de caça e coleta de frutos e medicamentos.

Ainda hoje, sempre que as condições ecológicas permitem, os Kaiowá e Guarani preferem plantar roças de *koivara* aproveitando as poucas áreas de remanescentes de mata. Isto coloca um problema ambiental, pois, nas áreas por eles ocupadas ou propostas agora para demarcação, a maior parte da mata foi derrubada pelos fazendeiros para dar lugar ao plantio de pastagens de gramíneas. Essas gramíneas produzem uma quantidade enorme de sementes com grande potencial de propagação e se expandem em ritmo acelerado sobre as áreas cultivadas ou roças abandonadas. A infestação de gramíneas dificulta a regeneração e recomposição da vegetação nativa, necessária para a retomada da cobertura florestal original e para a reutilização da área para confecção de nova roça de *koivara*. Sem essa regeneração da mata, o cultivo de lavouras na forma de roça de *koivara* se inviabiliza.

As áreas de mata, já escassas na região, vão gradativamente desaparecendo. Isso porque a regeneração das poucas áreas de mata utilizadas como roças de *koivara* é dificultada pela introdução de gramíneas de origem africana e indiana. Elas infestam as roças e produzem grande quantidade de massa vegetal. Por terem sistema radicular extremamente poderoso, desenvolvem-se mais rapidamente e sufocam a brotação das plantas nativas da região. No final do inverno, entre agosto e outubro, a massa vegetal seca, produzida pelas gramíneas, torna-se combustível para incêndios de grandes proporções.

Sem áreas de mata suficientes para o cultivo de suas roças de *koivara*, os Kaiowá e os Guarani tornam-se cada vez mais dependentes de insumos agrícolas, necessários para a aplicação do modelo de agricultura comercial, implantado na região e em todas as reservas e terras indígenas demarcadas. Entretanto, a adoção desse modelo tem se mostrado inviável em termos econômicos, dada a necessidade de capitalização do agricultor, e também em termos sociais, devido à inadequação desse sistema ao modelo de organização social e produtiva praticado pelos Kaiowá e Guarani, descrito anteriormente.

Na situação atual, a tendência é de as matas desaparecerem em poucos anos de uso agrícola, caso elas sejam utilizadas para o cultivo de roças de *koivara*. Para evitar tal problema, as lideranças kaiowá e guarani procuram convencer as famílias indígenas a não derrubarem as pequenas porções de matas que ficam dentro do espaço proposto para a demarcação. Como já fazem nos espaços por eles ocupados, seja nas reservas ou em ocupações, recorrem à FUNAI para fornecer trator para que possam preparar áreas já

mecanizadas cultivadas ou infestadas com gramíneas. Dizem que pretendem aplicar a mesma sistemática quando reocuparem as áreas de ocupação tradicional apresentadas no presente relatório. Estão empenhados em favorecer a regeneração do que restou dos pequenos fragmentos de mata alta e das matas ciliares. De qualquer forma, reconhecem a necessidade de contarem com suporte técnico e financeiro do governo para viabilizar sua existência dentro de condições ambientais totalmente distintas daquelas que prevaleciam na área antes da expulsão das famílias. Muito lamentam o fato dos proprietários terem desmatado a quase totalidade das áreas, deixando apenas fragmentos de mata. Durante a pesquisa de campo era comum ouvir frases do tipo “*ko’ape ha’e ka’aguypa, oguahêvo karai, ho’upa ore ka’aguype*”, que significa “aqui era mato completamente fechado, quando chegaram os brancos, eles devoraram toda a nossa floresta”.

A agricultura é prática muito antiga entre os Kaiowá e Guaraní. Sua ocorrência chamou a atenção dos primeiros conquistadores pelo alto grau de desenvolvimento e eficácia. Os primeiros relatos registram a capacidade desses índios em produzir farto suprimento de alimentos, mesmo em se tratando de aldeias numerosas, como atestam fontes históricas desde o século XVI. A miséria em que vive hoje a maioria das comunidades guarani é fenômeno recente e está diretamente ligada a fatores como a perda da terra, a destruição do ambiente natural, a imposição de condutas econômicas alheias aos seus costumes e ao recolhimento da população de várias comunidades em reservas de espaços diminutos, com implicações profundas na organização social e econômica.

Mesmo nas condições históricas atuais, é notável a capacidade dos Kaiowá e Guaraní manejarem a terra de acordo com suas necessidades produtivas e culturais. Assim, as terras indígenas demarcadas nas últimas décadas apresentam visíveis sinais de regeneração na cobertura florestal, entremeada por pequenas roças que reúnem grande diversidade de espécies<sup>30</sup>. Mesmo as reservas demarcadas no início do século XX se destacam na paisagem por disporem de espaços cobertos com vegetação nativa, mesmo sendo espaços de alta densidade demográfica e intensamente pressionados por programas de governo. Vale lembrar que até a década de 1980 a FUNAI dispunha de um trator de esteira, utilizado no desmatamento das reservas.

---

<sup>30</sup> Os Kaiowá identificaram seis cultivares de mandioca e dois de milho próprios dessa etnia, além de feijões e tubérculos. Essa diversidade está em franco processo de desaparecimento em muitas reservas, entre outros fatores, devido à introdução de sementes híbridas fornecidas pelos programas econômicos custeados pelo Governo.

No modelo agrícola tradicional, os Kaiowá costumavam mudar a localização das roças em períodos que variavam de dois a quatro anos, quando a terra começava a perder a fertilidade ou se infestar com ervas daninhas. Hoje isto se tornou inviável por viverem encurralados em pequenas reservas sem áreas de mata suficiente. Na agricultura tradicional, a antiga roça era então abandonada para repouso e regeneração e uma área de mata próxima era desmatada para dar lugar à nova roça. A antiga roça ainda servia, por alguns anos, como local de coleta e de caça. A escolha do local para a nova roça levava em consideração o acordo tácito entre as diversas parentelas que ocupavam um *tekoha*.

Cada parentela tinha direitos exclusivos sobre determinados trechos dos córregos e suas cabeceiras ou nascentes. Nesse espaço, as famílias que compunham a parentela construíam suas casas e faziam suas roças. Isto não implicava em isolamento completo da parentela, pois, como registrado em outras partes do presente relatório, ocasionalmente faziam reuniões políticas, festas e rituais conjuntos que congregavam os esforços de várias parentelas relacionadas por vínculos de alianças políticas, matrimoniais ou religiosas. Nessas festas, costumeiramente os anfitriões ofereciam aos convidados os produtos resultantes de seu empenho em atividades econômicas, na lavoura, caça e coleta<sup>31</sup>. As áreas de caça e coleta, compostas principalmente pelo cerrado, cursos d'água e matas ciliares, eram de uso comum de todas as parentelas que formavam o *tekoha*, mas respeitava-se a proximidade das residências.

Até pelo menos a década de 1940, os Kaiowá e Guaraní de que trata o presente relatório ainda dispunham da maior parte de suas terras tradicionais. Nesses espaços praticavam três tipos de roça<sup>32</sup>:

a) próximo às casas cultivavam principalmente plantas medicinais ou voltadas para a prática de rituais<sup>33</sup>. Algumas dessas plantas são domesticadas, mas a maioria delas é retirada dos lugares em que ocorrem na natureza, o que é realizado durante as expedições de caça e coleta. Uma vez retiradas da natureza, essas plantas são transplantadas no entorno da casa (*ogajere*), para assim estarem disponíveis sempre que delas tivessem necessidade. Composto com as plantas medicinais, implantam algumas frutíferas, plantas que produzem sombra e que cumprem funções estéticas e rituais, como o cedro, considerada uma planta bonita e associada

---

<sup>31</sup> Essa reciprocidade entre as parentelas que viviam em cada *tekoha* é muito presente na memória das pessoas mais velhas que aí viveram, e a lembrança reacende neles o desejo de, com a demarcação da terra, novamente reconstituírem esse modelo organizacional.

<sup>32</sup> Os Kaiowá continuam praticando estes três tipos de cultivo, sempre que as condições ecológicas e demográficas permitem.

<sup>33</sup> Essas duas práticas muitas vezes se apresentam intrinsecamente relacionadas no pensamento kaiowá.

ao mundo divino. Quando abriam clareira na mata para fazer a construção da casa, o manejo do entorno do pátio era seletivo, eliminando plantas indesejadas para dar espaço ao plantio das plantas desejadas;

b) a pouca distância da casa (menos de 300 metros), costumavam plantar uma pequena roça com alimentos para serem eventualmente consumidos em dias que por algum motivo não fosse possível ir buscar os alimentos na roça principal (por exemplo, em dias de muita chuva ou frio, ou quando da chegada inesperada de um visitante). O desmatamento da área para implantação dessa roça também proporcionava um importante suprimento de lenha, utilizada no fogo culinário;

c) a roça principal, aquela que garantia o alimento farto durante todo o ano, geralmente era feita distando de um a três quilômetros da casa, de preferência ao lado ou dentro da mata. Essa roça, além de produzir alimentos, tinha a função de atrair a caça. Era no entorno da roça principal que armavam os mondes (armadilhas), nas trilhas que os animais utilizam para transitar entre a mata e a roça.

A mata era ainda local de coleta de certas frutas e remédios que só se desenvolvem nesse ambiente, bem como de certos tipos de caça que preferem esse ambiente, como mutum, quati, veado mateiro. É aí que encontravam o cedro (*ygary*), considerada uma planta sagrada e o *tembetary*, de onde extraem a resina para o adorno labial. A infusão da casca do cedro é utilizada no batismo das crianças. O xamã também costuma fazer bochecho com a infusão para melhorar sua voz durante as rezas. As folhas do cedro servem para desviar tempestade, o que é feito agitando um ramo no ar, como se estivesse varrendo o ar, enquanto se profere uma reza. Esse procedimento é denominado *Jo'asa*. Atualmente, os Kaiowá e os Guarani seguem com esses usos, sendo costume plantar pés de cedro no entorno de suas casas, o que é feito a partir de mudas coletadas nos fragmentos de florestas. Lamentam que hoje o cedro se tornou raro, pois as matas deram lugar às pastagens e à agricultura mecanizada. Nesse sentido, as pequenas áreas de mata que ainda existem na terra aqui delimitada e proposta para a demarcação, são extremamente importantes para a reprodução cultural física e cultural das comunidades kaiowá e guarani. É aí que coletam remédios, frutas, mel, madeiras para construção de casas, caça, ou simplesmente passeiam –*oguatá*, tal como costumamos fazer no shopping. Os Kaiowá e Guarani consideram imprescindível dispor de áreas de mata para transitar e passear –*oguata*, pois além da importância econômica, esse trânsito desempenha importantes funções no equilíbrio bio-psíquico e na relação com seres espirituais (Pereira 2004, cap 4).

Assim, os remanescentes de florestas e as matas ciliares nas margens dos rios e em seus respectivos afluentes, constituem ambiente de grande importância para as comunidades kaiowá e guarani aqui tratadas desenvolverem suas atividades produtivas e culturais. Esses locais são reconhecidos como espaços de concentração de muitos recursos animais e vegetais, principalmente para caça e coleta de medicamentos, atividades que se revestem ainda de grande importância ritual.

Os Kaiowá e Guarani praticam a pesca com anzol nos rios e açudes, aos quais têm acesso, embora reclamem que o assoreamento provocado pelo desmatamento irracional tornou as águas rasas e diminuiu bastante a quantidade de peixes nos rios e córregos. Os mais velhos relatam que no período anterior ao desmatamento a pesca era abundante e tinha uma importância maior na dieta alimentar do grupo. Muitos peixes são também utilizados como remédio ou para cuidados rituais. Nas margens dos cursos d'água caçavam e continuam caçando alguns animais como jacaré, tamanduá, tatu, sucuri, capivara, macacos, quati, etc. Nos quintais das casas é muito comum encontrar restos das carcaças desses animais. Os animais de caça se destinam a vários usos além da alimentação, por exemplo, a carne do jacaré é usada na alimentação, a banha e a couraça do abdome para remédio e os dentes para confecção de colares; já o muçum ou piramboia, mais frequente nas lagoas, tem sua carne fresca utilizada como alimento, mas também pode se seca e guardada na forma de pó, com o qual fazem um chá, utilizado como remédio.

Nas margens dos rios Dourados e Amambai e em vários de seus afluentes, os Kaiowá e Guarani identificam vários locais de pesca, bem como vários locais que se constituem em moradias de seres espirituais, com os quais os xamãs desenvolvem relações necessárias ao bom desempenho de suas práticas religiosas. Também pescam nos açudes construídos pelos proprietários, o que na maioria das vezes é realizado de modo clandestino. Para a maior parte das famílias kaiowá e guarani, a pesca só não é mais frequente porque os funcionários das fazendas impedem o acesso a açudes e trechos dos cursos dos rios. Na maior parte das fazendas os funcionários são orientados a não permitir o trânsito dos índios no interior das fazendas, mas muitas vezes eles são compadres ou amigos dos índios e fingem não perceber que os índios estão pescando, caçando ou coletando na área da fazenda.

As fotos aéreas tiradas pelo Exército Brasileiro em meados da década de 1960 evidenciam que uma porcentagem significativa da cobertura florestal original se encontrava preservada até aquele período. Os Kaiowá e Guarani mais antigos se recordam perfeitamente do tipo de vegetação nativa predominante no território antes do desmatamento. Enfatizam a

predominância da mata alta, e afirmam que agora “tudo está virando campo, porque foi tudo desmatado e a terra está ficando fraca, só cresce mais planta de cerrado”. Dessa forma, percebem a savanização da região onde antes predominava a formação florestal idêntica a mata atlântica. A degradação do solo erodido e destituído de sua cobertura vegetal original é evidente para os Kaiowá e Guarani. Reconhecem que a produtividade de suas atuais roças é muito menor do que aquela conseguida no passado.

Na área do cerrado praticavam a caça de animais como ema, tamanduás, seriema, tatus, veados do campo, etc. que ainda continuam sendo caçados embora em menor escala devido a quase extinção do ambiente em que essas espécies se desenvolvem. No cerrado coletam uma grande quantidade de frutas como a guavira (que é abundante entre os meses de novembro/dezembro, quando tem uma participação significativa na dieta alimentar), araticuns, pitanga, etc. Coletam ainda uma grande quantidade de remédios. Do cerrado original restam apenas alguns poucos fragmentos intactos, a maioria deu lugar às pastagens.

Na Terra Indígena Dourados-Amambaípegua I predomina espécies animais e vegetais do ambiente de cerrado e da mata atlântica. Em grande medida, isso é devido a existência de áreas de reservas ambientais em algumas poucas fazendas, o que possibilita a migração dos animais e a renovação do estoque genético. Entretanto, esses recursos não suportam uma exploração continuada, sendo necessária a aplicação de medidas de recuperação ambiental e preservação das espécies ameaçadas. A demarcação deve ser acompanhada de tais medidas, como também de medidas que assegurem a sustentabilidade econômica das comunidades kaiowá e guarani. Com a demarcação elas retornarão para os seus territórios de ocupação tradicional, mas os encontrarão pauperizados em termos de recursos naturais.

Quanto às atividades produtivas desenvolvidas pelas comunidades kaiowá e guarani da Terra Indígena Dourados-Amambaípegua I antes do afastamento dos locais de ocupação tradicional, cabe esclarecer que originalmente a cobertura florestal era formada por um conjunto de micro-ambientes, com destaque para: a) campo cerrado (campo sujo); b) cerrado alto; c) mata alta densa (com madeira de lei como peroba, angelim, jequitibá, cedro, etc.) e; d) matas ciliares nas margens dos rios e lagos. Essa diversificação formava um mosaico florestal, proporcionando recursos variados em termos de alimentos, remédios e objetos rituais, identificados e utilizados pelos Kaiowá e Guarani de acordo com seus conhecimentos tradicionais.

Em pequena escala, os Kaiowá e Guarani que vivem atualmente em parte dessas terras ainda retiram esses recursos do ambiente, na pequena porção da terra por eles ocupada ou clandestinamente em terras particulares, graças ao conhecimento que detêm e da eficiência de suas técnicas de produção<sup>34</sup>. Entretanto, o impacto ambiental provocado pelo desmatamento restringiu muito a capacidade do ambiente sustentar uma exploração continuada sem exaustão de seus recursos. Assim, após a demarcação será necessário discutir com a comunidade programas de recomposição e manejo ambiental, prevendo o incremento de ações que se mostrem viáveis e do interesse da comunidade, como a produção de animais de pequeno porte, criação de abelhas, correção do solo para cultivo, e outras iniciativas que possam assegurar uma condição econômica satisfatória para as comunidades. As lideranças são enfáticas em atribuírem ao Estado brasileiro (ou, como dizem, ao governo) os prejuízos a que suas comunidades ficaram expostas com a expropriação das terras e esperam contar com o apoio para a recomposição ambiental, entendida com forma de ressarcimento.

Os Kaiowá e Guarani praticamente não conhecem interdição alimentar com respeito ao aproveitamento de proteínas de origem animal. São poucos os animais que afirmaram categoricamente não utilizarem na alimentação<sup>35</sup> tais como cobras (com exceção da sucuri, que apreciam muito a carne e a banha), o sapo cururu que consideram animal agourento e veículo para feitiçaria, o lobo guará, etc. Entretanto, há uma série de interdições alimentares incidindo sobre determinados seguimentos da população, associadas à infância, menstruação, gravidez e parto (Pereira 2004a).

Na organização econômica tradicional dos Kaiowá e Guarani a caça era responsável por fornecer o principal suprimento de proteína animal, fenômeno recorrente na maioria das sociedades indígenas do continente. As técnicas envolvidas na atividade são também muito desenvolvidas, já que possuem sofisticados conhecimentos sobre a fauna regional, seus hábitos e modos mais fáceis de captura. O emprego de várias técnicas de caça e captura garante considerável eficácia e o suprimento regular de proteína animal, desde que vivam em ambiente ecologicamente equilibrado. Mesmo com a escassez de animais provocada pelo desmatamento em grande escala, os Kaiowá e Guarani que vivem nas comunidades da Terra

---

<sup>34</sup> Obviamente que isto só é feito na parte que eles ocupam e naquelas onde os fazendeiros permitem ou não conseguem impedir o trânsito dos índios. É freqüente a acusação por parte dos fazendeiros de que os índios de matam gado ou praticam outros danos as suas propriedades. O clima é de muita tensão nas fazendas vizinhas a comunidades kaiowá e guarani.

<sup>35</sup> Pereira (2004a) identifica a existência entre os Kaiowá de uma categoria de animais classificados como *mba'e mbora'u*, que poderia ser traduzida como coisa amaldiçoada ou de mau agouro, mas essa geralmente recai sobre animais sem maior potencial de importância econômica.

Indígena Dourados-Amambaipagua I caçam com frequência e sempre conseguem resultados positivos, como pude atestar pelos filhotes de animais silvestres criados como animais de estimação e pela quantidade de carcaças de animais que se encontram em volta das casas.

Os xamãs costumam guardar vários tipos de gordura de animais (mamíferos) e peixes empregados na fabricação de remédios. A pesca e a coleta são tidas por esses índios como atividades subsidiárias, mas sua participação na dieta alimentar não deve ser menosprezada, embora na hierarquia de valores da economia do grupo não goze do mesmo *status* que a caça. A caça é também a atividade que mais exige cuidados rituais e envolve sérios riscos para seus praticantes. Os relatos sobre caçadas também ocupa boa parte da pauta das conversas entre homens, quando visitam os parentes ou aliados em outras aldeias, alimentando as conversas dos relatos dos caçadores reunidos em momentos de intimidade em volta dos fogos noturnos.

Para além da importância econômica, as atividades de caça, pesca e coleta são fundamentais para o desenvolvimento da pessoa na sociedade kaiowá e guarani. Elas requerem uma série de conhecimentos técnicos, voltados para finalidades práticas, mas também envolvem conhecimentos rituais, cujo domínio é imprescindível para o pleno desenvolvimento da personalidade social. O êxito nessas atividades indica um bom trânsito da pessoa com os seres xamânicos ou divinizados responsáveis pela ocorrência das espécies animais e vegetais, bem como o atendimento a certas expectativas comportamentais vinculadas à construção das representações sociais de gênero.

A caça, a pesca e em certa medida a coleta, não são concebidas como ações de predação do ambiente natural. Elas exigem negociação com seres divinizados, que atuam como os donos das diversas espécies animais e vegetais. O êxito nessas atividades requer o domínio dos códigos de interação entre os homens e os seres espirituais, e esse domínio é muito valorizado socialmente (Pereira 2004a). Dessa forma, dispor de áreas de mata, mesmo que reduzidas, é de fundamental importância para a reprodução da vida social em uma comunidade kaiowá, independente da participação econômica que essas atividades possam representar no cômputo geral das necessidades básicas. Para cumprir essas funções sociais, rituais e religiosas, que extrapolam a importância econômica, a caça não precisa ser realizada necessariamente com frequência diária, semanal ou mesmo mensal, basta que ela ocorra em algum momento, para servir de suporte à histórias, contadas e recontadas nos reencontros das pessoas.

Por fim, os líderes das comunidades da Terra Indígena Dourados-Amambaipegua I são categóricos ao afirmarem que não é deles a responsabilidade pela degradação do ambiente, mas dos representantes das frentes e expansão agropecuária que expropriaram suas terras tradicionais e promoveram o desmatamento em larga escala. Reconhecem que terão dificuldades em reproduzir plenamente seu modo de vida dentro das condições ambientais em que se encontram suas terras, mas são enfáticos em afirmar que isto não pode ser argumento para continuarem alijados da posse. Aliás, esperam contar com o apoio do governo para a recuperação da área e para a promoção de atividades produtivas capazes de assegurar a sobrevivência digna de suas comunidades.

### **III. 2 - Economia tradicional e transformações ocorridas a partir do contato com a sociedade envolvente**

Conforme indicado no tópico anterior, a bibliografia histórica e etnográfica classifica os Kaiowá e os Guarani como agricultores de floresta tropical, praticando a caça, a pesca e a coleta como atividades subsidiárias (Pereira 1999; 2004a). No presente tópico aprofundaremos como se dá a condição econômica na realidade histórica atual e qual o horizonte aberto a partir da demarcação das terras de ocupação tradicional kaiowá e guarani em Mato Grosso do Sul. Mesmo com as transformações ambientais impostas ao espaço que tradicionalmente ocupam e a perda do controle da terra onde radicavam muitas de suas comunidades, os Kaiowá e Guarani seguem praticando essas atividades sempre que as condições de espaço e ambiente lhes são favoráveis, conforme enfatizei em diversas partes deste relatório. Inevitavelmente ocorreram transformações na economia tradicional e, dentro das condições históricas atuais, as comunidades desenvolveram algumas estratégias para assegurarem a reprodução de seu sistema social. Cabe agora situá-las e discuti-las.

A primeira ocupação da região ocorreu pela extração da erva-mate no final do século XIX, como já registrado em outras partes deste relatório. Themis Quezado de Magalhães em seu relatório preliminar sobre a terra indígena Taquara, datado de fevereiro de 2004, chama a atenção para o fato de que no início das atividades ervateiras os Kaiowá constituíam uma população bastante numerosa na região e que:

“Esse contingente numérico, associado à preservação de fortes caracteres culturais de sua cultura – a língua, a religião, a organização social fundada na parentela e a fusão do papel do chefe da família extensa com o papel de chefe político-religioso – a despeito do extenso período de contato com a população não índia, dá testemunho de que a incorporação dessa população como mão de obra das frentes econômicas se deu sempre na ordem de sua indianidade” (Magalhães 2004: 32 e 33, grifos nossos).

A autora identifica com muita propriedade que a *indianidade* é mantida por vários fatores internos à própria constituição da identidade étnica. Acrescenta ainda a essas observações fatores que podem ser aqui retomados e discutidos, pois ajudam a entender como os Kaiowá e Guaraní conseguem manter a relação com os agentes da sociedade nacional sempre sob o signo de sua indianidade:

a) a *língua* guarani era falada respectivamente pelos Kaiowá e Guaraní, mas também pelos ervateiros paraguaios. Entretanto, elas guardavam importantes diferenças dialetais entre si, que se por um lado não impedia que entre eles se estabelecesse a comunicação, por outro, as diferenças dialetais serviam como sinais diacríticos, apropriados como distinções étnicas;

b) o *conhecimento ambiental secular da região*, por parte dos Kaiowá e Guaraní permitia que soubessem localizar com facilidade os locais de maior concentração de erva, a topografia da região, os locais apropriados para instalação dos acampamentos ervateiros e estradas, etc. Isto proporcionou que tivessem um lugar assegurado no empreendimento ervateiro, além da inclusão como força de trabalho;

c) a *tradição arraigada de povos agrícolas*, o que os capacitava como fornecedores de gêneros ou como trabalhadores nas lavouras dos colonizadores. Nas entrevistas que realizei com antigos indígenas, eles informaram que mesmo durante o período de predomínio da atividade ervateira era comum os Kaiowá e Guaraní se engajarem como fornecedores de gêneros aos trabalhadores ocupados diretamente nos ervais;

d) da *atrelagem da chefia política das aldeias aos chefes de famílias extensas*, pois os colonizadores sempre reconheceram que os índios viviam em grupos organizados, reconheceram de várias formas suas chefias e se instrumentalizaram desse expediente no recrutamento de mão de obra para o trabalho em suas propriedades (Magalhães 2004: 33). Nos dias atuais, os Kaiowá e Guaraní de Mato Grosso do Sul são sempre recrutados como trabalhadores em empreendimentos agrícolas que requerem grande número de trabalhadores, por formarem coletivos ordeiros e organizados com base em sistemas hierárquicos de autoridade já constituídos em suas próprias comunidades. Se inicialmente as “turmas de índios” trabalharam na coleta de erva mate e depois na abertura e implantação das fazendas, hoje são requisitados nos trabalhos da cana de açúcar e, até mesmo, na colheita de maçã, no distante estado de Santa Catarina.

É claro que o engajamento compulsório dos Kaiowá e Guaraní como trabalhadores nos ervais implicou em sérios problemas para essa população, como a dizimação de grande

parte da população por epidemias de febre amarela, sarampo, varíola, catapora e tuberculose, ou mesmo a diminuição da participação da população masculina adulta em atividades produtivas ou rituais desenvolvida em suas comunidades. Seguem, entretanto, sendo índios, e essa indianidade é o viés pelo qual se inserem no cenário multiétnico instituído na região a partir da presença definitiva das frentes de ocupação.

Conforme exposto anteriormente, com o declínio das atividades ervateiras por volta da década de 1940, a ocupação do sul do atual estado de Mato Grosso do Sul passa a se dar de forma gradual pelas frentes de expansão agropecuárias. À medida que as fazendas iam sendo implantadas, diminuía o trânsito dos Kaiowá e Guaraní no interior de seu território tradicional. O processo de perda de autonomia no trânsito e utilização do território foi gradual e contínuo, atingindo de forma desigual as dezenas de comunidades então existentes.

A implantação das fazendas requereu o uso intensivo da mão de obra indígena, em muitos casos a única disponível. Tal processo incidiu de modo gradual e desuniforme a região, sendo que os locais atingidos mais tardiamente se transformaram em refúgios de aldeias de “fundo de fazenda”, muitas vezes radicadas em áreas destinadas a reserva legal. Algumas comunidades viram sua terra imediatamente transformada em fazenda de gado ou lavoura, já nas décadas de 1940 e 1950, enquanto outras lograram permanecer nos locais que habitavam por mais tempo<sup>36</sup>. Muitas famílias indígenas tiveram de mudar várias vezes de locais onde existiam comunidades, isto porque quando expulsos, procuravam comunidades onde viviam parentes, nelas se fixavam, para em seguida serem novamente expulsos pela implantação de novas fazendas. Para a maior parte das famílias indígenas o destino acabou sendo alguma das reservas demarcadas, quanto as terras de ocupação tradicional foram totalmente tomadas por fazendas, cujos proprietários não queriam mais saber da presença indígena dentro de suas terras. A conclusão desse processo ocorreu principalmente a partir da década de 1970, quando as fazendas já estavam plenamente abertas e o trabalho indígena torna-se dispensável, com o advento da mecanização e modernização da agricultura.

No início a abertura da fazenda requeria a roçada, derrubada do mato, queimada, limpeza do terreno e plantio de lavoura ou pasto. O nível tecnológico empregado nessas atividades em Mato Grosso do Sul até a década de 1960 requeria o uso em larga escala do trabalho braçal, no qual os Kaiowá e Guaraní eram incorporados, em condições de trabalho bem inferiores às dos trabalhadores regionais. Naquele momento, foi extremamente vantajoso

---

<sup>36</sup> No caso do *tekoha* Laguna Joha, como descrevemos, eles permaneceram na área de refúgio até a década de 1980.

para os fazendeiros empregarem a mão-de-obra indígena, mais barata, organizada e eficiente. Nesse processo, os Kaiowá e Guaraní incorporaram várias técnicas de cultivo, que também passaram a ser utilizadas no cultivo de suas lavouras, quando finalmente se recolheram nas reservas.

As famílias indígenas que não se resignaram a viver em reservas procuraram permanecer na região de seu antigo *tekoha*, se deslocando de fazenda em fazenda em busca de trabalho, até que essa possibilidade também se esgotasse. Assim, algumas famílias lograram permanecer nas proximidades de suas terras, sempre tendo que deixar uma fazenda para procurar trabalho noutra, quando o trabalho escasseava ou quando o proprietário recomendava que buscassem outro lugar para viver. Conforme registramos anteriormente, esse processo de expulsão das terras e a adoção de uma mobilidade errante, sempre tendo de ir adiante em busca de trabalho e tranquilidade momentânea, é denominado pelos Kaiowá e Guaraní como *sarambipa*, palavra traduzida como esparramo.

Os Kaiowá e Guaraní expressam muito ressentimento quando usam a frase “o branco devorou completamente o nosso mato – *karai ho ’upa ore ka ’aguype*”. Manifestam sentimento de revolta por conta da destruição das matas que cobriam sua terra e que lhes garantia uma existência farta e independente. A destruição do ambiente atingiu em cheio as atividades produtivas tradicionais, os homens se viram reduzidos a peões temporários nas fazendas, ou como cortadores de cana, nos canaviais implantados no território em que antes viviam como comunidades autônomas.

Impressiona a capacidade inventiva dos indígenas em seguir vivenciando aspectos de seu modo de ser tradicional, a despeito das condições históricas adversas. Trabalhando nas fazendas e sítios da região, como diaristas ou por tarefa, conseguiram manter um constante trânsito pelo território tradicional, o que lhes permitiu, e em alguma medida ainda permite, o acesso a locais de caça, coleta de frutos e plantas medicinais. Mesmo reduzidos, esses locais fornecem importantes recursos para a sua reprodução cultural.

Assim, a presença desses recursos é critério sempre levado em conta quando procuram trabalho nas fazendas, bem como a permissão do fazendeiro para que possam dispor de algum tempo livre para se dedicar às atividades de caça, pesca e coleta. A remuneração é pouca, a diária variando entre R\$ 30,00 e R\$ 60,00, mas lhes permite, em alguma medida, comprar os bens industrializados que necessitam, como calçados, roupas, panelas e alimentos (arroz, feijão, óleo, sal, macarrão, carne, etc.). A mobilidade do trabalho volante ou *changa*,

como é denominada regionalmente, lhes dá a sensação de controle sobre o território. Um controle em grande medida ilusório, mas que lhes permite seguir operando com os conhecimentos próprios ao modo de ser kaioiwá e guarani. Mais recentemente, o quase esgotamento das possibilidades de trabalho nas fazendas levou muitos indígenas a procurarem trabalho assalariado nas usinas de álcool da região, como tem acontecido com a maior parte dos homens adultos das reservas em Mato Grosso do Sul.

Nas áreas de ocupação tradicional das comunidades incluídas no presente relatório, o ambiente apresenta-se como aparentemente inóspito em termos de recursos naturais, porque quase totalmente tomado por pastagens ou agricultura mecanizada. Isto pode ser facilmente atestado pela análise das imagens de satélite e nas fotografias tiradas durante a pesquisa de campo. Mesmo assim, os Kaiowá e Guarani que vivem acampados em estreitas faixas de margens de estradas e rodovias, ou que vivem em pequenas áreas reocupadas, mobilizam os seus conhecimentos tradicionais sobre as formas de manejo dos recursos presentes no meio ambiente, para conseguir os bens de que necessitam para continuar existindo e mantendo sua identidade cultural. O apego à tradição é tamanho que, mesmo na situação precária e improvisada dos acampamentos e ocupações, vivendo em barracos pequenos e rústicos, cobertos em sua maioria de lona plástica devido à escassez de capim apropriado para a cobertura, é possível identificar uma série de elementos da cultura kaioiwá e guarani, tais como cascas e raízes utilizadas como medicamento, carcaças de animais mortos, alimentos coletados nos fragmentos florestais, instrumentos rituais, etc.

Por motivo de segurança, já que tiveram confrontos com empregados de fazendas ou com funcionários de empresas de segurança rural, preferem construir barracos uns próximos aos outros, o que facilitaria a reação a qualquer ataque. Os moradores de acampamentos e ocupações afirmam que, quando a terra for demarcada e desintrusada, as famílias se distribuirão de acordo com a forma que praticavam antes de perder o controle sobre a terra, ou seja, as famílias ocuparão os cursos de rios e nascentes, de acordo com o formato de sua organização social baseada em relações de parentesco e aliança. Cada grupo de famílias, reunidas pelo parentesco, insiste em voltar a viver onde viveram seus ancestrais, expressando o desejo de atualizar as formas de sociabilidade antes praticadas na terra de ocupação tradicional.

O desmatamento em larga escala para dar lugar à implantação das fazendas em todo o sul de Mato Grosso do Sul gerou sérios impasses para a continuidade das atividades produtivas tradicionais kaioiwá e guarani. Em grande medida, o impasse se estende também

para as possibilidades de reprodução do sistema cultural kaioiwá e guarani como um todo. Como consequência desse processo histórico recente, esses indígenas incorporaram uma série de necessidades de bens oriundos da sociedade nacional. Ao mesmo tempo, adquiriram conhecimentos utilizados na produção de alguns bens (principalmente produtos agrícolas e criação de pequenos animais) destinados ao comércio, o que lhes possibilita acesso ao dinheiro cada vez mais necessário para a aquisição de roupas, calçados, utensílios domésticos, veículos, celulares, alimentos e ferramentas.

Existem várias outras formas de entrada de dinheiro nas comunidades. Merece destaque o significativo número de velhos que conseguiram os benefícios da aposentadoria rural e de jovens que trabalham como mão-de-obra em fazendas e usinas de álcool. Existem também muitos indígenas empregados no setor de serviços de saúde e educação, implantados pelo governo em suas comunidades. A participação de jovens no mercado de trabalho tende a aumentar, existem centenas deles cursando universidade, o que amplia os horizontes dessa participação num futuro próximo<sup>37</sup>. Nas reservas mais próximas de cidades maiores, como no caso de Dourados, muitos homens trabalham na construção civil ou como garis e as mulheres como empregadas domésticas. As lideranças das comunidades incluídas no presente relatório esperam que, com a demarcação da terra, as famílias se tornem mais autônomas em termos econômicos, dependendo menos dos programas assistenciais do governo e do trabalho assalariado nas usinas. As lideranças afirmam que irão estimular o plantio de produtos agrícolas para a própria alimentação das famílias e também para a venda no comércio local.

A despeito das dificuldades impostas pelas condições atuais, com pouco acesso a terras cultiváveis, os Kaiowá e Guarani cultivam e vendem milho, mandioca, batata, banana, cana-de-açúcar e outros produtos, em cidades como Dourados, Amambai e Juti, que ficam próximas a algumas de suas reservas. Muitas vezes os indígenas fazem esse comércio em carroças, vendendo de porta em porta, ou trocando seus produtos agrícolas por outros objetos, como roupas usadas. Denominam essa atividade como “marretar” e, em Dourados e Amambaí, esse procedimento é realizado diariamente por dezenas de famílias indígenas. Com os conflitos gerados pelas disputas de terras, intensificou-se o preconceito contra os índios na região, e vários “marreteiros” afirmam que ficou mais difícil de se dedicar a essa atividade. Nas aldeias mais distantes dos centros urbanos, é comum atravessadores da cidade

---

<sup>37</sup> Os indígenas participam ativamente como consumidores no mercado das cidades da região, onde gastam todo o dinheiro conseguido com os diversos tipos de serviços realizados e benefícios recebidos. Entretanto, poucos se empregam no comércio e serviço nas cidades, embora muitos tenham boa escolarização. Essa impermeabilidade ao acesso dos indígenas expressa o forte preconceito reinante nas cidades de MS.

aparecerem de carro na aldeia para comprar os produtos agrícolas cultivados pelos índios ou para fazer “marreta”, propondo a troca dos produtos agrícolas por produtos industrializados, trazidos da cidade. Nesses casos, as trocas comerciais costumam ser bastante desfavoráveis aos índios, mas com a vantagem de eles não terem de se deslocar até a cidade para adquirir os produtos que necessitam.

A partir dos últimos anos do Governo de Fernando Henrique Cardoso, a maior parte dos Kaiowá e Guaraní passou a ser beneficiada com programas assistenciais públicos e, nos dois Governos de Luís Inácio da Silva e no atual de Dilma Rousseff, também com atividades denominadas de estruturantes. Os programas assistenciais tinham como objetivo reverter, em curto prazo, a situação de pobreza extrema dos índios. Já os programas estruturantes pretendiam reverter essa situação no médio e longo prazo, retirando de vez os índios da situação de insegurança alimentar. Tais programas já duram mais de uma década, mas não lograram superar a dependência e criar as condições para a autonomia econômica e social dessas comunidades kaiowá e guarani. Com grandes restrições territoriais, os programas não geraram sustentabilidade e a dependência aumenta cada ano, requerendo investimentos cada vez maiores.

Os programas de assistência social ou estruturantes apresentam resultados pífios e o grau de dependência gerado por esses programas carece de ser mais bem avaliado. Cabe observar ainda que as ações de governo centram-se em reservas demarcadas mais numerosas como Dourados, Amambai e Caarapó. As comunidades menores e mais distantes, principalmente as que enfrentam problemas de regularização fundiária, têm muita dificuldade de acessar esses recursos, principalmente pelo fato de não ter sua terra reconhecida como terra indígena. Na visão de muitos gestores públicos, tal situação gera impedimentos legais para o atendimento aos índios.

Para finalizar esse tópico, é importante registrar que os Kaiowá e Guaraní estão inseridos de diversas maneiras na economia regional. Tal inserção é precária no sentido de se encontrarem em posição subalterna em termos políticos e econômicos. Entretanto, sempre que as condições são propícias, seguem praticando sua forma característica de agricultura, caça, pesca e coleta. Tais atividades colocam em operação as formas próprias de reciprocidade do grupo, baseadas em relações de parentesco e aliança. Independente do rendimento econômico, essas atividades cumprem funções rituais fundamentais na vida de qualquer indivíduo dessas etnias, pois estão diretamente relacionadas aos processos de construção social da pessoa e da relação com o sobrenatural.

### **III. 3 - Relações entre Kaiowá e Guarani e destes com a sociedade envolvente**

As comunidades-*tekoha* descritas na Terra Indígena Dourados-Amambaipegua I estão inseridas no território tradicional kaiowá que abrange as bacias dos rios Dourados e Amambai. Até o final da Guerra da Tríplice Aliança (1856-1870), as frentes de expansão agropecuária ainda não haviam penetrado nessa parte do território, e as comunidades kaiowá aí radicadas tinham contato pouco frequente com não indígenas ou com grupos indígenas de outras etnias, como Terena e Kadiweu. Os deslocamentos populacionais provocados pela atividade extrativa da erva- mate trouxe para a região dos rios Dourados e Amambai muitas famílias guarani que, pela proximidade linguística e cultural, acabaram se recolhendo nas reservas a eles destinadas. Disso resulta que, desde as primeiras décadas do século XX, a maior parte das comunidades assumiu a feição de comunidades multiétnicas, embora as parentelas mantenham sua identidade kaiowá ou guarani, de acordo com a predominância de seus membros. Como a variação linguística se dá apenas por diferenças dialetais, isso não dificulta a compreensão, ainda mais que, nesse caso, estão em interação permanente. A proximidade linguística se expressa ainda em grande proximidade cultural, refletindo-se em semelhanças na organização social e em elementos comuns da cosmologia religiosa, resultando em diversos casamentos entre as duas etnias.

A maior parte das comunidades é originalmente formada por parentelas kaiowá, etnia muito antiga na região dos rios Amambai e Dourados. Já as margens do rio Paraná e a margem direita do rio Iguatemi eram ocupadas por várias comunidades guarani desde o período anterior à penetração colonial na região. Como as distâncias não são longas e os territórios tradicionais dos Kaiowá e dos Guarani são contíguos, no passado existia contato esporádico e mesmo ocasional intercâmbio matrimonial, festivo e ritual.

Conforme discurremos detalhadamente em partes anteriores do presente relatório, a partir do início do século XX, o processo de esbulho das terras indígenas no sul do atual estado de Mato Grosso do Sul atingiu indistintamente comunidades kaiowá e guarani. Tal processo impôs a saída das terras que tradicionalmente ocupavam e o recolhimento da maior parte da população indígena em reservas demarcadas pelo SPI entre 1915 e 1928. Na situação de reserva intensificou-se o intercâmbio cultural, político e matrimonial entre Kaiowá e Guarani, intercâmbio que se reflete, atualmente, na configuração da atual população da maior parte das comunidades, compostas majoritariamente por Kaiowá, mas com significativa presença de pessoas e parentelas guarani.

As comunidades de que trata o presente relatório desenvolvem intensas relações econômicas com a sociedade envolvente. Reconhecem-se como dependentes dos produtos industrializados e das decisões políticas do governo do Estado brasileiro, do qual se consideram parte. De nenhum modo cogitam isolar-se em seus territórios. O que desejam é reaver parte do território de ocupação tradicional, suficiente para a reprodução física e cultural de suas comunidades, de acordo com a cultura praticada atualmente pelos Kaiowá e Guarani. Para as lideranças, a vida de suas comunidades envolve, necessariamente, a relação com a sociedade nacional, pois como disseram, “já nos acostumamos a conviver com o branco – *karai*, não é mais possível viver isolado”.

Em diversos momentos, as lideranças expressaram que a cultura, atualmente praticada em suas comunidades, é diferente daquela praticada por seus antepassados, mas se reconhecem como parte da mesma formação social kaiowá e guarani. Pretendem continuar desenvolvendo sua cultura de um modo mais digno, dispondo de mais espaço para construir suas aldeias, com menos submissão e dependência dos programas assistenciais do governo. A situação de dependência atual é motivo de constrangimento e humilhação para muitas lideranças.

A interação frequente com a sociedade nacional não exclui o sentimento de pertencimento a um grupo étnico distinto: pelo contrário, parece reforçá-lo. As lideranças têm plena consciência de que muitos regionais consideram os índios como seres culturalmente inferiores. Para fazerem frente a esse preconceito, se apegam à sua língua e a outros campos de sua cultura como forma de defesa de sua autoestima e identidade. Os Kaiowá e Guarani recusam, radicalmente, a identidade de “paraguaio”, como, muitas vezes, certos regionais insistem em classificá-los, pois veem nisso uma tentativa de negação do reconhecimento da identidade indígena, culturalmente distinta da paraguaia, embora compartilhem diversos aspectos linguísticos e culturais com a população camponesa do país vizinho. Na medida do possível praticam a vida comunitária e as formas de sociabilidade característica dos Kaiowá e Guarani, requisito fundamental para a autoafirmação enquanto grupo étnico e para a definição dos sinais diacríticos que permitem identificar as fronteiras étnicas do grupo.

As lideranças consideram que a demarcação da Terra permitirá a libertação da interferência direta dos contratantes de mão de obra indígena e dos donos de mercados que fornecem produtos a preços exorbitantes. Acreditam que terão mais autonomia em suas práticas culturais, além de se livrarem da pobreza extrema que assola suas comunidades. Todo o empenho das lideranças das comunidades para que o governo demarque suas terras de

ocupação tradicional aponta no sentido da reconquista de parte da autonomia perdida enquanto grupo étnico, culturalmente distinto, e enquanto comunidade política.

Atualmente, a maior parte dos Kaiowá e Guarani, principalmente os jovens, as lideranças e aqueles que passaram pelo processo de escolarização, detêm um bom domínio da língua portuguesa e dos códigos culturais de conduta da sociedade nacional. Fazem uso desses códigos quando transitam pelas fazendas, cidades ou se relacionam com agentes governamentais, missionários, comerciantes, agenciadores de mão de obra, etc. que adentram em suas comunidades. A intensidade das relações com a sociedade envolvente aparece em diversos aspectos da cultura praticada pelos Kaiowá e Guarani atuais, como, por exemplo: a) no vestuário; b) no uso de ferramentas metálicas, veículos, bicicletas, televisores, rádios, relógios, celulares, computadores, motos, carros, etc.; c) nos gostos musicais e no uso de expressões do vernáculo da língua portuguesa, mesmo quando se comunicam em Guarani; d) no cultivo de plantas adotadas da sociedade envolvente, como milho híbrido, arroz, feijão, frutas, etc.; e) na criação de animais como galinha, porco, cavalo, gato, cachorro, etc.

A intensidade de relações entre as culturas kaiowá e guarani e a nacional é maior, ou, pelo menos, mais perceptível ao observador externo, entre os homens jovens, pelo fato de transitarem com maior frequência no espaço externo às comunidades. Essa mobilidade espacial é dada pela própria divisão do trabalho que impõe aos homens jovens a obrigação de buscarem recursos que a comunidade não dispõe, seja vendendo a força de trabalho, seja negociando com as agências de assistência ao índio. Normalmente, os velhos, as mulheres e as crianças estão, em grande medida, imersos nas formas de sociabilidade características da vida cotidiana da aldeia, demonstrando menos desenvoltura na circulação fora de suas comunidades. Esta forma de dispor os papéis sociais é bem visível no ciclo de existência individual das pessoas de sexo masculino, pois na infância eles vivem na comunidade, acompanhados o tempo todo pela mãe, outras crianças, mulheres e velhos. Essa vivência é considerada de muita importância para o aprendizado de conhecimentos muito valorizados. Entretanto, na juventude, os homens passam considerável parte do tempo trabalhando fora da comunidade, enquanto que, na velhice, retornam ao convívio continuado na aldeia. Dessa forma, o ciclo de vida dos membros masculinos é marcado pela proximidade com a comunidade na infância, o distanciamento na juventude e a reaproximação na velhice. Tal ciclo acaba sendo fundamental para a reprodução do sistema social indígena.

As lideranças das diversas comunidades aqui tratadas acentuam a importância da demarcação de todos os espaços propostos no presente relatório. Acreditam que assim será

possível recompor as relações entre as comunidades aliadas, reorganizando os *tekoha* que existiam no passado e as relações entre eles, para atualizarem o *tekoha guasu*, a rede ampliada de relações. Acreditam que será possível recompor as trocas matrimoniais e os intensos intercâmbios festivos, rituais e religiosos. Tais formas de intercâmbio envolvendo várias comunidades sempre fizeram parte da organização das relações supralocais entre os Kaiowá e os Guarani, sendo comum que um número variável de famílias extensas, radicadas em distintas aldeias, se associasse.

Com o processo de esbulho do território ou *sarambipa*, produzido pelas expulsões de diversas comunidades, as relações entre as comunidades foram, em grande medida, desconstruídas, tornando inviáveis os encontros frequentes entre os parentes e aliados. O *sarambipa* pode ser traduzido por esparramar; gerar confusão e desordem. Quanto ao processo de recolhimento compulsório nas reservas, ou confinamento como propõe Brande (1993 e 1997), é comum se referirem à reserva como um “chiqueiro que o governo fez para prender os índios”, o que faz alusão ao tratamento dispensado aos animais, privados de sua liberdade e submetidos totalmente aos desígnios de seu dono.

A população oriunda de comunidades distintas, ‘mesclada’ nas reservas por imposição do Estado brasileiro, passou, então, a contrair relações matrimoniais e políticas entre si, procurando viabilizar a vida social dentro das possibilidades criadas pelo sistema de controle político da população imposto pelo SPI/FUNAI. A situação de reserva diluiu grande parte das redes de alianças, antes instituídas entre as parentelas e que formavam a comunidade – *tekoha*, como conformação sociológica e territorial bem definida, bem como as redes de alianças entre comunidades que viviam no território amplo – *tekoha guasu*. Por outro lado, a vida em reserva promoveu o surgimento de novas redes de alianças entre as parentelas aí reunidas, alterando profundamente a configuração e o perfil das unidades demográficas da população kaiowá e guarani. É com base nas antigas redes de relações, anteriores à expulsão dos territórios tradicionais, e das relações mais recentes, compostas nas reservas, que as lideranças recompõem suas comunidades e buscam reaver territórios dos quais foram expulsos para dar lugar à ocupação agropastoril.

Assim, novos fatores históricos alteraram a constituição dessas redes de apoio mútuo e a própria composição das parentelas. Disso advém uma série de dificuldades na convivência no interior das reservas, sendo que, a partir da década de 1980, muitas comunidades transferidas para as reservas passam a se reorganizar politicamente, ativando a memória e a prática das formas de sociabilidade antes desenvolvidas em seus *tekoha*. A ativação da

memória e das práticas de sociabilidade leva à reivindicação da demarcação das terras das quais foram expulsas. Esse é, justamente, o caso das comunidades objeto do presente relatório.

No modelo tradicional de ocupação territorial kaiowá e guarani, praticado antes da expropriação territorial e do recolhimento da população em reservas, eram os xamãs que articulavam os núcleos de povoamento supralocais, distribuído no território amplo –*tekoha guasu*. Os xamãs mais renomados tinham a prerrogativa de transitar frequentemente por cada uma das comunidades - *tekoha* de uma região, realizando rituais como o batismo do milho, batizado de crianças, cura de enfermos ou outros serviços religiosos. Antes da implantação das fazendas na região, existiam diversas comunidades dispostas ao longo de córregos tributários dos rios Dourados e Amambai, sendo que cada comunidade dispunha de áreas de cultivo, caça, pesca e coleta. Caminhos constantemente utilizados cruzavam o território, ligando um *tekoha* a outro, sendo que, até hoje, os Kaiowá e Guaraní ainda atravessam as fazendas, deslocando-se de um local a outro por seus antigos caminhos. Esse costume indígena com frequência cria mal-estar na relação com os fazendeiros da região, que sempre suspeitam de suas intenções.

Os antigos acampamentos de coleta de frutas, pesca e caça constituíam momentos lúdicos. Alguns casais e seus filhos menores aproveitavam para uma convivência mais restrita, outros para visitar parentes que residiam ou estavam acampados nas proximidades, os solteiros se encontravam com mais privacidade, etc. Com a titulação das terras em nome de particulares e a ocupação agropastoril, a mobilidade e o uso indígena do território ficaram bem restritos, mas até hoje eles seguem utilizando o território de acordo com seus usos, costumes e tradições. A presença de índios caçando ou coletando em suas propriedades é uma das reclamações mais frequentes dos fazendeiros na região. Para os índios, tal prática não tem nada de ilegal ou ilícito, já que consideram que se trata de terra tradicionalmente indígena. Nos últimos anos ocorreram várias rugas entre seguranças das fazendas e indígenas que insistem nessa prática.

A continuidade dos vínculos históricos e sociais entre os membros das comunidades – *tekoha* que formam o *tekoha guasu*, aqui denominado de Dourados-Amambaípegua I, foi de fundamental importância para a sobrevivência física dessa população. Nos momentos mais difíceis, como nas expulsões e violências sofridas, eles recorreram à solidariedade dos seus parentes e aliados, buscando proteção e apoio. É também com base na memória das antigas relações, que os Kaiowá e Guaraní viabilizam a existência econômica nas reservas e nos

acampamentos. Elas serviram de base para se reorganizarem, na atualidade, enquanto comunidades políticas para reaver seus territórios.

## **IV – QUARTA PARTE: Meio Ambiente**

- a) identificação e descrição das áreas imprescindíveis à preservação dos recursos necessários ao bem estar econômico e cultural do grupo indígena;
- b) explicitação das razões pelas quais tais áreas são imprescindíveis e necessárias;

Os Kaiowá e os Guarani conhecem e fazem uso, de acordo com seus saberes tradicionais, dos recursos de fauna e flora presentes no ambiente. Mencionam e classificam em sua própria língua um grande número de animais e plantas, especificando suas características estéticas, propriedades farmacológicas e formas de usos práticos e rituais. Esses recursos estão presentes nas estreitas faixas das matas ciliares e nos pequenos capões de mato preservados como reserva florestal, e são imprescindíveis para a subsistência e a reprodução física e cultural dessas etnias. O levantamento ambiental aponta a necessidade de um plano de manejo e recomposição desses recursos, já que sobraram poucas áreas que não foram totalmente desmatadas.

O conhecimento da toponímia da terra de Terra Indígena Dourados-Amambaípegua I revela a profunda familiaridade dos Kaiowá e Guarani com o território. São capazes de identificar e nomear locais das antigas roças, residências, cemitérios, itinerários de caça, coleta, pesca e referências míticas. Foi possível identificar também que o sistema de conhecimento e nominação do território tem uma relação direta com a história dessa comunidade kaiowá e suas formas de representação simbólica.

Os recursos presentes no ambiente, embora escassos, são necessários e imprescindíveis para que o grupo continue praticando seus usos, costumes e tradições. A aplicação de um plano de gestão e manejo adequado deverá assegurar que as poucas áreas remanescentes de vegetação nativa possam servir como banco de sementes para a extensão da cobertura vegetal.

O relatório ambiental foi produzido pelo ambientalista Dr. Mario Vito Comar, tendo sido integralmente incorporado à este relatório de identificação e delimitação. Nele estão identificadas e descritas as áreas imprescindíveis à preservação dos recursos necessários ao bem estar econômico e cultural do grupo indígena, e também são explicadas as razões pelas quais tais áreas são imprescindíveis e necessárias a reprodução física e cultural das

comunidades da Terra Indígena Dourados-Amambaipegua I. O relatório apresenta rigor metodológico e grande riqueza de detalhes sobre o meio ambiente.

\* \* \*

A macro-região que compreende as terras de interesse de várias comunidades indígenas, em via de identificação pelos estudos antropológicos, objeto do presente relatório ambiental situa-se entre o município de Dourados e Laguna Carapã, ao norte, o de Caarapó ao oeste, o de Naviraí e de Juti, ao sul, envolvendo as bacias hidrográficas dos rios Dourados e o médio e baixo rio Amambaí. Situa-se na mesorregião sudoeste de Mato Grosso do Sul e na microrregião homogênea (MRH) de Dourados – Mato Grosso do Sul.

Segundo dados de 2005 do IBGE - citados no Diagnóstico Socioambiental do Território da Grande Dourados, desenvolvido pelo Instituto de Meio Ambiente e Desenvolvimento-IMAD (IMAD, 2007) -, nos 11 municípios integrantes deste Território, entre os quais Dourados, Caarapó, Jatei e Juti, inseridos na mencionada região de estudo, existem menos de 3% de cobertura vegetal da Mata Atlântica original.

As Terras Indígenas (T.Is.), reivindicadas nesta região pelos Kaiowá e Guaraní, refletem esta situação e seguem a dinâmica de ocupação de terras do Estado de Mato Grosso do Sul.

Nos depoimentos dos antigos habitantes da área, a extração da erva mate envolveu várias gerações destes indígenas. Estas populações, em consequência da política indigenista adotada desde 1910, foram sendo transferidas, a partir principalmente da década de 1950, para as reservas demarcadas no sul do Mato Grosso ficando assim a terra disponível para a agropecuária.

Torna-se, logo, de fundamental importância informar que as terras por eles hoje reivindicadas, sedes de seus *tekoha* originais, tenham as mínimas condições ambientais para propiciar relações ecossistêmicas necessárias e suficientes para a manutenção do seu modo de vida e sistemas de produção e extrativismo vegetal e animal.

Recuperação ambiental envolve identificação, mapeamento e avaliação da situação existente para propostas de intervenção relacionadas aos passivos ambientais e às ameaças e pressões das atividades humanas ao redor das terras de ocupação tradicional a serem demarcadas, juntamente às existentes, incluindo a previsão de Planos de Gestão Ambiental e Territorial, com processos participativos de consulta com os indígenas ao longo da sua implantação e desenvolvimento, conforme previsto na Política Nacional de Gestão Ambiental de Terras Indígenas (PNGATI), instituída pelo Decreto nº 7747/2012.

O presente relatório ambiental procura descrever estas relações entre ações antrópicas e situação dos ecossistemas, oferecendo subsídios ao estabelecimento de processos indutivos de sua recuperação, incluindo a preocupação com a qualidade dos recursos naturais, como água, solo, vegetação e fauna, todos essenciais ao modo de vida das populações indígenas que se pretende servir.

O trabalho está dividido em duas partes, a primeira, de caráter geral, que abrange toda a região estudada, e a segunda, específica, que levanta a situação e define as características de cada área reivindicada pelos índios.

É importante agora aprofundar mais a discussão sobre alguns dos fatores que interligam as populações guarani com os recursos naturais a partir da sua própria percepção de vida e concepção cosmológica, pois ela é determinante na sua escolha dos locais reivindicados e da sua forma de ocupação, uso e gestão.

Para uma compreensão mais adequada da relação dos Guarani e Kaiowá com os recursos naturais e o meio ambiente em geral, torna-se necessário avaliar sua estrutura social, na medida em que, para os Guarani e Kaiowá o modelo de ocupação territorial articula o meio ambiente e a estrutura social.

Esta estrutura social é representada pelas unidades territoriais, os *tekoha*, que reúnem um grupo social organizado de acordo com o grau de parentesco, afinidades e vínculos políticos e religiosos. O *tekoha* deve ser um espaço onde seja possível realizar o sistema, ou seja, onde as características do meio ambiente possibilitem a prática da agricultura, caça, pesca, coleta e das demais atividades sociais e dos rituais religiosos. Características ecológicas: localização de água corrente ou nascentes, condições de fertilidade do solo, existência de áreas de caça e pesca, aspectos estéticos da paisagem como o relevo e a vegetação; características sociais, como a proximidade e religiosos determinam a escolha do local para morar (PEREIRA 2004a Cap.2).

A distribuição das unidades habitacionais depende tanto das condições ambientais, quanto dos valores atribuídos a cada lugar pelo grupo, valores definidos nas relações sociais e religiosas. Daí a complexidade da escolha e dos fatores que a determinam, o que reforça a indicação dos locais por eles reivindicados. Dessa forma, estudos ambientais já realizados indicam que:

A relação dos Guarani e Kaiowá com suas terras é marcada pela concepção da terra como espaço do *tekoha*, o que significa a existência de uma área reservada para a coleta, para a caça, para a pesca e, mais perto das

residências, para o plantio<sup>38</sup>. Assim, no tekoha há um jogo de três espaços distintos: a vegetação circundante, as roças e a aldeia. (COSTA J.S. 2004, em PEREIRA 2005)

Dessa forma, os Guarani e Kaiowá imprimem a marca de sua ocupação no entorno de suas casas e mesmo no espaço mais amplo do *tekoha*. Assim, Caminhos antigos e atuais, clareiras abertas na floresta para dar lugar a futuras roças, roças plantadas, roças antigas onde a mata se recompõe lentamente, mas que ainda são visitadas por seus antigos donos para coleta de alguns produtos ou para colocar as armadilhas de caça, vestígios de antigas moradias ou acampamentos, etc., são imagens constitutivas de um tekoha kaiowá (PEREIRA 2004a cap.3). Estabelece-se, então, uma estrutura de domínio nas relações territoriais. É uma apropriação de um espaço de vivência e recursos mais do que manifestações de propriedade: um espaço ecológico territorializado<sup>39</sup>.

Os Guarani e Kaiowá conhecem seu ambiente físico de forma completa e detalhada, na sua flora, fauna e clima, seus cursos d'água e topografia. Suas atividades de caça, extrativismo vegetal e, principalmente sua roça e agricultura, marcam seu território e refletem um profundo conhecimento dos meios bióticos e abióticos. Isto torna-se muito claro na discussão sobre sua agricultura tradicional no final desta Quarte Parte.

Além das funções de providenciar subsídios aos levantamentos antropológicos, este Relatório Ambiental propõe, na sua hipótese central, que os indígenas selecionam as terras reivindicadas, não apenas por terem sido delas expulsas em vários períodos históricos e ter com elas relações espirituais, emocionais e estéticas, mas também pelas suas importantes características ambientais. Entre elas estão a existência de matas, solos férteis, minas e corpos d'água, várzeas e varjões – estes últimos sendo estoques essenciais de remédios e produtos a serem explorados de acordo com suas demandas de subsistência e de necessidades culturais – caça e pesca e produtos do extrativismo vegetal e animal. Este conjunto de recursos naturais torna-se estratégico para a sobrevivência de seu modo de vida, suas roças e atividades tradicionais e, tanto no geral como no específico, as indicações dos levantamentos ambientais confirmam a escolha das terras e suas características pelos indígenas, confirmando assim a hipótese central: eles sabem como escolher, o que querem e precisam, demonstrando uma profunda compreensão e conhecimento sobre os processos de sucessão natural da vegetação e espécies animais associadas, por conhecerem intimamente indicadores ambientais das diferentes etapas destes processos.

---

<sup>38</sup> Plano de Conservação da Bacia do Alto Paraguai, 1997: 872

<sup>39</sup> COSTA, J.S. 2004, em PEREIRA 2005.

O trabalho do registro oral de algumas tradições em relação à agricultura de subsistência, apresentado no final desta Parte do relatório, e ao manejo dos recursos naturais por meio de técnicas sustentáveis de extrativismo vegetal e animal e demais atividades, revelou claramente este alto grau de conhecimento e gestão apropriada do meio natural.

Conscientes disto, os antropólogos, ainda com maior segurança, complementaram estas considerações pela reconstrução das evidências históricas das ligações territoriais de parentesco destes antigos *tekoha*, ou áreas de vida, conforme está descrito em outras partes do presente Relatório.

Insere-se nesta discussão a questão da identificação e proposição, de forma participativa com os índios, de Corredores Ecológicos, como áreas não apenas de apoio ao fluxo gênico e genético de espécies vegetais e animais entre remanescentes florestais, matas ciliares e áreas de várzea, mas também como “áreas tampão” entre as culturas de grãos e cana-de-açúcar, fortemente dependentes de insumos e defensivos químicos altamente poluentes de água, solo e do ar (no caso da pulverização aérea e de outras formas de aspersão). A definição de tais corredores deverá constar em futuros planos de manejos da terra indígena.

Não foi possível, dentro do escopo deste estudo, quantificar e qualificar a questão da capacidade de suporte das áreas trabalhadas para as atividades agrícolas, por isto exigir uma profundidade técnica e científica e um trabalho de equipe de grande envergadura – incluindo a questão de previsões e simulações da dinâmica demográfica destas populações humanas, avaliando suas taxas de crescimento, estado de saúde física e mental e demais indicadores socioeconômicos. Isto leva à necessidade urgente de estudos mais aprofundados que possam oferecer algumas diretrizes e respostas práticas à questão.

Importantes considerações emergiram das entrevistas com vários índios sobre a questão de alimentação e saúde, a mudanças nos seus padrões alimentares e dietas – principalmente devido ao empobrecimento e esgotamento da fertilidade dos solos “cansados”, a provisão atual da cesta básica e sua composição. A diminuição de proteínas e vitaminas em comparação ao aumento na ingestão de carboidratos entre a alimentação tradicional, extremamente diversificada e a atual simplicidade dos produtos oferecidos pela cesta básica, demonstram um preocupante desequilíbrio que deverá ser melhor verificado e combatido com estudos aprofundados e soluções específicas.

Para sugestões de atividades futuras apresentamos prioritariamente a elaboração de Plano de Gestão Ambiental e Territorial para a área proposta, como continuidade dos

trabalhos dos Grupos Técnicos, assim vindo a garantir a identificação e construção de programas estruturantes e processos de fato participativos na busca de caminhos e soluções apropriadas e douradoras.

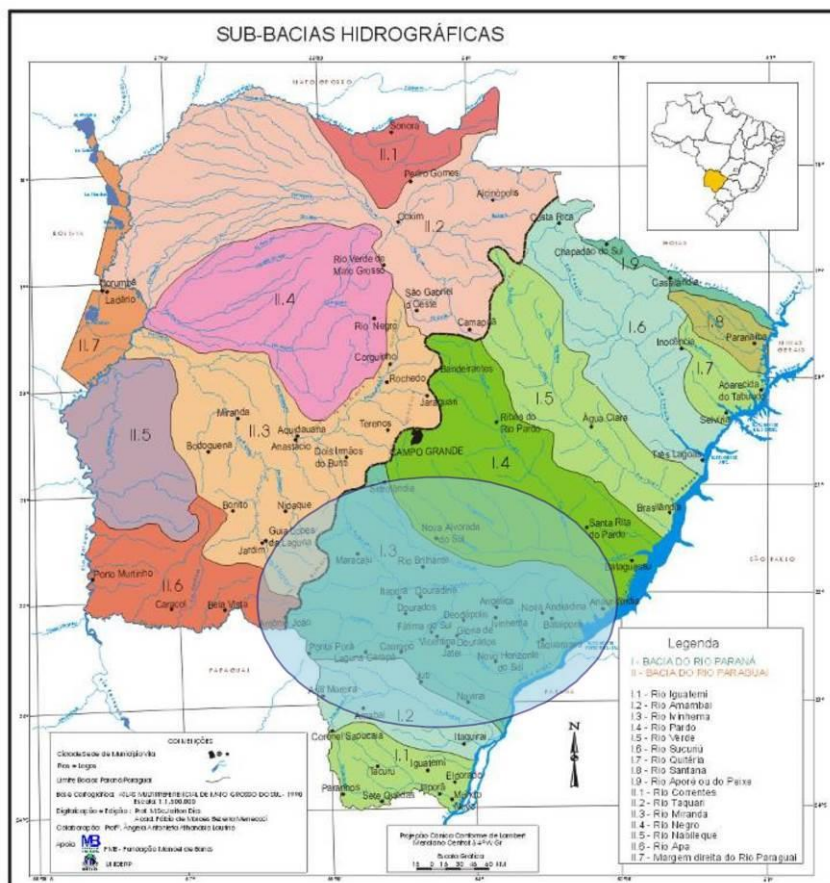
## **IV.1 Caracterização Ambiental**

### **IV.1.1 Aspectos físicos**

#### **IV.1.1.1 Hidrografia**

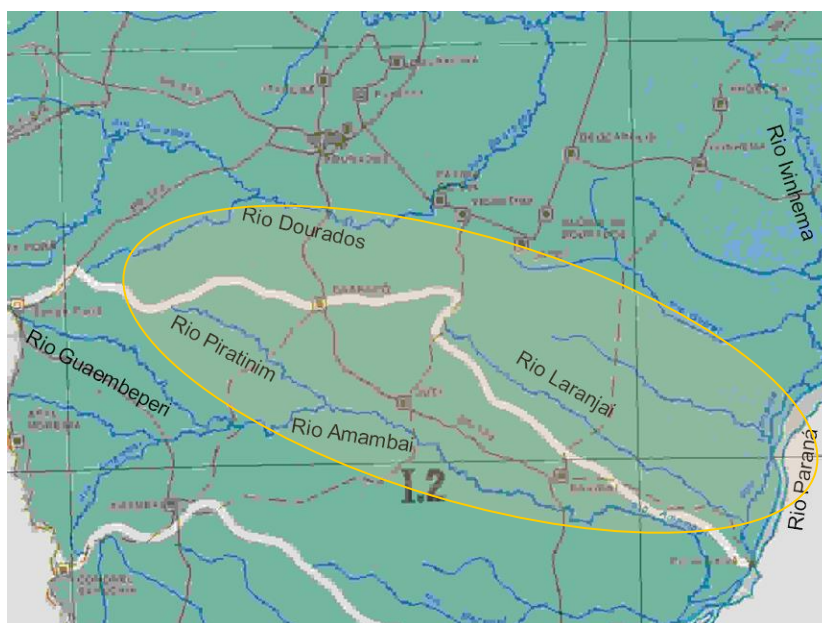
O Estado de Mato Grosso do Sul apresenta uma hidrografia privilegiada onde a presença de duas grandes bacias hidrográficas, Paraguai no ocidente e Paraná no oriente. Esta última drenando 65% do território sul-mato-grossense. O grande separador dessas águas pode ser visto do alto dos satélites e está reconhecida como Serras de Maracaju, Araras e Aporé.

Das nove bacias que drenam o oriente do Estado, sete das quais com sua totalidade inserida no território sul-mato-grossense, as bacias dos rios Ivinhema e Amambaí são as que se inserem na área estudada, como mostra a Figura 2, tendo suas nascentes na Serra de Maracaju que se desenvolvem de maneira conseqüente, ou seja, concordando com a inclinação das rochas subjacentes, até suas fozes respectivas no rio Paraná.



**Figura 72 – Mapa de localização das bacias de drenagem (Mato Grosso do Sul/SEPLAN, 1989 – Formato Atlas Digital de Mato Grosso do Sul, Underp 1998).**

Especificamente as áreas de estudo estão situadas entre o lado direito da Bacia do Rio Dourados e o esquerdo do Rio Amambaí (Figura 2).



**Figura 73 – Área de estudo entre o lado direito do Rio Dourados e esquerdo do Rio Amambaí, incluindo o Rio Piratini e o Laranjai, até sua foz no Rio Paraná, em Porto Caiuá.**

#### IV.1.1.2 Clima

O Estado de Mato Grosso do Sul está numa área de transição climática, sofrendo a atuação de diversas massas de ar, o que implica em contrastes térmico acentuados, tanto espacial quanto temporalmente. A região situa-se numa zona de encontro de diversas massas que atuam no território brasileiro, adentrando no Estado pela depressão do Paraguai e pela depressão do rio Paraná.

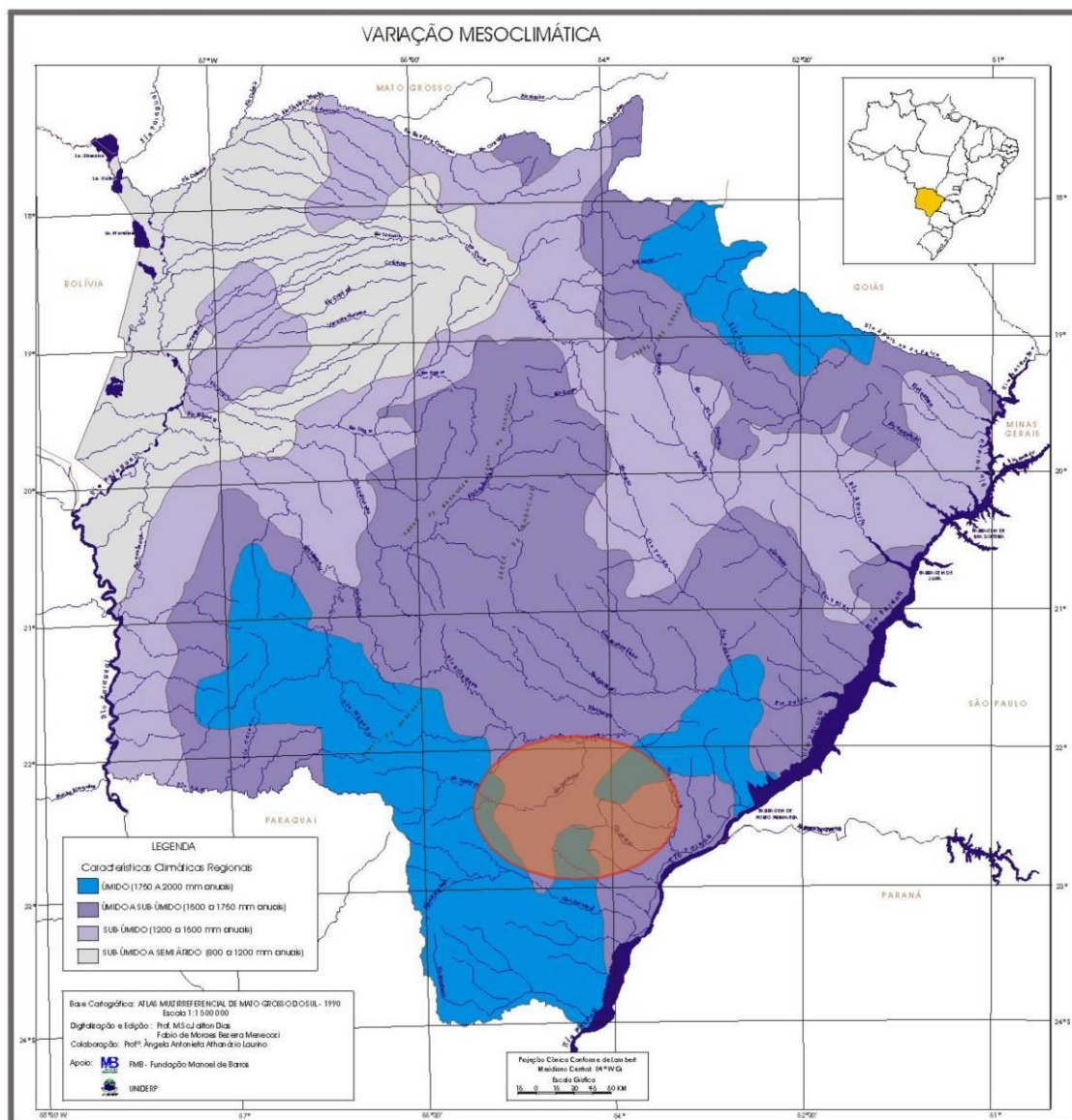
O trimestre mais chuvoso corresponde ao verão austral (novembro, dezembro e janeiro), com redução no trimestre de junho, julho e agosto (“inverno”), retornando a partir de setembro (RADAMBRASIL - BRASIL, 1982). A massa tropical atlântica tem atividade constante ao longo do ano. Nos meses do verão austral a região é invadida pela massa Equatorial Tropical, na forma de instabilidades tropicais.

As massas polares têm atividade durante o inverno a partir da sua formação, na área Antártica, invadindo o continente e chegando a região pelas depressões dos rios Paraná e Paraguai provocando chuvas e quedas de temperatura. A região de Ponta Porã, Maracaju e Dourados tem nos meses de maio a setembro temperaturas mínimas abaixo de 15°C (BRASIL, op. cit.). Ressalvadas as interferências das águas do Oceano Pacífico nos ciclos de sete anos – *el niño*, veranicos, entre outros fatores cíclicos naturais acima dos vinte anos de registros históricos existentes.

De acordo com o Atlas Multirreferencial de Mato Grosso do Sul, a Variação Mesoclimática para as bacias dos rios Pardo e Ivinhema pode ser classificada nos tipos úmido a sub-úmido, predominantemente; e sub-úmido, subordinadamente, conforme mostra o mapa da Figura 3.

Sub-úmido, em azul escuro predominante para a área, é o tipo que apresenta índice efetivo de umidade com valores anuais variando de 20 a 40%. A precipitação pluviométrica anual varia entre 1500 a 1750 mm, com excedente hídrico anual de 800 a 1200 mm durante 5 a 6 meses e deficiência hídrica de 350 a 500 mm durante 4 meses.

Úmido, em azul celeste mais restrito às barreiras geográficas da Serra de Maracaju, SO do Estado, apresenta índice efetivo de umidade com valores anuais variando de 40 a 60%. A precipitação pluviométrica anual varia entre 1750 e 2000 mm, com excedente hídrico anual de 1200 a 1400 mm durante 7 a 8 meses e deficiência hídrica de 200 a 350 mm durante 3 meses.



**Figura 74 – Mapa de variação mesoclimática do Estado de Mato Grosso do Sul (Mato Grosso do Sul/SEPLAN, 1989 – Formato Atlas Digital do Mato Grosso do Sul, Uniderp 1998). Elipse indica área.**

#### IV.1.1.3 Geomorfologia

Almeida (1949) concluiu em estudo sobre o relevo de cuesta da Bacia Sedimentar do Paraná que, após seu soerguimento, as bacias passaram a sofrer subsidência constante ao longo do seu eixo NNE-SSW, com o conseqüente empinamento das bordas, o que expôs toda a periferia à atuação de processos de formação de cuestas, marcando assim o advento do período de idade Terciária.

A área em estudo, localizada no reverso das cuestas supracitadas, é parte dessa superfície inclinada, cujas altitudes variam de 500 a 700m na borda da bacia, até 230m ao

longo das planícies do Rio Paraná, refletindo assim o efeito do soerguimento da borda como consequência da constante subsidência que vem ocorrendo ao longo do eixo da bacia. A elaboração do relevo dos planaltos e chapadões da Bacia Tecto-sedimentar do Paraná, no reverso da cuesta, se deu através de processos erosivos do tipo pediplanação, concluem Nascimento et al. (1987).

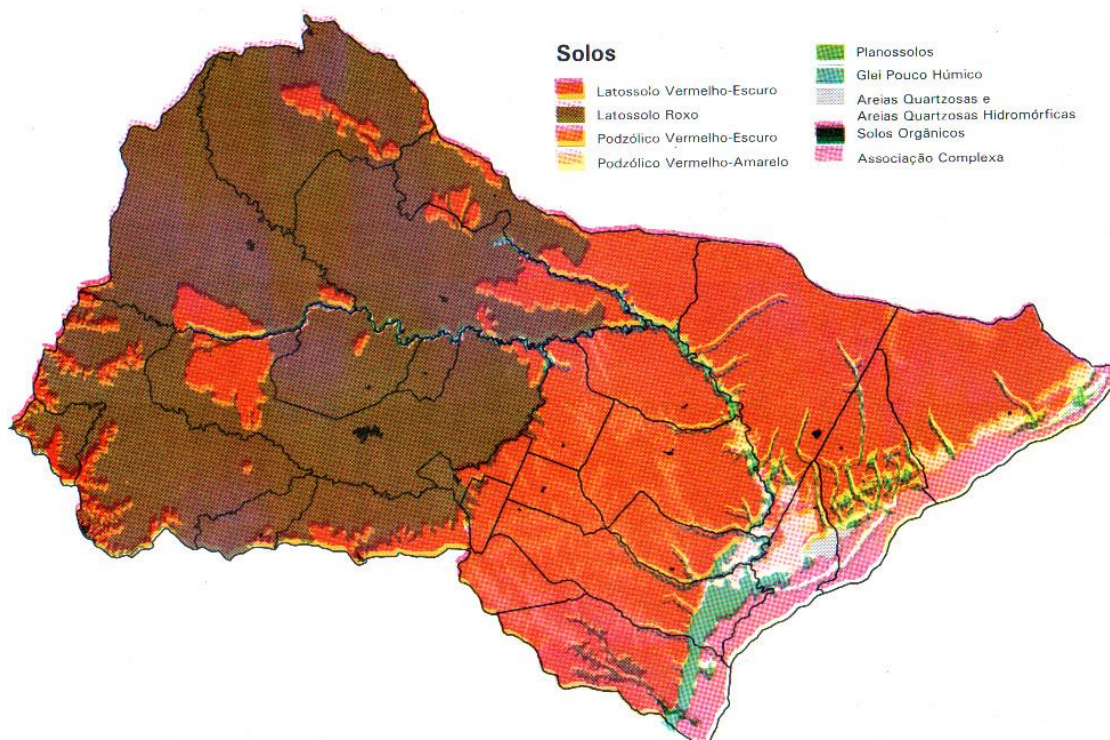
No mapeamento do Projeto RADAMBRASIL (BRASIL, 1982), foram identificadas três fases erosivas que resultaram na elaboração de três superfícies erosivas para o Estado de Mato Grosso do Sul: o Pediplano Terciário Inferior, o Pediplano Neopleistocênico, e Pediplano Pliopleistocênico.

#### **IV.1.1.4 Solos**

Segundo o texto explicativo do Mapa de Solos, do Projeto Estudos Integrados do Potencial de Recursos Naturais, da Fundação Instituto de Apoio ao Planejamento, Mato Grosso do Sul (1989), a área em apreço corresponde à segunda classe de solos de maior expressividade:

Latossolo roxo que se concentra na região da Grande Dourados (Figura 8).

Segundo Laurino, op. cit. as classes de solos que ocorrem no Território são: Latossolo Vermelho-Escuro álico: Latossolo Roxo álico (LRa): Latossolo Roxo distrófico (LRd): Latossolo Roxo eutrófico (LRe): Areias Quartzosas álicas (AQa): Glei Pouco Humico distrófico e eutrófico (HGP, d, e ). Glei Pouco Húmico distrófico e eutrófico ( HGP, d, e); Solos Litólicos álicos, distróficos e eutróficos (R).

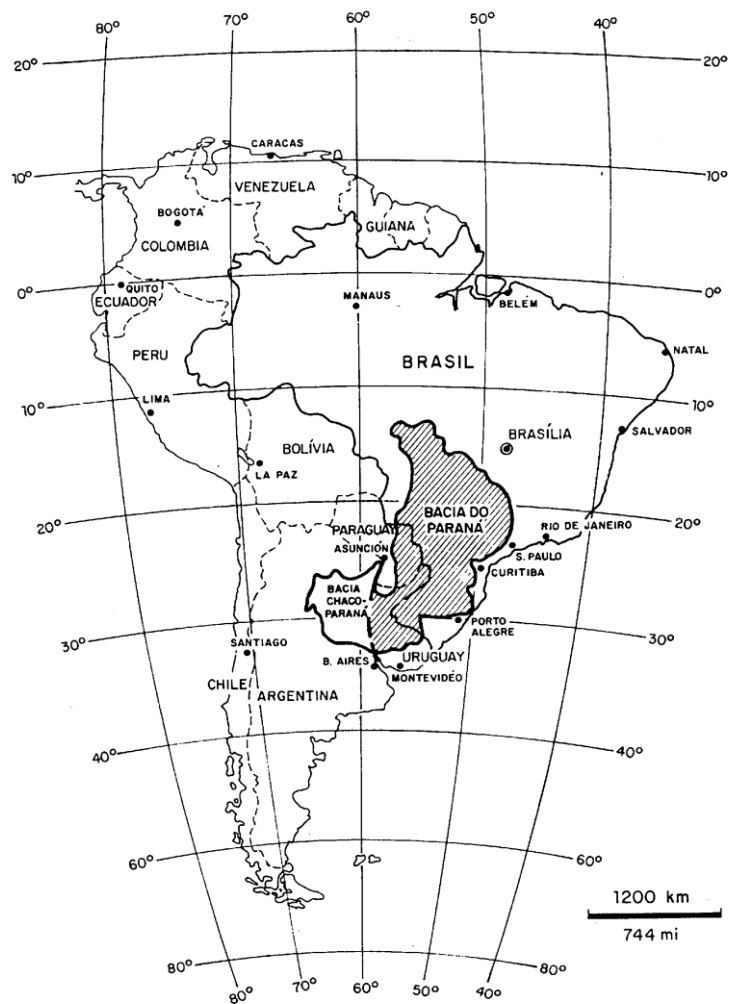


**Figura 75 – Mapa de solos da bacia hidrográfica do rio Ivinhema (EMBRAPA/CPAO. 2000)**

O município de Dourados possui na sua maioria o Latossolo Roxo (o Latossolo Roxo é um tipo de solo não hidromórfico, de tonalidade arroxeada, com boas características físicas e topográficas) e na porção oeste e leste é visível a presença de Latossolo Vermelho (solos minerais não hidromórficos, solos muito profundos, de elevada permeabilidade e drenados); os municípios de Vicentina, Juti, Jateí, possuem Latossolo Vermelho.

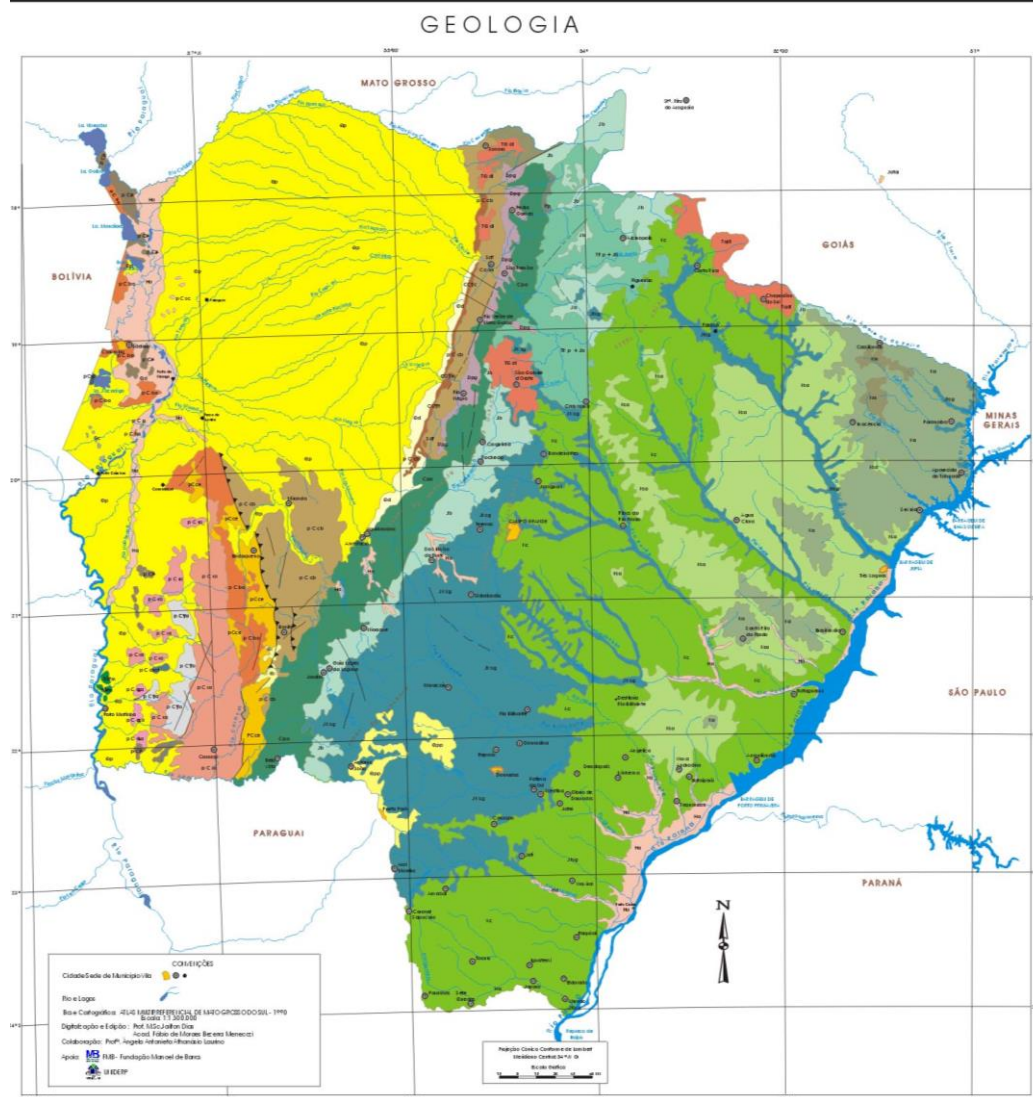
#### **IV.1.1.5 Geologia**

Geologicamente a área encontra-se inserida na unidade geotectônica denominada Bacia Vulcano Sedimentar do Paraná, estabelecida sobre a Plataforma Sul-Americana a partir do Devoniano Inferior/Siluriano, como mostra a Figura 5.



**Figura 76 – Mapa de Localização da Bacia do Paraná na América do Sul. GABAGLIA & MILANI (1990).**

Próxima à borda oeste da bacia sedimentar, com inclinação homoclinal para leste, a superfície basáltica acha-se recoberta progressivamente para Sul e Leste pelas camadas do Cretáceo Superior, Terciário e Quaternário, como ilustra o Mapa Geológico da Figura 6.



#### IV.1.1.6 Hidrogeologia

No Brasil, o Departamento Nacional de Produção Mineral publicou em 1983 o Mapa Hidrogeológico do Brasil, escala 1: 5.000.000, baseado no cadastro de aproximadamente 20.000 poços tubulares distribuídos em diferentes densidades pelos estados. O Estado de Mato Grosso do Sul insere-se no grupo de estados que contribuíram com um número dentro do intervalo de 51 a 500 poços. Os compartimentos hidrogeológicos mapeados foram denominados Província Hidrogeológica do Centro-Oeste, Subprovíncia do Alto Paraguai, e Província Hidrogeológica do Paraná (Figura 7).



**Figura 78 – Mapa das Províncias Hidrogeológicas do Brasil (ANA, apud ABAS 2002).**

A situação geográfica do estado de Mato Grosso do Sul tem contribuído para o avanço sistemático e célere da sua hidrogeologia. O arcabouço geológico condiciona a hidrologia por apresentar a borda oeste da Bacia Vulcano Sedimentar do Paraná alinhada norte-sul no centro do território, dispondo no ocidente a Bacia Hidrográfica do Paraguai e ao oriente a Bacia Hidrográfica do Paraná.

Ao sul do Estado a borda oeste elevada estruturalmente da Bacia Vulcano Sedimentar do Paraná está representada pela Serra de Maracaju onde há os divisores de águas superficiais e subterrâneas, constituindo-se assim como área de recarga da Subprovíncia Hidrogeológica do Alto Paraguai e da Província Hidrogeológica do Paraná, como mostra a Figura 16, da Agência Nacional de Águas (ANA, apud ABAS 2002)

Os principais sistemas aquíferos da Província Hidrogeológica do Paraná, que aparece na Figura 7 com o número 7, pela ordem cronológica das rochas armazenadoras, são:

- Sistema Guarani/Botucatu
- Aquífero Serra Geral
- Sistema Bauru - Aquífero Caiuá

## **IV.1.2 Aspectos biológicos**

### **IV.1.2.1 Vegetação**

A vegetação nativa predominante no Brasil Central é o Cerrado, que cobre mais de um quinto da área total do país. Dentro dessa região, há manchas de Floresta Tropical Mesofítica Latifoliada Semidecídua que não são consideradas como vegetação do Cerrado. Ocorrem também florestas sempre verdes margeando os rios e fundo de vales e Floresta Mesofítica a Decídua crescendo em pequenas áreas mais altas topograficamente (Haase & Hirooka 1998).

A vegetação do Estado do Mato Grosso do Sul reflete o contato e a interpenetração de três províncias florísticas: Amazônica, Chaquenha e da Bacia do Paraná, resultando em paisagens fitogeográficas muito diversificadas. Suas formações naturais vão desde Campos Limpos, Cerrados até Florestas exuberantes, onde sobrepuja a peroba (*Aspidosperma* sp. ) (Furtado et al. 1982).

Floresta Tropical Mesofítica Latifoliada Semidecídua de galeria são bastante representativas na região. A área ocupada no Mato Grosso do Sul (1990) era seis vezes maior em comparação às Floresta Tropical Mesofítica Latifoliada Semidecídua de interflúvio, 6.000 km<sup>2</sup> e 1.000 km<sup>2</sup> respectivamente. Tais florestas apresentam interface com as formações vegetais adjacentes, as quais em geral, contribuem muito para a sua composição florística (Pinto & Oliveira-Filho 1999). São, também, essenciais para a sobrevivência da fauna de mamíferos das regiões do Cerrado e da Caatinga, provendo refúgio, água e alimento. Funcionam como corredores de penetração no Cerrado para espécies de animais provenientes da Floresta Amazônica e da Mata Atlântica, levando a uma importante permuta genética (fluxo gênico). Observações semelhantes foram feitas sobre a expansão para o interior do país das espécies de flora silvícola, dispersas por animais. A situação crítica dessas formações no Centro-Sul do Brasil impulsionou, nos últimos anos, uma série de iniciativas voltadas para a sua conservação ou recuperação (Van den Berg & Oliveira-Filho 2000).

A exploração agro-pecuária, atividade econômica básica inicial, processava-se principalmente nas regiões campestres naturais, como nos “Campos de Vacaria” existentes entre o município de Campo Grande e Ponta Porã, ou nas planícies periodicamente inundáveis do Pantanal (Furtado et al. 1982). Concomitantemente a Floresta Tropical Mesofítica Latifoliada Semidecídua conhecida regionalmente como “Mata de Dourados” foi explorada

para a utilização de madeira de lei e ampliação das áreas para a agropecuária (Oliveira et al. 1996)

Kuhlmann (1954) ainda menciona a riqueza da mata na região, onde existiam 10 exemplares de peroba-rosa por hectare. Também ressalta as áreas de tensão ecológica, onde a passagem de um tipo de vegetação para outro dava-se quase sempre de maneira imperceptível em faixas muito largas, ao contrário do que acontece nos Estados do Sul do Brasil.

A ocupação do território nacional foi sempre acompanhada da devastação da vegetação original. Por exemplo, em São Paulo no início do século XIX, a cobertura florestal ocupava 80% de área, mas em 1972, ocupava somente 8,3% (Kronka et al. 1993). Do mesmo modo o Paraná, com índices de cobertura de vegetação de 83,5% no início do século XX, passou para 8,6% na década de 70 (Paraná 1987 apud Silva et al., 1995).

Não ocorreu de forma diferente com a vegetação do Estado do Mato Grosso do Sul, onde os níveis de devastação são os mesmos ou até maiores. Podemos perceber que as áreas ocupadas por vegetação original principalmente entre os municípios de Campo Grande e Dourados, e entre Dourados e o Cone Sul do estado, sofreram sérias perdas por ser em sua maioria ambientes planos com vegetações campestres facilmente agriculturáveis. Desde a década de 60, com a segunda onda de migração, percebeu-se uma ampliação muito drástica nas áreas de exploração econômica, um parâmetro que pode utilizar são os valores das áreas de pastagens artificial que em 1960 era de 119.913 ha tendo sido ampliada para 3.229.891 ha em 25 anos e das lavouras de 65.063 ha para 765.962 ha sobre os ambientes naturais. (Mato Grosso do Sul 1990).

Gressler & Swenson (1988) constataram que a devastação da região Sul do Estado ocorreu pela ocupação migrante da região da vasta Floresta Tropical Mesofítica Latifoliada Semidecídua, que se estendia do Paraguai (região de Pedro Juan Caballero) a Campo Grande e, intercalando essas áreas, Cerrados em todos seus estágios, desde Campos até Cerradões. Na década de 60, a “Mata de Dourados” era fonte então considerada praticamente inesgotável de erva-mate (*Ilex paraguariensis*) e peroba (*Aspidosperma* sp.), enquanto hoje, o que se encontra é a agricultura principalmente de soja e a criação de bovinos. Junto a essa Floresta havia áreas de Cerrado que também cederam espaço à exploração econômica. Esta ocupação foi retardada pela ação da Companhia Mate Laranjeira, que detinha monopólio sobre a extração da erva-mate, exercendo conseqüentemente, influência em uma região de aproximadamente 60.000 Km<sup>2</sup> (6 milhões de hectares). A rápida expansão das fronteiras

agrícolas promoveu a devastação de grande parte da vegetação, sem que se tenha conhecimento das espécies retiradas e tampouco de seu potencial econômico.

A região compreendida entre o município de Campo Grande até o sul do Mato Grosso do Sul e as demais áreas próximas da Argentina e do Paraguai sofreram as mesmas agressões ambientais, pois as formações vegetacionais que ocupavam terrenos planos deixaram de existir pela pressão econômica das monoculturas ou pela extração seletiva de determinadas árvores (Brown et al. 1985). Esta é a situação também herdada pelas áreas reivindicadas pelos grupos indígenas estudados.

#### **IV.1.2.2 Caracterização da Região de Estudo**

Interações entre as plantas com fatores abióticos também podem moldar a estrutura da população vegetal. Isto pode ser visto como uma expressão das oportunidades de crescimento realizadas por cada membro da população em seu curso de desenvolvimento. O tempo de vida de uma população se reflete nas oportunidades de recrutamento e nos riscos de mortalidade a que cada indivíduo tem sido exposto (Hutchings 1985).

Cada planta numa população vegetal experimenta um único microambiente que muito influencia sua performance e sua sobrevivência; os tamanhos, distâncias, arranjo espacial, identidade com a espécie e suas diferenças com seus vizinhos. Condições abióticas também variam no ambiente, pois para uma semente curtas distâncias podem fazer a diferença bem como as grandes, dos lados de um vale de montanha (Wellington & Trimble 1984).

Tendo em vista a situação acima citada caracterizar-se-á a área a ser estudada para que se possa dimensionar as possibilidades ambientais e vegetacionais.

#### **IV.1.2.3 Matas Estacionais e de Galeria “Mata de Dourados” e Cerrados “Campos de Vacaria”**

No processo de ocupação posterior (ocidentalização), com exploração de seus recursos territoriais, houve, com efeito, uma degradação sem precedentes do seu quadro natural, tal a devastação verificada em suas composições florísticas, seja dos Campos, dos Cerrados ou das Florestas. Todavia, na literatura pertinente, são vários os autores que chegaram a tecer comentários úteis para se recompor, atualmente, a idéia daquilo que foi a referida Floresta, em suas condições primárias (Oliveira et al. 1996).

A região sudeste do Mato Grosso do Sul apresenta influência das regiões limítrofes, tanto na florística quanto na fisionomia, por isso devemos destacar que na Argentina, os ecossistemas florestais subtropicais são representadas pela Floresta “Paranaense” nas províncias das Misiones e as de Galeria do Rio Paraná, Paraguai, Uruguai e seus afluentes, além da “Tucumano-Oranense” nas Serras Subandinas (Cabrera 1976). Sendo estas áreas pouco estudadas, mesmo apresentando características tão peculiares pois são a expressão mais ao sul das Florestas Amazônicas e por isso se constituem num frágil ecossistema (Brown et al. 1985).

Um referencial importante na paisagem vegetacional do Estado do Mato Grosso do Sul, dentre as Florestas Tropicais Mesofíticas Latifoliadas Semidecíduas, é a “Mata de Dourados”, assim denominada por estar mais concentrada no município de Dourados. Está localizada entre os paralelos 21° e 24°S, recobre o Leste da plataforma ocidental da Bacia do Paraná, ocupando a porção meridional do Estado. Distribui-se pelos vales dos afluentes do rio Paraná e avança como manchas, interrompidas por campos e Cerrados, indo desde o município de Rio Brilhante até o vale do rio Ivinhema a leste, e ao sul e oeste até o Paraguai (Mato Grosso do Sul 1990).

Ab’Saber (1971) chama atenção ao fato de que o Estado faz parte de uma área de “instabilidade ecológica”, e de subpadrões ecológicos transicionais, que deram oportunidade para que houvesse uma adaptação especial e expansão homogênea de floras, igualmente diferentes daquelas que as envolvem. Ocorrendo grandes variações nas áreas mais centrais dos grandes Domínios vegetacionais.

A “Mata de Dourados” e suas regiões vizinhas, uma vez exploradas pela Companhia Mate Laranjeira, padeceu pelo fenômeno da degradação, face ao método da extração da erva-mate (*Ilex paraguariensis*), nem sempre racional (Oliveira et al. 1996).

Figueiredo (1972), referindo-se à distribuição espacial da Floresta Tropical Mesofítica Latifoliada Semidecídua, ressalta que a mesma avança através dos vales em forma de galeria, alcançando os limites mais setentrionais em torno do paralelo 21 graus. Colocando ainda que a Floresta avança pelos afluentes do Rio Paraná em meio aos Cerrados e Campos, formando além de calhas, capões isolados. Nos interflúvios, essa vegetação aparece ocupando os pontos mais úmidos ou secos, como mata de “segunda classe”, de menor porte e pobre em madeira de lei. Estendendo-se sobre a mancha de basalto de Dourados e indo além do Rio Amambai, nos municípios de Iguatemi, Naviraí, Ivinhema, Caarapó e Amambai, passando daí para o

Paraguai. Em Maracaju encontra-se a “Mata de c’roa”, uma mata seca que aparece na meia encosta como forma de transição entre a Floresta e o Cerradão. No setor oriental da região, ocorrem formações vegetacionais semelhantes na vertente oriental paulista.

Santos (1977) descreve a região sudeste do Estado como ocupada por Florestas em manchas extensas interrompidas por Campos e Cerrados, estendendo-se da junção do Rio Brilhante e Dourados para o Sul, prolongando-se até o Paraguai. Eles descrevem ainda a escassez de lianas e epífitas e a existência de 3 estratos, sendo 2 arbóreos e um herbáceo-arbustivo. As árvores alcançavam entre 25 a 30 m durante o período mais seco de 30 a 40 % das espécies arbóreas mais altas perdiam as folhas, favorecendo a passagem de luz as camadas mais inferiores, assegurando ao solo uma cobertura de folhas secas, que contribui para a formação de húmus e que favorece o desenvolvimento das espécies herbáceo-arbustivas. O segundo estrato alcança entre 5 a 15 m de altura, dominando a de 8-20m e o terceiro estrato é constituído de arbustos e ervas com 1-2 m, que mesmo no tempo de seca permanecem com a folhagem verde.

Furtado et al. (1982) encontrou nos solos arenosos de Bataiporã e Naviraí, Floresta de alto porte (25-30m) e concentrações de peroba (30 indivíduos por hectare). A Oeste desta região notou uma distinção: a floresta alta e exuberante e a mata pobre, baixa e semidecídua e que nos vales é mais úmida e com lianas e epífitas em maior quantidade, e que a mesma não está relacionada aos solos aluviais pelo fato dos rios serem bastante encaixados, mas sim, aliado ao teor de umidade do solo gerado pela rede de drenagem.

O Macrozoneamento geoambiental do Mato Grosso do Sul (Mato Grosso do Sul 1990) avaliou a concentração de árvores por hectare na região fitoecológica da Floresta Tropical mosefítica Latifoliada Semidecídua de galeria e de interflúvio. Assim a de galeria possui, em média, 131 árvores/ha, sendo que, um mínimo de 91 e um máximo de 172 árvores/ha. Já a região de interflúvio, apresentou, na quantificação média, um total de 143 árvores/ha, enquanto a concentração mínima atingiu 127 e a máxima 179 árvores/ha. Constata-se assim que, apesar da Floresta de interflúvio apresentar-se geralmente de menor porte e mais pobre em madeira de lei, é a formação fitoecológica em que se verifica a maior concentração de árvores /ha.

São dois os fatores, que determinam a ocupação por Florestas ou por Cerrados. A fertilidade do solo sendo um deles, pois está intimamente relacionada com a concentração de alumínio e o outro é a disponibilidade de água na estação seca quando esta se torna limitante

(Eiten, 1978). Solos em terras mais altas são mais ricos e há a ocupação das florestas e em solo mais pobres desenvolvem-se os Cerrados. A reserva de água nestes solos de terras mais altas pode ser a causa determinante para a sua ocupação. Em fundo de vales as florestas geralmente estão presentes numa região onde o Cerrado ocupou as terras mais altas.

O Cerrado é extremamente rico de espécies. Numa região o número de espécies aumenta com o aumento da densidade de Campo limpo para Cerrado (senso estrito), chegando a conter mais de 300 espécies por hectare (Eiten 1978).

O Cerrado cobre extensas áreas. O Cerradão aparece freqüentemente nas encostas das chapadas ou junto às áreas marginais dos rios. Muitas espécies estão nos Cerradões e reciprocamente suas espécies podem coexistir lado a lado com outras das matas (Fernandes & Bezerra 1990).

**Tabela 1 - Situação da Cobertura Vegetal de Mata Atlântica no Território da Grande Dourados de 2005-1995**

| N. ref. | Municípios         | Cobertura Original (%) | Remanescentes (%) | Mata ha | Decréscimo ha |
|---------|--------------------|------------------------|-------------------|---------|---------------|
| 1       | Caarapó            | 100                    | 4                 | 8080    | 259           |
| 2       | Deodápolis         | 100                    | 3                 | 2240    | 13            |
| 3       | Douradina          | 100                    | 2                 | 525     | 0             |
| 4       | Dourados           | 55                     | 4                 | 9709    | 115           |
| 5       | Fátima do Sul      | 100                    | 0                 | 132     | 0             |
| 6       | Glória de Dourados | 100                    | 1                 | 379     | 94            |
| 7       | Itaporã            | 95                     | 4                 | 5534    | 12            |
| 8       | Jateí              | 100                    | 3                 | 6298    | 0             |
| 9       | Juti               | 100                    | 5                 | 7398    | 299           |
| 10      | Nova Alvorada      | 0                      | 0                 | 0       | 0             |
| 11      | Rio Brilhante      | 92                     | 6                 | 22948   | 745           |
| 12      | Vicentina          | 100                    | 0                 | 71      | 0             |

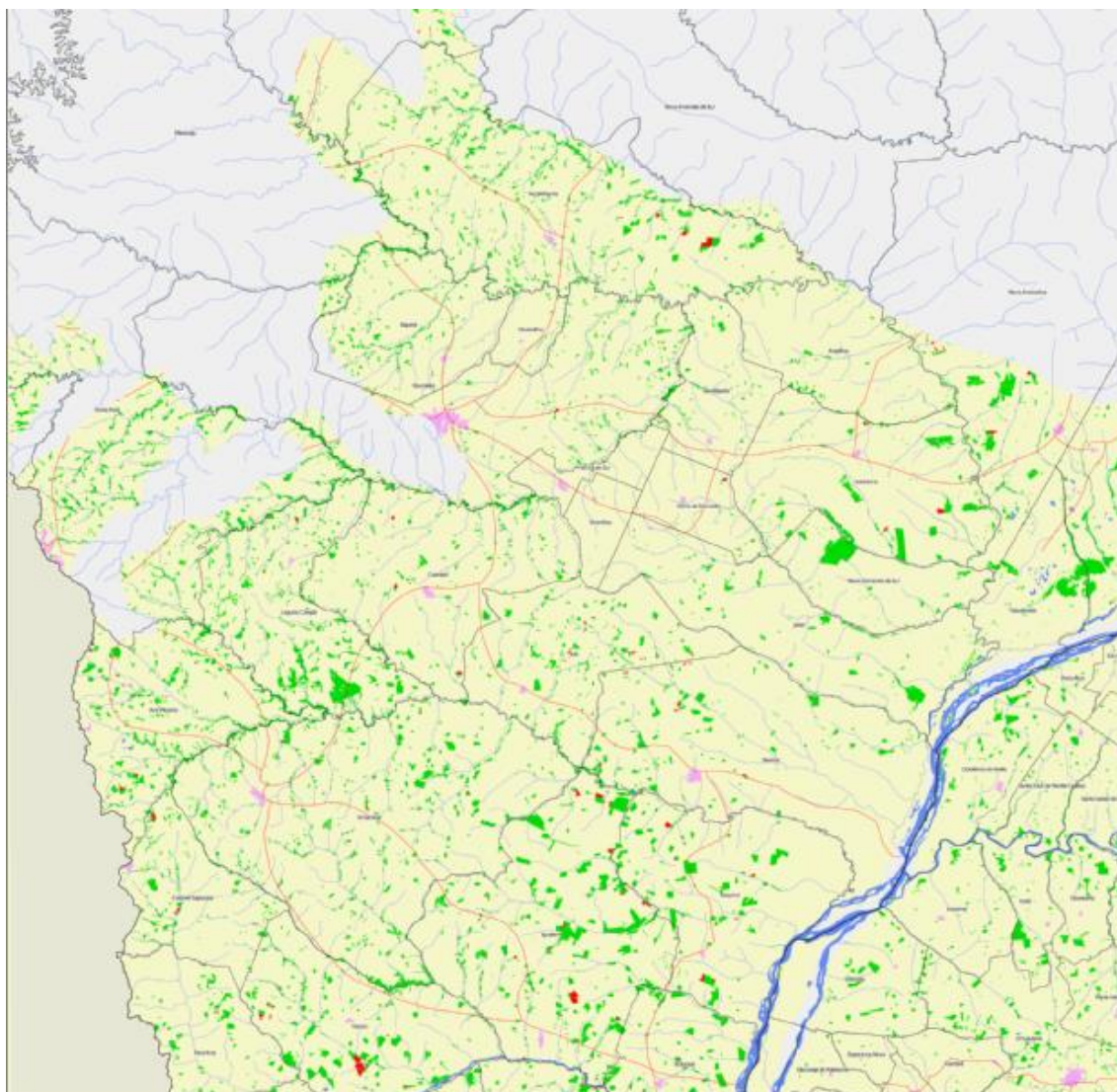
A tabela acima descreve a cobertura original de mata atlântica para cada município do Território da Grande Dourados, sua porcentagem ainda existente, sua extensão em hectares

e seu decréscimo em hectares entre os anos 1995 e 2005, segundo dados do INPE (Instituto Nacional de Pesquisa Espacial – ver Figura 79).

Apenas Nova Alvorada está fora do bioma mata atlântica, enquanto Dourados tem apenas pouco mais de metade da área do município ocupada por mata atlântica (55%), sendo que ambos municípios participam do bioma cerrado. Rio Brilhante (92%) e Itaporã (95%), embora possam ser considerados mata atlântica, tem pequenas porcentagens de cerrado.

Estes dados são alarmantes, pois nenhum município do território está com remanescentes florestais da mata atlântica acima de 5%, com uma média ao redor de apenas 3%. Rio Brilhante é o município com maior porcentagem de remanescentes da mata atlântica, tanto em porcentagem (6%), como em extensão (22.948ha), seguido por Juti (5%), Caarapó, Dourados e Itaporã (todos com 4%). Uma indicação do estado crítico da mata nativa e a necessidade não apenas de mantê-la, mas de aumentar sua extensão e procurar ligações desta biota por meio de corredores ecológicos, criação de Reservas Particulares de Patrimônio Natural-RPPN, e outros tipos de unidades de conservação. Embora neste estudo não foi possível avaliar a condição das Reservas Legais – por lei equivalentes a 20% de cada propriedade registrada – é conhecimento comum que isto não é, de forma alguma, respeitado por estes municípios.

Entre 1995 e 2005, 10 anos, Rio Brilhante também testemunhou o maior decréscimo em área de mata atlântica retirada (745ha), seguido por Juti (299ha), Caarapó (259ha), Dourados (115ha) e Glória de Dourados (94ha). Esta pobreza de vegetação é ilustrada vividamente pela Figura 79, fornecida pelo site da Fundação Mata Atlântica.



**Figura 79 - Remanescentes florestais, vegetação Mata Atlântica, na área de estudo. As manchas verde-cana representam os remanescentes florestais, os limites municipais estão em preto, as linhas vermelhas representam as principais rodovias, as faixas azuis em baixo à direita representam o Rio Paraná, os centros urbanos são em rosa.**

Pesquisas ambientais revelam (Winget, 1987; Mintzer, 1988) que devido ao aumento de temperaturas e à diminuição da umidade relativa do ar - e no presente contexto de mudanças climáticas estas condições estão piorando progressivamente - tanto animais quanto a vegetação estariam migrando a procura de climas mais frios, devido ao aumento das temperaturas.

Isto a biota somente pode fazer por duas formas: a) se deslocarem a altitudes maiores – 500m a mais de altitude pode significar uma diminuição de 3° C na temperatura; ou b) procurarem latitudes mais altas, ou seja, se deslocarem em direção aos pólos. No Território da Grande Dourados, a primeira alternativa praticamente não existe, pois as mudanças de altitude são pequenas e a segunda é impossível por falta de conectividade entre remanescentes

florestais. As áreas de mata são demasiadamente fragmentadas e os espaços entre elas muito amplos para que os animais se aventurem com segurança de uma área florestada para outra; sendo também que as matas ciliares e matas de galerias margeando os corpos d'água, corredores naturais para estes deslocamentos, são muito pouco preservadas, ou inexistentes. Desta forma, a definição, planejamento, implantação e monitoramento de Corredores de Biodiversidade que facilitem o fluxo genético e gênico e esta migração tornam-se vitais para toda região.

#### **IV.1.2.4 Implicações imediatas para a sustentabilidade da vida e práticas culturais indígenas.**

A situação das componentes biológicas apresentada é principalmente preocupante em relação ao sustento das práticas tradicionais da cultura indígena da região, como a caça e pesca<sup>40</sup>, atividades de extrativismo vegetal e suas roças de subsistência - *kokue*. Inclusive em relação ao empobrecimento e assoreamento dos solos férteis originais, que perdem sua capacidade de produção, gerando uma preocupante situação de insegurança alimentar.

Em função disto, mais adiante, serão apresentadas propostas que visam o estabelecimento progressivo de Corredores de Biodiversidade ao redor dos principais cursos d'água superficiais, conectando as áreas indígenas entre si, melhorando assim o fluxo gênico e genético entre espécies animais e vegetais e propiciando melhores condições edafoclimáticas para biota e para as funções humanas de produção – não apenas dos índios, mas também dos sistemas de produção da cultura não indígena, predominante no sul de Mato Grosso do Sul.

---

40 A estreita relação entre produção vegetal natural e o sustento de populações de peixes e organismos aquáticos é amplamente reconhecida, a exemplo da espécie de peixe *pacu* (*Colossoma macropomum*), que tem estrutura dentária com molares parecida à dos humanos, em função de comer frutas nativas. A diminuição da função protetora e de apoio aos processos de reprodução dos ecossistemas aquáticos propiciada pelas *Matas de Galeria* - onde as árvores se curvam e, entrelaçando-se de uma margem à outra do rio, oferecem condições mesoclimáticas e de diminuição da intensidade luminosa favoráveis à procriação de espécies pesqueiras - , está claramente manifesta pelo desaparecimento de muitas espécies de peixes, fato constantemente mencionado pelos índios.

#### IV.1.2.5 Agricultura Tradicional Indígena – uma apreciação

A partir das indagações sobre a agricultura tradicional indígena, no Anexo I (relatório ambiental), ainda praticada por alguns grupos na região de estudo, as seguintes características emergem, oferecendo importantes subsídios à identificação e demarcação das terras reivindicadas:

- A profunda religiosidade da visão cosmológica indígena abrange todos os aspectos do trabalho agrícola e sua estrita inter-relação, e essencial unidade, com os elementos e a biodiversidade da natureza – o homem acompanha as leis da natureza e, conhecendo-as e trabalhando com elas, desenvolve seus meios de subsistência e vida.
- A roça, e a agricultura nela praticada, representam, na visão e gestão tradicional, juntamente às práticas religiosas, o ponto central e cerne do dia-dia da vida do índio;
- O profundo conhecimento indígena dos processos de sucessão vegetal e animal, onde todas as espécies representam indicadores do estado de saúde do agroecossistema, permitiu que o índio desenvolvesse formas harmoniosas de plantar e colher para sua subsistência, trabalhando essencialmente com os ciclos naturais (lua, estações, recuperação de nutrientes, precipitação e clima, gestão dos recursos hídricos, etc.) e com a grande biodiversidade presente nos biomas de Cerrado e Mata Atlântica das regiões em estudo;
- A fragmentação das terras indígenas e a escassez de matas, na sua grande parte retiradas pelo avanço da fronteira agropecuária – principalmente desde a década de setenta – prejudicou por completo sua agricultura de subsistência baseada no rodízio de cultivos. De forma que hoje, a maioria das roças atuais está em áreas já cansadas pelo excessivo uso agrícola, e nessas circunstâncias, as roças produzem pouco.
- O pousio já não ocorre mais nas áreas de produção, o que se justifica em razão das áreas reduzidas. Estas atividades eram largamente utilizadas em outras épocas com intuito de deixar a natureza fazer parte do processo de recuperação das qualidades originárias do solo<sup>41</sup>.
- A reprodução de técnicas agrícolas convencionais dentro das reservas, entretanto, ocasionaria os mesmos problemas comuns a muitos agricultores oriundos da agricultura tradicional. Baseadas em sistemas que geralmente “utilizam” da fertilidade até o seu

---

<sup>41</sup> Após alguns anos de cultivo, quando algumas características eram identificadas na área da roça, já era o sinal para que novas áreas fossem trabalhadas, porém, a alteração no espaço físico, provocada pelos desmatamentos e a reclusão de inúmeras comunidades nas reservas, resultaram na indisponibilidade de áreas de mata para o cultivo de novas roças. Mesmo tentando manter ou reativar o modo de vida atribuído aos antepassados, a agricultura tradicional kaiowá passou a ser pressionada pelas tecnologias importadas do homem branco.

esgotamento natural, sem reposição de macro e micronutrientes, estas culturas são agravadas em grande parte pelo preparo de solo.

- A drástica mudança nos padrões de alimentação por uma dieta oferecida na cesta básica ficou aparente na comparação entre proteínas, vitaminas e carboidratos da alimentação tradicional, baseada na grande diversidade de culturas e produtos ingeridos, incluindo a caça e a pesca, e da cesta básica<sup>42</sup>, com sua monotonia e pequena gama de produtos.
- Confirmaram-se as colocações dos indígenas em relação às grandes mudanças dos regimes das chuvas, tanto na sua intensidade como na sua distribuição ao longo do ano.
- Verificou-se que o conhecimento empírico indígena sobre a função da vegetação espessa, das matas, em “atrair” as chuvas e manter uma maior umidade relativa do ar e do solo concorda com os atuais conhecimentos científicos na função de regulamentação climática da flora.

## IV.2 Caracterizacao Ambiental da TI Dourados-Amambaipagua I

Nesta parte do Relatório Ambiental descrevem-se e caracterizam-se as áreas estudadas, de acordo com várias fontes, entrevistas com os indígenas da região ou que têm interesse nestas áreas, visitas e levantamentos de campo junto aos índios. As áreas estudadas, pertencentes às margens da bacia do Rio Amambaí, sendo que as comunidades de Javorai Kue/Piratini e Pindo Roky ocupam também a região de divisor de águas entre as bacias dos rios Amambai e Dourados (Figura 1). As seguintes comunidades ocupam o território aqui estudado:

1. Comunidades-*tekoha* Javorai Kue/Piratini e Pindo Roky;
2. Comunidade-*tekoha* Laguna Joha e Km 20;

Foram usados dados do Mapa Multirreferencial do Mato Grosso do Sul (MS 1990)<sup>43</sup>, Diagnóstico Socioambiental do Território da Grande Dourados (IMAD, 2007), Avaliação Ambiental Estratégica para Gás Natural-AAE/GN (UEMS, 2006), imagens de satélite *Google Earth* ([www.earth.google.com](http://www.earth.google.com)), bibliografia pertinente, relatórios ambientais desenvolvidos por outros profissionais, relatos dos indígenas interessados nestas áreas e visitas para observação em campo junto aos índios, no período de setembro 2008 a agosto 2011.

---

<sup>42</sup> Não estamos advogando a suspensão da cesta básica - que hoje representa para a grande maioria dos indígenas, a única forma de alimentação disponível -, mas um reestudo da sua composição protéica, vitamínica e de carboidratos.

<sup>43</sup> Também usados os Mapas do Exército, Escala 1:100.000; Levantamento RADAM-Brasil 1964-1967.

A apresentação de cada área segue a seguinte ordem:

- Localização e descrição geral;
- Caracterização dos aspectos físicos: clima, hidrologia e solos;
- Caracterização dos aspectos biológicos: vegetação, fauna e recursos pesqueiros;
- Pressões externas e impactos ambientais existentes;
- Fragilidades e potencialidades do meio físico e biótico – orientação de uso e manejo.

## **IV.2.1 Comunidade Tekoha Javorai Kue/Piratini e Tekoha Pindo Roky**

### **IV.2.1.1 Localização e descrição geral**

As Comunidades-*Tekoha* Javorai Kue/Piratini e Pindo Roky tem como referência central de ocupação as áreas situadas a oeste e norte da reserva de Caarapó, seguindo a estrada que passa por meio dela. De cerca 30.000 ha de extensão<sup>44</sup>, ela é caracterizada por uma grande quantidade de banhados, que cobrem seu lado sul e leste, ambas áreas de importantes nascentes que formam emissários do córrego Piratini, afluente do rio Amambai. O seu lado norte é cortado por cerca de 9 km, numa direção oeste/leste, pelo córrego Taquara, emissário do rio Dourados e ao sul pelas cabeceiras do córrego Bopeí, também emissário do rio Dourados.

O Córrego Machado Coelho, emissário do Taquara, corta esta área, enquanto a cabeceira do Rio Bom Jeito<sup>45</sup>, indo numa direção norte/sul, está a menos de 800 m das nascentes do Córrego Machado Coelho, formando uma excelente oportunidade para um corredor ecológico natural, em formato “T”, apenas em função das matas ciliares destes dois cursos d’água<sup>46</sup>, conectando as bacias dos rios Dourados e Amambai. Tal conexão também pode ser realizada pelas cabeceiras do córrego Bopeí, na parte ocupada pela comunidade de Pindo Roky.

---

<sup>44</sup> Como já exposto, as áreas apresentadas neste trabalho são apenas indicativas dos territórios sendo estudados, pois será a partir da conclusão dos levantamentos topográficos posteriores que sua delimitação e extensão serão determinadas com precisão.

<sup>45</sup> Segundo os Mapas do Exército, Levantamento RADAM-Brasil 1964-1967.

<sup>46</sup> De fato, embora a cabeceira do Córrego Bom Jeito tenha ainda expressivas matas ciliares, as cabeceiras do Machado Coelho, como seu curso geral até seu encontro com o Taquara estão em estado precário de conservação, com pouca mata ciliar acompanhando seu curso.

Tradicionalmente, como apresentado na primeira parte deste relatório, as famílias extensas guarani costumavam construir suas casas ao lado dos córregos, perto das cabeceiras, onde iam buscar água, procurar plantas medicinais e caçar. O intuito dos índios é claro: além de retornar para suas áreas originais buscam áreas muito ricas em espécies vegetais importantes para suas necessidades do dia-dia, seus rituais e artefatos sagrados, seu modo de vida, seu *tekoha*.

#### **IV.2.1.2 Caracterização dos aspectos físicos: clima, hidrologia e solos**

##### **Condições climáticas**

De acordo com o Atlas Multirreferencial de Mato Grosso do Sul, a Variação Mesoclimática para a área de Javorai Kue/Piratini e Pindo Roky pode ser classificada nos tipos úmido a sub-úmido, predominantemente; e sub-úmido, subordinadamente, por ela estar situada adjacente à linha de transição entre sub-úmido e úmido.

Sub-úmido, predominante para a área, é o tipo que apresenta índice efetivo de umidade com valores anuais variando de 20 a 40%. A precipitação pluviométrica anual varia entre 1500 a 1750 mm, com excedente hídrico anual de 800 a 1200 mm durante 5 a 6 meses e deficiência hídrica de 350 a 500 mm durante 4 meses.

Úmido, apresenta índice efetivo de umidade com valores anuais variando de 40 a 60%. A precipitação pluviométrica anual varia entre 1750 e 2000 mm, com excedente hídrico anual de 1200 a 1400 mm durante 7 a 8 meses e deficiência hídrica de 200 a 350 mm durante 3 meses.

Estas condições estão reconhecidamente modificando para um clima mais seco e quente, seguindo um padrão regional, possivelmente devido aos efeitos do desmatamento da região e à diminuição do volume das chuvas vindo da floresta amazônica.

Desta forma a procura dos indígenas por áreas mais úmidas, dentro do território de ocupação tradicional - com mais cobertura vegetal, e por um maior número e densidade de corpos d'água superficiais, incluindo suas várzeas e brejos -, torna-se uma importante estratégia de sobrevivência e de busca de melhor qualidade ambiental. Mais uma justificativa vital para a perseguição de seu modo de vida.

## Hidrologia

Como descrito acima, a densidade dos canais de drenagem, rios, várzeas e corpos d'água superficiais em geral, é muito alta na área reivindicada pelos índios. Javorai Kue/Piratini e Pindo Roky se encontram em regiões de divisores de água, entre as bacias dos rios Dourados e Piratini. Já Km 20 e Laguna Joha, se situam em regiões mais baixas, já que mais próximas do vale do rio Amambai.

É importante frisar a posição estratégica desta área reivindicada que se encontra no divisor de água entre as bacias do Rio Dourados, à norte, e do Rio Amambaí, ao sul, do qual ambos o Rios Piratini e o Guaembeperi (que os índios chamam: Beguépiry) são emissários. Esta posição facilita, inclusive, a troca gênica e genética entre espécies vegetais e animais, juntando os remanescentes florestais mais ricos do Rio Piratini, se fosse reforçado o Corredor Ecológico natural já existente que liga as matas ciliares e cabeceiras dos Córregos Bom Jeito e Machado Coelho, numa direção sul/norte. A mesma função de transporte genético se dá entre Javorai Kue/Piratini, ao norte e Pindo Roky, ao leste, e suas ligações com a Laguna Joha, ao sul, acompanhando a margem direita do Rio Amambai. Conectar essas áreas através de corredores ambientais seria de fundamental importância para as poluções indígenas das comunidades aqui retratadas.

## Solos

Javorai Kue/Piratini e Pindo Roky abrangem basicamente duas classes de solo, tendo-se ao seu norte o *Latosolo Vermelho Escuro*<sup>47</sup> (LE – hoje *Vermelho Distrófico: LVd*). Enquanto na metade sul de Javorai Kue/Piratini encontra-se solo muito mais rico em conteúdo orgânico, próprio para todo tipo de cultura, principalmente grãos, o *Latosolo Roxo*<sup>48</sup> (LR – hoje *Vermelho Distroférrico: LVds*), vulgarmente conhecido como “terra preta de índio”.

Desta forma a área de Javorai Kue/Piratini se torna bem equilibrada ao possibilitar lavouras ao sul e, ao norte, pastos; importante a preservação de mananciais, várzeas e matas ciliares do seu centro ao sul, enquanto a sua extensão ao sul conta com solos privilegiados e férteis para qualquer cultura e amplas áreas de várzeas para remédios e outros recursos. Do mesmo modo, Pindo Roky também oferece a mesma variedade de recursos, o que torna tais

---

<sup>47</sup> Este tipo de solo é profundo, bem drenado, friável e bastante poroso, com diferentes classes texturais. Sua posição ocupada, normalmente no relevo, associada às suas propriedades físicas, condicionam favoravelmente seu uso agrícola. São muito utilizados em pastagem cultivada quando de textura média e em culturas anuais, quando de textura argilosa.

<sup>48</sup> São solos profundos, bem drenados, friáveis, muito porosos e permeáveis, com baixa susceptibilidade à erosão. Apresentam boas propriedades físicas, sem impedimento ao desenvolvimento de raízes e manejo, permitindo o emprego de qualquer implemento agrícola, visto serem encontrados em relevo plano, suave e ondulado. São solos favoráveis ao uso agropecuário, utilizados principalmente com o cultivo de culturas anuais.

áreas muito apropriadas para as atividades requeridas para a reprodução física e cultural dos indígenas, de acordo com seus usos, costumes e tradições.

#### **IV.2.1.3 Caracterização dos aspectos biológicos: vegetação, fauna e recursos pesqueiros**

Devido à intensa ação antrópica, poucos remanescentes florestais se encontram hoje nas regiões estudadas. Portanto a grande maioria do território desta região – que é característica de uma área de transição entre a Floresta Estacional Semidecidual e a Savana Estépica - encontra-se com pasto ou lavoura (Ap.F, ao norte e Ap.3, ao sul, com a ponta sul em Floresta Aluvial-Fa).

A vegetação existente pelo levantamento do Atlas Multirreferencial do MS aponta que as terras das comunidades de Javorai Kue/Piratini/Piratini e Pindo Roky, constam como Ap.3 - agropecuária/pastagem em Savana Estépica. Adicionalmente sua parte sul, como a maioria da Laguna Joha, estão inseridas em áreas de Agropecuária e Pastagem, Ap.P- e áreas de Floresta Aluvial - Fa, por estar margeando os Rio Piratini e Amambai. O lado leste de Javarai Kue/Piratini, perto de Caarapó, tem a mesma situação, onde ao norte temos Ap.3 e ao sul Ap.P. em Floresta Estacional Semidecidual.

Desta forma Javorai Kue/Piratini, Pindo Roky, Km 20 e Laguna Joha se torna bem equilibrada ao possibilitar lavouras ao norte, enquanto ao sul ela vai poder ser ocupada por pastos, e por áreas de preservação de mananciais, várzeas e matas ciliares. Para toda a extensão da terra indígena proposta no presente relatório, temos a necessidade de preservação dos corpos d'água, várzeas e fragmentos de florestais.

## **Fauna**

Os indígenas apontaram o encontro da Cabeceira do Bom Jeito com o Córrego Machado Coelho, que forma o Rio Piratini, e do Córrego Jacairá, emissário do Piratini, ao sul da reserva de Caarapó, como muito propícios à ocorrência de variada fauna nativa (ver listagem de fauna mais adiante): cotia, tatu, paca, capivara, veado, bem como a piscosidade das águas do Rio Piratini. As imagens de satélite indicam importantes fragmentos florestais, onde, segundo os indígenas, é possível encontrar bastante variedade de fauna. A mesma avaliação é válida para as áreas demandadas pelas comunidades de Pindo Roky, K 20 e Laguna Verá.



**Figura 80 - Imagem visão panorâmica olhando para norte e para o córrego Cole Cuê.**



**Figura 81 - Vista panorâmica olhando para norte e para as nascentes do córrego Cole Cuê.**



**Figura 82 - Ponte no Córrego Taquara a 1km da cidade de Laguna Caraapã.**

**Tabela 2 Espécies animais indicadas como existentes nas áreas Javorai Kue/Piratini, Pindo Roky, K20 e Laguna Joha, associadas às atividades de caça dos Guarani e Kaiowá (apoiada nos estudos de Costa, J.S. em Pereira, 2005)**

| Nome Regional      | Nome Guarani-Kaiowá   | Ambiente                                 | Parte utilizada | Uso                                  | Técnica de captura        |
|--------------------|-----------------------|------------------------------------------|-----------------|--------------------------------------|---------------------------|
| Anta               | <i>Tiguajó</i>        | Beira do rio                             | Carne           | Alimentação                          | Flecha, Armadilha de laço |
|                    |                       |                                          | Banha           | Medicinal: para curar bronquite      |                           |
| Araponga (pássaro) | <i>Gujra Moroti</i>   | Cerrado                                  | Pena            | Enfeite                              | Bodoque                   |
|                    |                       |                                          | Carne           | Alimentação                          |                           |
| Arara amarela      | <i>Kaninde</i>        | Cerrado: no coqueirinho, Mata            | Pena            | Enfeite                              | Bodoque                   |
|                    |                       |                                          | Carne           | Alimentação                          |                           |
| Arara vermelha     | <i>Gua'a</i>          | Mata: na peroba, Cerrado: no coqueirinho | Pena            | Enfeite                              | Bodoque                   |
|                    |                       |                                          | Carne           | Alimentação                          |                           |
|                    |                       |                                          | Pena            | Enfeite                              |                           |
| Bugiu              | <i>Karajá</i>         | Mata: em perobal                         | Cabeça          | Medicinal: banho em criança          | Flecha, Bodoque           |
|                    |                       |                                          | Carne           | Alimentação                          |                           |
|                    |                       |                                          | Pele            | Bornal                               |                           |
| Cachorro do mato   | <i>Haivava</i>        | Mata: persegue tatu                      | Pele            | Bornal                               | Monde                     |
|                    |                       |                                          | Carne           | Alimentação                          |                           |
| Capivara           | <i>Teiguajopype</i>   | Corpos d'água, Córrego e Rio             | Carne           | Alimentação                          | Lança, Flecha             |
|                    |                       |                                          | Banha           | Medicinal: passa em ferida           |                           |
|                    |                       |                                          | Unha            | Medicinal: para hemorragia de mulher |                           |
| Cateto             | <i>Taýtetu</i>        | Mata/Floresta, Córrego e Rio             | Carne           | Alimentação                          | Armadilha de laço/Flecha  |
|                    |                       |                                          | Dente           | Colar                                |                           |
| Codorna do mato    | <i>Churigua popoi</i> | Mata                                     | Carne           | Alimentação                          | Bodoque                   |
| Coelho             | <i>Tapiti</i>         | Campo                                    | Carne           | Alimentação                          | Bodoque                   |
| Cotia              | <i>Akuti</i>          | Mata, Cerrado                            | Carne           | Alimentação                          | Monde e cachorro          |

|                       |                            |                              |                        |                                           |                           |
|-----------------------|----------------------------|------------------------------|------------------------|-------------------------------------------|---------------------------|
| Curiango (pássaro)    | <i>Kuchuiguigui</i>        | Mata                         | Carne                  | Alimentação                               | Bodoque                   |
| Curucaca (pássaro)    | <i>Kurukau</i>             | Campo                        | Carne                  | Alimentação                               | Flecha, Bodoque           |
| Ema                   | <i>Guaripi</i>             | Campo                        | Pena                   | Adornos: saia para reza, cocar            | Flecha                    |
|                       |                            |                              | Carne                  | Alimentação                               |                           |
|                       |                            |                              | Ovo                    | Alimentação                               |                           |
| Gavião                | <i>Taguato</i>             | Campo, Cerrado               | Carne                  | Alimentação                               | Bodoque                   |
| Jacaré                | <i>Jakaré</i>              | Corpos d'água                | Pele                   | Medicinal: Remédio para diarreia, sarampo | Flecha, Borduna, Lança    |
|                       |                            |                              | Gordura                | Medicinal                                 |                           |
|                       |                            |                              | Carne                  | Alimentação                               |                           |
| <b>Nome Regional</b>  | <b>Nome Guarani-Kaiowá</b> | <b>Ambiente</b>              | <b>Parte utilizada</b> | <b>Uso</b>                                | <b>Técnica de captura</b> |
| Jacu                  | <i>Ñakupé</i>              | Mata                         | Ovo                    | Alimentação                               | Bodoque, Flecha           |
|                       |                            |                              | Carne                  | Alimentação                               |                           |
|                       |                            |                              | Pena                   | Adorno: Cocar                             |                           |
|                       |                            |                              | Carne                  | Alimentação                               |                           |
|                       |                            |                              | Pena                   | Adorno: Cocar                             |                           |
| Jacu Grande (pássaro) | <i>Ñakusa</i>              | Mato e cerrado               | Pena                   | Adorno: cocar                             | Flecha, Bodoque           |
|                       |                            |                              | Carne                  | Alimentação                               |                           |
| Jaguaririca           | <i>Mbarakajamiri</i>       | Mata                         | Banha                  | Medicinal: reumatismo                     | Flecha, Borduna, Lança    |
|                       |                            |                              | Carne                  | Alimentação                               |                           |
|                       |                            |                              | Pele                   | Enfeite                                   |                           |
| “Leão” (onça parda)   | <i>Guasy jagua</i>         | Mata/Floresta                | Banha                  | Medicinal: contusão                       | Flecha, Borduna, Lança    |
|                       |                            |                              | Carne                  | Alimentação                               |                           |
|                       |                            |                              | Pele                   | Bornal (bolsa)                            |                           |
| Lobão                 | <i>Aguaraguasu</i>         | Campo, Cerrado               | Carne                  | Alimentação                               | Flecha, Cachorro          |
|                       |                            |                              | Pele                   | Bolsa                                     |                           |
| Lobo                  | <i>Aguaramoro</i>          | Cerrado: no pindó            | Osso                   | Medicinal: reumatismo                     | Monde                     |
|                       |                            |                              | Gordura                | Medicinal: para picada de cobra           |                           |
|                       |                            |                              | Carne                  | Alimentação                               |                           |
|                       |                            |                              | Pele                   | Bolsa                                     |                           |
| Lontra                | <i>Guairaka</i>            | Corpos d'água, Córrego e Rio | Pele                   | Bornal, Carteira                          | Flecha                    |
|                       |                            |                              | Carne                  | Alimentação                               |                           |
| Lontra pequena        | <i>Guairaka'i</i>          | Córrego e Rio                | Couro                  | Enfeite, cocar                            | Borduna, Flecha           |
|                       |                            |                              | Carne                  | Alimentação                               |                           |
| Macaco                | <i>Ka'y</i>                | Mata/Floresta, Cerrado       | Carne                  | Alimentação                               | Arco e flecha, Bodoque    |
|                       |                            |                              | Cabeça                 | Medicinal: remédio para acalmar criança   |                           |
|                       |                            |                              |                        |                                           |                           |
| Onça pintada          | <i>Ka'aguyravaete</i>      | Mata                         | Banha                  | Medicinal: reumatismo, contusão           | Flecha, Borduna, Lança    |
|                       |                            |                              | Carne                  | Alimentação                               |                           |
|                       |                            |                              | Pele                   | Enfeite                                   |                           |
| Ouriço                | <i>Rui'i</i>               | Mata                         | Espinho                | Medicinal                                 | Flecha                    |

|                            |                            |                                                                |                        |                                            |                             |
|----------------------------|----------------------------|----------------------------------------------------------------|------------------------|--------------------------------------------|-----------------------------|
| (parece quati com espinho) |                            |                                                                | Carne                  | Alimentação                                |                             |
| Paca                       | <i>Mbuta</i>               | Mata ciliar                                                    | Carne                  | Alimentação                                | Monde                       |
| Papagaio (maior)           | <i>Parakau</i>             | Cerrado: no pindó,<br>Mata: na Guabiroba,<br>Campo: na Guavira | Pena                   | Adornos: cocar                             | Bodoque                     |
|                            |                            |                                                                | Carne                  | Alimentação                                |                             |
|                            |                            |                                                                | Carne                  | Alimentação                                |                             |
| Perdiz                     | <i>Guará pipopi</i>        | Campo                                                          | Pena                   | Adornos: cocar,<br>Medicinal: para umbigo  | Flecha/<br>Armadilha        |
|                            |                            |                                                                | Carne                  | Alimentação                                |                             |
|                            |                            |                                                                | Ovo                    | Alimentação                                |                             |
| Pica pau                   | <i>Ypeku</i>               | Mata, Campo                                                    | Carne                  | Alimentação                                | Bodoque                     |
| <b>Nome Regional</b>       | <b>Nome Guarani-Kaiowá</b> | <b>Ambiente</b>                                                | <b>Parte utilizada</b> | <b>Uso</b>                                 | <b>Técnica de captura</b>   |
| Piriquito                  | <i>Tiripepe</i>            | Cerrado: no pindó,<br>Mata: na Guabiroba,<br>Campo: na Guavira | Pena                   | Adornos: cocar                             | Bodoque                     |
|                            |                            |                                                                | Carne                  | Alimentação                                |                             |
| Quati                      | <i>Pytakêkê</i>            | Mata                                                           | Carne                  | Alimentação                                | Flecha,<br>Borduna          |
|                            |                            |                                                                | Pele                   | Bornal (bolsa)                             |                             |
| Queixada                   | <i>Tajasupere</i>          | Mato/Floresta, Mata Ciliar                                     | Couro                  | Bolsa, saia                                | Lança,<br>Armadilha de laço |
|                            |                            |                                                                | Carne                  | Alimentação                                |                             |
|                            |                            |                                                                | Dente                  | Colar                                      |                             |
| Rã pimenta (Gia)           | <i>Ju'iguasu</i>           | Corpos d'água                                                  | Carne                  | Alimentação                                | Lança                       |
|                            |                            |                                                                | Oso                    | Limpa o ouvido                             |                             |
| Raposa                     | <i>Mukure</i>              | Roça: mamão de casa,<br>Mata ciliar                            | Pele                   | Medicinal: para mulher que vai ganhar nenê | Borduna                     |
|                            |                            |                                                                | Carne                  | Alimentação                                |                             |
| Ratão                      | <i>Kujary</i>              | Mata ciliar, Córrego e Rio                                     | Carne                  | Alimentação                                | Monde                       |
| Sabiá                      | <i>Havia</i>               | Mata, Mata ciliar                                              | Carne                  | Alimentação                                | Bodoque                     |
| Saracura (voa e anda)      | <i>Chirukote</i>           | Mata Ciliar, Córrego e Rio                                     | Pena                   | Adornos: cocar                             | Bodoque e Flecha            |
|                            |                            |                                                                | Carne                  | Alimentação                                |                             |
|                            |                            |                                                                | Ovo                    | Alimentação                                |                             |
| Siriema                    | <i>Arakurusu</i>           | Campo                                                          | Ovo                    | Alimentação                                | Bodoque                     |
|                            |                            |                                                                | Carne                  | Alimentação                                |                             |
|                            |                            |                                                                | Pena                   | Adorno: Cocar                              |                             |
| Sucuri amarelo             | <i>Sukuriju</i>            | Corpos d'água, Córregos, Varjão                                | Banha                  | Medicinal: dor de dente/reumatismo         | Facão, Lança, Borduna       |
|                            |                            |                                                                | Carne                  | Alimentação                                |                             |
|                            |                            |                                                                | Pele                   | Medicinal: remédio para febre              |                             |
| Sucuri preto               | <i>Sukurihu</i>            | Corpos d'água, Córregos, Varjão                                | Banha                  | Medicinal: dor de dente/reumatismo         | Facão, Lança, Borduna       |
|                            |                            |                                                                | Carne                  | Alimentação                                |                             |
|                            |                            |                                                                |                        |                                            |                             |
|                            |                            |                                                                | Pele                   | Medicinal: remédio para febre              |                             |
| Tamanduá                   | <i>Nurumi'i</i>            | Campo, Cerrado                                                 | Carne                  | Alimentação                                | Cachorro e                  |

|                            |                            |                                |                        |                                               |                           |
|----------------------------|----------------------------|--------------------------------|------------------------|-----------------------------------------------|---------------------------|
| Bandeira                   |                            |                                | Unha                   | Medicinal: dor de dente, dor no olho          | Borduna                   |
|                            |                            |                                | Pelo                   | Medicinal: serve para mulher ganhar nenê      |                           |
| Tamanduá Mirim             | <i>Ñurumi'i</i>            | Mata, Campo                    | Unha                   | Medicinal: dor de dente e olho                | Borduna                   |
|                            |                            |                                | Pele                   | Medicinal: para mulher ganhar nenê            |                           |
|                            |                            |                                | Carne                  | Alimentação                                   |                           |
| Tatu galinha               | <i>Tirijuí</i>             | Mata, Campo, Varjão            | Casco                  | Medicinal: para diarreia                      | Lança                     |
|                            |                            |                                | Carne                  | Alimentação                                   |                           |
| <b>Nome Regional</b>       | <b>Nome Guarani-Kaiowá</b> | <b>Ambiente</b>                | <b>Parte utilizada</b> | <b>Uso</b>                                    | <b>Técnica de captura</b> |
| Tatu Grande (tatu carreta) | <i>Chorõguasú</i>          | Campo                          | Casco                  | Para colocar água                             | Machado                   |
|                            |                            |                                | Carne                  | Alimentação                                   |                           |
| Tatu peba                  | <i>Guachireru</i>          | Mata, campo, Mata ciliar       | Banha                  | Medicinal: ferida                             | Lança, Monde; Jiqui       |
|                            |                            |                                | Carne                  | Alimentação                                   |                           |
|                            |                            |                                | Casco                  | Medicinal: sarampo                            |                           |
| Tatu rabo mole             | <i>Guasinene</i>           | Campo                          | Casca                  | Medicinal: desintéria e diarreia              | Pega na mão ou na Lança   |
|                            |                            |                                | Carne                  | Alimentação                                   |                           |
| Tiú (lagartão)             | <i>Tejuguasú</i>           | Campo: na Guavira, Mata ciliar | Gordura                | Medicinal: para picada de cobra               | Bodoque e Cachorro        |
|                            |                            |                                | Carne                  | Alimentação                                   |                           |
| Tucano                     | <i>Tukã</i>                | Mata (come ovo)                | Pena                   | Adornos: cocar                                | Bodoque                   |
|                            |                            |                                | Carne                  | Alimentação                                   |                           |
|                            |                            |                                | Bico                   | Enfeite                                       |                           |
| Tucano pequeno             | <i>Arasari</i>             | Mata (come ovo)                | Pena                   | Enfeite                                       | Bodoque                   |
|                            |                            |                                | Bico                   | Enfeite                                       |                           |
|                            |                            |                                | Carne                  | Alimentação                                   |                           |
| Urubu                      | <i>Japiruse</i>            | Resto de animal                | Pena                   | Medicinal: remédio para mau olhado em criança | Bodoque                   |
| Veado                      | <i>Chumbi</i>              | Mata                           | Carne                  | Alimentação                                   | Flecha                    |
|                            |                            |                                | Pele                   | Bornal, sacola                                |                           |
| Veado branco               | <i>Chupy chupy</i>         | Campo                          | Carne                  | Alimentação                                   | Flecha, Borduna           |
|                            |                            |                                | Pele                   | Bornal                                        |                           |

Esta riqueza de fauna, característica de toda área de estudo, na sua condição original, demonstra que, nestas áreas reivindicadas, a natureza resiste ao impacto da expansão agropecuária e que ainda há tempo para sua recuperação, preservação e manejo, assim como há necessidade para o estabelecimento e reforço de corredores ecológicos.

#### **IV.2.1.4 Pressões externas e impactos ambientais existentes**

Como citado acima, a existência de grandes áreas de lavoura da soja e cana, principalmente ao norte de Javorai Kue/Piratini e em todo o entorno de Pindo Roky, Km20 e Laguna Joha, traz consigo a constante ameaça de poluição dos recursos hídricos por excesso de nitrogênio, quebrando a consistência trófica dos ecossistemas aquáticos, afetando tanto a qualidade da água, quanto a riqueza biológica das espécies presentes, prejudicando diretamente a disponibilidade pesqueira para as populações indígenas. Além do excesso de nitrogênio, presencia-se a abundância e diversidade de princípios ativos provindo do amplo uso de agrotóxicos nas diversas fases de desenvolvimento das lavouras. Estes elementos químicos são parcialmente lixiviado a jusante da sua colocação original nas lavouras, enquanto partes expressivas encontram seu caminho percolando pelo solo poroso até o lençol freático, assim o contaminando de forma perigosa e preocupante. Infelizmente não dispomos de estudos específicos e locais para substanciar estas declarações, mas a evidência da cultura da soja é suficiente para levantar estas hipóteses, pois é fato conhecido que o Brasil é um dos maiores usuários de defensivos agrícolas no mundo e que a soja, produzida de forma industrializada, é responsável por uma grande proporção deste uso.

Isto afeta diretamente a saúde das populações indígenas residentes, afetando toda cadeia alimentar tanto nos ecossistemas aquáticos como terrestres. Decorrente disto há a necessidade de se estabelecerem “áreas tampão”, na forma de corredores ecológicos de faixas da largura de um mínimo de 150 metros ao longo dos cursos d’água contíguos e/ou que passam por estas regiões, para que amenizem estes impactos. Seriam 120 metros adicionais aos 30 metros hoje exigidos pela legislação ambiental vigente em forma de Áreas de Proteção Permanente das matas ciliares.

Para tanto, o desenho destas unidades de conservação adicionais torna-se uma necessidade imperativa para a proteção da biota e das comunidades indígenas que dela se beneficiam e sustentam.

## **IV.2.2 Tekoha Laguna Joha e Km 20**

### **IV.2.2.1 Localização e descrição geral**

A *Laguna Joha* e a *Comunidade/Tekoha Km 20* situam-se ao longo do Rio Piratini, a cerca de 30 km e 24 km, respectivamente, sul da reserva de Caarapó. Vindo de Dourados, chegando em Caarapó, segue-se numa direção sudoeste na MS-156, indo para Amambaí; encontrando-se as duas áreas aproximadamente a metade do caminho entre as duas cidades.

A *Laguna Joha* começa relativamente próxima à T.I. Guaimbé, na margem direita do Rio Amambai, logo depois da foz do Rio Guaembeperi (que os índios chamam de *Begué Piry*). Descendo o Rio Amambaí, a *Laguna Joha* se expande ao sul, sempre margeando o Amambai no seu limite norte, onde segue até a área prevista na *Comunidade-Tekoha do Km 20 (4)*, cerca 40 km a jusante.

Esta área é caracterizada por uma grande quantidade de banhados, hoje bastante desmatados, que cobrem as duas margens do Rio Amambaí. Os indígenas relataram que dos dois lados oeste e leste da área do Km 20, ao longo das margens do Rio Amambaí, havia abundância de caça, sendo que ainda se encontrá-las nos remanescentes florestais e áreas de banhado.

#### **IV.2.2.2 Caracterização dos aspectos físicos: clima, hidrologia e solos**

##### **Condições climáticas**

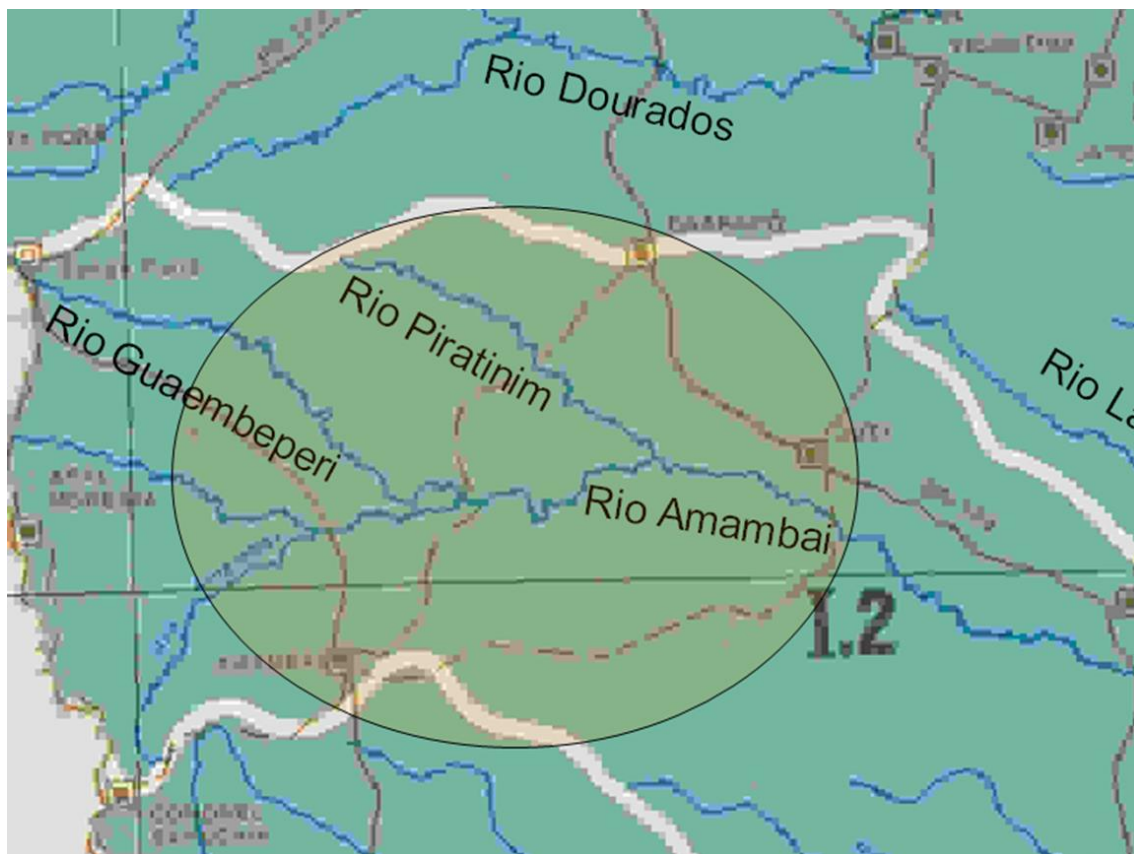
De acordo com o Atlas Multirreferencial de Mato Grosso do Sul, a Variação Mesoclimática para a área do Corredor Guaimbé e da Comunidade-Tekoha Km 20 pode ser classificada do tipo predominantemente úmido.

O tipo úmido, apresenta índice efetivo de umidade com valores anuais variando de 40 a 60%. A precipitação pluviométrica anual varia entre 1750 e 2000 mm, com excedente hídrico anual de 1200 a 1400 mm durante 7 a 8 meses e deficiência hídrica de 200 a 350 mm durante 3 meses.

Estas condições estão reconhecidamente modificando para um clima mais seco e quente, seguindo um padrão regional, possivelmente devido aos efeitos do desmatamento da região e à diminuição do volume das chuvas vindo da floresta amazônica.

##### **Hidrologia**

Aqui a densidade dos canais de drenagem, rios, várzeas e corpos d'água superficiais em geral, é muito alta, tornando a área propícia para a biodiversidade vegetal e animal, altamente apreciada pelos indígenas.



**Figura 83 – Estamos na região do médio Amambá, muito rica em várzeas e com denso canal de drenagem que favorece a biodiversidade vegetal e animal. Uma área altamente requisitada pelos indígenas.**

Esta situação facilita, inclusive, a troca gênica e genética entre espécies vegetais e animais, juntando os remanescentes florestais mais ricos do Rio Guaembepi, se fosse reforçado o Corredor Ecológico natural já existente que liga as matas ciliares e cabeceiras do mesmo rio Guaembepi com o Piratini, via o Rio Amambá, numa direção oeste/leste.

## **Solos**

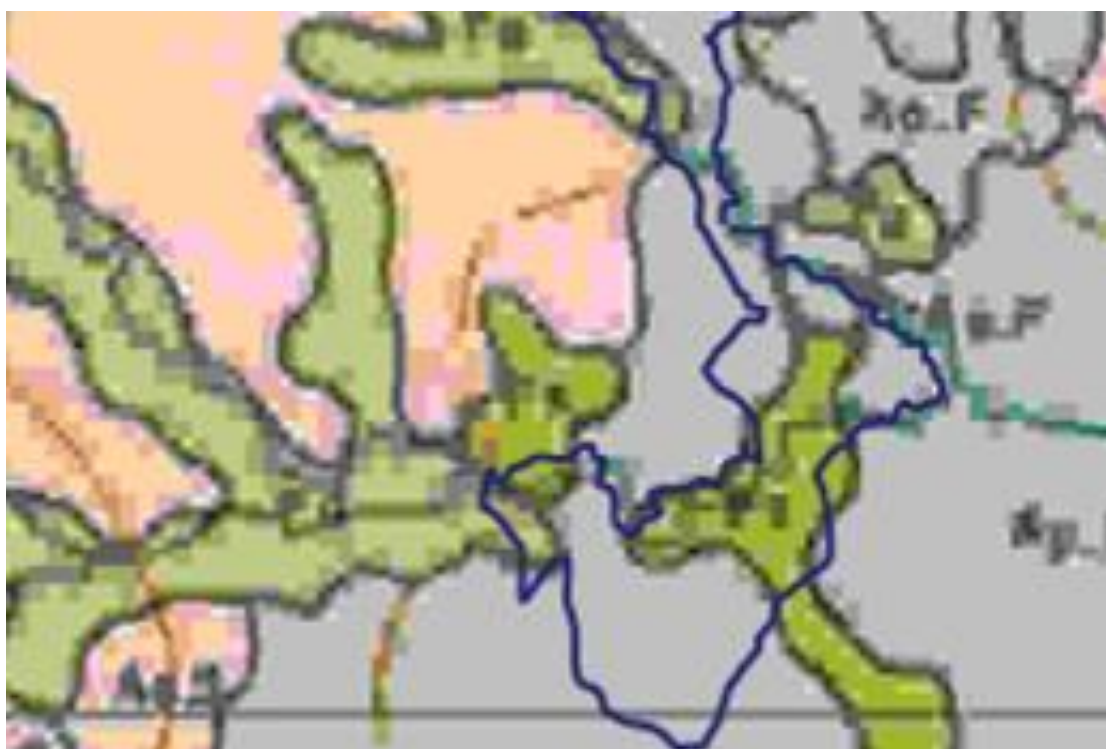
Segundo o Atlas Multirreferencial de Mato Grosso do Sul (1990), o tipo de solo predominante, tanto para a Laguna Joha, quanto para a Comunidade/Tekoha Km 20, é o *Latossolo Roxo*<sup>49</sup> (LR – hoje *Vermelho Distroférrico: LVds*), vulgarmente conhecido como “terra preta de índio”, de alta fertilidade, qualidade esta confirmada pela grande biodiversidade vegetal e animal presentes e a demanda desta área pelos índios, desta forma comprovando a sua idoneidade para suas práticas agrícolas e culturais.

<sup>49</sup> São solos profundos, bem drenados, friáveis, muito porosos e permeáveis, com baixa susceptibilidade à erosão. Apresentam boas propriedades físicas, sem impedimento ao desenvolvimento de raízes e manejo, permitindo o emprego de qualquer implemento agrícola, visto serem encontrados em relevo plano, suave e ondulado. São solos favoráveis ao uso agropecuário, utilizados principalmente com o cultivo de culturas anuais.

O tipo de solo prevalente para tanto a Laguna Joha como para o Km 20 é o Latossolo Roxo (LR – em marrom escuro), de grande fertilidade e importância para biodiversidade e conseqüente gestão dos recursos naturais. Isto confirma a abundância de espécies vegetais e animais e a demanda indígena pela área.

#### **IV.2.2.3 Caracterização dos aspectos biológicos: vegetação, fauna e recursos pesqueiros**

A grande maioria do território da área da Laguna Joha – que é característica de uma área de transição entre a Floresta Estacional Semidecidual e a Savana Estépica - encontra-se em área de Floresta Aluvial-Fa, enquanto a Comunidade-Tekoha Km 20 está dividida entre Ap.F - agropecuária/pastagem em Floresta Estacional Semidecidual (nos seus lados leste e oeste) e Floresta Aluvial-Fa, no sua zona central como pode ser visto pela classificação da figura abaixo.



**Figura 84 – Sobreposição da vegetação existente pelo levantamento do Atlas Multirreferencial do MS sobre parte da terra indígena. A Laguna Joha, contorno azul escuro, no lado esquerdo, seguindo o curso do Rio Amambá numa direção oeste/leste (o Norte nesta figura é para cima) está inserida em área de Floresta Aluvial – Fa -, por estar amparando os Rios Guaembepéri, Amambá e o Córrego Tatuí, com a maioria de sua área de Ap.F – agropecuária/pastagem em Floresta Estacional Semidecidual.**

Desta forma a Comunidade/Tekoha Km 20 pode desenvolver atividades extrativistas dentro das áreas de floresta aluvial e lançar mão da agropecuária nas suas extremidades leste e oeste junto ao desenvolvimento de Sistemas Agroflorestais guarani.

## Fauna

Os indígenas relataram que dos dois lados oeste e leste da área do Km 20, ao longo das margens do Rio Amambáí, há abundância de caça (ver elipses rosa na Figura 12). Nestes locais encontram-se importantes fragmentos florestais com bastante variedade de fauna. Listamos aqui a presença das seguintes espécies animais:

**Tabela 3 - Espécies animais indicadas como existentes nas duas margens laterais, leste e oeste, da área do Km 20, ambas seguindo o curso do Rio Amambáí (ver Figura 12) seguindo o associadas às atividades de caça dos Guarani e Kaiowá (apoiada nos estudos de Costa, J.S. em Pereira, 2005)**

| Nome Regional      | Nome Guarani-Kaiowá | Ambiente                                 | Parte utilizada | Uso                                  | Técnica de captura        |
|--------------------|---------------------|------------------------------------------|-----------------|--------------------------------------|---------------------------|
| Anta               | <i>Tiguajó</i>      | Beira do rio                             | Carne           | Alimentação                          | Flecha, Armadilha de laço |
|                    |                     |                                          | Banha           | Medicinal: para curar bronquite      |                           |
| Araponga (pássaro) | <i>Gujra Moroti</i> | Cerrado                                  | Pena            | Enfeite                              | Bodoque                   |
|                    |                     |                                          | Carne           | Alimentação                          |                           |
| Arara amarela      | <i>Kaninde</i>      | Cerrado: no coqueirinho, Mata            | Pena            | Enfeite                              | Bodoque                   |
|                    |                     |                                          | Carne           | Alimentação                          |                           |
| Arara vermelha     | <i>Gua'a</i>        | Mata: na peroba, Cerrado: no coqueirinho | Pena            | Enfeite                              | Bodoque                   |
|                    |                     |                                          | Carne           | Alimentação                          |                           |
|                    |                     |                                          | Pena            | Enfeite                              |                           |
| Bugiu              | <i>Karajá</i>       | Mata: em perobal                         | Cabeça          | Medicinal: banho em criança          | Flecha, Bodoque           |
|                    |                     |                                          | Carne           | Alimentação                          |                           |
|                    |                     |                                          | Pele            | Bornal                               |                           |
| Cachorro do mato   | <i>Haivava</i>      | Mata: persegue tatu                      | Pele            | Bornal                               | Monde                     |
|                    |                     |                                          | Carne           | Alimentação                          |                           |
| Capivara           | <i>Teiguajopype</i> | Corpos d'água, Córrego e Rio             | Carne           | Alimentação                          | Lança, Flecha             |
|                    |                     |                                          | Banha           | Medicinal: passa em ferida           |                           |
|                    |                     |                                          | Unha            | Medicinal: para hemorragia de mulher |                           |
| Cateto             | <i>Taýtetu</i>      | Mata/Floresta, Córrego e Rio             | Carne           | Alimentação                          | Armadilha de laço/Flecha  |
|                    |                     |                                          | Dente           | Colar                                |                           |
| Coelho             | <i>Tapiti</i>       | Campo                                    | Carne           | Alimentação                          | Bodoque                   |
| Cotia              | <i>Akuti</i>        | Mata, Cerrado                            | Carne           | Alimentação                          | Monde e cachorro          |
| Curiango (pássaro) | <i>Kuchuiguigui</i> | Mata                                     | Carne           | Alimentação                          | Bodoque                   |
| Curucaca (pássaro) | <i>Kurukau</i>      | Campo                                    | Carne           | Alimentação                          | Flecha, Bodoque           |
| Ema                | <i>Guaripi</i>      | Campo                                    | Pena            | Adornos: saia para reza, cocar       | Flecha                    |

|                                   |                            |                              |                        |                                           |                           |
|-----------------------------------|----------------------------|------------------------------|------------------------|-------------------------------------------|---------------------------|
|                                   |                            |                              | Carne                  | Alimentação                               |                           |
|                                   |                            |                              | Ovo                    | Alimentação                               |                           |
| Gavião                            | <i>Taguato</i>             | Campo, Cerrado               | Carne                  | Alimentação                               | Bodoque                   |
| Jacaré                            | <i>Jakaré</i>              | Corpos d'água                | Pele                   | Medicinal: Remédio para diarreia, sarampo | Flecha, Borduna, Lança    |
|                                   |                            |                              | Gordura                | Medicinal                                 |                           |
|                                   |                            |                              | Carne                  | Alimentação                               |                           |
| <b>Nome Regional</b>              | <b>Nome Guarani-Kaiowá</b> | <b>Ambiente</b>              | <b>Parte utilizada</b> | <b>Uso</b>                                | <b>Técnica de captura</b> |
| Jacu                              | <i>Ñakupé</i>              | Mata                         | Ovo                    | Alimentação                               | Bodoque, Flecha           |
|                                   |                            |                              | Carne                  | Alimentação                               |                           |
|                                   |                            |                              | Pena                   | Adorno: Cocar                             |                           |
|                                   |                            |                              |                        |                                           |                           |
|                                   |                            |                              | Carne                  | Alimentação                               |                           |
| Jacu Grande (pássaro)             | <i>Ñakusa</i>              | Mato e cerrado               | Pena                   | Adorno: cocar                             | Flecha, Bodoque           |
|                                   |                            |                              | Carne                  | Alimentação                               |                           |
| Jagatirica                        | <i>Mbarakajamiri</i>       | Mata                         | Banha                  | Medicinal: reumatismo                     | Flecha, Borduna, Lança    |
|                                   |                            |                              | Carne                  | Alimentação                               |                           |
|                                   |                            |                              | Pele                   | Enfeite                                   |                           |
| “Leão” (onça parda)               | <i>Guasy jagua</i>         | Mata/Floresta                | Banha                  | Medicinal: contusão                       | Flecha, Borduna, Lança    |
|                                   |                            |                              | Carne                  | Alimentação                               |                           |
|                                   |                            |                              | Pele                   | Bornal (bolsa)                            |                           |
|                                   |                            |                              | Pele                   | Bolsa                                     |                           |
| Lobo                              | <i>Aguaramoro</i>          | Cerrado: no pindó            | Osso                   | Medicinal: reumatismo                     | Monde                     |
|                                   |                            |                              | Gordura                | Medicinal: para picada de cobra           |                           |
|                                   |                            |                              | Carne                  | Alimentação                               |                           |
|                                   |                            |                              | Pele                   | Bolsa                                     |                           |
| Lontra                            | <i>Guairaka</i>            | Corpos d'água, Córrego e Rio | Pele                   | Bornal, Carteira                          | Flecha                    |
|                                   |                            |                              | Carne                  | Alimentação                               |                           |
| Lontra pequena                    | <i>Guairaka'i</i>          | Córrego e Rio                | Couro                  | Enfeite, cocar                            | Borduna, Flecha           |
|                                   |                            |                              | Carne                  | Alimentação                               |                           |
| Macaco                            | <i>Ka'y</i>                | Mata/Floresta, Cerrado       | Carne                  | Alimentação                               | Arco e flecha, Bodoque    |
|                                   |                            |                              | Cabeça                 | Medicinal: remédio para acalmar criança   |                           |
|                                   |                            |                              |                        |                                           |                           |
| Onça pintada                      | <i>Ka'aguyravaete</i>      | Mata                         | Banha                  | Medicinal: reumatismo, contusão           | Flecha, Borduna, Lança    |
|                                   |                            |                              | Carne                  | Alimentação                               |                           |
|                                   |                            |                              | Pele                   | Enfeite                                   |                           |
| Ouriço (parece quati com espinho) | <i>Rui'i</i>               | Mata                         | Espinho                | Medicinal                                 | Flecha                    |
|                                   |                            |                              | Carne                  | Alimentação                               |                           |
| Paca                              | <i>Mbuta</i>               | Mata ciliar                  | Carne                  | Alimentação                               | Monde                     |

|                       |                            |                                                                |                        |                                            |                             |
|-----------------------|----------------------------|----------------------------------------------------------------|------------------------|--------------------------------------------|-----------------------------|
| Papagaio (maior)      | <i>Parakau</i>             | Cerrado: no pindó,<br>Mata: na Guabiroba,<br>Campo: na Guavira | Pena                   | Adornos: cocar                             | Bodoque                     |
|                       |                            |                                                                | Carne                  | Alimentação                                |                             |
|                       |                            |                                                                | Carne                  | Alimentação                                |                             |
| Perdiz                | <i>Guará pipopi</i>        | Campo                                                          | Pena                   | Adornos: cocar,<br>Medicinal: para umbigo  | Flecha/<br>Armadilha        |
|                       |                            |                                                                | Carne                  | Alimentação                                |                             |
| Pica pau              | <i>Ypeku</i>               | Mata, Campo                                                    | Carne                  | Alimentação                                | Bodoque                     |
| Piriquito             | <i>Tiripepe</i>            | Cerrado: no pindó,<br>Mata: na Guabiroba,<br>Campo: na Guavira | Pena                   | Adornos: cocar                             | Bodoque                     |
|                       |                            |                                                                | Carne                  | Alimentação                                |                             |
| <b>Nome Regional</b>  | <b>Nome Guarani-Kaiowá</b> | <b>Ambiente</b>                                                | <b>Parte utilizada</b> | <b>Uso</b>                                 | <b>Técnica de captura</b>   |
| Quati                 | <i>Pytakêkê</i>            | Mata                                                           | Carne                  | Alimentação                                | Flecha,<br>Borduna          |
|                       |                            |                                                                | Pele                   | Bornal (bolsa)                             |                             |
| Queixada              | <i>Tajasupere</i>          | Mato/Floresta, Mata Ciliar                                     | Couro                  | Bolsa, saia                                | Lança,<br>Armadilha de laço |
|                       |                            |                                                                | Carne                  | Alimentação                                |                             |
|                       |                            |                                                                | Dente                  | Colar                                      |                             |
| Rã pimenta (Gia)      | <i>Ju'iguasu</i>           | Corpos d'água                                                  | Carne                  | Alimentação                                | Lança                       |
|                       |                            |                                                                | Osso                   | Limpa o ouvido                             |                             |
| Raposa                | <i>Mukure</i>              | Roça: mamão de casa,<br>Mata ciliar                            | Pele                   | Medicinal: para mulher que vai ganhar nenê | Borduna                     |
|                       |                            |                                                                | Carne                  | Alimentação                                |                             |
| Ratão                 | <i>Kujary</i>              | Mata ciliar, Córrego e Rio                                     | Carne                  | Alimentação                                | Monde                       |
| Sabiá                 | <i>Havia</i>               | Mata, Mata ciliar                                              | Carne                  | Alimentação                                | Bodoque                     |
| Saracura (voa e anda) | <i>Chirukote</i>           | Mata Ciliar, Córrego e Rio                                     | Pena                   | Adornos: cocar                             | Bodoque e Flecha            |
|                       |                            |                                                                | Carne                  | Alimentação                                |                             |
|                       |                            |                                                                | Ovo                    | Alimentação                                |                             |
| Siriema               | <i>Arakurusu</i>           | Campo                                                          | Ovo                    | Alimentação                                | Bodoque                     |
|                       |                            |                                                                | Carne                  | Alimentação                                |                             |
|                       |                            |                                                                | Pena                   | Adorno: Cocar                              |                             |
| Sucuri amarelo        | <i>Sukuriju</i>            | Corpos d'água, Córregos, Varjão                                | Banha                  | Medicinal: dor de dente/reumatismo         | Facão, Lança, Borduna       |
|                       |                            |                                                                | Carne                  | Alimentação                                |                             |
|                       |                            |                                                                | Pele                   | Medicinal: remédio para febre              |                             |
| Sucuri preto          | <i>Sukurihu</i>            | Corpos d'água, Córregos, Varjão                                | Banha                  | Medicinal: dor de dente/reumatismo         | Facão, Lança, Borduna       |
|                       |                            |                                                                | Carne                  | Alimentação                                |                             |
|                       |                            |                                                                | Pele                   | Medicinal: remédio para febre              |                             |
| Tamanduá Bandeira     | <i>Ñurumi'i</i>            | Campo, Cerrado                                                 | Carne                  | Alimentação                                | Cachorro e Borduna          |
|                       |                            |                                                                | Unha                   | Medicinal: dor de dente, dor no olho       |                             |
|                       |                            |                                                                | Pelo                   | Medicinal: serve para mulher ganhar nenê   |                             |
| Tamanduá Mirim        | <i>Ñurumi'i</i>            | Mata, Campo                                                    | Unha                   | Medicinal: dor de dente e olho             | Borduna                     |

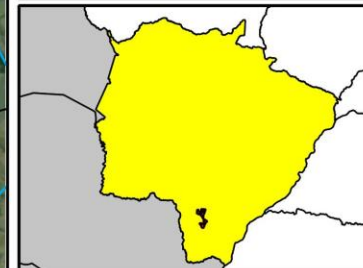
|                            |                            |                                |                        |                                               |                           |
|----------------------------|----------------------------|--------------------------------|------------------------|-----------------------------------------------|---------------------------|
|                            |                            |                                | Pele                   | Medicinal: para mulher ganhar nenê            |                           |
|                            |                            |                                | Carne                  | Alimentação                                   |                           |
| Tatu galinha               | <i>Tirijuí</i>             | Mata, Campo, Varjão            | Casco                  | Medicinal: para diarreia                      | Lança                     |
|                            |                            |                                | Carne                  | Alimentação                                   |                           |
| Tatu Grande (tatu carreta) | <i>Chorôguasú</i>          | Campo                          | Casco                  | Para colocar água                             | Machado                   |
|                            |                            |                                | Carne                  | Alimentação                                   |                           |
| Tatu peba                  | <i>Guachireru</i>          | Mata, campo, Mata ciliar       | Banha                  | Medicinal: ferida                             | Lança, Monde; Jiqui       |
|                            |                            |                                | Carne                  | Alimentação                                   |                           |
|                            |                            |                                | Casco                  | Medicinal: sarampo                            |                           |
| <b>Nome Regional</b>       | <b>Nome Guarani-Kaiowá</b> | <b>Ambiente</b>                | <b>Parte utilizada</b> | <b>Uso</b>                                    | <b>Técnica de captura</b> |
| Tatu rabo mole             | <i>Guasinene</i>           | Campo                          | Casca                  | Medicinal: desintéria e diarreia              | Pega na mão ou na Lança   |
|                            |                            |                                | Carne                  | Alimentação                                   |                           |
| Tiú (lagartão)             | <i>Tejuguasú</i>           | Campo: na Guavira, Mata ciliar | Gordura                | Medicinal: para picada de cobra               | Bodoque e Cachorro        |
|                            |                            |                                | Carne                  | Alimentação                                   |                           |
| Tucano                     | <i>Tukã</i>                | Mata (come ovo)                | Pena                   | Adornos: cocar                                | Bodoque                   |
|                            |                            |                                | Carne                  | Alimentação                                   |                           |
|                            |                            |                                | Bico                   | Enfeite                                       |                           |
| Tucano pequeno             | <i>Arasari</i>             | Mata (come ovo)                | Pena                   | Enfeite                                       | Bodoque                   |
|                            |                            |                                | Bico                   | Enfeite                                       |                           |
|                            |                            |                                | Carne                  | Alimentação                                   |                           |
| Urubu                      | <i>Japiruse</i>            | Resto de animal                | Pena                   | Medicinal: remédio para mau olhado em criança | Bodoque                   |
| Veado                      | <i>Chumbi</i>              | Mata                           | Carne                  | Alimentação                                   | Flecha                    |
|                            |                            |                                | Pele                   | Bornal, sacola                                |                           |
| Veado branco               | <i>Chupy chupy</i>         | Campo                          | Carne                  | Alimentação                                   | Flecha, Borduna           |
|                            |                            |                                | Pele                   | Bornal                                        |                           |

Esta riqueza de fauna demonstra que, nestas áreas reivindicadas, a natureza resiste ao impacto da expansão agropecuária e que sua conservação, preservação e manejo são essenciais assim como há necessidade para o estabelecimento e reforço dos corredores ecológicos aqui propostos como áreas “tampão”, entre as atividades agropecuárias e os recursos hídricos, fonte de vida e biodiversidade regional.

# Mapa de Uso e Ocupação da TI Dourados - Amambaípegua I (MS)



MJ - Ministério da Justiça  
Funai - Fundação Nacional do Índio  
DPT - Diretoria de Proteção Territorial  
CGID - Coordenação Geral de  
Identificação e Delimitação



## Legenda

### Uso da Terra

- Caça
- Casas
- Casa Antiga
- Pesca
- Roças

### Dourados - Amambaípegua



### Estradas



### Hidrografia



### Divisão Estadual



Projeção: UTM  
Datum: WGS 84  
Elaborador: Rafael Rodrigues,  
2015.

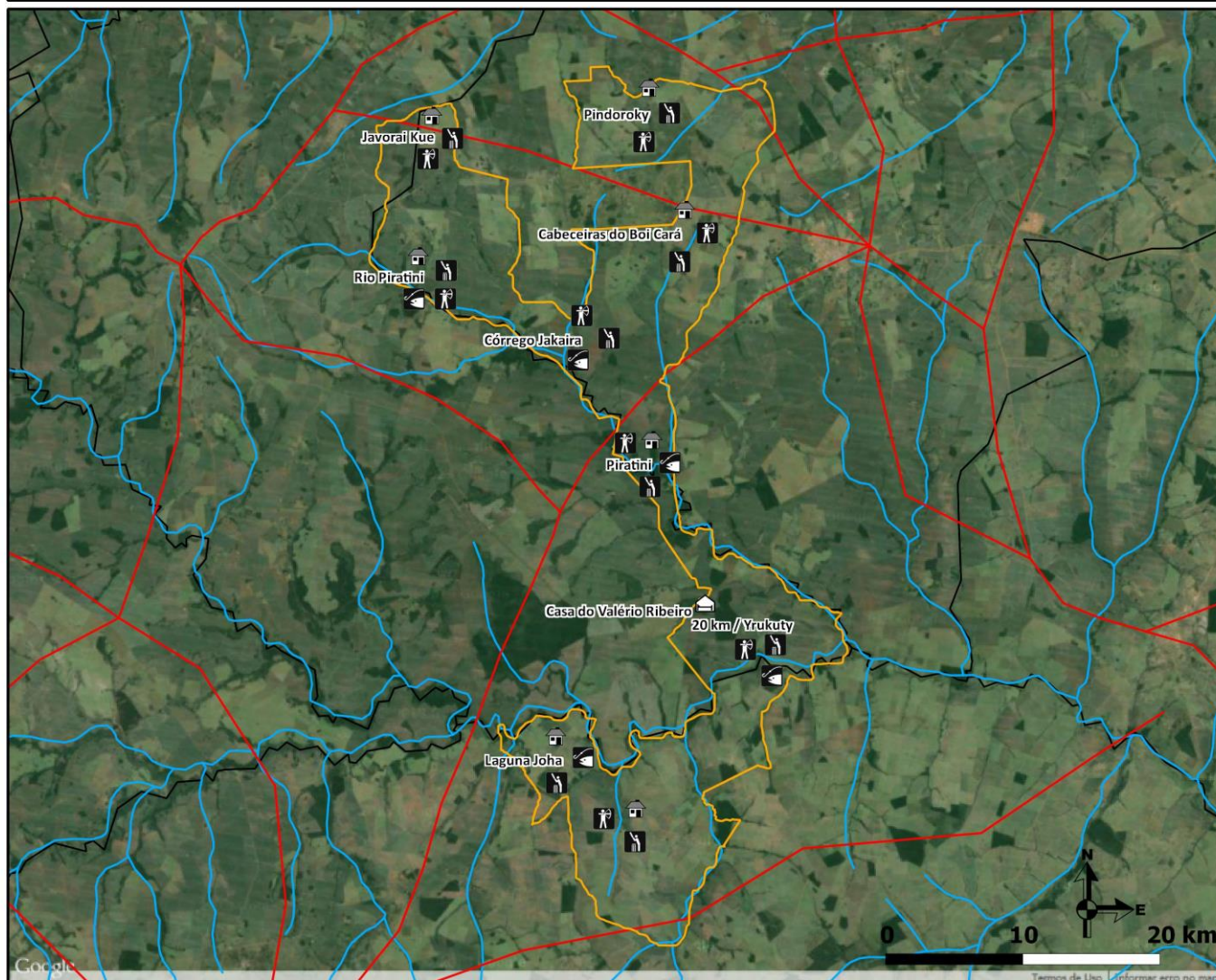


Figura 85 – Mapa de uso e ocupação da TI Dourados-Amambaípegua I.

#### **IV.2.2.4 Pressões externas e impactos ambientais existentes**

Novamente, como citado acima, a existência de grandes áreas de lavoura da soja - com fragmentos florestais de pequeno porte dispersos na paisagem, principalmente ao norte da Comunidade -Tekoha Km 20 -, é uma ameaça constante de poluição dos corpos d'água tanto superficiais como subterrâneos, por excesso de nitrogênio, quebrando a consistência trófica dos ecossistemas aquáticos, afetando tanto a qualidade da água, quanto a riqueza biológica das espécies presentes, prejudicando diretamente a disponibilidade pesqueira para as populações indígenas.

Outra preocupação nas áreas limítrofes do Km 20 é a ocorrência de incêndios que podem se alastrar numa direção interna a este território.

Os fragmentos florestais são definidos como áreas com vegetação nativa contínua, interrompida por ações antrópicas, como pastagens, culturas agrícolas, estradas, reflorestamentos, mineradoras, vilas, povoados, dentre outras, ou ainda por barreiras naturais como montanhas, lagos, represas ou outras formações vegetais propiciando redução do fluxo de animais, pólen e sementes (VIANA, 1998).

#### **Uso de ervas medicinais**

A utilização das ervas medicinais no tratamento de enfermidades ainda é muito presente dentro da aldeia, apesar da atuação de um agente de saúde do município. O uso racional e espiritual destas espécies ainda faz parte do cotidiano da comunidade visitada. Presenciamos duas gerações, cujos conhecimentos poderiam encantar a medicina tradicional do homem branco.



**Figura 86- Identificação de uma espécie de uso religioso e medicinal.**



**Figura 87- Identificação de uma espécie de uso religioso e medicinal**

Em uma rápida caminhada pelo fragmento pudemos constatar espécies de vários interesses, porém já denotando fragilidade de sua população, principalmente em decorrência da pressão que este espaço está sofrendo. O isolamento em decorrência das atividades de exploração agrícola é bastante notado, bem como os seus efeitos junto às espécies nativas desta pequena reserva.



**Figura 88- Mata nativa bastante perturbada.**



**Figura 89- Capim braquiária competindo por espaço junto à pequena reserva florestal da aldeia.**

### **Recursos hídricos**

Na área de reserva florestal está localizada a única nascente da aldeia, indicando a frágil situação da comunidade com relação à água potável. Caso este fragmento sofra ainda mais as consequências de manejos inadequados, a comunidade poderá

futuramente ficar na dependência de uso das águas do Rio Dourados para consumo, entretanto, sem tratamentos adequados de saneamento.



**Figura 90-Vista parcial de nascente.**



**Figura 91- Mata nativa bastante descaracterizada.**

Segundo VIANA (1998), as principais consequências da fragmentação provocada por ação abiótica são: alterações no microclima, particularmente nas bordas dos fragmentos que ficam mais sujeitas à exposição solar, aumento dos riscos de erosão, assoreamento dos cursos d'água e redução gradativa do recurso água. Algumas consequências da fragmentação de origem biótica são: perda da biodiversidade microbiológica do solo, da flora e da fauna, da diversidade genética, redução da densidade ou abundância e alteração da estrutura da vegetação.

VIANA (1998) alerta que pode haver danos para a espécie em particular ou para a comunidade de plantas, além de provocar a modificação ou mesmo a eliminação das relações ecológicas originalmente existentes entre as espécies vegetais, os polinizadores e os dispersores. Tendo em vista as consequências da fragmentação, o manejo dos fragmentos florestais visa manter a sua conservação o mais próximo possível do estado original. Para que o manejo seja eficiente é necessário conhecer a ecologia da paisagem, a estrutura e a dinâmica das populações que formam os fragmentos. A implantação de corredores ecológicos seria bastante pertinente para combater este processo de erosão genética em curso neste fragmento florestal.

### **IV.3 Corredores Ecológicos apoiando a conservação dos recursos naturais**

Corredores Ecológicos são áreas que unem os remanescentes florestais possibilitando o livre trânsito de animais e a dispersão de sementes das espécies

vegetais. Isso permite o fluxo gênico entre as espécies da fauna e flora e a conservação da biodiversidade. Também garante a conservação dos recursos hídricos e do solo, além de contribuir para o equilíbrio do clima e da paisagem.



**Figura 92 -Vista parcial da área de produção: ausência de arbóreas e arbustivas nativas**

#### **IV.4 Práticas agrícolas**

Tradicionalmente, os Kaiowá e Guarani se relacionavam com a natureza harmoniosamente, não a explorando de forma agressiva. O manejo dos recursos se dava respeitando a vitalidade do solo. A própria agricultura era itinerante, isto é, faziam suas derrubadas, que eram queimadas, cultivadas e depois de dois ou três anos, deixadas descansar, pois se deslocavam, deixando aquela terra para que a natureza pudesse se refazer. Havia muito espaço e uma vegetação densa que possibilitava essa alternativa. Esse sistema, conhecido como agricultura de coivara, não deixava esgotar os recursos do solo (BRAND, 1997).

Como as áreas disponíveis são reduzidas, as roças são pequenas, onde cada família cultiva o que deseja plantar, entretanto para atender as necessidades básicas de subsistência, e em alguns casos para atender demanda de consumo na cidade, como é o caso da mandioca. Não se tem a alternativa de escolher áreas para o plantio. Em outras épocas os agricultores faziam a distinção entre terra de cultura, boa para rama, por exemplo, e terra de campo. Muitas das espécies nativas inclusive eram indicadoras para o cultivo dos indígenas, como no caso do angico que indicava o solo ser seco, porém de boa qualidade, podendo ser utilizado para a lavoura de milho. Faziam-se a derrubada das árvores, a queima, a implantação das roças e posteriormente o pousio. Neste caso quando a roça de coivara era realizada em um determinado lugar, só era possível voltar

a ela novamente depois de dois, três anos, em função da queima do solo, havendo a necessidade de um tempo de descanso para o mesmo se reconstituir.

#### **IV.4.1 Impactos e ameaças**

Num sistema de produção intensivo, baseado no uso de máquinas e implementos agrícolas, a combinação destes com a prática da queima, tendo como agravante a falta de métodos de conservação, pode estar levando ao esgotamento da fertilidade natural destas áreas. Observa-se que inexistem métodos de conservação de solo e água, inclusive já se percebe a presença de áreas degradadas por processos erosivos e a proximidade com lavouras convencionais, principalmente de cana-de-açúcar, permite levantar suspeitas por contaminação de agro químicos.



**Figura 93 - Canavial nos limites da Terra Indígena Dourados-Amambaípegua I.**

PRIMAVESI (1994) indicava que o uso intensivo da terra, a exposição do solo à incidência direta dos raios solares, o uso de maquinaria pesada, a não reposição adequada de matéria orgânica, dentre outros, são fatores que tem levado ao empobrecimento de nossos solos em cultivos sucessivos.

O solo pode ser considerado a base de sustentação dos sistemas agrícolas. Assim, são vários os fatores que contribuem para a degradação das propriedades físicas, químicas e biológicas do solo, como por exemplo, 1) retirada da vegetação natural (MARCHIORI JÚNIOR & MELO 2000), 2) cultivo contínuo e intensivo (PAIVA et al. 2001), 3) retirada dos nutrientes do sistema pelas colheitas sucessivas (ALVIN, 1989); 4) sistemas de cultivo com revolvimento do solo (GONÇALVES & CERETTA 1999),

5) uso da mecanização (ALVARENGA & DAVIDE, 1999; GUALBERTO, 2003). Entre os fatores que tornam o solo insustentável em termos produtivos e ambientais, está o uso do fogo como forma de limpeza das áreas para a implantação de cultivos agrícolas. (NEPSTAD ET AL. 1999, HOMMA, 1998, FEARNSIDE, 1993). Para a agricultura, os principais efeitos negativos da queima da vegetação durante a fase de preparo de área para o plantio são as perdas de nutrientes retidos na biomassa da vegetação, que atingem valores de 96% do nitrogênio, 47% do fósforo, 48% do potássio, 35% do cálcio, 40% do magnésio e 76% do enxofre, comprometendo a sustentabilidade do sistema de produção da agricultura familiar. (EMBRAPA, 2002).

#### **IV.4.2 Uso do fogo**

O fogo, uma das mais antigas tecnologias incorporadas aos sistemas de produção, é utilizado até os dias atuais, por facilitar a limpeza da área e por tornar os nutrientes da vegetação prontamente disponíveis para a fase de cultivo, através das cinzas. Apesar disso, constitui grande problema devido aos seus efeitos negativos. (EMBRAPA, 2002, CERRI ET AL. 1985, KATO & KATO, 1999), entretanto, COLMAN (2003) ressalta a importância de se destacar que os Kaiowá e Guaraní eram agricultores e profundos conhecedores dos ciclos da terra, dos melhores solos e de variedades de produtos, como tipos de mandioca, feijão, abóbora ou milho, correlacionando como uma das consequências do confinamento em aldeias, o esgotamento de seus recursos naturais, dentre eles o solo, em parte pela agricultura praticada, pois como as áreas são pequenas e há a necessidade de se plantar, não existe "tempo" suficiente para a coivara e a sua ação de recuperação da fertilidade natural.

#### **IV.4.3 Estoque e conservação de sementes**

Além da dependência por implementos agrícolas, verifica-se também a perda das sementes denominadas crioulas, restando aos indígenas receberem da secretaria de agricultura do município, sementes convencionais, muitas vezes tratadas com fungicidas e outros insumos químicos perigosos para a saúde humana e animal quando mal manejadas.

Normalmente o agricultor procedia com o preparo de suas sementes para os próximos plantios, tendo assim o domínio do processo de produção de suas sementes. Hoje se tornou mais difícil, pois além de não haver as sementes, existe a dificuldade de se resgatar estas variedades que eram plantadas na época. Basicamente se escolhia as

melhores sementes da roça e se utilizava da fumaça do fogão a lenha para sua conservação. No caso do milho, após o preparo, estas sementes ficavam penduradas no interior da residência ao abrigo da luz e umidade, protegidas pela própria palha da espiga, guardadas para o próximo ano.



**Figura 94- Júlio Lopez, agricultor indígena, armazena sementes de milho crioulo.**



**Figura 95 - Sementes de *milho crioulo Cateto* armazenadas para o próximo ano agrícola.**

Com relação às lavouras, plantam-se ramas, milho, batata-doce, amendoim, abóbora, entre outras, principalmente para atender a demanda de consumo das famílias, porém em alguns casos, lavouras são implantadas para atender a demanda externa da aldeia, como é o caso da cultura da mandioca que é comercializada, via atravessador ou diretamente por familiares do produtor, na cidade de Dourados.

#### **IV.4.4 Ciclos da Lua**

Os mais antigos ainda utilizam as fases da lua para realizar os plantios. Segundo alguns autores (RODRIGUES, 1998; FORNARI, 2002), a Lua governa todos os tipos de fertilidade e todos os ciclos de crescimento, sua atração magnética que exerce sobre a terra influencia o volume da seiva circulando no interior das plantas e vegetais. Plantar de acordo com as fases da lua para o agricultor kaioiwá e guarani é considerado bastante produtivo e tem sido repassado aos descendentes como forma tradicional de manejo. Não se usam adubos químicos e venenos para controle de pragas e doenças. Nestes casos, o pajé realiza rituais para controle das lavouras. Geralmente se planta uma vez no ano, porém, após a colheita do milho a terra fica parada, principalmente em função da dependência de implementos agrícolas para se cultivar outras lavouras. Com o intenso uso e pela não existência de práticas conservacionistas, verifica-se sinais de degradação destes solos, bem como esgotamento de sua fertilidade natural.

Nota-se a total ausência de vegetação arbórea e arbustiva nativa na aldeia, repercutindo inclusive na falta de lenha para uso doméstico na cozinha. Os indígenas caminham distâncias cada vez maiores para suprirem com esta ausência, sofrendo com a exposição e correndo riscos de acidentes. O que era um bem comum de toda a comunidade passou a ter valor monetário, sendo que nos casos dos mais velhos, que já não agüentam o esforço físico de andar às vezes por Kms, não resta à alternativa que não seja pagar para terem acesso à lenha.

No terreiro da maioria das casas presenciamos uma diversidade de espécies de interesses se desenvolvendo, entretanto destacava-se a presença de frutas, muitas vezes que nasceram espontaneamente como no caso do mamão, ou seja, após a ingestão destes frutos às sementes eram jogadas, germinando quando tinham as condições favoráveis para sua ocorrência.



**Figura 96 - Vista parcial do terreiro de uma casa kaioiwá.**



**Figura 97 - Vista parcial do terreiro de uma casa kaioiwá.**

#### **IV.4.5 Espécies indicadoras de condições ambientais**

Verificamos também a presença de várias plantas espontâneas nas áreas de produção. Devemos considerar que cada planta que aparece espontaneamente pode ser considerada como um ecótipo, ou seja, uma planta que se sente bem neste local em função de encontrar todas as condições como ela gosta e que lhe permite crescer e multiplicar, portanto, uma planta indicadora.

Pode indicar uma condição física como, por exemplo, a terra dura e compactada como o faz a guaxuma (*Sida spp*). Pode indicar a falta de algum mineral nutritivo, como amendoim brabo (*Euphorbia heterophylla*), que indica a falta de molibdênio. Pode indicar a acidez da terra, como o sapé (*Imperata exaltata*) que desempenha um papel muito importante na cobertura das casas, mas que indica um pH extremamente

ácido ao redor de 4,5, ou o picão (*Bidens pilosa*) indicando terras cultivadas com nitrogênio suficiente, porém com falta de cobre. Em terras agrícolas mais ou menos boas aparecem invasoras pouco agressivas, como o picão preto (*Bidens pilosa*), a beldroega (*Portulaca oleracea*), diversos carurus (*Amaranthus spp*), serralha (*Sonchus oleraceus*) entre outras.



**Figura 98 - Vista parcial do picão branco.**



**Figura 99 - Vista parcial do caruru em primeiro plano e ao fundo, a guaxuma.**

FEIDEN (1999) recomenda ser fundamental conhecer o papel ecológico de cada espécie espontânea, entretanto, neste campo, as informações disponíveis são muito poucas. Muitas vezes é necessário recorrer ao conhecimento prático dos agricultores mais antigos, que possuem algumas informações empíricas sobre muitas espécies. Segundo FEIDEN (1999) além dos papéis mais gerais de cobertura e proteção da superfície do solo e estoque de nutrientes nos agroecossistemas, estas plantas podem prestar serviços ecológicos tais como reciclagem e solubilização de determinados nutrientes, estímulo a microorganismos benéficos e inibição aos patogênicos, atração ou repulsão de organismos potencialmente daninhos, hospedagem de insetos polinizadores, inimigos naturais de pragas, etc.

Sendo assim, podemos concluir que cada espécie invasora indica algo, bastando interpretar a mensagem, mas ao mesmo tempo em que indica algo, também é sanadora desta “irregularidade” que a natureza não considera normal. Portanto, cada invasora é também uma planta “sanadora”, ou seja, a natureza permite que as invasoras ou plantas nativas se instalem e estas por sua vez recuperam a terra. Conforme a situação e a região, a terra fica recuperada em alguns anos. Seria o princípio do pousio? Assim como cada planta, quando aparece maciçamente, indica qualquer propriedade da terra, ao mesmo tempo tenta corrigi-la. A guaxuma, que indica terras muito compactadas, ao mesmo tempo arborenta com suas raízes fortes estas compactações. O amendoim-bravo,

que indica a deficiência de molibdênio, mobiliza-o na terra, enriquecendo-a. Tudo na natureza é otimizado. Se cansamos a terra por métodos espoliativos, ela tenta saná-los.

**Tabela 4- Espécies de vegetação espontâneas consideradas como "plantas indicadoras".**

| <b>Espécie</b>                                                                  | <b>Indicadoras de</b>                                                                                                                                                                                                                                                                       |
|---------------------------------------------------------------------------------|---------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|
| <b>Azedinha</b> ( <i>Oxalis oxypetala</i> )                                     | Terra argilosa, pH baixo, falta de cálcio, falta de molibdênio                                                                                                                                                                                                                              |
| <b>Amendoim brabo</b> ( <i>Euphorbia heterophylla</i> )                         | Terra argilosa, pH baixo, deficiência de Ca e de Mo.                                                                                                                                                                                                                                        |
| <b>Ançarinha-branca</b> ( <i>Chenopodium album</i> )                            | Excesso de nitrogênio, devido a muita matéria orgânica.                                                                                                                                                                                                                                     |
| <b>Barba-de-bode</b> ( <i>Aristida pallens</i> )                                | Solos de baixa fertilidade. Pastos queimados com frequência, falta de fósforo, cálcio e umidade.                                                                                                                                                                                            |
| <b>Beldroega</b> ( <i>Portulaca oleracea</i> )                                  | Solo fértil, não prejudica as lavouras, protege o solo e é planta alimentícia com elevado teor de proteína.                                                                                                                                                                                 |
| <b>Capim-arroz</b> ( <i>Echinochloa crusgallii</i> )                            | Terra anaeróbia, com nutrientes “reduzidos” a substâncias tóxicas.                                                                                                                                                                                                                          |
| <b>Cabelo-de-porco</b> ( <i>Carex spp</i> )                                     | Compactação e pouco cálcio. Terra muito exausta, com nível de cálcio extremamente baixo.                                                                                                                                                                                                    |
| <b>Capim-amargoso ou capim-açu</b> ( <i>Digitaria insularis</i> )               | Aparece em lavouras abandonadas ou em pastagens úmidas, onde a água fica estagnada após as chuvas. Indica solos de baixa fertilidade.                                                                                                                                                       |
| <b>Capim-caninha ou capim-colorado</b> ( <i>Andropogon lateralis</i> )          | Solos temporariamente encharcados, periodicamente queimados e com deficiência de fósforo.                                                                                                                                                                                                   |
| <b>Capim-favorito</b> ( <i>Rhynchelytrum roseum</i> )                           | Terras muito compactadas e secas, a água não penetra facilmente.                                                                                                                                                                                                                            |
| <b>Capim-amoroso ou carrapicho</b> ( <i>Cenchrus ciliatus</i> )                 | Solo empobrecido e muito duro, deficiência de Ca.                                                                                                                                                                                                                                           |
| <b>Capim-carrapicho</b> ( <i>Cenchrus echinatus</i> )                           | Indica solos muito decaídos, erodidos e compactados. Desaparece com a recuperação do solo.                                                                                                                                                                                                  |
| <b>Capim-marmelada ou capim-papuã</b> ( <i>Brachiaria plantaginea</i> )         | Típico de solos constantemente arados, gradeados e com deficiência de Zn; desaparece com o plantio de centeio, aveia preta e ervilhaca; diminui com a permanência da própria palhada sobre a superfície do solo; regride com a adubação corretiva de P e Ca e com a reestruturação do solo. |
| <b>Capim-rabo-de-burro</b> ( <i>Andropogon bicornis</i> )                       | Típico de terras abandonadas e gastas - indica solos ácidos com baixo teor de Ca, impermeável entre 60 e 120 cm de profundidade.                                                                                                                                                            |
| <b>Capim-seda ou grama seda</b> ( <i>Cynodon dactylon</i> )                     | Terra muito compactada e pisoteada.                                                                                                                                                                                                                                                         |
| <b>Caraguatá</b> ( <i>Erygium ciliatum</i> )                                    | Húmus ácido, desaparece com a calagem e rotação de culturas; freqüente em solos onde se praticam queimadas.                                                                                                                                                                                 |
| <b>Carqueja</b> ( <i>Bacharis articulata</i> )                                  | Pobreza do solo, compactação superficial, prefere solos com água estagnada na estação chuvosa.                                                                                                                                                                                              |
| <b>Carneirinho ou carrapicho-de-carneiro</b> ( <i>Acanthospermum hispidum</i> ) | Deficiência em cálcio                                                                                                                                                                                                                                                                       |
| <b>Cavalinha</b> ( <i>Equisetum sp.</i> )                                       | Indica solo com nível de acidez de médio a elevado.                                                                                                                                                                                                                                         |

|                                                                            |                                                                                                                                                        |
|----------------------------------------------------------------------------|--------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|
| <b>Chirca</b> ( <i>Eupatorium bunifolium</i> )                             | Aparece nos solos ricos em Mo.                                                                                                                         |
| <b>Cravo-bravo</b> ( <i>Tagetes minuta</i> )                               | Terra infestada de nematóides.                                                                                                                         |
| <b>Dente-de-leão</b> ( <i>Taraxacum officinale</i> )                       | Indica solo fértil.                                                                                                                                    |
| <b>Fazendeiro ou picão-preto</b> ( <i>Galinsoga parviflora</i> )           | Solo com excesso de N e deficiente em micronutrientes, principalmente Cu.                                                                              |
| <b>Gramão ou batatais ou grama mato-grosso</b> ( <i>Paspalum notatum</i> ) | Terra cansada, com baixa fertilidade.                                                                                                                  |
| <b>Guanxuma ou malva</b> ( <i>Sida spp</i> )                               | Solo compactado ou superficialmente erodido. Em solo fértil fica viçosa; em solo pobre fica pequena. Terras muito compactadas e duras.                 |
| <b>Língua-de-boi</b> ( <i>Rumex spp</i> )                                  | Excesso de nitrogênio (estrume), terra fresca.                                                                                                         |
| <b>Língua-de-vaca</b> ( <i>Rumex obtusifolius</i> )                        | Solos compactados e úmidos. Ocorre freqüentemente após lavouras mecanizadas e em solos muito expostos ao pisoteio do gado.                             |
| <b>Maria-mole ou berneira</b> ( <i>Senecio brasiliensis</i> )              | Solo adensado (40 a 120 cm). Regride com a aplicação de K e em áreas subsoladas. Falta potássio.                                                       |
| <b>Mamona</b> ( <i>Ricinus communis</i> )                                  | Terra arejada, deficiente em potássio.                                                                                                                 |
| <b>Mio-mio</b> ( <i>Baccharis coridifolia</i> )                            | Ocorre em solos rasos e firmes, indica deficiência de Mo.                                                                                              |
| <b>Nabisco ou nabo-bravo</b> ( <i>Raphanus raphanistrum</i> )              | Deficiência de B e Mn.                                                                                                                                 |
| <b>Papoula</b> ( <i>Papaver somniferum</i> )                               | Excesso de cálcio.                                                                                                                                     |
| <b>Samambaia</b> ( <i>Pteridium aquilinum</i> )                            | Alto teor de alumínio. Sua presença reduz com a calagem. As queimadas fazem voltar o alumínio ao solo e proporcionam em retorno vigoroso da samambaia. |
| <b>Sapé</b> ( <i>Imperata exaltata</i> )                                   | Indica solos ácidos, adensados e temporariamente encharcados. Ocorre também em solos deficientes em Mg.                                                |
| <b>Tanchagem</b> ( <i>Plantago maior</i> )                                 | Solos com pouca aeração, compactados ou adensados.                                                                                                     |
| <b>Tiririca</b> ( <i>Cyperus rotundus</i> )                                | Solos ácidos, adensados, anaeróbicos, com carência de Mg.                                                                                              |
| <b>Urtiga</b> ( <i>Urtica urens</i> )                                      | Excesso de N (matéria orgânica). Deficiência de cobre (Cu).                                                                                            |

Fonte: Modificado de Pedini ([2000](#)).

## IV.5 Considerações finais

### IV.5.1 Situação atual e possibilidades futuras de gestão ambiental e territorial

Primeiramente, está claro que as atuais condições dos índios na maioria das reservas e T.Is. atualmente homologadas estão muito precárias, e, em alguns casos, desesperadoras – falta água potável, falta lenha para cozinhar e a cesta básica apodrece, faltam recursos naturais para providenciar materiais de construção das suas moradias,

hoje abrigos precários, falta qualquer condição de uma vida digna onde se possa enxergar um futuro com qualidade de vida.

Como apontado em vários momentos deste relatório, a falta de recursos naturais em estado funcional - que impede o funcionamento dos ecossistemas e seu suporte aos seus sistemas de produção -, o empobrecimento progressivo do solo, devido ao uso repetitivo sem processos rotacionais das lavouras ou de “pousio”, levam à necessidade urgente de recuperação ambiental e ao grande aumento de áreas úteis para as roças.

Infelizmente, mesmo as áreas propostas se encontram significativamente alteradas pela ação antrópica produzida há décadas pelas frentes de ocupação agropastoril. Os poucos remanescentes florestais e espécies de fauna, nas áreas identificadas como de ocupação tradicional, são absolutamente essenciais à reprodução física e cultural dos kaiowa e guarani.

Torna-se assim de fundamental importância o desenvolvimento de planos de recomposição vegetal e de Planos de Gestão Ambientale Territorial a médio e longo prazos que envolvam a participação direta dos índios, juntamente à implementação de programas integrados que visem assegurar a sustentação econômica e social das comunidades nos seus territórios de ocupação tradicional. Quando estas mesmas terras foram expropriadas dos índios, elas se encontravam predominantemente cobertas por formações florestais originais, rios cristalinos e piscosos, caça abundante, solos férteis, enquanto hoje, eles em seu retorno, vão encontrá-las totalmente desprovidas de suas funções ambientais e riqueza prístina. Isto requer lançar mão de medidas compensatórias necessárias e suficientes para sua recuperação total, e assim garantir a manutenção de suas práticas produtivas e culturais; apenas a entrega destas áreas na sua condição atual é insuficiente e moralmente inepta.

Isto reforça a necessidade de se buscar soluções na identificação, delimitação e avaliação ambiental das áreas a muito reivindicadas por estas populações, da incorporação nelas de áreas férteis e com condições ambientais funcionais e favoráveis à continuidade da cultura indígena *kaiowa* e *Guarani*, com suas roças de subsistência, sistemas agroflorestais, extrativismo vegetal e animal; sem isto prejudicar o seu possível desenvolvimento e escolha futura de atividades agrícolas mais produtivas, orientadas por princípios de menor impacto social e ambiental como as práticas agroecológicas e da agricultura orgânica, que não estão tão longe de suas próprias práticas tradicionais.

Eventualmente, com apoio de um profundo e continuado processo de consulta dentro da estrutura das famílias extensas, com conhecimento das relações não somente de parentesco, mas de poder e territorialidade, com o auxílio de estudos aprofundado sobre sistemas sócio-técnicos - onde as soluções tecnológicas da cultura branca dominante possam ser apreciadas, filtradas e escolhidas pelos índios -, levando-os a agregar valor aos seus produtos e processos, possam ser estabelecidos programas estruturantes a curto, médio e longo prazos, envolvendo autarquias, o terceiro setor e apelando à responsabilidade sócio-ambiental do empresariado – usando medidas compensatórias e até de créditos de carbono -, para financiamentos e apoio, procedimento sobre o qual já se dispõe de experiências anteriores. ([http://www2.ib.unicamp.br/profs/eco\\_aplicada/revistas/be597\\_vol3\\_3.pdf](http://www2.ib.unicamp.br/profs/eco_aplicada/revistas/be597_vol3_3.pdf)).

#### **IV.5.2 Pressões, ameaças e instrumentos para solucioná-las**

Outros processos observados, ligados a este empobrecimento, são os processos erosivos do solo: o aquecimento e conseqüente diminuição da umidade do ar e no próprio solo, diminuindo a diversidade da mesofauna edáfica – pequenos organismos decompositores que disponibilizam macro e micro nutrientes às plantas, tanto cultivos, como árvores e arbustos nativos e que agora não conseguem dar conta de suas funções -, ambos os processos são decorrentes do impacto da retirada das extensas matas que ocupavam, densamente e com alto grau de biodiversidade, estas regiões e que foram substituídas pelas atividades agropecuárias, principalmente a expansão dos cultivos de grãos, soja e milho.

Além da expansão da fronteira da soja, outra preocupante ameaça e condicionante externa é o alastrar-se da cultura da cana-de-açúcar – principalmente devido à demanda por biocombustíveis - que, pelos registros históricos em outros estados promete exacerbar ainda mais a situação dos recursos naturais: redução da biodiversidade, retirada adicional de áreas de mata nativa, supressão de nascentes, assoreamento de corpos d'água pela falta da construção de pontes adequadas nas novas estradas vicinais construída para o transporte dos treminhões<sup>50</sup>, ataque às matas e animais existentes

---

<sup>50</sup> “Treminhão” ou “Julieta” é o apelido dos longos e pesados caminhões com três compartimentos que carregam a produção da cana cortada para seu processamento na usina.

pelas queimadas<sup>51</sup>, poluição do ar<sup>52</sup>, do solo e da água<sup>53</sup> e, não menos, isolamento territorial das reservas e T.Is. dentro de extensos canaviais que vão circundá-las.

### **Estabelecimento de “Faixas Tampão”**

Para tanto, a provisão de “faixas tampão”, de um mínimo de 150 metros, entre as terras cultivadas pelas lavouras convencionais de grãos, ou cana-de-açúcar, e as T.I.s existentes e em via de demarcação deveria ser um importante instrumento a ser implantado de forma legal e compulsória pelo Estado brasileiro.

### **Implantação de Corredores Ecológicos como vias de acesso entre T.I.s**

O estabelecimento de Corredores Ecológicos - áreas que unem os remanescentes florestais entre si, ou com as matas ciliares dos cursos d'água superficiais, e possibilitam o livre trânsito de animais, a dispersão de sementes das espécies vegetais, permitindo o fluxo gênico entre as espécies da fauna e flora e a conservação da biodiversidade - também garante a conservação dos recursos hídricos e do solo, facilitando a agricultura tradicional indígena, além de contribuir para o equilíbrio do clima e da paisagem.

Adicionalmente, estas unidades de conservação, previstas pelo Sistema Nacional de Unidades de Conservação-SNUC-, podem funcionar como corredores de passagem para os índios entre uma T.I. e outra, recebendo um tratamento adequado dentro do seu Plano de Manejo.

### **Considerações sobre a agricultura tradicional *kaiowa* e *Guarani***

A partir das indagações sobre a agricultura tradicional indígena, no Anexo I, ainda praticada por muitas famílias na região de estudo, as seguintes características emergem, oferecendo importantes subsídios à identificação e demarcação das terras reivindicadas:

- A profunda religiosidade da visão cosmológica indígena abrange todos os aspectos do trabalho agrícola e sua estrita inter-relação, e essencial unidade, com os

---

<sup>51</sup> Embora o setor sucroalcooleiro esteja adotando a mecanização do corte da cana-de-açúcar, isto não garante necessariamente o final das operações de queima da cana, por isto tornar o processo mais fácil e, então, mais eficiente e lucrativo.

<sup>52</sup> São as partículas mais finas destas emissões que, tendo efeito cumulativo, penetram nos alvéolos pulmonares e entram no fluxo sanguíneo, enrijecendo a estrutura pulmonar e entupindo gradativamente os vasos e artérias.

<sup>53</sup> O vinhoto é despejado nas lavouras de forma diluída sem muito critério. Sua canalização é normalmente a céu aberto, provocando sua infiltração até o lençol freático e prejudicando os ecossistemas aquáticos. Mesmo quando canalizado adequadamente, seu despejo nos campos ainda atinge a água subterrânea.

elementos e a biodiversidade da natureza – o homem acompanha as leis da natureza e, conhecendo-as e trabalhando com elas, desenvolve seus meios de subsistência e vida.

- A roça, e a agricultura nela praticada, representam, na visão e gestão tradicional, juntamente às práticas religiosas, o ponto central e cerne do dia-dia da vida do índio;
- O profundo conhecimento indígena dos processos de sucessão vegetal e animal, onde todas as espécies representam indicadores do estado de saúde do agroecossistema, permitiu que o índio desenvolvesse formas harmoniosas de plantar e colher para sua subsistência, trabalhando essencialmente com os ciclos naturais (lua, estações, recuperação de nutrientes, precipitação e clima, gestão dos recursos hídricos, etc.) e com a grande biodiversidade presente nos biomas de Cerrado e Mata Atlântica das regiões em estudo;
- A fragmentação das terras disponíveis aos indígenas, confinados em pequenas reservas e a escassez de matas, impactadas pelo avanço da fronteira agropecuária – principalmente desde a década de setenta – prejudicou por completo sua agricultura de subsistência baseada no rodízio de cultivos. De forma que hoje, a maioria das roças atuais está em áreas já cansadas pelo excessivo uso agrícola, e nessas circunstâncias, as roças produzem pouco.
- O pousio<sup>54</sup> já não ocorre mais nas áreas de produção, o que se justifica em razão das áreas reduzidas. Estas atividades eram largamente utilizadas em outras épocas com intuito de deixar a natureza fazer parte do processo de recuperação das qualidades originárias do solo<sup>55</sup>.
- A reprodução de técnicas agrícolas convencionais dentro das reservas, entretanto, ocasionaria os mesmos problemas comuns a muitos agricultores oriundos da agricultura tradicional. Baseadas em sistemas que geralmente “utilizam” da fertilidade até o seu esgotamento natural, sem reposição de macro e micronutrientes, estas culturas são agravadas em grande parte pelo preparo de solo.

---

<sup>54</sup> “Pousio” ou “descanso” é o tempo, que pode variar de 10 a 15 anos a apenas 1 ano, dependendo da densidade ocupacional das terras agricultáveis, para que o solo possa recuperar algumas das suas características e fertilidade e foi praticado milenarmente pelos guarani.

<sup>55</sup> Após alguns anos de cultivo, quando algumas características eram identificadas na área da roça, já era o sinal para que novas áreas fossem trabalhadas, porém, a alteração no espaço físico, provocada pelos desmatamentos e a reclusão de inúmeras comunidades nas reservas, resultaram na indisponibilidade de áreas de mata para o cultivo de novas roças. Mesmo tentando manter ou reativar o modo de vida atribuído aos antepassados, a agricultura tradicional kaioiwá passou a ser pressionada pelas tecnologias importadas do homem branco.

- A drástica mudança nos padrões de alimentação por uma dieta oferecida na cesta básica ficou aparente na comparação entre proteínas, vitaminas e carboidratos da alimentação tradicional, baseada na grande diversidade de culturas e produtos ingeridos, incluindo a caça e a pesca, e da cesta básica<sup>56</sup>, com sua monotonia e pequena gama de produtos (ver Anexo I na Parte I).
- Confirmaram-se as colocações dos indígenas em relação às grandes mudanças dos regimes das chuvas, tanto na sua intensidade como na sua distribuição ao longo do ano.
- Verificou-se que o conhecimento empírico indígena sobre a função da vegetação espessa, das matas, em “atrair” as chuvas e manter uma maior umidade relativa do ar e do solo concorda com os atuais conhecimentos científicos na função de regulamentação climática da flora.

## **V - QUINTA PARTE: Reprodução Física e Cultural**

a) dados sobre as taxas de natalidade e mortalidade do grupo nos últimos anos, com indicação das causas, na hipótese de identificação de fatores de desequilíbrio de tais taxas, e projeção relativa ao crescimento populacional do grupo;

b) descrição dos aspectos cosmológicos do grupo, das áreas de usos rituais, cemitérios, lugares sagrados, sítios arqueológicos, etc., explicitando a relação de tais áreas com a situação atual e como se objetiva essa relação no caso concreto;

c) identificação e descrição das áreas necessárias à reprodução física e cultural do grupo indígena, explicando as razões pelas quais são elas necessárias ao referido fim;

No presente tópico agrupo dados sobre reprodução física e cultural. Muitos dados que entrariam nesta parte já foram apresentados e discutidos em partes anteriores do relatório, motivo pelo qual se torna desnecessário repeti-los extensamente aqui. Optei por acrescentar novas informações e remeter o leitor para as partes anteriores do relatório.

---

<sup>56</sup> Não estamos advogando a suspensão da cesta básica - que hoje representa para a grande maioria dos indígenas, a única forma de alimentação disponível -, mas um re-estudo da suas composição protéica, vitamínica e de carboidratos.

## **V. 1 - Dados demográficos do grupo**

Mato Grosso do Sul é o estado brasileiro com a segunda maior população indígena do Brasil. Segundo dados oficiais da FUNAI e da FUNASA/SESAI, um número superior a 40 mil Guarani e Kaiowá vivem nas pequenas reservas demarcadas pelo SPI/FUNAI, número que seria bem maior, caso se incluísse a população que vive nas periferias das cidades do interior. Dados do IBGE (2012) registram uma população de 61.737 índios em Mato Grosso do Sul, dos quais 43 mil são das etnias Kaiowá e Guarani. Desses, 35 mil vivem em reservas e 8,1 mil vivem fora das reservas.

Certos bairros periféricos, como a vila Cristina na cidade de Amambai, podem reunir número de indígenas superior ao número de não indígenas. Como descrito em partes anteriores deste relatório, até a década de 1980, expressivo número de famílias indígenas viviam em propriedades rurais, das quais foram retiradas por conta dos conflitos agrários. Inseguros quanto às reivindicações territoriais indígenas, muitos proprietários resolveram retirar as famílias kaiowá e guarani que viviam em suas propriedades. Isto aumentou o êxodo dos indígenas para as reservas e para periferias de cidades.

A maior parte dos dados demográficos referentes às comunidades tratadas neste relatório foi apresentada na discussão dos diagramas de parentesco e na inclusão de dados populacionais fornecidos pela FUNASA/SESAI. Chamo a atenção para a dificuldade de quantificar de modo exato a população que ocupará as áreas propostas para demarcação. Isso porque apenas uma pequena porção das famílias originárias dessas áreas vive nos acampamentos e ocupações, descritos nas partes I e II do presente relatório. Nessas partes foram discutidos também dados demográficos sobre parte da população originária do local, mas atualmente residente nas reservas de Dourados, Amambaí, Limão Verde, Caarapó, Jarará, Guaimbé, Rancho Jacaré e outras.

As comunidades descritas anteriormente vivem processos de reconstituição, como enfatizei em diversas partes deste relatório. Durante décadas, as famílias viveram, em sua maioria, dispersas por reservas, fazendas e periferias de cidades, sem atualizar, no cotidiano, as formas de interação características dessas comunidades antes da expulsão de suas terras de ocupação tradicional. Os laços de sociabilidade e a corresponsabilidade das famílias estão sendo atualizados, havendo um constante fluxo de pessoas que chegam ao local, retomam os vínculos parentais e se inserem nas comunidades. As lideranças afirmam que esse fluxo tende a se intensificar quando a

terra for demarcada, pois no acampamento ou nas ocupações não há como recepcionar um grande número de parentes.

A constituição da população atual das comunidades da Terra Indígena Dourados-Amambaípegua I é caracterizada por um processo de negociação entre os líderes das principais famílias originárias de cada um dos *tekoha*. Muitos desses líderes residem em reservas, mas fazem questão de fixar alguns de seus parentes nos acampamentos e ocupações, aguardando o momento da demarcação para, então, se deslocarem para a Terra Indígena com os demais parentes. Existe considerável revezamento entre as famílias residentes nos acampamentos e ocupações, intercalando com parentes que vivem em reservas ou que estão, temporariamente, trabalhando em usinas de álcool e outras propriedades rurais.

A população kaiowá e guarani das comunidades da Terra Indígena Dourados-Amambaípegua I é jovem, com grande perspectiva de crescimento, tal como ocorre com a população destas etnias em todas as reservas em Mato Grosso do Sul. Segundo dados da FUNASA/SESAI, somente na reserva de Dourados nascem mais de quatrocentas crianças por ano, para uma população estimada em pouco mais de onze mil pessoas, o que contribui para um crescimento vegetativo expressivo. Entretanto, essa população já foi muito maior no período anterior ao avanço das frentes de expansão econômica na região. Estudiosos da história pré-colonial chegam a projetar população acima de um milhão e meio de indígenas de etnias falantes de língua guarani, enquanto, hoje, estariam reduzidos a cerca de um décimo desse número. A recuperação demográfica da população kaiowá e guarani deve ser levada em conta na demarcação da terra, que deve assegurar espaço suficiente para abrigar essa população no futuro.

A demarcação da Terra Indígena Dourados-Amambaípegua I proporcionará um refluxo da população daí originária, atualmente recolhida em reservas e terras indígenas, como Jarará, Amambai, Guaimbé, Rancho Jacaré, Jaguary, Caarapó e Dourados. A diminuição da população nas antigas reservas contribuirá para a resolução de sérios problemas de convivência aí enfrentados, como a violência interna, provocada pelas tensões geradas na convivência obrigatória entre grupos políticos rivais. É possível projetar um estimado em 5800 pessoas que deixarão as antigas reservas demarcadas pelo SPI/FUNAI e voltarão a se recompor em comunidades na Terra Indígena Dourados-Amambaípegua I, conforme está exposto na parte II do presente relatório.

## V. 2 - Aspectos cosmológicos relativos às áreas de usos rituais, lugares sagrados

O kaiowá Izaque João, mestre em história pela UFGD, registra em sua dissertação de mestrado, que os locais onde existiram antigas casas com pátios de rezas ou os locais nos quais, no passado, foram realizados os cantos de *jerosy puku* (batismo do milho) ou *kunumi pepy* (perfuração do lábio) continuam sendo considerados sagrados. Isso explica a reivindicação de lugares que hoje se encontram ocupados por plantações de soja, cana ou gramíneas para pastagens, mas que, no passado, foram ocupações indígenas. Em suas palavras, o autor registra que é:

imprescindível entender a importância dos espaços que a sociedade Kaiowá ocupava no tempo memorial, aquele registrado na memória dos mais antigos, quando havia as festas de *kunumi pepy* e de *jerosy puku*. Neste sentido, vale a pena repetir que hoje em dia, embora muitos desses locais estejam ocupados pelo cultivo de soja ou pela criação de gado, no entendimento dos xamãs o local onde foi realizada uma festa de *kunumi pepy* é considerado sagrado. Ocorre que ali está implantado o *tembeta'y rykuere jusu* (tronco da calda do adorno labial). O local em que havia uma casa com *oka guasu* (terreiro grande), onde no passado se praticava a dança, torna-se sagrado e é denominado *oka monky rakue* ou *oka mbojegua hague*, ou seja, “local transformado puro e protegido através de inúmeros cantos expressados, ou local pintado de urucum (João, 2011: 79-80)

As observações do autor são fundamentais para entender a insistência dos Kaiowá e Guaraní em reaverem áreas atualmente desmatadas, pobres em recursos naturais e totalmente ocupadas por atividades do agronegócio. Mesmo alterados em sua fisionomia, esses territórios continuam sendo considerados indígenas, pois foram locais de importantes atividades culturais no passado. Os Kaiowá e Guaraní reconhecem que os rituais desenvolvidos pelos antigos xamãs agregam a esses locais um potencial regenerador. Aí a floresta poderá voltar a crescer com maior facilidade, atraindo os animais e seus espíritos protetores para recompor a fauna e conjunto de seres xamânicos que controlam o fluxo das diversas espécies. Do mesmo modo, são locais nos quais as comunidades poderão se reconstituir, atualizando a memória da ocupação pretérita e as formas de convivialidade entre as pessoas.

Izaque João cita um xamã que afirmou que “o espaço onde há rastro de seres humanos, é considerado *oka reko аваete*”, enfatizando que, segundo o xama:

No espaço constituído a partir de muita dança, a força do canto o transforma em lugar puro, onde os espíritos divinos operam

positivamente, deixando o povo Kaiowá ser plenamente realizado e feliz. Os Kaiowá passam a ter um corpo leve em todos os sentidos da vida, permitindo viver harmoniosamente e ativo em todas as atividades realizadas. (Julio Ortiz Aquino, janeiro de 2011; tradução de Izaque João) (João, 2011: 80).

Os Kaiowá e Guaraní reivindicam as terras de ocupação tradicional porque nelas seus antepassados viveram de modo mais harmonioso. Reconhecem que tais espaços foram deixados como herança. Estão carregados de significação e embebidos de benções, devido aos rituais e rezas aí executados. Só nesses espaços sacralizados poderão recompor suas comunidades e atualizar formas de convivência mais harmônicas.

Em todas as comunidades descritas em partes anteriores do presente relatório existiam grandes casas de reza – *ogapysy*. Nelas se realizavam rituais periódicos para os quais afluíam convidados vindos das comunidades vizinhas. O número de comunidades convidadas e o número de participantes eram proporcionais ao prestígio e reconhecimento do líder religioso que promovia o evento. Desse modo, o centro da vida religiosa poderia se alterar ao longo do tempo, devido à morte, o surgimento de novos xamãs e a constituição de novas redes de alianças. Entretanto, sempre existiam alguns líderes religiosos que chegavam a constituir verdadeiras escolas sacerdotais, formando sucessivos seguidores e transformando algumas comunidades em referência de vida religiosa.

O critério para a participação ritual era o reconhecimento de líderes religiosos comuns e a disposição para viver em harmonia com os vizinhos, ou seja, só os aliados participavam. Nos rituais ampliados, as lideranças religiosas de diversas comunidades trocavam experiências, discutiam sobre temas de sua teologia e divulgavam revelações. Além de sedimentar e ampliar alianças, a participação nos eventos rituais cumpria a função de formação religiosa (iniciação) e de circulação de informações. Uma liderança religiosa definiu os encontros rituais como “plenário”, onde temas eram debatidos, dúvidas esclarecidas e decisões tomadas.

Os espaços rituais sempre dispunham de grandes pátios denominados de *oka guasu*. Isso porque a maior parte das cerimônias religiosas é realizada nos pátios das casas de rezas. Assim, a dimensão do pátio da casa de reza era proporcional ao prestígio do promotor da festa, com a exigência de ser capaz de abrigar o número de convidados.

A cerimônia religiosa de perfuração do lábio inferior dos meninos, realizada exclusivamente pelos Kaiowá na fase da puberdade, marcava a iniciação masculina e exigia reclusão, tanto dos meninos como dos xamãs que ministravam o cerimonial. Por tais exigências, os Kaiowá tiveram de interromper o ritual há alguns anos, pois consideram impossível realizá-lo nas condições por eles vividas nas atuais reservas. Segundo consideram, isto interfere negativamente na formação dos meninos, predispondo-os a atitudes antissociais.

Os Kaiowá e Guaraní identificam vários locais na Terra Indígena Dourados-Amambaípegua I como morada de divindades, seres xamanizados e guardiões dos animais - *jara*. A interação com tais categorias de seres é necessária para o pleno desenvolvimento de suas figurações sociais. Identificam a morada de *Kaja'a* em diversas cachoeiras nos rios e córregos que cortam a terra indígena. O *Kaja'a* é o senhor ou *jára* dos animais que vivem na água ou no seu entorno. Os xamãs devem, necessariamente, se entender com o *Kaja'a* para que ele permita que seus animais sejam caçados, caso contrário o caçador sofrerá sérios danos físicos e espirituais. Já os fragmentos de matas ainda existentes comportam locais de moradia de outras modalidades de espíritos, como os *So'o Jará* (protetores dos animais que vivem na mata, distantes dos cursos d'água), os *Ka'aguy Pore* (protetores das plantas da mata que, do ponto de vista particular desses seres, constituem suas próprias lavouras). Todos os locais associados a categorias de seres espirituais são objeto de devoção e respeito (Pereira 2004a cap.4). A relação com tais seres é fundamental para a reprodução do sistema social, envolvendo a transmissão de conhecimentos, o desenvolvimento da pessoa e o destino pós-morte.

### **V. 3 - Áreas necessárias à reprodução física e cultural do grupo**

Para precisar as áreas necessárias à reprodução física e cultural das comunidades da Terra Indígena Dourados-Amambaípegua I é necessário considerar uma série de fatores, tais como: a) o processo de expropriação territorial, quando as comunidades foram expulsas das terras de ocupação tradicional, dispersas por fazendas ou núcleos urbanos ou transferida compulsoriamente para as reservas, onde foram expostas a dispositivos organizacionais até então estranhos à sua organização social; b) as transformações ocorridas em todo o território de ocupação tradicional kaiowá e guarani devido às ações antrópicas promovidas pelas frentes de ocupação agropecuária; c) o processo de rearticulação da comunidade, reivindicando autonomia enquanto

comunidade política, e a busca de reocupação da Terra Indígena Dourados-Amambaípegua I, onde possam novamente radicar suas comunidades.

O contato permanente dos Kaiowá e Guarani com a sociedade nacional vem desde o período da extração de erva mate, recuando à penúltima década do século XIX. A situação histórica instaurada com a chegada das frentes de ocupação, primeiro ervateira e depois agropecuária, levou os Kaiowá e Guarani a moldarem de outra forma muitas de suas instituições sociais, para dar conta dessa nova contingência histórica. A experiência histórica recente deixou marcas profundas em suas instituições, mas também proporcionou o aprendizado de muitas práticas que podem ser incorporadas ao estoque cultural atual, auxiliando-os na vivência contemporânea.

A condição de territorialização precária, enquanto ‘índio de reserva’, ‘índio de fundo de fazenda’ ou ‘índio de cidade’, impôs uma série de limitações ao exercício pleno de suas formas organizativas e expressão cultural. No período recente, a vida nas reservas tem ficado insuportável para muitas famílias. Entretanto, tal experiência histórica não se restringe a fatores que poderiam ser classificados como negativos; muitas práticas sociais novas foram incorporadas e outras práticas tradicionais do grupo ressignificadas. É assim que, na Terra Indígena Dourados-Amambaípegua I, formas produtivas incorporadas da sociedade nacional, através das quais os Kaiowá e Guarani adquiriram ou poderão adquirir competências, serão potencialmente viáveis de operacionalidade no espaço por eles reocupado, ampliando a integração positiva dessa população à economia regional. Por integração positiva, me refiro a necessidades de programas destinados às comunidades kaiowá e guarani que sejam sustentáveis do ponto de vista ambiental, econômico, social e cultural.

As comunidades permaneceram por décadas fora de suas terras. Nesse período, somente indivíduos e famílias isoladas viveram nelas temporariamente, a maior parte na condição de trabalhadores. Para as comunidades aqui descritas, a rearticulação em torno da demanda da terra ocorreu a partir do final da década de 1980. Esse processo está intrinsecamente relacionado com a decisão política de atualizar determinadas práticas de sociabilidade, características dessas comunidades no período em que ainda viviam nas terras de ocupação tradicional, para as quais as comunidades estão determinadas a retornar. A reocupação da terra de ocupação tradicional é, assim, um processo que ocorre simultaneamente ao processo de recomposição das formas características da vida comunitária, também reconhecidas como tradicionais. Isto

explica o retorno do prestígio dos líderes religiosos, que voltam ao centro da vida social, tal como acontecia no passado, mas não acontece, atualmente, na maioria das reservas em Mato Grosso do Sul.

Essas ações, que visam atualizar processos sociais vividos no passado, normalmente são definidas como “resgate” cultural. Na verdade, abrangem questões de grande complexidade. A professora Roseli Pacheco, ao analisar essa questão com respeito às comunidades de Jarará e Takuara, afirma que:

se eu penso em resgate, eu estou tentando trazer de volta determinadas práticas, usos e valores que, de algum modo, foram abandonados, pelas mais diversas razões. Ocorre que, entre a perda ou latência de práticas e manifestações culturais e a tentativa de seu resgate, a vida continuou acontecendo, transformações ocorreram que não podem ser desconsideradas. E, por pior que tenha sido a experiência de um povo ou sociedade, o fato é que esta experiência, de alguma maneira, foi incorporada pelas pessoas. Assim, não se pode perder de vista a realidade presente e os condicionantes desta realidade (R. Pacheco 2004: 22)

A realidade a que se refere a autora diz respeito à série de alterações ocorridas no ambiente físico e social no qual se efetivam os processos de produção e reprodução da vida social. Os Kaiowá e Guaraní das comunidades tratadas no presente relatório estão plenamente conscientes dessas alterações e das dificuldades que terão que superar para reconstituir a vida social dentro de parâmetros por eles considerados ideais ou, pelo menos, aceitáveis.

Com a expulsão das comunidades, seu recolhimento nas reservas ou sua dispersão por propriedades rurais ou fazendas, alterou-se profundamente a configuração demográfica delas. Isto requer grande esforço das lideranças para recompor as alianças e os vínculos comunitários. O próprio ambiente também passou por transformações intensivas: as atividades de desmatamento, queima da mata, cultivo agrícola e ou de gramíneas para pastagem de gado, realizadas durante décadas na Terra Indígena Dourados-Amambaípegua I, desfiguraram completamente as condições ambientais. Muitos recursos como a mata, caça, e rios piscosos, desapareceram ou foram reduzidos ao nível de estarem ameaçados de extinção.

Quando questionados sobre essas transformações na configuração de suas comunidades e no ambiente de vida, muitas lideranças manifestavam revolta, se entristeciam e até choravam. De modo indignado Emiliano, liderança religiosa da comunidade de Javorai Kue afirmou categoricamente em discurso proferido em

Guarani: “só falta agora, depois de tanto sofrimento, nossos adversários quererem usar isto contra nós, dizer que nossas comunidades são fragmentadas e que as terras não podem ser demarcadas porque não têm mais mato, sabemos nossas rezas e elas vão ajudar a trazer tudo de volta, nossa comunidade, a mata, os bichos e os donos dos bichos”. Na verdade imputam a responsabilidade aos particulares que os expropriaram de suas terras e ao Estado brasileiro que, através de seu órgão indigenista, foi conivente ou participou diretamente da expropriação do território tradicional.

Por outro lado, os Kaiowá adquiriram outros hábitos de consumo, incorporando produtos industrializados nas necessidades básicas de subsistência. De qualquer forma, o que transparece com muita nitidez é a ação determinada da comunidade em reaver sua terra como pré-condição para recompor a vida social enquanto comunidade autônoma, em consonância com sua organização social e religiosa atual.

Fica evidente também que os Kaiowá e Guarani tomam as formas societárias vividas no passado, antes da expulsão das comunidades, como parâmetro para organização da vida atual, mesmo reconhecendo as imponderáveis concessões feitas à forma de vida atual ou *teko pyahu*. É importante considerar a convicção dos xamãs de que o espaço em que viveram no passado é o local mais apropriado para recompor as relações sociais, daí a inflexibilidade na decisão de reocuparem as mesmas terras, não aceitando, terras em outra localidade. Isto já foi tentado pelo governo militar na década de 1970, com a transferência da população das comunidades de Rancho Jacaré e Guaimbé para a Terra Indígena da Bodoquena, onde vive a etnia Kadiuel. O resultado foi o retorno dos Kaiowá e Guarani a pé, uma vez que não se adaptaram à nova localidade, pois, como disse Alcindo Flores, liderança política e religiosa da comunidade de K20 ou Urukuty, “o kaiowá nunca esquece sua querência, é só aí, no espaço onde viveram seus antepassados que ele se considera feliz, se a gente sai, a gente sempre quer voltar, e volta mesmo, o branco não entende isso, é sentimento próprio nosso”.

Nas reuniões realizadas em cada uma das comunidades, os velhos e as velhas, as antigas e novas lideranças, os chefes religiosos, jovens, mulheres e crianças, ou seja, todos os segmentos geracionais e de gênero, expressaram seus sentimentos a respeito da necessidade de demarcação da Terra Indígena Dourados-Amambaipéguá I. A expectativa geral é de disporem das terras de ocupação tradicional como condição para

a recomposição de formas de sociabilidade internas às suas comunidades, viabilizando um modo de existir mais harmônico e em continuidade com os parâmetros e normas de sua formação social.

A presença na Terra Indígena Dourados-Amambaipegua I de seres espirituais com os quais os xamãs se relacionam, também é apontada como qualificativo para o atendimento desse ideal social. Os membros mais velhos de cada uma das comunidades guardam a viva lembrança das festas, das roças, das caçadas, dos rituais, etc. aí realizados antes de serem impedidos de viverem e circularem em suas terras de ocupação tradicional. Consideram que os espaços dos seres espirituais ainda estão lá, e serão convocados a coabitarem com os xamas humanos.

Acreditam que, com o retorno às suas terras, poderão intensificar as práticas rituais, e isto permitirá contar com os favores das divindades e dos seres espirituais para superar as enormes dificuldades atuais. Como registrado em páginas anteriores, as comunidades viveram por décadas no exílio, resultando em significativas transformações em suas configurações demográficas, pois casamentos, nascimentos e mortes alteraram profundamente o perfil dessa população. Muitas pessoas tiveram sua existência individual e familiar marcada por traumas ocasionados pela perambulação em reservas, periferias de cidades e fazendas e, mais recentemente, pelas tentativas de reocupação e expulsões violentas. A despeito dos traumas sofridos, estão convictos de que o retorno às terras de ocupação tradicional é a condição primordial para recomporem sua existência, rearticulando os processos de convivência coletiva e ativando a relação com as divindades e seres espirituais dos quais se vêem como dependentes.

Por fim, as áreas necessárias à reprodução física e cultural das comunidades descritas no presente relatório são aquelas identificadas e justificadas nas imagens de satélite apresentadas na parte II do presente relatório. Essas mesmas áreas são reproduzidas, com precisão cartográfica, no mapa elaborado no levantamento topográfico, que consta na parte VI deste relatório, que trata do levantamento fundiário.

Na década de 1980 iniciou-se uma série de reuniões entre lideranças de Terras Indígenas não regularizadas, conforme relatam estudos acadêmicos de Tomás de Almeida (1991); Brand (1993 e 1997); Pereira (1999 e 2004), entre outros. Naquela época as terras reivindicadas por comunidades foram denominadas de "áreas de

conflito". O termo servia para designar as terras por eles reivindicadas, como forma de distingui-las das antigas reservas. A partir de 2010 ou 2011, já após o lançamento dos Grupos de Trabalhos oriundos do Compromisso de Ajustamento de Conduta, passaram a utilizar o termo "*tekoharã*", para denominar as terras reivindicadas. O termo *tekoharã* pode ser traduzido como espaço no qual realizaremos nosso modo de ser, em substituição ao uso atual desse espaço pelos proprietários não indígenas.

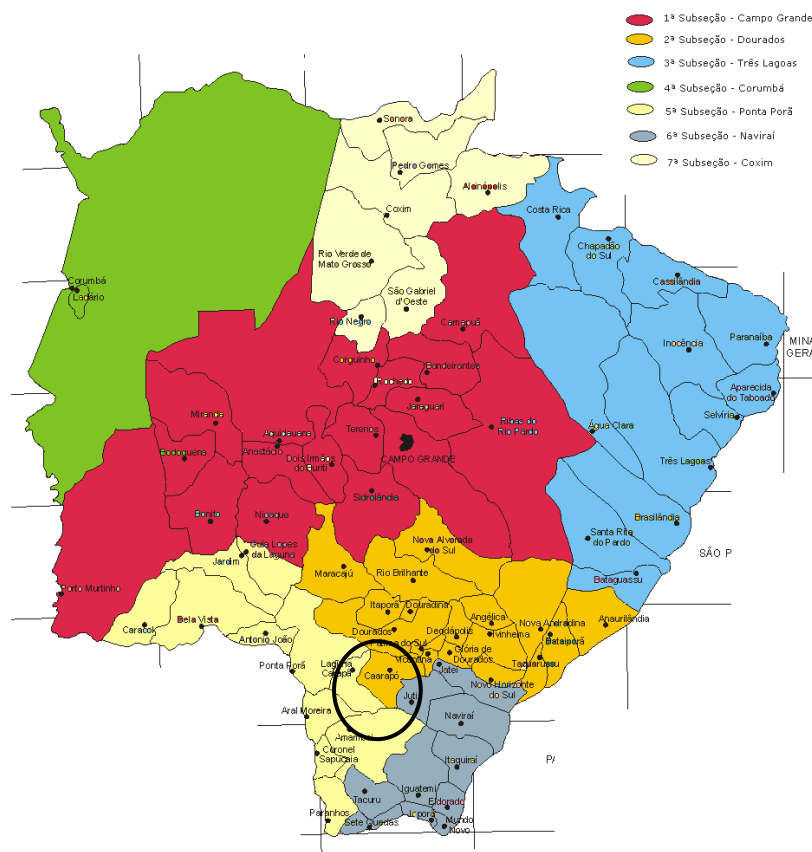
A mudança na moninação - de áreas de conflito para *tekoharã* -, reflete o amadurecimento na percepção desses espaços, ou seja, "áreas de conflito", como atribuição externa, é um rótulo que recebe uma conotação de negativa, pois na cosmologia kaiowá e guarani o conflito tem implicações morais associadas ao *teko vai*, o modo imperfeito de ser. Por outro lado, *tekoharã* expressa uma conotação positiva, aponta para o futuro, para um espaço de construção de relações mais harmônicas. Assim, *tekoharã* indica o espaço destinado a abrigar uma comunidade, de acordo com seus usos, costumes e tradições. Ou seja, espaço destinado a prática do *teko porã*, o modo correto de ser. É assim que os Kaiowá e Guarani concebem as áreas incluídas no presente relatório.

## **VI – SEXTA PARTE - LEVANTAMENTO FUNDIÁRIO**

### **VI. 1 – Caracterização da Ocupação não Indígena**

- a) identificação e censo de eventuais ocupantes não índios;
- b) descrição da(s) área(s) por ele(s) ocupada(s), com a respectiva extensão, a(s) data(s) dessa(s) ocupação(ões) e a descrição da(s) benfeitoria(s) realizada(s);
- c) informações sobre a natureza dessa ocupação, com a identificação dos títulos de posse e/ou domínio eventualmente existentes, descrevendo sua qualificação e origem;
- d) informações, na hipótese de algum ocupante dispor de documento oriundo de órgão público, sobre a forma e fundamentos relativos à expedição do documento que deverão ser obtidas junto ao órgão expedidor

Terra Indígena Dourados-Amamabaipegua I ocupa parcialmente áreas dos municípios de Caarapo, Laguna Carapã e Amambai. (imagem s seguir).



**Figura 100 - Mapa da divisão política do estado de Mato Grosso do Sul. Fonte: <https://www.google.com.br/search?q=mapa+de+mato+grosso+do+sul+e+seus+municipios> &sa capturado em 12/09/2014.**

Segundo informações postadas no site do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE<sup>57</sup>, senso de 2010, a população da reserva indígena Caarapo, situada no do município Caarapo, era de 4.370 e a população indígena da reserva Amambai era de 7225. Já a FUNAI/2004, informa que para as duas Terras Indígenas do município de Laguna Caarapã, Rancho Jacaré tinha 400, enquanto Guaimbé reunia 458.

A partir do término do conflito bélico da Tríplice Aliança contra o Paraguai (1864-1870), a primeira frente de ocupação econômica da região foi a Cia Matte Laranjeira, criada em 1882, conforme amplamente discutido na Parte I do presente Relatório. A concessão de terras por arrendamento permitiu que a referida Companhia exercesse o monopólio de ocupação de ampla região, que incorpora totalmente o perímetro da Terra Indígena Dourados-Amambaiegua I. A cada renovação dos contratos de arrendamentos a área ocupada pela Companhia é ampliada, como podemos ver na figura abaixo.

<sup>57</sup> <http://indigenas.ibge.gov.br/graficos-e-tabelas-2> - acesso em 12/09/2014.



**Figura 101 - Áreas sob concessão da Cia Mate Larangeira (1882-1895). Fonte: Jesus (2004)**

Os governos nacionalistas republicanos tendiam a considerar como bastante problemático o controle da Companhia Mate Laranjeira de uma ampla região fronteiriça, na qual os Estado estava pouco presente. Essa desconfiança está registrada no relatório de Pimentel Barbosa, agente do SPI, que viajou pela região no final da década de 1930, registrando os desmandos da Companhia e difícil situação dos indígena que viviam na região:

(...)

*Essas tribus são: a dos Caiuás, que habitam os valles dos rios Brilhante, pela margem direita, Dourados, Guaiambépery, Amambay, Paunduhy, Yjouy e Iguatemy, até a foz desses no Paraná,*

(...)

*Entretanto, ha uma razão altamente patriotica que colloca essas tribus no mesmo plano de merecerem, com a mesma igualdade, todo o apoio e amparo dessa Inspectoria: libertal-as do dominio dos hervateiros paraguayos, fazendo cessar o regimen de escravisação em que vivem, por meio de uma fiscalisação efficiente, instituindo nucleos em terras que o Estado lhes reserve nos quaes possam ser creadas escolas primarias para o crescido numero de menores e distribuidas aos adultos as*

*ferramentas indispensáveis aos trabalhos rudimentares da lavoura, como se faz nos postos já organizados.*

*(...)*

*É que o problema da nacionalização da fronteira requer indubitavelmente providências muito serias.*

*(...)*

*(...)*

*(...)*

*Escolhi, também, na região de Ipehum, outra área de terras destinada aos índios, que em número superior a quinhentos, vivem nas margens dos rios Pirajuy, Taquapery, Aguará e outros. Esses índios estão em serviços de herva de Marcellino Lima e não têm aldeia propriamente dita. Formam pequenos núcleos, espalhados, que reunidos em uma só propriedade formarão um número elevado talvez a mais de mil, se reunidos forem todos.[grifos nossos]*

Pimentel Barbosa reconhece explicitamente a presença indígena na região que compreende o perímetro da Terra Indígena Dourados-Amambaípegua I, destacando que formavam (...) pequenos núcleos, espalhados, Como destacamos na Parte I do presente relatório, esses pequenos núcleos corresponde ao modelo de territorialidade dos Kaiowá e Guaraní, conforme a disposição de seus assentamentos (Pereira, 2004, cap. 2).

A criação das reservas de Amambai e Caarapo, ainda na segunda década de século XX, cumpriu o papel estratégico de recolhimento das diversas comunidades que viviam em seus territórios de ocupação tradicional e que foram tracionadas para o interior dessas reservas, muitas vezes com o uso da violência, conforme também descrito em partes anteriores do presente relatório.

## **VI. 2 – A legislação sobre terras no Estado de Mato Grosso**

A República, proclamada em 1889, adotou como referência a Lei de Terras de 1850 (Lei nº 601), regulada pelo Decreto nº 1318 de 1854. A inovação foi que a atribuição de legislar sobre as terras devolutas foi repassada aos Estados, no caso em tela, o estado de Mato Grosso, já que o desmembramento do estado de Mato Grosso do Sul só ocorreu em 1977.

O Decreto nº 1318 de 1854, em seus artigos 72 e 73 assegura o direito de estabelecimento de “aldeamentos” em “terras devolutas” onde existissem “hordas de selvagens”. Entretanto, tal direito não é observado quando da concessão dos arrendamentos à Companhia Mate Laranjeira, nem na titulação das terras para particulares, que ocorreu na região de forma gradativa a partir de uma lei estadual de 1915. Dados adicionais sobre esse tema podem ser encontrados na Parte I do presente relatório.

## **VI. 3 – Implicações históricas na ocupação não indígenas recente na Terra Indígena Dourados-Amambaípegua I**

O GT realizou a identificação e censo preliminar dos ocupantes não índios. O levantamento fundiário deve ser complementado com a vistoria, análise e descrição das benfeitorias em todas as ocupações que incidem sobre a terra identificada. A complementação exigirá o levantamento da cadeia dominial das propriedades identificadas, precisando a origem e a qualificação dos títulos de propriedades dos imóveis.

As terras que compõem as propriedades que incidem sobre a Terra Indígena Dourados-Amambaípegua I foram tituladas a partir da lei 725 de 1915, promulgada pelo antigo estado de Mato Grosso. Essa lei permitia a legalização de terras requeridas na área até então sob concessão de arrendamento em favor da Companhia Matte Laranjeira. O estado vendeu as terras para particulares sem antes se certificar da ocupação indígena. Nas primeiras décadas do século XX, o SPI, criado em 1910, em dada anterior a promulgação da referida lei, se omitiu no papel de defesa dos direitos indígenas e permitiu que as terras ocupadas por comunidades kaiowá e guarani fossem regularizadas em nome de particulares. A omissão continuou no período da FUNAI, órgão indigenista oficial, criado em 1967 para substituir o SPI, permitindo que muitas comunidades fossem retiradas das terras já regularizadas em nome de particulares.

Na primeira metade do século XX, as terras já estavam quase que totalmente legalizadas em nome de particulares ou empresas. A maior parte das famílias das comunidades da Terra Indígena Dourados-Amambaípegua I permaneceu por décadas nos locais de sua habitação tradicional, pois era comum que os primeiros proprietários estivessem interessados apenas na exploração imobiliária, aguardando a valorização das propriedades para comercializá-las. No momento da implantação das atividades agropastoris nas propriedades, muitas famílias indígenas foram incorporadas como mão de obra nas propriedades. Quando o proprietário tinha a intenção de vender a terra, necessitava apresentar a terra livre da presença indígena e efetuava a expulsão. Entretanto, os índios sempre retornavam, mesmo na condição de trabalhadores contratados pelo novo proprietário, que nem sempre tinha conhecimento do histórico da ocupação indígena na propriedade.

Em determinados períodos a área de concessão da Companhia Matte Laranjeira chegou a ser superior a cinco milhões de hectares. Mesmo com a lei de 1915, a Companhia seguiu, por muitas décadas ainda, como detentora de enorme poder na região. O contrato de arrendamento celebrado em 1926, entre o estado de Mato Grosso e a Companhia, já mencionava as reservas indígenas demarcadas pelo SPI desde 1915 (R. Pacheco 2004: 32). Mesmo com a quebra do monopólio, a Companhia seguiu como a maior potência econômica e política na região, até o final da década de 1940, quando seus herdeiros de transformaram em grandes proprietários de terras. Isto porque, com a quebra do monopólio de arrendamento, a Companhia passou a requerer terras na região, inclusive em extensões bem superiores às previstas na lei 725 de 1915.

Conforme registrado na Parte I do presente relatório, a gradativa substituição do modelo extrativista ervateiro por atividades agropecuárias representou uma transformação radical na vida das comunidades kaiowá e guarani. A partir de 1915, o monopólio da Companhia Matte Laranjeira é quebrado por lei estadual que permitia a legalização de terras em nome de particulares no interior da ampla área sob concessão de arrendamento para extração da erva mate. O historiador Virgílio Correia Filho (1969) afirma que a lei 725 de 1915 inaugura intensa corrida entre fazendeiros interessados em adquirir propriedades na região. Observa que entre 1919 e 1924 foram registrados 356 títulos de terra, somente no então município de Ponta Porã, referentes a uma extensão de 620.700 hectares. Cabe enfatizar que a regularização dessas áreas não implicou em sua ocupação efetiva com atividades produtivas, como destacado em varias partes do relatório.

Para os objetivos do presente relatório, é necessário enfatizar que a transformação da área de concessão de arrendamento em terras privadas, regularizadas em nome de particulares, desconsiderou as terras que, sabidamente, continuavam sendo ocupadas por comunidades kaiowá e guarani. Isto porque a atividade itinerante de extração de erva-mate permitiu que, na maioria dos casos, as comunidades permanecessem nos locais onde suas comunidades já estavam radicadas, ou seja, em seus *tekoha*. Na emissão dos títulos, o estado de Mato Grosso não fez diferenciação se a terra, sob a qual era emitido o título, era ou não ocupada por comunidade indígena. As terras ocupadas pelos *tekoha* guarani e kaiowá foram tituladas em nome de particulares que, gradativamente, se empenharam em promover o deslocamento das famílias indígenas para as reservas demarcadas.

Todo esse processo é descrito e analisado por Brand (1993 e 1997), que toma como base de seus estudos os documentos produzidos pelo departamento de terras do antigo estado de Mato Grosso, pelo Serviço de Proteção ao Índio – SPI e pelos próprios índios, além de suas narrativas e histórias orais. Os trabalhos de Brand inauguraram uma nova compreensão do lugar das populações kaiowá e guarani em Mato Grosso do Sul. Nos anos seguintes à divulgação de seus trabalhos, uma leva de pesquisadores se dedicou a seguir explorando outros aspectos da história da presença indígena em Mato Grosso do Sul, tanto nos programas de pós-graduação das instituições radicadas em Mato Grosso do Sul, quanto em programas de outras universidades. O resultado pode ser encontrado na produção acadêmica de R. Pacheco (2004), Ferreira (2007), C. Pacheco (2009), Lourenço (2009), Lutti (2009) Spensy (2012), Cavalcante (2013), dentre outros. Todos esses estudos referendam e aprofundam a compreensão de que as comunidades kaiowá e guarani foram expropriadas de suas terras durante o processo de avanço das frentes de expansão agropastoril em Mato Grosso do Sul.

## **VI. 4 – Municípios que estão na área de abrangência da Terra Indígena Dourados-Amambaípegua I**

A Terra Indígena Dourados-Amambaípegua I ocupa parcialmente terras incluídas na área de três municípios: Caarapó, Laguna Carapã e Amambai. Abaixo, apresento uma caracterização geral desses três municípios.

### **a) Caracterização geral do Município de Caarapó: dados históricos e socioeconômicos**

O site da Prefeitura Municipal de Caarapó<sup>58</sup> apresenta os seguintes dados de caracterização do município:

---

<sup>58</sup> [http://www.pmcpo.com.br/index.php?option=com\\_content&task=view&id=83&Itemid=47](http://www.pmcpo.com.br/index.php?option=com_content&task=view&id=83&Itemid=47) – capturado em 12/09/2014.

|                                |                                                            |
|--------------------------------|------------------------------------------------------------|
| Área                           | <b>2.089,7 km<sup>2</sup> (representa 0,58% do estado)</b> |
| Densidade Demográfica          | <b>9,9 hab/km<sup>2</sup></b>                              |
| Altitude da Sede               | <b>471 m</b>                                               |
| Ano de Instalação              | <b>1958</b>                                                |
| Distância da Capital do Estado | <b>268 Km</b>                                              |
| Microrregião                   | <b>Dourados</b>                                            |
| Mesorregião                    | <b>Sudoeste de Mato Grosso do Sul</b>                      |

### **Demografia**

#### Síntese Demográfica

|                     | <b>1970</b>   | <b>1980</b>   | <b>1991</b>   | <b>2000</b>   | <b>2007</b>   |
|---------------------|---------------|---------------|---------------|---------------|---------------|
| População Total     | <b>26.007</b> | <b>27.213</b> | <b>22.492</b> | <b>20.706</b> | <b>22.723</b> |
| Masculina           | <b>13.777</b> | <b>14.153</b> | <b>11.509</b> | <b>10.352</b> | <b>11.292</b> |
| Feminina            | <b>12.230</b> | <b>13.060</b> | <b>10.983</b> | <b>10.354</b> | <b>11.426</b> |
| Urbana              | <b>5.341</b>  | <b>15.058</b> | <b>14.265</b> | <b>14.656</b> | <b>15.989</b> |
| Rural               | <b>20.666</b> | <b>12.155</b> | <b>8.227</b>  | <b>6.050</b>  | <b>6.734</b>  |
| Taxa de Urbanização | <b>20,5%</b>  | <b>55,3%</b>  | <b>63,4%</b>  | <b>70,8%</b>  | <b>70,4%</b>  |

Fonte: Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) - Censos Demográficos, 1970, 1980, 1991, 2000 e estimativas de 2007.

### **Habitação**

#### Indicadores de Habitação e Saneamento, 2000

|                                                     | <b>Número</b> | <b>Percentual</b> |
|-----------------------------------------------------|---------------|-------------------|
| <b>Domicílios particulares permanentes</b>          | <b>5.528</b>  | <b>100,0 %</b>    |
| Com fossa séptica ou ligados à rede geral de esgoto | <b>119</b>    | <b>2,2 %</b>      |
| Ligados à rede geral de abastecimento de água       | <b>3.841</b>  | <b>69,5 %</b>     |
| Com acesso ao serviço de coleta de lixo             | <b>3.927</b>  | <b>71,0 %</b>     |

Fonte: Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) - Censo Demográfico, 2000.

### **Desenvolvimento Humano**

#### Índice de Desenvolvimento Humano, 1970, 1980, 1991 e 2000

|                                  | <b>1970</b>  | <b>1980</b>  | <b>1991</b>  | <b>2000</b>  |
|----------------------------------|--------------|--------------|--------------|--------------|
| Índice de Desenvolvimento Humano | <b>0,338</b> | <b>0,556</b> | <b>0,650</b> | <b>0,715</b> |
| Educação                         | <b>0,385</b> | <b>0,490</b> | <b>0,587</b> | <b>0,798</b> |
| Longevidade                      | <b>0,454</b> | <b>0,553</b> | <b>0,670</b> | <b>0,719</b> |
| Renda                            | <b>0,176</b> | <b>0,624</b> | <b>0,692</b> | <b>0,629</b> |

Fonte: PNUD. Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil.

### **Desenvolvimento Econômico**

#### PIB e PIB per capita 2001 a 2005 (R\$ de 2000)

|                      | <b>2001</b>    | <b>2002</b>    | <b>2003</b>    | <b>2004</b>    | <b>2005</b>    |
|----------------------|----------------|----------------|----------------|----------------|----------------|
| PIB (R\$ mil)        | <b>156.201</b> | <b>145.574</b> | <b>193.660</b> | <b>137.575</b> | <b>142.853</b> |
| PIB per Capita (R\$) | <b>7.630</b>   | <b>7.161</b>   | <b>9.609</b>   | <b>6.885</b>   | <b>7.293</b>   |

Fonte: IpeaData

Composição Setorial do PIB 2001 a 2005

| <b>Setor</b> | <b>2001</b> | <b>2002</b> | <b>2003</b> | <b>2004</b> | <b>2005</b> |
|--------------|-------------|-------------|-------------|-------------|-------------|
| Agropecuária | 47,7 %      | 35,7 %      | 38,1 %      | 25,4 %      | 12,9 %      |
| Indústria    | 18,1 %      | 10,9 %      | 11,0 %      | 14,6 %      | 15,9 %      |
| Serviços     | 31,4 %      | 43,5 %      | 40,3 %      | 47,9 %      | 55,5 %      |

Fonte: Ipea Data

## **b) Caracterização geral do Município de Amambai: dados históricos e socioeconômicos**

Os dados oficiais do município foram retirados do site do Prefeitura Municipal de Amambai<sup>59</sup>, e apontam que:

O município de Amambai está localizado no sul da região Centro-Oeste do Brasil, á sudoeste de Mato Grosso do Sul (Microrregião de Dourados) e próximo da fronteira com o Paraguai. Possui latitude de 23°06'15" Sul e longitude de 55°13'33" Oeste. Localiza-se a 1.517 km de Brasília, 382 km de Campo Grande, capital do Estado, sendo asfaltados os acessos de Ponta Porã a Amambai (90 km), de Mundo Novo a Amambai (168 km) e de Caarapó a Amambai (85 km).

**População:** 35.523 habitantes

**Área da unidade territorial (Km²):** 4.202,335

**Densidade Demográfica (hab/Km²):** 8,26

### **Geografia física:**

- Solo de terra roxa.
- Situa-se numa região de relevo levemente ondulado, estando a uma altitude de 480 metros.
- Está sob influência clima tropical (AW) com média de 22°C.
- Está sob influência da Bacia do Rio da Prata.
- Predomina os “Campos de Vacaria “ e “ Mata de Dourados “

### **Geografia política**

Fuso horário:

- Está a -1 hora com relação a Brasília e -4 com relação a Grenwith.

<sup>59</sup> <http://www.amambai.ms.gov.br/cidade.php>, capturado em 12/09/2014

#### Área:

- Ocupa uma superfície de 4. 202,298 km².

#### Subdivisões:

- Possui três aldeias indígenas nos limites do município, com uma população de aproximadamente 7988 indígenas segundo dados da Funasa no ano de 2006.

(Aldeia Amambai, Limão Verde e Jaguari).

#### Arredores:

- Pertence a faixa de fronteira com o Paraguai, limitando-se com os municípios de Coronel Sapucaia, Tacuru, Aral Moreira, Ponta Porã, Caarapó, Juty e Iguatemi.

#### Economia e infraestrutura:

No estado o município está em 16º lugar no ranking estadual de arrecadação. Possui cerca de 500 pequenas e médias empresas.

#### Agropecuária:

A agricultura e a pecuária são mais desenvolvidas, sendo a maior fonte econômica.

- **Pecuária:** rebanho de 350 mil bovinos
- **Arrecadação (ICMS 2001 setor pecuária):** 1 milhão e 750 mil reais
- **Agricultura:** 30 mil ha cultivados
- **Suinocultura:** 2.200 matrizes alojadas com uma produção anual de 44 mil leitões, é o 4º pólo estadual de suinocultura
- **Avicultura:** produção anual de 4 milhões e 160 mil aves

#### Centro de zona B:

- Amambai, com cerca de 40 mil habitantes e 2 relacionamento direto, é um Centro de Zona B. Nível formado por cidades de menor porte e com atuação restrita à sua área imediata; exercem funções de gestão elementares.

#### **Acessos:**

Possui variada malha viária formada pelas seguintes rodovias:

- **MS 156** (Caarapó - Amambai – Tacuru);
- **MS 165** (Paranhos – Coronel Sapucaia);

- **MS 286** (Amambai – Aral Moreira);
- **MS 289** (Amambai – Coronel Sapucaia);
- **MS 295** (Amambai – Paranhos).
- **MS 386** (Ponta Porã - Amambai – Eldorado)

#### **Comunicações:**

- Possui linhas de telefone, rádio, jornal, correio, acesso via satélite à TV Morena e mais quatro canais através de repetidoras.

#### **Forças armadas:**

##### Comando do Exército

- **3ª Del SM/30ª CSM** - 3ª Delegacia do Serviço Militar da 30ª C S M
- **17º R C Mec** - 17º Regimento de Cavalaria Mecanizado

#### **Bancos:**

- O setor financeiro caracteriza-se por 5 agências instaladas.  
(Banco do Brasil - Caixa Econômica - Bradesco - HSBC - Sicredi)

#### **Histórico de município de Amambai**

A área que hoje constitui a cidade de Amambaí, teve seu povoamento iniciado em 03-08-1903, quando ali se fixaram Januário Lima, Marcelino Lima, José Garibaldi Rosa, Oscar trindade e outros.

Em 1913, o Governo do Estado, por solicitação do Cel. Valêncio de Brum, líder político na região, concedeu uma gleba de terras para a formação do povoado, que tomou inicialmente a denominação de Patrimônio da União, posteriormente Vila União, atualmente cidade de Amambaí.

Gentílico: amambaiense

#### **Formação Administrativa**

Em divisões territoriais datadas de 31-12-1936 e 31-12-1937, figura no Município de Ponta Porã o Distrito de Amambaí.

Pelo Decreto-Lei Federal nº 9055, de 12-03-1946, o Distrito de Patrimônio União passou a denominar-se Amambaí.

Por Ato das Disposições Constitucionais Transitórias, promulgado à 18-09-1946, foi extinto o Território de Ponta Porã e o Distrito incorporado ao Estado de Mato Grosso do Sul.

Pelo Decreto-Lei Estadual nº 330, de 07-01-1947 a área do extinto Território de Ponta Porã reincorporado ao Estado de Mato Grosso do Sul.

Elevado à categoria de município com a denominação de Amambaí, pela Lei nº 131, de 28-09-1948. Desmembrado de Ponta Porã. Sede no Distrito de Amambaí. Constituído de 3 Distritos: Amambaí, Antônio João e Iguatemi.

Por Lei nº 1166, de 20-11-1958 é criado o Distrito de Tacuru e incorporado ao Município de Amambaí.

Por Lei nº 1167, de 20-11-1958 é criado o Distrito de Paranhos e incorporado ao Município de Amambaí.

Por Lei nº 1124, de 17-11-1958 é criado o Distrito de Morumbi e incorporado ao Município de Amambaí.

Por Lei nº 1177, de 17-11-1958 é criado o Distrito de Eldorado e incorporado ao Município de Amambaí.

Em divisão territorial datada de 1-07-1960, o município é constituído de 7 Distritos: Amambaí, Antônio João, Iguatemi, Eldorado, Morumbi, Paranhos e Tacuru.

Por Lei Estadual nº 1981, de 11-11-1963, desmembra do Município de Amambaí o Distrito de Iguatemi. Elevado à categoria de município.

Pela Lei Estadual nº 2063, de 14-12-1963 é criado o Distrito de Mundo Novo e incorporado no Município de Amambaí.

Em divisão territorial datada de 31-12-1963, o município é constituído de 7 Distritos: Amambaí, Antônio João, Eldorado, Morumbi, Paranhos, Tacuru e Mundo Novo.

Por Lei Estadual nº 2774, de 13-10-1967, o Distrito de Antônio João passou a denominar-se Coronel Sapucaia.

Por Lei Estadual nº 3692, de 13-05-1976, desmembra de Amambaí o Distrito de Eldorado e Morumbi para formar o novo Município de Eldorado.

Pela Lei Estadual nº 3693, de 13-05-1976, desmembra de Amambaí o Distrito de Mundo Novo. Elevado à categoria de município.

Pela Lei Estadual nº 3765, de 30-06-1976, é criado o Distrito de Sete Quedas e incorporado ao Município de Amambaí.

Em divisão territorial datada de 1-I-1979, o município é constituído de 5 Distritos: Amambaí, Coronel Sapucaia, Paranhos, Sete Quedas e Tacuru.

Por Lei Estadual nº 72, de 12-05-1980, desmembra de Amambaí o Distrito de Tucuru. Elevado à categoria de município.

Por Lei Estadual nº 73, de 12-05-1980, desmembra do Município de Amambaí o Distrito de Sete Quedas. Elevado à categoria de município.

Por Lei Estadual nº 623, de 30-12-1985, retificada pela Lei Estadual nº 810, de 2112-1987, desmembra de Amambaí, o Distrito de Coronel Sapucaia. Elevado à categoria de município.

Por Lei Estadual nº 777, de 17-11-1987, retificada por Lei Estadual nº 811, de 2112-1987, desmembra de Amambaí o Distrito de Paranhos. Elevado à categoria de Município.

Em divisão territorial datada de 15-07-1997, o município é constituído do Distrito Sede.

Assim permanecendo em divisão territorial datada de 15-07-1999.

### **c) Caracterização geral do Município de Laguna Carapã: dados históricos e socioeconômicos**

Dados postados no site da Associação dos Municípios de Mato Grosso do Sul – ASSOMASUL<sup>60</sup> apresentam as seguintes características para o município de Laguna Carapã:

Em 22 de abril de 1.992, pela Lei n 1.261, foi criado o município de Laguna Carapã pelo então governador Pedro Pedrossian, ficando o mesmo pertencendo a comarca de Ponta Porã.

A População Total do Município era de **6.488 de habitantes**, de acordo com o Censo Demográfico do IBGE (2010).

Sua Área é de **1.734 km²** representando **0.4855 %** do Estado, **0.1083 %** da Região e **0.0204 %** de todo o território brasileiro.

---

<sup>60</sup> <http://www.assomasul.org.br/index.php?pag=municipios-dados-gerais&cid=52>, capturado em 12/09/2014.

Seu Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) é de **0.752** segundo o Atlas de Desenvolvimento Humano/PNUD (2000)

Área Territorial:**1.734km<sup>2</sup>**

Fonte: IBGE<sup>61</sup>

Ano de Instalação: **1993**

Microrregião: **Dourados**

Mesorregião: **Sudoeste de Mato Grosso do Sul**

Altitude da Sede: **509,00 m**

Distância à Capital: **239,424 Km**

Fonte: Atlas de Desenvolvimento Humano/PNUD

## **VI. 5 – Trabalho de campo dos técnicos responsáveis pelo levantamento fundiário de identificação – Terra Indígena Dourados-Amambaipagua I**

### **Informações iniciais**

O grupo técnico para realizar os estudos complementares de natureza fundiária e cartorial necessários à identificação e delimitação da Terra Indígena Dourados-Amambaipagua (MS), ocupada tradicionalmente pelos povos Guarani e Kaiowa, na bacia denominada Dourados-Amambaipaguá (Portaria nº. 1124 de 02 de agosto de 2011), localizada no Estado do Mato Grosso do Sul, foi constituído por meio da Portaria FUNAI n 267;PRES, de 20;03;2013, sendo posteriormente foram publicadas duas complementares, sendo que a última, em 01/04.

Este relatório diz respeito ao GT Dourados-Amambaipagua e se baseia nas informações coletadas em campo, que posteriormente foram complementadas e corrigidas com a pesquisa cartorial feita junto aos cartórios de Caarapó, Amambai e Ponta Porã. Os dados contidos neste relatório e nos anexos são a soma das informações coletadas em campo, dos dados coletados junto ao INCRA e dos dados cartoriais.

### **Composição do grupo de técnicos fundiários**

---

<sup>61</sup> <sup>61</sup> <http://www.cidades.ibge.gov.br/painel/historico.php?lang=&codmun=500525&search=mato-grosso-do-sul%7Claguna-carapa%7Cinfograficos:-historico>, capturado em 12/09/2014.

Foram os seguintes os técnicos nomeados pela portaria acima citada:

- 1- Marcelo Antonio Elihimas - Engenheiro Agrônomo, Coordenador do levantamento fundiário, CR Nordeste 1/FUNAI/AL;
  - 2- Lude Simioli Junior - Engenheiro Agrônomo, CR Campo Grande/FUNAI/MS;
  - 3- José Augusto da Silva - Técnico Agrícola, CTL Porto Real do Colégio/FUNAI/AL;
  - 4- Francisco de Assis Pinheiro da Silva- Técnico em Agricultura e Pecuária, CR Fortaleza/ FUNAI/CE;
  - 5- José Maria da Silva Sales, Engenheiro Agrônomo, CTL Porto Velho/ FUNAI/RO
- FUNAI/DPT/CGID/GT PP 267/2013 Estudos de natureza fundiária e cartorial das terras tradicionalmente ocupadas pelos Guarani e Kaiowa na parte da bacia denominada Dourados-Amambaipagua, GT PP 267/2013

#### **Período de trabalho:**

Os trabalhos foram desenvolvidos no período de 01/04/2013 a 30/04/2013, se incluído aí os deslocamentos.

#### **Logística e desenvolvimento dos trabalhos**

Foram montadas duas equipes, cada uma contando com dois técnicos, ou, ocasionalmente com três, conforme a disponibilidade e a necessidade. Foram utilizadas duas viaturas cedidas pela CR Dourados.

O DPF/BSB deslocou a região, especificamente para esta missão dois APF. As Delegacias da Polícia Federal em Dourados e Ponta Porã participaram com Agentes e viaturas. A Força Nacional de Segurança Pública e a equipe do DPF/BSB sediada temporariamente em Amambai também apoiaram o GT. É necessário esclarecer que é totalmente inviável a realização deste tipo de trabalho nas condições que se apresentam agora no Mato Grosso do Sul, sem escolta policial.

#### **Metodologia adotada**

Em conformidade com o preconizado pelas normas, os imóveis foram visitados e neles foram coletados os dados necessários para a caracterização das ocupações e dos ocupantes, inclusive com determinação de coordenadas geográficas, registros fotográficos e identificação das benfeitorias.

## **Dificuldades encontradas pelo grupo técnico**

Há uma conduta advogada pela FAMASUL e pelos Sindicatos Rurais no Mato Grosso do sul para ser adotada pelos seus associados que se encontram nas áreas em estudo. Consiste em não receber os técnicos, ou não fornecer as informações solicitadas, buscando, ao que parece, induzir omissões que poderiam, futuramente, ser utilizadas judicialmente. Assim, foi recorrente que os empregados informassem que estavam orientados a não permitir a entrada no imóvel ou a não dar informações. Em alguns casos obtivemos números de telefone e pudemos contatar os titulares, mas quase sempre sem obter mais êxito. Nos anexos, estão algumas cópias de reportagens que ilustram esse fato.

Após a etapa de campo, e já com a relação dos imóveis identificados, os cartórios foram oficiados para fornecer as documentações existentes a cerca daquelas áreas.

Dourados-Amambaipagua I está localizado nos municípios de Caarapó, Laguna Carapã e Amambai.

A área estimada é de 55.590 ha, distribuídos entre os três municípios, sendo 30.170ha em Caarapó, 16.350ha em Amambai, e 9.070ha em Laguna Carapã.

A imagem a seguir representa o perímetro aproximado da área delimitada como Terra Indígena Dourados-Amambaipagua I, conforme o resultado dos dados levantados em trabalhos de campo e em pesquisas documentais e bibliográficas realizados pela equipe técnica do GT Dourados Amambaipagua, coordenado pelo antropólogo Levi Marques Pereira.

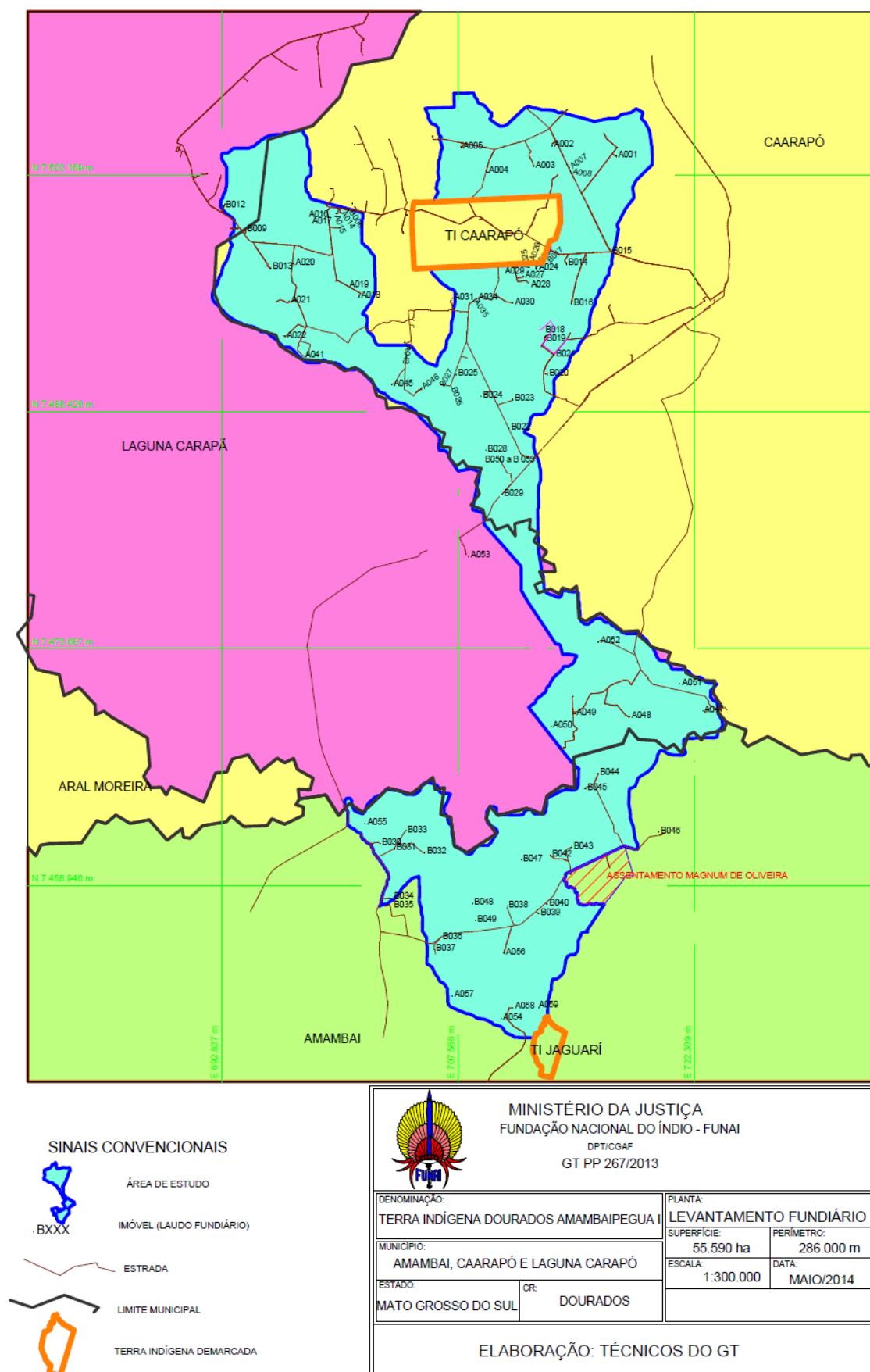


Figura 88 – Mapa com perímetro da Terra Indígena Dourados Amambaipégua I.

Ao norte os solos são mais argilosos, aumentando o percentual de areia à medida em se desloca no sentido de Amambai. São terras planas e a exploração, antes majoritariamente pecuária, vem se voltando para agricultura, inclusive para a cana de açúcar, que está tendo rápida penetração na região, normalmente com o arrendamento de imóveis, antes cultivados com grãos ou pastagens, em consequência do que são numerosos os imóveis com estruturas de pecuária e mesmo sedes completas abandonadas, o que dificultou a identificação dos imóveis e de seus titulares.

Identificamos 112 imóveis de não-indígenas, sendo que em alguns casos não pudemos determinar a área do imóvel ou a parcela incidente na TI. Para os imóveis cadastrados e com dimensões conhecidas, o somatório de áreas atingiu 41.651,31ha, já que nem sempre foi possível obtermos as áreas. Em 74 casos obtivemos este dado, sendo o menor imóvel ou parcela atingida equivalente a 1,04ha, e o maior, 2.983,58ha. Esclarecemos que há casos em que imóveis maiores foram atingidos parcialmente, como é o caso da Fazenda Campanário, que conta com 37.401ha. Na área como um todo a média por imóvel chega a 638ha, e nos casos em que os dados de dimensão foram obtidos, a média fica em 536ha. Esta distorção se deve ao fato de o Grupo Técnico ter obtido dados da maioria das pequenas propriedades, onde os titulares foram encontrados ou onde se colheram dados capazes de permitir uma boa consulta cartorial.

De norte a sul, em linha reta, a área de estudo mede 62 km, e é bem recortada de estrada, o que se deve a utilização com lavouras. Estimamos que são em torno de 160km de estradas vicinais.

Priorizamos os dados cartoriais para a determinação do tempo de ocupação pelo titular atual e também para definir a anciandade da ocupação, sendo que nestes casos os títulos remetem a um outro em cartórios mais antigos (Amambai e Ponta Porã), por serem comarcas mais antigas. Nos imóveis onde foi possível conhecer o número de moradores, computamos 54 famílias, com 155 integrantes. Apenas dez titulares moram nos imóveis, ocorrendo que outros permanecem nos imóveis periodicamente em razão de atividades agropecuárias, não configurando moradia permanente ou provisória.

### **Informações complementares**

Ressalvamos que em função da já citada estratégia de se omitir dados dos imóveis, e considerando que são poucos os titulares que moram no local, e mais levando

em conta que após arrendados para o plantio de lavouras, os imóveis são desprovidos das cercas de divisa, tornando praticamente impossível individualizar alguns deles, principalmente quando são oriundos da divisão de uma área maior e estão nas mãos de um mesmo arrendatário, há grande possibilidade de haverem ficado imóveis sem cadastro. Neste contexto é que com a análise da pesquisa cartorial, nos foi possível fazer algumas correções que implicaram na confecção de sete laudos em gabinete, referentes a imóveis que não haviam sido detectados em campo, mas não há garantias de que este era o número total de omissões.

Como tem sido constante, a Coordenação Regional de Dourados prestou o apoio necessário, de forma rápida e eficiente.

No quadro a seguir, tem-se a relação nominal dos ocupantes e ocupações localizados na TI Dourados-Amambaípegua I, sem prejuízo de outros eventuais interessados em oferecer contestação ao presente procedimento. Ressalte-se que o levantamento detalhado das benfeitorias, com vistas ao pagamento de indenizações na forma da lei, será realizado após a expedição da Portaria Declaratória de limites da TI Dourados-Amambaípegua I.

### RELAÇÃO DE COORDENADAS - Grupo Técnico DOURADOS-AMAMBAIPEGUA I

| Nº DE ORD. | Nº DO LF | NOME DO OCUPANTE                                        | NOME DO IMÓVEL                       | COORDENADAS       |                   |
|------------|----------|---------------------------------------------------------|--------------------------------------|-------------------|-------------------|
|            |          |                                                         |                                      | LATITUDE (S)      | LONGITUDE (W)     |
| 01         | 001-A    | JOAQUIM VICENTE PRATA CUNHA                             | FAZENDA RANCHO VERDE                 | -22 33' 14,01072" | -54 53' 07,98862" |
| 02         | 002-A    | ROGÉRIO ALVARES CAMACHO E RAFAEL ALVARES CAMARGO        | FAZENDA COPACABANA                   | -22 32' 54,49302" | -54 55' 27,89523" |
| 03         | 003-A    | APARECIDO CARVALHO DOS SANTOS                           | FAZENDA SÃO SEBASTIÃO DA COLINA      | -22 33' 36,62647" | -54 56' 07,85850" |
| 04         | 004-A    | ARLETE DELFINA MARQUES MAIA E ALEXANDRA MARQUES BARBOSA | FAZENDAS JOÁ I, JOÁ II E CHÁCARA JOÁ | -22 33' 48,98699" | -54 57' 49,82143" |
| 05         | 005-A    | JOHN FRANCIS WALTON                                     | FAZENDA CONCHITA CUÊ                 | -22 33' 00,28508" | -54 58' 46,38902" |
| 06         | 007-A    | ARMAZENADORA DE GRÃOS DE OUTRO LTDA                     | FAZENDA GRÃOS DE OURO                | -22 33' 37,74444" | -54 54' 50,81395" |
| 07         | 008-A    | LANDIN CARNEIRO                                         | NINF                                 | -22 33' 45,78906" | -54 54' 47,54692" |
| 08         | 014-A    | NARCISA GOMES DOS SANTOS E OUTROS                       | SÍTIO SÃO MARTINS                    | -22 35' 15,47626" | -55 03' 08,04240" |
| 09         | 015-A    | BENEDITO COUTINHO                                       | SÍTIO SÃO JOSÉ                       | -22 35' 18,26351" | -55 03' 18,68145" |
| 10         | 016-A    | OSMAR RODRIGUES DOS SANTOS                              | SÍTIO SÃO JOSE                       | -22 35' 23,30332" | -55 03' 34,08480" |
| 11         | 017-A    | ALEXANDRINA MARQUES BARBOSA E ARLETE DELFINA MARQUES    | SÍTIO SÃO JOSÉ                       | -22 35' 31,53139" | -55 03' 32,41764" |
| 12         | 018-A    | SONIA MARIA DE ANDRADE                                  | FAZENDA RECREIO                      | -22 38' 05,20014" | -55 02' 25,17812" |
| 13         | 019-A    | OSCAR DE CASTRO NOGUEIRA JUNIOR                         | FAZENDA REDENÇÃO                     | -22 37' 43,42386" | -55 02' 51,01775" |
| 14         | 020-A    | JESUS CAMACHO                                           | FAZENDA SANTA LUZIA                  | -22 36' 59,60515" | -55 04' 49,15169" |
| 15         | 021-A    | RENATA VELLOSO BRAZ E OUTROS                            | FAZENDA SANTA TEREZA                 | -22 38' 16,31203" | -55 04' 57,80553" |
| 16         | 022-A    | AKITO TOMONAGA E OUTROS                                 | FAZENDA LAGO AZUL (MAROLÂNDIA)       | -22 39' 28,19215" | -55 05' 05,91653" |
| 17         | 023-A    | ESPÓLIO DE ROMEU FERREIRA BATISTA                       | SÍTIO NOVA ESPERANÇA                 | -22 37' 03,12384" | -54 55' 59,38449" |
| 18         | 024-A    | JOÃO SCHAWARTZ                                          | RANCHO NOVILHO                       | -22 37' 04,01279" | -54 55' 57,24540" |
| 19         | 025-A    | BENADITO COUTINHO                                       | NINF                                 | -22 37' 01,67152" | -54 56' 00,24991" |
| 20         | 026-A    | DEUSMAR RODRIGUES DOS SANTOS E CARLOS BATISTA FERREIRA  | NINF                                 | -22 36' 53,58074" | -54 56' 08,38807" |
| 21         | 027-A    | AGOSTINHA MARTINES CORDOBAL E OUTROS                    | SÍTIO SANTA ROSA                     | -22 37' 19,61771" | -54 56' 27,32128" |

|    |       |                                            |                            |                   |                   |
|----|-------|--------------------------------------------|----------------------------|-------------------|-------------------|
| 22 | 028-A | NINF                                       | NINF                       | -22 37' 31,64843" | -54 56' 17,26370" |
| 23 | 029-A | NINF                                       | NINF                       | -22 37' 14,83258" | -54 56' 43,40990" |
| 24 | 030-A | AGROPECUÁRIA RAMAWI LTDA                   | AGROPECUÁRIA RAMAWI        | -22 38' 13,71307" | -54 56' 48,65852" |
| 25 | 031-A | VIRGILIO METTIFOGO                         | FAZENDA EDURAMA-PARTE      | -22 38' 05,49344" | -54 59' 00,88562" |
| 26 | 034-A | SERGIO DIAS CAMPOS                         | FAZENDA TOCA DO JACARÉ     | -22 38' 05,91227" | -54 58' 09,11040" |
| 27 | 035-A | NINF                                       | NINF                       | -22 38' 10,82564" | -54 58' 15,49510" |
| 28 | 041-A | AKITO TOMONAGA E OUTROS                    | FAZENDA ITAOCA             | -22 40' 06,71457" | -55 04' 25,75773" |
| 29 | 043-A | ADRIANO MARTINS DA CONCEIÇÃO               | FAZENDA SANTA TEREZA       | -22 39' 35,56779" | -55 00' 44,49882" |
| 30 | 045-A | ANTONIO PERON                              | FAZENDA GOTAS DE MEL       | -22 41' 02,66418" | -55 01' 11,51708" |
| 31 | 046-A | EDUARDO YOSHIO TOMONAGA                    | FAZENDA ÁGUA BOA           | -22 41' 07,67258" | -55 00' 05,80778" |
| 32 | 047-A | AGROVISA AGROPECUÁRIA LTDA                 | FAZENDA ÁGUA DOCE          | -22 51' 53,43645" | -54 49' 42,44447" |
| 33 | 048-A | JOÃO VERDIER                               | FAZENDA ÁGUA BRANCA        | -22 52' 07,00578" | -54 52' 21,46926" |
| 34 | 049-A | MICHEL                                     | FAZENDA SÃO LUIZ           | -22 52' 02,42463" | -54 54' 21,40494" |
| 35 | 050-A | RENATO EUGENIO DE REZENDE BARBOSA E OUTROS | FAZENDA CAMPANÁRIO         | -22 52' 27,86475" | -54 55' 13,37479" |
| 36 | 051-A | ANDRÉ RIBEIRO BARTOCCI                     | FAZENDA ARICURI            | -22 50' 59,34260" | -54 50' 31,83165" |
| 37 | 052-A | HENRIQUETA TEDESCO MOREIRA                 | FAZENDA SÃO PEDRO          | -22 49' 36,77093" | -54 53' 31,45259" |
| 38 | 053-A | ANTONIO ZANIN E OUTROS                     | FAZENDA RANCHO GRANDE      | -22 46' 47,55489" | -54 58' 18,09195" |
| 39 | 054-A | VERA LUCIA DA SILVA BORTOLOTTI             | FAZENDA TOMAZ CUÊ          | -23 02' 20,52870" | -54 56' 53,19651" |
| 40 | 055-A | JOÃO AURÉLIO DAMIÃO E OUTROS               | FAZENDA BELA VISTA         | -22 55' 50,00004" | -55 01' 56,29988" |
| 41 | 056-A | CLAUDINO MARÇAL MARQUES                    | FAZENDA 3 BARRAS           | -23 00' 08,05779" | -54 56' 48,90656" |
| 42 | 057-A | NERI LUCI DA SILVA AGOSTINI                | FAZENDA TRÊS DE OURO II    | -23 01' 36,82556" | -54 58' 40,30396" |
| 43 | 058-A | EVELINE NUNES DA SILVA                     | FAZENDA VACARIA            | -23 01' 58,46847" | -54 56' 27,24071" |
| 44 | 059-A | LEANE HELENA PATZLAFF                      | FAZENDA TOMAZ CUÊ GLEBA 01 | -23 01' 57,59491" | -54 55' 30,46417" |
| 45 | 006-B | GILSON DE FREITAS CYPRIANO                 | SÍTIO SÃO BOM JESUS        | -22 35' 09,13381" | -55 02' 51,15927" |
| 46 | 009-B | ERODIAS TABOSA ROLIM E OUTROS              | FAZENDA SANTO ONOFRE       | -22 35' 54,03399" | -55 06' 35,66710" |
| 47 | 012-B | SENHORA IZA                                | FAZENDA BELO HORIZONTE     | -22 35' 05,22134" | -55 07' 22,98398" |
| 48 | 013-B | DANIELI DE OLIVEIRA E OUTROS               | FAZENDA OURO PRETO         | -22 37' 09,35193" | -55 05' 38,61611" |
| 49 | 014-B | TEREZA ARTIGAS LARA LEITE RIBEIRO          | FAZENDA NOVILHO            | -22 36' 53,34145" | -54 54' 53,53874" |

|    |       |                                                         |                                 |                   |                   |
|----|-------|---------------------------------------------------------|---------------------------------|-------------------|-------------------|
| 50 | 015-B | SENHORA MARIA                                           | FAZENDA SÃO PAULO               | -22 36' 28,14424" | -54 53' 17,86636" |
| 51 | 016-B | MARIA MARTINS DA CONCEIÇÃO E CARLOS ROBERTO DE ASSIS    | FAZENDA SÃO PAULO - PARTE 2     | -22 38' 13,76678" | -54 54' 40,86893" |
| 52 | 017-B | MISSÃO EVANGÉLICA LLOYD-IGREJA EVANGÉLICA PRESBITERIANA | MISSÃO EVANGÉLICA LLOYD         | -22 36' 54,87101" | -54 55' 48,33959" |
| 53 | 018-B | JOÃO ALVES MACHADO                                      | CHÁCARA SÃO FRANCISCO           | -22 39' 18,92907" | -54 55' 35,56477" |
| 54 | 019-B | MANOEL MESSIAS FERREIRA CALDAS                          | SÍTIO SÃO FRANCISCO             | -22 39' 21,87565" | -54 55' 37,83573" |
| 55 | 020-B | ANTÔNIO CARLOS XIMENES BERTIPÁGLIA                      | FAZENDA SANTO ANTÔNIO           | -22 40' 37,14772" | -54 55' 31,82278" |
| 56 | 021-B | ANTONIO DIONISIO CICERI LUCILO CARLOS CICERI            | FAZENDA GUARANI III             | -22 39' 57,84830" | -54 55' 17,57150" |
| 57 | 022-B | AGROPECUÁRIA BOICARÁ LTDA                               | FAZENDA PEROLA                  | -22 42' 26,97000" | -54 56' 53,37636" |
| 58 | 023-B | ÁUREA BRIGANO MARIOT E OUTRAS                           | FAZENDA NOVO HORIZONTE          | -22 41' 29,24339" | -54 56' 45,97869" |
| 59 | 024-B | ANTONIO DIONISIO CICERI LUCILO CARLOS CICERI            | FAZENDA GUARANI                 | -22 41' 23,11488" | -54 57' 55,83015" |
| 60 | 025-B | NINF                                                    | NINF                            | -22 40' 39,99351" | -54 58' 50,54289" |
| 61 | 026-B | FRANCISCO FUMIO UEDA                                    | FAZENDA CANECÃO II              | -22 41' 04,25560" | -54 59' 01,10409" |
| 62 | 027-B | ONÉSSIMO ROQUE CANAPPELE                                | FAZENDA CANECÃO                 | -22 41' 01,43274" | -54 59' 23,96727" |
| 63 | 028-B | MARIA EUNICE ÁVILA DE ROBERTIS                          | FAZENDA SANTA LUZIA             | -22 43' 12,09377" | -54 57' 43,97234" |
| 64 | 029-B | NINF                                                    | NINF                            | -22 44' 41,24084" | -54 57' 07,36874" |
| 65 | 030-B | OSCAR MARTINS                                           | FAZENDA RANCHO IGUAÍ            | -22 56' 29,91865" | -55 01' 24,04176" |
| 66 | 031-B | NINF                                                    | FAZENDA RANCHO TCHÊ             | -22 56' 40,74358" | -55 00' 51,98792" |
| 67 | 032-B | NEICI ANTUNES FERRAZ                                    | FAZENDA PASTOREIO               | -22 56' 47,56974" | -54 59' 45,16360" |
| 68 | 033-B | MARCOS REZENDE ANDRADE                                  | FAZENDA SANTA RITA              | -22 56' 04,56544" | -55 00' 27,91261" |
| 69 | 034-B | DIAS                                                    | FAZENDA TRÊS IRMÃOS             | -22 58' 20,04932" | -55 00' 55,38892" |
| 70 | 035-B | SERGIO SACOMAM                                          | SÍTIO NOVA CONQUISTA            | -22 58' 21,35651" | -55 01' 00,15015" |
| 71 | 036-B | ELAMAR PARTICIPAÇÕES E AGROPECUÁRIA LTDA.               | FAZENDA JANÁINA                 | -22 59' 39,01328" | -54 59' 07,65897" |
| 72 | 037-B | AGROPECUÁRIA SANTA MARIANA LTDA.                        | FAZENDA NOSSA SENHORA APARECIDA | -23 00' 03,15105" | -54 59' 21,80554" |
| 73 | 038-B | CLARA MARIA DE PAULA GERALDO BELLODI E OUTROS           | FAZENDA ALVORADA                | -22 58' 33,21823" | -54 56' 44,35257" |
| 74 | 039-B | LAUDICÉIA MILANEZ BELLODI E OUTROS                      | FAZENDA CASCAVEL                | -22 58' 48,15930" | -54 55' 33,60280" |
| 75 | 040-B | NANCI MARA MANIGLIA NASCIMENTO                          | FAZENDA ALABAMA                 | -22 58' 28,70105" | -54 55' 15,05281" |
| 76 | 042-B | MICHEL                                                  | FAZENDA JAGUARI                 | -22 56' 50,21667" | -54 55' 10,48102" |

|    |       |                                                   |                                       |                   |                   |
|----|-------|---------------------------------------------------|---------------------------------------|-------------------|-------------------|
| 77 | 043-B | NINF                                              | FAZENDA TAHITI                        | -22 56' 33,14887" | -54 54' 24,05580" |
| 78 | 044-B | GUILHERME BERLITZ                                 | FAZENDA SÃO MIGUEL                    | -22 54' 02,19918" | -54 53' 28,84639" |
| 79 | 045-B | ANTONIO BRIDA                                     | FAZENDA RANCHO PINDÓ                  | -22 54' 32,98929" | -54 53' 55,71287" |
| 80 | 046-B | CARLOS ODILSON DE LIMA                            | FAZENDA SÃO FERNANDO                  | -22 55' 59,11315" | -54 51' 13,59274" |
| 81 | 047-B | AGROPECUÁRIA CASCAVEL LTDA                        | FAZENDA CASCAVEL                      | -22 58' 48,15930" | -54 55' 33,60280" |
| 82 | 048-B | ARISTIDES BELLODI NETO E ELIZABETH HELENA BELLODI | FAZENDAS DOIS IRMÃOS E DOIS IRMÃOS II | -22 58' 48,15930" | -54 55' 33,60280" |
| 83 | 049-B | ANTONIO ALCEU BELLODI                             | FAZENDA SANTO ANTONIO GLEBAS A E B    | -22 58' 48,15930" | -54 55' 33,60280" |
| 84 | 050-B | NORMA RIBEIRO ÁVILA DE OLIVEIRA E SILVA           | FAZENDA CACHOEIRA                     | -22 43' 12,09377" | -54 57' 43,97234" |
| 85 | 051-B | SOLANGE ÁVILA MURAD                               | FAZENDA OURO PRETO                    | -22 43' 12,09377" | -54 57' 43,97234" |
| 86 | 052-B | FAUSTO RIBEIRO DE ÁVILA                           | FAZENDA PIRATINI                      | -22 43' 12,09377" | -54 57' 43,97234" |
| 87 | 053-B | NORMA RIBEIRO ÁVILA DE OLIVEIRA E SILVA           | FAZENDA SANTA CLARA                   | -22 43' 12,09377" | -54 57' 43,97234" |

## VII – SÉTIMA PARTE – CONCLUSÃO E DELIMITAÇÃO

Os ascendentes dos atuais Kaiowá e Guarani de Mato Grosso do Sul foram “encontrados” pelas frentes de colonização que adentraram pontos esparsos de seu território de ocupação tradicional, a partir do século XVIII. A Terra Indígena Dourados/Amambaípegua I, de que trata o presente relatório, fica no interior desse território, atestando a profundidade e continuidade histórica da ocupação. Os primeiros registros produzidos pelas frentes de expansão colonial dão conta de que, naquela época, tais indígenas ocupavam um amplo território na parte sul do atual Estado de Mato Grosso do Sul. Viviam em mais de uma centena de comunidades - *tekoha*, vinculadas entre si por amplas redes de trocas matrimoniais, alianças políticas e participação conjunta em eventos festivos e rituais. O território ocupado por um conjunto de comunidades, formando uma rede de comunidades aliadas, é denominado de *tekoha guasu*. A população de cada comunidade era composta por parentes próximos e dificilmente ultrapassava uma centena de pessoas. Sempre foram eficientes agricultores, o que lhes assegurava farta alimentação de origem vegetal, complementada pela caça, pesca e coleta, principais fontes de proteína animal e vitaminas.

A colonização efetiva do território tradicional kaiowá e guarani em Mato Grosso do Sul só ocorreu a partir da penúltima década do século XIX e desconsiderou os direitos territoriais indígenas. Uma questão que sempre intriga os historiadores da região é entender como uma população indígena tão numerosa pôde ser destituída de seu território de maneira tão brutal. O resultado foi que a maior parte da população das comunidades acabou recolhida em oito pequenas reservas demarcadas pelo SPI entre os anos de 1915 e 1928, sendo que essas áreas perfaziam um total de apenas 18.124 ha (Brand, 1997). As terras, das quais as comunidades foram expulsas, acabaram liberadas para a colonização, sendo requeridas por particulares, que as adquiriram por compra junto ao antigo estado de Mato Grosso.

A política indigenista oficial, praticada até o período anterior à atual Constituição (1988), propunha a integração e a assimilação como destino irrefutável para a população indígena. Dessa forma, não fazia sentido assegurar aos Kaiowá e Guarani espaços suficientes para viverem segundo seus usos, costumes e tradições, já que eles facilmente se convenceriam de que o melhor destino seria se integrarem enquanto trabalhadores nacionais. O tempo demonstrou a falência do projeto integracionista e mais de meio século de política assimilacionista não foi suficiente para

demover os indígenas de sua identidade étnica. Mesmo precariamente territorializados, seguiram praticando sua cultura, até que a Constituição de 1988 veio garantir-lhes o direito à diversidade cultural e aos territórios de ocupação tradicional. A democratização da sociedade brasileira, o surgimento dos novos movimentos sociais e o reordenamento jurídico são processos que favoreceram a visibilidade das reivindicações territoriais dos Kaiowá e Guarani em Mato Grosso do Sul.

A mudança do tratamento dispensado à população indígena pelo Estado e pela sociedade brasileira tem seu marco principal na Constituição de 1988, mas acontece de modo gradual, repleto de indefinições e hesitações. Até a década de 1990, alguns funcionários da FUNAI em Mato Grosso do Sul ainda estavam envolvidos diretamente no deslocamento de famílias kaiowá e guarani de suas terras tradicionais para o interior das reservas, como nos fatos relatados neste relatório a respeito do histórico de expropriação da terra ocupada pela comunidade de Laguna Joha, no município de Amambai.

As pesquisas do historiador Antônio Brand (Brand 1993; 1997) demonstram a submissão da política indigenista aos interesses da economia regional e da especulação imobiliária. A titulação de terras em nome de particulares desconsiderou a legislação em vigor na época. Isto porque a Constituição de 1934, em seu artigo de n. 154, já estabelecia que “Será respeitada aos silvícolas a posse das terras em que se achem localizadas em caráter permanente, sendo-lhes, porém, vedada a alienação das mesmas”. De modo semelhante, a Constituição de 1946, em seu artigo 216, assegurava o direito indígena à terra, estabelecendo que “será respeitada aos silvícolas a posse das terras onde se achem permanentemente localizados, com a condição de não se transferirem”. As garantias territoriais foram mantidas e ampliadas nas Constituições que se seguiram. Mesmo o Estatuto do Índio de 1973, ainda à espera de revisão à luz da atual Constituição, assegurava os direitos territoriais de populações que, como os Kaiowá e Guarani, viviam em suas terras de ocupação tradicional.

Na Parte I do presente relatório ficou demonstrado que a Terra Indígena Dourados/Amambaipegua I está situada nas bacias dos rios Amambai e Dourados. Isto significa que está inserida no território tradicionalmente ocupado por comunidades kaiowá e guarani, como atestam fontes documentais desde o período colonial (Brand 1993: 18-9; Meliá, Grünberg & Grünberg 1976:168; Martins 1987: 01, entre outros). No século XIX, a documentação sobre a Guerra da Tríplice Aliança e a Comissão de

Delimitação das Fronteiras entre Brasil e Paraguai também atesta a presença dos Kaiowá e Guarani no sul de Mato Grosso do Sul. No início século XX, novamente aparecem as referências aos Kaiowá e Guarani, como se pode notar no relatório de um funcionário do SPI que trabalhou na região:

Essas tribus são à dos Caiuás, que habitam os vales dos rios Brillhante, pela margem direita, Dourados, Gunimbé-pery, Amambay, Paunduhy, Yjouy e Iguatemy, até a foz desces no Paraná (Barbosa, 1927 CXXIV) [grifos nossos].

Os vales dos rios acima registrados, ocupados por comunidades kaiowá e guarani até o início do século XX, somavam vários milhões de hectares. Esse território encontra-se totalmente ocupado por empreendimentos rurais e cidades. As áreas delimitadas e propostas para a demarcação foram identificadas com base nos critérios constantes no Artigo 231 da CF, por isso, consideradas imprescindíveis para a reprodução física e cultural, de acordo com o princípio constitucional.

Os dados apresentados neste relatório permitem concluir que as áreas de terras atualmente reivindicadas pelas comunidades kaiowá e guarani da Terra Indígena Dourados/Amambaipegua I caracterizam-se como terras de ocupação tradicional indígena, perfeitamente contempladas nos termos do Art. 231 da Constituição Federal. Os registros etnográficos foram minuciosamente compostos pela combinação de procedimentos científicos de pesquisa em antropologia, compreendendo o entrecruzamento de métodos de registros genealógicos, pesquisa documental, histórias de vida e análise de narrativas sobre trajetórias individuais das famílias nucleares e das parentelas. Desta forma foi possível atestar que as atuais comunidades que reivindicam a demarcação são compostas por pessoas kaiowá remanescentes ou descendentes das mesmas comunidades étnicas que aí viviam no passado, quando ocupavam integralmente as terras agora reivindicadas, de acordo com seus usos e costumes. A interrupção da posse se deu por remoção forçada das famílias, obrigadas a deixarem suas terras por uma série de artifícios e violências, perpetradas por particulares e às vezes por funcionários do próprio SPI/FUNAI. Tais ações foram praticadas desde as primeiras décadas do século XX e se prolongaram até a década de 1970, como no caso da comunidade de Km 20, ou mesmo até a década de 1990, como no caso da comunidade de Laguna Joha, documentados na Parte II do presente relatório.

Foi possível demonstrar a existência de uma espécie de consenso tácito entre setores da sociedade regional, que se confrontam diretamente com os indígenas, voltado

para a construção da invisibilidade das comunidades kaiohá e guarani que se encontravam (encontram) fora das reservas. O consenso tinha e tem por objetivo negar a existência dessas comunidades enquanto sujeitos coletivos com vínculos históricos, sociais e cosmológicos com suas terras de ocupação tradicional. Assim, as fontes documentais foram questionadas objetivando esclarecer: a) quem escreveu (quais os agentes históricos envolvidos); b) por que escreveu (a que interesses atendia); e c) a maneira como foram coletados os dados que entram na composição do documento. O esforço é não apenas ler o texto, mas olhar sobre os ombros de quem escreve e vislumbrar o cenário histórico que inspira sua escrita.

Igualmente reveladores são as ausências e os silêncios presentes nos registros documentais. Eles se somam à intenção de ocultamento das comunidades indígenas. Dezenas de comunidades foram deslocadas para as reservas, mas os funcionários do SPI/FUNAI se empenharam em diluí-las na pretensa unidade administrativa do posto, impondo a máxima de que “lugar de índio é na reserva”. Invisibilizadas também ficaram as comunidades ou segmentos de comunidades que permaneceram trabalhando em fazendas, implantadas no território de ocupação tradicional de suas próprias comunidades e que passaram a ser denominados como ‘índios de fazenda’. Impõe-se a definição da identidade a partir do território: o “índio de reserva” vive em terras destinadas ao confinamento dos indígenas, onde o Estado aplicaria uma série de recursos e procedimentos visando sua assimilação; enquanto que o “índio de fazenda” vive em propriedades particulares, numa condição só justificada pela prestação de serviços aos proprietários.

A comparação das histórias de vida revelou uniformidade quanto aos nomes dos locais e de seus antigos moradores, mesmo em se tratando de indígenas que residem atualmente distantes entre si e não se visitam há vários anos. Estes dados foram checados também através da aplicação de outros procedimentos metodológicos de pesquisa de campo em antropologia<sup>62</sup>. O estudo constatou ainda que os Kaiowá e Guarani das comunidades descritas no presente relatório são detentores de uma considerável capacidade de memorizar a geografia de seu território, não tendo a mínima dificuldade em identificar os locais que haviam descrito verbalmente antes que visitássemos vários locais da Terra Indígena Dourados-Amambaipegua I, cujo acesso é

---

<sup>62</sup> Utilizei principalmente o método genealógico e o cruzamento com as informações etnográficas registradas na literatura sobre os Kaiowá e Guarani.

facilitado por centenas de quilômetros de rodovias federais e estaduais e por uma enorme malha de estradas municipais e vicinais, que servem de acesso às propriedades rurais.

Vários documentos produzidos por funcionários do SPI/FUNAI e discutidos na Parte I do relatório, dão conta da insistência de muitas comunidades em permanecer nos locais onde residiam, recusando o deslocamento para as reservas. Alguns funcionários tentaram assegurar a permanência dessas comunidades em suas terras de ocupação tradicional, como no caso das seguidas tentativas do antropólogo Alceu Cotia Maris para demarcar a terra ocupada pela comunidade de K20, no atual município de Laguna Carapã, no início da década de 1970. Entretanto, essas iniciativas tinham poucas chances de prosperar, e acabaram sempre prevalecendo os interesses dos particulares. A maioria dos funcionários do SPI/FUNAI e mesmo missionários se empenharam em transferir as comunidades kaiowá e guarani para as reservas, sempre com a promessa de lá receberem assistência social (saúde, educação, ferramentas, etc.) e orientação religiosa.

Em 1948, Joaquim Fausto Prado, servidor do SPI, realizou levantamento sobre a situação da população kaiowá e guarani no atual sul do Mato Grosso do Sul. Ele registra em seu Relatório as difíceis condições de trabalho nos ervais a que ainda era submetida a população indígena, e a persistência de conflitos fundiários, intensificados naquele período com a chegada de levas de fazendeiros vindos de outros estados. Relata ainda a voracidade da exploração imobiliária, pois os novos requerentes de terras se instalavam em terras indígenas, desmatando áreas cada vez maiores para a implantação de atividades agropastoris. Para Prado “Os índios que ocupam essas terras negam-se a deixa-las e os invasores usam de todos os expedientes possíveis para expulsá-los ou para servirem-se deles como mão-de-obra em condições de servidão. (Prado, 1948: 121. [relatório reproduzido] *In*: Monteiro, 2003). Assim, o SPI tinha pleno conhecimento de que as demarcações por ele realizada não contemplavam os direitos de posse de inúmeras comunidades. As últimas demarcações de reservas indígenas pelo SPI foram realizadas em 1928. Prado escreve em 1948, vinte anos depois, e identifica que seguia a expropriação das terras dos Kaiowá e Guarani. Só para lembrar, entre 1928 e 1978, ou seja, em cinquenta anos, nenhuma terra indígena kaiowá e guarani foi reconhecida em Mato Grosso do Sul. A memória dos índios da região registra esse período como o mais triste de sua história.

O mesmo autor registra ainda que: “Seria muito conveniente, a nosso ver, a elaboração de um plano de legalização definitiva de todas as terras de Índios da I. R. 5, destacando para realiza-lo parte da verba de Auxílio dos Índios” (Prado, 1948: 121, *In*: Monteiro, 2003). No final da década de 1940, a sugestão de Prado não teve ressonância no ambiente político da época. A proposta caiu em esquecimento e os Kaiowá e Guaraní continuaram a serem expropriados de suas terras. Em 2008, o Compromisso de Ajustamento de Conduta – CAC, proposto pelo MPF, reabilita proposição idêntica, como idênticos são também os entraves e empecilhos de toda ordem para, finalmente, regularizar tais terras.

A análise da legislação que regia a atuação do SPI permite concluir que esse órgão foi omissor. Como atesta Magalhães, no relatório preliminar para a identificação da Terra Indígena Taquara: “o regulamento do SPI obrigava-o a reconhecer a posse das terras ocupadas pelos índios e a proceder ao levantamento estatístico geral da população indígena” (Magalhães 2004: 37). Nessa parte do relatório a autora cita vários itens do Art. 2. do Regulamento do SPI que vale a pena aqui reproduzir e comentar. No item 2 estabelece como diretriz de sua atuação “garantir a efetividade da posse dos territórios ocupados por índios, e, conjuntamente, do que neles se contiver...”. Entretanto, no item 12, registra como diretriz “promover, sempre que for possível, e pelos meios permitidos em direito, a restituição dos terrenos que lhes tenham sido usurpados”. A expressão “sempre que possível” pode ter dado margem para que certos funcionários do SPI encontrassem um subterfúgio para ceder às pressões de requerentes de terras ocupadas tradicionalmente por comunidades indígenas.

Aos Kaiowá e Guaraní passaram a viver como “índios de fazenda”, impunha-se o modelo de interação característico da ‘situação de fazenda’, envolvendo índios peões, peões regionais, administradores e fazendeiros. A posição de estatus diferenciado entre esses diversos agentes instituía um sistema hierárquico, cujo funcionamento dependia do domínio de uma série de códigos sociais e no reconhecimento recíproco dos papéis sociais atribuídos a cada um desses segmentos. A situação de “índio de fazenda” obrigava os Kaiowá e Guaraní a ocuparem a posição de subalternidade, inferioridade social e cultural, ou mesmo a condição de intruso num espaço e ambiente que não seria seu.

O imaginário do cenário multiétnico regional em Mato Grosso do Sul contrapõe os “índios de fazenda” aos “índios de reserva”, esses últimos vivendo sob o

sistema organizativo instituído pelo SPI/FUNAI. A reserva se organizava a partir de um sistema hierárquico, cujo topo era ocupado pelo funcionário não indígena, chefe ou encarregado do posto. Tal funcionário dispunha de comandados indígenas, por ele nomeado, capitão, sargento, cabos, polícias, etc. A organização da reserva implicava ainda na imposição de submissão ou aceitação obrigatória da presença e interferência de instituições responsáveis pela educação escolar, saúde, religião (missionários), etc.

Na fazenda o indígena estava livre desse controle, o interesse maior era pela sua força de trabalho, exigindo a prestação de serviços, na maioria das vezes impondo-lhes empreitadas de derrubada de mata, roçadas, plantio de pasto, construção de cercas, etc. em troca de baixa remuneração e mercadorias superfaturadas. Por outro lado, na fazenda, desfrutavam de relativa autonomia sobre outros campos de sua vida social, podendo em grande medida praticar as formas de sociabilidade próprias a sua cultura, tais como: falar a língua, educar suas crianças, praticar suas rezas com certa discricção, coletar, caçar e pescar, sempre com o cuidado de não prejudicar as atividades produtivas requeridas pela fazenda. De certa forma, para os agentes não indígenas envolvidos no cenário da fazenda, os comportamentos dos Kaiowá e Guarani, embora fossem considerados exóticos e extravagantes, atestavam a situação de inferioridade cultural desses índios e legitimavam a posição de poder por eles ocupada no sistema multiétnico regional. Isto permitia que os “peões regionais” se sentissem culturalmente superiores aos “peões indígenas”, embora vivessem sob o mesmo sistema de dominação. Em ambos os cenários, reserva ou fazenda, os Kaiowá e Guarani ocupavam posições subalternas em relação àqueles que se instalaram em seu território.

Os Kaiowá e Guarani das comunidades descritas no presente relatório viveram, em sua maioria, exilados do controle efetivo de suas terras por várias décadas. Isto, é claro, implicou em sérios prejuízos, danificando formas de sociabilidade aí instituídas, como revelou a descrição da trajetória de várias parentelas descritas na Parte II. Esses prejuízos não podem ser minimizados, mas não implicaram na dissolução do sentimento de pertencimento a uma comunidade específica. As famílias, vivendo dispersas por reservas, fazendas e periferias de cidades da região sul de Mato Grosso do Sul, sempre procuraram/procuram manter entre si um mínimo de interação comunitária e, principalmente, a viva memória das relações que configuravam a comunidade no período anterior à expulsão da Terra. É a permanência desses vínculos que tornou

possível rearticular a conformação social das comunidades, processo que conta com participação efetiva da memória dos líderes de parentelas mais idosos.

Os acontecimentos relativos à história recente dessas comunidades, como os acampamentos e tentativas de recuperação da posse, expostos ao longo do relatório, evidenciam a determinação desses Kaiowá e Guarani em retomar o controle da terra onde viveram seus antepassados e onde nasceram os membros mais velhos do grupo. Fica evidente, também, a grande familiaridade com as características do ambiente e a importância destes lugares para a memória do grupo. A maneira como a territorialidade fornece elementos para a construção e manutenção da memória coletiva de um determinado grupo social é descrita por Halbwachs nos seguintes termos:

os lugares participam da estabilidade das coisas materiais e é baseando-se neles, encerrando-se em seus limites e sujeitando nossa atitude à sua disposição, que o pensamento coletivo do grupo tem maior oportunidade de se eternizar e de durar: esta é realmente a condição da memória (Halbwachs 1990: 159-160).

Assim, retomar o controle sobre o trânsito e o uso da terra significa, para esses indígenas, recompor sua autonomia, revitalizar as formas de sociabilidade de sua comunidade e o controle sobre sua história.

O estudo ambiental da Terra Indígena Dourados/Amambaipegua I apresenta uma lista sumária de alguns recursos naturais ainda disponíveis no local, que os Kaiowá e Guarani efetivamente conhecem e deles fazem uso, de acordo com seus saberes tradicionais. O léxico zoobotânico e etnobotânico inclui grande número de animais e plantas, especificando suas características, propriedades e formas de uso particularidades, práticos e rituais. Os recursos de plantas nativas e animais, presentes basicamente nas estreitas faixas das matas ciliares e nos pequenos capões de mato deixados como reserva florestal, são necessários à sobrevivência física e à reprodução cultural do grupo. O relatório também aponta para a necessidade de um plano de manejo e recomposição desses recursos, já que sobraram poucas terras que não foram totalmente alteradas pelo desmatamento. Estes locais podem servir como bancos de semente para ampliação das áreas de vegetação nativa.

A toponímia em língua guarani revela uma profunda familiaridade dos Kaiowá e Guarani com os locais das antigas roças, residências, cemitérios, itinerários de caça, coleta, pesca e referências míticas. Foi possível identificar também que o conhecimento e nomeação do território têm uma relação direta com a história das parentelas que

tradicionalmente habitam essas localidades. Assim, a trajetória histórica dos grupos familiares se inscreve na nominação de diversos locais de ocupação. Tal fato é explicitado em denominações como Javorai Kue, quando os membros atuais das comunidades se utilizam de lideranças de grande expressão no passado para identificar os locais onde viveram com suas comunidades.

A maneira como as comunidades aqui descritas dispunham os locais de residência das parentelas, no período anterior à remoção da comunidade, é perfeitamente condizente com o modelo de estruturação dos módulos organizacionais, característicos de comunidades kaiowá e guarani, conforme descrito na bibliografia etnológica sobre essas etnias (Melià, Grünberg & Grünberg 1976; Pereira 1999 e 2004). A despeito das décadas de exílio do território, essas unidades mantiveram os elementos básicos de sua organização - e, principalmente, a memória das relações -, e hoje as famílias buscam recompor seu *tekoha* dentro do espaço onde sempre viveram desde tempos imemoriais. A composição e distribuição espacial dos módulos organizacionais, tais como o fogo doméstico e a família extensa, evidenciam que a organização social das comunidades descritas apresenta uma moldura territorial. Este é o motivo pelo qual a saída da Terra representou o comprometimento de uma série de mecanismos de reprodução social, pois, no período do exílio, muitas famílias tiveram sua configuração alterada. A retomada da convivência das famílias e das parentelas nos últimos anos, a partir da construção de acampamentos ou reocupação parcial da terra, atualizou formas de sociabilidade, como práticas rituais, casamentos e festas. Em decorrência disso, os Kaiowá e Guarani da Terra Indígena Dourados/Amambaipegua I demonstram o firme propósito de não mais deixarem a terra, sejam quais forem os motivos.

A situação de crise social vivida pelos índios kaiowá e guarani em Mato Grosso do Sul adquiriu projeções nacionais e internacionais, tornando visível o quadro de miséria, conflitos agrários, violência interna nas reservas, desnutrição e suicídios. Essa crise não se resolverá apenas com programas de assistências social, mas exige a demarcação de parcelas das terras das quais, num passado recente, comunidades como as aqui descritas, foram expulsas por ações ilegais ou criminosas. Somente medidas suficientes para garantir uma vida mais digna para os Kaiowá e Guarani serão capazes de assegurar a convivência pacífica na região. A recomposição das relações de sociabilidade e a reprodução da vida social, de acordo com seus usos, costumes e tradições, exige a demarcação das terras tradicionalmente ocupadas. O reconhecimento

dos direitos territoriais é a condição imprescindível à sobrevivência dos Kaiowá e Guarani enquanto grupo étnico. Para eles o uso da terra não se resume à sua exploração econômica, tendo um valor cosmológico, de sobrevivência física e cultural.

Os dados descritos e analisados ao longo deste relatório demonstram, sobejamente, que os Kaiowá e Guarani foram comprovadamente removidos de suas terras de ocupação tradicional. A remoção se deu por ações irregulares de agentes do SPI, em afronta direta ao princípio da irremovibilidade das terras das quais mantinham posse e usufruto exclusivos. Manter essas comunidades fora de suas terras implica em perpetuar injustiças, uma vez que prejuízos decorrentes de erros cometidos por autoridades públicas no passado não podem recair sobre os mesmos índios que sofreram tais agravos.

Por fim, cabe concluir que Terra Indígena Dourados/Amambaipegua I se enquadra perfeitamente no conceito de Terra Indígena, segundo o estabelecido na Constituição Federal no parágrafo 1º do artigo 231, onde afirma que:

São terras tradicionais ocupadas pelos índios as por eles habitadas em caráter permanente, as utilizadas para suas atividades produtivas, as imprescindíveis à preservação dos recursos ambientais necessários a seu bem estar e as necessárias à sua reprodução física e cultural, segundo seus usos, costumes e tradições.

O abandono da posse foi compulsório e por meio violentos. Inconformados com a situação de esbulho territorial suas comunidades, muitos líderes procuram todos os meios legais de que têm conhecimento para retomar suas terras: acampam, fazem recuperação de posse, pressionam a FUNAI e o MPF, buscam aliados na sociedade civil organizada. No período em que viveram fora de suas terras, a cobertura vegetal e a fauna sofreram o forte impacto da ocupação agropecuária, mas isto não retira a legitimidade do direito de ocupação das terras pelos índios. Os Kaiowá e Guarani encaram as alterações no ambiente como “mais um prejuízo” que terão que enfrentar e acreditam que, se os brancos forem retirados e eles retornarem para seu antigo lugar, “os rezadores (xamãs) vão rezar para o mato crescer e para trazer os bichos de volta”.

Ficou evidenciado também que os Kaiowá e Guarani ocupavam em caráter permanente - até o início da década de 1940 e, em alguns casos, até período bem mais recente - toda a terra identificada e delimitada no presente relatório. Essa ocupação era realizada segundo suas formas tradicionais de residência, em pequenos grupos locais ou parentelas, distribuídos ao longo de cursos d'água, onde desenvolviam atividades de

subsistência (roça, caça, pesca e coleta) e rituais, de acordo com seus usos, costumes e tradições.

Foi possível demonstrar também que as pessoas que estão mobilizadas em torno da reivindicação da demarcação constituem, de fato, comunidades com vínculos históricos reconhecíveis com as áreas que reivindicam. Assim, é possível concluir, favoravelmente, pelo direito dos Kaiowá e Guaraní de reaver a Terra Indígena Dourados/Amambaipegua I, já que se constata: a) a identidade dos diversos grupos mobilizados em torno da demanda da terra, enquanto comunidades indígenas estruturadas segundo seus usos e costumes tradicionais; b) a permanência cultural, pois esses Kaiowá e Guaraní insistem em manter seu modo de ser, e a reivindicação do território cumpre, justamente, a exigência de reaverem o espaço físico para continuarem realizando suas práticas culturais; c) a presença tradicional, antiga e continuada dessas comunidades na área delimitada como Terra Indígena Dourados/Amambaipegua I.

Prof. Dr. Levi Marques Pereira

Antropólogo-Coordenador do GRUPO TÉCNICO

## BIBLIOGRAFIA

- AB'SABER, A. N. A organização natural das paisagens inter e subtropicais brasileiras. In: **III Simpósio sobre o Cerrado**. Coord. Mario Guimarães Ferri. Ed Edgar Blücher Ltda, Edusp. São Paulo, SP. 239 p. 1971.
- ABAS, Associação Brasileira de Água Subterrânea, Estudos Hidrogeológicos URL [http://www.abas.org.br/estudos/hidrogeologia/bacias\\_prov.htm](http://www.abas.org.br/estudos/hidrogeologia/bacias_prov.htm), Arquivo Capturado em AGO/2002.
- ALMEIDA, F. F. M. de. Origem e evolução da plataforma brasileira. Bol. Div. Geol. Min. , Rio de Janeiro, DNPM, (241), 1967.
- ALMEIDA, F. F. M. de. Relevo de “cuestas” na bacia sedimentar do rio Paraná. Bol. Paulista de Geografia, São Paulo (3):21-33, 1949.
- ALMEIDA, M. A. de; STEIN, D. P.; MELO, M. S. de; BISTRICHI, C. A.; PONÇANO, W. L.; HASUY, Y. & ALMEIDA, F. F. M. de Geologia do oeste paulista e áreas fronteiriças dos estados de Mato Grosso do Sul e Paraná. In: Congresso Brasileiro de Geologia, 31. Balneário Camboriú (SC), SBG. (5): 2799-2812, 1980.
- ALMEIDA, S.P.; PROENÇA, C.E.B.; SANO, S.M.; RIBEIRO, J.F. , 1998. Cerrado: espécies vegetais úteis. Planaltina: EMPRAPA-CEPAC.
- ALTIERI, Miguel. Agroecologia: a dinâmica produtiva da agricultura sustentável. 2. ed. Porto Alegre : Ed. Universidade /UFRGS, 2000.
- ALVARENGA, M.I.N. & DAVIDE, A.C. Características Físicas e Químicas de um Latossolo Vermelho-Escuro e a Sustentabilidade de Agroecossistemas. Revista Brasileira de Ciência do Solo, 23: 933-942, 1999.
- ALVIM, P. T. Tecnologias Apropriadas para Agricultura nos Trópicos Úmidos. Centro de Pesquisa do Cacau. Revista Agrotrópica 1 (1) : 5-26. Ilhéus – Bahia – 1989.
- ARRUDA, Gilmar. Heródoto. 1986. In: *Ciclo da erva-mate em Mato Grosso do Sul 1883-1947*. Campo Grande: Inst. Euvaldo Lodi, p.195-310 (Série Histórica. Coletânea).
- ARRUDA, Gilmar. Heródoto. 1997. **Frutos da terra. Os trabalhadores da Matte Larangeira**. Editora UEL, Londrina.
- BARBOSA DA SILVA, Alexandra. 2007. Mais Além da “Aldeia”: Território e redes sociais entre os Guarani de Mato Grosso do Sul. Tese de Doutorado em Antropologia. Museu Nacional. UFRJ. Rio de Janeiro. 256p.
- BARBOSA, Cerenio Pimentel. 1927. Relatório apresentado pelo auxiliar Cerenio Pimentel Barbosa ao Sr. Dr. Antônio Martins Vianna Estigarribia, Inspetor do Serviço de Proteção aos Índios do Estado de Matto-Grosso, sobre serviços procedidos em anno de 1927.
- BENITES, Tônico. 2009. *A escola na ótica dos Ava Kaiowá: impactos e interpretações indígenas*. Rio de Janeiro: UFRJ/ PPGAS, (Dissertação de Mestrado).
- BIANCHINI, Odálea C. Diniz. **A Companhia Matte Larangeira e a ocupação da terra do sul de Mato Grosso (1880-1940)**. Campo Grande: Ed. UFMS, 2000, 264 páginas.
- BRAND, A. J. 1993. *O confinamento e seu impacto sobre os Pai-Kaiowá*. Porto Alegre.Dissertação (mestrado) Pontifícia Universidade Católica de Porto Alegre.
- BRAND, A. J. 1997. O impacto da perda da terra sobre a tradição kaiowá/guarani: os difíceis caminhos da palavra. Porto Alegre.Tese (doutorado em História) - PUC/RS.

- BRAND, A. J. 2000. Os Kaiowá/Guarani no Mato Grosso do Sul e o processo de confinamento: a “entrada dos nossos contrários”. In: CONSELHO INDIGENISTA MISSIONÁRIO; Regional Mato Grosso do Sul; Comissão pró-índio de São Paulo; Ministério público Federal 3ª Região. **Conflitos de direitos sobre as terras Guarani e Kaiowá no estado de Mato Grosso do Sul**. P. 93-131. São Paulo: Palas Athena, 487 páginas.
- BRAND, A. J. 2001. “O bom mesmo é ficar sem capitão”: o problema da “administração” das reservas indígenas Kaiowá/Guarani, MS. **Tellus** / Núcleo de Estudos e Pesquisas das Populações Indígenas-NEPPI, Campo Grande, UCDB, ano 1, n.1, p.67-88.
- BRAND, A. J. 2003. *A Aldeia Taquara*. In: Revista **Tellus**. Ano 3 n.4 abril de 2003. UCDB. Campo Grande, MS.
- BRAND, A. J. 2003. Biodiversidade, sócio-diversidade e Desenvolvimento: os Kaiowá e Guarani no Estado de Mato Grosso do Sul. In: **Fragmentação Florestal e Alternativas de Desenvolvimento Rural na Região Centro-Oeste**. Reginaldo Brito da Costa (org.), Campo Grande: UCDB, p.175-204.
- BRASIL, Ministério das Minas e Energia. Secretaria-Geral. Projeto RADAMBRASIL – 1:1.000.000. Folha SF.21. Campo Grande; geologia, geomorfologia, pedologia, vegetação e uso potencial da terra. Rio de Janeiro, 1982.
- BRASIL, Ministério do Exército. Divisão de Serviço Geográfico. Região Centro Oeste do Brasil – 1:100.000. Folha SF.21-Z-B-II e SF.21-Z-B-V Dourados e Caarapó. Carta Topográfica Planialtimétrica. 3ª reimpressão, 1984.
- BRASIL. Ministério do Meio Ambiente. Plano de Conservação da Bacia do Alto Paraguai.. Brasília, DF. 1997.
- BROCHADO, José Proenza. 1982. Desarrollo de la tradición cerámica tupi guaraní (A . D. 500-1800). In: *Anais I Simpósio Nacional de Estudos Missionários*. 1975: 76-154. *A experiência reducional no Sul do Brasil*. Santa Rosa.
- BROWN, A. D.; CHALUKIAN S.C. & MALMIERRA, L.M. Estudio florístico-estructural de un sector de selva semidecidua del noroeste argentino. I. Composición florística, densidad y diversidad. *Darwiniana*. 26(1-4):27-41. 1985.
- CABRERA, A.L. Regiones fitogeográficas argentinas. Encl. Arg. Agric. Y Jard. 2:1-85, 1976.
- CADOGAN, León. 1962. Aporte a la Etnografía de los Guaraní del Amambái, Alto Ypané. *Revista de Antropología*, V. X, n1 1-2, São Paulo, p. 43-91.
- CAMPESTRINI, Hildebrando, GUIMARÃES, Acyr V. 1991. *História de Mato Grosso do Sul*. Campo Grande/Brasília.
- CAVALCANTE, Thiago Leandro Vieira. 2013. *Colonialismo, Território e Territorialidade: a luta pela terra dos Guarani e Kaiowa em Mato Grosso do Sul*. Tese apresentada à Faculdade de Ciências e Letras de Assis – UNESP – Universidade Estadual Paulista Assis, SP.
- CHAUÍ, Malileia. *Prefácio*. In: SADER Éder. 1998. *Quando novos personagens entram em cena*. Ed. Paz e Terra. Rio de Janeiro.
- CERRI, C.C. VOLKOFF, B. EDUARDO, B.P. Efeito do Destamento sobre a Biomassa Microbiana em Latossolo Amarelo da Amazônia. *Revista Brasileira de Ciência do Solo* 9:1-4, 1985.
- CLASTRES, Pierre. 1978. *A Sociedade contra o Estado*, Livraria Francisco Alves. Editora S.A. Rio de Janeiro.
- COLMAN, R. S, BRAND A. J. Território para os Kaiowá e Guarani. Programa Kaiowá/Guarani. Universidade Católica Don Bosco – UCDB, 2003. Mato Grosso do Sul.

- CORDEIRO, D. G, BATISTA E. M. Utilização de Plantas Indicadoras Para Identificação de Níveis de Compactação dos Solos. Comunicado Técnico nº 100, EMBRAPA, 1999.
- CORRÊA FILHO, Virgílio. 1939. Mato Grosso. 2ª Ed. Rio de Janeiro: Coeditora Brasília.
- CORREA, Lúcia Salsa. 1999. *História e fronteira*. O sul de Mato Grosso, 1870-1920. Campo Grande: Ed. UCDB.
- CORRÊA, Lúcia Salsa. 1999. **História e Fronteira: o Sul de Mato Grosso – 1870-1920**. Campo Grande. Ed: UCDB. 244 páginas.
- CORRÊA, V. B. 1995. *Coronéis e bandidos em Mato Grosso 1889-1943*. Campo Gande, Editora UFMS.
- CUNHA, Manuela Carneiro da. 1987. Os Direitos do Índio, Editora Brasiliense, São Paulo.
- DESCOLA, Philippe. 1988. *La selva culta: simbolismo y praxis en la ecología de los Achuar*. México: Ediciones ABYA-YALA - (IFEA) Instituto Francés de Estudios Andinos.
- DIEGUES A. C.; ARRUDA R. S. V. Saberes Tradicionais e Biodiversidade no Brasil. Brasília: Ministério do Meio Ambiente. São Paulo: USP, 2001.
- DURKHEIM, Émile. 1988. *As Formas Elementares da Vida Religiosa: o sistema totêmico na Austrália*[1912]. São Paulo, Paulinas.
- EITEN, G. Delimitation of the Cerrado concept. **Vegetatio** 36 (3): 169-178. 1978.
- EMBRAPA AMAZÔNIA ORIENTAL - Projeto Tipitamba – Produzir Sem Queimar – Cartilha, 2002.
- EMBRAPA-CPAO Sub-bacia Hidrográfica do Rio Ivinhema: Aspectos físicos, sócio-políticos e bioecológicos. Dourados, 2000.
- EREMITES DE OLIVEIRA, Jorge e PEREIRA, Levi Marques. 2009. Ñande Ru Marangatu: laudo antropológico e histórico sobre uma terra kaiowá na fronteira do Brasil com o Paraguai, município de Antônio João, Mato Grosso do Sul. Editora da UFGD. Dourados, MS.
- FEARNSIDE, P. M. 1993. Deforestation in Brazilian Amazônia: the effect of population and land tenure. *Ambio* 22(8): 537 – 545.
- FEIDEN, A. A dinâmica do nitrogênio em um solo dos Campos Gerais do Paraná sob dois sistemas de cultivo. 1999. 154 f. Tese (Doutorado em Agronomia) – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro.
- FERNANDES, A. & BEZERRA, P. **Estudo Fitogeográfico do Brasil**. Stylus Comunicações, Fortaleza, CE. 205 p.1990
- FERREIRA, Eva Maria Luiz. 2007. A participação dos índios Kaiowá e Guarani como trabalhadores nos ervais da Companhia Matte Laranjeira (1902-1952). Dissertação de Mestrado defendida no Programa de Mestrado em História da Universidade Federal da Grande Dourados – UFGD.
- FIETZ, C.R. & URCHEI, M.A. **Balanço hídrico sequencial da região de Dourados, MS, período de 1979 a 1998**. Embrapa Agropecuária Oeste. Dourados, MS. 25p. 2000.
- FIGUEIREDO, A. A. de o extremo Sul de Mato Grosso. **Guias de excursões i encontro nacional de geógrafos**. IBGE, Presidente Prudente, SP. jul. 1972.
- FIGUEIREDO, A. de **A presença geoeconômica da atividade ervateira**. Tese de Doutorado, Universidade Estadual de São Paulo- UNESP. Presidente Prudente, SP.1967.
- FORNARI, E. Manual Prático de Agroecologia. São Paulo: Aquariana, 2002. 237p.

- FUNAI/DEDOC. 2002. Legislação Indigenista Brasileira e Normas Correlatas, FUNAI, Brasília.
- FURTADO, P.P.; GUIMARÃES, J.G.; FONZAR, B.C.. As regiões fitoecológicas, sua natureza e seus recursos econômicos. Estudo fitogeográfico. In: BRASIL, 1982 Ministério das Minas e Energia. Secretaria Geral. **Projeto RADAMBRASIL. Folha SF 21. Campo Grande**, Rio de Janeiro, RJ. v.28. 1982.
- GABAGLIA, R. G. P. & MILANI, E. J. (Coords.) Origem e Evolução de Bacias Sedimentares. PETROBRAS. 1990.
- GADELHA, Regina M. 1980. As missões jesuíticas do Itatim, estrutura sócio-econômicas do Paraguai colonial-Sec.XVI e XVII. Rio de Janeiro: Paz e Terra.
- GAGLIARDI, José Mauro. 1989. **O Indigenismo e a República**, São Paulo, Hucitec.
- GIDDENS, Anthony. *Para Além da Esquerda e da Direita: o futuro da política radical*. São Paulo: Editora da Universidade Estadual Paulista, 1996.
- GONÇALVES, C. N. & CERETTA, C. A. Plantas de Cobertura de Solo Antecedendo o Milho e seu efeito sobre o carbono Orgânico do solo, sob plantio direto. Revista Brasileira de Ciência do Solo. 23: 307-313, 1999. São Paulo.
- GOW, Peter. 1997. O Parentesco como Consciência Humana: o Caso dos Piro. *IN MANA*, Volume 3, nº 2.(p.39-65) Rio de Janeiro: HELUME & DUMARÁ.
- GRESSLER, L.A. & SWENSSON, L.J. **Aspectos Históricos do povoamento e da colonização do Estado de Mato Grosso do Sul. Destaque especial ao município de Dourados**. 163 p. 1988.
- GUALBERTO, V. MELLO, C. R. NÓBREGA, J. C. A. O Uso do Solo no Contexto Agroecológico: Uma pausa para reflexão. Revista Informe Agropecuário, v. 24, n. 220, p. 18- 28, 2003. Belo Horizonte.
- HAASE, R. & HIROOKA, R. Y. Structure, composition and small litter dynamics of a semi-deciduous forest in Mato Grosso, Brazil. **Flora** 193:141-147. 1998.
- HALBWACHS, Maurice. 1990. *A Memória Coletiva*. São Paulo : Ed. Vértice/Revista dos Tribunais.
- HOMMA, A. K. Meio Ambiente e Desenvolvimento Agrícola. (editor). Embrapa-CPATU – Belém, 1998.
- HUNT, C. B. Geology of Soils. W.H. Freeman, San Francisco. 344p., 1974.
- HUTCHINGS, M.J. Plant population biology. *In Methods in Plant Ecology*, 2<sup>nd</sup> ed. Ed P.D.Moore & S.B. Chapman, p. 377-435. Blackwell Scientific Publications, Oxford. 1985.
- INSTITUTO GEOLÓGICO DE SÃO PAULO – Subsídios para o planejamento regional e urbano do meio físico na porção média da bacia do Rio Piracicaba, SP. Vol. IV (9)455-553. São Paulo, 1995.
- JOÃO, Izaque. 2011. *Jakaira reko nheypyru marangatu mborahéi: origem e fundamentos do canto ritual jerosy puku entre os Kaiowá de Pamanbi, Panambizinho e Sucuri'y, Mato Grosso do Sul*. Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História da Faculdade de Ciências Humanas, da Universidade Federal da Grande Dourados, Dourados, MS.
- KATO, M. S. A. & KATO, O. R. Preparo de Área sem Queima – Uma alternativa para a agricultura de derrubada de Amazônia Oriental: Aspectos agroecológicos. Seminário sobre manejo da vegetação secundária para a Sustentabilidade da Agricultura Familiar da Amazônia Oriental – Belém-Pará, 1999.

- KRONKA, F.J.N.; MATSUKUMA, C.K.; NALON, M.A.; DEL CALI, I.H.; ROSSI, M.; MATTOS, I.F.A ; SHIN-IKE, M.S. e POTINHAS, A. A. S. **Inventário Florestal do Estado de São Paulo**. Instituto Florestal, São Paulo, SP. 1993.
- KUHLMANN, E. A vegetação do Mato Grosso: seus reflexos na economia do Estado. **Revista Brasileira de Geografia**, Rio de Janeiro, RJ. 26(1). 1954.
- LAURINO, A. A. A. et al.. Estudos Integrados do Potencial de Recursos Naturais do Estado de Mato Grosso do Sul. Fundação Instituto de Apoio ao Planejamento. Solos – Vegetação e Aptidão Agrícola das Terras. Campo Grande, 1987.
- LIMA, Antonio Carlos de Souza. **Um grande cerco de paz: poder tutelar, indianidade e formação do Estado no Brasil**. Petrópolis: Vozes, 1995.
- LIMA, Antonio Carlos de Souza. *Um Grande Cerco de Paz*. Tese (Doutorado), 1992, 598 p. (UFRJ) Universidade Federal do Rio de Janeiro.
- LITTLE, Paul E. 2002. Territórios sociais e povos tradicionais no Brasil: por uma antropologia da territorialidade. *Série Antropológica*, n. 322. Brasília. UNB.
- LOURENÇO, Renata. 2009. “A Política Indigenista do Estado Republicano: junto aos índios de Dourados e Panambizinho na área da Educação Escolar (1929 a 1968)”. Dourados, MS. Editora da UEMS.
- LUTTI, Aline Castilho Crespe. Acampamentos indígenas e ocupações: novas modalidades de organização e territorialização entre os Guarani e Kaiowá no município de Dourados-MS (1990-2009). Dissertação de Mestrado defendida no Programa de Mestrado em História da Universidade Federal da Grande Dourados – UFGD.
- MAGALHÃES, Themis Quezado de. 2003. Memorando 191/CDID/DAF, datado de 31 de março de 2003 e intitulado “Subsídios para a contestação do pedido de reintegração de posse de gleba incidente sobre a Terra Indígena Taquara”. FUNAI. Brasília. Mimeo.
- MAGALHÃES, Themis Quezado de. 2004. Relatório preliminar sobre a Terra Indígena Taquara. FUNAI. Brasília. Mimeo.
- MARCHIORI JÚNIOR, M.; MELO, W. J. Carbono, carbono da biomassa microbiana e atividade enzimática em um solo sob mata natural, pastagem e cultura do algodoeiro. *Revista Brasileira de Ciência do Solo*, v.23, n.2, p.257-263, 1999.
- MARTINS, Gilson R. 1987. Relatório de Registro de um Sítio Arqueológico - etnográfico e histórico - na Região de Amambaí - MS, Localizado em uma Área Indígena. Universidade Federal de Mato Grosso do Sul - Dourados.
- MARTINS, José de Souza. 1986. *Não há terra para plantar neste verão: o cerco das terras indígenas e das terras de trabalho no renascimento político do campo*. Rio de Janeiro: Vozes.
- MATO GROSSO DO SUL Estudos Hidrogeológicos de Mato Grosso do Sul. Relatório Técnico SANESUL/TAHAL. 1998 (no prelo)
- MATO GROSSO DO SUL. **Macrozoneamento geoambiental do Estado de Mato Grosso do Sul**: Secretaria de Planejamento, Campo Grande, MS. 1990.
- MATO GROSSO DO SUL. Secretaria de Planejamento e Coordenação Geral. Fundação Instituto de Apoio ao Planejamento do Estado. Macrozoneamento geoambiental do estado de Mato Grosso do Sul. Campo Grande, 242p. 1989.
- MELIÁ, B. et alli. 1987. *O Guarani; Uma bibliografia etnológica*. Santo Angelo, Fundames.
- MELIÁ, B., GRÜNBERG, G., GRÜNBERG, F. 1976. Etnografia Guaraní del Paraguay Contemporáneo: Los Pai-Tavyterã. *Seplemento Antropológico*. Assunción: Centro de Estudios Antropológicos de La Univerdad Católica.

- MELIÁ, Bartomeu. 1988. El Guaraní conquistado y reducido. *Biblioteca Paraguaya de Antropología*, Assunção: CEADUC- Centro de Estudios Antropológicos de la Universidad Católica “N. S. de la Asunción”.
- MELIÁ, Bartomeu. 1990. A terra sem Mal dos Guaraní. In *Revista de Antropologia/USP*, Vol. 33, pp 33/44. SP.
- MELIÁ, Bartomeu. 1990. Los Pãi-Tavyterã del Amambay 15 años después. *500 años del Encuentro de dos Mundos*. Barcelona, p. 1-12.
- MELIÁ, Bartomeu. 1991. Rostros indios de Dios-los amerindios cristianos. Quito: Abya-Yala.
- MELIÁ, Bartomeu. 1992. *La Lengua Guaraní del Paraguay*. Madrid: MAPFRE.
- Ministério de Agricultura, Indústria e Comércio, Filme nº 25 – Registro no Ministério da Justiça nº 156.
- MONTEIRO, Maria Elizabeth Brêa. 1981. Levantamento Histórico do Grupo Indígena Kayoá. Realizado por determinação do Diretor do Departamento Geral do Patrimônio Indígena (DGPI)/Funai-Brasília.
- MONTEIRO, Maria Elizabeth Brêa. Levantamento histórico sobre os índios Guaraní Kaiwá. Rio de Janeiro: Museu do Índio, 2003.
- MONTOYA, A. R. [1939] 1985. Conquista Espiritual feita pelos Religiosos da Companhia de Jesus nas Províncias do Paraguai, Paraná e Tape. Porto Alegre, Martins Livres ed.
- MONTOYA, A. R. 1876. *Arte vocabulário, Tesoro y Catecismo de la Lengua Guaraní*, por Antonio Ruiz de Montoya, publicado nuevamente sin alteración alguna por Júlio Platzmann, 4 tomos. Leipzig, B.G. Terbner.
- MOREIRA, Regina H.T. 1990. Memória Fotográfica de Dourados, UFMS, Centro Universitário de Dourados, Campo Grande, MS.
- MURA, Fábio. *À procura do “bom viver”: território, tradição de conhecimento e ecologia doméstica entre os Kaiowa*. Tese de doutorado apresentada ao PPGAS/MUSEU NACIONAL/UFRJ.
- NASCIMENTO, M. A. L. S. do, et al.. Estudos integrados do potencial de recursos naturais do Estado de Mato Grosso do Sul. Fundação Instituto de Apoio ao Planejamento. Solos – Vegetação e Aptidão Agrícola das Terras. Campo Grande, 1987.
- NEPSTAD, D. C., A. Moreira & A. A. Alencar. 1999. A floresta em chamas: Origens, Impactos e Prevenção de Fogo na Amazônia. Programa Piloto para a Proteção das Florestas Tropicais do Brasil, Brasília, Brasil.
- NIMUENDAJU, Curt. As Lendas da Criação e Destruição do Mundo como Fundamentos da Religião dos Apapocuva-Guarani. Editora Hucitec e Editora USP, São Paulo. 1987.
- NIMUENDAJU, Curt. Mapa Etnohistórico do Brasil e Adjacentes – 1944, IBGE, Rio de Janeiro, 2ª Edição. 1987.
- NOELLI, Francisco Silva. 1993. *Sem Tekoha não Há Teko* (Em Busca de um Modelo Etnoarqueológico da Aldeia e da Subsistência Guaraní e Aplicação a uma Área de Domínio no Delta do Rio Jacuí-RS). Dissertação de Mestrado. Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul. Porto Alegre.
- OLIVEIRA FILHO, João Pacheco de. 1999. A viagem de volta: etnicidade, política e reelaboração cultural no Nordeste indígena. Rio de Janeiro: Contra Capa Livraria.

- OLIVEIRA, Ramão Vargas de. 1988. Conhecendo Caarapó: geo-história do município. Campo Grande: FCMS; Caarapó: Prefeitura Municipal.
- OLIVIERA, A. J de; PAZ, F. H. L. da & SOARES, M.C.. **A Mata de Dourados**. Monografia Curso de Geografia Centro Universitário de Dourados-UFMS, Dourados, MS. 183p. 1996.
- PACHECO, Carlos Rodrigues. 2009. A dinâmica territorial e os processos de (re)construção da terra indígena Jaguapiré Memby em Tacuru/MS: a ação do Estado e os conflitos de interesses entre indígenas e trabalhadores rurais sem terra (1954-2009). Dissertação de Mestrado defendida no Programa de Mestrado em História da Universidade Federal da Grande Dourados – UFGD.
- PACHECO, Rosely Aparecida Stefanos. 2004. Mobilizações Guarani Kaiowá e Nandeva e a (re) construção de territórios (1978-2003): novas perspectivas para o direito indígena. Dissertação de Mestrado. Dourados, MS: UFMS.
- PAIVA, P. J. R. NETO FURTINI, Eduardo Antônio. DO VALE, Fabiano Ribeiro. FAQUIN, Valdemar. Efeito do Manejo do Solo sobre os Teores de Matéria Orgânica, Nitrogênio Mineral, Fósforo e Bases Trocáveis. UFLA. 2001.
- PARAÍSO, Maria Hilda B. 1994. Reflexões Sobre Fontes Orais e Escritas na Elaboração de Laudos Periciais. In: *A Perícia Antropológica em Processos Judiciais*. Editora da UFSC, Florianópolis.
- PARANÁ. Secretaria de Estado da Agricultura e do Abastecimento. Programa de desenvolvimento florestal integrado. Curitiba, PR. 1987 *Apud.*: SILVA, F. C.; FONSECA, E. P., SOARES-SILVA, L. H. MÜLLER, C. & BIANCHINI, E. Composição florística e fitossociologia do componente arbóreo das florestas ciliares da bacia do rio Tibagi. 3. Fazenda Bom Sucesso, município de Sapopema, PR. **Acta. bot. bras.** 9(2):289-302. 1995.
- PEREIRA, L.M. *Relatório Circunstanciado de Identificação e Delimitação da Terra Indígena Guarani/Kaiowá Taquara*. 2005.
- PEREIRA, Levi Marques. 2004 b. “O pentecostalismo kaiowá: uma aproximação dos aspectos sociocosmológicos e históricos” In: Wright, Robin (org.) **Transformando os Deuses. Vol. II**. Campinas, SP: Editora da UNICAMP.
- PEREIRA, Levi Marques 2002. Relatório Circunstanciado de Identificação e Delimitação da Terra Indígena Kaiowá e Nandeva de Arroio Corá. Consultoria FUNAI/UNESCO. Paranhos – MS.
- PEREIRA, Levi Marques 2004 a. *Imagens kaiowá do sistema social e seu entorno*. Tese de doutorado em antropologia social. FFCH - USP. São Paulo –SP.
- PEREIRA, Levi Marques 2007. Mobilidade e Processos de territorialização entre os Kaiowá atuais. Revista eletrônica História em Reflexão. V 1 n. 1 – UFGD - Dourados Jan/Jun 2007.
- PEREIRA, Levi Marques. 2011. A socialização da criança kaiowá e guarani: formas de socialidade internas às comunidades e transformações históricas recentes no ambiente de vida **IN** NASCIMENTO, Adir Casaro CRIANÇA INDÍGENA: diversidade cultural, educação e representações sociais. Brasília: Liber Livro.
- PEREIRA, Levi Marques. 1999. *Parentesco e Organização Social Kaiowá*. Dissertação de Mestrado. Universidade Estadual de Campinas, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas.
- PEREIRA, Levi Marques. 2002. Relatório Circunstanciado de Identificação e Delimitação da Terra Indígena Kaiowá de Guyra Roká. Consultoria FUNAI/UNESCO. Caarapó – MS.

- PEREIRA, Levi Marques. 2002. “A criança no mundo dos parentes: o caso da criança adotada entre os Kaiowá”. In: **Crianças Indígenas: ensaios antropológicos**. Lopes da Silva, Aracy; Nunes, Ângela; Macedo, Ana Vera Lopes da Silva (Orgs). Global Editora.
- PEREIRA, Levi Marques. 2003 “O movimento etno-social pela demarcação das terras guarani em MS” In: Revista **Tellus**. Ano 3 n.4 abril de 2003. UCDB. Campo Grande, MS.
- PETERS, Charles M. 1996. The ecology and management of non-timber forest resources. *World Bank technical paper*, nº322, 157p. Washington, DC, EUA.
- PIMENTEL, Spensy Kmitta. 2006. Sansões e Guaxos: Suicídio Guarani e Kaiowá - Uma Proposta de Síntese, Dissertação de Mestrado em Antropologia social. Programa de pós-graduação em antropologia da Universidade de São Paulo - USP.
- PIMENTEL, Spensy Kmitta. 2012. Elementos para uma teoria política kaiowá e guarani. Tese de Doutorado em Antropologia. Universidade de São Paulo –USP.
- PINTO, J. R. R. & OLIVEIRA FILHO, A. T. Perfil florístico e estrutura da comunidade arbórea de uma floresta de valeno Parque Nacional da Chapada dos Guimarães, Mato Grosso, Brasil. **Revta brasil. Bot.** 22(1):53-67. 1999.
- PRADO, Joaquim Fausto. 1948. Relatório sobre a situação dos índios do sul de Mato Grosso. Serviço de Proteção ao Índio. 5ª Inspetoria. Campo Grande, MT.
- PRIMAVESI, A. Manejo Ecológico de pragas e Doenças: Técnicas Alternativas para a Produção Agropecuária e Defesa do Meio Ambiente, São Paulo; Nobel, 1994. 137 p.
- Projeto Estudos Integrados do Potencial de Recursos Naturais. Mapa de Potencial Geoambiental, ao milionésimo. FIPLAN/SEPLAN, 1987.
- RODRIGUES, L. Relato sobre a Influência da Lua na Agricultura. Vitória: 1998. 20p.
- ROSALDO, Renato. 1980. *Ilongot head-hunting 1883-1974: A study in society and history*. Stanford: Stanford University Press.
- ROSSATO, Veronice Lovato. *Os resultados da escolarização entre os Kaiowá e Guarani em Mato Grosso do Sul: Será o letrado ainda um dos nossos?* Dissertação de Mestrado em Educação. Universidade Católica Dom Bosco, Campo Grande, 2002.
- SADER, Éder. 1998. *Quando novos personagens entram em cena*. Rio de Janeiro: Paz e Terra. pp. 09-60.
- SAHLINS, Marshall. 1985. *Islands of History*. Chicago and London: The University of Chicago Press.
- SANTOS, Ana Maria do Perpétuo Socorro. 2002. *O Forte do Iguatemi: entre a história e a memória*. Dissertação de Mestrado. Universidade Estadual de Campinas, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas.
- SANTOS, Carlos Alexandre B. P. 2001. *Relatório de Estudos Preliminares da Terra Indígena Guyra Roka*. FUNAI/UNESCO. Março de 2001.
- SANTOS, L.B. Vegetação. In: **Geografia do Brasil**. – região Centro-Oeste. IBGE. Rio de Janeiro, RJ, v.4. 67p. 1977.
- SCHADEN, E. 1974. *Aspectos Fundamentais da Cultura Guarani*. (10 Ed. 1954) 30 Ed. São Paulo: EPU/EDUSP.
- SEREJO, Hélio. 1986. Carai. In: *Ciclo da Erva-Mate em Mato Grosso do Sul 1883-1947*. Campo Grande: Inst. Euvaldo Lodi, p.27-193. (Série Histórica. Coletânea)
- SILVA, Meire Adriana. 2005 *O movimento dos Guarani e Kaiowá de reocupação de seus territórios em Mato Grosso do Sul e a participação do Conselho Indigenista Missionário (CIMI)* – UFGD. Dissertação de Mestrado em história. UFGD.

- SIMIONATTO, Ivete. 1998. O social e o político no pensamento de Gramsci In: AGGIO, Alberto, *Gramsci – a vitalidade de um pensamento*. São Paulo: Ed. da Unesp, 1998, pp. 37-64.
- SUSNIK, Branislava. *Los aborígenes del Paraguay II. Etnohistoria de los Guaraníes. Época colonial*. Assunção: Museu Etnográfico “Andrés Barbero”, 1979-1980.
- THOMSON, Paul. 1992. *A Voz do Passado*. Trad. De Lólio Lourenço de Oliveira, São Paulo: Paz e Terra.
- TILMAN, David. Biodiversity and ecosystem functioning. In: DAILY, Gretchen C. *Nature's services: societal dependence on natural ecosystems*: Island Press. Washington, D.C, 1997. p.93-112.
- TOMÁS DE ALMEIDA, R. F. - 1985. Relatório da Área Indígena Pirakua, MS, 79pp., mimeo, Fundação Nacional do Índio, Brasília.
- TOMÁS DE ALMEIDA, R. F. - 1985<sup>a</sup>. Relatório: Área Indígena Jaguapire Guaraní-Kaiowa, Município de Tacuru, Mato Grosso do Sul, Documentação Funai, 62 pp, mimeo, Brasília.
- TOMÁS DE ALMEIDA, R. F. "Relatório Paraguasu", Documentação Funai, 60pp., mimeo, Brasília, 1984.
- TOMÁS DE ALMEIDA, R. F. -1991. *O Projeto Kaiowá-Nandeva: uma experiência de etnodesenvolvimento junto aos Kaiowá-Nandeva contemporâneos de Mato Grosso do Sul*. Dissertação de mestrado, apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social - Museu Nacional, Universidade Federal de Rio de Janeiro, Rio de Janeiro.
- TOMÁS DE ALMEIDA, R. F. -1991. Os Guaraní de Mato Grosso do Sul. In: *ACONTECEU. Povos Indígenas no Brasil (1987/88/89/90)*. Cento Ecumênico de Documentação e Informação. São Paulo.
- UNIVERSIDADE ESTADUAL DE MATO GROSSO DO SUL (UEMS). **Elaboração de Procedimento para Avaliação Ambiental Estratégica (AAE/GN) da Implantação de Unidades Termelétricas e de Gasodutos de Transporte no Território Nacional AAE/GN**. Projeto de Pesquisa encaminhado a Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico – FINEP, no âmbito do Plano Nacional de Ciência e Tecnologia do Setor Petróleo e Gás Natural – CTPETRO, Dourados, 2000.
- VAN DEN BERG, E. & OLIVEIRA FILHO, A. T. 2000. Composição florística e estrutura fitossociológica de uma floresta ripária em Itutinga, MG, e comparação com outras áreas. *Revta brasil. Bot.*23(3):231-253.
- VANSINA, Jan. 1966. *La Tradición Oral*. Trad. de Miguel Maria Llongueras, Barcelona: Labor.
- VIANA, Virgílio e PINHEIRO, Leandro A. F. V. Conservação da biodiversidade em fragmentos florestais. *Série Técnica IPEF*, 12(32):25-42, 1998.
- VIETTA, Katya. História sobre terras e xamãs kaiowa: territorialidade e organização socail na perspectiva dos Kaiowa de Panambizinho (Dourados, MS) após 170 anos de exploração e povoamento não indígena da faixa de fronteira entre o Brasil e o Paraguai. Tese de Doutorado em Antropologia Social. Universidade de São Paulo. São Paulo.
- WATSON, J. B. 1952. Cayuá Culture Change; a study in acculturation and methodology. *American Anthropological Association*, v. 54, n1 2, part 2, p. 1-144.
- WELLINGTON, W. G. & TRIMBLE, R. M. Weather. In. *Ecological Entomology*. ( Ed. C.B.).

WENCESLAU, Marina Evaristo. 1990. **O índio Kaiowá e a Comunidade dos brancos.** Dissertação de Mestrado, Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo (USP) com 182 páginas. São Paulo.

# ANEXOS

## ANEXO - 1

### **Matéria veiculada pelo Conselho Indigenista Missionário seguida de Manifesto do Aty Guasu realizado em agosto de 11**

#### **Uma Aty Guasu Especial**

Passo Piraju, à beira do rio Dourados. Um vento forte, de agosto, com um frio cortante. Um céu de pesadas nuvens, deixou o sol se apresentar por pouco tempo. Uma grande Assembleia Kaiowá Guarani, a céu aberto.



Centenas de indígenas e algumas dezenas de aliados, realizaram um dos momentos fortes da luta pela terra, contra a violência e pela garantia dos direitos dos povos indígenas do Mato Grosso do Sul e do Brasil. Num primeiro momento em pé e depois acomodados sobre uns troncos de palmeiras, os participantes repetiram as cenas seculares da resistência indígena. Pareciam os guerreiros da primeira hora, para quem não tinha

tempo ou espaço ruim. Era a guerra, a luta pela vida e pelos direitos. As primeiras Assembleias indígenas nacionais foram assim. Acomodados sobre rústicas madeiras, à sombra das mangueiras, realizou-se a primeira Assembleia Indígena, em Diamantino, no Mato Grosso, em 1974.

Passo Piraju, um lugar emblemático, de retomada, de resistência, de intenso sofrimento, de contínua tensão e ameaça, uma comunidade odiada pela população regional, pois numa invasão e confronto, em 2006, morreram dois policiais. Até hoje alguns indígenas estão em regime de prisão na comunidade. Foi ali, que se realizou, sob a proteção dos Nhanderu, de Tupã e dos espíritos dos guerreiros Guarani Kaiowá, essa Aty Guasu histórica de um povo em caminhada, em retomada de suas terras, esperança e sonhos.

Tempo forte de celebração, de memória dos lutadores, dos que tombaram defendendo a terra e os direitos de seu povo. Momento de solidariedade, de denúncia, de sentir o coração e o sangue que pulsam forte nas gentes de cor da terra. Enviar forças aos que estão em retomada e sofrendo forte repressão, como Pyelito Kue e Mbaraka'i, os que estão com ordem de despejo, como Laranjeira Nhanderu, os inúmeros acampamentos à beira da estrada.



Enquanto se realizava o Aty Guasu, e aconteciam os rituais à noite, foram dados disparos de armas de fogo, numa clara intenção de atemorizar os participantes. Esse é o



tipo de ação já sofrida constantemente pela comunidade, já denunciada inúmeras vezes, mas que persiste.

No “manifesto da Aty Guasu de Passo Piraju”, (em anexo) é reafirmada a decisão de continuar a luta pela terra, não aceitar retrocessos, e exigir respostas efetivas dos poderes públicos diante da dramática situação que enfrentam a maioria das trinta comunidades-aldeias Kaiowá Guarani no Mato Grosso do Sul.

As lideranças, no manifesto reafirmam a firme decisão de recuperarem suas terras “Vamos retomar nossas terras para que nossas matas voltem a nascer e nossos córregos voltem a correr! Jamais vão conseguir nos calar ou fazer com que deixemos nossa luta pela retomada de nossas terras! É um caminho sem volta! Quanto mais nos agredem mais decididos ficamos pela reconquista definitiva de nossos territórios e menos acreditamos nas autoridades. Vamos avançar, nos organizando cada vez mais! Podem passar várias gerações e nosso povo continuará na luta até a retomada de TODAS as nossas terras tradicionais!”.

Também foi enviado um documento às autoridades informando e exigindo providências sobre a absurda violência que sofrem os Kaiowá Guarani na retomada de Pyekuti Kue e Mbaraka’i “Nós, povos Kaiowá e Guarani, reunidos em nossa Aty Guasu, realizada na Terra Indígena Passo Pirajú, município de Dourados, Mato Grosso do Sul, vimos por este documento **informar** as autoridades competentes, à Polícia Federal, Ministério Público Federal e Entidades e Organizações de direitos humanos que nossos parentes Kaiowá e Guarani do Tekohá Mbaraka’y e Puelito Kuê, município de Iguatemi, neste exato momento, **acabaram de retornar à suas terras tradicionais das quais foram atacados nos dias 14 e 15 de agosto deste ano.** Que nossos parentes estão agora dentro de sua terra, sitiados e que poderão sofrer violências pelos pistoleiros e fazendeiros da região a qualquer momento.”



A grande Assembleia Kaiowá Guarani será finalizada com um ato público e passeata pela principal avenida da cidade de Dourados, nesta manhã. Depois todos retornarão às suas comunidades, aldeias e acampamentos, com a certeza de que a luta por seus direitos e suas terras estará fortalecida pelo crescimento da união e proteção de Ñahderu Vusu.

Egon Heck  
Cimi equipe Dourados  
Povo Guarani Grande povo  
Passo Piraju, 22 de agosto de 2011

## ANEXO 2

### **MANIFESTO DO POVO KAIOWÁ E GUARANI - ATY GUASU – TERRA INDÍGENA DE PASSO PIRAJÚ.**

Nós, povos Kaiowá e Guarani, reunidos em nossa Aty Guasu, realizada na Terra Indígena Passo Pirajú, município de Dourados, Mato Grosso do Sul, queremos mais uma vez mostrar à população regional, nacional e internacional nosso grande sofrimento e resistência na luta pelos nossos direitos.

Queremos agradecer a presença de nossos parentes indígenas de Bolívia, Colômbia, Equador e Perú e também nossos parentes indígenas brasileiros, dos povos Baré (AM) Wapixana (RR), Tupinambá (SP) Pataxó (BA) e nossos amigos de MS do povo Terena de Miranda (T.I. Cachoeirinha), Campo Grande (aldeias urbanas), Aquidauana (T.I. Ipegue) e também a liderança Kadiwéu de Bodoquena, que vieram para nossa Aty Guasu, conheceram nossa realidade e prestaram sua solidariedade e apoio às nossas lutas. Agradecemos o apoio dos amigos da causa indígena, de universidades, estudantes, organizações indigenistas, OAB e entidades de direitos humanos que também estiveram presentes em nossa reunião.

O povo Kaiowá e Guarani recebeu as autoridades do MPF, FUNAI, Polícia Federal, representantes do Governo Federal, deputados e vereadores, que ouviram nossas reivindicações pela demarcação definitiva de nossas terras. Não vamos tolerar qualquer retrocesso em nossos direitos. As autoridades da FUNAI e MPF informaram sobre o andamento das identificações de nossas terras e disseram que os relatórios serão entregues ainda este ano e alguns no início do ano que vem. Desde que o TAC foi assinado pelo MPF e Funai (em 2007), a cada Aty Guasu nos falam que os prazos serão cumpridos e isso nunca aconteceu. Nosso povo já não acredita mais em promessas e não vamos tolerar mais enganações e enrolações que violam nossos direitos. Queremos que os relatórios sejam Publicados no Diário Oficial da União, ainda neste ano de 2011.

Em consequência desse não cumprimento da lei de garantia de nossas terras, vivemos num quadro de permanente violência nas aldeias. Dezenas de nossas lideranças foram assassinadas sem que ninguém fosse punido. Impunidade que vem estimulando novas agressões e mortes contra nosso povo. Denunciamos a recente violência contra nossos irmãos Terena de Miranda que tiveram um ônibus escolar queimado causando ferimentos graves em estudantes Terena e ao motorista.

Queremos denunciar que durante nossa Aty Guasu, em data de ontem às 22h30, houve novamente dezenas de disparos de armas de fogo, contra centenas de nosso povo, numa clara tentativa de nos intimidar e aterrorizar. Os tiros foram disparados de um conhecido lugar chamado “Rancho Toca do Lobo” contíguo à Terra Indígena Passo Pirajú e que foi instalado pelo fazendeiro sendo destinado à Policiais de Dourados. Já denunciamos este fato uma centena de vezes e sempre continua.

Perguntamos: diante de mais de uma centena de testemunhas deste atentado, o que as autoridades vão fazer para prender e punir estes agressores assim como o fazendeiro que autorizou a permanência dos mesmos em nossa terra. Ou vão esperar morrer mais um indígena para fazerem alguma coisa. Isso nos faz crer que as autoridades não estão preocupadas com nossos povos e mostra um vergonhoso descaso, nos fazendo desacreditar nas autoridades. Vimos os tiros cortando o céu.

Nós povos Kaiowá Guarani estamos em movimento de retomada de nossas terras tradicionais e vimos sofrendo flagrantes violências de fazendeiros e pistoleiros locais, como ocorreu na semana passada no tekohá Mbaraká'y e Puelito Kue no município de Iguatemi. Jamais abandonaremos à luta pela demarcação de nossas terras tradicionais.

Somos um povo com muita força, espiritualidade e esperança, marcadas pela nossa experiência e sofrimento na busca incessante de nossas terras.

Destruíram nossas riquezas naturais, nossos rios e matas para dar lugar a soja, o gado e, agora, também a cana. O boi em Mato Grosso do Sul possui muito mais terra que um índio Kaiowá e Guaraní. Tratam nosso povo com racismo e preconceito. Não conhecem nossa cultura e nosso jeito de cuidar de nossa terra. Não entendem que a terra para nós é sagrada e não é um bem de consumo, uma mercadoria que produz o lucro. O que estamos passando hoje, principalmente a violência e a falta de alimentos nas aldeias, é causado pela falta de nossas terras e de nossas matas. Queremos nossas terras demarcadas! Mas, além disso, também queremos que o Governo Federal promova projetos voltados para recuperação ambiental e sustentabilidade das áreas demarcadas, com recursos federais voltados para a produção de alimentos, reflorestamento, recuperação do solo, acesso a equipamentos, conhecimento e tecnologia. Vamos retomar nossas terras para que nossas matas voltem a nascer e nossos córregos voltem a correr! Jamais vão conseguir nos calar ou fazer com que deixemos nossa luta pela retomada de nossas terras! É um caminho sem volta! Quanto mais nos agredem mais decididos ficamos pela reconquista definitiva de nossos territórios e menos acreditamos nas autoridades. Vamos avançar, nos organizando cada vez mais! Podem passar várias gerações e nosso povo continuará na luta até a retomada de TODAS as nossas terras tradicionais!

O governo Lula teve oito anos para cumprir suas promessas e não fez nada! Dilma até agora também não fez nada. O governador André Puccinelli é famoso por estar contra nossos direitos. Nos enganam, mentem e nos fazem esperar, mas não são essas autoridades que passam pelo que estamos passando. Não tem idéia do que estamos sentindo, mesmo nosso povo tendo entregado vários documentos e denúncias.

Sobre o Judiciário, é uma vergonha para o mundo despejar centenas de famílias às margens da rodovia sob a violência da polícia e dos fazendeiros, à margem de qualquer direito humano fundamental, previsto nas leis internacionais e na constituição federal, para defender os interesses de meia dúzia de ricos fazendeiros e políticos de Mato Grosso do Sul.

Queremos que o Judiciário e o Conselho Nacional de Justiça garanta uma estrutura especial e diferenciada para atender as demandas da questão indígena, assim como a Polícia Federal.

Onde estão as providências da Polícia Federal para processar e punir os assassinos de nossos queridos professores Rolindo Vera e Genivaldo Vera mortos (Rolindo continua com seu corpo desaparecido) por pistoleiros que expulsaram as famílias indígenas do tekohá Y'Poí em Paranhos. Não vamos tolerar mais essa demora e vamos nos organizar cada vez mais para retomarmos nossas terras, custe o que custar. E que o sangue de nosso povo semeie as nossas terras sagradas para renascer a esperança de alcançarmos a terra sem males.

O movimento indígena entende que a solução das terras indígenas devem se dar conforme os princípios constitucionais e que qualquer mecanismo de indenização seja feita após a identificação das terras indígenas.

Que o Conselho Nacional de Justiça através da Comissão criada para a questão indígena no Mato Grosso do Sul se empenhe para a imediata solução das terras indígenas com a conclusão das identificações e indenização das áreas em demarcação.

Por fim, agradecemos toda a compreensão e solidariedade das pessoas de bem que compreendem a necessidade de resolvermos, de uma vez por todas, a situação dramática em que estamos!

**Dourados-MS, Terra Indígena Passo Pirajú, 21 de agosto de 2011.**